



**Anais da FVJ & Ciência 2021.1 da Faculdade do Vale do Jaguaribe,
Aracati-CE**

ANAIS

ISSN 2763-8375

Ano 2 - Volume 2 - Edição 1

**Faculdade do Vale do Jaguaribe
Aracati-CE
Julho - 2021**



ISSN 2763-8375

Faculdade do Vale do Jaguaribe

Aracati-CE

2021.1

Local: Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Diretoria Executiva da Faculdade do Vale do Jaguaribe

Direção Geral: Antonio Henrique Dummar Antero

Diretora Acadêmica: Darcielle Bruna Dias Elias

Diretor de Operações e Expansão: Francisco Garcia de Sousa Junior

Direção Administrativo e Financeiro: Lutiano Almeida Elmiro

Comissão Organizadora dos Anais FVJ & Ciência

Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros

Profa. Bárbara Xavier de Andrade

Prof. Me. Cícero Philip Soares do Nascimento

Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias

Profa. Fernanda Cavalheiro Mendes

Prof. Me. Francisco das Chagas da Silva

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Mota

Profa. Ma. Samira Lodi Melo

Expediente

Endereço postal
Faculdade do Vale do Jaguaribe
Rodovia Ce-040 S/N, Km 138
Bairro Aeroporto – Aracati-CE
Fone: (88) 3421-9750

Editor-Chefe dos Anais FVJ & Ciência

Prof. Dr. Marcio Mota, Faculdade do Vale do Jaguaribe, FVJ

Equipe Editorial

Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros
Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes
Profa. Dra. Aline Maria Barbosa Domício Souza
Profa. Dra. Anielle Torres de Melo
Prof. Dr. Bruno de Castro Amoni
Prof. Dr. Carlos Eduardo de Souza Menezes
Profa. Dra. Charllyany Sabibo Custódio
Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias
Prof. Dr. Kamillo Karol Ribeiro e Silva
Profa. Dra. Márcia Skibick Araújo
Profa. Dra. Maria de Nazaré da Rocha Penna
Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes

Idioma - Língua Portuguesa (Brasil)

Contato Principal

Prof. Dr. Marcio Mota
Doutor em Administração
Faculdade do Vale do Jaguaribe
Rodovia Ce-040 S/N, Km 138
Bairro Aeroporto – Aracati-CE
Fone: (88) 3421-9750
Telefone: (88) 3421-9775
Fax: (88) 3421-9750
E-mail: marciomota@fvj.br

Apresentação

A FVJ & Ciência é um evento semestral organizado pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ em que trabalhos de discentes vinculados aos docentes de graduação e pós-graduação de todas as áreas de pesquisa são selecionados como coletânea no intuito de tornar público à comunidade as atividades de pesquisa da FVJ.

Missão e Objetivos

A FVJ & Ciência tem por missão a difusão e promoção do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Educacionais e Ciências Humanas.

Através do meio digital, a FVJ & Ciência busca a divulgação da produção científica relevante, de forma gratuita, aberta a todos os interessados.

Abordagens

Tipologias teórico-empíricas (levantamentos, estudos de caso, experimentos) e teóricas (ensaios teóricos, proposição de modelos), utilizando análises quantitativas e qualitativas.

Temas de interesse

Os temas devem articular tendências teóricas estruturantes que propiciem forte base conceitual para a produção de conhecimento das diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, contribuição ao avanço científico.

Periodicidade: Semestral

Centro de Gestão e Hospitalidade

Administração

Ciências Contábeis

Gastronomia

Administração

A IMPORTÂNCIA DO E-COMMERCE PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Caio Luciano Silva dos Santos (Aluno do Curso de Administração da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: **Caio.lucia no@fvj.br**), **Prof. Esp. Eliezio Gomes de Queiroz Neto** (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: **eliezio.neto@fvj.br**).

RESUMO

Tendo em vista os avanços tecnológicos e novas plataformas digitais que vem surgindo, observou-se a importância de pesquisar os motivos pelos quais as empresas utilizam ou não o e-commerce, identificar as plataformas digitais que essas empresas utilizam para a divulgação de seus produtos ou serviços, e analisar o nível de satisfação que as organizações demonstram ao utilizar o comércio eletrônico. O presente estudo objetivou identificar a importância do e-commerce para as micro e pequenas empresas na cidade de Aracati-CE. A metodologia utilizada para a realização do estudo foi à abordagem quali-quantitativa com aplicação de questionário, na forma presencial onde o público alvo foram 16 micro e pequenas empresas da cidade de Aracati-CE, e seu estudo de dados se deu pela análise de conteúdo. Após a aplicação dos questionários com os gestores das 16 empresas, os resultados obtidos foram que a maioria das empresas que utilizam o e-commerce estão satisfeitas, os principais motivos para utilizarem o e-commerce foram: conseguir novos clientes, público se encontra na internet e para destacar-se da concorrência. A principal plataforma empregada é o Instagram, porém não estão dispostas a investir em um comércio digital, mesmo tendo ciência do potencial do comércio eletrônico. Por outro lado, as empresas que não usam o e-commerce responderam que não confiam em vender pela internet, não possuem funcionários capacitados e também não estariam dispostos a investir no comércio digital.

Palavras chaves: E-commerce; Micro e pequenas empresas; Plataformas digitais.

INTRODUÇÃO

O ambiente comercial tem passado por mudanças ao longo dos anos, mais precisamente no último século. Tais mudanças são decorrentes de fatores como avanços tecnológicos do mundo globalizado e as novas demandas de mercado, associado à necessidade de incorporação nas organizações das novas tecnologias que foram criadas. (SOUZA; MELO, 2019)

O crescimento da internet comercial, por exemplo, proporcionou a criação de um novo mercado eletrônico. E conforme Broocke (2006), na medida em que a internet foi se tornando mais comercial e acessível, tendo inúmeros usuários interagindo pela Web, a expressão *electronic commerce* (comércio eletrônico), começou a ser utilizada. Nesse sentido, novas possibilidades de negócios foram surgindo.

O presente estudo trata-se da metodologia, instrumentos de pesquisa e análise que foram utilizados nesta pesquisa, no qual adotou-se o método de análise descritiva, com abordagem *quali-quant* e coleta de dados por meio de entrevistas a gestores. O questionário foi aplicado de forma presencial. A forma de análise de dados será por análise de conteúdo.

MARCO TEÓRICO

O *e-commerce* é um tema que vem ganhando destaque na mídia nos últimos anos e vem mudando a forma como as empresas se organizam e interagem com seus clientes, fornecedores e parceiros. (LUCIANO; TESTA; FREITAS, 2003). Com base no cenário apresentado, o presente referencial teórico delimitou-se em abordar os principais aspectos que envolvem o *e-commerce* nas empresas. O referencial teórico está subdividido em três etapas, sendo: o setor do comércio no Brasil, a internet comercial e o *e-commerce* nas empresas.

Objetivando melhorias, as empresas vêm utilizando recursos voltados para a comunicação por meio da tecnologia da informação para estreitar as relações com os fornecedores e obter um conhecimento mais aprofundado em relação aos seus clientes. O uso desses recursos se intensificou no início de 2020 com a eclosão do vírus COVID-19. Desde o primeiro semestre de 2020, as organizações do Brasil e do mundo inteiro vem enfrentando interrupções significativas e em crescente escala na sua força de trabalho devido ao avanço do COVID-19. (STANGHERLIN; JOÃO; OLIVEIRA). As medidas de distanciamento social fizeram com que muitas empresas tivessem que operar de portas fechadas para evitar aglomerações.

Com o desenvolvimento de novas tecnologias eletrônicas, se faz necessário que as empresas estejam em constante adaptação a essas mudanças tecnológicas. A tecnologia possibilita as empresas, inúmeras vantagens, como: melhorias no atendimento aos clientes, maior controle de estoque e tomada de decisões mais assertivas. Tais fatores permitem com que as empresas busquem melhorias significativas para a satisfação do cliente. (ANDRADE; SILVA, 2017)

METODOLOGIA

O presente estudo usa métodos descritivos, que segundo Gil (2008), tem como seu principal objetivo, descrever características de determinada população ou fenômeno, onde podem ser incluídas

pesquisas com objetivo de levantar opiniões, crenças e atitudes de uma determinada população, onde a principal característica deste tipo de estudo é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto à abordagem da pesquisa, trata-se de uma abordagem qualitativa, que de acordo com a autora Minayo (2002), esse tipo de pesquisa trabalha com motivos, crenças, valores, entre outros significados mais particulares. Este tipo de pesquisa tem uma abordagem mais profunda quanto aos processos e fenômenos das ações e relações humanas.

No que se refere à temporalidade da pesquisa, foi realizada de forma transversal, pois foi executada em um curto período de tempo. Para a coleta de dados, a aplicação se baseia em um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, onde teve como sujeitos da pesquisa, gestores de micro e pequenas empresas na cidade de Aracati, Ceará.

O questionário é composto por nove questões e foi aplicado de forma presencial com os gestores, nas suas respectivas empresas. Os participantes da pesquisa foram escolhidos por conveniência de acordo com critérios pré-definidos como: gestores que tenham experiência de ao menos um ano a frente da empresa; as empresas devem se enquadrar no porte de micro e pequenas empresas; devem estar localizadas na cidade de Aracati, Ceará.

A amostragem desta pesquisa se deu pela técnica de saturação de respostas, que segundo Glaser e Strauss (1967, apud MINAYO 2017), a saturação de respostas acontece no momento em que a coleta de novos dados não traz mais nenhuma informação relevante para o esclarecimento do objeto de estudo em questão.

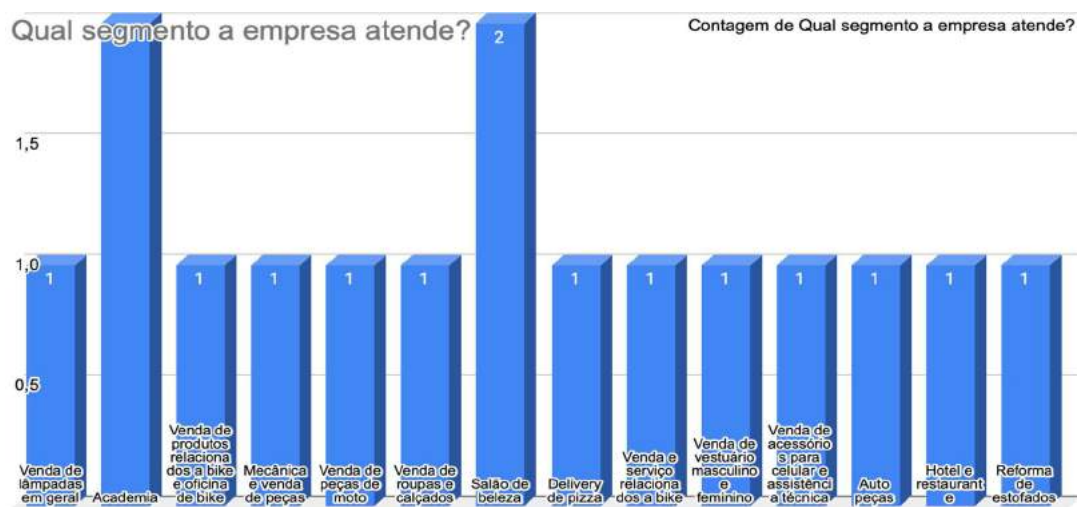
A análise dos dados coletados nesta pesquisa foi realizada pelo método de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011), trata-se de um conjunto de técnicas de análises que auxiliam a compreensão dos sentidos, dos conteúdos coletados por meio das mensagens e indicadores, sejam eles qualitativos ou quantitativos, seguindo as fases fundamentais de uma análise de conteúdo que são: pré-análise, exploração do material e o tratamento de resultados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao final da prática metodológica obteve-se um total de 16 entrevistas, tendo como resultado alguns pontos que serão descritos ao longo desta seção. É importante destacar que devido ao ocorrido da pandemia do covid19 no ano de 2020 e 2021, se torna mais difícil a coleta de dados por conta da dificuldade que muitas empresas estão passando para manter o negócio aberto. As empresas em geral atuam de 1 a 36 anos de mercado dando uma média total de 11 anos e meio. Já a quantidade de

funcionários das empresas vai de 2 a 28 pessoas, tendo como média total 5 funcionários por empresa. Os segmentos das empresas são de variados tipos, como é possível notar no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Segmentos dos negócios entrevistados.

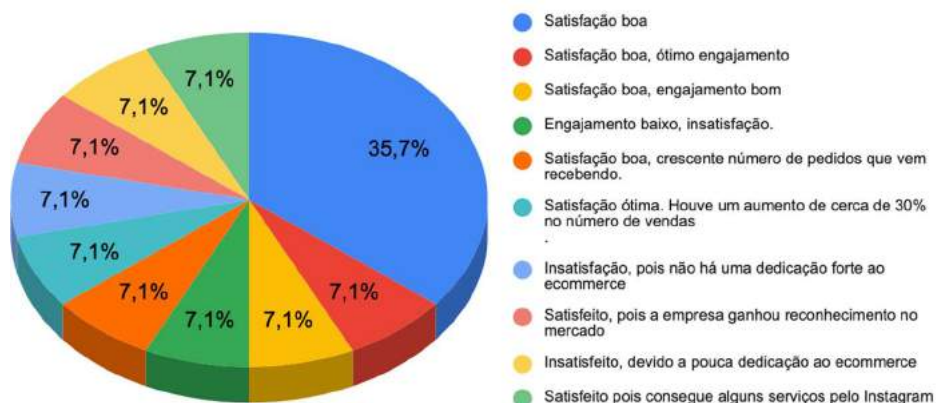


Fonte: Elaboração própria, 2021

Vale ressaltar que os segmentos de academia e salão de beleza tem um destaque maior, como podemos ver no Gráfico 1. A pesquisa teve sua análise de dados baseadas em dois grupos. O **Grupo 1**, refere-se aos segmentos que não possuem e-commerce e o **Grupo 2** os segmentos que possuem e-commerce.

Em relação ao **Grupo 2**, pelo menos 35% já demonstra de forma direta a satisfação em relação ao desempenho da empresa ao utilizar o e-commerce. Por outro lado, cerca de 15% já se mostram insatisfeitos em relação ao e-commerce, porque não têm tanta dedicação por parte da empresa. Embora a soma de 50% se coloque como satisfeitos e insatisfeitos, os outros 50% já se colocam super satisfeitos em relação ao contato com as ferramentas de comercialização digital. No gráfico 2 abaixo é possível ver a informação descrita neste parágrafo.

Gráfico 2 - Respostas relacionadas ao nível de desempenho da empresa ao utilizar o e-commerce.



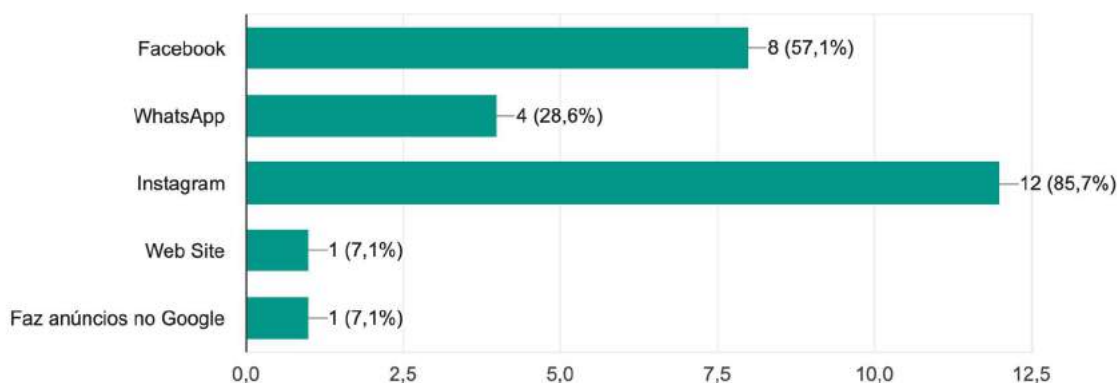
Fonte: Elaboração própria, 2021

Para entender sobre como as empresas atuam dentro do mundo digital foi indagado os tipos de ferramentas utilizados para fazer a venda online, o resultado é que respectivamente as ferramentas mais utilizadas foram: Instagram, Facebook, WhatsApp, Web Sites e Anúncios no Google. Desta maneira, é possível verificar no Gráfico 3 abaixo que dentro do **Grupo 2**, cerca de 86% das empresas usam Instagram como forma de vender.

Gráfico 3 - Respostas relacionadas ao nível de desempenho da empresa ao utilizar o e-commerce.

Quais plataformas digitais a empresa utiliza para divulgar seus produtos e/ou serviços?

14 respostas



Fonte: (Elaboração própria, 2021).

Outro ponto que foi descoberto é que os comerciantes fizeram uso das ferramentas de comércio eletrônico porque em sua grande maioria estão em busca de mais clientes, tendo como decisão fazer uso do suporte da venda digital. Outros pontos que ganharam destaque foram: "Se destacar da concorrência", "Encontrar o público jovem que se encontra na internet", além de uma resposta de grande destaque em muitos dos e-commerce é que: "porque a concorrência também usa". Ou seja, é notório que eles estão preocupados com a concorrência mercadológica.

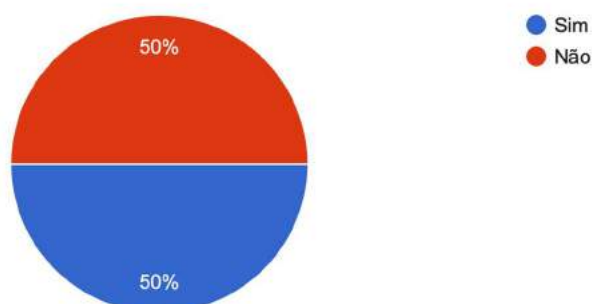
Se por um lado as empresas que usam o comércio eletrônico estão bem satisfeitas, foi descoberto dentro da amostragem escolhida para análise que as empresas que não utilizam de e-commerce seguem assim porque não possui confiança em vender pela internet, além de que segundo os entrevistados falta mão de obra qualificada.

Um fator importante que vale ressaltar, é que embora o **Grupo 2** já tendo em sua grande maioria afinidade com as tecnologias de comércio eletrônico apenas 50% acham importante uma consultoria especializada para implementar um e-commerce no seu negócio. Pode-se notar a informação dita neste parágrafo através do gráfico 4, onde mostra o resultado das respostas gerais dos dois **Grupos (1 e 2)**.

Gráfico 4 - Informação relacionada a pergunta sobre a importância de uma consultoria especializada para implementar um e-commerce no seu negócio.

Você acredita que necessita de uma consultoria especializada para implementar um e-commerce no seu negócio?

16 respostas



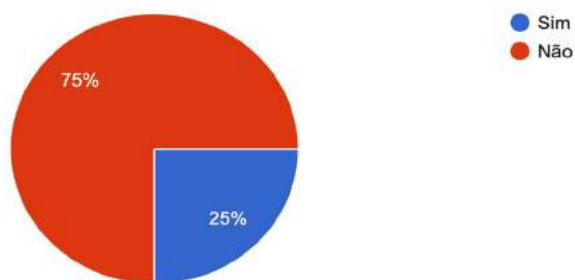
Fonte: (Elaboração própria 2021)

Já no gráfico 5, podemos observar que somente 25% dos respondentes estão dispostos a seguir investindo em negócios eletrônicos. Um fator relevante desta pesquisa é que o **Grupo 1**, que se trata de pessoas que não tem e-commerce, também revelaram que não acham importante uma consultoria e nem a contratação do serviço.

Gráfico 5 - Referente a contratação do serviço de consultoria.

Você estaria disposto a contratar um serviço de consultoria para desenvolver um comércio digital.

16 respostas



Fonte: (Elaboração própria, 2021)

De acordo com a pesquisa realizada, muitos dos profissionais do comércio mesmo fazendo uso de ferramentas digitais ainda se demonstram inseguros quanto ao investimento no desenvolvimento e aprimoramento do comércio digital, bem como na aquisição de suporte e desenvolvimento dos serviços online.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C.F; SILVA, N.T.G. O comércio eletrônico (e-commerce): um estudo com consumidores. *Perspectivas em gestão e conhecimento*, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 98-111, jan./jun. 2017. Disponível em:<<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/26895>> Acesso em: 8 Nov 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2011

BROOKE, Andrei Bloomfield Van der. **A usabilidade voltada para o e-commerce**. 2006. Monografia (Comunicação Social) Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília.2006. Disponível em:<<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/1510>> Acesso em: 14 Nov 2020.

LUCIANO, E.M; TESTA, M.G; FREITAS, H. **As tendências do comércio eletrônico com base nos recentes congressos**. XXXVIII CLADEA, Lima/Peru (2003).

MINAYO, M.C.S. Amostragem e Saturação em pesquisa qualitativa: consensos e contravérsias: sampling and. **Revista pesquisa qualitativa**, São Paulo, v.5, n.7, p.01-12, abr. 2017. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf >. Acesso em: 07 out.2020

STANGHERLIN,A ; JOAO, D. M; OLIVEIRA, J. N. D. **OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS EMPREENDEDORES DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19**. (texto para discussão)- UFSM, 05 JUN. 2020. Disponivem em : <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-03-Os-desafios-enfrentados-pelos-empresendedores-.pdf> > . Acesso em : 06 JUN. 2021.

O PAPEL DA LIDERANÇA NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Mateus Maciel dos Santos Barbosa¹ (Aluno do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: admmateus21@gmail.com), Orientadora²: Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de mostrar a relevância da liderança no ambiente organizacional. No mundo atual, o tema liderança tem grande relevância para a gestão organizacional, o ciclo de vida das organizações muitas vezes depende dos líderes, que têm o compromisso de motivar e incentivar os colaboradores para o desenvolvimento e crescimento da organização. O líder, também, tem essa possibilidade de direcionar as atividades a serem desenvolvidas dentro de um ambiente, assim como pode motivar a sua equipe em atingir os objetivos e metas da empresa. Este estudo se justifica em destacar a importância do líder como um sujeito motivador dentro da empresa. O objetivo do presente estudo foi o de compreender a liderança como um fator importante para o crescimento de uma instituição no desenvolvimento do trabalho da organização. Dessa forma, se utilizou a pesquisa bibliográfica, através de livros, revistas, artigos, para que o trabalho alcançasse um maior aprofundamento teórico. Este estudo também se justifica em destacar a importância do líder como um sujeito motivador dentro da empresa. Percebeu-se que um o líder deve ser reflexivo; e buscar sempre motivar o seu ambiente e promover os meios indispensáveis para que o ambiente organizacional cresça de maneira significativa e se destaque no mercado.

Palavras-chave: Liderança. Motivação. Organizações.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, muitas instituições empresariais buscam desenvolver uma dinâmica que atenda às necessidades de uma sociedade competitivo, buscando transmitir responsabilidade, agilidade e compromisso com seus clientes. Entretanto, para que isso ocorra se faz necessária uma equipe comprometida com o processo de aprendizado e capaz de potencializar suas habilidades e que se destaque entre as outras organizações.

Chiavenato (2012) afirma que o sucesso de um ambiente empresarial deve se adequar às transformações ocorridas na sociedade e, para que isso ocorra, se faz necessário a presença de líderes visionários, motivadores e que estejam aptos a conduzir com eficiência a sua equipe.

Nessa perspectiva, salienta-se a liderança como aspecto fundamental em uma empresa, o líder é quem direciona a equipe na busca de ações que promovam resultados positivos para a instituição que deve ser motivada e capacitada para que as metas sejam alcançadas.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como um líder influencia no ambiente organizacional. Os objetivos específicos são: a) Compreender o que significa ser um líder, bem como demonstrar suas atribuições; b) Analisar a importância de uma liderança dinâmica e motivadora em uma empresa.

Por essas considerações, este estudo proporciona ações que irão estimular o desenvolvimento da liderança de maneira que o líder busque seus próprios objetivos e, que estejam alinhados com os objetivos da organização e à equipe a qual direciona. Desenvolvendo o respeito mútuo entre os colaboradores e fortalecendo as habilidades de cada integrante da equipe. Conforme Baumotte (2013), o líder deve sempre gerenciar a sua equipe para destacar a sua empresa no mercado.

MARCO TEÓRICO

A liderança é algo que sempre despertou interesse, onde se constata a sua importância à frente dos grupos no intuito de alcançar os objetivos. Percebe-se que o interesse na liderança vem ao longo dos séculos e como a sua influência provoca mudanças nos setores de uma organização empresarial (JOHANN, 2013).

Entretanto, precisa-se conhecer a definição de liderança, Maximiano (2010) define como realização dos propósitos com o auxílio de colaboradores e a pessoa que está à sua frente motivando sua equipe é o líder.

Um líder antes de tudo deve possuir alguns requisitos como honestidade, proatividade e a capacidade de desenvolver e inspirar competências. A credibilidade de um líder é algo pertinente para que a equipe se sinta confiante. O líder tem a função de conquistar um ambiente motivador e, quando isso acontece as suas ações tem retorno. O líder deve sempre transmitir confiança.

A liderança é algo muito importante nas organizações. As empresas bem-sucedidas obtêm sucesso a partir das ações do seu líder, pois é ele que promove ações para o desenvolvimento e comprometimento dos colaboradores.

Portanto, não basta que o líder motive, ele precisa ser motivado para que sua influência e comportamento reflitam a verdade que ele prega pelos atos, assim como, a postura do líder vai abdicar de muitos prazeres e espaços de fala que vão além do processo de ser apenas um chefe que manda e desmanda, com ordens e seguindo uma hierarquia

A liderança é essencial para o ciclo de vida da empresa como também para o seu crescimento, pois traz um enorme diferencial na relação com os colaboradores.

Assim, ser líder em uma empresa requer habilidades de relacionamento e direcionamento, uma empresa sem um líder não tem um objetivo claro. O líder passa a alinhar as ideias da empresa. O líder luta por sua empresa e cria suas políticas empresariais visando o crescimento da instituição (CHIAVENATO, 2012).

Portanto, o líder é importante por tudo o que ele representa dentro da empresa, ele agrega e motiva os funcionários, oferecendo respeito e incentivando o crescimento pessoal de cada liderado com o objetivo no crescimento empresarial.

MARCO TEÓRICO

A presente pesquisa tem natureza qualitativa, Malhotra (2012) afirma que a pesquisa qualitativa possibilita a análise e compreensão do problema estudado. Diante desse argumento, o presente estudo busca compreender a importância do papel do líder através de pesquisa bibliográfica, respaldados por teóricos que estudaram a problemática.

Dado o objetivo pretendido, esta pesquisa será do tipo bibliográfica, com base em revisão de literatura, onde, a partir da análise de argumentos teóricos refletir-se-á sobre a importância do papel do líder em seu ambiente organizacional.

Para tanto, utilizou-se autores que possuam relevância na área da pesquisa e maior incidência para a análise. Essa será realizada através de leituras de artigos, livros e sites que abordem a temática da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na atualidade, as organizações se mostram cada vez mais competitivas, conseqüentemente, há maior preocupação com o desenvolvimento das pessoas que as compõem para estas poderem representar um diferencial. Nesse contexto, o papel do líder tem grande relevância para o desenvolvimento das pessoas.

Assim, o líder é essencial no desenvolvimento de qualquer organização, haja vista que seu papel é, dentre outros, o de influenciar os colaboradores para o alcance do objetivo pretendido pela organização e, conseqüentemente, de seu sucesso.

Como forma de incentivo e motivação, empresas de grande porte aplicam o plano de carreira, mediante ao desempenho de cada colaborador, para aprimorar seus conhecimentos e habilidades cada vez mais.

É importante frisar ainda que o líder deve atuar com muita determinação, estimulando sempre os colaboradores, de modo a alcançar o desenvolvimento de maneira

eficaz no ambiente de trabalho, o que está diretamente relacionado ao elo entre os colaboradores e a empresa que ele atua.

REFERÊNCIAS

BAUMOTTE, A. C. T.; FONSECA, D. P. D.; SILVA, L. H. C. M.; RAJ, P. P. **Gerenciamento de pessoas em projetos**, 3ª ed, Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando com pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 9. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

JOHANN, S. **Comportamento Organizacional Teoria e Prática**. Ed.Saraiva. 2013.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração** – 4 ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 1995.

MALHOTA, N. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Ciências Contábeis

O CONTADOR NA GESTÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO BRASIL.

Tereza Késia Germano da Silva¹ (Aluna do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: Tereza.silva@fvj.br), Cicero Philip Soares do Nascimento² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: cicero.philip@fvj.br).

RESUMO

Com os benefícios e estímulos proporcionados pelo governo através dos financiamentos para as micro e as pequenas empresas, está cada vez mais acessível abrir uma empresa no Brasil. Porém, muitas não contam com uma gestão eficaz, resultando um alto índice de mortalidade devido à falta de instrumentos relacionados à gestão do negócio. Tendo em vista que a maioria dos negócios que operam no Brasil são constituídos dessa parcela, o presente estudo evidencia a importância do contador na gestão das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil, mostrando sua importância nesse segmento, uma vez que é através do seu trabalho que os gestores receberão instrumentos que vão permitir administrar com eficiência a empresa deixando evidente as informações contábeis de maior relevância para a atender as necessidades da empresa. O estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica e em referencial teórico que abordam seguintes pontos: a importância da contabilidade, o perfil do profissional contábil, as definições de microempresa e empresa de pequeno porte e apresentado o conceito de contabilidade gerencial.

Palavras-chave Contador. Gestão. Micro e pequenas empresas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, pode-se observar um aumento expressivo na quantidade de micro e pequenas empresas no Brasil. Dados revelam que, em 2020, em todo o país, um total de 626.883 micro e pequenas empresas foram abertas (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, SEBRAE, 2020).

De acordo com levantamentos estatísticos feitos pelo SEBRAE (2012), percebe-se que alguns dos motivos que levam a maioria das microempresas e empresas de pequeno porte a falência são: Falta de planejamento; Despreparo na gestão empresarial e o comportamento do Empreendedor.

Dessa forma, o presente estudo tem como questionamento de pesquisa: **Qual a contribuição do contador como consultor contábil na gestão das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil?** Como objetivo geral, busca-se evidenciar a contribuição do contador como consultor contábil na gestão das microempresas e empresas de pequeno porte. Para atingi-lo, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos (1) apresentar as responsabilidades e a importância do papel do contador nas micro e pequenas empresas; (2) identificar as dificuldades mais relevantes dos gestores em relação à contabilidade das microempresas e empresas de pequeno porte; (3) elencar as ferramentas contábeis utilizadas no auxílio à tomada de decisões.

Justifica-se a escolha do tema, considerando o crescimento das micro e pequenas empresas, que representa uma enorme importância para desenvolvimento do país, porém devido à dificuldade dos empresários em entenderem a importância da contabilidade neste segmento, percebe-se que as empresas que não fazem uso da contabilidade não têm condições de se manterem no mercado ou planejarem o futuro, pois não tem credibilidade dos seus fornecedores, bancos e até mesmo com os seus clientes. Grande parte dos

empresários não compreendem que o papel da contabilidade não se limita apenas em cálculos de impostos.

Diante desta realidade, revela-se a necessidade da existência de um controle de gestão, executado com apoio de um consultor contábil, pois este profissional possui conhecimentos e informações importantes para o crescimento da empresa. A realização deste trabalho tem o intuito de apresentar a importância do contador como consultor contábil nas microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil. Uma vez que é através do seu trabalho que os gestores receberão instrumentos que vão permitir administrar com eficiência a empresa deixando evidente as informações contábeis de maior relevância para atender as necessidades da empresa.

No presente trabalho constam cinco seções, na seção 1, são apresentados a introdução, delimitação do estudo e os objetivos. A seção 2, apresenta a revisão de leitura, onde é mostrada a importância da contabilidade, o perfil do profissional contábil, as definições de microempresa e empresa de pequeno porte e apresentado o conceito de contabilidade gerencial. A seção 3, define o método utilizado, o tipo de pesquisa e os procedimentos utilizados na elaboração desse estudo. Na seção 4, encontra-se os resultados alcançados com a pesquisa e na seção 5, a conclusão e na sequência as referências bibliográficas.

MARCO TEÓRICO

Contabilidade e sua importância: A contabilidade surgiu, segundo Ludícibus (1995), em decorrência da necessidade que o homem tinha de controlar o seu patrimônio, há milhares de anos. Naquela época os bens das pessoas eram geralmente seus animais ou seus instrumentos.

Consequentemente, ao passar do tempo, começaram a surgir novos meios de se registrar o patrimônio, então, assim, a contabilidade foi começando a evoluir de forma a propiciar ao homem uma melhor maneira de acompanhar a variação patrimonial. Em concordância com a visão de Marion (2006), na verdade a contabilidade coleta todos os dados econômicos, registrando, mensurando monetariamente e sumarizando-os em relatórios que para a tomada de decisões.

O profissional da contabilidade: A profissão contábil tem uma veemente importância para as organizações e exige de seus profissionais conhecimento, ética, um perfil de plena responsabilidade e entre outras habilidades que são pertinentes ao cargo. Desta forma, o contador deve manter-se sempre preparado para gerenciar informações, pois a cada dia, mais as empresas buscam consultores da área contábil para darem suporte aos seus projetos gerenciais, prolongando assim a vida útil da empresa e gerando a oportunidade de novos empregos, tendo assim não somente uma função empresarial, mas também social.

Características de Micro e Pequenas Empresas: As MPEs têm características empresariais comuns e bastante semelhantes, entretanto na definição de micro e pequena empresa existe diferenças muito importantes. De acordo com o SEBRAE (2016), o fator que diferencia as micro das pequenas empresas são o número de colaboradores e o faturamento. Sendo; Microempresa: para comércio e serviços emprega-se até 9 colaboradores. Já no caso de indústria e construção até 19 pessoas e com limite de faturamento anual de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Empresa de pequeno porte: no geral são empresas que empregam de 10 a 49 pessoas, sendo no ramo do comércio e serviços, no ramo da indústria e 20 a 99 pessoas e com limite de faturamento anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) ou igual/inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (SEBRAE, 2016)

METODOLOGIA

Segundo Lakatos & Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 158). Desta forma, optou-se por um estudo bibliográfico por melhor se adaptar ao objetivo, que é apurar através de pesquisas referenciadas em bibliografias as ideias citadas por vários autores a respeito da contabilidade, mostrando a necessidade de um profissional capacitado auxiliando no processo de tomada de decisões pelos gestores.

No que se refere aos objetivos, o intuito do presente artigo é evidenciar a contribuição do contador como consultor contábil na gestão das microempresas e das empresas de pequeno porte no Brasil, pode-se apontar que esta pesquisa é do tipo Exploratória. Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. (GIL, 2002, p.41).

O estudo foi desenvolvido em 4 etapas: Pesquisa bibliográfica, obtenção e organização dos dados, análise/desenvolvimento e conclusão. A etapa que aborda aos procedimentos da pesquisa, foi elaborada através de estudo bibliográfico, através de consultas em livros, artigos e sites que abrangem o papel social do contador nas micro e pequenas empresas. E posteriormente apresenta as responsabilidades e a importância do papel na gestão do contador nas micro e pequenas empresas, as dificuldades mais relevantes dos gestores em relação à contabilidade das microempresas e empresas de pequeno porte e apresentadas ferramentas contábeis utilizadas no auxílio à tomada de decisões.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O contador, através de instrumentos disponibilizados pela contabilidade gerencial, pode auxiliar os gestores das empresas na tomada de decisões, nos controles internos e no processo de gestão. Listados abaixo estão alguns conceitos de instrumentos que são importantes para a gestão das microempresas e empresas de pequeno porte. Custeio ABC: Segundo Martins (2003) sua aplicação possibilita a melhor visualização dos custos por meio de análises das atividades executadas dentro das organizações e suas respectivas relações com os produtos; Valor Econômico Agregado -EVA: Para Drucker (2005), a aplicação desta ferramenta baseia-se no que conhecemos como lucro, o dinheiro que sobra para remunerar o capital. Até que a empresa produza um lucro maior do que seu custo de capital, ela operará com prejuízo; Teoria das Restrições: Conforme Noreen, Smith, Mackey (2002) a aplicação deste modelo de gerenciamento consiste principalmente em fazer da empresa produtiva e lucrativa, traçando metas para a organização. Entretanto para alcançar suas metas foi revelado pelo livro “A Meta” os cinco passos necessários. Segue abaixo os passos. 1. Identificar a restrição do sistema 2. Explorar a restrição do sistema 3. Subordinar qualquer outra (AUGUSTO; BRAGA. A Evolução da Contabilidade).

Em Resumo, nestas circunstâncias, o gestor deverá utilizar-se dos serviços de um consultor contábil que através de seus conhecimentos irá aconselhar quanto à maneira de administrar os recursos financeiros da empresa em resultado da apuração e recolhimento de impostos e taxas relacionados a prestação de serviços. Nessa perspectiva, para restringir o alto índice de mortalidade das MPEs, os gestores destas necessitam de

auxílio de um Consultor Contábil, da qual a sua responsabilidade é aconselhar aos gestores quanto à maneira de gerenciar os recursos financeiros da empresa em decorrência do recolhimento e apuração de impostos e outras obrigações referentes à prestação de serviços.

Tendo em vista que, este é extrema importância na tomada de decisões, pois evidenciará através dos relatórios contábeis as informações necessárias para que os gestores alcancem à lucratividade, boa expectativa de continuidade e novos recursos. O Consultor Contábil tem a responsabilidade de analisar contas a receber, contas a pagar, os demonstrativos de fluxo de caixa, controle de custos, controle do ativo imobilizado, folha de pagamento, fazer levantamentos das necessidades dos clientes, simulações de resultados e preços tendo como base dados contábeis, avaliar tendências do mercado, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e etc.

Portanto, conclui-se que o papel do contador nas microempresas e empresas de pequeno porte é fundamental, logo que, através dele se torna possível usufruir de inúmeras vantagens que a utilização correta das informações contábeis traz para gestores, fornecendo suporte necessário para que sejam tomadas decisões com segurança e dando a estes gestores melhores possibilidades e condições de se trabalhar. Resultando a estas empresas maiores chances de sobrevivência, e como consequência, resultando também, uma performance socioeconômica positiva para o país.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Rayza Poliana; BRAGA, Tiago. **A evolução da contabilidade**. Disponível em:

<http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/90c0de1833a9572a0310100755ef5cb4.pdf> Acesso em: 16 jun. 2021

DIAS, Elaine Ap. **O contador Gerencial**. Boletim CRC SP, São Paulo, n.159, p.12- 13, ago. 2006. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-abre-14-milhao-de-novas-micro-e-pequenas-empresas-em-2020/>> Acesso em: 25 de fev. 2021

IBGE, **As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil**. 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1898.pdf>> Acesso em: 10 de abr. 2020

SEBRAE, **Relação dos Contadores Com As MPEs**. 2016. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/568363615806fbcdbace04e150f8fa83/\\$File/7477.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/568363615806fbcdbace04e150f8fa83/$File/7477.pdf)> Acesso em: 19 mai. 2021

SEBRAE. In ESTUDOS e pesquisas. **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil**. Brasília, 2004.

A IMPORTÂNCIA DE REALIZAR O PROCESSO DE AUDITORIA INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES¹

Sara de Souza Barbosa²
Cicero Philip Soares do Nascimento³

RESUMO

O artigo apresenta a importância de realizar o processo de auditoria interna dentro das empresas a fim de averiguar se as atividades estão sendo realizadas de forma correta com a finalidade de prevenir riscos que afetem o patrimônio e controle interno da organização. Dessa forma, o objetivo da pesquisa consiste em investigar a percepção dos colaboradores de empresas sobre a importância da auditoria interna como ferramenta do controle interno e gestão de risco. Trata-se de um estudo descritivo de procedimento qualitativa e por meio da pesquisa bibliográfica e análise estatística descritiva, pois busca descrever os dados encontrados.

Palavras-chaves: Auditoria interna. Controle Interno. Gestão de Risco.

1 INTRODUÇÃO

Com a competitividade dos negócios e avanço da tecnologia, as empresas entram em um processo de constante evolução e quebra de paradigmas. Segundo Souza (2019), diante desse novo ambiente, tem se verificado a necessidade, cada vez mais frequente, de se diagnosticar as oportunidades de negócios e de estratégias das organizações. Desse modo, para manter uma organização no mercado com o contexto atual, os gestores precisam buscar ferramentas que contribuam no desenvolvimento das metas e objetivos da organização.

A auditoria interna está diretamente envolvida nesta nova situação e pode contribuir com seus serviços para o desenvolvimento estratégico das organizações, com a finalidade de melhorar o processo de gestão interna e alcançar os objetivos e metas. A auditoria interna é uma importante ferramenta da contabilidade, surge para assegurar as informações com fidedignidade, transparência e compreensão, elevando a eficiência e eficácia dos processos financeiros e econômicos das organizações. (SENHORAS, 2020)

A empresa que realiza auditoria interna com frequência identifica os riscos que estão acontecendo dentro da organização, o qual pode impactar diretamente no planejamento estratégico da companhia. Para Souza (2019), ter o conhecimento da sua existência, da sua dimensão e de como minimizar esses riscos corporativos é mais importante, do que correr riscos sem saber quais são ou mesmo sabendo, não tendo a noção da sua magnitude. Esses riscos desconhecidos podem já estar afetando as operações da organização ou até pior, poderão impactar futuramente o negócio da organização.

Nesse cenário que envolve a importância da auditoria interna para as entidades, torna-se relevante aprofundar esse estudo e formular-se o problema da pesquisa: Qual a percepção dos colaboradores de empresas de Aracati-CE sobre a importância da auditoria interna como ferramenta do controle interno e gestão de riscos? O objetivo geral deste trabalho consiste em investigar a percepção dos colaboradores de empresas de Aracati-CE sobre a importância da auditoria interna como ferramenta do controle interno e gestão de riscos.

2 METODOLOGIA

Para o contexto metodológico adotou-se pesquisa descritiva, com procedimento bibliográfico de natureza qualitativa e análise estatística descritiva, cujo foco é demonstrar a importância de realizar o processo de auditoria interna como ferramenta do controle interno para auxiliar na gestão de riscos. A pesquisa foi realizada por meio de questionário aplicado com 250 colaboradores de duas empresas situadas em Aracati-CE, incluindo os gerentes e diretores.

2.1 Processo de Auditoria Interna Realizado nas Empresas

O processo de auditoria interna possibilita oportunidades para melhorar o controle interno e gestão de risco das empresas. O processo de auditoria interna pode ser realizado por empresas especialistas na área ou o auditor pode fazer parte do quadro de funcionários da organização. Segundo Cordeiro (2015), a auditoria é utilizada dentro das empresas como um instrumento de gestão que agrega conhecimentos importantes, e que apresenta resultados positivos em todos os setores da empresa.

O processo de auditoria interna deve ser realizado dentro das empresas de acordo com as normas de auditoria interna, inicia com a reunião de abertura, logo em seguida, a execução da auditoria interna nos setores da empresa, posteriormente, com a reunião final e relatório da auditoria com o objetivo de mostrar os resultados esperados e alcançados, avaliação dos riscos dentro do controle interno e como solucioná-los.

O objetivo da auditoria interna, de acordo com Luz (2015), é ajudar os gestores e sócios das organizações a obterem uma análise ampla sobre a realidade da empresa e auxiliar todas as áreas a exercer suas atividades de forma correta e eficiente. A atividade essencial da auditoria interna é realizar análises e recomendações com a finalidade de melhorar determinado setor.

2.2 Os Benefícios da Auditoria para o Controle Interno e Gestão de Risco da Empresa

Um dos benefícios da auditoria interna é a identificação dos riscos existentes dentro do controle interno, de acordo com Chaves (2012), os riscos são conhecidos como, as fraudes dentro do processo interno, erros constantes que pode ocorrer de forma intencional, algumas vezes pelo próprio colaborador da empresa, gerando riscos que impacta direto na gestão e patrimônio da organização. Caso haja alguma anomalia será detectado durante o processo de auditoria interna e os gestores terão ciência dos problemas encontrados com a finalidade de solucioná-los de forma correta. Dessa forma, os gestores realizam o processo de auditoria para prevenir os riscos dentro do controle interno e com objetivo de melhorar a gestão interna.

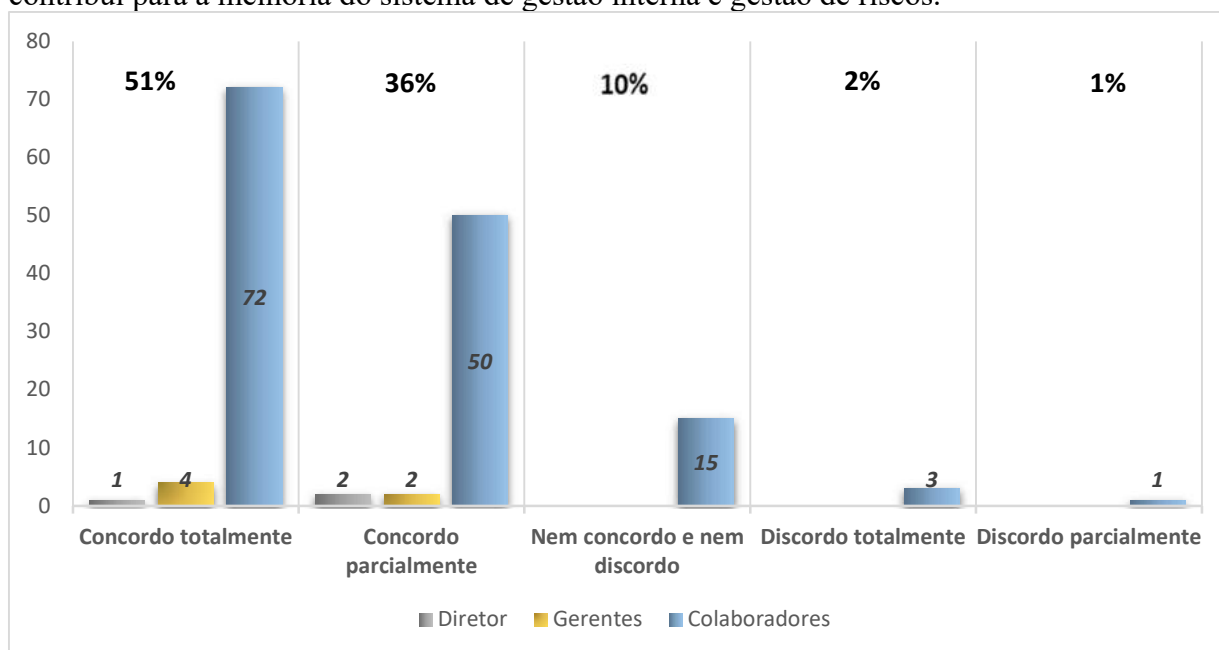
À vista disso, os riscos se desenvolvem nas organizações devido o avanço tecnológico, pois a maioria das empresas não capacita os funcionários para o contexto atual do mercado. Também pode ocorrer por excesso de confiança dos gestores com o colaborador, dessa forma, o funcionário pode agir com más intenções e prejudicar a gestão da empresa. As organizações que realizam o processo de auditoria interna com frequência têm uma ótima gestão do controle interno e transparência da gestão de riscos.

De acordo com Souza (2020), o controle interno é uma ferramenta fundamental nas organizações e que a auditoria interna agrega grandes benefícios, pois é formado por um conjunto de regras e normas que devem ser seguidas por todos os colaboradores da instituição, com o objetivo de garantir a eficiência e eficácia das atividades. A auditoria é realizada para garantir a confiabilidade do processo interno, a realização das normas definidas e melhorar os processos internos para obter excelentes resultados.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada com duas empresas localizadas na cidade de Aracati-CE, que têm conhecimento do processo de auditoria interna e que são auditadas. As informações foram obtidas por meio do questionário enviado para 250 colaboradores das organizações, conseguindo alcançar 150 respostas de diferentes áreas das empresas. O questionário foi desenvolvido com questões fechadas de múltipla escolha com o objetivo de não tornar cansativa a pesquisa. As perguntas foram sobre o processo de auditoria interna realizada dentro da empresa.

Gráfico 04 – A auditoria interna identifica e avalia exposições significativas dos riscos e contribui para a melhoria do sistema de gestão interna e gestão de riscos.



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Com o objetivo de avaliar e prevenir os riscos dentro do controle interno, os gestores utilizaram o processo de auditoria interna. Por meio da auditoria interna é possível identificar diversos riscos que a organização está enfrentando e que pode prevenir. Os riscos podem se desenvolver em diferentes áreas da empresa. No setor estratégico da empresa os riscos podem ser desenvolvidos por meio das falhas na produção das mercadorias gerando a insatisfação dos clientes. Dessa forma, a empresa perde clientes, as vendas começam a cair e conseqüentemente a concorrência no mercado aumenta.

Um dos principais riscos que as empresas podem enfrentar são os riscos financeiros, podem ser desenvolvidos por diferentes formas como, investimentos relacionados ao mercado que não tem o retorno esperado. Desse modo, aumenta as dívidas da empresa, as receitas não são suficientes para efetuar todas as dívidas, então são realizados empréstimos com juros altos para solucionar as dívidas. Os riscos financeiros têm grande impacto nas atividades e patrimônio da empresa e podem gerar até a falência das organizações.

O risco que pode gerar maior consequência para as organizações são os riscos de conformidade dentro da empresa, são relacionados com a obrigação de cumprir com as normas e regras exigidas. Esses riscos são as falhas dentro do controle interno que pode afetar a sociedade, como a produção de mercadores com produtos adulterados, a empresa

pode ser obrigada a fechar caso seja identificado esse tipo de risco. Dessa forma, os gestores realizam o processo de auditoria para averiguar as atividades do controle interno e prevenir esse tipo de risco para a empresa.

4 CONCLUSÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a investigar a percepção dos colaboradores de duas empresas localizadas na cidade de Aracati-CE sobre a importância da auditoria interna como ferramenta de controle interno e gestão de riscos. Observou-se que através do processo de auditoria interna os riscos são avaliados relativos a confiabilidade, transparência e integridade das informações. Garantindo que as regras, normas e atividades do controle interno sejam realizadas corretamente. Dessa forma, o processo de auditoria interna é fundamental para as organizações, pois garante a transparência e confiabilidade das informações para os diretores, clientes e investidores.

Assim, como resposta a problemática da pesquisa, conclui-se que o processo de auditoria interna é importante a fim de identificar e avaliar exposições significativas dos riscos para as empresas de pequeno, médio e grande porte, contribuindo como ferramenta para auxiliar o sistema de gestão interna e gestão de riscos das organizações. Com o objetivo de avaliar e prevenir os riscos dentro do controle interno as empresas utilizam o processo de auditoria interna. Dessa forma, são identificados os riscos existentes dentro do controle interno e que podem levar à falência das empresas, caso não sejam identificados e solucionados o mais rápido possível.

Como limitações da pesquisa, evidencia que foi possível realizar a pesquisa somente com colaboradores de duas empresas, pois determinadas organizações localizadas na cidade de Aracati-CE não aceitaram participar da pesquisa e as demais não realizaram o processo de auditoria interna. Sugere-se que outras pesquisas sejam desenvolvidas no sentido de analisar como funciona o controle interno de empresas que não realizam o processo de auditoria interna, com a finalidade de mostrar para os diretores a importância de realizar o processo interno.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, Jair A. **A Importância Dos Controles Internos E Evidenciação Das Informações Contábeis Frente à Tomada De Decisão**.p, 14-16. Clube de Autores: 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=F0Z8DwAAQBAJ&pg=PA15&dq>>. Acesso em: 14. nov. 2020.

CORDEIRO, Afonso. **Auditoria de Sistema de Gestão Integrada**. São Paulo/SP, p. 16-17. Pearson Education do Brasil: 2015. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35511/pdf/0?code>>. Acesso em: 02 nov.2020.

SENHORAS, Elói Martins. **Gestão de Organizações Públicas, Privadas e da Sociedade Civil**.Belo Horizonte/MG,p. 185-187, Atena Editora: 2020. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=EOjbDwAAQBAJ&pg=PA186&dq#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOUZA, Hamilton Lopes. **Auditoria Interna: Guia básico para formação de auditores**. Curitiba/PR, p.10-12, Clube de Autores: 22 fevereiro de 2019. Disponível

em:<https://books.google.com.br/books?id=YG_0DwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=AUDITORIA+INTERNA>. Acesso em: 15 set. 2020.

SOUZA, Hamilton Edson Lopes. **Metodologia de Auditoria Interna**. Curitiba/PR, p.07-08, Contentus: 2020. Disponível em:<<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184838/pdf/6?code>>. Acesso em: 20 out. 2020.

A DEPENDÊNCIA FISCAL DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DE ARACATI AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL: UM ESTUDO TRANSVERSAL À ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA LOCAL.

Samille da Silva Pereira¹ (Aluna do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: samille.martins@fvj.br), **Cícero Philip Soares do Nascimento²** (Orientador - Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: cicero.philip@fvj.br).

RESUMO

O Regime Federalista como organização político-territorial tem como princípios norteadores, a alocação de recursos nacionais, a descentralização de receitas e a autonomia dos entes subnacionais. Esses princípios objetivam reduzir as disparidades regionais, proporcionando o equilíbrio fiscal vertical e horizontal em cada esfera do governo. Neste cenário, as transferências intergovernamentais são instrumentos de equalização social proposta pelo Federalismo Fiscal, com a finalidade de conceder a autonomia preceituada pela Constituição de 1988. Todavia, fatores como a forma de redistribuição fixada para destinação desses recursos trazem à tona distorções inerentes ao Sistema de Transferências Intergovernamentais. Os volumosos repasses Federais ao mesmo tempo que geram acomodações na arrecadação local dos municípios, também desencadeiam uma relação de dependência ao órgão concedente. Assim, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) representa a segunda maior categoria dessas transferências. O presente estudo tem como objetivo analisar o grau de dependência dos municípios da Microrregião do Litoral de Aracati ao FPM, entre 2017 e 2020. A pesquisa tem abordagem descritiva, de cunho qualitativo e caráter documental à medida que utiliza os dados da Receita Total, da Receita Tributária e da Cota-parte FPM Tributária presentes no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, peça que compõem o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, descrevendo seus efeitos. Ao relacionar a cota-parte FPM com a arrecadação própria, verificou-se a alta proporção percentual que uma significa sobre a outra. Os resultados apontam para uma relação de dependência de todos os municípios da região investigada ao FPM, motivada tanto pelo baixo poder de arrecadação local quanto influenciada pelas variáveis populacionais e econômicas.

Palavras-chaves: Fundo de Participação Municipal; Transferências Intergovernamentais; Microrregião do Litoral de Aracati.

INTRODUÇÃO

A organização político-administrativa Federalista tem como uma de suas características, a alocação eficiente de recursos nacionais. Tal aspecto é desempenhado de forma descentralizada e vertical nas diferentes esferas de governo. Assim, surge a figura das transferências intergovernamentais, as quais devem possuir caráter equalizador das disparidades regionais e propiciar autonomia aos entes subnacionais. Todavia, Marins (2016) entende que a barganha por recursos da união promove uma espécie de “preguiça fiscal”, gerando menor esforço na competência tributária local enquanto estimula a dependência dos municípios aos repasses Federais.

Assim, tem-se o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como a segunda maior categoria de transferências, atrás apenas do repasse da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estados para os municípios (MENDES; BOUERI; BLANCO, 2008). Perante as demais transferências redistributivas, o Fundo de Participação dos Municípios é a aquela frequentemente evidenciada na literatura devido ao seu volumoso

impacto no orçamento municipal.

Ante ao exposto, ao mesmo tempo em que se percebe o grau de impacto desse recurso financeiro na complementação da receita corrente arrecadada pelos entes municipais interioranos, essa reflexão é tangente ao principal questionamento que norteia este estudo: *Qual o grau de dependência fiscal da Microrregião do Litoral de Aracati ao Fundo de Participação dos Municípios?*

Essa região é composta pelos municípios de Aracati, Fortim, Icapuí e Itaiçaba, de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará (2016), formulado pela Secretaria das Cidades do Estado do Ceará.

O objetivo geral deste estudo é investigar o grau de dependência fiscal da Microrregião do Litoral de Aracati ao Fundo de Participação dos Municípios.

Para o alcance do objetivo geral, o estudo apresenta como objetivo específico a verificação do impacto da cota-parte do FPM sobre as receitas totais e tributárias.

Os altos valores do FPM têm potencial impacto no orçamento dos municípios interioranos, de forma que a arrecadação própria se torna desproporcionalmente menor, a ponto destes municípios tornarem-se dependentes deste repasse federal, inclusive sentindo as consequências de eventuais quedas nos repasses. Logo, o pressuposto inicial deste trabalho é a de que os municípios têm uma relação de dependência ao FPM, cujo grau oscila entre moderado a alto.

Logo, a pesquisa contribui com a administração direta dos municípios de estudo, com a sociedade civil e órgãos de controle externo ao possibilitar a expansão do controle social por meio do observatório da evolução de receitas arrecadadas (Receitas Totais, Tributárias e do FPM) nos municípios do Litoral de Aracati. O trabalho também figura como um instrumento reflexivo para os gestores municipais estimularem a potencialidade de natureza econômica das cidades, e consequentemente, alavancar a arrecadação própria de forma a promover maior autonomia fiscal para os entes.

MARCO TEÓRICO

A atual estruturação do Estado é a forma como cada esfera de governo consegue se auto-organizar, elaborar sua legislação, administrar seus órgãos públicos e executar políticas públicas (MARINS, 2016). Desse modo, a percepção do autor sobre essa organização é a de que se torna fundamental para que cada ente conquiste autonomia financeira. Muito embora, quando relacionado a aspectos distributivos mal planejados, o sistema de transferências intergovernamentais tende a gerar distorções prejudiciais ao princípio Federativo.

O problema surge quando o exercício da competência tributária própria é realizado de forma precária ou deficiente, ou quando a realidade econômica inviabiliza o retorno financeiro mínimo vislumbrado pelo Poder Constituinte. Nesse caso, os Municípios recorrem a um expediente já considerado comum entre os prefeitos: às transferências intergovernamentais voluntárias (MARINS, 2016).

O FPM concede ampla autonomia subnacional na alocação dos recursos, uma vez que a transferência é não-vinculada, permitindo que se aproveite, na aplicação dos recursos, o maior conhecimento dos governos subnacionais (em comparação com o governo central) acerca das necessidades locais (MENDES; BOUERI; BLANCO, 2008).

De acordo com o Sumário Executivo do Vale do Jaguaribe (2016), o Litoral de Aracati encontra-se entre as quatro microrregiões que formam o Vale do Jaguaribe. A microrregião abriga 21% da população do Vale do Jaguaribe cujo percentual de urbanização é de 58%.

As Receitas Correntes destes municípios são compostas pelas receitas tributárias, de contribuições, patrimonial e pelas transferências correntes.

METODOLOGIA

A análise do grau de dependência dos municípios da Microrregião do Litoral de Aracati foi verificada através de índices percentuais anuais definidos sob três perspectivas. A primeira dispõe do quociente entre o total da cota-parte do FPM e Receita Total (RT). A segunda lida com a proporção da Receita Tributária Própria (RTP) em relação às Receitas Totais. E por fim, a terceira leva em consideração a margem percentual da cota-parte do FPM sobre o total da receita de arrecadação própria.

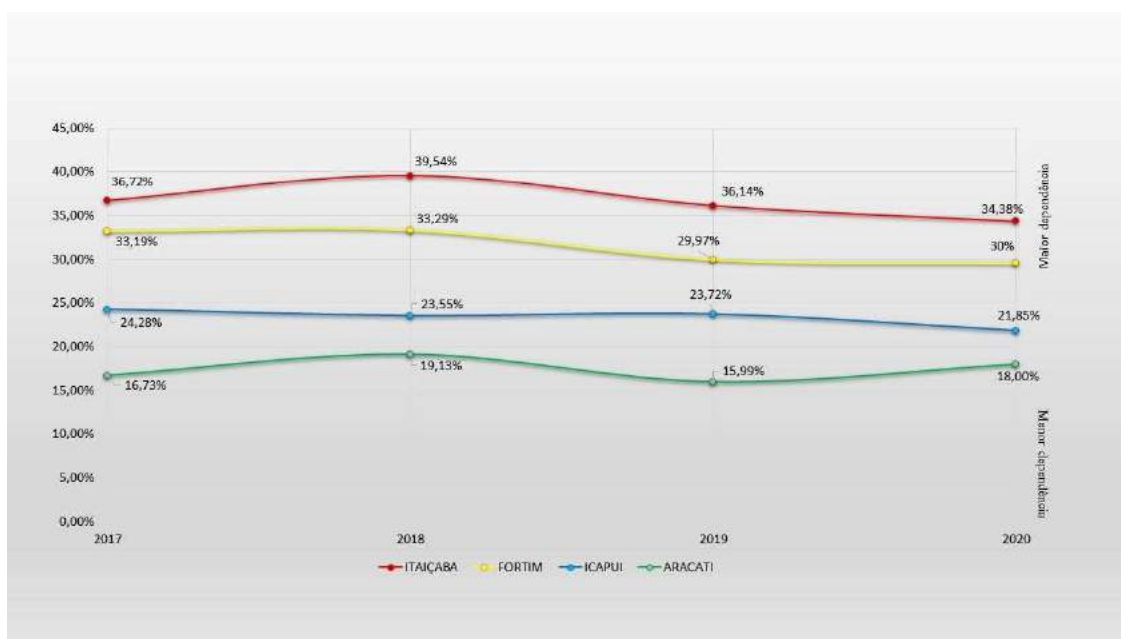
Assim, o desenvolvimento da pesquisa foi viabilizado por meio da verificação documental dos dados extraídos do RREO referente ao 6º bimestre, o qual apresenta o total de receitas acumuladas de janeiro a dezembro. A abrangência do período estudado compreende os anos de 2017 a 2020, por ocasião da informação coincidente disponibilizada para consulta pública. Dessa forma, a quantidade da amostragem do trabalho totaliza 16 relatórios. A peça utilizada na análise foi o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com os dados tabulados, foi possível classificar os municípios em ordem decrescente consoante ao grau de dependência que o FPM significou no período entre 2017 e 2020. Assim, os municípios ficaram classificados na seguinte sequência: Aracati, Icapuí, Fortim e Itaiçaba.

Assim, o gráfico 1 representa a evolução do grau de dependência ao longo dos anos de estudo:

Gráfico 1: Grau de Dependência da Microrregião do Litoral de Aracati ao FPM (2017-2020).



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observou-se que mesmo não apresentando severos índices percentuais, em maior ou menor grau todos os municípios possuíam alguma relação de dependência nos anos de estudo, dado o impacto do recurso, em termos financeiros, no orçamento municipal de cada um.

Constatou-se que as receitas provenientes da arrecadação de tributos mantiveram-se expressivamente abaixo dos valores de repasse do FPM. Por consequência, denota a acomodação das unidades beneficiárias, cuja revelação da baixa capacidade de tributação enseja a necessidade de implementar estratégias eficazes para melhorar a natureza das atividades econômicas do município.

Os municípios menos dependentes são as cidades de Aracati e Icapuí, cujo resultado

pode ter sido influenciado em decorrência das atividades econômicas de industrialização e exploração de petróleo, as quais são capazes de promover a geração de receitas para os municípios. A cidade de Fortim, teve inicialmente uma alta dependência aos repasses, mas apresentou uma tendência de crescimento na arrecadação de receitas próprias tornando-se menos dependente das transferências ao longo do período. Por outro lado, apesar de ter tido evolução na arrecadação, Itaiçaba revelou ter um quadro crítico de dependência aos Repasses Federais.

REFERÊNCIAS

CONTI, J. **Federalismo fiscal e fundos de participação**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

MARINS, Daniel Vieira. **O esforço fiscal dos municípios e as transferências intergovernamentais**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

MENDES, M.; BOUERI, R.; BLANCO, F. **Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma**. Brasília: Senado federal, 2008. (Texto para Discussão n. 40.).

COMPLIANCE FISCAL: UMA ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA A RESPEITO DE SUA RELEVÂNCIA DENTRO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Jarbas Ramiell Ferreira de Sousa¹ (Aluno do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: jarbas.ramiell@fvj.br), Orientador: Cícero Philip Soares do Nascimento² Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: cicero.philip@fvj.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral avaliar a relevância do Compliance Fiscal dentro do processo de planejamento tributário de acordo com as pesquisas acadêmicas atuais. Uma vez que o planejamento tributário é uma ferramenta eficiente, mas que ainda carece de alguns cuidados e técnicas que garantam a segurança tributária da empresa. Segurança está que pode ser alcançada por meio da integração entre o setor de planejamento tributário e o compliance fiscal.

Palavras-chave: Compliance fiscal. Planejamento tributário. Ônus tributário.

INTRODUÇÃO

No âmbito nacional, onde prevalecem as médias e pequenas empresas, o ônus tributário é uma questão sensível devido ao impacto que pode trazer para a lucratividade e sustentabilidade das ME e EPP. Principalmente se considerado que são essas empresas as grandes responsáveis pela circulação de riquezas e geração de empregos (SEBRAE, 2014).

De acordo com Nascimento et al. (2020), o sistema jurídico brasileiro apresenta umas das maiores cargas tributárias e um dos mais complexos sistemas burocráticos; principalmente por apresentar mudanças constantes, diversas obrigações acessórias..

Conforme Quentin (2019), a sustentabilidade fiscal e tributária de uma empresa, na maioria das vezes, está extremamente ligada à complexidade das normas legislativas vigentes sob as quais a empresa está inserida, sendo, portanto, o ponto onde o planejamento tributário deve estar aliado às práticas de compliance.

Derivada do verbo inglês, “*to comply*”, compliance implica no atendimento e conformidade com as regras vigentes em um determinado ambiente. Sendo este necessário para assegurar as boas práticas da governança corporativa e reduzir os casos de corrupção, gerando maior credibilidade e transparência para as empresas nacionais (NASCIMENTO et al., 2020; BLOK, 2014).

Com o intuito de investigar de maneira pormenorizada as reais implicações do tema dentro do contexto tributário brasileiro, definiu-se a seguinte questão norteadora: Qual a relevância do compliance fiscal dentro do processo de planejamento tributário, sob a ótica das pesquisas acadêmicas atuais?

Neste sentido, com vistas a sanar o problema de pesquisa, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral: Avaliar a relevância do Compliance Fiscal dentro do processo de planejamento tributário sob a ótica das pesquisas acadêmicas atuais.

MARCO TEÓRICO

Custo Brasil

A principal dificuldade de um empreendedor consiste em aprender a lidar com as dificuldades apresentadas no ambiente no qual está inserido. Estas dificuldades, se muito elevadas e não tratadas

pelo governo, podem reduzir exponencialmente a chance de sucesso no longo prazo (CARVALHO; ALVES; 2020).

Dentre estas, o pagamento exagerado de impostos é um dos principais obstáculos para as empresas brasileiras. Segundo Quentin (2019).

Regimes Tributários no Brasil

De acordo com a realidade econômica e o ambiente mercadológico brasileiro, no que diz respeito às normas tributárias vigentes, existem três modalidades tributárias: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional.

Simples Nacional

Criado com a intenção de atender as demandas tributárias das ME e EPP, esse regime consiste em um sistema de arrecadação unificado instituído pela Lei 123/2006

Na visão de Da Silva (2019), o principal objetivo do Simples consistiu em diminuir a complexidade tributária das empresas por meio da unificação de todos os tributos em uma única guia, denominada de DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional. O pagamento com o DAS pode envolver obrigações tributárias referentes a até 8 tributos.

Lucro Real

Já em relação ao Lucro real, Crepaldi (2014), afirma que neste regime o lucro só pode ser encontrado mediante escrituração contábil, onde devem ser seguidos, concomitantemente, todos os critérios contábeis e tributários.

Ao contrário do Simples Nacional, no lucro real o contribuinte paga o IR e a CSLL sobre o lucro do período, e não sobre o faturamento. Entretanto, para que isso aconteça, é necessária uma correta apuração dos débitos e créditos por meio do balanço patrimonial, podendo ser de periodicidade trimestral ou anual (ECKERT; PANIZZON; MECCA, 2020).

Lucro Presumido

Por fim, o Lucro Presumido foi regulamentado pela Lei 9.718/1998. Normativo este que define os limites de faturamento para permanência neste regime, considerando o ano calendário anterior. Sendo necessário que a empresa tenha um montante de faturamento inferior a R\$ 48 milhões.

Além do limite de faturamento, algumas atividades estão impedidas de optar por esse regime, ficando as empresas obrigadas a escolher outra forma de tributação. Dentre essas atividades estão empresas que auferam lucros ou rendimentos no exterior; entidades financeiras; quaisquer organizações que usufruem de benefícios fiscais que promovem isenção ou redução do IRPJ, (ECKERT; PANIZZON; MECCA, 2020).

Planejamento Tributário

Nesse sentido, para a definição do Planejamento Tributário, devem ser levados em consideração o conjunto de atos e sistema normativos, para que não haja descumprimento da lei. Se feito desta forma, a gestão de tributos será uma forma de tornar o regime tributário escolhido menos oneroso para a empresa.(DA SILVA, 2019).

Elisão fiscal versus Evasão fiscal

Nesse sentido, para a definição do Planejamento Tributário, devem ser levados em consideração o conjunto de atos e sistema normativos, para que não haja descumprimento da lei. Se feito desta forma, a gestão de tributos será uma forma de tornar o regime tributário escolhido menos oneroso para a empresa. Onde cada ação a ser tomada com esse objetivo deve estar pautada em um estudo prévio sobre as condições da empresa, o ambiente corporativo e as principais obrigações fiscais, inclusive aquelas de cunho assessorio (DA SILVA, 2019).

Compliance

O compliance não necessariamente tem a função de reduzir os ônus tributários, mas sim de evitar

penalizações futuras por meio do descumprimento da lei. Sendo este um sistema mais voltado para o combate da corrupção

Compliance Fiscal

O compliance não necessariamente tem a função de reduzir os ônus tributários, mas sim de evitar penalizações futuras por meio do descumprimento da lei. Sendo este um sistema mais voltado para o combate da corrupção, uma vez que esta prejudica não apenas as finanças empresariais, mas também a economia como um todo. (HAYASHI, 2014).

METODOLOGIA

Quanto aos objetivos está pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, baseada na tipologia de Raupp e Beuren (2008) utilizando desse método por tratar-se da investigação de um determinado tema.

Quanto aos procedimentos, serão utilizadas estratégias de levantamento de dados para extrair as principais informações pertinentes ao tema.

A pesquisa também é considerada uma revisão bibliográfica, uma vez que necessitam do seu andamento e progresso para melhor elucidação do tema. (SOARES; PICOLLI; CASAGRANDE, 2018).

Os procedimentos metodológicos foram divididos em 3 etapas, sendo a primeira etapa realizada por meio da seleção e agrupamento dos principais estudos pertinentes ao tema e encontrados por meio da plataforma “*Google Acadêmico*”; por conseguinte, foram filtrados apenas estudos publicados entre os anos de 2000 à 2021 e cuja leitura do resumo identifique a pertinência do artigo em sintonia com o tema proposto – sendo um total de 17 estudos, formando, dessa forma, o universo de pesquisa. Essa etapa inicial consistiu, primeiramente, em realizar buscas na plataforma citada com a utilização dos termos “compliance”, “compliance fiscal” e “planejamento tributário”. Após isso, foi realizada a leitura do resumo dos artigos para que fossem eliminados aqueles cujo estudo não condizia com o tema proposto nesta pesquisa.

Por fim, a etapa final consistirá na formação da amostra específica conforme a utilização da pesquisa por palavras-chave em todo o artigo, sendo elas: “*compliance*”; “planejamento tributário”; “elisão”, “evasão”, “multas” e “ônus tributário”.

O critério de eliminação dos artigos para compor a amostra final consistiu naqueles artigos que apresentaram 3 ou mais das palavras-chave descritas acima, considerando todo o corpo do seu texto, de acordo com a metodologia aplicada no trabalho de Tonello, Lunardelli, e De Almeida Junior (2012).

Por fim, o processo de tratamento dos dados terá início com o estudo dos textos da amostra, onde os mesmos serão comparados e tabulados com base no objetivo geral deste estudo de avaliar a relevância do Compliance Fiscal dentro do processo de planejamento tributário sob a ótica das pesquisas acadêmicas atuais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dos 17 artigos selecionados por meio da plataforma do “*Google Acadêmico*”, após a aplicação dos critérios de eliminação, apenas 10 deles foram selecionados para a amostra final do estudo.

Com base nos artigos analisados, percebeu-se maior incidência de termos relacionados ao planejamento tributário, mesmo naqueles trabalhos cujo tema era especificamente voltado para o compliance, indicando que existem muitos pontos em comum em ambas as áreas que podem levar à uma maior dificuldade de diferenciação teórica e, por sua vez, dificultar ainda mais a sua aplicação no campo prático, seja de do planejamento tributário, do compliance fiscal ou de ambos em conjunto.

Desta forma, pode-se inferir que o compliance fiscal ainda é uma ferramenta incipiente cujas pesquisas, mesmo identificando seus benefícios e vantagens para a empresa, apresentam divergências conceituais no que diz respeito à sua congruência com do planejamento tributário.

CONCLUSÃO

Com base no objetivo geral desta pesquisa de avaliar a relevância do Compliance Fiscal dentro do

processo de planejamento tributário sob a ótica das pesquisas acadêmicas atuais, pode-se concluir que a utilização de ferramentas de compliance em conjunto com as técnicas de planejamento tributário tem se mostrado um diferencial competitivo dentro das empresas.

Indo ao encontro com os achados de Oliveira e Germinari (2020), inferiu-se que a utilização de um sistema eficiente de compliance tem a capacidade de fortalecer o mercado local por meio do aumento na confiança dos investidores e da permanência dos postos de trabalho. Esse fortalecimento ocorre com a prevenção de riscos, minimização da carga tributária e otimização das condutas éticas no mundo corporativo, reduzindo as práticas evasivas e gerenciando estratégias elisivas viáveis.

REFERÊNCIAS (Até 5 autores)

DE OLIVEIRA, Bruno Bastos; GERMINARI, Jefferson Patrick. Compliance fiscal: diminuição de riscos e aumento de competitividade no mundo corporativo. **Scientia Iuris**, v. 24, n. 1, p. 78-98, 2020.

DO NASCIMENTO, José Orcélio et al. A importância do Compliance para o departamento fiscal das empresas de contabilidade. **Revista Linceu On-Line**, v. 10, n. 2, p. 84-102, 2020.

QUENTIN, C. (2019). Acceptable levels of tax risk as a metric of corporate tax responsibility: theory, and a survey of practice. **Nordic Tax Journal**. Issue 1. Recuperado de: <https://content.sciendo.com/view/journals/ntaxj/2019/1/article-p1.xml?language=en>.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. **In:** BEUREN, I. M. et al. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 3, p. 76-97.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Receita Federal bate recorde em autuações em 2017. <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2018/fevereiro/receita-federal-bate-recorde-em-autuacoes-em-2017>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

A TECNOLOGIA COMO AUXÍLIO NO PROCESSO DECISÓRIO NA CONTROLADORIA

Gabriela Ferreira de Almeida¹ (Aluna do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: gabriela.almeida@fvj.br), Larissa Karoline Souza Silva (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: larissa.silva@fvj.br)

RESUMO

A controladoria é uma área de fundamental importância no campo do planejamento, pois nela se tem as informações necessárias para as definições estratégicas e do objetivo da empresa, acompanhando a trajetória e fazendo uso dos seus dados e a proteção de seus ativos. Este presente artigo tem como objetivo analisar a contribuição da tecnologia no âmbito da controladoria e seu processo decisório dentro das empresas. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo, em busca de entender e descrever as atividades cotidianas da controladoria dentro das entidades, procurando analisar o uso e implantação desses sistemas nas empresas objetos de estudo. As organizações utilizam-se de recursos que facilitam a exploração e gerenciamento dos dados coletados e agilizam a descoberta e o compartilhamento de informações. Pode ser notado, também, que esses recursos tecnológicos auxiliam na tomada de decisão, uma vez que podem interferir na diminuição do tempo da análise e no envio com maior precisão dos dados. Além disso, contribuem diretamente na qualidade, segurança e velocidade da informação para subsidiar o processo de decisão. Conclui-se que a tecnologia, por meio desses sistemas e estando ligada ao processo decisório na controladoria, influencia todos os setores da empresa, colaborando de forma precisa em todas as áreas da organização, aumentando consideravelmente o desempenho operacional e econômico.

Palavras-chave: Tecnologia. Controladoria. Influência. Decisão. Informações.

INTRODUÇÃO

A controladoria tem como objetivo guiar a organização na tomada de decisão para o cumprimento de sua missão e continuidade (MOSIMANN; FISCH, 1999). Barreto (2008, p. 7) afirma que “[...] cabe à Controladoria uma posição de prudência e cuidado, em relação a alguma informação que pareça fora dos padrões e que venha a comprometer os resultados da entidade [...]”.

O recurso da tecnologia de informação é o melhor meio pelo qual as organizações têm um resultado gratificante. Primak (2019) afirma que independente do setor de atuação ou porte da empresa, as escriturações, contabilizações e a administração das informações são alvo do mercado nacional que disponibiliza processos compostos com a finalidade de automatizá-las. Tendo em vista que o processo decisório está presente em todos os níveis da organização, pode-se afirmar que a tecnologia gera uma automatização das operações.

Com base no exposto, tem-se o seguinte questionamento: Qual a contribuição da tecnologia da informação nas tomadas de decisões na área da controladoria em 3 empresas cearenses? A pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição da tecnologia no âmbito da controladoria e seu processo decisório dentro das empresas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A controladoria tem como propósito o gerenciamento de diligências o qual visa a cooperação que reflete um resultado geral igual ou maior que os individuais das áreas, isso garante a execução da atividade e da continuidade da empresa. A instância onde são tomadas as decisões que são entendidas nas conclusões estimadas pelos dirigentes da entidade e abrange o processo de coordenação, é caracterizada pela extensão de controle de dados e informações (REGINATO; NASCIMENTO, 2006), portanto, conclui-se que planejamento, controle e execução compreendem o processo de gestão. O crescimento dos sistemas de computação

ocasionou o aumento das funções da controladoria, encarregadas da formação de informações entre todas as áreas da empresa.

Segundo O'Brien e Marakas (2012), o uso iminente dos sistemas no processo evolutivo da qualidade dos serviços da empresa, é evidenciado por meio de investimentos em tecnologia de informação fortalecem a relação com o cliente, porém é imprescindível que a organização se empenhe não apenas na limitação de custos e despesas, mas no investimento em projetos inovadores. A distribuição das informações realizadas pelos sistemas é permitida apenas se os administradores e todos os que usufruem das informações, estiverem relacionados com os recursos da informação.

METODOLOGIA

O estudo classifica-se como qualitativo, pois busca identificar os recursos tecnológicos utilizados na área de controladoria das organizações e analisar a utilização das ferramentas tecnológicas na tomada de decisão da gestão, não utilizando-se de porcentagens ou estatísticas. Enquadra-se, quanto aos seus objetivos, como um estudo de caráter descritivo, pois busca descrever as atividades cotidianas da controladoria dentro das entidades, procura-se analisar o uso e implantação desses sistemas nas empresas objetos de estudo.

Quanto ao procedimento técnico utilizado para a coleta de dados, optou-se pela pesquisa de campo, os participantes da pesquisa vêm de uma amostra de 3 empresas cearenses. Assim, os respondentes foram os gestores responsáveis pela controladoria das organizações. Vale ressaltar que optou-se por ocultar a razão social da empresa e nome dos participantes da pesquisa, como maneira de preservar suas identidades. O instrumento de pesquisa escolhido para este estudo foi o questionário, que foi elaborado com o intuito de captar as informações necessárias para analisar como a tecnologia faz parte do âmbito da controladoria e de seus processos decisórios dentro das organizações.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A amostra da pesquisa é composta por três respondentes, todos do gênero masculino, com formação acadêmica na área da contabilidade e ativos nas empresas há mais de 5 anos. Ademais, o respondente da empresa X acrescentou que também trabalha nas demais lojas – localizadas em Icapuí, Fortim, Canoa Quebrada e Jaguaruana – que compõem a empresa como um todo. A controladoria da empresa Y e da empresa Z afirmam desempenhar funções como o acompanhamento de orçamentos, acompanhamento e elaboração das demonstrações financeiras, relatórios gerenciais em geral, informações estratégicas, viabilidade em projetos de investimento, análise e controle de custos e regras de negócio.

Quanto aos recursos tecnológicos utilizados para a coleta de informações na área da controladoria, observou-se que é comum, entre as três empresas, a utilização do Sistema de Gestão Integrado (ERP). A empresa X também faz uso do LOGUS Servidor Central de Dados. No caso da empresa Z, todas as informações são retiradas do ERP e, em conjunto com os programas disponibilizados de apresentações de dashboard, são apresentadas as informações diárias da empresa. A empresa Y também usa Big Data e Sistema Próprio de Negócio. No que se refere aos procedimentos utilizados para a coleta de informações, em cada recurso citado pelos respondentes, observa-se que o ERP produz relatórios com distintas informações – vendas, margens, perdas e quebras, custos, lucros etc. – para que possa ser feita a tomada de decisão adequada para cada ponto de melhoria analisado.

A empresa X procura sempre realizar análises com a detentora da ferramenta do LOGUS (ERP) e do Tableau, tendo em vista melhorias contínuas em relatórios, acessos remotos e velocidade na compilação de informações. Dessa forma, buscando sempre a eficiência e eficácia das ferramentas que auxiliam na tomada de decisão da empresa, e de forma mais individual para o setor de controladoria. A empresa Y afirma que as áreas de TI e Controladoria estão interligadas

em suas necessidades, portanto os feedbacks são contínuos no que se refere ao potencial de contribuição desses investimentos ou evoluções em tecnologia. A tecnologia hoje é o principal aliado da controladoria, contribuindo, assim, para a segurança e agilidade nas informações.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados apresentados na pesquisa, foi possível ter uma visão de como a tecnologia auxilia no processo decisório na controladoria. Notou-se que as organizações utilizam recursos tecnológicos na tomada de decisão, dado que interfere na diminuição do tempo da análise e no envio com maior precisão dos dados, influenciando diretamente na qualidade, segurança e velocidade da informação para subsidiar o processo de decisão.

No geral, observou-se que as empresas utilizam o Sistema de Gestão Integrado (ERP) que facilita a exploração e gerenciamento dos dados coletados e agiliza a descoberta e o compartilhamento de informações. Além disso, utilizam também o Business Intelligence (BI), tendo então um considerável aumento no desempenho operacional e econômico.

Em relação aos recursos tecnológicos utilizados, verificou-se que auxiliam na decisão em cada ponto de melhoria, pois são analisados de forma correta pelos servidores de dados, efetivando as atividades da controladoria. Assim, constatou-se que a tecnologia desempenha um papel importante na tomada de decisão, tornando-se uma indispensável ferramenta dentro da controladoria. O uso desse recurso assegura ao controller, ou gestor responsável das atividades prestadas, a utilização das informações obtidas e analisadas de forma segura e eficaz.

Dentre as limitações do estudo destacam-se o fato de ter sido desenvolvido em três empresas de médio porte, o que faz com que as conclusões se restrinjam a elas. Para estudos futuros recomenda-se que a pesquisa seja aplicada no mesmo segmento, mas em empresas de portes e setores diferentes para a melhor avaliar o funcionamento da tecnologia dentro de sua controladoria.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Maria da Graça Pitiá. **Controladoria na gestão: a relevância dos custos da qualidade**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.
- O'BRIEN, James A., MARAKAS, George M. **Administração de Sistemas de Informação**. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- PRIMAK, Fábio Vinícius; **FORTABILIDADE - A Contabilidade na Era da Informática**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

CONTABILIDADE GERENCIAL: SUA RELAÇÃO NA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS ENTIDADES

¹Danilo Maia Lima, (Aluno do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: daniлом@fvj.br), ²Orientador -Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: cicero.philip@fvj.br

RESUMO

No Trabalho foi demonstrada a contribuição da contabilidade como meio de fornecer dados e informações para o processo no controle dentro das empresas a fim de evitar erros e fraudes. O trabalho teve como objetivo aprofundar o conhecimento quanto à utilização da contabilidade gerencial e suas ferramentas como meio de produzir relatórios e informações que possam ser utilizadas pela gestão da empresa.

O estudo também relatou as vantagens e benefícios da contabilidade gerencial, também aborda a atuação do contador como principal aliado no controle interno das empresas.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial; Controle Interno; Erros e fraudes.

INTRODUÇÃO

A contabilidade gerencial cria relatórios que serão utilizados internamente fornecendo informações mais completas sobre a situação da empresa, uma vez que ela busca atender o gerenciamento é possível haver um planejamento e controle mais eficazes das atividades realizadas pelas empresas.

O problema da pesquisa se deu a partir da necessidade da melhoria contínua e maior segurança e controle nas atividades desempenhadas pelas empresas. Tendo em vista as dificuldades que as empresas enfrentam.

MARCO TEÓRICO

Dentre os vários ramos da contabilidade, a contabilidade gerencial está em destaque como ferramenta gerencial indispensável para gestão. A contabilidade gerencial é o método de verificar, analisar e fornecer informações à administração para a elaboração do planejamento e controle de uma empresa. A contabilidade gerencial produz informações necessárias para a administração e para o desenvolvimento de uma empresa.

Foi abordado na pesquisa o Fluxo de Caixa auxiliando como Ferramenta que poderá indicar algum desequilíbrio financeiro na empresa que poderá ser um erro ou fraude.

O orçamento como ferramenta que aperfeiçoa a alocação dos recursos da empresa buscando maior controle do capital disponível.

METODOLOGIA

A pesquisa documental permitiu fazer análises qualitativas sobre a contabilidade gerencial.

A Pesquisa Bibliográfica deu suporte para reunir as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta. A Abordagem Qualitativa mostra os resultados das pesquisas que partem das percepções dos indivíduos envolvidos.

A Forma de Coleta foi através de um questionário estruturado por meio de google forms, contendo 12 perguntas 7 objetivas 5 subjetivas. Questionário enviado via e-mail e whatsapp,

as pessoas que responderam são pessoas responsáveis pela contabilidade de cada escritório que participou da pesquisa. Sobre o universo e amostra, meu questionário foi respondido por 13 profissionais de contabilidade.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sobre o Tempo de atuação Foi constatado que a maioria dos respondentes possui grande experiência de mercado, uma vez que a maioria afirmou atuar a mais de 5 anos em escritórios.

Sobre a Quantidade de Funcionários por escritório foi possível constatar que o maior escritório possui 25 funcionários, enquanto o de menor porte possui apenas 2. Indicando que existe grande diferença quanto ao tamanho dos escritórios da região

Sobre a quantidade em empresas atendidas pelo escritorio, foi observado que existem escritórios com até 350 empresas. O escritório com menor número de clientes tem apenas 4 empresas. Esse achado pode ser justificado pelo fato de que existem grandes escritórios na região, assim como profissionais contábeis que atuam de forma autônoma e atendem menos clientes, ou atuam exclusivamente dentro de empresas de maior porte.

Sobre a importância da Contabilidade Gerencial foi observado que mais da metade dos respondentes (53,8%) afirmaram concordar totalmente que este ramo da contabilidade pode ser eficaz nesse sentido. Ainda, 46,2% dos respondentes também concordaram, demonstrando ser uma opinião unânime.

Já quando questionados sobre a relevância do gerenciamento contábil dentro do processo de busca pelos objetivos organizacionais, 84,6% dos profissionais admitiram concordar com a utilidade desta ferramenta para as empresas, outros 7,7% concordam totalmente. Onde apenas 7,7% das respostas apontaram para a discordância total com esta afirmação.

Quando foram perguntados sobre o uso da contabilidade gerencial proporcionam às empresas melhores perspectivas de crescimento e, conseqüentemente, menor chance de erros que possa causar sua mortalidade. 61,5% dos respondentes afirmaram concordar que a utilização do gerenciamento contábil é uma ferramenta eficiente para orientar a empresa em seu processo de expansão e competitividade diante do mercado e da concorrência os outros 38,5% concordam totalmente, assim fortalecendo mais ainda a afirmativa.

Questionados Sobre a Contabilidade Gerencial como vantagem competitiva sobre empresas que não a utilizam. Uma percepção positiva dos respondentes a respeito da relevância da contabilidade gerencial e de sua aplicação dentro das empresas se comparadas com empresas que não utilizam a contabilidade gerencial, os respondentes concordaram totalmente (46,2%) e concordaram (46,2%) com o fato de que estas empresas possuem vantagens competitivas diante daquelas que não realizam procedimentos contábeis gerenciais.

Também foi Perguntado se A contabilidade gerencial é necessária em qualquer tipo de empresa, sem distinção de porte ou atividade que exerce. Apesar da grande maioria dos questionários respondidos concordarem (46,2%) ou concordarem totalmente (30,8%), faz-se necessário considerar todas as opiniões para que a análise das respostas possa ocorrer de maneira contextualizada. 15,4% dos profissionais discordam com o fato de que a contabilidade gerencial deve ser aplicada sem distinção do porte ou atividade da empresa, ou seja, sem

um processo da análise do seu custo-benefício.

Foram questionados a respeito de quais instrumentos da contabilidade gerencial eram comumente utilizados no seu dia a dia de trabalho. Assim, observou-se que existem serviços diferenciados da contabilidade gerencial que são oferecidos pelos escritórios de contabilidade no qual os respondentes fazem parte. Além disso, dentre todos os serviços fornecidos, podem ser encontrados: Balanço Patrimonial 01 (7,7%), Controle de contas a pagar e a receber 1 (7,7%) e Análise das demonstrações contábeis 1 (7,7%). Foi observado também que 3 respondentes não prestam serviço de contabilidade gerencial, que representa 23,1% dos pesquisados.

REFERÊNCIAS (Até 5 autores)

ECKERT, Alex. MECCA, Marlei Salet. BIASIO, Roberto. PEZZI, Graziela Maria. Fraudes contábeis: caracterização e análise das publicações em periódicos e eventos nacionais de contabilidade. In: **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337 Blumenau, v. 10, n. 1, p. 84-103, jan./mar., 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117030156006.pdf>. Acesso em: 09 out 2020.

LAURENTINO, Anderson José. LESTENSKY, Douglas Laureano. NOGARA, João Guilherme. PRIA, Thiago Dalla. **A importância da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas no século XXI no Brasil**. FAE - Centro Universitário: Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.paranaeducacao.pr.gov.br/arquivos/File/TCC_ANDERSON_DOUGLAS_JOAO_THIAGO.pdf. Acesso em: 09 out 2020.

OYADOMARI, J. C. T. et al. Relacionamentos entre controle gerencial, aprendizagem organizacional e decisões. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 53-74, mai/ago 2013. ISSN . Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/762/76228118004.pdf> Acesso em 03 nov 2020.

A CONTROLADORIA COMO UMA FERRAMENTA DE INFORMAÇÃO PARA O AUXÍLIO NA GESTÃO E TOMADA DE DECISÃO

Ana Maria Januário Pereira¹⁰, (aluna do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: anamaria.pereira@fvj.br), Cícero Philip Soares do Nascimento, (professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: cicero.philip@fvj.br).

RESUMO

A controladoria é um departamento que tem função de controle, é responsável pela organização, avaliação e armazenamento das informações da empresa, sua função principal é dar assessoria e consultoria aos gestores nos processos de tomada de decisões. Objetivo geral analisar de que forma a controladoria como ferramenta estratégica no processo de tomada de decisão, contribui para a permanência das organizações no mercado. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Verificou-se que a controladoria é um setor de relevância para as organizações, pois tem na tomada de decisões, por causa do seu principal objetivo, que é o fornecimento de informações. Uma empresa que não possui o setor de controladoria, terá grandes dificuldades para sobreviver no mercado.

Palavras-Chave: controladoria; tomada de decisões; controller.

INTRODUÇÃO

A controladoria, devido a sua ampla abrangência no ambiente organizacional, considerada um segmento da administração e/ou da contabilidade, apresenta contribuições para a área de gestão. Pelo fato de dar suporte aos gestores, pode ser caracterizada como um setor de consultoria e assessoria aos diretores. Por ser um ramo da contabilidade que analisa variáveis vinculadas às operações contábeis e financeiras, bem como aos custos, nota-se que o *controller* possui influência na formação do preço de venda dos produtos e serviços, visando sempre deixá-los competitivos e atrativos.

Dessa forma, o presente estudo tem como objeto, a Controladoria, tratando-a como ferramenta gerencial que favorece captação de informações a gestores e diretores, contribuindo significativamente na tomada de decisões. Tomando como base a contextualização levantada, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: De que forma a controladoria, como ferramenta estratégica na tomada de decisões, contribui para a permanência das organizações no mercado? Tendo como objetivo geral analisar de que forma a controladoria como ferramenta estratégica no processo de tomada de decisão, contribui para a permanência das organizações no mercado. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: (1) compreender como a controladoria e seus impactos no ambiente organizacional; (2) Abordar a função profissional do controller no auxílio dos processos de gestão e tomada de decisões.

A justificativa para a realização do estudo se dá pela relevância da temática no meio empresarial, visto que o planejamento consegue viabilizar a eliminação de equívocos na aplicação de estratégias, ao mesmo tempo que a Controladoria pode facilitar a gestão das empresas tornando-as mais saudáveis, rentáveis e sustentáveis (HOJI, 2010).

MARCO TEÓRICO

Definição e funções da controladoria

Para uma organização obtenha sucesso em sua estrutura e procedimentos internos, se faz necessário a existência de um órgão interno cujo propósito seja garantir informações adequadas para o processo decisório, colaborando com os administradores e gestores na busca da eficácia gerencial e cada empresa tem um tipo de função, isto varia de forma que a estrutura organizacional possa ter algumas variantes. Segundo Milan (2016, p. 56),

[...] a Controladoria pode ser conceituada como o conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos das ciências de Administração, Economia, Psicologia, Estatística e principalmente da Contabilidade, que se ocupam da gestão econômica das empresas, com o fim de orientá-las para eficácia.

Conforme demonstrado na citação acima, a controladoria é multidisciplinar e multiprofissional, por possuir conhecimento de diversas áreas, que se complementam. E segundo Stievm e Carraro (2016), sobre a prática empresarial que envolve controladoria, pode-se perceber que existem responsabilidades e atividades básicas que podem ser características da controladoria.

Importância da controladoria

Segundo Milan (2016), a Controladoria é uma área de relevância, por possuir uma abordagem multidisciplinar, voltada para gestão do sistema integrado de informações, gestão da contabilidade, assessoria ao principal executivo no planejamento estratégico, análise e medições quantitativas e qualitativas da empresa e orientação aos gestores para alcance da eficácia da organização.

Recorrendo novamente a Milan (2016), tem-se que a importância da Controladoria se dá ao fato que atua como órgão de *staff* ou peça-chave para a eficiência e eficácia do processo de gestão. Observou-se uma alta complexidade, uma vez que deve contemplar a funcionalidade e operacionalização dos diversos setores da organização.

Ferramentas da controladoria

O registro correto das informações gera dados confiáveis para as análises do negócio. Além de apresentar esclarecimentos sobre o desempenho da empresa. Dentro dessa realidade as ferramentas de Controladoria possibilitam o desenvolvimento das informações registradas pela Contabilidade, através da sua análise (ERTHAL, 2014).

Sabendo que a acerca das ferramentas utilizadas pela controladoria, será evidenciado a ideia de algumas, tais como: *Balanced Scorecard*; Análise de Mercado (concorrência, fornecedores, produtos substitutos, economia, etc...) Gestão Financeira; Estratégia e planejamento na Formação de Preço de venda; Sistemas de Informação para controle e suporte nos processos (LOBO et al, 2008). Segundo a pesquisa, tais ferramentas são mais usuais e recorrentes entre colaboradores de uma empresa voltada para a empresa em questão.

METODOLOGIA

A pesquisa tem um delineamento bibliográfico, que apresenta discussão pautada em diversos autores, tais como: Milan (2016); Crepaldi (2011); Stievm e Carraro (2016); Nakagawa (1995), entre outros. Assim, além de utilizar a literatura que trata da controladoria,

foi feita uma seleção de obras, leitura e análises, fichamento de citações e referências, com o propósito de compreender melhor o problema de pesquisa.

Para a realização da pesquisa bibliográfica, foram usados trabalhos publicados nos últimos dez anos (2011-2020), com o tema relacionado a controladoria e tomada de decisão e os principais locais de busca foram: Scholar, periódicos capes, biblioteca digital Unicamp, Scielo, banco de teses USP, entre outros. As palavras chave usadas na pesquisa se baseiam nos seguintes termos: “controladoria”, “controller”; “controladoria e tomada de decisões”.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Destaco as principais contribuições da controladoria que são gerar informações úteis, que atendam às necessidades dos gestores, para o processo de gestão; Tomada de decisão, que é uma tarefa de grande responsabilidade, afinal as consequências de tomadas de decisão ineficiente podem ser até fatal para uma organização; Controle, que é essencial para que tudo aquilo que foi planejado ocorra de maneira adequada, algo realmente necessário para o sucesso da empresa.

Este trabalho se propôs a analisar de que forma a controladoria, como ferramenta estratégica, no processo de tomada de decisão, contribui para a permanência das organizações no mercado. Observou-se que o controle de uma organização serve para padronizar o desempenho, a qualidade de produtos e serviços, através de treinamentos, inspeções, qualidade, proteger os bens da organização, limitar e supervisionar o grau de autoridade que é exercida pelas posições dos níveis organizacionais, avaliar e dirigir o desempenho de pessoal e definir meios para atingir os objetivos da empresa.

Constatou-se que a utilização das informações fornecidas pelo controller proporciona decisões gerenciais mais eficazes e conseqüentemente que elas sejam de grande importância para a sobrevivência das organizações e que irão auxiliar na tomada de decisões. Percebeu-se que as ferramentas de controladoria possibilitam o desenvolvimento das informações registradas pela contabilidade, através da sua análise.

REFERÊNCIAS

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOBO, Gleidson Sobreira; LIMA, Ana Cristina Cavalcante; LIMA, Marcos Antônio Barbosa de; LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Controladoria nas operadoras de planos de assistência à saúde do sistema UNIMED**. XXV Congresso Brasileiros de custos. <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1335>. Acesso em 01/11/2020.

MILAN, Gabriel Sperandio, et al. As Estratégias De Precificação E O Desempenho Das Empresas. Publicado em: 31/08/2016. **REAd**. Porto Alegre, 84 ed. 2n. Maio / Agosto 2016 – p. 419 – 453. Universidade de Caxias do Sul – Caxias, RS / Brasil. <http://www.scielo.br/pdf/read/v22n2/1413-2311-read-22-02-00419.pdf>. Acesso em 01/11/2020.

Gastronomia

CACHAÇA: IMPORTÂNCIA E VERSATILIDADE NA GASTRONOMIA BRASILEIRA

Jonas Cassemiro de Souza**
Lívia Viviane Guimarães do Couto***

RESUMO

A relação entre a cachaça e a Gastronomia está presente na cultura culinária do Brasil. O objetivo deste estudo foi desenvolver novos produtos, empregando a cachaça como ingrediente principal, valorizando insumos locais e a criação de novos pratos com o intuito de demonstrar que a cachaça é um ingrediente versátil. O resultado de maneira geral, foi satisfatório, o conjunto dos elementos criado se tornou harmônico e remete ao objeto de estudo, a cachaça, tornando-se então um prato satisfatório à proposta inicial. Buscou-se mostrar, nesse trabalho, que a cachaça pode ser explorada na gastronomia, sendo ingrediente versátil durante o preparo de diversos pratos e *drinks*, podendo influenciar na textura, no aroma, no sabor, na cocção e na finalização dos preparos.

Palavras-chave: Bebidas, Comida Criativa, Gastronomia.

INTRODUÇÃO

Tendo como protagonista desta pesquisa a bebida alcoólica, no caso a cachaça, de que forma essa bebida influencia na Gastronomia brasileira? Quais das suas propriedades podem contribuir efetivamente para influenciar sensorialmente no tempero e preparo de um prato? A cachaça contribui ou não para a Gastronomia brasileira? Acredita-se que esse estudo possa incentivar futuros alunos a se interessarem por explorar o tema. Na culinária brasileira, a cachaça apresenta múltiplas potencialidades que podem ser exploradas e utilizadas junto a outros insumos. A hipótese levantada por esta pesquisa é de que a cachaça na culinária brasileira pode contribuir oferecendo novos sabores, texturas, aromas e produtos. A principal motivação para sustentar o presente artigo reside na importância que o tema possui para a Gastronomia brasileira. A cachaça é um ingrediente versátil dentro de uma cozinha, ela oferece sabores, aromas, realça, cria, amacia carnes, é contraponto para o sabor da gordura e pode ser usada para marinar, grelhar, assar, flambar e cozinhar no vapor. Dessa forma, o objetivo deste estudo foi desenvolver novos produtos, quais sejam, uma proteína, um molho, um *drink*, empregando a cachaça como ingrediente principal, agregando valores já vistos em culinárias clássicas, como a francesa com uso do vinho ou a russa com o uso da vodca, valorizando insumos locais e a criação de novos pratos com o intuito de demonstrar que a cachaça é um ingrediente versátil.

MARCO TEÓRICO

A cachaça é a bebida brasileira mais famosa de todas e a mais conhecida fora do Brasil. A relação entre a cachaça e a Gastronomia está presente na cultura culinária do Brasil, quando menciona que a cachaça, a bebida destilada do caldo da cana-de-açúcar, dá sabor e aroma únicos

** Aluno do Curso Tecnólogo em Gastronomia da Faculdade do Vale do Jaguaribe,
jonascassemiro@outlook.com

*** Orientadora – Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email:livia.couto@fvj.br

a diversas preparações da culinária brasileira. Além disso, com o crescimento do interesse em Gastronomia aumenta a importância de fatores como origem dos ingredientes, sazonalidade e identidades regionais, sempre com um olhar de reinvenção constante. Não é nada incomum encontrar pratos regados à cachaça, receitas e cardápios elaborados. É importante recordar que a culinária é importante influenciadora no tipo de bebida a ser consumida, criando moda e estabelecendo tendências.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, realizamos um relato de experiência, uma vez que este possibilita maior aproximação com as experiências vivenciadas com o próprio objeto do estudo. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e de técnicas empregadas na Gastronomia e, posteriormente, foram realizados testes utilizando a cachaça como insumo principal para o desenvolvimento do produto. Foram executados testes com a proteína copa do lombo suína. O experimento com molho à base de cachaça e azeite. Para a idealização do *drink*, criou-se uma bebida composta de cachaça, tamarindo, água de coco, melão de rapadura, gelo (coqueteleira), cubos de gelo com hortelã, açúcar e limão. A comida criativa é uma inovação da Gastronomia. É a arte de manipular os alimentos, utilizando integralmente os insumos através dos valores nutricionais, sensoriais, culturais e econômicos. É uma concepção usada na Gastronomia para designar aquele tipo de preparo caracterizado pela criatividade aplicada aos pratos produzidos. Essa novidade não se dá apenas pela praticidade, mas principalmente pela valorização dos insumos locais e importância para a cultura alimentar de um povo.

A partir deste pensamento, iniciamos o desenvolvimento de alguns produtos que destacassem a cachaça como insumo versátil para a Gastronomia brasileira, realizados de forma criativa, receitas usando a cachaça e ingredientes locais de fácil acesso na culinária cearense, passando assim a valorizar ainda mais os insumos da região.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa iniciou como teste para criação de novos produtos, tendo como elemento principal a cachaça. Desta forma, percebeu-se que, para a execução do Projeto “Comida Criativa”, (projeto de extensão do curso Tecnológico em Gastronomia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ), deveria se desenvolver, não apenas um novo produto, mas sim, novas perspectivas para a Gastronomia brasileira. Em todas as preparações foram utilizadas o *Mise en Place* e as fichas técnicas. Depois da elaboração das Fichas Técnicas, dividiu-se as preparações em três fases: no primeiro teste com o ingrediente foram utilizados 900g de copa do lombo, foi feito corte na carne, salgada (60g), temperada (5g de pimenta, 2g de folha de louro, 3g de cominho) e armazenada por 12hs fora da geladeira; após esse tempo, a carne passou pela técnica de imersão, marinada na cachaça por 12hs na geladeira. O tipo de cachaça utilizada foi a Caninha do Engenho, cachaça de Messejana – Fortaleza – CE, em 300 ml. Depois de 24 horas em que a peça ficou em contato com o processo de salgar e marinar, foi retirado o excesso de líquido e colocada para moer e modelada em modelador no formato de hambúrguer, que vem a ser arredondado e achatado. O método de cocção utilizado para assar a carne foi o calor a seco no equipamento churrasqueira a bafo com tampa, para tanto, procedeu-se da seguinte forma: utilizou-se carvão vegetal, fogo alto, durante 5 minutos de cada lado e mais 1 minuto para derreter o queijo com a churrasqueira com a tampa baixa. A carne preparada com a cachaça ficou macia, aromática, suculenta, saborosa. O rendimento final foi de 180g. por pessoa. Para o molho foram manipulados 120ml de azeite balsâmico, 60ml de cachaça, 45g de açúcar, 1 galho de manjerição, 5g de ervas (alecrim, salsa e tomilho), 30g de mostarda, 75g de maionese, 2g de sal e 3ml de azeite extra-virgem. O azeite balsâmico e a cachaça foram misturados em fogo baixo, em seguida, introduzidos o açúcar, as ervas e o galho de manjerição até o líquido

reduzir pela metade; depois da redução, foi retirado o galho de manjeriço e na mesma panela acrescentadas a mostarda, a maionese e o sal, e misturou-se utilizando *fouet* até obter um molho homogêneo, com uma boa consistência, cor agradável, harmonizado com a carne e rendimento de 60ml por pessoa. O teste seguinte foi a preparação de uma bebida, um *drink* à base de cachaça. Utilizou-se 50ml de melão de rapadura, 450ml de cachaça, 250g de tamarindo, gelo (para coqueteleira), gelo com hortelã (finalização no copo), 150ml de água de coco, limão e açúcar (finalização do copo para umedecer a boca do copo). Na coqueteleira juntou-se o tamarindo e o melão de rapadura, macerou-se levemente, depois acrescentou-se a cachaça e bastante gelo e bateu-se em uma coqueteleira por 45 segundos. Em seguida, passou-se o líquido para uma taça de boca larga com gelo de hortelã e borda da taça com açúcar e limão, usados para decoração do *drink*. O resultado foi uma bebida de cor forte, sabor adocicado e refrescante, rendimento de 270ml por pessoa. O resultado, de maneira geral, foi satisfatório (experiência realizada no âmbito doméstico, devido ao período de pandemia que assola o Brasil e o mundo), o conjunto dos elementos criados se tornou harmônico e remete ao objeto de estudo, a cachaça, tornando-se então um prato satisfatório à proposta inicial. Buscou-se mostrar que a cachaça pode ser explorada na Gastronomia, sendo ingrediente versátil durante o preparo de diversos pratos e *drinks*, podendo influenciar na textura, no aroma, no sabor, na cocção e na finalização dos preparos. A elaboração do prato, desde o pré-preparo da proteína, do molho e da bebida demonstraram a versatilidade do uso da cachaça nas elaborações gastronômicas. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi alcançado e deixa em aberto espaço para novas elaborações culinárias que tenham como ingrediente principal a cachaça nacional.

REFERENCIAS

CÂMARA, Marcelo. Cachaça Prazer Brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FERNANDES BRAGA, M. V.; KIYOTANI, I. B. A Cachaça como patrimônio: turismo, cultura e sabor. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 3, n. 2, 2015.

SEBESS, Mariana. Técnicas de cozinha profissional. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2014.

SILVA JÚNIOR, Célio Viana da. A cachaça no brasil: origem, declínio cultural e revalorização. Artigo apresentado ao Curso de Gastronomia da Universidade Federal do Ceará, em 2019, como requisito para obtenção do título de bacharel em Gastronomia. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/53914>. Acesso em 01 jun. 2021.

Centro de Educação

Educação Física

Letras

Pedagogia

Educação Física

AS IMPLICAÇÕES DO ENSINO REMOTO NA FORMAÇÃO DO BACHAREL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Francisco Alisson Sabino da Silva¹ (Aluno do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: Alisson.sabino@fvj.br),

Pedro Henrique Silvestre Nogueira² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: Pedro.silvestre@fvj.br)

RESUMO

O trabalho intitulado as implicações do Ensino Remoto na Formação do Bacharel em Educação Física, traz à tona uma discussão emergente situando as aulas de Educação Física e todas as suas particularidades no bojo das transformações didático-metodológicas que vêm ocorrendo devido a pandemia por COVID-19. Possui como principal objetivo analisar as implicações das aulas remotas na formação dos acadêmicos de curso de bacharelado em Educação Física em uma Faculdade privada localizada no município de Aracati. Para cumprir tal objetivo optamos pela utilização do Estudo de caso, apoiado na abordagem qualitativa. Foi utilizado um questionário eletrônico como instrumento de coleta de dados. Na fase de coleta de dados, foi utilizado a Análise de Conteúdo. E, como principais resultados encontramos: o nível de satisfação/insatisfação dos estudantes com as aulas remotas; as principais fragilidades e possibilidades; as atividades mais afetadas do curso; comunicação e interação. À vista disso, foi possível contemplar o cenário desafiador para a instituição e para os acadêmicos. Desse modo, percebendo a necessidade de que providências devem ser tomadas para lidar com o sentimento e o déficit de aprendizado desses estudantes universitários, que possam ter ocorrido, possivelmente, como consequências do ensino remoto.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Educação Física. Formação inicial.

INTRODUÇÃO

Voltando os olhares para o cenário educacional, com a necessidade do distanciamento, as instituições tiveram que buscar soluções e se adaptar para que as aulas não fossem canceladas ou paralisadas. A portaria de n 343 de 17 de março de 2020, descreve sobre os ajustes à nova realidade, utilizando as tecnologias de informação e comunicação, para substituir as aulas presenciais pelo ensino remoto enquanto durar a pandemia por covid-19 (BRASIL, 2020, p. 39).

Vale ressaltar que nesse contexto de incertezas, seguindo os protocolos, diretrizes e recomendações sugeridas pelas autoridades em educação e saúde, os estabelecimentos de ensino superior tiveram total autonomia para criarem e se adaptarem ao ensino remoto. Foi visto inúmeras tomadas de decisões em todo cenário nacional, como a experiência da Universidade de Campinas (UNICAMP), que pôs em prática um plano de ação que destacava o apoio digital aos acadêmicos, intensificou a preparação dos professores à cursos sobre ferramentas digitais e modificaram os processos avaliativos (AMARAL e POLIDORO, 2020)

Diante desse cenário supracitado, pautamos nossa discussão na intenção de averiguar como vem ocorrendo as aulas de Educação Física no Ensino Superior. Acreditamos que o ensino remoto ocasiona mudanças drásticas numa disciplina que é essencialmente caracterizada pela dimensão prática. Sendo assim, qualquer forma de contato corporal deverá ser “proibido” por conta da disseminação do contágio.

O estudo possui uma dimensão considerável por abordar a análise do cenário atual da formação do bacharel em Educação Física de uma Faculdade privada localizada no município de Aracati/Ceará, cenário esse que foi modificado por consequências da pandemia por covid-19, onde a instituição teve que mudar sua metodologia de ensino e adaptar-se a essa nova realidade motivada pela necessidade do distanciamento social. Deste modo, evitando o cancelamento das aulas e contribuindo da melhor maneira possível no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza por ser um estudo de caso, pois investiga acima de questões pertinentes a um único estabelecimento de ensino e suas particularidades. Os estudos de caso são considerados pontos fora da curva de normalidade, na perspectiva de Marli André (2013, p. 97) é explícito que “os estudos de caso podem ser usados em avaliação ou pesquisa educacional para descrever e analisar uma unidade social, considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural”.

A pesquisa foi realizada com acadêmicos do curso de bacharelado em Educação Física de uma Faculdade privada, localizada no município de Aracati/CE. Para a designação/escolha/delimitação dos/as colaboradores/as, será proposto dois requisitos básicos: estar, pelo menos, cursando bacharelado em Educação Física e assinalar o aceite de consentimento livre em participar da pesquisa.

A coleta de dados será por meio de um questionário eletrônico¹ do tipo *survey* que será distribuído pelas seguintes vias: e-mail e redes sociais (*WhatsApp e Instagram*). De acordo com Monteiro e Santos (2019), o objeto de avaliação tem uma técnica de coleta e variedade de informações sobre um determinado instrumento, pois, quanto mais informações forem obtidas, maiores serão as formas de entender e obter as decisões necessárias e o processo de avaliação.

Para analisar os dados obtidos por meio do questionário eletrônico fizemos uso da técnica Análise de Conteúdo (AC). No entanto gostaríamos de ressaltar que analisar os dados de uma pesquisa qualitativa, segundo Vosgerau, Sant'Anna e Meyer (2017), consiste, sobretudo na preparação inicial seguida da organização dos dados e, por fim, para então proceder-se à delimitação desses a temas por meio de um processo conhecido como codificação e condensação dos códigos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste momento nos debruçamos sobre o que foi encontrado nas respostas dos acadêmicos por meio do questionário. Para tanto, estruturamos o questionário em três blocos de perguntas que contemplaram: o perfil dos colaboradores, as aulas remotas e a formação em Educação Física.

Em nossa primeira análise, como já exposto, preferimos caracterizar o perfil dos colaboradores da pesquisa. Essa análise nos permite ter uma dimensão da propriedade de conhecimento e experiência que esses acadêmicos já possuem durante suas trajetórias na instituição, pois já vivenciaram o ensino antes de ser mediado por tecnologias digitais, como podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 01 – Perfil dos colaboradores

Nome fictício	Idade	Atual semestre	Município onde reside	Atividade profissional
Várzea da Matriz	20 anos	5°	Fortim	Não
Campo Verde	23 anos	7°	Aracati	Não
Farias Brito	22 anos	7°	Beberibe	Não
José de Alencar	21 anos	5°	Beberibe	Estagiário

Fonte: Elaborado pelo autor.

1

Após essa caracterização, avançamos para o segundo bloco de perguntas, tendo como referência as aulas remotas. Vislumbramos compreender a dinâmica das aulas remotas na instituição. Quatro questões foram tecidas nesta etapa, a saber: Qual seu nível de (in)satisfação com as aulas adotadas nesse período? Quais os motivos desta (in)satisfação? Quais as principais fragilidades/dificuldades desta forma de ensino? Quais as possibilidades/facilidades deste nível de ensino?

Sobre a primeira pergunta, foi possível mensurar que o nível de insatisfação dos acadêmicos chegou à 5 pontos, numa escala que vai de 0 à 10 pontos, ou seja, a metade desta escala. Nesse sentido já era de esperar pois o ensino remoto, que se constitui numa adaptação das aulas presenciais para o modelo mediado por tecnologias. No entendimento de Saviani e Galvão (2021), o “ensino” remoto possui algumas características inapropriadas para uma Educação crítica e questionadora, são eles: exclusão tecnológica, precarização e intensificação do trabalho docente, ausência de democracia e autonomia nos processos de adoção desse modelo.

Contudo, vale ressaltar brevemente que os índices² de evasão e abandono das instituições educacionais não são maiores devido o comprometimento de boa parte dos professores que precisaram se preparar para encarar esse momento, realizarem cursos, dentre outros, mesmo sem o devido investimento e incentivo.

Em nosso último bloco de análise, buscamos elaborar perguntas sobre a formação em Educação Física, mais especificamente identificar quais os aprendizados e situações limitantes que o futuro professor de terá por conta do atual momento. As respostas da primeira pergunta deste bloco podem ser visualizadas logo abaixo:

Quadro 02 – Aprendizado possível durante o ensino remoto

Professores	Respostas
Várzea da Matriz	<i>“Saber planejar, inovar e buscar mais ainda conhecimentos apesar das dificuldades em que estamos”.</i>
Campo Verde	<i>“A ser mais humano, sempre buscar entender se o aluno está passando por algum momento difícil”.</i>
Farias Brito	<i>“Deve-se esforçar muito, pois as aulas práticas são essenciais”.</i>
José de Alencar	<i>“Superação”</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

² Acreditamos que questões como dificuldades no aprendizado, evasão, desistência e abandono são desse modelo. Afinal de contas ele foi criado para “tampar” um buraco. O descompromisso dos nossos governantes com as questões sanitárias foi o principal fator para que ele viesse a se estender.

Podemos depreender deste quadro que os acadêmicos, além apontarem para uma dimensão humanista, em que se deve valorizar o contexto social, reconhecem que apenas os conhecimentos técnicos, ou seja, os saberes das disciplinas não lhes bastam para lograr êxito em suas futuras profissões. Ainda mais com a catalisação de novas tecnologias no campo da Saúde, na qual observa-se aplicativos, programas de treinamento, *softwares* cada vez mais especializados.

CONCLUSÕES

Antes de qualquer menção, gostaríamos de salientar que o intuito maior dessa pesquisa em nenhum momento foi taxar a maneira de como vem sendo conduzida as aulas de Educação Física nessa faculdade onde foi realizada as pesquisas. Mas sim, analisar o cenário atual do curso mediante a visão dos estudantes universitários e as implicações provocadas pelo ensino remoto. Assim, possibilitando a sugestão de uma revisão nos pontos que foram identificados como “negativos” e, conseqüentemente, buscar alternativas de boas mudanças.

Afinal, o cenário mundial em que estamos vivendo decorrente da pandemia por covid-19, nos fez voltar os olhares para o contexto atual do curso de Educação Física, principalmente a análise das implicações, na percepção dos acadêmicos. Os entrevistados que, por livre e espontânea vontade colaboraram nesse processo de construção do estudo, foram fundamentais para o proceder da pesquisa.

Contudo, tornou-se interessante apresentar nosso objetivo pois, expõe uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada por meio de um questionário. Esse instrumento de pesquisa utilizado foi dividido com os três seguintes tópicos: o perfil dos colaboradores; aulas remotas e a formação do bacharel em Educação Física. Desta forma, conseguimos coletar os resultados e, por consequência, apresenta-los.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação?. **Revista da FAEEBA**, v. 22, n. 40, 2013.

AMARAL, Eliana; POLYDORO, Soely. Os desafios da mudança para o ensino remoto emergencial na graduação na Unicamp–Brasil. **Linha Mestra**, n. 41a, p. 52-62, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria Nº 343, de 17 de Março de 2020**, Brasília, v. 53, p. 39, 18 mar. 2020.

GONÇALVES, Ailton de Souza; LOPES, José Ivan; SANTOS, Glauciene Mendes dos. A crise em decorrência da pandemia da covid-19 à luz da filosofia. **Revista Multidisciplinar Humanidades & Tecnologia (Finom)**, Minas Gerais, v. 25, p. 134-143, ago. 2020.

MONTEIRO, Renata Lúcia de Souza Gaúna; SANTOS, Dayane Silva. A utilização da ferramenta google forms como instrumento de avaliação do ensino na escola superior de guerra. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação (Online)**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 28-38, 24 dez. 2019.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; MEYER, Patrícia; CONTRERAS, Ricardo. Análise de dados qualitativos nas pesquisas sobre formação de professores. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 53, p. 909-935, 2017.

A UNIDADE TEMÁTICA DANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19

Nayara Inocência dos Santos ¹ (Aluna do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, nayarasantos1@hotmail.com), Pedro Henrique Silvestre Nogueira² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Pedro.silvestre@fvj.br)

RESUMO

Este trabalho investigou a dança no período remoto no ensino fundamental, pois devido a pandemia as aulas de educação física mudaram. Assim, alguns questionamentos foram tecidos: Será que os alunos continuam tendo a mesma frequência quanto as aulas presenciais? Quais os métodos que esses profissionais estão utilizando para ministrar suas aulas? Portanto, este estudo teve como objetivo analisar a atuação do professor de educação física no ensino da unidade temática Danças no ensino fundamental; caracterizar as principais mudanças metodológicas no ensino da unidade temática Danças; identificar a utilização de recursos tecnológicos no ensino da unidade temática Danças. As plataformas mais utilizadas no período de ensino remoto, o *whatsapp* e o *youtube* foram as mais utilizadas.

Palavras-chave: Danças; Educação Física; Pandemia.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se debruça sobre o ensino da unidade temática Danças, à nível de ensino fundamental, tendo como recorte temporal o período em que se iniciou o ensino remoto. Discute os atuais problemas que os professores de Educação Física enfrentam em suas aulas para ministrar conteúdos da referida unidade temática, bem como contextualiza a incorporação e utilização de recursos tecnológicos.

Nesse sentido, despertou-se a curiosidade de saber como vem ocorrendo as aulas de Educação Física e como os alunos estavam realizando suas atividades relacionado ao conteúdo danças. Assim, alguns questionamentos foram tecidos: Será que os alunos continuam tendo a mesma frequência quanto as aulas presenciais? Quais os métodos que esses profissionais estão utilizando para ministrar suas aulas?

A partir disso, para a obtenção de dados e visando a ampliação de conhecimentos acerca do tema, foi aplicado um questionário com professores que atuam em rede pública de ensino, buscando compreender quais metodologias estão sendo utilizadas para se trabalhar a Unidade Temática Danças no ensino remoto.

Diante do cenário atual, no qual os professores precisaram se adaptar de forma acelerada e desenvolver novas metodologias para atuarem de forma a garantir um bom aprendizado, acredita-se que o ensino da dança está acontecendo de forma fragilizada, visto que o contato com os alunos está ocorrendo apenas pelo meio virtual, o que não permite a observação direta da realização das atividades.

Portanto, este estudo tem como objetivo geral analisar a atuação do professor de educação física no ensino da unidade temática Danças no ensino fundamental. Como objetivos específicos foram eleitos: caracterizar as principais mudanças metodológicas no ensino da unidade temática Danças; identificar a utilização de recursos tecnológicos no ensino da unidade temática Danças.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativa, com profissionais da Educação Física, que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, no município de Fortim. A pesquisa constituiu-se a partir da aplicação de um questionário, composto por 13 perguntas, indagando os docentes sobre os seguintes pontos: o ensino do conteúdo danças; principais desafios e possibilidades das danças na escola; os recursos tecnológicos utilizados para a concretização das atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro bloco de perguntas pretendemos identificar o atual cenário da Educação Física provado pelo ensino remoto e as mudanças ocasionadas. Para tanto, elaboramos a seguinte pergunta: Como está ocorrendo as aulas em sua escola?

Os sete professores mencionaram que continuam trabalhando por meio do ensino remoto, utilizando o aplicativo de mensagens whatsapp e o google meet. No caso do *whatsapp*, os professores gravam e enviam vídeos de atividades práticas. De acordo com estudos de Benetti *et al* (2020, p. 157) realizados em Mato Grosso (MT) essas atividades não presenciais, apesar de serem limitadas, “ainda são a alternativa mais segura que se tem condições de ofertar neste momento de Pandemia”. Acreditamos que pela dinâmica do vírus, foi preciso tomada de decisões aligeiradas, uma vez que as escolas não poderiam ficarem sem aulas por muito tempo.

No entanto, seria necessário questioná-los sobre como surgiu essa proposta metodológica em suas escolas. Desta forma, elaboramos a seguinte indagação: Como foi a adoção desse novo formato? Vocês tiveram alguma participação?

Sendo assim, apenas dois professores relataram ter participado das decisões sobre a incorporação do ensino remoto. Essa situação já era esperada, pois historicamente a Educação brasileira não costuma ouvir as demandas dos professores e da comunidade escolar. Acreditamos que abrir espaços democráticos para discussões sobre os rumos das escolas poderia ser uma alternativa fundamental para a resolução de muitos problemas.

Por exemplo, já que a educação iria ter como recursos essencial as novas tecnologias, os professores foram ouvidos sobre suas dificuldades? São questões como esta que poderiam ser discutidas com maior frequência. Evitar-se-ia, portanto, que os professores fossem meros reprodutores e mais idealizadores e protagonistas. Pois, “a incorporação das TDIC nas instituições escolares ainda é um entrave na realidade nacional” (RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020, p. 43).

No caso do *whatsapp*, os professores gravame enviam vídeos de atividades práticas. De acordo com estudos de Benetti *et al* (2020, p. 157) realizados em Mato Grosso (MT) essas atividades não presenciais, apesar de serem limitadas, “ainda são a alternativa mais segura que se tem condições de ofertar neste momento de Pandemia”. Acreditamos que pela dinâmica do vírus, foi preciso tomada de decisões aligeiradas, uma vez que as escolas não poderiam ficarem sem aulas por muito tempo.

No entanto, seria necessário questioná-los sobre como surgiu essa proposta metodológica em suas escolas. Desta forma, elaboramos a seguinte indagação: Como foi a adoção desse novo formato? Vocês tiveram alguma participação?

Sendo assim, apenas dois professores relataram ter participado das decisões sobre a incorporação do ensino remoto. Essa situação já era esperada, pois historicamente a Educação brasileira não costuma ouvir as demandas dos professores e da comunidade escolar. Por exemplo, já que a educação iria ter como recursos essencial as novas tecnologias, os professores foram ouvidos sobre suas dificuldades? São questões como esta que poderiam ser discutidas com maior frequência. Evitar-se-ia, portanto, que os professores fossem meros reprodutores e mais idealizadores e protagonistas.

No que se refere a tentativa de identificar quais as plataformas mais utilizadas no período de ensino remoto, percebemos, por meio das respostas fornecidas, que o *whatsapp* e o *youtube* foram as mais utilizadas. É importante ressaltar que o *whatsapp* vem sendo utilizado

no contexto da educação por conta de sua facilidade de manuseio e praticidade. Uma vez que é possível baixar e compartilhar inúmeros arquivos em um curto período de tempo.

De acordo com Mackmill (2020) o *whatsapp* vem sendo um dos aplicativos mais utilizados em todo o planeta. No contexto educacional o *whatsapp* permite também a facilidade de resolução de dúvidas, o engajamento dos estudantes e a interação uns com os outros (MACKMILL, 2020, p. 20).

Diante disso conseguimos observar o esforço desses profissionais que buscaram plataformas que auxiliam em suas aulas, para que seus objetivos fossem alcançados durante suas aulas e envolver os alunos no processo de aprendizagem, gravando vídeos explicativos para que os alunos possam observar e executar a prática como também facilitando no uso de materiais que podem ser substituídos por algum objeto de fácil acesso em casa.

É salutar mencionar que, embora outras plataformas não sejam utilizadas como *google* sala de aula, *teams*, *facebook*, *instagram* entre outras, os professores seguindo as orientações de suas autoridades educacionais, utilizam plataformas digitais em que englobe o maior número de alunos proporcionando o engajamento de todos nas aulas.

Já sabendo quais as plataformas e métodos empregados nesse novo formato, é no ensino da unidade temática que nos debruçamos nesta etapa. Sabemos que quando se desenvolve um determinado método ou quando ocorre uma mudança muito brusca, como foi esta provocada pela pandemia, gera efeitos as vezes inesperados. Com base nisso, perguntamos como vem ocorrendo a participação dos alunos.

Apesar da maioria dos professores relatarem terem uma participação dos alunos de forma razoável, acreditamos que esta participação está bem acima da realidade de muitas escolas. De acordo com o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para Infância, (UNICEF, 2021), no ano de 2020 no Brasil, foram cerca de 5,5 milhões de alunos sem acesso à educação. A quantidade de alunos, com idades entre 6 e 17 anos, que abandonaram as instituições de ensino foi de 1,38 milhão, o que representa uma totalidade de 3,8% dos estudantes. Somado a isso está a situação de 4,12 milhões de alunos (11,2%) que, apesar de matriculados e sem estar em período de férias, não receberam nenhuma atividade escolar, resultado do ensino pautado pelas aulas online.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo analisar a atuação do professor de educação física no ensino da unidade temática Danças no ensino fundamental em tempos de pandemia,

perpassando pelas metodologias adotadas pelos professores até os meios tecnológicos mais utilizados.

Por meio desse estudo, pode-se observar que as aulas remotas no componente curricular de educação física estão sendo, em grande maioria, via a ferramenta *whatsapp*, por ser mais acessível. A partir disso, foi analisado que a participação dos alunos acontece de forma razoável, pois muitos ainda não participam por falta de acesso à internet ou celular. Ademais, evidenciou-se que os professores utilizam metodologias diferentes, pois alguns usam outras plataformas além do *whatsapp*, como o *Google meet*, o *YouTube* e o *Zoom*.

Somado a isso, observou-se, por meio das repostas dos profissionais, que o planejamento das atividades está sendo realizado de forma colaborativa e participativa, envolvendo gestores, funcionários da secretaria municipal de educação e docentes, o que torna o trabalho mais enriquecedor.

A Pesquisa ainda tem alguns questionamentos, qual o alinhamento do professor com essas ferramentas? Quais os impactos na formação de professores? Como os profissionais podem melhorar ainda mais suas aulas nesse meio remoto?

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação?. **Revista da FAEEBA**, v. 22, n. 40, 2013.

Autores Associados, 2008.

BATISTA, Eraldo Carlos; DE MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.

BENETTI, Mônica Gonzaga Marques et al. Pandemia e ensino virtual: avaliação e monitoramento das atividades não presenciais ofertadas pelas escolas do sismen de alta floresta-MT. **Revista Baquara**, v. 1, n. 2, p. 142-158, 2020.

DE TOLEDO GOMES, Aureo. Antagonismo, Equivalência, Logocentrismo: uma análise do discurso sobre as “novas guerras”. **Carta Internacional**, v. 9, n. 1, p. 44-58, 2014. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/83>. Acesso em: 12 mai. 2021.

MACKMILL, Marlete de Brum; LOPES, João Ladislau Barbará; MOREIRA, Maria Isabel Giusti. **O uso do Whatsapp como Recurso de Apoio Pedagógico no Processo de Ensino e de Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos. 2020.** Disponível em: <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1675/produto-educacional-Marlete-Mackmill.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 mai. 2021

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Lucas Romério da Costa Lima¹ (Aluno do Curso de Educação Física – Licenciatura da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: lucas.lima@fvj.br), Pedro Henrique Silvestre Nogueira² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: pedrohenrique.livia91@gmail.com).

RESUMO

O presente trabalho traz a temática da inclusão dos alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física Escolar do município de Aracati – CE. Sabe-se que a exclusão é um fator preocupante existente na escola que pode provocar vários problemas para o aluno que se sente excluído. Sem muito esforço, façamos o exercício de imaginar um aluno com deficiência física que ama a disciplina de Educação Física, mas que às vezes é excluído das atividades que exige dele uma boa mobilidade, podemos imaginar tal frustração. Portanto, o objetivo primário deste estudo é analisar como se dá a prática docente destinada à inclusão nas aulas de Educação Física no município de Aracati. O procedimento metodológico é de uma pesquisa que tem como norte a abordagem quali-quantitativa, pois se fez necessário coletar os dados, em seguida analisa as respostas dos colaboradores, para nos aproximarmos da realidade concreta. Foi elaborado um formulário eletrônico de pesquisa para que os docentes da cidade preenchessem as perguntas para analisarmos suas opiniões. Participaram da pesquisa 10 professores de Educação Física da rede de ensino regular de Aracati. Concluímos com a proposta de ter uma instituição de ensino e professores de Educação Física mais inclusivo onde os alunos com deficiência física possam ter o que mais buscam na escola que é a participação das aulas e a interação com outros colegas respeitando sempre seu papel na sociedade.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência Física. Educação Física

INTRODUÇÃO

Sabemos que a exclusão, especificamente a exclusão social, marca negativamente a vida das pessoas, independente de classe social, sexo ou etnia. O ambiente escolar, por permitir muitas vivências, poderá ser um lugar propício para a reprodução da exclusão, caso a comunidade escolar não se atente às práticas comuns produzidas cotidianamente. É nesse contexto contraditório que os estudantes com deficiência física se inserem, sobretudo quando o assunto são as aulas de Educação Física.

Vale destacar também que entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. De acordo com o § 2º desta lei, é considerada pessoa com deficiência: “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena

e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

O presente estudo é importante pois visa ampliar o debate sobre inclusão na comunidade científica, além de apresentar elementos pertinentes às práticas reais dos profissionais de Educação Física no dia a dia na escola, muitas vezes impossibilitadas de reflexão crítica, pois são entendidas dentro da “normalidade”.

O objetivo do deste estudo é analisar as implicações da prática docente destinada à inclusão nas aulas de Educação Física no município de Aracati – CE; caracterizar as práticas inclusivas dos professores de Educação Física existentes nas aulas de Educação Física e investigar, com base nos relatos dos professores de Educação Física, os níveis de interação dos estudantes com deficiência física nas aulas de Educação Física Escolar;

MARCO TEÓRICO

Incluso neste argumento de mudanças mundiais alusivas à educação especial, os governos e a sociedade principiaram um procedimento de mobilização mundial dirigindo a organização de políticas educativas que permitissem a inclusão social e escolar por meio da abordagem do conceito de um ensino inclusivo que apreciase a diversidade por meio da garantia legal da aproximação de todos a uma educação imparcial (FREITAS e SILVA, 2020).

A inclusão escolar é um procedimento onde todos necessitam se ajustar a escola por meio da inclusão de todos os estudantes, independente da vida social de cada criança bem como: raça, etnia, sexo, situação econômica, deficiência, entre outros, aliados em um próprio ambiente para que possam cultivar suas habilidades e necessidades da caminhada estudantil (MELO e COUTINHO, 2020).

Quando se fala em inserir o estudante com deficiência no ambiente escolar de forma a experimentar-se pertencente ao espaço de ensino, deve-se instituir que o ambiente continue organizado para abrigá-lo, finalizado para as modificações e que permita essas alterações e adaptações necessárias para proporcionar a participação do indivíduo (MANTOAN, 2015).

Em meio às mais fundamentais particularidades da história da Educação Física, por atribuição dos confins deste estudo, almejamos contextualizar a Educação Física no Brasil a partir do tempo em que está se estabeleceu enquanto à disciplina escolar. Em segundo plano, proporcionamos quais os limites que a regularizaram e a garantiram nas instituições de ensino. Afinal, fortalecer um paralelo pensativo dentre as tendências, teorias e abordagens que atravessam a Educação Física e sua conformidade com a ideia eurocêntrica (NOGUEIRA, 2020).

METODOLOGIA

É uma pesquisa que tem como norte a abordagem quali-quantitativa. A pesquisa foi realizada com os professores de Educação Física atuantes nas instituições de ensino regular da educação básica, do município de Aracati, pertencente ao estado do Ceará para determinarmos os colaboradores deste estudo, se fez necessário estabelecer alguns critérios de inclusão e exclusão.

Critérios de inclusão: a) Possuir formação inicial em Licenciatura em Educação Física; b) Lecionar em escolas da educação básica no município de Aracati. Critérios de exclusão: a) Optar por desistir da pesquisa, seja em qualquer uma das etapas; b) Não assinalar o termo de consentimento, expresso no texto de apresentação do questionário eletrônico.

A pesquisa foi durante o mês de abril a maio, através de um Formulário eletrônico do Google Apps que foi enviado para os professores via Whatzapp ao todo 10 professores participaram da pesquisa que teve como objetivo responder se os alunos com deficiência física participam das aulas de Educação Física Escolar.

Reforçamos neste estudo nosso compromisso ético e acadêmico em socializar o material produzido e vivências que a investigação desta pesquisa propõe. Desta forma iremos compartilhar tudo sobre a pesquisa que tratará da inclusão dos alunos com deficiência física na Educação Física Escolar.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Chegamos ao principal momento desta pesquisa, que é a apresentação dos resultados achados por meio do questionário eletrônico. Sobre os resultados da pesquisa, 70% dos professores são graduados, 50% dos participantes têm um regime de contratação Temporário(a)/ contratado(a), 60% dos colaboradores estão atuando no Ensino Fundamental (anos finais) estando ministrando aula para alunos de 11 a 14 anos de idade. 60% dos professores diz que: Sim, mas com algumas limitações sobre o preparo para trabalhar com alunos com deficiência física, 60% dos estudantes com deficiência física participam das aulas de Educação Física dos professores perguntado sobre interação destes alunos. Espaço físico disponível, o Prof. 4 cita em sua resposta uma escola da cidade que contém em sua infraestrutura com adaptações para estes estudantes com deficiência física.

Estratégias utilizadas para inclusão dos alunos, o Prof.1 e Prof.2 cita o quesito adaptação quando em suas turmas apresentam alunos com deficiência física, o Prof.9 cita a melhor resposta perante todas revisadas pois nela o Prof.9 potencializa e afirma a importância

da adaptação nas de Educação Física Escolar que é fazer com que os alunos sem deficiência física vivenciem a realidade dos alunos com deficiência física.

Sobre as atividades realizadas pelos estudantes: o Prof. 6 citou em sua fala que as aulas continuam sendo teóricas e práticas, mas respeitando a privacidade de cada aluno, pois os mesmos estão assistindo aulas em casa. o Prof. 7 citou em sua fala que usar as atividades de psicomotoras e atividades nas áreas sociais, focando na socialização, o Prof.9 diz que aplica atividades lúdicas utilizando materiais simples.

Possibilidades de uma Educação Física inclusiva, o Prof. 6 cita que através de atividades lúdicas incluindo jogos e brincadeiras é umas das opções que a Educação Física poderia oferecer aos estudantes com deficiência física, o Prof. 10 cita que o desenvolvimento cognitivo, afetivo e a cultura corporal de movimento são estratégias de conteúdos que a Educação Física poderia oferecer aos estudantes com deficiência física.

Portanto, conclui-se que, diante do aspecto dos professores de Educação Física do município de Aracati-CE apresentados pelo formulário de pesquisa, são profissionais da Educação que se preocupam em busca de aprimoramento em relação à inclusão dos deficientes físicos nas aulas de Educação Física e que 60% dos estudantes com deficiência física participam das suas aulas de Educação Física.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf> >. Acessado em: 30 de maio de 2020.
- FREITAS, C. R.; SILVA, C. C. A educação das pessoas com deficiência no brasil e na rede federal de ensino com enfoque no aluno surdo: uma abordagem sobre os aspectos legais e históricos do processo de inclusão escolar. **Revista brasileira de educação profissional e tecnológica**. v. 1, n. 1, 2020.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2015
- MELO, J. G. S.; COUTINHO, D. J. G. Educação infantil: Métodos e estratégias para inclusão. **Revista Espacios**. v. 41, n. 18, p. 41. 2020.
- NOGUEIRA, P. H. S. **Teorias e abordagens pedagógicas na educação física brasileira: raízes europeias (coloniais)**. 2020.

AS IMPLICAÇÕES DO SEDENTARISMO EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

João Victor Ferreira de Almeida¹ (Aluno do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: jvflex@hotmail.com) e Pedro Henrique Silvestre Nogueira² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: pedro.silvestre@fvj.br)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a bibliografia já produzida a respeito da questão do sedentarismo entre estudantes do Ensino Médio. Um quadro foi elaborado especificando os estudos em código, autoria, título, periódico de publicação, objetivo e ano de publicação, finalizando um total de nove trabalhos selecionados. Posteriormente os principais resultados dos achados foram colocados na seção referente à discussão do trabalho e feita análise dos resultados.

Palavras-chave: Pesquisa Bibliográfica. Ensino Médio. Sedentarismo

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo geral analisar como a temática do sedentarismo no ensino médio vem sendo abordada na literatura científica, publicada nas bases dados *Scielo* e *Google Acadêmico*, tendo como referência o recorte temporal os anos de 2007 à 2020. Como objetivos específicos destacamos os seguintes: identificar os fatores e condicionantes que colaboram com o sedentarismo entre os estudantes; caracterizar as estratégias utilizadas nas aulas de Educação Física para combater o sedentarismo.

No tocante a justificativa deste estudo, podemos afirmar que na dimensão científica, sendo essa a justificativa da produção deste estudo: ver quais problemas prevalecem em questões de saúde dos jovens e metodologias de ensino que ajudem a sanar estes problemas, além de analisar os estudos já produzidos a respeito do tema. A metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica integrativa. Uma espécie de resumo que possibilita resumir estudos já publicados para gerar novos conhecimentos.

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo caracterizado por uma revisão bibliográfica integrativa que está inserido dentro da revisão bibliográfica sistematizada. Esta, por sua vez, consiste em uma

revisão planejada que objetiva responder uma pergunta e utiliza métodos diferentes para buscar, selecionar e avaliar, para em seguida analisar criticamente os estudos e incluir seus dados na revisão (CASTRO,2006). As buscas de assuntos compatíveis com a temática foram feitas nas bases de dados *Google Acadêmico* e *Scielo*. Os trabalhos foram selecionados a partir da leitura de seus respectivos títulos e resumos, em seguida, no caso de se alinhar aos descritores idealizados neste estudo, fizemos a leitura na íntegra das publicações. Os critérios estabelecidos para que o trabalho fosse selecionado eram: pesquisas de saúde corporal que envolvessem o público que compõe o ensino médio e contribuintes da Educação Física escolar para o combate de doenças – principalmente sedentarismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aspectos ligados a relacionamento social: 57,89% estão felizes em relacionamentos e procuram cultivar amigos; 42,10% destacaram que raramente o lazer é composto por reuniões com amigos, atividades esportivas em grupo ou participação em associações, 21,05% escolheram a opção nunca; 36,84% apontaram não serem ativos em suas comunidades e não buscam meios de se sentirem úteis em seu ambiente social. (SILVA et al., 2020, p. 15).

Os estudantes “diante dos conceitos de obesidade e sedentarismo, evidenciaram-se argumentos ainda muito pautados no senso comum. Impera a lógica de culpabilização pelo estado de saúde que se encontram, bem como de seus familiares.” (SILVA et al., 2020, p. 17) e que alguns conteúdos abordados no currículo da escola, de São Paulo na pesquisa, estão fora de contexto. Em relação aos dados obtidos e analisados percebe-se que a prática de atividades físicas é escassa entre os jovens e os bons hábitos alimentares também, e que isso não são casos isolados e que há todo um contexto de contribuições e influências desde sociais, econômicos, culturas e educacionais.

Constamos a partir dos estudos investigados que a prevalência de sedentarismo e inatividade física entre jovens que estão no Ensino Médio é muito alta, e que a maioria estão com sobrepeso ou próximo, dando destaque para as meninas que apresentam as maiores taxas de sobrepeso e as que menos praticam atividades físicas. O público feminino também é o que apresenta as taxas mais baixas de insatisfação corporal. No que se refere aos fatores que atrapalham os estudantes de terem uma vida saudável estão os: socioeconômicos e de moradia, os que tem rendas mais altas e moram em zona urbana, praticam mais atividades físicas que os que moram em zona rural.

Encerramos as discussões, onde as pesquisas foram analisadas e partiremos para as considerações finais, a fim de ponderar o que pode ser melhorado entre os estudos e como a Educação Física escolar pode contribuir para diminuir as taxas de sedentarismo entre os estudantes do Ensino Médio.

CONCLUSÕES

Concluimos que a maioria dos jovens possuem um estilo de vida muito acomodado e com fatores que contribuem ainda mais para seus costumes de inatividade física, a Educação Física Escolar continua sendo um dos maiores combatentes dessa realidade, mostrando aos jovens e adolescentes a importância de uma prática de exercícios de maneira saudável para a prevenção de doenças.

Este estudo ainda demanda aprofundamento com intuito de analisar como está a consciência dos estudantes sobre a importância das atividades físicas, principalmente a partir de 2020 onde o mundo experimentou à força um estilo de vida diferente, até as escolas, lugar onde, alguns, tinham contato com atividade física somente nas aulas de Educação Física. Há também questionamentos sobre o que os jovens estudantes do Ensino Médio pensam sobre a prática de atividades físicas: se apenas para aparência? Ou para manter um estilo de vida saudável? E se eles consideram a Educação Física importante para o combate ao sedentarismo e promoção de uma vida saudável?

REFERÊNCIAS

CASTRO, A. A. **Curso de revisão sistemática e metanálise**. São Paulo: LED-DIS/UNIFESP, 2006.

ALMEIDA, Débora Karoline Gomes de. **Avaliação dos Hábitos e Comportamentos Influenciadores do Sedentarismo nas Escolas Públicas do Município de Piritiba**. 2017, 36 Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Educação Física) Universidade de Brasília – UAB, Piritiba, 2017.

FERREIRA, Rodrigo Wiltgen, et al. Prevalência de comportamento sedentário de escolares e fatores associados. **Rev. Paulista de Pediatria**, v. 34, p. 56-63, 2016. Disponível em: > <https://www.scielo.br/j/rpp/a/S7m7QNw4GZzw8wWmNcZ33Bf/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20preval%C3%Aancia%20geral%20de%20CS,desfecho%2C%20exceto%20para%20jogos%20eletr%C3%B4nicos> Acesso em: 27 de Mar. de 2021.

GONÇALVES, H; HALLAL, PC; AMORIM, TC; ARAÚJO, CLP; MENEZES, AMB. Fatores socioculturais e nível de atividade física no início da adolescência. **Rev. Panam**

Salud Publica. v. 22, p. 256-253, 2007. Disponível em: >
<https://scielosp.org/article/rpsp/2007.v22n4/246-253/pt/>< Acesso em: 27 de Mar. 2021.

Mario Sergio Villanueva. A Função Social da Educação Física Escolar no Combate ao Sedentarismo. **Secretaria de Estado da Educação – SEED.** Disponível em:
><http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/990-4.pdf>< Acesso em: 05 de maio de 2021.

Letras e Pedagogia

TRANSFORMAÇÕES VIVENCIADAS NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA DEVIDAS O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DOCUMENTOS CURRICULARES DE 2019 E 2020, DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE UMA ESCOLA MUNICIPAL BEBERIBENSE*

TRANSFORMATIONS EXPERIENCED IN THE SUBJECT OF PORTUGUESE LANGUAGE DUE TO EMERGENCY REMOTE EDUCATION: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN THE 2019 AND 2020 CURRICULUM DOCUMENTS OF THE 8TH GRADE IN A SCHOOL IN THE CITY OF BEBERIBE

Nadson Lopes Monteiro**

Aline Florêncio de Almeida***

RESUMO

Em meio a uma nova forma de ensinar, a Educação Brasileira passa por modificações, principalmente quanto as metodologias que devem ser adotadas para manter o processo de ensino-aprendizagem eficiente. Surge então a necessidade de se analisar como a disciplina de Língua Portuguesa está sendo trabalhada nos dias atuais e comparar com anos anteriores a essa realidade pandêmica. Além de analisar como a inserção da tecnologia digital adentra às instituições escolares e como os professores da rede de ensino regular comportam-se com essa revolução digital no âmbito institucional. Com o intuito de esclarecer alguns pontos, este trabalho visa refletir sobre o Currículo de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental – do 8º ano –, vivenciado em uma escola pública localizada no município de Beberibe. Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, realizada por meio de uma análise bibliográfica e documental, com um cunho exploratório, buscando relatar as principais mudanças encontradas nos currículos escolares da escola a qual o trabalho foi realizado. Os dois documentos curriculares são respectivamente de 2019 e 2020, cedidos dois diários de classe para a realização da pesquisa. Assim, o foco foi na mudança vivenciada por muitos profissionais da área da educação advindas desse período de isolamento social, com essa visão de que os currículos são importantes para manter a sequência de conteúdos que devem ser repassados para os alunos. Na autonomia do docente nota-se que o documento curricular faz-se necessário para uma autoanálise sobre a sua metodologia e como podemos nos transformar em momentos difíceis ao qual todos da instituição podem se deparar. Valorizar o uso das tecnologias digitais e entender que o ensino da Língua Portuguesa não está contido nos materiais didáticos e na rotina de sala, corresponde ao que muitos professores vivenciam até os dias atuais.

Palavras-chave: Análise documental. Língua Portuguesa. Tecnologias digitais.

1 INTRODUÇÃO

Em meio a uma nova forma de ensinar, a Educação Brasileira passa por modificações nas metodologias que devem ser adotadas para manter o processo de ensino-aprendizagem eficiente. Muitos professores, gestores escolares, pais e

* Artigo apresentado ao Curso de Letras da Faculdade do Vale do Jaguaribe, como requisito parcial para obtenção do Título de licenciado em Letras, Aracati-CE, 2021.

** Aluno do Curso de Letras da Faculdade do Vale do Jaguaribe, nadson076@gmail.com

*** Orientador - Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: aline.almeida@fvj.br

alunos vivenciaram essas alterações tecnológicas na rotina institucional, em decorrência do período de isolamento social imposto pelo Coronavírus. A forma de aplicar os conteúdos da disciplina de Língua Portuguesa passou por muitas mudanças, a tecnologia, as dificuldades em se adaptar com o mundo digital, foi um dos grandes fatores para muitos procurarem uma atualização tecnológica e se adequar com ensino-aprendizagem proposto.

Assim, surgiu a seguinte indagação: Como as transformações do ensino remoto emergencial influenciou na adaptação e inclusão de novas práticas metodológicas dentro da Língua Portuguesa do 8º ano do Ensino Fundamental? Para responder foi proposto uma pesquisa de análise documental, tendo como objetivo geral uma reflexão sobre a forma com a qual o ensino assíncrono alterou o uso das tecnologias nas aulas de Língua Portuguesa, do 8º ano, de uma escola pública do município de Beberibe. Ressaltando ainda de forma específica pontos para o efetivo desenvolvimento do projeto: (1) - Analisar as principais transformações que o ensino remoto emergencial afetou as tecnologias adotadas pelas professoras do 8º ano do ensino fundamental de uma escola beberibense. (2) - Identificar as principais mudanças relacionadas a implementação do ensino remoto emergencial no ensino de Língua Portuguesa de 2020. (3) - Comparar as tecnologias adotadas pelos docentes da disciplina de Língua Portuguesa de 2019 e 2020.

Com isso, uma análise bibliográfica será necessária sobre os seguintes autores: Antunes (2007), Appolinário (2009), Barité (1997), Cellard (2008), Freddo (2004), Higounet (2003), Lévy (2000) e Lima Junior (2007) que abordam os estudos sobre a Educação e o uso das tecnologias digitais na escola. Assim, a proposta desse trabalho foi condenar ou criticar a forma metodológica adotada pelos professores da escola ao qual foi realizada a pesquisa, mas refletir como o ensino remoto emergencial tem modificado a rotina da comunidade escolar, principalmente na série do 8º ano dos anos de 2019 e 2020.

2 LÍNGUA PORTUGUESA – DISCIPLINA CURRICULAR E TECNOLOGIA

O processo para a formação da Língua Portuguesa brasileira ocorreu desde a chegada dos jesuítas no Brasil, com as expedições marítimas e o intuito de encontrar novas terras foi necessário catequizar os nativos e assim ensinar a língua de Portugal.

Segundo Coutinho “Pode se afirmar que o português é o próprio latim modificado” (2011, p. 46). Com essa fala o autor afirma que a própria Língua Portuguesa brasileira é a Língua Portuguesa de Portugal passível de transformações, tendo em vista a população que já habitava o Brasil. Algumas mudanças aconteceram até os dias atuais, com o idioma português desde sua chegada, muitos estudiosos apoiam a diferença existente entre o português do brasileiro para o português europeu.

3 METODOLOGIA

A análise documental tem sua origem predominante francesa, mas só pode ser concretizada no âmbito acadêmico brasileiro, crescendo de forma notória e rápida. Isso pode ser considerado como verídico ao analisar os estudos de Johanna Smit (1974 – 1978), logo no início da década de 80, foi criado o grupo TEMMA, localizado na Escola de Comunicações e Artes da USP, sendo que esse mesmo grupo vem desenvolvendo pesquisas significativas em toda a trajetória de

elaboração dos estudos teóricos-metodológicos de análises documentais em todo território brasileiro até os dias atuais.

O estudo feito neste artigo caracteriza-se por uma pesquisa com uma abordagem qualitativa, com o intuito de analisar as tecnologias utilizadas na disciplina de Língua Portuguesa do 8º ano de 2019 e 2020 respectivos, de uma escola pública do município de Beberibe localizado no estado do Ceará.

Para realizar a análise dos documentos coletados foram utilizados alguns questionamentos iniciais, como: Quais as práticas de linguagem adotadas pelos professores regentes das turmas de 8º ano de 2019 e 2020 da escola escolhida para a pesquisa? Quais os tipos de tecnologias adotadas por cada profissional? Como as transformações do ensino remoto emergencial modifica o cotidiano escolar e a aplicação de conteúdos para os alunos das turmas estudadas? Todas essas perguntas foram respondidas no decorrer do projeto.

De início vale ressaltar o conceito de documento que vem sendo modificado ao decorrer dos anos, como os estudos foram evoluindo, percebe-se que a busca por análises documentais cresceram.

4 ANÁLISES E DISCUSSÃO

Ao analisar os documentos foi visto que as práticas de linguagem de cada professor eram similares, foi perceptível que ambos os profissionais se preocuparam com o ensino tradicionalista e que somente após a pandemia o professor regente da turma do 8º ano do ensino fundamental de 2020 viabilizou aos seus alunos novos métodos, envolvendo em suas aulas o segundo tópico de avaliação desse trabalho que foram as tecnologias adotadas.

O diário de classe é classificado com um dos documentos mais importantes de um professor, segundo Porlán e Martín "Diário de aula como instrumento que permite ao professor investigar e refletir sobre a prática educativa, testemunho biográfico da sua experiência" (1997, p. 18) sempre visando manter seus registros de acordo com os conteúdos ministrados e como as aulas foram realizadas, mantendo assim nesses documentos seus registros de suas práticas. A escrita de cada diário deve constar uma certa periodicidade em que o professor pensa sobre suas metodologias, planos anuais, planos de aula e todas as suas ações educativas. Por meio dessa concepção o diário tornou-se um guia para sempre que for preciso coletar algum dado. Sendo visto com um objeto para detectar alguns problemas e expor as concepções didáticas, ideológicas, pedagógicas e políticas.

As primeiras análises feitas sobre os documentos foram as datas contidas no calendário letivo que foram registradas nos diários de classe coletados para o estudo desse artigo. Nos diários de 2019, o primeiro registro foi feito no dia 04/02/2019 diferente do diário do ano seguinte que foi relatado o primeiro registro no dia 27/01/2020, ambos os anos letivos que foram registrados as datas iniciais das aulas não estavam no período de isolamento social, mesmo com a divergência não existe nenhum dado para que possa justificar essa diferença.

Continuando a análise dos conteúdos dados e como o calendário letivo foi modificado pela intervenção da pandemia do Coronavírus e o decreto posto em todo o estado do Ceará, vemos mais uma mudança imposta aos profissionais da escola, que foi o período de férias escolares, no ano de 2019 as férias escolares foram dadas durante todo o mês de julho, já no ano de 2020 tivemos um decreto estadual ao qual foi imposto a antecipação das férias escolares de 15 dias previstas no inciso I do art. 12 do Decreto n. 12.245, de 9 de dezembro de 2013, para os profissionais

de educação, excepcionalmente, neste exercício letivo, teve início em 7 de maio de 2020, e o município de Beberibe adotou o decreto. Devido a pandemia, e de acordo com a LDB 9394/1996, os dias letivos passam a ser contabilizados em carga horária letiva de no mínimo 800 horas. Com isso ano letivo foi encerrado no mês de dezembro, nos dois documentos, independente dos decretos postos no ano de 2020, feitas adaptações através das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais para a realização dos 200 dias letivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo no primeiro momento da pesquisa ocorreu um contratempo na entrega dos documentos solicitados para o início da pesquisa, todos os que compõem o grupo gestor estavam testados positivos para Covid-19 e a escola não teria ninguém para se responsabilizar com a liberação dos documentos.

Com o recebimento dos três documentos curriculares da escola, iniciou-se a análise observando todos os impactos impostos por esse período da revolução tecnológica nas instituições, sendo elas das mais diversas áreas, principalmente da Educação. Assim, nasce novos conceitos para as aulas tradicionais das escolas, o Ensino Remoto Emergencial foi desenvolvido dentro de muitas instituições, porém muitos professores não se adaptaram a essa realidade atual, e por isso fez-se necessário a criação desse estudo para averiguar como todas essas ações durante o período influenciaram nas práticas de linguagens do ensino de Língua Portuguesa e o uso das tecnologias sendo elas digitais ou tradicionalistas afetam direta ou indiretamente na vida escolar de diversos alunos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Professores e Professauros**. Petrópolis: Vozes, 2007.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

BARITÉ, M. **Referenciales teóricos vigentes enel área de tratamiento temático de lainformación y suexpresión metodológica**. Porto Alegre: ABEED, 1998. 7 p. [Relatório técnico do II Encontro de Dirigentes dos cursos superiores de Biblioteconomia dos países do Mercosul, Buenos Aires, nov. 1997].

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO CNPq. **Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil**: Grupo Temma. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0067607UVP2176>>. Acesso em: 02 maio. 2021.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**: Tradução Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo, Ed 34. 2000.

KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas, SP: Papirus. 2011.

LIMA JUNIOR, A. S. **A escola no contexto das tecnologias de comunicação e informação**: do dialético ao virtual. Salvador: EDUNEB, 2007.

A LUDICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Lidia Silva Lima²

Artemizia Ribeiro Lima Costa³

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo trazer aspectos referentes à atuação do professor no que diz respeito à possível contribuição da ludicidade para o desenvolvimento das crianças da Educação Infantil. Dessa forma, foram incorporados métodos de verificação no intuito de obter conhecimentos em questão da relevância e o aprofundamento a respeito dos processos intrínsecos à temática. Para embasar o estudo, foi considerado a investigação bibliográfica de autores que contribuíram fortemente com suas obras e teorias, bem como conhecimentos adquiridos durante o curso de Pedagogia pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Objetivando complementar o estudo, com o propósito de obter dados para análise, realizou-se um questionário, o qual foi direcionado de forma remota a professores de educação infantil da rede pública de educação do município de Aracati-CE. A partir das contribuições dos profissionais da educação, observou-se que o lúdico faz parte das práticas docentes, objetivando proporcionar um ensino de qualidade. Considerando que a ludicidade em sala de aula, além de se caracterizar como atividade fortemente presente na vida da criança vem a contribuir para os aspectos do desenvolvimento integral das mesmas.

Palavras-chave: Ludicidade. Desenvolvimento da criança. Educação Infantil.

ABSTRACT

A research aims to bring aspects related to the role of the teacher with regard to the possible contribution of playfulness to the development of children in Kindergarten. Thus, verification methods were incorporated in order to obtain knowledge in question from the research and the deepening of the processes intrinsic to the theme. To support the study, it was considered a bibliographical investigation of authors who contributed strongly with their works and theories, as well as knowledge acquired during the Pedagogy course at Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ. Aiming to complement the study, in order to obtain data for analysis, there was a questionnaire, which was remotely directed to early childhood education teachers from the public education network in the city of Aracati-CE. From the contributions of education professionals, it is observed that playfulness is part of teaching practices, aiming to provide quality teaching. Look that playfulness in the classroom, in addition to being characterized as an activity strongly present in the child's life, contributes to aspects of their integral development.

Keywords: Playfulness. Child development. Child education.

¹ Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe como requisito parcial para obtenção do Título de Graduação, Aracati-CE, 2021.

² Graduanda do Curso de Pedagogia pela Faculdade Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati – CE, 2021.

³ Professora Orientadora da Faculdade Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati – CE, 2021.

INTRODUÇÃO

Um dos métodos pedagógicos mais estudados e discutidos atualmente é a respeito da ludicidade. Ao longo de estudos e práticas no ambiente de ensino, foi possível observar, no decorrer dos percursos, a grande contribuição que o lúdico pode vir a exercer no contexto educacional, além de ser parte de uma didática motivadora à qual o aluno passa a ver a educação de forma positiva atribuindo valores ao processo de ensino-aprendizagem.

Visto as possibilidades do lúdico para a educação, faz-se necessário que os educadores possam cada vez mais pesquisar, estudar e buscar inteirar-se nos diversos aspectos atrelados ao ato de ensinar de forma a elaborar estratégias válidas como o brincar, que se encontra presente na rotina das crianças, porém em uma perspectiva que promova o desenvolvimento integral das mesmas. Mas surge a pergunta: Os professores da educação infantil utilizam o lúdico em suas aulas? E a criança realmente aprende brincando?

Dito isto, idealizou-se uma pesquisa no intuito de compreender as possíveis contribuições da ludicidade para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. Foram abordadas as considerações e teorias de autores como Kishimoto (2008), Piaget (1978), Vigotsky (1998), Duprat (2015) e até mesmo a BNCC (BRASIL, 2018) para respaldar o estudo, a fim de fundamentar a temática.

Por conseguinte, a partir do conhecimento dos fatos, também surgiu a necessidade de idealizar um questionário com professores atuantes, no intuito de melhor compreender tal perspectiva na prática, priorizando um ensino qualitativo, atribuindo aprendizados significativos e transformadores nos processos de desenvolvimento do aluno.

MARCO TEÓRICO

Inúmeros pedagogos, filósofos, psicólogos e psiquiatras, ao longo dos anos, vêm se aprofundando no tema, ao contemplarem a tamanha contribuição que o lúdico pode ser capaz de trazer para a formação da criança enquanto ser. Os estudos apontam que desde o século XIX, tais pensadores passaram a teorizar cientificamente, demonstrando suas análises por meio de perspectivas sociológica, psicológica e antropológica a respeito da importância da ludicidade para a educação. (DUPRAT, 2015).

Seguindo essa linha de pensamento, Duprat (2015), incluiu as considerações de Wallon sobre ludicidade. Ele diz que o jogo pode ser separado em quatro categorias: puramente funcional, de ficção, de aquisição e de fabricação. Na primeira categoria tem como ponto principal

movimentos simples que envolvam o autoconhecimento e exploração do corpo, o concreto, sendo característica principal a motricidade.

O segundo tópico, jogo de ficção, tem por foco a imaginação, o desempenho de papéis, o faz de conta. Já o jogo de aquisição, é aquele que trabalha a percepção e assimilação da criança, esta desenvolve o papel de relacionar o que vê, escuta, sente, compreendendo e atribuindo significados. O último tipo de jogo, fabricação, é aquele onde a criança se descobre como criador, usa da criatividade, coordenação motora e habilidades para produzir algo que terá um sentido ainda maior para ela (DUPRAT, 2015).

Diante desses processos, o jogo fomenta a construção do conhecimento. Por meio do lúdico e incentivo pedagógico, as crianças se sentem estimuladas a construir seu aprendizado de forma mais significativa, sabendo lidar com situações dentro e fora da zona recreativa. Dependendo do lugar e da época, os jogos educativos assumem significações diferentes, onde as crianças aprendem a lidar com regras, enigmas, desafios, interação com o meio, socialização, que contribuem para o desenvolvimento integral das mesmas (KISHIMOTO, 2008).

Vygotsky (1998) classifica o brincar como fonte de aprendizagem, ao se tratar de uma atividade que impulsiona o desenvolvimento. É por meio desta que a criança, ao exercer papéis, se comporta de uma forma diferente da vida cotidiana, mais avançada, sendo capaz de mobilizar novos conhecimentos e habilidades no processo. Segundo ele, a criança se desenvolve, define sua identidade e autonomia, por meio dos brinquedos e brincadeiras. É onde serão estimulados imaginação, expressão, comunicação e interação social. A partir daí, são desenvolvidos a atenção, memória, imaginação, interação com mundo e etc.

Piaget (1978, p. 123), cita que “a brincadeira é o trabalho da infância”, defendendo que os jogos e brincadeiras não podem ser tidos como um mero tipo de entretenimento, sendo fundamentais para que a criança se desenvolva nos aspectos cognitivos, físico-motores, afetivos, linguísticos, morais e sociais. O autor também aponta que é necessário a interação do sujeito e objeto, para que a criança possa se descobrir e descobrir o mundo ao seu redor de acordo com seu estágio de desenvolvimento.

Deste modo, é importante que os profissionais da educação, tragam em seu planejamento, sobretudo no contexto da Educação Infantil, estratégias de encontro ao aprendizado que possam introduzir às suas práticas o uso da ludicidade como recurso auxiliador e mediador de conhecimentos pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem. Neste contexto, é necessário fazer uma reflexão sobre proporcionar uma educação cada vez melhor e significativa, que considera o aluno em sua totalidade. Tratando da realidade social, ambiente de ensino, fatores

culturais e estruturais e a partir daí, trabalhar para proporcionar uma educação mais humanista, formando cidadãos críticos e atuantes em sociedade.

METODOLOGIA

Por meio de investigação bibliográfica através da leitura de livros, artigos e análise de documentos, possibilitou-se melhor compreender sobre a temática. Além disso, também foi realizada pesquisa de campo, a qual se deu por meio da aplicação de questionário direcionado a pedagogos atuantes em turmas de Educação Infantil pertencentes à rede pública do município de Aracati-CE. Para coleta de dados, foram formuladas perguntas que permitissem aos docentes deixarem suas contribuições a respeito da ludicidade para a educação. Visto que se faz relevante considerar tal ponto de vista, bem como as vivências em sala de aula, além de inteirar-se a respeito de como se configura o lúdico na Educação Infantil. A partir disto, fazer um estudo dos dados coletados e trazer os pontos que sirvam de conhecimento para pesquisador e leitores.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante da necessidade de buscar compreender a contribuição da ludicidade para a Educação Infantil, além de pesquisas e leituras também se faz importante introduzir considerações de profissionais da educação que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem na prática. Portanto, formulou-se um questionário para melhor embasar a pesquisa, coletar e analisar dados de professores ativos no meio educacional.

Uma das questões que é válido destacar foi: “Você considera a ludicidade como meio pedagógico fundamental para o ensino-aprendizagem? Justifique sua resposta.” Os resultados obtidos foram bem semelhantes, todos os professores responderam que sim com suas determinadas justificativas, ao considerarem o lúdico como parte importante para o ensino.

A próxima questão se tratava de compreender melhor a respeito das vivências do cotidiano de sala de aula dos respondentes. Dessa forma, foi pedido: “Descreva de que forma o lúdico é vivenciado em suas aulas?”. Sabe-se que cada professor tem seu modo único de ensinar, no entanto, observou-se que em sua maioria, eram utilizados jogos, brincadeiras, músicas, contação de história, dentre outros elementos educativos que tornam o ensino-aprendizagem ainda mais enriquecedor para a criança.

Para arrematar a temática e finalizar o questionário de forma completa, buscou saber: “Para você, o quão importantes são os jogos, brinquedos e brincadeiras para a Educação Infantil?”.

Todas as respostas foram positivas, algumas sucintas e outras mais complexas, porém com o mesmo objetivo, mostrar que o lúdico auxilia no desenvolvimento da criança nos aspectos que envolvem a linguagem, motricidade e equilíbrio das emoções.

Desse modo, foi observado que de fato, muitos educadores tendem a utilizar recursos lúdicos, por acreditarem que incluir tais práticas metodológicas se faz importante na busca por promover um ensino mais significativo e produtivo. Para tanto, também foi observado, pela fala dos professores, que práticas lúdicas como jogos, brincadeiras, músicas, dentre outros, têm papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem e acabam por promover, efetivamente, o desenvolvimento das crianças em seus mais variados aspectos.

No entanto, verificou-se por meio da presente pesquisa, o empenho dos educadores ao conhecerem os aspectos referentes ao seu trabalho, a preocupação em proporcionar um ensino qualitativo de encontro a tonar o processo de ensino-aprendizagem algo leve, instigante, prazeroso e rico para seus alunos. Também foi observado, por parte dos professores, a elaboração de estratégias condizentes ao ambiente educativo e a implementação de didáticas lúdicas comprometidas em não apenas depositar conhecimentos, mas conduzir as crianças, de forma progressiva, durante o seu período de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

DUPRAT, M. C. **Ludicidade na Educação Infantil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

KISHIMOTO, T. M. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

VIGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LEITURA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EEF GARIMPEIROS, ITAIÇABA-CE¹

PATRICIA RAQUEL DE OLIVEIRA GONZAGA (Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: patricia.raquel@fvj.br), RENILDO FRANCO DA SILVA, (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: Renildo.franco@fvj.br).

RESUMO

Este trabalho busca analisar o papel do Pedagogo no processo de iniciação a leitura nos anos iniciais do ensino fundamental. Tal abordagem se faz necessária para a compreensão do ensino da leitura, observando as metodologias do professor nas práticas da sala aula para efetivar e incentivar a prática de leitura, considerada indispensável para o desenvolvimento da criança nos anos escolares, efetivando a formação leitora, garantindo a autonomia do discente na sociedade na qual está inserido. O propósito desta pesquisa é investigar o papel do docente e como ocorre a mediação do processo de leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola de ensino fundamental Garimpeiros.

Palavras-chave: Mediador. Aluno. Formação Leitora.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a leitura como um instrumento fundamental para a vida escolar e social do discente, tendo o professor como mediador dos processos que desenvolvem o aluno para uma formação leitora desejada. Assim, a pesquisa se fundamenta na seguinte indagação: Qual o papel do professor no processo de formação de alunos leitores nas séries dos anos iniciais da Escola de Ensino Fundamental Garimpeiros?

Tal abordagem ocorreu devido à necessidade de se investigar a leitura e sua essencialidade para o desenvolvimento integral do aluno, pois muitos professores buscam nesta etapa escolar dos anos iniciais, ferramentas e metodologias ativas que consolidem

a formação. Por isso, nesse espaço-tempo é necessário um trabalho de planejamento diário, além de valorizar a parceria da família.

Nesta investigação, o estudo esteve pautado na figura de um professor da Escola Garimpeiros, na busca de caracterizar as ações e metodologias realizadas em sala de aula que estimulassem a leitura.

Marco Teórico

A leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental é a base para todas as áreas do conhecimento, por isso entende-se que o professor tem um papel crucial nesta etapa. Como afirma Silva (2009), os educadores são o testemunho vivo da leitura, simbolizando sua relevância para a formação leitora efetiva. O educador, nesta etapa da vida escolar do aluno, será ponte para que se estabeleça uma relação com a leitura, o que não é uma tarefa fácil e requer comprometimento por parte daqueles envolvidos no processo.

Para formação leitora o envolvimento da família, é uma influência importante tendo em vista que sua participação é essencial nesse processo. Quando os pais valorizam a leitura, há inúmeras possibilidades de formação de novos leitores. Por isso, a criança precisa de estímulos diários para adquirir o hábito de ler, que é uma construção de longo prazo. Nascimento e Barbosa (2006) expõe que a família tem grande influência nesse percurso e reforça que a leitura está associada aos estímulos, sendo despertada no educando a vontade de conhecer o que se está lendo.

Considerando os fatos mencionados, compreende-se que a formação leitora nos anos iniciais do Ensino Fundamental possibilita ao educando uma visão crítica e reflexiva do seu contexto social, preparando-o para ser autônomo dentro e fora da escola.

METODOLOGIA

A pesquisa aconteceu por meio das práticas de estágios, na escola de Ensino Fundamental Garimpeiros, situada na cidade de Itaiçaba, localizada no interior da comunidade do Alto Brito. A instituição tem ótima estrutura e seu funcionamento ocorre nos horários da manhã e da tarde, totalizando 133 alunos atendidos.

A investigação foi centrada em um grupo específico da EEF Garimpeiros, se caracterizando como qualitativa por propor uma análise sobre a subjetividade dos fatos colhidos. O público envolveu os seguintes sujeitos: o coordenador pedagógico, o diretor, sete professores e 17 educandos, totalizando 26 participantes.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Tendo por foco a problemática apresentada, concluiu-se que o professor pesquisado na instituição selecionada tem por objetivo a formação leitora dos seus alunos. Percebeu-se, em sua prática diária, o planejamento voltado para a interação da criança com as práticas de leitura, assim como a busca pela família enquanto parceira neste processo. Desse modo, o perfil do professor que se apresentou durante a investigação, foi de extrema relevância para a obtenção dos resultados assistidos.

Identificou-se ainda que a família é o maior suporte que o professor pode encontrar nesse percurso, pois é a partir parceria que os educandos tendem encontrar significados e importância em suas aprendizagens.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, T. A. S. BARBOSA, M. L. de F. **A influência da escola e da família no estímulo à leitura na educação infantil.** In: BORBA, R; BOTLER, A. (org.). Caderno de trabalhos de conclusão do curso de Pedagogia. Recife: UFPE, 2006, v.1, p.1. Disponível em: <http://www.ufpe.br>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SILVA, Vera Maria Tetzmann. **Leitura literária & outras leituras: impasses e alternativas no trabalho do professor.** Belo Horizonte: RHJ, 2009.

DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR: TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ).

² Aluna concludente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Email: chaianesousa25@gmail.com.

³ Orientadora - Ma. em Educação pela UERN em 2014, Prof^a do curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Email: theresa@fvj.br.

RESUMO

Esta pesquisa analisa os desafios da Inclusão Escolar, tendo como foco o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Tal abordagem, justifica-se pela necessidade de se compreender os alunos com TEA, a qual foi identificada na disciplina de Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais na Faculdade do Vale Jaguaribe. O objetivo desta pesquisa é reconhecer e analisar o comportamento e a abordagem metodológica de alunos com TEA. A metodologia empregada foi com base em uma pesquisa descritiva, qualitativa-exploratória, com levantamento bibliográfico em revistas, artigos, sites, além de entrevista com profissionais, ao entender-se diversos fatores sobre a diversidade do comportamento do aluno com TEA, as relações da família no processo de ensino-aprendizagem e os métodos de ensino que podem ser desenvolvidos pelo professor. A pesquisa analisou a relação do aluno com o TEA junto à escola e a importância do desenvolvimento em conjunto da família e da inclusão no papel de interação social, tendo como referência um contexto escolar do município de Fortim-Ce. Os resultados apontam que o estudo e reconhecimento do aluno com TEA é de suma importância para o seu desenvolvimento pessoal e social. Este propósito foi alcançado através de pesquisas e teóricos como Portolese (2017), Valle e Maia (2010), Luckesi (2005), Cavalcante (2006) e Mantoan (2003).

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Professor. Escola.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal em seu artigo 5º estabelece direitos e deveres a sociedade, dentre esses direitos, o Estado tem a obrigatoriedade de disponibilizar o acesso à educação para todos, e cabe as instituições de ensino responsáveis por essa educação, propor direitos iguais, sem distinção de raça, religião, gênero, limitações físicas, condições especiais ou qualquer outro tipo de discriminação. Com isto, a educação inclusiva, um modelo de ensino contemporâneo que propõe igualdade nas possibilidades de escolarização, foi desenvolvido para atender também alunos com necessidades educacionais especiais. Uma das necessidades especiais mais recorrentes na educação inclusiva é a do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o aluno com TEA apresenta diversas características que podem comprometer as relações com outras

peças, dificuldade de comunicação e convívio, portanto, necessita de um apoio específico maior no processo de ensino e aprendizagem. Esta pesquisa, portanto, foi desenvolvida com o intuito de analisar o processo de ensino e aprendizagem de alunos com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), ao se perceber como uma realidade comum nas escolas, tendo como foco analisar o processo de inclusão dos alunos com TEA em realidades escolares do município Fortim-Ce, como são trabalhadas as metodologias e as práticas de ensino; além de contribuir com pesquisas na formação de professores e estudos que contemplem a percepção dos professores ao lidarem com esse público a partir das práticas desenvolvidas e todos os elementos que envolvem a educação inclusiva.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é constituída com base em uma pesquisa descritiva, baseada em análises, registros e estudos, cujo objetivo é analisar os processos de ensino ofertados para os alunos da educação básica com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), a fim de expor as problemáticas as quais as escolas, os gestores estão submetidos e apresentar suas diretrizes e ações. Considerando entender as possibilidades de avaliar o desenvolvimento do aluno com TEA e os objetivos supracitados, optou-se por uma pesquisa qualitativa-exploratória, pois pressupõe-se que a realidade é composta por pessoas em sua interação com o mundo (MERRIAM, 1998).

A abordagem qualitativa foi utilizada neste trabalho como base em informações e interpretação de dados, pois alguns tópicos específicos não poderiam ser quantificados e com isto, os dados e informações coletadas foram retirados a partir da compreensão, expectativa, opinião, percepção dentre outros fatores, com o intuito de explorar e analisar quais as abordagens metodológicas no processo de ensino do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A pesquisa foi composta pela análise de elementos bibliográficos, livros, artigos, revistas, Leis e sites com conteúdos específicos do tema proposto; além da pesquisa bibliográfica, buscou-se informações através de entrevista com profissionais educadores que trabalham com alunos com TEA, a entrevista foi elaborada de maneira remota, através de questionários com perguntas pertinentes ao tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender como acontece a inclusão do aluno com TEA na escola, aplicou-se um questionário com onze perguntas para três profissionais da educação básica sobre os desafios da inclusão escolar das crianças com TEA: um diretor, uma professora de sala de AEE e uma professora de sala de aula.

De acordo com o processo de inclusão dos alunos com TEA, a Política Nacional de Educação Especial na Educação Inclusiva (2007) afirma que esse atendimento tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. Assim, uma das perguntas que foi questionada foi sobre como acontece a inclusão das crianças com TEA na escola. As respostas obtidas foram as seguintes:

A escola acolhe, assegurando a sua participação nas atividades, promovendo a inclusão entre todos (P1).

Deixando a criança com Tea participar dos eventos da escola, adaptando seus materiais escolar para que a mesma possa realizar suas atividades. Fazendo uma avaliação individual do aluno, plano de aula individualizado, fazendo a entrevista com a família se necessário solicitar profissional de apoio encaminhando para outros profissionais, tento esclarecer aos outros professores da necessidade desse aluno (P2-AEE).

A inclusão acontece no momento em que todos os profissionais têm ciência e responsabilidade do seu papel enquanto instituição. Da entrada do portão principal da escola até a sala de aula, acesso a tudo que a escola dispõe de recursos para seu desenvolvimento pessoal e social (DE).

Com isso, não só é importante as crianças terem o direito de frequentar a escola comum, mas também os educadores contribuirão no processo de ensino da criança com TEA, disponibilizar uma educação adequada e igualitária a todos da sala, assim atendendo suas necessidades e garantindo o progresso e permanência das crianças na escola (MATOS, MENDES, 2015).

A outra pergunta se referiu às dificuldades e desafios encontrados em sala de aula no fazer docente, envolvendo crianças com o TEA.

Os desafios e dificuldades são inúmeros, devido à falta de recursos e informação sobre as reais necessidades dos alunos com TEA (P1).

A falta de formação continuada para o professor do AEE e de sala regular, por muitas vezes falta de sensibilidade do próprio professor pois tem criança com TEA no nível severo que precisam de profissionais de apoio que nem em todos os lugares está disponibilizado. (P2-AEE).

Nem todos os professores é sensível a criança, não incentiva, deixa de lado, às vezes existem 2, 3 na mesma sala, superlotadas e a falta de conhecimento mesmo. A compreensão dos pais, dos responsáveis, da família, tira a autonomia, auto estima da criança, acha que não é capaz, leva para escola para tirar sua responsabilidade de zelar, de acompanhar e aqueles que tem BCP (Benefício de Proteção Continuada) a família da atenção por causa do recurso. Na maioria das vezes as escolas, não dispõe de salas do AEE e recursos para fazer valer esse direito (DE).

Diante disso, compreende-se que os desafios são inúmeros, pois alguns pais não destinam o apoio necessário aos seus filhos, e além disso, faltam informações, assim como formações especializadas nessa área aos professores, o que gera, na maioria das vezes, a prestação de um mau ensino às crianças com TEA. Considerando as dificuldades do aluno com TEA de se envolver com o mundo externo, a escola tem a missão de adequá-lo ao contexto. A inclusão vai além da sala de aula, é necessário que a escola proporcione e crie situações adversas do exterior, como estratégias de adaptação e desenvolvimento do aluno.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, A.P.A (Org.). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. ed. Porto Alegre: ARTMED EDITORA LTDA, 2014.

COSTA, A.M et al. **Transtorno do Espectro do Autismo**. Sociedade Brasileira de Pediatria. 5 abr. 2019. Disponível em:
<[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped.Desenvolvimento21775b-MOTranstorno do Espectro do Autismo.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped.Desenvolvimento21775b-MOTranstorno%20do%20Espectro%20do%20Autismo.pdf)>. Acesso em: 07/04 2021.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista** e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Summus Editorial, v. 3, f. 48, 2015. 96 p.

MENEZES, P.M. **O que é Inclusão Escolar: conceito e desafios**. Toda Matéria. 8 set. 2019. Disponível em:
<<https://www.todamateria.com.br/inclusao-escolar-conceito-desafios/>>. Acesso em: 05/04/2021.

OLIVEIRA, F.L.O. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista**. Educação Pública. 8 set. 2020. Disponível em:
<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>>. Acesso em: 14/05/2021.

PORTOLESE, J. et al. **Mapeamento dos serviços que prestam atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil.** Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 79-91, dez. 2017

PORTUGAL. **Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência.** Disponível em <http://www.snripd.pt/default.aspx?IdLang=1>. Acesso: 15/05/2021.

AS CONTRIBUIÇÕES DO LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Gleyci Ribeiro Costa (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: gleyci.costa@fvj.br), Orientadora: Maria das Graças Silva (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: maria.silva@fvj.br).

RESUMO

O lúdico é um mecanismo metodológico essencial para contribuir na aprendizagem dos alunos da educação infantil, para tanto, a pesquisa tem como finalidade estudar as contribuições deste no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, apresentando como objetivo geral a visão que o docente possui acerca do uso da ludicidade como auxílio no processo de ensino e aprendizagem. Assim, o uso de brincadeiras dirigidas e livres tem uma grande importância dentro do cotidiano estudantil do aluno, trazendo vários benefícios que ampliam seu desenvolvimento emocional, físico, social e cultural. Desse modo, esta pesquisa foi fundamentada a partir de referencial bibliográfico e pesquisa de campo, valendo-se da fortuna crítica pautada em autores como (WEISS, 1997), (NEGRINE 1994), (FANTACHOLI, 2011), (MALUF 2003), (GIL 2008), VIGOTSKY (1994), entre outros. Dessa maneira, a pesquisa, foi muito significativa, pois através da mesma, foi possível obter contribuições de professoras da educação infantil, através de um questionário que foi aplicado a três docentes, que contribuíram relatando sobre suas experiências com relação ao tema exposto. Ela, ajudou ainda a refletir e compreender o papel do lúdico para o ensino, aprofundando-se nessa ferramenta que se torna indispensável para se trabalhar dentro da sala de aula. Por fim, foram realizadas análises elaboradas sobre os jogos dirigidos e detectado que fornecem uma grande ajuda para observar pontos positivos desse instrumento e como o mesmo capacita a criança em vários aspectos no seu processo de formação, ocupando assim, um papel fundamental nas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Lúdico. Aprendizagem. Educação.

INTRODUÇÃO

É por meio do lúdico que a criança desenvolve e cria interesse pelo o que gosta, expressando de maneira clara e natural seus sentimentos, ações e reflexão sobre situações que são colocadas nesses momentos, por isso, os jogos dirigidos são uma forma de refletir, trabalhar e descobrir o mundo em sua volta, despertando nas crianças suas curiosidades. Neste contexto, a pesquisa apresenta questões relacionadas à colaboração do lúdico no processo de ensino, pois a proposta investigativa foi o de perceber se o uso do lúdico contribuí no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, embora haja técnicas variadas de ensino no que diz respeito às brincadeiras. O objetivo geral da pesquisa é investigar e coletar informações dos docentes sobre os benefícios do lúdico como um instrumento de aprendizagem no ensino dos alunos e saber se estão trabalhando a ludicidade como uma forma de

propagar a educação das crianças na educação infantil e no cotidiano escolar. Esta pesquisa traz informações de como o método lúdico é utilizado pelos docentes e qual o seu papel na educação infantil e sua contribuição para a aprendizagem dos alunos como meio de educação, Desta forma, este focaliza um olhar aprofundado sobre a temática supracitada, expondo de forma sistemática os pilares que constituem a ludicidade na aprendizagem escolar, cooperando para o avanço dos alunos de forma positiva.

MARCO TEÓRICO

A brincadeira está relacionada em como a criança interage e como está inserida em sua vivência, pois através de jogos e danças, por exemplo, colocam os alunos em situações mais favoráveis e mais relaxadas perante conteúdos propostos. Nessa perspectiva, Cunha (1994) afirma que é através da ludicidade que o aluno otimiza seu aprendizado social, pois na brincadeira a criança progride na socialização com amigos e aprende a compreender as normas estabelecidas pelo seu professor nos jogos dirigidos.

O docente deve trabalhar de forma com que a criança tenha total domínio de seus conhecimentos, fazendo com que se reconheçam como sujeitos sociais, sendo autônomos, reflexivos, participativos e reconhecendo seus deveres e direitos.

Nisso, Matos (2013), salienta que o educador deve proporcionar estratégias para se tornar uma aprendizagem prazerosa, pois a aprendizagem ocorre mais rápido, não somente nas crianças, mas em qualquer pessoa independente da faixa etária, tendo mais facilidade de aprender. Isto significa que, quando o educador inclui novos métodos em seu plano de aula, despertam-lhe interesse, curiosidade e prazer em aprender, assim tornando as aulas mais divertidas, prazerosas e gerando um grande aprendizado para os alunos

Assim, o lúdico é considerado um meio de comunicação que estimula a criatividade, expressão e a espontaneidade, criando conceitos e lógicas de socialização durante o processo da brincadeira dirigida e livre. Aonde a atividade lúdica tem seu papel dividido com o objetivo em duas funções muito importante como nos afirma Duprat (2014), que na primeira função lúdica, a criança escolhe livremente o que lhes proporcionam diversão e prazer. A segunda função seria a educativa, onde é propiciado ao aluno uma maior compreensão e apreensão do mundo, por isso, a importância do equilíbrio entre essas duas funções.

Vigotsky (1994) afirma que o brincar deve ser considerado um método sério, pois nesse tipo de atividade há sinceridade e engajamento das crianças, fazendo com que a mesma conheça novas experiências e reinventem sua perspectiva sobre a situação em sua volta, trazendo o

desenvolvimento físico, mental e intelectual, que trabalha de forma geral toda a estrutura do discente, que precisa ser constantemente estimulada.

Nesse contexto que aborda o brincar como método sério de ensino, nas visões das famílias, Rymovicz (2013) afirma que muitos pais e famílias tem a opinião em que para que seus filhos aprendam é preciso cortar as brincadeiras de seu dia a dia, querendo deixar de lado esse instrumento que na visão de alguns pais, em vez de influenciarem, atrapalham a caminhada na escola.

O lúdico precisa ser trabalhado constantemente na vida das crianças e essa visão desse mecanismo precisa ser moldado no olhar dos pais, que devem entender a sua importância e enxergarem que a brincadeira é um dos métodos mais importantes e fáceis que a criança aprende no início de sua jornada escolar.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida para a realização da pesquisa, foi através de uma pesquisa qualitativa por meio de um questionário em busca de coletar informações e bibliográfica para que fosse possível fundamentar teoricamente a temática abordada. Referindo-se a essa pesquisa qualitativa, aplicou-se um questionário estruturado com seis perguntas abertas a três professores da educação infantil, de três escolas diferentes de rede pública do município de Beberibe-CE, aplicado individualmente, para saber as diferentes visões que os docentes têm sobre o lúdico e esclarecer os fatos abordados e por fim criar uma conclusão sobre o estudo observado do tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para compreender o assunto e a visão que as professoras têm sobre a importância da ludicidade como ferramenta de ensino, foram utilizados dados levantados por meio de uma pesquisa em forma de entrevista pelo aplicativo *WhatsApp*, que teve um questionário com um total de seis perguntas a três professoras da educação infantil, que atuam com crianças com faixas etárias de três a cinco anos em escolas públicas do município de Beberibe. A primeira questão feita para os docentes foi abordada em qual sua visão sobre a utilização de jogos e brincadeiras educativas como meio de facilitar a aprendizagem das crianças. As respostas obtidas foram bem semelhantes, já que as três professoras destacaram que através da ludicidade a criança tem a oportunidade de desenvolverem a autoconfiança, através da concentração e atenção que ajudam nas dificuldades apresentadas pelos discentes, assimilando melhor os conteúdos propostos. Outra pergunta importante foi acerca de saber se as professoras utilizam o lúdico nas suas Aulas.

Todas as entrevistadas falaram que sim, afirmando com clareza que por meio das brincadeiras e jogos dirigidos, as crianças aprendem com mais facilidade e prazer, pois com esse tipo de atenção elas podem explorar o conteúdo da melhor forma, tornando o resultado mais palpável, levando ao aluno a aprender, compartilhar, dividir, interagir e respeitar o próximo, relatando sobre a importância entre a relação do aluno com o professor que nas brincadeiras permitem a proximidade entre ambos. Foi questionado também as professoras, sobre quais são os pontos positivos e negativos da utilização do lúdico como ferramenta para facilitar a aprendizagem das crianças. As professoras citaram que os pontos positivos da ludicidade promovem interesses, satisfação e prazer na construção do conhecimento, já que de forma natural o brincar utiliza da imaginação com situações do cotidiano, preparando as crianças para usar esse entendimento no seu dia a dia. Com relação aos pontos negativos, as professoras entrevistadas tiveram argumentos diferentes, comentando as dificuldades de se trabalhar o lúdico por falta de recursos encontrados na sala de aula e também sobre algumas vezes nos momentos de jogos não se discutir e falar sobre as atividades propostas para saber a opinião que ainda estão em desenvolvimento das crianças. Na perspectiva das professoras, uma delas destacou um ponto interessante no que diz respeito sobre a falta de controle que as brincadeiras podem gerar se o docente não souber trabalhar essa ferramenta da melhor forma, gerando uma bagunça em vez de uma aula interativa com propósitos pedagógicos.

Uma pergunta destacada foi se as professoras concordam que para o ensino ser mais atraente e prazeroso o educador precisa ir em busca de atividades lúdicas para contribuir com desenvolvimento infantil.

As três professoras concordaram afirmando que sim, pois o lúdico torna-se indispensável estimulando a imaginação e criatividade dos alunos, tornando o conhecimento mais acessível por meio de jogos dirigidos. Uma delas pontuou que cada etapa da criança existe metodologias e brincadeiras a serem aplicadas com objetivos diferenciados, visando na idade em que os alunos apresentam.

Em suma, verificou-se que os docentes trabalham esse recurso tão essencial em suas aulas e que os mesmos têm conhecimento sobre os jogos educativos e as brincadeiras dirigidas, contribuindo positivamente no dia a dia escolar, encorajando os alunos a buscarem cada vez mais por conhecimento, contudo o professor precisa ter total domínio sobre como ministrar a aula e o controle da turma na hora das brincadeiras, porém a falta de recursos dificulta em alguns momentos a confecção de jogos para o uso do lúdico. As brincadeiras dirigidas ajudam na autoestima da criança e sua interpretação sobre o que está dentro e fora da sala de aula, os

benefícios da ludicidade são fatores que contribuem para que a aula seja mais dinâmica e agradável.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. 2. Ed: São Paulo: Maltese, 1994.

DUPRAT. M. C. **Ludicidade e educação infantil**. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

MATOS. M. M. **O lúdico na formação de professores: contribuições na educação infantil**. Cairu em Revista. Jan 2013, Ano 02, n° 02, p. 133-142, ISSN 22377719. Disponível em :< https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013_1/09_LUD_FOR_EDU_133_142.pdf>. Acesso em: 05/06/2020.

RYMOVICZ. M. T. P. **O brincar na educação infantil: A compreensão de pais das crianças de 3 anos do cmei pedacinho do céu de São Mateus do Sul- Paraná**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em:< <https://core.ac.uk/download/pdf/147519358.pdf>>. Acesso em: 21/03/2021.

VIGOTSKY. L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5. ed.São Paulo: Martins Fontes, 1994.

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Pedagogia.

¹ Aluno (a) do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). E Mail: c.alineferreira@icloud.com/c.alineferreira@gmail.com

¹ Orientadora – Ma. em Educação pela UERN em 2014, Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Email: theresa@fvj.br.

RESUMO

Os centros socioassistenciais, são primordiais na oferta da educação social aos vulneráveis e desassistidos socialmente, propiciando relações afetivas e de convivência dentro dos SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo). Partindo dessa narrativa, o artigo se propõe a identificar as práticas e desafios pedagógicos, perante os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. A pesquisa de origem descritiva, qualitativa aborda a temática sob uma revisão bibliográfica de precursores da área como Libâneo (2010), Gohn (2013), Caliman (2010), e confronta esta aos relatos de pedagogos obtidos na pesquisa de campo na cidade de Beberibe-CE, mostrando a necessidade dos pedagogos juntamente a assistência social para proteção dos direitos basilares e promoção da autonomia ao indivíduo, contudo os desafios pedagógicos na esfera social são imensos e se agravam perante as condições de distanciamento social acometida pela pandemia, limitando uma educação que tem como principal instrumento a convivência como meio de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Pedagogo. Assistência Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Educação Não Formal.

INTRODUÇÃO

Os espaços de aprendizagem têm se deparado com um contexto social mais complexo e torna-se cada vez mais insuficiente para suprir a demanda de ensino coletivo. Não trata-se de uma ineficácia, mas uma carência das práticas sociais que complementem a evolução do indivíduo. Torna-se, então, dois universos de ensino paralelos que se complementam, e consolidar pontes que liguem esses espaços, é o grande papel da assistência, pois as condições vulneráveis em que se encontram muitos indivíduos, torna tênue a permanência destes nos espaços escolares e colaboram com o processo de detrimento social.

Perante as desigualdades e a vulnerabilidade, as classes mais baixas sofrem maior impacto, por isso a assistência social exerce dentro do contexto domiciliar um acompanhamento direcionado às particularidades de cada familiar, direcionando-os às

práticas de integração através do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) e em programas socioassistenciais.

Desse modo, a Pedagogia Social atende a carência da sociedade, em que objetiva-se desenvolver dinâmicas de aprendizagem que proporcionem uma vida mais digna, se inserindo na formação do cidadão perante seu meio, fortalecendo as relações humanas de convívio e linguagem, que influenciam na qualidade de vida e os processos da evolução humana, fazendo-se necessária dentro da assistência para orientar o desenvolvimento individual em seu âmbito social, muitas vezes realizadas com acompanhamento familiar ou grupos de convivência (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV), promovendo um acompanhamento que atenda às necessidades particulares de cada um.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é constituída com base em uma pesquisa qualitativa, busca uma visão aprofundada e detalhada sobre a influência que essa assistência pedagógica tem sobre o desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão, fazendo um levantamento de informações sobre as práticas realizadas por estes profissionais dentro dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

O estudo origina-se na revisão bibliográfica, perante obras de Libâneo (2010), Gohn (2013), Costa (2018), Caliman (2010) e Freire (2013), acerca da pedagogia em espaços socioassistenciais perante os processos de ensino e socialização e os inúmeros desafios encontrados pelo pedagogo perante as metodologias voltadas ao desenvolvimento das classes desfavorecidas. Essa revisão aborda a temática como complementar ao ensino aplicado em centros formais, e o contexto atual que intensifica a necessidade de dinâmicas socioeducativas perante a pandemia que enfrentamos.

Na pesquisa bibliográfica foram utilizados livros, artigos e cartilhas que retratam a pedagogia social, o SCFV, e a educação sob calamidade do cenário atual. Dentre os materiais utilizados, pode-se destacar a temporariedade e relevância dentro do processo de inclusão, construindo um desenvolvimento teórico baseado em relevantes estudos publicados pela Unicef, AFRO - Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender esse panorama mostra uma relação de trabalho sazonal, onde se mantem muito frágeis as condições climáticas, econômicas e sociais, e por sua vez, essa inconsistência gera uma vulnerabilidade desses indivíduos sob condições de vida precárias, afetando não somente aos adultos, mas propiciando o trabalho infantil para complemento de renda, pondo a educação em segundo plano.

Na cidade de Beberibe, o trabalho socioeducativo é realizado principalmente pelas 3 unidades do CRAS, sendo esses, CRAS Litoral I – Maria Lúcia Ramalho Martins e o CRAS Sertão – Sabino Antônio de Matos, localizados no centro e coordenado pelo pedagogo entrevistado (P1) o CRAS Litoral II – Raimundo Pereira Albuquerque, no bairro Nossa Senhora da Penha. Conta ainda com 4 polos de convivência distribuídos geograficamente para uma maior amplitude desse amparo, e dois núcleos ativos nos distritos de Itapeim e Boqueirão do Cesário. A coordenação geral dessas unidades é de responsabilidade da pedagoga (P2). Outros projetos ainda são realizados na rede socioassistencial da cidade, sendo esses para promoção da educação e manutenção da cultura, a destacar o Instituto Circo Multicor, que atua no combate ao racismo e a brinquedoteca.

Tem um trabalho socioeducacional bastante relevante que associa ao trabalho socioassistencial: A brinquedoteca, que faz parte da Secretaria de Educação, que desenvolve atividades com o brincar, com diversos jogos educativos, contos de histórias infantis, dramatização, fantoches e atividades que promove a convivência grupal, a participação coletiva, a interação (P2).

Apesar da pedagogia social estar inteiramente ligada a esses centros socioeducativos, essa disciplina ainda não possui um conceito definido, pois é subjetiva e se apresenta de forma adaptada a cada realidade. Caliman (2015), retrata o processo de construção dessa disciplina como algo em desenvolvimento no Brasil, em contraste aos países europeus, onde cada a pedagogia social aborda problemáticas diferentes, e defini-la é considerar cada cenário ao qual se insere.

Aos pedagogos entrevistados, a pedagogia social se apresenta como uma possibilidade de mudança:

Proposta de qualificar as pessoas nas suas comunidades, culturas e sociedades, para serem capazes, conscientemente, de decidirem seu conhecimento, sua vida, seu trabalho, sua ação política e seu espaço social. Incentivar no desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos usuários (P1).

Compreende-se, portanto, a partir das respostas dadas que há um déficit na educação brasileira, principalmente quando tratamos dos meios não formais em que esta ocorre, isso têm ligação direta a busca por assistência pelos motivos abordados, que a pedagogia social é imprescindível para a promoção de uma sociedade mais igualitária, pois esta oportuniza espaço de fala àqueles que muitas vezes são marginalizados e vivenciam uma negligência perante seus direitos basilares. Opera sob condições precárias mas apresentam resultados tão importantes quanto a educação formal, pois estas são na verdade complementares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília, jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia social, relações humanas e educação. In: MAFRA, J. et.al. **Educação básica: concepções e práticas**. São Paulo: BT Acadêmica. 2015. p. 187-203.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2013. 116 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. 208 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA DE BEBERIBE. **Plano municipal de cultura de Beberibe (PMC) 2015 – 2025**. Beberibe: Prefeitura Municipal De Beberibe, 2014. 60 p.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Abr. 2021.

OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E IMPLEMENTAÇÃO DA BSE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA ANÁLISE PEDAGÓGICA.

Claudia Rodrigues de Almeida (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: claudia.almeida@fvj.br), Orientadora: Artemízia Ribeiro Lima Costa (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

Este artigo tem como finalidade analisar quais são os desafios e como está a compreensão dos professores da educação infantil na efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além do estudo desse documento. A metodologia adotada está dividida em revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo de cunho qualitativo, sendo que a produção dos dados partiu da seguinte pergunta norteadora: “Como os professores da educação infantil estão compreendendo a BNCC na sua prática pedagógica?”. A investigação foi realizada através da aplicação de um questionário, por meio da ferramenta *Google Forms*, para os docentes da primeira etapa da educação básica de sete instituições escolares da rede pública do município de Beberibe/CE. Por fim, a pesquisa proporcionou grandes reflexões, demonstrou que os professores estão buscando entender a BNCC, sabem de sua importância como facilitadora em seu fazer docente, porém pelo comprometimento de alguns fatores foi verificado que ainda não se apropriaram realmente do documento, no entanto faz-se necessário estudos direcionados para a maior compreensão e efetivação em suas salas de aula.

Palavras-chave: Efetivação. Base Nacional Comum Curricular. Professores. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a educação é assegurada por documentos legais, por essa razão a elaboração de um documento normativo para redes de ensino particular e público do país, instituindo-se como uma referência para as escolas elaborarem seus currículos, já vinha sendo pensada desde a Constituição Federal de 1988, como também mencionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/1996 e ainda no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. Assim, com a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), até chegar à fase de homologação e implementação nas escolas, houveram diversos debates, estudos, participações de especialistas da área da educação, como também professores e gestores dos municípios de cada estado do país, visto que esse documento se construiu de forma coletiva. Surge então a curiosidade em saber se realmente está sendo implementada a BNCC nas instituições escolares de educação infantil e como os professores a estudaram e

compreenderam, assim surge o desejo de realizar um estudo que tem como objetivo analisar os possíveis desafios enfrentados ao decorrer da implantação e apropriação da BNCC pelos docentes da educação infantil da rede pública de ensino do município de Beberibe-CE. Permitindo compreender por meio deste processo investigativo o seguinte questionamento que fundamenta a pesquisa: como os professores da educação infantil estão compreendendo e vivenciando a BNCC na sua prática pedagógica?.

Com base nesta questão, o estudo ocorreu através da pesquisa bibliográfica em livros, artigos, documentos que abordam assuntos referentes, além da pesquisa de campo por meio da aplicação de um questionário direcionado aos docentes da educação infantil, a fim de obter informações para o embasamento do trabalho.

MARCO TEÓRICO

Sendo que a BNCC , uma referência única para que as escolas possam se afirmarem em dois fundamentos pedagógicos: o compromisso com a educação integral nos aspectos biopsicossociais e afetivos, além de manter o foco no desenvolvimento das 10 competências estabelecidas são elas: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; e responsabilidade e cidadania. (BRASIL, 2018).

Na etapa da educação infantil a BNCC (2018), potencializa como ponto considerável das DCNEI, os eixos norteadores: interações e brincadeiras. Sendo que as práticas pedagógicas devem estar traçadas a partir desses dois eixos, desenvolvendo-se por meio de vivências que envolvem a socialização das crianças com os colegas, professores e adultos, propiciando, diversas aprendizagens significativas.

Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento infantil é dado por meio das interações das crianças com as outras pessoas que fazem parte do seu cotidiano, ou seja, que compartilhe dos seus momentos. Visto que é através das atividades lúdicas que possibilitam diversos conhecimentos, favorecendo maior percepção de mundo, evoluindo principalmente nos aspectos afetivo, motor e cognitivo. Podendo ser desenvolvidas de forma integral em ambientes que possibilitem participarem de maneira ativa, sendo parte principal do processo de aprendizagem, como também para satisfazer seus desejos, assim os brinquedos, as brincadeiras proporcionam o desenvolvimento de muitas habilidades, especialmente no sistema psíquico infantil.

No entanto, uma grande inovação que a BNCC traz especificamente para a educação infantil, é a definição dos direitos de aprendizagens, que devem ser garantidos a todas as crianças, estando organizados em: conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se. Logo, são esses os responsáveis pelas aprendizagens e desenvolvimento das crianças nessa etapa, o professor deve buscar desenvolver na prática por meio das socializações e brincadeiras, atividades que visem essa garantia de forma integrada com os temas propostos nos cinco campos de experiências, visto que esses conversam diretamente com os direitos de aprendizagem (BRASIL, 2018).

Outra inovação voltada para essa primeira etapa da educação básica, é que não se deve falar em áreas do conhecimento ou componentes curriculares, mas em campos de experiências que substituem às restrições as áreas do conhecimento, sendo por eles que se deve ser feita a organização curricular das crianças da educação infantil, são eles: “O eu, o outro e o nós”, “Corpo, gestos e movimentos”, “Traços, sons, cores e formas”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

Em relação à nova nomenclatura adotada pela BNCC para apontar as suas habilidades na educação infantil, foram estabelecidos os objetivos de aprendizagens e desenvolvimento. Ao definir a organização dos objetivos o documento torna o planejamento pedagógico mais prático e assertivo, proporcionando a utilização de estratégias didáticas sob uma perspectiva estrutural, que também favorece a melhoria das práticas pedagógicas, aprimorando-as, inovando e fazendo com que possibilitem um avanço na qualidade do ensino, onde as crianças sejam protagonistas do próprio processo de aprendizagem.

METODOLOGIA

Para a realização desse artigo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica com base em livros, teses, artigos científicos e análise documental, que traz como tema os professores da educação infantil e a implementação da Base Nacional Comum Curricular: uma análise pedagógica. Após concluir a revisão desse processo metodológico, aplicou-se uma pesquisa de campo para os professores da educação infantil da rede pública do Município de Beberibe/CE, no intuito de verificar a realidade da prática escolar desses docentes. Com isso, o método de pesquisa utilizado foi de cunho qualitativo, por se adequar melhor ao objeto de estudo em análise. A coleta de dados foi por meio da aplicação de um questionário para 16 docentes atuantes na educação infantil, na rede pública do município, o mesmo era composto por 09 questões objetivas e subjetivas, sendo a primeira com oito itens relacionados à identificação profissional

do respondente e as outras sobre a aplicação da BNCC. Portanto, a aplicação do questionário foi de maneira virtual pela ferramenta digital *Google Forms*, na qual gera gráficos e tabelas que auxiliam na impressão dos dados obtidos, a vista disso, como forma de facilitar o acesso à pesquisa para os professores, o link foi enviado para o privado de cada docente pelo aplicativo de *WhatsApp*.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O processo investigativo se deu por meio da aplicação de um questionário aos professores atuantes na educação infantil, como já citado acima, o mesmo contava com 09 questões no total, sendo que a primeira pergunta está direcionada para a identificação do perfil dos respondentes. No segundo questionamento, “Com a base nos seus conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular, qual é o intuito da mesma?”, 9 respondentes da pesquisa demonstraram ter conhecimento do documento no que se refere a educação infantil, quando relatam a garantia dos direitos de aprendizagens, competências e habilidades. E 2 professoras citaram que a BNCC pode auxiliar na inovação da prática pedagógica.

Como pode ser exemplificado pelas palavras das professoras: A BNCC é um apoio e um guia que todos os professores tem que seguir nos planejamentos e na organização do cotidiano escolar. Na BNCC encontra-se habilidades, competências, direitos de aprendizagem que todos os alunos tem que aprender. Independente da região, classe social, raça, todos os estudantes tem que aprender as mesmas habilidades e competências vistas na BNCC. Então ela é esse guia que nos norteiam por onde deve seguir, parar garantimos todos os direitos de aprendizagem das crianças. Visto também que não é opcional e sim obrigatório que nossos planos de aula sejam alinhados a BNCC. (P1). Promover um novo direcionamento e inovação da prática pedagógica. (P14).

Na terceira indagação, “na escola que você trabalha, a BNCC já foi implementada pelos professores, ou está em processo de implementação?”, 13 pessoas da pesquisa responderam que já foi implementada e 03 que ainda está em processo de implementação. De acordo com as respostas, a BNCC já foi efetivada na maioria das escolas, isto é muito importante, pois demonstram a preocupação das instituições escolares em estar seguindo e norteando a elaborando de seus currículos pensando nas competências e habilidades necessárias aos seus discentes. Na questão quatro, “Quais são os seus maiores desafios durante a efetivação da BNCC, para transformar o documento na prática da escola que você trabalha?”. Apesar de grande parte das respondentes apresentarem que a BNCC já foi implementada na escola em que trabalham, há

uma preocupação quando 10 respondentes, ou seja, a maioria delas afirmam que seu maior desafio é a ausência de formações continuadas, 05 delas relatam a falta de tempo para estudar e apenas 01 respondeu ser a falta de conhecimentos sobre o documento.

Desse modo, diante da análise realizada dos dados coletados na pesquisa de campo, ficou evidente que a implementação ainda não está eficaz, entre os motivos está a falta de apropriação, sendo que alguns fatores têm comprometido o desenvolvimento desses conhecimentos, tais como: a ausência de formações continuadas sobre o assunto, a falta de estudos direcionados junto a essas professoras, visto que as mesmas estão fazendo isso sozinhas, mesmo sendo possível verificar que as docentes sabem o quanto a BNCC pode contribuir de forma significativa para a sua prática pedagógica.

Dessa forma, levando-se em consideração foi constatado que apesar das profissionais aqui participantes, conhecerem a BNCC e saberem de sua relevância para o seu fazer docente, ainda assim, é necessário que seja mais estudada para que se torne de fato eficaz no processo educacional, possibilitando a apropriação, pois as professoras demonstraram não compreenderem totalmente a BNCC e nem como efetivá-la de maneira exitosa em sua prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19/03/2021.

BRASIL. Lei nº 9394/96. De 20 de dezembro de 1996. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> >. Acesso em: 07/03/2021.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação a Educação Infantil. V.3.

Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>.

Acesso em: 18/03/2021.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

**O RACISMO ESTRUTURAL CARACTERIZADO NA OBRA O MULATO
DE ALUÍSIO AZEVEDO¹**
***THE STRUTURAL RACISM CHARACTERIZED IN THE BOOK O MULATO
BY ALUISIO AZEVEDO***

Kaline Pereira Ferreira²
Renildo Franco da Silva³

RESUMO

Este trabalho analisa as características do racismo estrutural presente no romance O Mulato de Aluísio Azevedo. Tal abordagem se justifica por meio da sistematização gradativa em que estruturas institucionais fomentam a segregação social e racial com o decorrer dos tempos. O objetivo deste estudo é identificar e analisar as características raciais existentes nesta literatura, e por meio de tal ação, ser possível constatar atos de intolerância no decorrer dela. Este propósito foi conseguido a partir da revisão bibliográfica em que foi realizado um estudo do livro O Mulato (2010), visando fundamentar a temática abordada neste trabalho. Tencionando atingir os objetivos almejados, a pesquisa tratou de dialogar com fatos históricos e autores o que comprovou que, de fato, a história retratada no decorrer do livro trabalha com questões raciais, além de processos constituintes da sociedade brasileira que evidenciam a negatividade quando se diz respeito a figura do negro.

Palavras-chave: Democracia Racial. Formação Social. Naturalismo.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco a realização de uma análise literária, que visa contextualizar na obra O Mulato, publicada pelo escritor maranhense Aluísio Tancredo Belo Gonçalves de Azevedo, também conhecido como Aluísio Azevedo, em 1881, a presença de aspectos que comprovem a existência do racismo estrutural. Constituindo-se como o primeiro romancista naturalista brasileiro.

O racismo estrutural fundamenta-se no processo de formação social das sociedades. Como o termo já diz, estrutural está relacionado com estrutura, sendo esta caracterizada pelo surgimento da discriminação das raças. Quando publicou o livro “O que é racismo estrutural” ALMEIDA (2018), nos afirma que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento. Quando o leitor se depara com determinadas situações em O Mulato, é justamente isso que acontece, uma sistematização de seguidas formas de discriminação.

Neste sentido, a significância desse projeto de pesquisa parte do pressuposto que ao abordar o estudo das características do racismo estrutural presente na obra literária “O Mulato”, mesmo sendo esta uma obra de ficção, é possível identificar particularidades distintas relacionadas a origem racial do personagem. Também fica nítido que os acontecimentos decorrentes na história têm extrema relação com este retrospecto em questão. É como se o escritor fizesse um espelho da realidade social.

¹ Artigo apresentado ao Curso de Letras da Faculdade do Vale do Jaguaribe, como requisito parcial para obtenção do Título de licenciado em Letras - Português e suas Literaturas.

² Aluna do curso de Letras pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati – CE,2019. E-mail: kaline.ferreira@fvj.br

³ Professor Orientador da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: renildo franco@gmail.com.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho traz a análise da obra do escritor brasileiro e abolicionista Aluísio Azevedo, *O Mulato*. Sua finalidade é estabelecer uma análise comparativa destacando os aspectos que refletem situações entre oprimidos e opressores. Cada fragmento do texto foi justificado e relacionado a estudos de teóricos que sustentam a investigação.

Também foi feita uma análise do comportamento dos personagens, para que facilitasse a justificativa das suas atitudes. Cada personagem foi analisado separadamente, com trechos das obras que auxiliassem nos traçados das suas características físicas e psicológicas.

A técnica utilizada para a coleta de dados nessa pesquisa é a bibliográfica ou também conhecida por análise documental. Para Gil (2002, p.44), pesquisa bibliográfica " [...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Será realizado um estudo do livro *O Mulato*, visando fundamentar a temática abordada neste trabalho. Com o intuito de se obter os objetivos almejados, a pesquisa será feita de forma integral e investigativa. Além disso, alguns teóricos serão introduzidos objetivando a solidez da argumentação da análise em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Naturalismo foi uma corrente literária que teve sua análise voltada para a realidade, em contraponto das demais correntes literárias anteriores. Enquanto as outras escolas literárias priorizavam as idealizações, uma linguagem mais rebuscada, narrativa mais arrastada e com tempo psicológico, o Naturalismo se apresenta com uma percepção de realidade mais abrangente, expondo de forma objetiva as mazelas sociais de suas personagens.

No Brasil, no entanto, os escritores que se destacaram nesse período literário, optaram por seguir na contramão do naturalismo que eclodia pela Europa no século XIX. Dessa forma, o que ganhou destaque nas obras naturalistas brasileiras foram fatos históricos e sociais, tais como: Abolição e a República. De acordo com Santos e Madeira (1999) indicam que, pelo lado político, a Abolição e a República colocaram desafios ao reordenamento social e político nos planos externos e internos. Diante dessa perspectiva, abordar esses assuntos, tornava a realidade brasileira mais representativa para aquela época.

Na obra *O Mulato*, destaca-se os costumes do vilarejo provinciano localizado em São Luís do Maranhão, representados por meios de elementos históricos, sociais e culturais. Naquela sociedade provinciana escravocrata e latifundiária, percebe-se desde o início uma relação de exploração e opressão, um sistema de hierarquia dominante onde um grupo específico de pessoas era marginalizado socialmente, reforçando o preconceito racial ao grupo étnico no qual faziam parte os negros escravizados.

No Brasil, afirma Fonseca (2010), o eugenismo, a busca da homogeneização da raça tem o branco europeu como modelo. Então a cultura africana era vista pela sociedade brasileira com desconfiança e preconceito. O comportamento social e cultural da comunidade negra nunca foi visto com bons olhos, assim como também não foi aceita. Um exemplo bem nítido desse paradigma cultural é a religião dos escravos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que *O Mulato* não foi um romance comum, a realidade social de uma sociedade escravocrata do final do século XIX descrita na trama, exige do leitor uma capacidade de análise mais eficaz, pois o autor levanta indagações de posicionamento pessoal, e cabe ao leitor usar a sua competência de interpretação, e assim desenvolver suas próprias impressões.

Portanto, a busca em responder o problema da investigação: “Como o escritor Aluísio Azevedo caracteriza o racismo estrutural na obra *O Mulato*?”, concluiu-se que, o romance *O Mulato* é constituído de uma crítica social vigorosa, focalizando o preconceito racial, e também a sociedade de São Luís, destacando as relações mantidas com os escravos, e nos estereótipos que foram atribuídos aos negros e todos os seus descendentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais).
- AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Brasil: afro-brasileiro**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Como elaborar projetos de pesquisa, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ILHÉU, Taís. Faculdade colore foto de Machado de Assis para lembrar que ele era negro. 2019. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/faculdade-colore-foto-de-machado-de-assis-para-lembrar-que-ele-era-negro/>>. Acesso em: 24.abr.2021.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária: poesia**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 317 p.
- MOMENTOS DA HISTÓRIA. São Paulo: Alto Astral, v. 2, n. 8, 20 maio 2020. Mensal.
- NUNES, Dimalice. **Chica da Silva: figura ou um mito brasileiro**. 2017. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-consciencia-negra-biografia-chica-da-silva.phtml>>. Acesso em: 02.abr.2021.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.
- SANTOS, Maria Veloso Motta e MADEIRA, Maria Angélica. **Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Centro de Saúde

Enfermagem

Farmácia

Fisioterapia

Nutrição

Enfermagem

INCIDÊNCIA E EVOLUÇÃO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID-19 EM IDOSOS ACIMA DE 70 ANOS NO MUNICÍPIO DE RUSSAS-CE

Rose Mary Gonçalves de Sousa (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: rosemarygonsousa@gmail.com), Carla Nadja Santos de Sousa (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: carlanadja@hotmail.com).

RESUMO

O COVID-19 é uma enfermidade ocasionada pelo SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variado, sendo capaz de gerar infecções assintomáticas ou manifestações graves. Em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso de coronavírus foi confirmado no Brasil, na cidade de São Paulo. No dia 16 de março de 2020 o estado do Ceará confirmou seu primeiro caso e o município de Russas confirmou o primeiro no dia seis de abril. O presente trabalho tem o objetivo geral de debater a incidência e evolução dos casos confirmados de COVID-19 em idosos acima de 70 anos no município de Russas-CE. Trata-se de um estudo epidemiológico observacional, descritivo, realizado a partir de dados de secundários. A extração dos dados foi realizada a partir do primeiro Boletim Epidemiológico disponibilizado pela Secretária de Saúde do Município de Russas em seu site, no ano de 2020. Os dados foram agrupados no Microsoft Excel® e, em seguida, foi realizada a análise estatística descritiva. Observou-se nos resultados a predominância de contaminação no sexo feminino nos períodos demonstrados na faixa etária estudada, os indivíduos que obtiveram cura correspondem como maioria, porém com um crescimento notório no número de óbitos. Em discussão, mesmo o COVID-19 sendo constante no sexo feminino nos achados desse trabalho, fazendo uma comparação com outras dissertações, encontramos concordâncias e discordâncias. É constatável a necessidade de um cuidado maior nessa população já identificada como de risco. Em conclusão, mesmo com a taxa otimista em relação à recuperação, não podemos ignorar que o número de óbitos nessa faixa etária está em constante crescimento.

Palavras-chave: Coronavírus; Infecções por Coronavírus; Epidemiologia; Idosos.

INTRODUÇÃO

O COVID-19 é uma enfermidade ocasionada pelo SARS-CoV-2, o novo coronavírus, ele apresenta um espectro clínico variado, em que é capaz de gerar infecções assintomáticas ou manifestações graves, em outros termos, seus sintomas podem se apresentar em forma de um resfriado, como uma Síndrome Gripal (SG), ou bem como uma pneumonia severa (BRASIL, 2020a). Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), (2021), a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da patologia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19) se tratava de uma Emergência de Saúde Pública de relevância mundial, o qual, conforme o Regulamento Sanitário Internacional, refere-se ao mais alto nível de alerta da Organização. E a OMS, em 11 de março de 2020, determinou o COVID-19 como uma pandemia. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é debater sobre a incidência e evolução dos casos confirmados de COVID-19 em idosos acima de 70 anos no município de Russas-CE. Além disso, este estudo apresenta como objetivos específicos: demonstrar a incidência e evolução dos casos de COVID-19 na população idosa com 70 anos ou mais no município de Russas-CE e identificar as principais vulnerabilidades desse grupo e a necessidade de sua proteção diante do cenário atual.

MARCO TEÓRICO

A investigação da atual situação global provocada pelo novo coronavírus (COVID-19) deteve seu início em dezembro de 2019 em Wuhan, capital da província da China, onde ocorreu o primeiro caso e se espalhou gradativamente para outros países, até ser considerada uma pandemia (BRASIL, 2020a;). A pandemia da COVID-19 acarretou desespero e dificuldades para garantir a assistência à saúde, desse modo, à remodelação do atendimento foi fundamental, pois, além de se tratar de um vírus novo, ainda não possui tratamento eficaz cientificamente comprovado, nem vacina para prevenção distribuída para toda a população (DIAS; RIBEIRO, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico observacional, descritivo, realizado a partir de dados de secundários extraídos dos Boletins Epidemiológicos sobre a “Doença pelo novo coronavírus (COVID-19)”, disponibilizados pela Secretária de Saúde do Município de Russas durante o ano de 2020, o qual possui acesso de forma online e gratuita no site do município (<https://russas.ce.gov.br/covid19/>). A população do estudo incluiu casos confirmados de COVID-19 entre indivíduos com 70 anos de idade ou mais que viviam em Russas-CE, (por motivo da distribuição no boletim, no qual se tornava incapaz de utilizar-se da faixa etária acima de 60 anos). A pesquisa ocorreu no período de 18 de março de 2020 a 12 de setembro de 2020, e transcorreu com as informações que se encontravam à disposição no site do município. Este estudo não foi submetido ao sistema de Comitê de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde, devido ao fato de ter utilizado dados secundários de plataforma de domínio público com acesso gratuito, conforme preconiza a Resolução n°. 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil (2016).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Até o momento da coleta de dados, dos 2.836 casos confirmados totais com COVID-19, 229 estavam na faixa etária de 70 anos ou mais e nesse mesmo intervalo de idades encontravam-se 122 notificados do sexo feminino e 107 do sexo masculino (BRASIL, 2020b). Analisando esses dados podemos notar a predominância no sexo feminino correspondente a 53,27% na última notificação coletada, o que se observa em todos os períodos apresentados no artigo. No que se concerne a evolução dos casos na faixa etária de 70 anos ou mais, até o período coletado, 186 obtiveram a cura, 4 estavam em tratamento domiciliar, 3 em internação hospitalar e 36 vieram a óbito. Assim, pode-se notar que dos 229 idosos com idade \geq 70 anos a maioria dos infectados obtiveram a cura. Em análise aos resultados expressados, verificou-se que, assim como ocorre na conjuntura mundial, os casos de infecções pela COVID-19 na cidade de Russas-CE definem-se como um problema de saúde pública, e mesmo com o avanço científico relacionado ao levantamento de informações e as constantes descobertas, como o desenvolvimento da vacina, ainda não se tem um tratamento cientificamente eficaz e nem a circulação de tais vacinas para a população geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença**. 2020a. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 510/2016**, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF. 2016 [Internet]. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html#:~:text=1%20o%20Esta%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20disp%C3%B5e,existentes%20na%20vida%20cotidiana%2C%20na>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus**. 2020b. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

DIAS, Ernandes Gonçalves; RIBEIRO, Débora Rejane Santos Veloso. Manejo do cuidado e a educação em saúde na atenção básica na pandemia do Coronavírus. **Journal of nursing and health**. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19092>>. Acesso em: 04 set. 2020.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa sobre COVID-19**. 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SEXUALIDADE NA GRAVIDEZ: CONHECENDO OS TABUS E SUAS REPERCUSSÕES NO PERÍODO GRAVÍDICO

Janaina Maria de Sousa Maia (Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: janainasmaia1@icloud.com), Carla Nadja dos Santos Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: carlanadja@hotmail.com).

RESUMO

Introdução: As discussões sobre a sexualidade humana abrangem questões éticas, culturais e pessoais, com isso, tem-se a dificuldade de discutir-se a respeito, principalmente, quando esse tema está interligado ao período gravídico, no qual a mulher passará por processos funcionais, bioquímicos e anatômicos. **Objetivo:** descrever os tabus relacionados à sexualidade na gravidez e suas repercussões no período gravídico através de uma revisão integrativa da literatura. **Metodologia:** Tratou-se de um estudo de caráter exploratório por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura. **Resultados e Discussão:** Os estudos abordaram sobre a prevalência das disfunções sexuais no período gravídico, tabus que circundam a vivência da sexualidade na gestação e a sistematização da atenção do Enfermeiro no pré-natal quanto a vivência da sexualidade na gestação. **Considerações finais:** em conclusão, os estudos transparecem que mitos, crenças e tabus historicamente impostos sobre a cultura diante da sociedade, até esse momento, mesmos nos tempos modernizados, fazem-se presentes na vivência da sexualidade da gestação. **Palavras chaves:** Gestação. Sexualidade. Enfermagem.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a sexualidade humana abrangem questões éticas, culturais e pessoais, com isso, tem-se a dificuldade de discutir-se a respeito, principalmente, quando esse tema está interligado ao período gravídico, no qual a mulher passará por processos funcionais, bioquímicos e anatômicos (TEIXEIRA et.al., 2015). O período gravídico, quando associado à sexualidade, mesmo na modernidade é um assunto pouco discutido e que ainda se rege de muitos tabus, mitos e medos. Dentre estes, um dos mais difundidos é o pensamento de que a gestante com atividade sexual ativa poderá desenvolver malefícios para a criança que está em seu ventre. No entanto, de acordo com estudos, sabe-se que a prática sexual neste período é benéfica tanto para a gestante e seu parceiro, quanto para o bebê. Em alusão aos benefícios, o sexo irá refletir positivamente na autoestima da gestante, fortalecer a musculatura do períneo, prevenir a hipertensão gestacional, além de proporcionar benefícios emocionais (SOUSA et.al., 2015). Assim, a sexualidade no ciclo gravídico é mais bem compreendida quando se tem o conhecimento do funcionamento do próprio corpo e dos processos fisiológicos que ocorrem nesta fase. A desinformação é resultado tanto da falta de conhecimento, quanto dos mitos e tabus que circundam esse assunto. Diante do que foi evidenciado, surgiu-se a seguinte indagação norteadora: quais os principais tabus que abrangem a sexualidade na gravidez e como podem interferir no período gravídico? Desse modo, o exposto estudo dispõe como objetivo geral descrever os tabus relacionados à sexualidade na gravidez e suas repercussões no período gravídico por meio de uma revisão integrativa da literatura.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, pelo método de revisão integrativa da literatura. Elegeu-se a conduta de revisão integrativa da literatura, pois, segundo descreve SOUSA et al.,(2018) permite que o pesquisador investigue e avalie criticamente estudos experimentais e não experimentais, com a finalidade de compreender mais extensamente o fenômeno em estudo. Em vista disso, o estudo tem como finalidade descrever os tabus relacionados à sexualidade na gravidez e suas repercussões no período gravídico. A exposta revisão integrativa da literatura seguirá a seguinte estruturação para ser materializada: 1) Reconhecimento da temática e escolha da hipótese ou questão de pesquisa para a construção da revisão integrativa; 2) A determinação de fatores para inclusão e exclusão de pesquisas; 3) Estabelecimento das informações a serem extraídas das pesquisas selecionadas; 4) Análise das pesquisas incluídas na revisão integrativa; 5) Resultados e discussões, 6) Demonstração da revisão / sinopse do conhecimento (SOUSA et.al., 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra final dessa revisão integrativa da literatura, contou com 12 artigos, tendo como idiomas, português e inglês. Os mesmos foram eleitos em coerência com os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa, disponíveis nas bases de dados BNENF (Base de Dados em Enfermagem) e SCIELO (Scientific Electronic Librany Online). Os resultados do estudo em pesquisa serão abordados em discussão por três categorias temáticas: A prevalência das disfunções sexuais no período gravídico, Tabus que circundam a vivência da sexualidade na gestação e a Sistematização da atenção do Enfermeiro no pré-natal quanto a vivencia da sexualidade na gestação. **3.1** A prevalência das disfunções sexuais no período gravídico: A função e disfunção sexual envolvem relações entre fatores biológicos, socioculturais e psicológicos, e quando associado ao período gravídico, tornam-se uma questão culturalmente particular. Sabendo-se que a disfunção sexual, no caso da gravidez, é a dificuldade sentida pela grávida ou pelo seu parceiro, em qualquer estágio da relação sexual por determinados fatores (PEREIRA et.al., 2018). No artigo 02, Pereira et al (2018) ressaltam que a função e a disfunção sexual são capazes de alterna-se divergentemente conforme com o trimestre em que a grávida se encontra, sendo resultado de mudanças físicas, psicológicas, hormonais e de contextos socioculturais. No artigo 05, em uma pesquisa feita com 276 puérperas, com o intuito de determinar os fatores responsáveis pela disfunção sexual antes e durante a gravidez, os autores afirmam que um total de 64,9% das puérperas relatou ter uma baixa frequência da vivência da sexualidade durante a gestação. O mesmo autor também afirma que a insatisfação sexual esteve mais presente em gestantes com baixa escolaridade, já em gestantes que possuíam nível de escolaridade elevado, foi diminuído 50% da probabilidade de apresentarem insatisfação sexual no período gestacional (GUENDLER et.al., 2019). **3.2** Tabus que circundam a vivência da sexualidade na gestação: A sexualidade vem sendo tratada como um fenômeno complexo, no qual abrange questões históricas, biológicas e culturais. Diante disso, por mais modernos que os tempos encontrem-se, com várias intervenções a favor da normalização do tema sexualidade, há restringi mentos culturais, historicamente impostos, impossibilitando a sociedade de normalizar comportamentos sobre tal assunto (GESSER et.al., 2015). Os tabus que circundam a sexualidade vivenciada na gestação, vêm desde os primórdios, como alegam os autores do artigo 01, em uma pesquisa feita com mulheres dos

anos 60 e 70, onde buscaram o conhecimento de como as mesmas estavam lidando com a prática sexual e a vida reprodutiva no período gestacional, assim, obtiveram como resultados relevantes, as adversidades para a inclusão das temáticas da sexualidade e do planejamento reprodutivo como parte da assistência à saúde das mulheres no período gravídico, tiveram como resultado também, que os mitos, crenças e tabus chegaram a intervir na própria proibição sexual (JUSTINO et.al., 2019). Os autores do artigo 10 evidenciaram em sua pesquisa, determinados tabus estabelecidos por puérperas referente ao sexo na gestação. Dentre eles, o pensamento de que o ato sexual poderá antecipar o nascimento da criança, todavia, o tabu mais difundido entre as puérperas foi o medo de machucar o bebê durante a relação sexual (TEIXEIRA et.al., 2015). **3.3** A sistematização da atenção do enfermeiro no pré-natal quanto a vivência da sexualidade na gestação: Essa categoria procurou demonstrar à dinâmica da assistência de enfermagem no pré-natal quanto à vivência da sexualidade no período gravídico, os achados evidenciam que a atenção do enfermeiro no pré-natal é fundamental a essas gestantes e que essa temática ainda hoje se remete a poucas discussões, sendo reflexo de padrões historicamente impostos como crenças, mitos e tabus. Os autores do artigo 01 elaboraram um estudo com 05 participantes objetivando-se saber como essas mulheres vivenciavam a vida reprodutiva na gestação, ressaltou-se pelas mesmas que a falta de informações e assistência em algumas demandas gerou instabilidades nesse período (JUSTINO et.al.,2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o presente estudo permitiu uma reflexão sobre o conhecimento dos tabus que circundam o período gravídico. Os estudos transparecem que mitos, crenças e tabus historicamente impostos sobre a cultura diante da sociedade, até esse momento, mesmos nos tempos modernizados, fazem-se presentes na vivência da sexualidade da gestação. A vivência da sexualidade durante a gravidez ainda é retratada como um tabu em meio há restringimentos e visões culturais. É ainda ditado pela sociedade, como um comportamento desrespeitoso à figura da mulher.

REFERÊNCIAS

TEIXEIRA, B.S.M; SOUZA, S.P; BRAGA, T.L. Sexualidade na gestação: a importância das orientações do enfermeiro no pré-natal. **Revista Eletrônica Estácio Saúde**. Santa Catarina, v.4, n2, p.88-101, Set 2015. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/793/1/PDF%20%20Renata%20Kelly%20de%20Lima%20Barbosa.pdf> Acesso em: 30 de março de 2020.

JUSTINO, G.B.S; SOARES, G.C.F; BARALDI, N.G; TEIXEIRA, I.M.C; SALIM, N.R. Saúde sexual e reprodutiva no puerpério: vivências de mulheres. **Revista de Enfermagem UFPE online**. São Paulo, v1, n1, p.04-05, out 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.240054> Acesso em: 27 de setembro de 2020.

PEREIRA, E.V; BELÉM, J.M; ALVES, M.J.H; MAIA, E.R; FIRMINO, P.R.A; QUIRINO, G.S. Função, práticas e posições sexuais de mulheres grávidas. **Revista de Enfermagem UFPE online**. Recife, v1n3, p.776-778, mar 2108. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i3a231225p772-780-2018> Acesso em: 27 de setembro de 2020.

SOUZA, T.A; NUNES, G.S; LEITE, K.N.S; LIMA, T.N.F.A; PAULO, A.P.D.S; NASCIMENTO, B.B; NEVES, R.M; MEDEIROS, F.K.F. Sentimentos vivenciados por primigestas. . **Revista de Enfermagem UFPE online**. Recife, v12n4, p.917-921, abri 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i4a231096p916-922-2018> Acesso em: 01 outubro de 2020.

GUENDLER, J.A; KATZ, L; FLAMINI; M.E.D.M; LEMOS, A; AMORIM, M.M. Prevalência de disfunções sexuais e seus fatores associados em gestantes de uma clínica de pré-natal. **Revista brasileira de ginecologia e obstetrícia**. Recife, v41n8, p. 561-562, set 2019. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-2712-2599> Acesso em: 01 de outubro de 2020.

REFLEXÕES SOBRE MEDIDAS EFICAZES E EFETIVAS NO ATENDIMENTO REALIZADAS POR ENFERMEIROS NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Renaly Ramos De Oliveira (Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: renalyjb@gmail.com), Orientadora Carla Nadja Santos de Sousa (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: carla.sousa@fvj.br)

RESUMO

Introdução: Na urgência e emergência a atuação do enfermeiro é essencial para o equilíbrio do serviço em saúde, tanto nos hospitais e no SAMU, onde o serviço é atuado precisamente devido aos acidentes ocorridos e alta frequência. **Objetivo:** Refletir sobre medidas eficazes e efetivas por enfermeiros na urgência e emergência. **Metodologia:** Tratou-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura. O levantamento dos artigos científicos foi realizado nos meses de novembro e dezembro de 2020 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: base de dados da Enfermagem (BDENF); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizados para seleção dos artigos, descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Emergência, enfermagem, SAMU, efetividade e cuidados. **Resultados e Discussão:** Os estudos abordaram sobre a reflexão dos profissionais de enfermagem na área da urgência e emergência, destacando que é essencial o cuidado mental do próprio profissional, também como o tratamento para com o paciente, o cotidiano e toda a competência do enfermeiro no serviço prestado. **Considerações Finais:** Concluiu-se que o enfermeiro na urgência e emergência busca refletir e trazer medidas eficaz e efetiva para os cuidados com o paciente, desempenhando a melhor competência, orientação e preparo para a efetivação de um serviço qualificado aos pacientes necessitados.

Palavras-chave: Emergência. Enfermagem. SAMU. Efetividade. Empatia.

1 INTRODUÇÃO

A equipe de enfermagem é uma das categorias que possibilita vários atendimentos, é nesta especialização de emergencista que as vezes o profissional se torna um pouco excessivo, estressado pelas cargas horárias grandes de trabalho, tornando-se as vezes o serviço não humanizado, pois a demanda é alta, dificultando o trabalho do enfermeiro, havendo deficiência de recursos materiais e de se expor a riscos, além da reestruturação do sistema de saúde, e a falta da educação não ser de forma metódica (SILVA et al., 2015).

Diante das análises, os enfermeiros são expostos diariamente a esgotamento, estresse, pressão emocional, esforço físico e mental, em que durante o serviço há algumas chateações, deixando a assistência, a efetividade e a eficácia um pouco para o lado, as instituições que trabalham com o setor de urgência e emergência deve dispor todos os equipamentos necessários para uma boa

realização do trabalho que irá ser feito, podendo evitar estresses, pois este mesmo setor gera um grande esforço para a equipe (SILVAL et al., 2019).

A identificação do estresse em atendimentos de urgência e emergência é um dos grandes fatores de risco e efeitos para o cotidiano do enfermeiro, podendo torna-se desgastante e menos produtivo no trabalho. No agir do enfermeiro em APH a sua função é manter a segurança, eficiência e livrar-se de danos de risco para manter bons resultados e atendimento com seus clientes (PIRES; AVINCO et al., 2015; FERREIRA et al., 2018; SILVAL, 2019).

O profissional de enfermagem diante a qualidade do cuidado deve possuir habilidades, para que venha a organizar os fluxos de atendimento e exercer melhor a sua liderança e assim evitando superlotações nos hospitais e despreparo dos profissionais da área. É fundamental o enfermeiro tanto na gestão e no processo de trabalho ser o responsável pela equipe e conhecimento. A enfermagem vem mostrando destaque por buscar novos conhecimentos de maneira eficaz, mantendo um bom relacionamento com a equipe e o cliente através da comunicação e ação entre os membros (FREIRE et al., 2019; COSTA et al., 2017; SZERWIESKI; OLIVEIRA, 2015).

A liderança do enfermeiro é de total importância, não somente pelas habilidades ou práticas, com a liderança do mesmo vai proporcionar um cuidado maior emergencial na unidade de saúde e nos hospitais, tanto também como no SAMU, gerando opiniões e vários pensamentos que pode proceder o agir do enfermeiro nessa especialidade. A partir disso, a superlotação nos hospitais, conflitos pessoais e a sobrecarga do trabalho fazem com que a eficácia do profissional venha desenvolver mais a liderança e a comunicação com a equipe de trabalho garantindo uma liderança eficaz (AMESTOY et al., 2016; GARSKE; GUERRES; SCHUH, 2017).

O papel fundamental é ter responsabilidade por todo cuidado em saúde e assistência que irá ser prestada ao cliente, e agir como um gestor situacional em seu trabalho, assim desenvolvendo várias habilidades para a equipe e desse modo podendo agilizar o serviço tomado e ajustar decisões mais rápidas para salvar vidas (SZERWIESKI et al., 2015).

Mediante o atendimento é essencial a presença do enfermeiro, é exigida legalmente a competência do mesmo, para os procedimentos serem efetuados, deve ter abrangência e ser eficaz nos serviços, a eficácia do profissional de enfermagem é ser competente, pois sua habilidade, técnicas e experiência no ramo, faz com que o estado do cliente venha a evoluir melhor (FILHO et al., 2016).

Na estruturação de atendimento ao efetua-lo e ser eficaz, o enfermeiro deve uma atenção melhor mais voltada ao cliente, havendo uma atuação positiva voltada no serviço e a necessidade dos protocolos direcionados para o enfermeiro, tratando as demandas e acolhimento (COSTA et al ., 2017).

Entende-se que é eficaz um bom relacionamento com a sua equipe de trabalho e clientes, assim mantendo o desenvolvimento dos profissionais em saúde que está incluído na equipe

emergencista venha a ser mais satisfatório, humanizado, agradável e assim mantendo um bom alinhamento profissional entre todos (NETO et al.,2015).

Exercer o cuidado estabelece um grande respaldo legal para o enfermeiro, assim estabelece a competência, e a assistência integral ao paciente, tudo isto atribuindo-se ao cargo do enfermeiro, as suas execuções que são necessárias para realização do cuidado (CUNHA et al., 2018).

Como reflexão também é bom favorecer a temática sobre a saúde do enfermeiro e sua equipe, mantendo os seus estímulos mentais positivos com a sua forma de trabalho, dar voz ao profissional para ser menos prejudicial para sua saúde mental e considerar suas formas de refletir (KOLHS et al., 2017).

2 MARCO TEÓRICO

A realização de ferramentas como a sabedoria, experiências, a liderança dialógica presencia um desenvolvimento onde o enfermeiro que atua na urgência e emergência venha ter a finalidade para contribuir a sua atuação enquanto líder e buscar oferecer seu melhor no trabalho, lutando pela humanização e para uma boa promoção em saúde, para quando executar as práticas do cotidiano faça o seu melhor para a população, é possível considerar que a eficácia é desenvolvido por um bom trabalho, isso impõe que o esforço é necessário e importante, é também essencial que os profissionais se qualifiquem e tomem cada vez mais o seu lugar na área e mantenha a qualidade e assistência adequada com responsabilidade por parte de toda a equipe (AMESTOY et al., 2016; PIRES; AVINCO; SILVAL, 2019).

3 METODOLOGIA

Para chegar a este estudo realizou-se uma pesquisa de revisão integrativa de literatura para que chegasse a este ponto, pesquisando artigos científicos sobre o assunto comentado para realizar a reflexão sobre o processo em Urgência e Emergência como também torne visível a prática educativa, com suas evoluções e/ou retrocessos. Para desenvolver a pesquisa precisa-se da realização de uma análise de vários tipos de pesquisas sobre uma determinada temática e segue as etapas de definição de: investigação do problema, coleta e avaliação dos dados, análise e interpretação dos dados coletados e apresentação dos resultados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Diante do exposto segue a seguinte questão norteadora: Quais são as medidas que promovem eficácia e efetividade na assistência de enfermagem na urgência e emergência?

O levantamento dos artigos científicos foi realizado durante os meses de novembro e dezembro de 2020 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: base de dados da Enfermagem (BDENF); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizados para seleção dos artigos, descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Emergência, enfermagem, SAMU, efetividade e cuidados.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostra final desta revisão foi composta por 08 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão estabelecidos dispostos nas bases de dados SciELO; BDENF e Lilacs. O Quadro 1 mostra-se uma apresentação geral dos estudos abordados, indicando: a autoria do estudo, o título, o delineamento de pesquisa, o periódico e o ano de publicação. Os resultados indicaram que a publicação dos estudos concentraram-se no ano de 2017 a 2021, No ano de 2017 com um artigo, o ano de 2019 com um artigo, o ano de 2020 com cinco artigos e o ano de 2021 com um artigo selecionado. Entre os autores destacaram-se enfermeiros considerando que os descritores utilizados na pesquisa, abordaram sobre urgência e emergência, seus cuidados deixando uma reflexão. Sobre o delineamento da pesquisa, ressaltaram-se os estudos com abordagem qualitativa, e exploratória com um total de oito artigos. Em relação ao tipo de revista nas quais foram publicados, a maioria, foram qualitativas.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, S.C. Exercício da liderança do enfermeiro em um serviço de urgência e emergência. ED: v.7.n.1, 2016 Rev Eletrônica de gestão e saúde. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/3372>. Acesso em: 02.abr.2020.

FREIRE, G.V. Liderança do enfermeiro nos serviços de urgência e emergência revisão integrativa. Curitiba. ED:, v. 2, n. 2, p. 6, 2029-2041, mar./apr. 2019. Disponível em: <http://brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/viewFile/1542/1423>. Acesso em: 06.abr.2020.

SILVA, A.M. A atuação do enfermeiro no atendimento de urgência e emergência. ED: v. 15, n. 39 (2018). Rev Unilus Disponível em: <http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/1015>. Acesso em: 06 abr 2020.

SILVA, F. M. Estratégias utilizadas pelo enfermeiro na assistência ao paciente grave na unidade de urgência e emergência. Minas Gerais. ED: v.9 n.1 ,2019 Rev enfermagem. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/issue/view/767>. Acesso em: 06.abr.2020.

KOLHS, M. A enfermagem na urgência e emergência: entre o prazer e o sofrimento. Rio de Janeiro. ED: v. 9, n. 2 ,2017 Ver. online de pesquisa. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5427>. Acesso em: 06.abr.2020.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA COVID-19 EM CRIANÇAS NO ESTADO DO CEARÁ

Mariana Lima Santiago (Aluno do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: (marianalsantiago@hotmail.com), Orientadora Carla Nadja Santos de Sousa (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: carlanadja@hotmail.com).

RESUMO

No final de dezembro de 2019, na província de Wuhan, China, o Departamento de Saúde identificou um grupo de casos de pneumonia etiologia desconhecida, que estavam se espalhando rapidamente. Depois de analisar amostras de esfregaços coletados de pacientes, o patógeno foi identificado como um novo tipo de coronavírus denominado SARS-CoV-2. Objetivo desse projeto é fazer uma análise epidemiológico em crianças de 0 a 9 anos que foram acometidas pela COVID-19 no estado do Ceará. Analisar o perfil epidemiológica de crianças de 0 a 9 anos. Trata-se de um estudo epidemiológico, observacional e descritivo de abordagem quantitativa. Realizada através de dados secundários obtidos por meio de boletins epidemiológicos e na plataforma online estadual do *Integra SUS* no período de março 2020 a março 2021 no estado Ceará. Espera-se que a pesquisa mostre o aumento ou declínio de números confirmados, taxa de letalidade, faixa etária, sexo e idade mais acometidas entre 0 a 9 anos.

Palavras-chave: COVID-19; Crianças; Acometidas; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

No final de dezembro de 2019, na província de Wuhan, China, o Departamento de Saúde identificou um grupo de casos de pneumonia com etiologia desconhecida, que estavam se espalhando rapidamente. Depois de analisar amostras de esfregaços coletados de pacientes, o patógeno foi identificado como um novo tipo de coronavírus denominado SARS-CoV-2. O SARS-CoV-2 são um grupo de vírus pertencente à família dos coronavírus e geralmente estão relacionadas a infecções respiratórias. É um vírus zoonótico e é descrito devido ao perfil microscópico que lembra uma coroa (FIGUEIREDO et al., 2020).

Ele se espalhou rapidamente para todas as partes do mundo, levando a uma emergência de saúde pública em fevereiro de 2020. No segundo mês, no dia 11 de março, da circulação do vírus, a Organização Mundial de Saúde declarou uma pandemia mundial (ALCÂNTARA et al., 2020). A Organização Mundial de Saúde – OMS diz que, o coronavírus causa infecções respiratórias e intestinais em humanos e animais. A maioria das infecções nos seres humanos decorrentes do coronavírus, são causadas e desencadeadas por espécies de baixa patogenicidade, com sintomatologias referentes as dos resfriados comuns, no entanto, podem eventualmente, originar a infecções mais graves, principalmente se nos voltarmos para os grupos de riscos (BRASIL, 2020a, 2020c).

MARCO TEÓRICO

Nas crianças, geralmente a doença começa a manifesta-se por meio de sinais clínicos semelhantes a uma gripe ou resfriado, como febre acima de 37,8 °C, tosse, dor de garganta podendo variar a outros sintomas, como disfunções respiratórias, distúrbios gastrointestinais ou neurológicos, choque e síndrome inflamatória multissistêmica (DIAS et al., 2021). A cada 219 crianças que foram acometidas e necessitaram de um leito hospitalar no Brasil, transferidas para Unidade de Tratamento Intensivo – UTI, 159 necessitaram de um suporte ventilatório e 62 tiveram casos agravados e foram a óbitos (DIAS et al., 2021). Segundo informações do Jornal Diário do Nordeste, em janeiro de 2021 ocorreu o segundo maior número de casos confirmados em crianças, durante toda a pandemia no Ceará. O número de casos mais graves está aumentando, e as UTI's estão ficando todas ocupadas no Hospital Albert Sabin em Fortaleza-CE (PAULINO, 2021).

METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo epidemiológico, observacional e descritivo de abordagem quantitativa. Realizada através de dados secundários obtidos por meio de boletins epidemiológicos e na plataforma online estadual do *Integra SUS* no período de março de 2020 a março 2021 no estado Ceará. O estudo foi realizado com crianças até nove anos de idade, no estado do Ceará. No ano de 1998, o Ceará tinha aproximadamente 2.512.453 da população na faixa de 0 a 14 anos de idade, equivalente a 35,72% da população. No ano de 2008, esse número mudou-se 2.274.903, 26,85% da população (IPECE, 2010). A população da pesquisa foi composta por crianças de faixa etária de 0 a 9 anos de idades, testadas positivas para COVID-19 no estado do Ceará, no período de março de 2020 a março de 2021, dados disponíveis para acesso gratuito em boletins epidemiológicos do estado do Ceará e no site do *Integra SUS* (<https://integrasus.saude.ce.gov.br/>). O período desse estudo iniciou-se quando o primeiro caso foi notificado, em crianças de até 9 anos de idade testado positivo e registrado para COVID-19 no estado do Ceará. Os dados foram coletados no dia 2 de março de 2021, extraídos e organizados pela última vez em 12 de março de 2021.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo identificou-se após análise de dados epidemiológicos, um aumento na frequência de casos confirmados em crianças 0 a 9 infectadas por COVID-19 no período de um ano. O período em que vivemos é muito delicado e estamos nos arrastando por momentos difíceis, o contágio é dominante de forma familiar e crianças não são excluídas desse grupo podendo ser um fator de contaminação tornando uma infecção comunitária. Alertar e divulgar mais sobre esse fator para a população pode contribuir para acabar com as infecções nas crianças. É preciso ter medidas que controlam as contaminações, a pandemia de COVID-19 se tornou um enorme problema de saúde pública e é preciso barrar e prevenir a expansão do coronavírus. Seguir as orientações de prevenções estabelecida pela Organização Mundial da Saúde se faz necessário como o uso de máscara e álcool 70% e o distanciamento das crianças é de suma importância, entretanto quando se fala de crianças recém nascidas até 9 anos de idade isso é muito delicado e difícil de ser imposto pelo simples fato de não conseguir executar as medidas de transmissão pelo grupo estudado. A abertura das escolas para alguns deste grupo explica o grande aumento dos casos, onde é importante alertar e cobrar dos responsáveis pelas escolas o cumprimento das medidas preventivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Aprovar as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, nº 12, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

DAVID, H. M. S. et al. Pandemia, conjunturas de crise e prática profissional: qual o papel da enfermagem diante da Covid-19?. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20190254>>. Acesso em: 27 out. 2020.

FIGUEIREDO, M. N. et al. Espectro clínico da COVID-19 em idosos: revisão integrativa da literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.6, n.9, p. 68173-68186. sep. 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16572/13540>>. Acesso em: 05 out. 2020.

PAULINO, N. Janeiro de 2021 foi o segundo mês com mais mortes de crianças com COVID-19 no Ceará. **Diário do Nordeste** (Online). 05 mar. 2021. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/janeiro-de-2021-foi-o-segundo-mes-com-mais-mortes-de-criancas-com-covid-19-no-ceara-1.3055367>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BERNARDINO, F. et al. Perfil epidemiológico de crianças e adolescentes com COVID-19: uma revisão de escopo. *Rev. Bras. Enferm.* vol.74. supl.1. Brasília. 2021. Epub Jan 29, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0624>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PROCESSO DE DOAÇÃO DE CÓRNEAS

Laura fernandes regis⁴ (Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: laurafregis@outlook.com), **Ma. Amália Gonçalves Arruda⁴** (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

Este estudo teve como objetivo descrever a assistência de enfermagem no processo de doação de córneas. Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, cuja amostra envolveu artigos publicados nas bases de dados: SciELO; BDNF, LILACS e MedLINE. Incluindo artigos publicados em revistas de enfermagem. Além disso, publicados no período de 2010 a 2019 nas línguas: portuguesa, inglesa e espanhola. Os descritores utilizados foram: Assistência à Saúde; Cuidados de Enfermagem; Transplante de Córnea. Com relação aos resultados, verificou-se que o enfermeiro é primordial na atuação no transplante de córneas; que com a atividade do enfermeiro ocorreu aumento no número de córneas captadas; que a qualificação profissional se faz necessária para o êxito desde as captações ao pós operatório. Pode-se concluir que a assistência de Enfermagem deve percorrer todo o processo de transplante, auxiliando para um processo humanizado e qualificado vislumbrando aprimoramento técnico, ético e empático com os pacientes e familiares.

Palavras-chave: Assistência à Saúde. Cuidados de Enfermagem. Transplante de Córnea.

INTRODUÇÃO

A córnea é uma membrana transparente, responsável pela focagem ocular e proteção, localizada na parte anterior do globo ocular. Quando esta superfície se encontra danificada, a imagem se torna desfocada, embaçada e a luz não passa pela retina, trazendo prejuízos a visão do paciente. O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), regulamenta a participação do enfermeiro no processo de doação de órgãos e tecidos para transplante, pela Resolução nº 611/2019, que compete o Enfermeiro: planejar, executar, coordenar, supervisionar e avaliar os procedimentos de enfermagem prestados ao doador e receptor, bem como a assistência no perioperatório (COFEN, 2020). É incontestável a contribuição do enfermeiro no processo de doação de córneas, considerando que a sua participação vai desde a entrevista familiar até o acondicionamento do tecido coletado. O enfermeiro precisa prestar assistência qualificada aos candidatos, receptores de transplantes, e familiares (Mendes et al., apud NOGUEIRA; SANTOS; SANTOS, 2019). Desse modo, esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo principal de descrever a assistência de enfermagem no processo de doação de córneas.

MARCO TEÓRICO

A córnea pode ser acometida por diversas doenças, sendo elas hereditárias, genéticas, infecciosas e por deformidade no nascimento. Dentre as doenças que mais motivam aos transplantes de córneas no Brasil a principal é a ceratocone (BRASIL, 2020). Nos transplantes a retirada dos tecidos oculares para doação, pode ser de 6 horas até 24 horas após o falecimento, sendo que, nessa situação o corpo terá que está em refrigeração (BRASIL, 2020; PEREIRA et al., 2018). O Dimensionamento dos Transplantes de córneas no Brasil no ano de 2019 totalizou 14.943 transplantes em todo o território nacional. Já no contexto cearense foram realizados 899 procedimentos, tornando-se o terceiro estado do Brasil com maior número de transplantes (ABTO, 2019).

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de Revisão Integrativa de Literatura. Esse método de pesquisa permite a realização de uma análise de vários tipos de delineamentos de pesquisas sobre uma determinada temática (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). A amostra foi composta por estudos publicados nas bases de dados: Literatura Latino Americana do Caribe em Ciências e Saúde (LILACS), *Scientific Eletronic Library* (SciELO), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MedLINE), utilizando os descritores: Assistência à Saúde. Cuidados de Enfermagem. Transplante de Córnea. Foram incluídos artigos publicados em revistas de enfermagem, que corresponderam a temática doação, transplante de córneas e a assistência de enfermagem e publicados no período de 2010 a 2019 nas línguas: português, inglês e espanhol. Em seguida, foi realizada uma leitura exploratória a partir do título e do resumo. Após leitura minuciosa dos artigos, formuladas unidades analíticas que foram agrupadas gerando as categorias temáticas: qualificação do enfermeiro no transplante de córneas; cuidados necessários para maximizar o sucesso no transplante de córneas; fragilidades que interferem no processo de doação de córneas; fatores que favorecem as ceratoplastias. O estudo manteve o compromisso de mencionar todos os autores citados na pesquisa, respeitando as Normas Brasileiras de Regulamentação (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 6023/2002 (ABNT, 2002).

RESULTADOS

A amostra final desta revisão foi composta por 13 artigos científicos. Os resultados indicaram que a publicação dos estudos concentraram-se no ano de 2012 e 2017 com três artigos selecionados em cada ano; seguido dos anos 2011 e 2019 com dois artigos e 2010, 2014, 2018 com um artigo em cada ano. Entre os autores destacaram-se enfermeiros, considerando que os descritores utilizados na pesquisa, abordaram sobre a atuação do enfermeiro no processo de doação e transplantes de córneas, seus benefícios e suas divergências.

3.1 Qualificação do enfermeiro no transplante de córneas

Na análise dos artigos selecionados verificou-se que é fundamental ter enfermeiros capacitados para avaliar córneas em pacientes gravemente internados em unidades de cuidados intensivos (ARAÚJO et al., 2017). Para Freire et al. (2012), é necessário que os profissionais da enfermagem aprimorem-se mais sobre o assunto, contribuindo para prestar uma assistência qualificada e humanizada. A assistência de enfermagem deve percorrer todo processo de transplante, atuando desde a indicação do paciente ao transplante até sua alta, de modo que auxilie para assegurar a qualidade do transplante por mais tempo (CRUZ et al., 2017). De acordo com Mendes et al. (2017), a atuação do enfermeiro em transplante engloba a parte clínica, onde o profissional é responsável por promover cuidado dos envolvidos no processo de transplante e os enfermeiros coordenadores onde sua atribuição é gerenciar, coordenar e orientar todas atividades relacionada aos transplantes. É necessário promover aos profissionais de saúde, ambientes para debates, partilhar experiências, capacitação e atualização dos meios para se abordar os familiares sobre a doação. Promover e desenvolver estratégias para um diálogo efetivo e para facilitar o processo de doação (ARANDA et al., 2018).

3.2 Cuidados necessários para maximizar o sucesso no transplante de córneas.

Na análise dos artigos selecionados verificou-se que a atuação do enfermeiro para potencializar o êxito nos transplantes de córneas, de início, dar-se-á pela atividade de prevenir

e promover a saúde da população assistida, objetivando a promoção da qualidade de vida e uma maior aprovação no transplante. Cruz et al. (2017), relatam que compreender as características clínicas dos transplantes de córneas, possibilitará identificar indivíduos com risco. Com a finalidade de prevenir e implementar uma assistência que possa trazer melhores prognósticos e diminuir os números de rejeição nos transplantes. Para Werli-Alvarenga et al. (2011), é primordial o diagnóstico de enfermagem para prevenir o risco de lesões nas córneas, pois são lesões com alto acometimento, que podem ser prevenidas pelos enfermeiros. Outro fator que contribui para potencializar o sucesso nos transplantes é a avaliação das córneas, pois de início é fundamental para que não seja rejeitada pela equipe de transplante, visto que, córneas mal avaliadas tem maior risco de serem negadas (PESSOA et al., 2019). Para Souza, Cerqueira e Nogueira (2011), é de fundamental importância a participação do enfermeiro na captação de córneas para doação, pois nota-se que o índice de rejeição pelo enfermeiro é menor que aquelas captadas por outros profissionais e com melhor aproveitamento.

3.3 Fragilidades que interferem no processo de doação de córneas

Foram observados nas leituras realizadas alguns fatores desfavoráveis que interferem no processo de doação, configurando algumas vulnerabilidades encontradas nesse processo em: notificação do óbito; falta de informações dos familiares; estressores vivenciados pelos familiares. Observou-se que perdas de possíveis doadores no processo de doação decorreram no momento em que o enfermeiro deixou de exercer sua ação na notificação do óbito, impossibilitando a continuidade do processo da doação (DIAZ; RIBEIRO; CHAOUBAH, 2017). Dentre os principais motivos para recusa dos familiares para doação de córneas estão: doadores que se opõem a doação em vida; familiares inseguros; familiares que optam por preservar a integridade física e preocupação com atraso para liberação do corpo (DIAZ; RIBEIRO; CHAOUBAH, 2017). O nível de necessidade que um paciente grave demanda da equipe, com intervenções e cuidados, limita o tempo gasto com os membros da família. No entanto, a equipe deve planejar-se para reduzir essa desigualdade na assistência dos pacientes e familiares (CINQUE; BIANCHI, 2010).

3.4 Fatores que favorecem as ceratoplastias

O papel das Organizações de Procura de Órgãos (OPOs) é identificar potenciais doadores, para que esses sejam transformados em doadores ativos. A partir desse reconhecimento a equipe entra em contato com o hospital onde o paciente encontra-se, para adquirir informações a cerca desse doador (FREIRE et al., 2014). Um método para ampliar a quantidade de doadores de córneas é a implementação de buscar ativamente doadores com parada cardíaca e morte encefálica, potencializando a probabilidades de captar tecidos e órgãos para doação (ERBS et al., 2012). Durante a consulta de enfermagem, a equipe deve atender a identificar os possíveis riscos ao procedimento cirúrgico, bem como ao tratamento dos pacientes sujeito as complicações e prevenir fatores de riscos (CRUZ et al., 2019). O enfermeiro juntamente com a equipe multidisciplinar deve entender que é de grande relevância para o processo de transplantes, uma assistência humanizada, comunicativa e de forma explícita sobre o diagnóstico de morte encefálica e liberação do corpo aos familiares (FREIRE et al., 2014). Segundo Cinque e Bianchi (2010), o enfermeiro e equipe devem oferecer apoio, prestar informações, orientar os familiares, e esclarecer dúvidas que surgem em todo processo de internação, para o alívio da dor e do sofrimento familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado no estudo, reafirma-se que a atuação da enfermagem deve percorrer todo o processo de transplantes, partindo desde a indicação do paciente ao transplante até a alta, considerando que os cuidados prestados pelos enfermeiros durante esse período são fundamentais para um transplante de sucesso. Dessa forma a assistência de enfermagem no transplante de córneas, acontece pela atuação na consulta de enfermagem, avaliação e prevenção de lesões, captação do tecido, enfermeiros coordenadores e clínicos, educação em saúde, e na identificação dos doadores. Dentre as estratégias encontradas para aumentar o número de doação, identifica-se que esclarecer dúvidas, prestar informações suficientes e cuidar do paciente humanamente, auxiliará os familiares na tomada de decisão diante de um processo de transplantes de córneas. Os problemas identificados no processo de doação de córneas referem-se à notificação tardia do óbito; falta de informações dos familiares, o que aumenta o número de recusas; falta de integração dos familiares no cuidado ao paciente, dificultando-o a tomada de decisão. A importância desse estudo para a enfermagem designa-se a melhor compreensão sobre a atuação dos profissionais de enfermagem no transplante de córneas, tendo em vista que é uma área pouco apresentada e discutida no cotidiano e na graduação de enfermagem.

REFERÊNCIAS

- ARANDA R.S et. al. Perfil e motivos de negativas de familiares para doação de órgãos e tecidos para transplante. **Rev baiana enferm** dez, 2018; 32: Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217886502018000100361 Acesso em: 09 Ago. 2020.
- ARAÚJO D.D de et al. Concordância interavaliadores em avaliação da córnea de pacientes críticos. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**. 2017; 7:e 1392. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v7i0.1392> Acesso: 04 Ago.2020.
- CINQUE V.M; BIANCHI E.R.F. Estressores vivenciados pelos familiares no processo de doação de órgãos e tecidos para transplante. **Rev Esc Enferm USP** vol.44(n.4):996-1002.São Paulo Dec. 2010 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000400020> Acesso: 09 de Ago. de 2020.
- CRUZ G.K.P et.al. Aspectos clínicos e epidemiológicos dos pacientes transplantados com córneas em um serviço de referência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**.; v 25: P. 1-9, Mar 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v25/pt_0104-1169-rlae-25-e2897.pdf. Acesso em: 27 Mar 2020
- CRUZ G.K.P et.al. Fatores clínicos e cirúrgicos e as complicações intraoperatórias em pacientes que realizaram ceratoplastias penetrantes. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**.; vol.27: p. 01- 7. Ribeirão preto abril, 2019 Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692019000100329 Acesso: 09 Ago. 2020.
- DIAZ F.B.B.S; RIBEIRO L; CHAUBAH A. Análise dos fatores que influenciam o processo de doação de córneas. **Revista de enfermagem UFPE online.**, Recife, v.11, nº 4, p. 1692-1700, abr 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-31217>. Acesso em: 05 Abr. 2020.

ERBS J.L et.al. Análise dos óbitos de um hospital: busca ativa por potenciais doadores de córneas. **Rev. enferm.** UERJ, Rio de Janeiro, jul/set 2012; V.20 (n.3):334-37. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-661967> Acesso 09 Ago. 2020.

FREIRE I.L.S et.al. Aproveitamento das córneas captadas e processadas para transplante em um banco de tecidos oculares do Nordeste. **Rev Gaúcha Enferm.** 2014 set;35(3):14-20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2014.03.44830> Acesso 09 de Ago. 2020.

FREIRE I.L.S et.al. Morte encefálica e cuidados na manutenção do potencial doador de órgãos e tecidos para transplante. **Rev. Eletr. Enf.** 14(4):903-12. Natal-RN. out/dez 2012; Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/14598> Acesso em: 09 de Ago.2020.

MENDES K.D.S et.al. Transplante de órgãos e tecidos: responsabilidades do enfermeiro. Texto Contexto Enferm, vol.21(no.4): 945-53 Florianópolis, Out-Dez 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000400027> Acesso em: 09 de Ago. de 2020.

SOUZA A.L.C; CERQUEIRA C.N; NOGUEIRA E.C. Contribuição do enfermeiro para possível redução de rejeição ao Transplante de Córnea. **Acta Paul Enferm** 2011; vol. 24(n.2):239-43. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ape/v24n2/13.pdf> Acesso: 09 de Ago 2020.

PESSOA J.L.E et.al. Distribuição do tecido ocular no Estado de São Paulo: análise por razões de descarte de córneas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** Vol.27 Ribeirão Preto 2019; Out 14, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.3041.3196>. Acesso: 05 Ago.2020.

WERLI-ALVARENGA A. et.al. Lesões na córnea: incidência e fatores de risco em unidade de terapia intensiva. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** vol.19(5): [09 telas] Minas Gerais Set.-Out. 2011 Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692011000500005&lng=pt&tlng=pt Acesso em 09 de Ago.204.

ONCOLOGIA INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DO ENFERMEIRO: REVISÃO INTEGRATIVA

Laryssa Tanyelly M (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: laryssatanyellym@outlook.com), Carla Nadja Santos de Sousa⁴ (Professora da faculdade do Vale Jaguaribe, email: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

O objetivo da pesquisa é identificar na literatura científica os problemas de saúde mental enfrentados pelos profissionais de enfermagem que lidam com crianças em tratamento oncológico. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura que permite confrontar as informações de diversos autores acerca do mesmo assunto, possibilitando a resolutiva da problemática anteriormente definida. As bases de dados que permitiram o encontro das pesquisas cabidas são: BDENF, LILACS e SCIELO, levando em consideração estudos publicados entre os anos de 2014 e 2020.

Palavras-chaves: Assistência de Enfermagem. Hospital Oncológico. Saúde mental

INTRODUÇÃO

O câncer é uma denominação dada a uma enfermidade que contém um conjunto de mais de 100 doenças. Esta cresce desordenadamente nas células do corpo e invade tanto tecidos quanto órgãos. Também se multiplica de forma agressiva e apesar de iniciar em uma parte do corpo tende a se espalhar para outras regiões (INCA, 2019).

No que tange aos profissionais da enfermagem, a eles cabe os cuidados paliativos, fazendo-se necessário estar a todo momento em conversação não apenas com as crianças em si, mas também seus familiares que buscam acompanhar de perto o processo de tratamento. É importante salientar que para que esses cuidados paliativos tenham êxito é necessário usar a abordagem multidisciplinar, onde se inclui a família e recursos advindos de suas comunidades (MONTEIRO *et al.*, 2014).

MARCO TEÓRICO

Estima-se que até o ano de 2030, cerca de 23,6 milhões de novos casos da doenças surgirão, sendo que já entre os anos de 2016 e 2017 foram identificados mais de 600 mil novos casos, trazendo estas taxas elevadas, a mortalidade. Cerca de 3% dos casos identificados encontram-se em sujeitos infanto-juvenis, isso no Brasil (MUTTI, 2018).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que de acordo com Souza *et al.*, (2010) nada mais é que uma “coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada pelas autoras por ocasião da realização de uma revisão integrativa”.

A seleção dos estudos considerou os anos de 2014 e 2020, buscando sempre selecionar os arquivos que auxiliassem na identificação de informações que retratem a saúde mental dos profissionais enfermeiros estando na lida com as crianças em tratamento oncológico. Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram: estar disponível na íntegra; ser um arquivo no idioma Português e ser arquivos de pesquisa de campo. Foram excluídos aqueles que se apresentam apenas pela metade, estavam em outro idioma ou fossem revisões de literatura ou pesquisa bibliográfica. A amostra da revisão é composta por 10 artigos científicos, escolhidos depois de aplicar os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos na metodologia da pesquisa. As bases de dados utilizadas foram Scielo, Lilacs e BDENF.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram escolhidas as seguintes categorias para serem retratados nas discussões do artigo em desenvolvimento: O câncer e a oncologia infantil; A função do enfermeiro na oncologia infantil e a Oncologia: implicações na saúde mental do enfermeiro.

De acordo Monção *et al.* (2019) a saúde mental dos profissionais de enfermagem constantemente é corrompida pelos acontecimentos vividos dentro do seu ambiente de trabalho. Por esta razão, é importante salientar que nem todos os profissionais estão totalmente prontos para o enfrentamento dessa rotina, ou seja, nem todos possuem uma estrutura psicológica para lidar com as dificuldades do cotidiano.

CONCLUSÃO

Considerando os objetivos traçados frente ao estudo, identificou-se ao longo do texto que os problemas mentais enfrentados pelos profissionais de enfermagem que lidam com crianças em tratamento oncológico estão associados a ansiedade, medo ou até mesmo percepção de pouca capacidade para lidar com as situações do tratamento em si. Viu-se que isso ocorre pelo profissional ter que vivenciar as dores, os anseios e o estresse contidos não apenas nas crianças como também em seus familiares.

O texto também permitiu entender os conceitos acerca da doença do câncer assim como também o tratamento oncológico enfrentado pelas crianças e seus familiares, que temem

constantemente o óbito desses sujeitos. Viu-se que a função do enfermeiro nesse processo é criar vínculos com as crianças e seus familiares, fazendo com que eles discorram sobre suas angústias e confiem no profissional, a fim de que ele possa desenvolver seu tratamento sem receio da família.

Identificou-se também que o tratamento oncológico infantil não leva apenas implicações negativas aos pais dos mesmos, mas também aos profissionais, pois ao criar vínculos com as crianças, ficam frustradas quando estas são vencidas pelas doenças. Para os mesmos é dificultoso porque realizam os procedimentos paliativos constantemente e de repente não tem mais a criança no dia a dia de sua atuação. Por fim, identifica-se a necessidade dos profissionais estarem em constante contato com outros atuantes no mesmo cenário, trocando experiências e percebendo as suas limitações, sendo que seus cuidados paliativos não são os primordiais fatores para recuperação ou não do seu paciente, já que questões biológicas detém de maior pertinência. Para trabalhos futuros, nota-se a importância de conversação com pais e profissionais que estão vivenciando o câncer infantil. Compreende-se que o contato com os mesmos permite enxergar suas angústias, maiores entraves do processo e fontes de energia que podem os auxiliar, como é o caso da ligação com a religião ou crença.

REFERÊNCIAS

INCA. O que é câncer? 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/o-que-e-cancer>. Acesso em 01 out. 2020.

MONTEIRO, Ana Claudia; RODRIGUES, Benedita; PACHECO, Sandra; PIMENTA, Luana. **A atuação do enfermeiro junto à criança com câncer: cuidados paliativos**. Rev enferm. UERJ, Rio de Janeiro, v.22, n.6, p. 778-783, 2014. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/15665/12267>. Acesso em 01 out. 2020.

MUTTI, Cintia; CRUZ, Vanessa; SANTOS, Leidiene; ARAÚJO, Daiana; COGO, Silvana; NEVES, Eliane. **Perfil Clínico-epidemiológico de Crianças e Adolescentes com Câncer em um Serviço de Oncologia**. Revista Brasileira de Cancerologia. v. 64. n. 3. 2018.

SOUSA, Amanda Danielle Resende Silva *et al.* **Intervenções de enfermagem nos cuidados paliativos em Oncologia Pediátrica: revisão integrativa**. Rev Bras Enferm [Internet], v.72, n.2, p.556-66, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v72n2/pt_0034-7167-reben-72-02-0531.pdf. Acesso em 02 out. 2020.

MONÇÃO, Géssica Fernanda Rodrigues *et al.* **Situações Vivenciadas pela Equipe de Enfermagem de uma Unidade Oncológica**. Revista Brasileira de Cancerologia; v.65, n.1, 2019.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

José William da Silva Oliveira¹ (Aluno do curso de enfermagem da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: silvawilliam476@gmail.com), **José Ossian Almeida Souza Filho**² (Professor da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO

A assistência pré-natal é um significativo componente da atenção à saúde das mulheres no período gravídico-puerperal. Dentre os profissionais que atuam no pré-natal o enfermeiro é um profissional qualificado para o atendimento à mulher, uma vez que possui papel muito relevante nas áreas de educação em saúde, prevenção e promoção da saúde. O objetivo do presente trabalho foi apresentar a atuação do enfermeiro na assistência pré-natal na Estratégia Saúde da Família (ESF). A coleta de dados foi realizada nos indexadores SciELO, LILACS e PubMed. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados no período de 2015 a 2020, em inglês, espanhol e português, completos e gratuitos, do tipo estudos qualitativos, pesquisas analíticas, sínteses descritivas, estudos quali-quantitativos e estudos transversais, com descritores: cuidado pré-natal; estratégia de saúde da família; Enfermagem e atenção primária à saúde. Foram excluídos artigos de revisão de literatura, anais de congresso, cartas ao editor, artigos científicos incompletos, monografias, teses de dissertação de mestrado e doutorado. Foram encontrados 843 arquivos, dos quais somente 14 foram selecionados e incluídos na amostra. Inferiu-se que a enfermagem atua de modo humanístico e cuidadoso, na assistência pré-natal com grávidas na ESF. A enfermagem centra-se numa visão técnico-científica para estabelecer uma assistência completa, com identificação de agravos pré-natais, orientações específicas para o futuro bebê, bem como para compreender os sentimentos da mulher inerentes ao processo gestacional, na intenção de conceber uma relação dialógica com a paciente.

Palavras chave: Cuidado pré-natal. Estratégia Saúde da Família. Enfermagem. Atenção Primária à Saúde.

INTRODUÇÃO

O cuidado pré-natal deve suceder através da incorporação de atitudes acolhedoras; do desenvolvimento de ações educacionais e de prevenção, sem intervenções irrelevantes; de diagnóstico precoce de doenças e de situações perigosas para a gestante; de estabelecimento de relação entre o pré-natal e o local do parto; e da fácil acessibilidade a serviços de saúde eficientes, desde a consulta ambulatorial básica ao atendimento hospitalar de alta periculosidade (DOMINGUES et al., 2015).

Dentre os profissionais que atuam no pré-natal, o enfermeiro é um profissional habilitado para prestar assistência à mulher, possuindo uma função muito significativa na área de educação em saúde, de prevenção e promulgação da saúde (SOUSA et al., 2016).

Além das especificações dadas às gestantes, torna-se essencial elucidar que o enfermeiro deve promover no momento do atendimento um trabalho educacional de modo dinâmico destacando a relevância de educar a mulher sobre os diversos assuntos que compreendem o período gravídico, tais como: higienização; o desenvolvimento da gravidez; a prática do sexo durante a gravidez; o preparo para o parto; a função do planejamento familiar e a contracepção puerperal; a realização da análise citopatológica; a significância das

consultas puerperais e cuidados com o recém-nascido, entre outras prescrições (GUAJAJARA, 2017).

No entanto, esse profissional enfrenta alguns desafios; destaca-se que a demanda dos serviços públicos de saúde aumenta progressivamente influenciando no acúmulo de atividades, e, de modo subsequente, o excesso de trabalho do profissional de enfermagem. Sendo o pré-natal mais uma atividade desempenhada por este profissional, a sobrecarga de trabalho do profissional interfere na assistência pré-natal prestada à grávida (SOUSA et al., 2020).

Além disso, a dificuldade das equipes de saúde no acompanhamento das gestantes reflete diretamente na qualidade de vida do binômio – mãe e filho. Também pode acarretar aumento da demanda, tendo como consequências: aumento de internações; nascimento de crianças fora do tempo e com baixa massa corporal; não realização de planejamento familiar e aumento de gestações indesejáveis; sobrecarga e trabalho para a família; absenteísmo e risco de desemprego (TOMAZETTI et al., 2018).

METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou como sendo uma revisão integrativa da literatura do tipo qualitativo. Os descritores utilizados para seleção dos artigos foram: cuidado pré-natal; estratégia de saúde da família; enfermagem e atenção primária à saúde. Incluíram-se estudos experimentais e não experimentais, gratuitos, disponíveis na íntegra, ano de 2015 a 2020 que seguiam o objetivo da pesquisa. Excluíram-se teses de mestrado, monografias, relatos de casos, entre outros. As bases de dados usadas foram: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Pubmed (National Library of Medicine). Realizou-se leitura do título e resumo para seleção dos artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontraram-se 843 artigos, dos quais somente 14 compuseram a amostra. Foram elaboradas duas categorias temáticas: 1 – Atuação da Enfermagem no cuidado pré-natal em Estratégia Saúde da Família (ESF) e; 2 – A percepção das gestantes sobre o trabalho do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família. Na categoria 1, os autores abordaram: cuidado de enfermagem no acolhimento; cultura e valores da gestante; necessidades de saúde no cuidado pré-natal; singularidade da enfermagem no cuidado pré-natal; atuação do enfermeiro com gestantes de baixo risco; educação em saúde e serviços qualificados em enfermagem. Já na categoria 2, os autores abordaram: perspectivas e satisfação das gestantes; estudo comparativo do atendimento pré-natal no Brasil e exterior; e humanização na ESF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inferiu-se que a enfermagem atua de modo humanístico e cuidadoso na assistência pré-natal com grávidas na Estratégia Saúde da Família (ESF). Suas ações incluem: palestras de educação em saúde; análise dos desconfortos gestacionais, alterações fisiológicas, biomecânicas e psíquicas; elaboração de exame físico para investigar possíveis complicações gravídicas etc.

Foi possível observar que a enfermagem está centrada em uma visão técnico-científica, estabelecendo uma assistência completa para identificação de agravos pré-natais, orientações específicas para o futuro bebê, bem como para compreender os sentimentos da

mulher inerentes ao processo gestacional, na intenção de conceber uma relação dialógica com a paciente.

REFERÊNCIAS

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira; VIELLAS, Elaine Fernandes; DIAS, Marcos Augusto Bastos; TORRES, Jacqueline Alves; THEME-FILHA, Mariza Miranda; GAMA, Silvana Granado Nogueira; LEAL, Maria do Carmo. Adequação da assistência pré-natal segundo as características maternas no Brasil. **Rev. Panam. Salud Pública**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 140 – 147, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2015.v37n3/140-147/pt>. Acessado em: 15 de Outubro de 2020 às 16h25.

GUAJAJARA, Laís Gomes Silva; SANTANA, Euzamar de Araújo Silva. **Avaliação da assistência pré-natal: perspectivas dos profissionais e gestantes**. Artigo científico de Enfermagem. Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em:

<https://rosario.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/4122/1/LAIS-GUAJAJARA.pdf>. Acessado em: 15 de Outubro de 2020 às 16h55.

SOUSA, Henrique Santana Feitosa; AZEVEDO, Marcel Vinícius Cunha; TORRES, Ruth Cristini; AZEVEDO, Warlla Marcela; SOUZA, Géssica Gonçalves. Desafios do enfermeiro no pré-natal de baixo: revisão de literatura. **Journal of Health Connections**. Sergipe, v. 9, n. 2, p. 77 – 90, 2020. Disponível em:

<http://periodicos.estacio.br/index.php/journalhc/article/view/8151/47966859>. Acessado em: 15 de Outubro de 2020 às 16h45.

SOUSA, Lucimônica Oliveira; LIMA, Thoyama Nadja Félix Alencar; LIMA, Maryama Naara Félix Alencar; NÓBREGA, Marta Mirtes. Pré-natal: assistência de enfermagem na Estratégia Saúde da Família. **Temas em Saúde**. Paraíba, v. 16, n. 3, p. 490 – 502, 2016.

Disponível em: <http://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2016/09/16330.pdf>. Acessado em: 15 de Outubro de 2020 às 16h35.

TOMAZETTI, Bárbara Maldonado; HERMES, Leticia; MARTELLO, Naiashy Vanuzzi; SCHMITT, Patrícia Menezes; BRAZ, Melissa Medeiros; HOFFMANN, Izabel Cristina. A qualidade da assistência pré-natal sob olhar multiprofissional. **Ciência e Saúde**. Santa Maria / Rio Grande do Sul, v. 11, n. 1, p. 41 – 50, jan/mar, 2018. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/27078>. Acessado em: 15 de Outubro de 2020 às 16h50.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID-19 EM IDOSOS NO CEARÁ

Jéssica Lima Carvalho⁴ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: jessicalimacarv8@gmail.com), Carla Nadja Santos de Sousa⁴ (Professora da faculdade do Vale Jaguaribe, email: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

O objetivo geral do presente estudo foi realizar uma análise epidemiológica dos casos confirmados de COVID-19 nos idosos do Estado do Ceará. Para atingi-lo, foi necessário, como objetivo específico, verificar dados como sexo e faixa etária mais acometidos pelo referido vírus na região. Trata-se de um estudo epidemiológico observacional e descritivo, cuja metodologia de coleta dos dados foi o levantamento de informações sobre o acometimento da doença neste público nos boletins epidemiológicos divulgados pelo Integra SUS, além da consulta a artigos científicos. Por fim, a análise dos dados também se deu através de gráficos.

Palavras-chaves: COVID-19. Idosos. Epidemiologia. Ceará.

INTRODUÇÃO

Os idosos são considerados um grupo de grande vulnerabilidade ao vírus e mais propensos a desenvolver casos severos da doença. A Organização Pan-Americana da Saúde (2020) destaca que tais indivíduos têm cinco vezes mais chance de óbito decorrente do COVID-19, já que cerca de 66% possuem comorbidades. Desse modo, justifica-se a importância de analisar a incidência da doença nos idosos e a influência em suas rotinas. Lima e colaboradores (2020), por exemplo, apontam que quanto mais conhecimento houver sobre as possibilidades de transmissão do patógeno em um determinado público, mais facilmente sua disseminação é controlada, medida que, em epidemias causadas por doenças infecciosas, é uma prioridade. Partindo deste quadro, o objetivo do artigo foi empreender uma análise epidemiológica dos casos de COVID-19 em idosos cearenses entre os meses de março a novembro de 2020.

MARCO TEÓRICO

SARS-CoV-2, agente etiológico do Covid-19, foi inicialmente identificado na cidade chinesa de Wuhan no final de 2019, a partir de casos de pneumonia em funcionários do Mercado Atacadista de Frutos do Mar da cidade e, duas semanas depois, já havia se difundido pela região (SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, 2021). No Brasil, o primeiro caso da doença foi noticiado no dia 26 de fevereiro de 2020, um brasileiro do sexo masculino, idoso, residente da cidade de São Paulo e recém-chegado da região da Lombardia, norte da Itália, localidade que apresentava no período um surto de contaminação. O primeiro óbito aconteceu no dia 17 de março, também de um idoso do sexo masculino, morador de São Paulo, portador de diabetes e hipertensão. Assim, tendo o primeiro caso confirmado e óbito vitimando idosos, pode-se afirmar que pessoas desta faixa etária sempre estiveram no centro dos debates acerca do COVID-19 (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Os primeiros casos notificados da doença no Estado do Ceará datam de 15 de março de 2020. No entanto, pesquisas apontam que pelo menos dois meses antes o vírus já circulava no Estado sem ser identificado (NASCIMENTO, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico observacional e descritivo, fundamentado em dados secundários disponibilizados pelo Integra SUS. Além disso, os dados foram extraídos de boletins epidemiológicos, com acesso de forma remota e gratuita. A amostragem do estudo constituiu-se dos casos de idosos com COVID-19 no Ceará e disponibilizados pelo Integra SUS. O período estipulado para o começo da pesquisa foi desde a primeira notificação de COVID-19 do Ceará, em março, até a última coleta epidemiológica realizada no mês de novembro de 2020. O estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em virtude da utilização de dados secundários de domínio público com acesso gratuito e remoto, de acordo com a Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, do CNS. Entretanto, todos os aspectos éticos dispostos na Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, foram respeitados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os meses de março a novembro o sexo feminino obteve maior testagem positiva em todos os meses. Ao analisar a faixa etária que mais acometida pelo vírus percebeu-se a predominância de 60 a 64 anos em ambos os sexos. Sobre a prevalência, Lima e colaboradores (2020) sugerem que a busca mais frequente das idosas pelo serviço de saúde e um maior senso de autocuidado podem fazer com que o número de notificações seja maior neste gênero. A condição socioeconômica também colabora para a incidência de COVID-19 em idosos: enquanto indivíduos de classes média-alta dispõem de informações que facilitam o diagnóstico e de hábitos mais saudáveis, idosos com menor renda vivem em condições que facilitam a transmissibilidade, como casas lotadas, utilização de transporte público e acesso mais restrito a serviços de saúde (LIMA *et. al.*, 2020).

CONCLUSÃO

A partir do que foi apresentado, reafirma-se que o COVID-19 é um vírus de alta disseminação e que o número de infectados é progressivo, principalmente entre os idosos, grupo mais vulnerável devido à incidência de comorbidades e deficiências imunológicas. Isto faz com que a taxa de letalidade neste grupo seja maior, em comparação com outras faixas etárias. O sexo feminino representou a maioria de infectados entre os idosos cearenses, e a faixa etária mais acometida em ambos os sexos foi a de 60 a 64 anos. Diante do exposto se faz indispensável conceber métodos estratégicos para a redução da taxa de transmissibilidade da doença, como a utilização de máscara, o distanciamento e a higienização das mãos, objetos e ambientes. No caso de indivíduos idosos, a estes cuidados básicos somam-se outros, como a prática de atividades físicas adaptadas ao lar, a inserção nos meios digitais e o cuidado direcionado à sua saúde mental, em prol tanto de evitar a incidência de depressão, ansiedade e estresse quanto do descumprimento das medidas de prevenção, resultando em um novo aumento de casos de COVID-19 em idosos.

REFERÊNCIAS

LIMA, D.L.F.; DIAS, A.A.; RABELO, R.S.; CRUZ, I.D.; COSTA, S.C.; NIGRI, F.M.N.; NERI, J.R. COVID-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.25, n.5, mai. 2020, p. 1575-1586. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000501575&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

NASCIMENTO, T. **Coronavírus já circulava no Ceará em janeiro sem ser detectado, confirma Secretário de Saúde**.2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/05/13/coronavirus-ja-circulava-no-ceara-em-janeiro-sem-ser-detectado-pelas-autoridades-confirma-secretaria-da-saude.ghtml>.

OLIVEIRA, W.K.; DUARTE, E.; FRANÇA, G.V.A.; GARCIA, L.P. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia Serviço Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 1-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ress/v29n2/2237-9622-ress-29-02-e2020044.pdf>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. (OPAS). **Pessoas com mais de 60 anos foram mais atingidas pelo COVID-19 nas Américas**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6296:pe-soas-com-mais-de-60-anos-foram-as-mais-atingidas-pela-covid-19-nas-americas&Itemid=820

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ. SECRETARIA EXECUTIVA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E REGULAÇÃO. COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E PREVENÇÃO EM SAÚDE. **Plano Estadual de Contingência para resposta às emergências em saúde pública doença pelo Coronavírus 2019 (Covid-19)**. 4^a ed. Fortaleza: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, 2021.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE IDOSOS ACOMETIDOS PELA COVID-19 NA REGIÃO LITORAL LESTE/ JAGUARIBE

Francisca Lara Barbosa Barreto (Aluno do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: larabarbosa106@gmail.com), Orientadora Carla Nadja Santos de Sousa (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: carlanadja@hotmail.com).

RESUMO

Introdução: A Organização Mundial da Saúde – OMS, no dia 11 de março deste presente ano 2020, instituiu e classificou o Coronavírus, popularmente conhecida como COVID-19, como uma pandemia, devido ao fato da doença está presente em todos os continentes existentes no planeta, englobando a circulação geral do vírus. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico de idosos acometidos pela COVID-19 na região Litoral Leste/ Jaguaribe. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico, observacional e descritivo de abordagem quantitativa. Realizada através de dados secundários obtidos por meio de boletins epidemiológicos e na plataforma online estadual do integra SUS no período de março de 2020 a março de 2021 no estado do Ceará. Foi realizada análise de dados com a população de idosos registrados por meio dos boletins epidemiológicos do estado do Ceará, acometidos pelo COVID-19. **Resultados e discussão:** Demonstraram que as mulheres são mais acometidas pelo vírus e que os pacientes idosos são indivíduos que se enquadram entre condições de saúde mais afetadas, como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, demonstram ter maior probabilidade de ficarem em situações graves e com sequelas, proporcionando maior acometimento a esse público. **Considerações finais:** Medidas protetivas precisam ser adotadas, para que ações possam diminuir o contágio do vírus com foco na educação em saúde desmistificando muitos assuntos pertinentes a este assunto. O cuidado com os idosos tem que ser redobrados, porém devemos ter em mente sempre de respeitar as necessidades e singularidades desse público.

Palavras-chaves: COVID-19; Idosos; Enfermagem.

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde – OMS, no dia 11 de março de 2020, instituiu e classificou o Coronavírus, popularmente conhecido como COVID-19, como uma pandemia, devido ao fato da doença estar presente em todos os continentes existentes no planeta, englobando a circulação geral do vírus. Além disso, há o fato que existem pessoas cujo caso clínico é oligossintomático, dificultando a identificação e reconhecimento exato da doença nessas pessoas. Logo, no hemisfério sul, onde o Brasil se localiza, os locais precisam se precaver para não haver uma morte em massa nas estações do inverno, quando é comum a presença de doenças virais respiratórias (BRASIL, 2020a).

O perigo existente nos meses que se concentra o inverno é pelo fato da circulação dos vírus que afetam o sistema respiratório, como o da Influenza, vírus que causa pneumonias, tipos de sinusites, meningites e até otites externas. Sabe-se que tais doenças podem ocorrer em todas as estações do ano, porém, no inverno acontecem com mais frequência por causa das aglomerações e do fato das pessoas passarem mais tempo dentro de locais fechados com pouca ventilação (BRASIL, 2020a).

Assim como as descritas anteriormente, o novo Coronavírus é uma doença da família das patologias respiratórias, séria que pode levar ao óbito, portanto, uma doença que deve ser cuidada e prevenida (BRASIL, 2020a).

Na região litoral leste/Jaguaribe, segundo a leitura feita pelo boletim epidemiológico registrado e disponibilizado pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, a proliferação do vírus é crescente entre todo o território, mesmo com as medidas sendo tomadas como o lockdown, isolamento e as medidas preventivas individuais. A porcentagem das pessoas acometidas cresce à medida que se intensifica a contaminação das novas variantes do covid-19, principalmente, por meio da variável de muitos serem assintomáticos, não apresentarem sintomatologia, o que dificulta os cuidados de distanciamento, interação e acarreta na aceleração do contexto pandêmico (BRASIL, 2020b).

O litoral do Vale do Jaguaribe é um local alvo de interação e aglomeração devido a procura pelo lazer e diversão, onde se reverbera com facilidade o contágio do vírus em uma dimensão exponencial e veloz, quando comparado em outros locais de pouca frequência de procura, o que pode ser inferido pelo crescente número de contaminados desde o início do mês de março do ano de 2020, momento que pode ser considerado um dos piores em relação ao ápice de contaminação, segundo o boletim Epidemiológico sobre o novo coronavírus nº 05 de 02 de março de 2020 emitido pela Secretaria de Saúde do estado do Ceará (BRASIL, 2020b) Com essa postura da OMS, visou-se alertar os ministérios de saúde dos países a fazer um diagnóstico mais rápido para aprimorar o tratamento dos pacientes que estão com casos confirmados, diminuindo a probabilidade de letalidade, fazendo com que os registros sejam fator determinantes para a tomada de ações e medidas cautelosas dos órgãos governamentais (BRASIL, 2020a).

Nesse contexto, segundo o WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO (2020) e Reed et al. (2013), o avanço da doença em pandemia, na circunscrição territorial da China para outros continentes e países demarcou para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a gravidade do quanto o coronavírus pode ser letal, afetando não somente o ser humano, mas a sociedade como um todo, desde a economia ao modo cultural da população, com uma espécie de readaptação a uma nova forma de conviver entre os pares, lidando com ações preventivas, isolamento social e outras peculiaridades que são advindas desse contexto social, político e pandêmico atual.

Ainda nesse contexto, Ghani et al. (2005) afirmaram que o PSF (Programa Saúde da Família) aclararam sobre os dados epidemiológicos de forma planejada para que os governos e os ministérios de saúde saibam como agir com a situação alarmante da pandemia do COVID-19 em todos os continentes, agindo tendo como base as medidas para a minimização de doenças respiratórias cujo o vírus seja da família do coronavírus e SARS, que é uma sigla representante em língua portuguesa como sendo uma Síndrome Respiratória Aguda Grave.

Assim, os números no Brasil, depois que o alarme da pandemia se espalhou nas notícias, crescem numa velocidade, em que de março para os meses que se seguiram, estados como São Paulo e Rio de Janeiro já contabilizavam com uma estimativa de 13 mil casos notificados, depois acelerando para outros estados como o Ceará, que rápido atingiu uma estimativa de 5 mil casos em um curto período de tempo (GHANI et al., 2005).

Portanto, tem-se como objetivo analisar o perfil epidemiológico de idosos acometidos pelo COVID-19 na região Litoral Leste/ Jaguaribe, bem como avaliar a distribuição de números de casos notificados, segundo gênero e faixa etária de 60 anos ou mais desses idosos e classificar os fatores que levaram esses idosos a serem acometidos pela COVID-19.

2. MARCO TEÓRICO

Como os casos aumentando bastante com o decorrer dos dias, tendo uma subida exponencial de infectados, é importante destacar que o número de pacientes com o COVID-19 que estejam com casos leves sejam tratados em casa e se possível nas Unidades Básicas de Saúde, os conhecidos postos de saúde. Esses casos leves ao serem evitados manter circulação

em ambientes hospitalares cujo o índice de contaminação é grande deve ser uma das ações preventivas para que os casos diminuam (BRASIL, 2020a).

Portanto, com a classificação da OMS do novo Coronavírus em estado pandêmico, o Ministério da Saúde percebeu a importância de haver um controle sob as viagens internacionais e nacionais para diminuir a proliferação do vírus e, desde então, as medidas cabíveis são de extrema relevância para diminuir os casos de infecção entre as pessoas, tanto as que moram em locais urbanos quanto as que moram em localidade de difícil acessibilidade (BRASIL, 2020a).

Assim, outra forma de resguardar a segurança das pessoas é por meio da informação verdadeira, e o Ministério da Saúde adotou a postura de atualizar diariamente os dados epidemiológicos de casos confirmados de COVID-19, bem como os curados e os óbitos, para que a população seja ciente do quadro atual e faça sua parte quanto à prevenção e cuidado consigo e com o outro (BRASIL, 2020a).

Nesse contexto, o Ministério da Saúde estipulou que os dados epidemiológicos acerca dos casos de COVID-19 estão disponibilizados no site oficial do ministério. De acordo com a OMS, os dados epidemiológicos que foram anunciados no dia 21 do mês de fevereiro de 2020 indicaram 76.769 mil casos em todo o mundo, numa proporção de acometimento de um total de 26 países, englobando os hemisférios e os continentes (BRASIL, 2020a).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo epidemiológico, observacional e descritivo de abordagem quantitativa. Realizada através de dados secundários obtidos por meio de boletins epidemiológicos e na plataforma online estadual do Integra SUS, no período de março de 2020 a março de 2021 no estado do Ceará.

O estudo foi realizado na região Litoral Leste/Jaguaribe, que é formada por 23 municípios, abrangendo uma área de 20.554 km² ou 13,8% do território cearense (IBGE, 2016). A população da pesquisa foi composta por idosos de faixa etária de 60 anos ou mais, confirmados para COVID-19 na região Litoral Leste/ Jaguaribe, no período de março a dezembro de 2020, dados disponíveis para acesso gratuito em boletins epidemiológicos do estado do Ceará e no site do Integra SUS (<https://integrasus.saude.ce.gov.br/>).

O período deste estudo iniciou-se quando o primeiro caso foi notificado para COVID-19, os dados foram coletados no dia 7 de março de 2021, extraídos e organizados pela última vez em 01 de abril de 2021.

Após a coleta os dados foram organizados no Microsoft Excel®, os resultados são expressos como estatísticas descritivas de frequência absoluta e relativa, por meio de gráficos. Foram analisadas variáveis como: casos confirmados de acordo com sexo e idade; taxas de letalidades; óbitos; e outros.

Este estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Comissão Nacional de Saúde, pois os dados secundários são coletados por meio de veículo de domínio público com acesso livre às recomendações da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2016). No entanto, todos os aspectos éticos estão listados na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, foram prezados (BRASIL, 2012).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pacientes idosos e indivíduos que se enquadram entre condições de saúde afetadas, como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, demonstram ter maior probabilidade de ficarem em situações graves e com sequelas, o vírus pode infectar qualquer pessoa, contraindo assim a COVID-19 e ficar em um estado grave (BRASIL, 2020a).

Um estudo realizado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG) afirma que as mulheres são mais infectadas, cerca de 56% dos casos no país. Pode ser explicado pelo fato que as mulheres procurarem mais o sistema de saúde quando estão doentes porém precisa ser levantado mais sobre o perfil clínico e epidemiológico (ESPÍNDOLA, 2020). De acordo com o G1, pesquisas apontam o inverso do visto no presente estudo. Análises de dados de pacientes com COVID- 19 mostrou que foi mais acometido em homens do que em relação aos casos em mulheres.

No gráfico 2 pode-se observar os casos de COVID-19 confirmados em indivíduos do sexo feminino na faixa etária de 60 anos ou mais, residentes no Litoral Leste/Jaguaribe, no período de março a dezembro de 2020. Em relação aos óbitos, as vítimas predominantes foram do grupo de risco, ou seja, pessoas idosas acima dos 60 anos. Quanto aos gêneros das pessoas doentes, as mais infectadas foram, mulheres comparadas ao sexo masculino na região analisada (SILVA, J., 2020).

Já o gráfico 3 pode-se observar os casos de COVID-19 confirmados em indivíduos do sexo masculino na faixa etária de 60 anos ou mais, residentes no Litoral Leste/Jaguaribe, no período de março a dezembro de 2020. Mostrando que foi mais letal nos casos do sexo masculino. Afirma também o estudo realizado pela Faculdade de Medicina da UFMG que apesar das mulheres serem mais infectadas a maior mortalidade está entre os homens, por outro lado devido a buscar menos ao sistema de saúde (ESPÍNDOLA, 2020).

No gráfico 4 observa-se a taxa de letalidade associada ao sexo, idade e no geral desses idosos residentes no Litoral Leste/Jaguaribe. Não é a primeira pandemia, que o sexo mais fraco para as doenças respiratórias é o masculino. Embora estudos tenham destacado diferenças no número de infectados, ainda não há consenso sobre os motivos dessa diferença. Pesquisadores apontam que certas características biológicas e outras características culturais são fatores para a compreensão dessa situação. Costumes sociais como fumar são o dobro dos fatores de risco para essa doença.

No Brasil, os homens são mais acometidos do que as mulheres. Na China, a proporção é ainda maior, com 52,1% da população masculina fumando, enquanto apenas 2,7% da população tem esse hábito. Outras comorbidades, como diabetes, hipertensão e problemas cardíacos, também são mais fáceis de detectar em homens, o que pode explicar esse número de óbitos. Além disso, enfatiza alguns problemas biológicos (REVISTA ARCO, 2020). Paciente idosos são os mais suscetíveis à doença e os mais pobres do país com prognósticos de certas comorbidades possuem uma maior taxa de mortalidade no grupo dessa pesquisa (SILVA et al., 2020).

A pandemia COVID-19 destaca a saúde dos idosos e aponta a necessidade de proteção, respeito, entusiasmo, dignidade e redes de apoio, mas também surgiu a discriminação pela idade. As ações de proteção à distância devem manter a autonomia e independência dos idosos, os profissionais precisam de especialização nas seguintes áreas dessa população (HAMMERSCHMIDT; SANTANA, 2020).

Gráfico 5 observa-se a quantidade de casos que foram acometidos pelo COVID-19 no mês de março a dezembro do ano de 2020. Após dois meses de pandemia, o cenário da região mostrou um grande avanço, não apenas na região Jaguaribe, mas em todo o Litoral Leste, as cidades com maior índice de indivíduos acometidos pelo vírus foram das respectivas cidades: Morada Nova, Limoeiro do Norte e Russas (SILVA, J., 2020).

O momento de distanciamento social é uma medida preventiva de saúde, intenções de preservação e proteção, no entanto, a autonomia e independência dos idosos é a base do envelhecimento saudável. Portanto, precisa ser livre e respeitar o que for possível quando sugerido. Necessidades sociais a atenção na atitude de evitar o preconceito, essa atitude infantil e ridículo quanto ao idoso. Não se pode olhar apenas para trás neste ponto onde a dignidade dos idosos deve prevalecer (HAMMERSCHMIDT; SANTANA, 2020).

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu em um estudo inicial sobre analisar o perfil epidemiológico de idosos que foram acometidos pelo COVID-19 na região Litoral Leste/ Jaguaribe, no estado do Ceará. Os dados mostram que idosos é o grupo mais suscetível a infecção pelo COVID- 19, possuindo uma grande taxa de mortalidade.

Podemos considerar que presenciamos dias cruéis e nada fáceis e por esta doença afetar muito os idosos devemos ter cuidados específicos e obedecer às recomendações de prevenção da COVID- 19 como o uso de máscara e o distanciamento social para não levar o vírus ao grupo vulnerável.

Portanto, vislumbramos que medidas protetivas precisam ser adotadas, para que ações possam diminuir o contágio do vírus com foco na educação em saúde desmistificando muitos assuntos pertinentes a este assunto. O cuidado com os idosos tem que ser redobrados, porém devemos ter em mente sempre de respeitar as necessidades e singularidades desse público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Operações em Emergências em Saúde Pública. Boletim Epidemiológico 03. 2020a. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/21/2020-02-21-Boletim-Epidemiologico03.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Operações em Emergências em Saúde Pública. Boletim Epidemiológico 05. 2020b. Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/images/PDF/2020_03_13_Boletim-Epidemiologico-05.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Resolução nº 510/2016, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF. 2016. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html#:~:text=1%200o%20Esta%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20disp%C3%B5e,existentes%20na%20vida%20cotidiana%2C%20na>. Acesso em: 30 out. 2020.

ESPÍNDOLA, M. Mulheres são maioria entre os brasileiros infectados pelo coronavírus. Faculdade de Medicina – UFMG. Centro de Comunicação da UFMG. Minas Gerais. 2020. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/mulheres-sao-maioria-entre-os-brasileiros-infectados-pelo-coronavirus/>>. Acesso em: 07 abri. 2021.

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID-19 EM CRIANÇAS NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE

Maria Fernanda Chagas Carneiro¹ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: mariafernanda_chagas@outlook.com), Carla Nadja Santos de Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: carlanadja@hotmail.com).

RESUMO

Introdução: Atualmente, há sete espécies de coronavírus no total. As primeiras espécies encontradas ocasionam sintomas leves como resfriados, por exemplo. Já as espécies seguintes podem causar sintomas mais graves, podendo motivar síndromes respiratórias severas ou até a própria morte. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico dos casos de COVID-19 em crianças no município de Limoeiro do Norte, bem como identificar os casos de óbitos em crianças dessa cidade. **Metodologia:** Trata-se de estudo descritivo, observacional, epidemiológico, fundamentado a partir de dados secundários extraídos do site *Integra SUS*. **Resultados:** A faixa etária usada nesse estudo foi de 0 a 14 anos, com um total de 88 infectados. A predominância se deu ao sexo masculino, com 48 infectados. Quanto à faixa etária mais afetada foi a de 0 a 4 anos, com um total de 33 crianças acometidas com COVID-19, e apenas 01 óbito. **Considerações finais:** Apesar da baixa ocorrência de infecções por coronavírus em crianças, é necessário um olhar diferenciado para este público, levando em consideração o grau de dificuldade no diagnóstico e no tratamento desses sujeitos, visto que, neles, a doença ocorre de maneira distinta das demais faixas etárias.

Palavras-chave: COVID-19. Infecções por Coronavírus. Crianças

INTRODUÇÃO

Em Wuhan, província de Hubei, na China, foi identificado o primeiro caso de coronavírus na data 12 de dezembro de 2019, e foi identificada como uma pneumonia infectante de origem desconhecida, sendo, depois, notificada às autoridades de saúde e reconhecida como uma ameaça à saúde de todo o mundo, em decorrência da epidemia que foi gerada em seu país originário (DHAMA et al., 2020; ZHU et al., 2019). Em resultado do avanço, juntamente com a rapidez com que O COVID-19 se espalhou pelo mundo, passou a ser classificado como uma pandemia em 11 de março de 2020. Significando que havia presença do vírus em todos os continentes, porém com a ocorrência de diversos sintomas diferentes, impactou na dificuldade de seu reconhecimento, conseqüentemente, aumentando a sua propagação (NASCIMENTO et al., 2020; FREITAS; NAPIMOGA; DONALISIO, 2020).

MARCO TEÓRICO

Mesmo com os alertas, as medidas divulgadas em todos os meios de comunicação possíveis, esclarecimentos de sintomas, assim como as formas de transmissão e de contágio, e inclusive o fechamento obrigatório de serviços não essenciais à vida humana, até o dia 30 de novembro de 2020, existiam no mundo 63.410.725 casos confirmados de COVID-19 e 1.471.487 óbitos no total. Já no Brasil, nessa mesma época, com 9 meses de enfrentamento da pandemia no país, registrava-se cerca de 6.335.878 casos confirmados, que resultaram em 173.120 óbitos. Ressaltando que o Ceará apresentava um total de casos confirmados de 315.543, com 9.937 óbitos (DW, 2020). Em razão dos sintomas de COVID-19 em crianças serem menos evidentes do que em adultos, eles podem passar despercebidos pelos profissionais de saúde. Desse modo, é sugerido que haja um treinamento para favorecer a identificação antecipada

de problemas de saúde, reconhecer sinais normais e anormais, assim como sinais de alerta (DALTON; RAPA; STEIN, 2020). As indicações da Sociedade Brasileira de Pediatria sobre informações e orientações repassadas para as crianças acerca da pandemia que vivemos na atualidade são utilização de: diálogos constantes e definir rotinas para as crianças; usar a ludicidade para ensinar como fazer a higienização correta; dialogar sobre a realidade atual de acordo com a idade; buscar a qualidade de vida e despertar a criatividade (SBP, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, observacional, epidemiológico, fundamentado pelas bases secundárias retiradas do site *Integra SUS*, criado pelo Governo do Estado do Ceará, o qual possui acesso gratuito de forma online (SECRETÁRIA DE SAÚDE DO CEARÁ, 2020). A população do estudo foi formada por 88 sujeitos residentes em Limoeiro do Norte-CE com casos confirmados de infecção por coronavírus, no período entre de março a novembro de 2020. Esses dados estão disponibilizados no site do Governo do Ceará – *Integra SUS* (<https://indicadores.integrasus.saude.ce.gov.br>). Foi estipulado esse período, observando que o primeiro caso notificado para COVID-19, na cidade de Limoeiro do Norte-CE, ocorreu em meados do mês de março de 2020, sendo que a última atualização disponível no sistema foi realizada no dia 30 de novembro de 2020, até o momento em que foi realizada a coleta. Notou-se que no dia 25 de março de 2020, foi constatado o primeiro caso de coronavírus e, devido a isso, a extração de dados aconteceu a partir desta data. Em seguida, os dados foram reunidos no Microsoft Excel®, sendo feita a análise estatística descritiva (frequência relativa e absoluta). As variáveis avaliadas foram: *casos confirmados de Covid-19 na cidade, faixa etária, sexo e óbitos confirmados por COVID-19*.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Até o momento da coleta de dados, foram registrados 1.850 casos confirmados por COVID-19 em Limoeiro do Norte, dos quais 88 encontravam-se na faixa etária de 0 a 14 anos, sendo que, do total, 48 eram do sexo masculino e 40 eram do sexo feminino. Em uma análise dos dados coletados, verificou-se que entre a faixa etária de 0 a 04 anos a predominância foi do sexo feminino, porém, entre 05 e 14 anos a predominância foi do sexo masculino. Evidenciou-se que a faixa etária mais acometida pelo COVID-19 foi a de 1 ano de idade, tendo em vista que o maior número de casos foi entre 0 e 4 anos, totalizando 33 casos. No que se refere aos casos recuperados, na faixa etária de 0 a 4 anos, 30 dos 33 casos confirmados se recuperaram, já entre 05 e 09 anos foram constatados 23 casos e todos se recuperaram, na faixa etária de 10 a 14 anos, dos 32 casos confirmados, 31 obtiveram cura. Em um total de 88 casos, 84 foram curados, chegando a um percentual de aproximadamente 95% de cura. Relativamente aos óbitos, do total de 46 óbitos, apenas 1 correspondeu à faixa etária usada neste estudo. As limitações desse estudo estão relacionadas à pesquisa de dados, pois o contágio da doença ocorre de maneira rápida e, devido a isso, os dados estão em constante atualização. Além disso, os estudos disponíveis focam principalmente no público adulto, havendo, portanto, uma escassez de estudos brasileiros utilizando crianças, tendo em vista que o contágio em crianças ocorre de forma diferenciada em comparação aos adultos. Desse modo, é imprescindível a realização de outros estudos epidemiológicos com uma abordagem mais focada em crianças. Salienta-se ainda que há uma carência na organização dos dados epidemiológicos por faixa etária, o que, ao contrário, facilitaria a análise desses dados, tornando uma tomada de decisão mais ágil e focada no público que necessita.

REFERÊNCIAS

Brasil registra mais 819 mortes por covid-19. **DW** – Made for minds. Brasil. 06 de out. de 2020. Disponível em: < <https://p.dw.com/p/3jXEe>>. Acesso em: 10 out. 2020.

DALTON, Louise; RAPA, Elizabeth; STEIN, Alan. Protecting the psychological health of children through effective communication about COVID-19. **The Lancet Child & Adolescent Health**, [S.L.], v. 4, n. 5, p. 346-347, maio 2020. Elsevier BV. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/s2352-4642\(20\)30097-3](http://dx.doi.org/10.1016/s2352-4642(20)30097-3)>. Acesso em: 18 ago. 2020.

DHAMA, Kuldeep et al. Doença do Coronavírus 2019 - COVID-19. **Clin Microbiol Rev.** 2020 out; 33 (4): e00028-20. Disponível em: <<https://www.preprints.org/manuscript/202003.0001/v1>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

NASCIMENTO et al. Novel Coronavirus Infection (COVID-19) in Humans: A Scoping Review and Meta-Analysis. **J Clin Med.** 2020; 9(4): 941. Disponível em: <<http://doi.org/10.3390/jcm904094>>1. Acesso em: 30 set. 2020.

Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT). **COVID-19: orientações da SBP sobre o tratamento de crianças.** [Internet]. Disponível em: https://sbpt.org.br/portal/wp-content/uploads/2020/04/pneumopediatria_covid_19.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

Atuação da enfermagem nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

Milena Farias Lima graduanda do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: fariasmile3@gmail.com

Amália Gonçalves Arruda Mestra em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e docente no curso de Bacharel em Enfermagem na Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: amaliagoncalves@fvj.br

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) tem a proposta de ampliar as possibilidades de cuidado e o enfermeiro tem sido um dos profissionais a agregar essas práticas no seu escopo de trabalho. O objetivo geral é descrever a atuação do enfermeiro nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. O tipo de estudo foi exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, tendo como lócus da pesquisa unidades de saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde do município de Beberibe-Ceará. Constituiu a amostra 03 enfermeiras que desenvolvem algumas práticas integrativas no âmbito da saúde pública. Foram realizadas entrevistas, que após a análise deram origem a três categorias temáticas: aproximação e envolvimento do enfermeiro com as PICS; vivência prática das PICS no âmbito do trabalho do enfermeiro; desafios na implementação das PICS no universo do trabalho do enfermeiro. Verificou-se que as práticas integrativas e complementares em saúde potencializam o cuidado da enfermagem; ampliam o vínculo com os pacientes/clientes; promovem o autoconhecimento dos clientes e profissionais os ajudando no autocuidado, mas que ainda há muitos desafios na sua implementação como falta de apoio dos gestores e incipiente formação acadêmica. Concluiu-se que os enfermeiros tem atuado de forma significativa com as PICS e que estas devem ser estimuladas por ampliarem as formas de cuidar favorecendo a integralidade dos sujeitos, além de melhorarem a qualidade de vida de todos os envolvidos: profissionais e clientes.

Palavras-chaves: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Enfermeiro

A Portaria nº 971/GM/MS de 03 de maio de 2006 aprovou a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Brasil sendo uma recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que os países membros, incluíssem as Práticas Integrativas e Complementares nos programas nacionais de saúde (BRASIL,2006). Diante dessa implementação, é importante que os profissionais de enfermagem saibam atuar nessas práticas, como também compreender a importância e eficácia.

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), em geral, tem uma importância significativa no cuidado, promovendo o relaxamento e aproximando o cliente à equipe de enfermagem. Estudos relatam às PICS, como sendo utilizadas na prevenção e promoção em saúde, assistência, tratamento e reabilitação, ressaltando a importância dessas práticas (SOUZA et al., 2019; REIS; ESTEVES; GRECO, 2019).

O interesse nas Práticas integrativas e Complementares em Saúde (PICS) teve um aumento significativo entre os profissionais de enfermagem. A efetividade das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde no SUS se concretiza pela capacitação dos profissionais de saúde, que estão se especializando e se dedicando a aprender e realizar estas práticas (JESUS; DRAGO, 2016; TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018).

Em estudos realizados, os usuários relataram resultados satisfatórios sobre as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), tanto no físico como mental. Isto se dá por essas práticas serem inseridas na assistência em saúde, o que contribui para a enfermagem passar a avaliar e enxergar o paciente como um todo, de maneira holística (FISCHBORN et al., 2016; MENDES et al., 2019, ALMEIDA et al., 2018).

Essas práticas ensinam a cuidar da própria saúde e da saúde do outro, criando uma rede de apoio, e tornando a empatia e amor mais ativos nos indivíduos, sendo assim, a população está cada vez mais procurando as PICS, por essas práticas representarem cuidado diferente, expressando a possibilidade de mudança na saúde (JÚNIOR, 2016).

A utilização das PICS não busca substituir o modelo atual de saúde, mas aprimorar e enriquecer esse cuidar, apresentando um modelo mais humano e complementando diversos tratamentos de patologias (BEZERRA et al., 2019).

Por fim, deseja-se que os profissionais de saúde e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), visualizem as Práticas Integrativas e Complementares no cuidado holístico, abrangendo o lado social e cultural do processo saúde-doença, como também na prevenção e promoção em saúde, para que estas práticas sejam exploradas e pesquisadas, trazendo mais conhecimento (MENDES; ABREU; AVELINO, 2019).

Diante do exposto surgiram as seguintes perguntas norteadoras: Qual a atuação do enfermeiro nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde? Quais as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde mais realizadas? Qual a perspectiva dos profissionais de enfermagem sobre a utilização destas práticas?

Desse modo foi desenvolvido esse estudo com o objetivo geral de descrever a atuação do enfermeiro nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. E como objetivos específicos: descrever a percepção dos profissionais de enfermagem sobre as PICS e averiguar as práticas mais utilizadas no cotidiano do cuidado da enfermagem.

Esperou-se que a pesquisa promovesse a reflexão de profissionais enfermeiros, dos gestores e membros das equipes de saúde sobre a repercussão das práticas integrativas

e complementares nos processos de promoção da saúde, prevenção de doenças, técnicas de cuidado, como também de reabilitação.

A pesquisa é exploratória e descritiva com a finalidade de esclarecer ideias e conceitos sobre a problematização, descrevendo características da população estudada (GIL, 2008). O estudo possui abordagem qualitativa, pois os dados qualitativos tem como principal foco explorar um conjunto de opiniões e representações sociais sobre os assuntos abordados (MINAYO, 2009).

A pesquisa foi realizada nas unidades de saúde vinculadas a Secretaria de Saúde do Município de Beberibe-CE. Atualmente o sistema local de saúde do referido município é composto de: Hospital Municipal; Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I); Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF); quinze (15) Unidades Básicas de Saúde (UBS), divididas em regiões (quatro na sede, quatro litoral e sete no sertão).

As unidades de escolha foram por indicação da Secretaria de Saúde, onde continha profissionais de enfermagem que trabalhassem na área das Práticas Integrativas e Complementares, sendo escolhidas o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) e uma Unidade Básica de Saúde do litoral.

A população foi composta por profissionais de enfermagem que atuavam na área das Práticas Integrativas e Complementares. A amostra foi composta 3 (três) profissionais de enfermagem definida pelos seguintes critérios de inclusão: enfermeiros que atuavam assistência; enfermeiros que desenvolviam alguma das PICs que estão na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Escolheu-se para coleta de dados a entrevista semiestruturada, pois com ela o pesquisador destina uma atenção maior para as informações coletadas do que para a padronização de dados (FONSECA, 2002). Foi elaborado um roteiro com perguntas norteadoras para buscar atingir os objetivos da pesquisa.

Para organização e análise de dados foi utilizada a categorização temática da autora Minayo (2009) com as seguintes etapas: 1º Fase - exploratória; 2º Fase - trabalho de campo; 3º Fase - análise e tratamentos de materiais empíricos e documentais.

Na primeira fase foi realizada a organização e preparação para ir ao campo escolhido; na segunda fase o conhecimento teórico foi levado para a prática, para poder estabelecer o material a ser analisado, por meio de entrevistas. Na terceira fase, na análise e tratamento do material empírico e documental, houve a interpretação dos dados e verificação dos resultados das entrevistas com o auxílio do suporte teórico. Esta terceira etapa foi dividida em três procedimentos: ordenação dos dados obtidos, classificação dos

dados e a análise (MINAYO, 2009) surgindo as seguintes categorias de análise: Aproximação e envolvimento do enfermeiro com as PICS; Vivência prática das PICS no âmbito do trabalho do enfermeiro; Desafios na implementação das PICS no universo do trabalho do enfermeiro.

Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa esteve de acordo com as resoluções 466/12 (BRASIL, 2012) e 510/16 (BRASIL, 2016) e foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade do Vale do Jaguaribe por meio da Plataforma Brasil, sendo aprovada em dezembro de 2020, com o número de parecer: 4.483.524.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e o Termo de Autorização para Gravação de Voz. A divulgação dos resultados está sendo feita de forma a não identificar os participantes.

Os dados coletados foram, ao final da pesquisa, armazenados em meios digitais seguros estando sob a responsabilidade dos pesquisadores. Os participantes não tiveram gastos com o estudo e foi garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar danos – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – caso necessário.

O estudo foi realizado no município de Beberibe-Ce, nas seguintes unidades de saúde vinculadas a Secretaria de Saúde: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com 02 enfermeiras, e Unidade Básica de Saúde localizada no litoral com 01 enfermeira, totalizando 03 enfermeiras que trabalham na área das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

De acordo com os dados coletados, após a análise minuciosa dos discursos, foram estabelecidas as seguintes categorias temáticas: *Aproximação e envolvimento do enfermeiro com as PICS; Vivência prática das PICS no âmbito do trabalho do enfermeiro; Desafios na implementação das PICS no universo do trabalho do enfermeiro.*

Os pseudônimos foram escolhidos com base na personalidade de cada enfermeira entrevistada. São nomes de flores utilizadas na aromaterapia através de óleos essenciais, florais, incensos, chás que compõe as práticas integrativas e complementares em saúde.

O jasmim tem ação estimulante e relaxante; a lavanda possui ações calmantes e revigorantes e a camomila, ações calmantes (SACCO; FERREIRA; SILVA, 2015; BORGES et al.,2020; CARVALHO, 2019).

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº971, de 03 de maio de 2006**. Brasília, 2006.

CARVALHO, Camila Regina Silva de. **Potencial antioxidante e teor de compostos fenólicos dos chás de hortelã (*Mentha spicata*), camomila (*Matricaria chamomilla*) e capim-cidreira (*Cymbopogon citratus*)**. Monografia apresentada ao Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Biotecnologia. PATOS DE MINAS – MG JULHO DE 2019 Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/225487127.pdf> Data de acesso: 08 de maio de 2021.

EVANGELISTA Carla Braz; LOPES Maria Emilia Limeira; COSTA Solange Fatima Geraldo da; BATISTA Patrícia Serpa de Souza; BATISTA Jaqueline Brito Vidal; OLIVEIRA Amanda Maritsa de Magalhães: Cuidados paliativos e espiritualidade: revisão integrativa da literatura, **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.69, n.p. n.3, 2016. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000300591&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 12 abril 2021.

FISCHBORN Aline Fernanda; MACHADO Juliane; FAGUNDES Naele da Costa; PEREIRA Natália Medeiros. A política das Práticas Integrativas e Complementares do SUS: O relato de experiência sobre implementação em uma unidade de ensino e serviço de saúde, **Cinergis**. [s.l], v.17, n.p, n.4,2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8149>. Acesso em: 21 mar 2020.

FONSECA 2002, João José Saraiva da Fonseca. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DO DESMAME PRECOCE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Nayane Tavares Gomes⁴ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: naytavares222@gmail.com), Emanuelle Sampaio Almeida Pinto⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: emanuelleprof@fvj.br).

RESUMO

O desmame precoce é bastante frequente e um dos maiores dilemas dos profissionais que trabalham com aleitamento materno. Esse estudo tem como objetivo analisar bibliograficamente a assistência de enfermagem na manutenção do aleitamento materno para prevenção do desmame precoce. É uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo de abordagem qualitativa através de uma revisão sistemática da literatura. O levantamento dos artigos científicos foi realizado no período de outubro e novembro de 2020 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs); base de dados da enfermagem (BDENF) e na biblioteca Scientific Electronic Library (SciELO), utilizando os descritores: desmame precoce, profissionais de enfermagem e aleitamento materno. Desses foram selecionados 15 artigos que atenderam aos critérios de inclusão para leitura na íntegra. Os resultados mostraram que existe um déficit na qualidade da assistência de enfermagem em relação ao aleitamento materno, e que o desmame precoce ainda é algo muito recorrente. É recomendável o aperfeiçoamento nas práticas de educação permanente, para desenvolver um fortalecimento do serviço prestado à nutriz e contribuir com a diminuição das taxas de desmame precoce.

Palavras-chave: Desmame. Profissionais de Enfermagem. Aleitamento materno.

INTRODUÇÃO

O desmame precoce é um dilema frequente no Brasil e no mundo. O profissional de enfermagem tem um papel importante diante da amamentação. É fundamental que o enfermeiro atue desde a orientação durante as consultas de pré-natal até o período em que essa mulher está a amamentar. É essencial que se favoreça a continuidade do aleitamento, para a mulher, para o bebê e para toda a família. O aleitamento materno é indicado como exclusivo por seis meses e complementado até os dois anos ou mais. No Brasil, sabe-se que apesar de todos os estudos provando os benefícios da amamentação, a maioria das crianças não é amamentada até os dois anos e não recebem o leite materno de forma exclusiva até os seis meses (BRASIL, 2015; FERREIRA et al., 2018). O desmame precoce interfere no processo de crescimento e desenvolvimento das crianças, sendo uma das causas de aumento das taxas de morbimortalidade infantil, por isso que o mesmo é considerado como um dos problemas de saúde pública (BRASIL, 2015). Desse modo, esta revisão sistemática tem por objetivo analisar bibliograficamente a assistência de enfermagem na manutenção do aleitamento materno para prevenção do desmame precoce.

MARCO TEÓRICO

A assistência prestada pelos profissionais de saúde em relação às ações de promoção do aleitamento materno é um fator imprescindível para a continuidade da amamentação, visto que, existem inúmeros fatores que contribuem para o desmame precoce. Além disso, o aleitamento é considerado pelo governo brasileiro como uma das estratégias para reduzir a mortalidade infantil (GUIMARÃES et al., 2018; MONTESCHIO et al., 2015). A amamentação possibilita a redução de mortes infantil, protege contra diarreia, evita

infecções respiratórias, diminuem os riscos de alergia, de hipertensão, colesterol alto, diabetes, reduz a chance de obesidade e contribui para um melhor desenvolvimento cognitivo da criança. Para a nutriz, a amamentação vai possibilitar a redução na prevalência de câncer de mama, câncer de ovário, câncer de útero, auxilia na perda de peso ganho na gravidez, tem influência na involução uterina pós-parto e proporciona melhorias na saúde física e mental da mãe. Além disso, é um excelente método anticoncepcional nos primeiros seis meses, desde que a amamentação seja exclusiva e a mulher não tenha menstruado ainda (BRASIL, 2015). No entanto, a maioria das mulheres inicia o aleitamento materno, porém não dão continuidade e acabam optando por interromper o mesmo (GUIMARÃES et al., 2018). A prática da amamentação tem influência sobre aspectos socioeconômicos, culturais e psicológicos, principalmente os culturais. Concepções de “leite fraco”, “pouco leite”, “leite materno não mata a sede do bebê” justificam muitas vezes a introdução precoce de outros alimentos a dieta do recém-nascido (MONTESCHIO et al., 2015). Segundo Almeida, Luz e Ued (2015) algumas mães demonstram uma insatisfação com o apoio recebido pelos profissionais de saúde em relação ao aleitamento materno, algumas chegam a relatar que recebem informações escassas sobre a amamentação. As nutrizes alegam necessidades de um apoio ativo, que proporcione um incentivo para que elas possam se sentir mais confiantes. Para Monteschio, Gaíva e Moreira (2015), os profissionais da saúde fornecem apoio e incentivo à prática do aleitamento, porém algumas mães não seguem as orientações fornecidas e acabam por optar pelo desmame precoce. As ações de promoção, proteção e apoio do aleitamento materno são ações prioritárias, pois garantem melhorias na saúde e na qualidade de vida da criança, da mãe e de toda a família. É de fundamental importância que os profissionais da saúde, em especial o enfermeiro, conheça as dificuldades, as dúvidas e a realidade das nutrizes de modo a auxiliá-las para se ter uma lactação bem-sucedida (MONTESCHIO et al., 2015). O apoio prestado às nutrizes nesse momento é de fundamental importância para esclarecer as dúvidas, os anseios e auxiliá-las nas possíveis intercorrências que possam vir a acontecer (GUIMARÃES et al., 2018).

METODOLOGIA

Esta revisão integrativa percorreu seis etapas distintas, elencadas a seguir: 1) formulação da pergunta norteadora, 2) definição do objetivo da pesquisa; 3) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão das publicações, 4) busca na literatura, 5) análise crítica dos estudos selecionados e 6) apresentação e discussão dos resultados da revisão. A pesquisa dos artigos científicos foi realizada no período de outubro e novembro de 2020 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs); base de dados da enfermagem (BDENF) e na biblioteca Scientific Electronic Library (SciELO). Foram utilizados para seleção dos artigos os descritores: desmame precoce, profissionais de enfermagem e aleitamento materno, os mesmos estão disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Desse processo, foram selecionados 15 artigos científicos que obedeceram aos critérios de inclusão seguintes: artigos que abordassem a temática de acordo com os descritores citados, estudos publicados na língua portuguesa, artigos disponíveis na íntegra e eletronicamente gratuitos. Foram excluídos da amostra: artigos que não atendiam o objetivo do estudo, editoriais, cartas ao editor, teses e dissertações. Os períodos de publicação dos artigos selecionados foram os anos de 2008 a 2018, objetivando selecionar artigos científicos que tivessem interligados com os objetivos da pesquisa. Na perspectiva de responder à questão norteadora deste estudo, foi elaborada uma tabela como instrumento para orientar a coleta das informações contendo os seguintes itens: autoria, tipo de estudo, objetivo, metodologia, grupo amostral e resultados, constituída por 15 artigos selecionados após análise.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados obtidos mostram que existe um déficit na qualidade da assistência de enfermagem em relação ao aleitamento materno, que o desmame precoce ainda é algo muito recorrente, e que isso pode estar relacionado com a ausência de atualização sobre o aleitamento materno, o que faz com que haja uma redução da capacitação técnica do profissional. Diante disso, sugere-se mais aperfeiçoamento dos profissionais enfermeiros nas práticas de educação permanente, para desenvolver um fortalecimento do serviço prestado à nutriz e contribuir com a diminuição das taxas de desmame precoce. Vale ressaltar, que o comprometimento do profissional de enfermagem com aleitamento materno só será efetivo se houver o empenho das nutrizes, da família, da sociedade e do Estado através das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. M.; LUZ, S. A. B.; UED, F. V. Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura.: revisão integrativa da literatura. Revista Paulista de Pediatria, [s.l.], v. 33, n. 3, p. 355-362, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1016/j.rpped.2014.10.002>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v33n3/0103-0582-rpp-33-03-0355.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar (Cadernos de Atenção Básica, n. 23). Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.
- FERREIRA, H. L. O. C. et al. Fatores Associados à Adesão ao Aleitamento Materno Exclusivo. Ciência & Saúde Coletiva, [s.l.], v. 23, n. 3, p. 683-690, mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018233.06262016>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000300683. Acesso em: 13 abr. 2020.
- GUIMARÃES, C. M. S. et al. A autoeficácia na amamentação e a prática profissional do enfermeiro. Revista de Enfermagem Ufpe On Line, Recife, v. 12, n. 4, p. 1085-1090, 4 abr. 2018. Revista de Enfermagem, UFPE Online. <http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963-v12i4a230736p1085-1090-2018>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-970724>. Acesso em: 23 out. 2020.
- MONTESCHIO, C. A. C.; GAÍVA, M. A. M.; MOREIRA, M. D. S. O enfermeiro frente ao desmame precoce na consulta de enfermagem à criança. Revista Brasileira de Enfermagem, [s.l.], v. 68, n. 5, p. 869-875, out. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680515i>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v68n5/0034-7167-reben-68-05-0869.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

INCIDÊNCIA E EVOLUÇÃO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID-19 EM IDOSOS ACIMA DE 70 ANOS NO MUNICÍPIO DE RUSSAS-CE

Jorge Luis Maia de Andrade (Aluno do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: maiajorge96@gmail.com), Carla Nadja Santos de Sousa (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

Introdução: a música sempre foi uma constante na vida do homem e, por isso mesmo, é tão antiga quanto a humanidade. Desse modo, foi usada na antiguidade por motivações mágico-religiosas, inclusive como instrumento de cura. **Objetivo:** refletir sobre os efeitos da música nos sinais vitais, dor e ansiedade e sua utilidade como cuidado de enfermagem aos pacientes hospitalizados. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura que consiste na análise ampla de estudos publicados que possibilitam discussões sobre métodos e resultados de pesquisas permitindo a realização de uma análise de vários tipos de delineamentos de pesquisas sobre uma determinada temática. **Resultados e Discussão:** Os cuidados prestados aos pacientes internados exigem uma abordagem compreensiva e multimodal. Diante desse cenário, a música mostrou-se um recurso terapêutico não farmacológico eficaz, tanto no manejo da ansiedade, alívio da dor, bem como na redução da pressão arterial, pulso e frequência respiratória no contexto hospitalar. **Considerações Finais:** A discussão sobre do uso da música como ferramenta terapêutica auxiliar nos processos de enfermagem é bastante promissora, haja vista os resultados obtidos sobre sua influência positiva nos sinais vitais, dor e ansiedade, bem como a importância da promoção de uma assistência humanizada, universal, integral e resolutiva para os pacientes que necessitam de cuidados hospitalares.

Palavras-chave: Musicoterapia; Cuidados de enfermagem; Sinais Vitais

1 INTRODUÇÃO

A música sempre foi uma constante na vida do homem e, por isso mesmo, é tão antiga quanto a humanidade. Desse modo, foi usada na antiguidade por motivações mágico-religiosas, inclusive como instrumento de cura. Os primeiros relatos da música combatendo enfermidades foram encontrados em papiros médicos egípcios, milênios de anos antes de Cristo, os quais atribuíram ao encantamento da música uma influência na fertilidade da mulher, mas a prospecção deste trabalho como agente terapêutico de fato ocorreu a partir do século XVII quando se registrou uma preocupação em organizar a utilização da música para efeitos terapêuticos (FRANCO, RODRIGUES 2009).

Sendo assim, a música age em nosso organismo por meio da produção de endorfinas, a dissociação por meio da distração, pelo relaxamento muscular e pela associação decorrentes das imagens mentais que a música induz. Nosso cérebro responde a estímulos externos, sejam eles táteis, olfativos, visuais ou auditivos. Dessa forma, quando ouvimos algum barulho alto, o nosso cérebro associa isso a algum tipo de perigo, já estímulos calmos tendem a fazer com que haja o relaxamento e produção de endorfinas contribuindo para a redução da ansiedade, alívio da dor, bem como na redução da pressão arterial, pulso e frequência respiratória (SILVA *et al.*, 2017).

Diante do exposto, objetiva-se refletir sobre os efeitos da música nos sinais vitais, dor e ansiedade e sua utilidade como cuidado de enfermagem aos pacientes hospitalizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Há células sensitivas com cílios no ápice da membrana auditiva, as quais estão incrustadas nela. Então, quando esses cílios se inclinam durante o deslocamento da membrana, ocorre a liberação de uma substância química que é recolhida por uma fibra nervosa que conduz esse impulso para o cérebro. Quando o som chega ao cérebro, ele irá atuar no sistema límbico, especificamente no processo amigdalóide. Este por sua vez, envia uma mensagem para o hipotálamo que coordena a hipófise que libera o hormônio adrenocorticotrófico, esse circula na corrente sanguínea até chegar nas glândulas suprarrenais as quais, então, liberam o cortisol. (FRANCO, RODRIGUES 2009).

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura que consiste na análise ampla de estudos publicados que possibilitam discussões sobre métodos e resultados de pesquisas permitindo a realização de uma análise de vários tipos de delineamentos de pesquisas sobre uma determinada temática e seguindo as etapas de: investigação do problema, coleta e avaliação dos dados, análise e interpretação dos dados coletados e apresentação dos resultados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para conduzir a pesquisa, seguiu-se a seguinte pergunta norteadora: Como a música influencia os sinais vitais (frequência respiratória, frequência cardíaca, pressão arterial, dor) e como pode ser útil nos cuidados de enfermagem? O levantamento dos artigos científicos foi realizado durante os meses de setembro e outubro de 2020 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE/PubMed®); base de dados da Enfermagem (BDENF); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Foram utilizados para seleção dos artigos, descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): musicoterapia, enfermagem, sinais vitais e cuidados de enfermagem, em conjunto com o operador and para combinação dos descritores. A seleção dos períodos de publicação dos artigos foram os anos de 2016 a 2020, objetivando selecionar a produção científica da atualidade quanto à eficácia da música nos sinais vitais e dor em pacientes hospitalizados bem como a atuação do enfermeiro nesses cuidados.

A inclusão dos artigos no estudo ocorreu contemplando a adoção dos seguintes critérios: artigo disponível na íntegra, com a versão online de gratuita e produções nacionais e internacionais disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram excluídas da amostra: editoriais; cartas ao editor; teses; dissertações; artigos que não atendiam o objetivo de estudo proposto; artigos com método de revisão integrativa ou bibliográfica; além das publicações que se repetiram nas bases de dados.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados dos dados que corroboram com um estudo realizado por Lee *et al.* Composto por 172 pacientes realizado ainda em 2012 cujo resultado traz que houve diminuição nos parâmetros basais dos sinais vitais de pacientes em pós-operatório ambulatorial. Por questões dos critérios de inclusão o artigo agora citado não foi incluído na pesquisa, apenas trouxe a informação de que existem, ainda que poucos, estudos como esse com o objetivo de elucidar a possível eficácia do uso da música para essa finalidade.

Pacientes renais mostra que a utilização da música no período de hemodiálise, foi

bastante satisfatória em relação aos sinais vitais mensurados. Houve uma diminuição percentual significativa dos parâmetros de frequência respiratória e cardíaca dos pacientes estudados, mas a alteração dos valores da pressão arterial sistólica e diastólica foi percebida, mas não foi tão significativa quanto os parâmetros anteriores, segundo os próprios autores.

Isso vem trazer uma alternativa não farmacológica, podendo ser usada pela enfermagem que se vem se mostrando muito promissora para melhorar a qualidade do atendimento aos pacientes, bem como melhorar o bem estar do paciente e assim seu enfrentamento durante uma internação. A música afetou positivamente os pacientes estudados nesse estudo, pois os escores médios de ansiedade foram diminuídos sem qualquer uso de algum fármaco associado, fazendo o uso somente da intervenção musical no período estudado.

Sendo assim, essa pesquisa corrobora com outros estudos realizados apontando para a possibilidade de se contar com uma intervenção musical coadjuvante de baixo custo que possibilite maior bem-estar e qualidade de vida a esses pacientes. Os pacientes que experienciavam dor crônica mostravam-se incrédulos antes da audição musical, e que após a intervenção alegaram diminuição da dor após a audição, fato esse que corrobora para com o estudo em questão.

Em sintonia com esses estudos, Orak *et al* 2020, referiu que em sua pesquisa, a música reduziu significativamente as doses de drogas sedativas e analgésicas demandadas por pacientes que haviam se submetido a um procedimento cirúrgico. Os presentes artigos estudados sobre a utilização da música em relação a dor foram muito surpreendentes, pois os pacientes relataram uma diminuição dos escores médios usados no estudo foram bastantes significativos, principalmente por se tratarem de pacientes em pós-operatórios, fazendo menos uso de drogas analgésicas como citado mais acima.

O ser humano, ao vivenciar um processo de hospitalização passa por diversas mudanças estruturais e emocionais importantes envolvendo sensações, sentimentos, dores e incertezas a integrar a sua existência, impactando, direta ou indiretamente, sua qualidade de vida e recuperação (NETA *et al.*2019). A utilização da música como cuidado de enfermagem propicia o desenvolvimento de habilidades e novas formas de relacionamento com o outro, contribui para o aperfeiçoamento do processo comunicacional e rompe com os comportamentos que favorecem o embotamento afetivo e o isolamento social no momento de internação.

REFERÊNCIAS

Melo GAA, Rodrigues AB, Firmeza MA, Grangeiro ASM, Oliveira PP, Caetano JA. Intervenção musical sobre a ansiedade e parâmetros vitais de pacientes renais crônicos: ensaio clínico randomizado. Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.26 Ribeirão Preto, 2018. Disponível em:https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692018000100300&script=sci_arttext&tlng=pt

Ramos AFN, Tavares APM, Mendonça SMS. Controle da dor e de dispneia de pacientes com câncer no serviço de urgência: resultados da intervenção de enfermagem. Rev. Dor vol.18 no.2 São Paulo, 2017. Disponível em:https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-00132017000200166&script=sci_arttext&tlng=pt

Firmeza MA, Rodrigues AB, Melo GAA, Aguiar MIF, Cunha GH, Oliveira PP, Grangeiro ASM. Uso da música no controle da ansiedade em ambulatório de cabeça e pescoço: ensaio clínico randomizado. Rev. esc. enferm. USP vol.5 São Paulo, 2017. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342017000100404&script=sci_abstract&tlng=pt

Franco M, Rodrigues A.B. A música no alívio da dor em pacientes oncológicos. Rev. Einstein vol.7, no.2 São Paulo, 2009. Disponível em: <http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/842-Einsteinv7n2p147-51.pdf>

Souza Marcela Tavares; Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, v. 8, n. 1 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-

COVID-19: ANÁLISE DE CASOS CONFIRMADOS EM ENFERMEIROS NO VALE DO JAGUARIBE – CE

Jannyle Gadelha Santos⁴ (Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: jannylegadelhasantos@hotmail.com), Carla Nadja Santos de Sousa⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

O novo coronavírus SARS-CoV-2 que causa COVID-19 foi descoberto em Wuhan, China, em dezembro de 2019 e dispersou-se em todo o mundo, propagando-se rapidamente entre as pessoas. Em 26 de fevereiro de 2020, o Brasil confirmou seu primeiro caso de COVID-19. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo geral analisar os casos confirmados de COVID-19 em enfermeiros do Vale do Jaguaribe – CE e verificar a faixa etária e sexo desses sujeitos que testaram positivo para COVID-19 nessa região. Trata-se de um estudo descritivo, observacional, epidemiológico, fundamentado a partir de dados secundários extraídos do site *Integra SUS*, criado pelo Governo do Estado do Ceará, o qual possui acesso gratuito de forma online. Após isso, os dados foram agrupados no Microsoft Excel®, no qual foi realizada a análise estatística descritiva (frequência absoluta e relativa). A população desse estudo são enfermeiros que foram infectados com COVID-19 na região do Vale do Jaguaribe – CE, mostrando-se um total de 80 profissionais infectados. A predominância se deu ao sexo feminino, com 67 infectados. Quanto à faixa etária mais afetada, mostrou-se que 25% dos casos se deram em profissionais de enfermagem entre 25 a 29 anos. Assim como ocorre no cenário mundial, a infecção pela COVID-19 na região do Vale do Jaguaribe - CE configura-se como um obstáculo para a melhoria da saúde pública.

Palavras-chaves: Coronavírus. COVID-19. Enfermeiros. Profissionais de Enfermagem. Infecção.

INTRODUÇÃO

É importante mencionarmos que com o constante aumento dos casos por COVID-19, os enfermeiros acabaram ficando mais expostos, tendo em vista que possuem uma longa jornada de trabalho e também por trabalharem diretamente em contato com as pessoas e por conseguinte, com o vírus. Pensando nessa possibilidade de medida de proteção, escolhidas por alguns profissionais, quando se referem a chegada do novo coronavírus no começo do ano de 2020, que até então era um vírus novo e desconhecido para todos e que os enfermeiros tiveram que se afeiçoar a novos hábitos de trabalho com o uso de EPI's mais especializados e eficazes em relação a contaminação e disseminação do vírus entre os profissionais e os pacientes (ALVES; FERREIRA, 2020). Nesse sentido, foi essencial que novas normas de proteção fossem criadas para os enfermeiros. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar os casos confirmados de COVID-19 em enfermeiros do Vale do Jaguaribe – CE e verificar faixa etária e sexo de enfermeiros que testaram positivo para COVID-19 nessa região.

MARCO TEÓRICO

O novo coronavírus SARS-CoV-2 que causa COVID-19 foi descoberto em Wuhan, China, em dezembro de 2019 e dispersou-se em todo o mundo, propagando-se rapidamente entre as pessoas. A maioria das pessoas que apresentavam o novo coronavírus são assintomáticas e as demais, que apresentavam sintomas, geralmente precisavam de atendimento hospitalar, por indicarem agravamentos destes sintomas. Em 26 de fevereiro de 2020, o Brasil confirmou seu primeiro caso de COVID-19, tornando-se o primeiro país da América do Sul a ter o primeiro caso comprovado, sendo esse primeiro caso acontecido no estado de São Paulo. O estado do Ceará, logo no início da pandemia, apresentou uma situação preocupante, tendo em vista, que

ainda se tratava de uma situação desconhecida e inesperada por todos, onde não tinha recursos suficientes para o enfrentamento dessa pandemia, entretanto, a rede pública de saúde, apesar de toda a dificuldade encontrada, continuou os atendimentos de rotina juntamente com o atendimento aos pacientes vítimas de COVID-19. O Vale do Jaguaribe está entre as regiões com menos casos de COVID-19 no estado do Ceará, essa situação causou a união das secretarias de saúde das cidades inclusas nessa região para juntos combaterem a doença. Tendo em vista que a cidade de Jaguaribe, foi onde ocorreu o primeiro caso confirmado por COVID-19 na região no mês de março de 2020 (BRASIL, 2020a).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, observacional, epidemiológico. O local escolhido para extração dos dados secundários foi a Região do Vale Do Jaguaribe - CE, que é composta por 15 municípios. A população do estudo foi formada por casos confirmados de Covid-19, em enfermeiros que exercem sua profissão no Vale do Jaguaribe - CE, no intervalo entre os meses de março a novembro de 2020, os dados encontram-se disponibilizados no site do Governo do Ceará, especificamente no *Integra SUS* – Transparência da Saúde do Ceará (<https://indicadores.integrasus.saude.ce.gov.br>). Foi estipulado esse período, visto que o primeiro caso notificado para Covid-19, em cidades da Região do Vale do Jaguaribe - CE, ocorreu em meados do mês de março de 2020 e que a última atualização foi realizada no dia 30 de novembro, até o momento em que foi realizada a coleta para realização deste estudo. A extração dos dados secundários foi realizada no dia 30 de novembro de 2020 no site do *Integra SUS*, data de última atualização antes da coleta de dados. Em seguida, os dados foram reunidos no Microsoft Excel®, sendo feita a análise estatística descritiva (frequência relativa e absoluta). O estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde, visto que os dados secundários foram colhidos através de uma plataforma de domínio público com acesso gratuito, conforme preconiza as Resoluções nº. 510/16 e nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o instante da arrecadação de dados, foram listados 16.551 casos confirmados por COVID-19 nas cidades que compõem a região do Vale do Jaguaribe, no qual 80 dos casos confirmados são em profissionais de enfermagem e encontravam-se na faixa etária de 20 a 64 anos, com um total, por sexo, de 67 em mulheres e 13 em homens (BRASIL, 2020a). Ao analisarmos os dados segundo faixa etária, percebeu-se uma ampla faixa etária, que variou entre 20 – 64 anos, porém 25% dos casos confirmados foram em profissionais com idade entre 25 – 29 anos, seguido pelas faixas etárias de 30-34 anos e 35-39 anos com 20% cada. Estudos realizados por Duprat e Melo (2020); Araújo et al. (2020), corroboram com os resultados encontrados nesta pesquisa, pois mostram que houve uma maior predominância de COVID-19 em enfermeiros de idade entre 30-39 anos. A justificativa para esses dados se dá ao saber que a categoria de profissionais de enfermagem é bastante nova e que cada vez mais está em constante rejuvenescimento. Analisando esses dados podemos notar a maior predominância no sexo feminino, quando comparado ao sexo masculino, pois aproximadamente 84% dos casos confirmados de COVID-19 em enfermeiros foram em profissionais do sexo feminino e apenas 16% foram do sexo masculino. Estudos mostram que profissionais de enfermagem do sexo feminino foram as mais acometidas pelo novo coronavírus, sendo cerca de 77,49% dos infectados (ARAÚJO et al., 2020; DUPRAT; MELO, 2020). No que concerne o maior acometimento de casos notificados em pessoas do sexo feminino, quando se fala em enfermeiros, geralmente é associada a imagem ao público feminino, pois historicamente a saúde sempre foi muito feminilizada.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados apontados, observou-se que assim como ocorre no cenário mundial, a infecção pela COVID-19 na região do Vale do Jaguaribe - CE configura-se como um obstáculo para a melhoria da saúde pública, e que os enfermeiros, por estarem à frente dessa luta, tendem a ter uma grande exposição ao vírus. Analisou-se, ainda, que houve um avanço no número de enfermeiros contaminados, verificando-se que profissionais de sexo feminino e com a faixa etária mais jovem foram os mais afetados. O conhecimento sobre os casos confirmados de COVID-19 nos profissionais de enfermagem da Região do Vale do Jaguaribe, nos permite assentir o quanto esses profissionais se tornam vulneráveis diante de toda essa situação em que estamos vivenciando, salientando assim a importância e a necessidade de que estratégias sejam traçadas o quanto antes, para que os riscos de contaminação sejam reduzidos, como também os danos causados sejam os mínimos possíveis para os profissionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Júlio César Rabêlo; FERREIRA, Mayana Bonfim. COVID-19: REFLEXÃO DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO COMBATE AO DESCONHECIDO. **Enferm. Foco** 2020, Pojuca, v. 1, n. 11, p. 74-77, 2020. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/covid-19-reflexao-atuacao-enfermeiro.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ARAÚJO, Agostinho Antônio Cruz et al. COVID-19: analysis of confirmed cases in Teresina, Piauí, Brazil. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, [S.L.], v. 6, p. 1-9, 13 maio 2020. Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.26694/repis.v6i0.10569>>. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus**. 2020a. [Internet]. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 21 out. 2020.

DUPRAT, Irena Penha; MELO, Géssyca Cavalcante de. Análise de casos e óbitos pela COVID-19 em profissionais de enfermagem no Brasil. **Rev Bras Saude Ocup**, 2020, São Paulo, v. 45, p. 1-7, ago. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbso/v45/2317-6369-rbso-45-e30.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

Integra SUS – Transparência da Saúde do Ceará. Governo do Estado do Ceará. **Integração das informações da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará**; 2020. [Internet]. Disponível em: <<https://indicadores.integrasus.saude.ce.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ENFERMAGEM NOS MÚLTIPLOS TRAUMAS E DESAFIOS VIVENCIADOS POR PACIENTES POLITRAUMATIZADOS NO SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Érica Vitória Alves Rocha¹ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: mariasophiams92@gmail.com), Emanuelle Sampaio Almeida Pinto² (Professora da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: emanuelleprof@fvj.br).

RESUMO

O politraumatismo advém de um evento traumático em que há grande desprendimento de energia, como quedas, acidentes de trânsito, entre outros. Os sentimentos vivenciados por pacientes traumáticos envolvem redução da qualidade de vida em geral. A enfermagem exerce um papel relevante com medidas rápidas e efetivas. O objetivo da pesquisa foi compreender a atuação do enfermeiro com pacientes politraumatizados, assim como os desafios vivenciados por esses pacientes nos serviços de urgência e emergência. Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. A coleta de dados realizou-se nas bases de dados: Scielo, Lilacs e Medline. Com estudos bibliográficos, longitudinais, exploratórios e descritivos, estudos de casos, estudos transversais publicados em inglês, espanhol e português, no período de 2010 a 2020, com descritores usando como referência o DeCS. Incluindo apenas artigos realizados em seres humanos com texto completo e gratuito com pacientes politraumatizados e enfermagem na urgência e emergência. Encontrou-se 256 arquivos, desses somente 13 estudos clínicos estavam qualificados para serem incluídos na amostra. O estudo evidenciou que a enfermagem exerce uma ação satisfatória no atendimento a pacientes politraumatizados em serviços de urgência e emergência. As principais ações realizadas pela enfermagem nestes casos foram: medidas de proteção, posicionamento adequado, aspiração de cavidades, colocação de sonda nasogástrica e vesical, assim como higiene e demais serviços. Percebeu-se que os desafios experimentados por esses pacientes estão atrelados às sequelas adquiridas pós-trauma, percepção dismórfica em decorrência das complicações pós-traumáticas, sentimentos de suscetibilidade e diminuição de movimentação.

Descritores: Atendimento de urgência. Emergências. Traumatismo múltiplo. Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A crescente demanda dos sistemas emergenciais e de urgência encontra-se relacionada a diversos fatores, tais como, aumento da violência, atual desestruturação da rede de atenção primária, crescimento populacional, entre outros (WEYKAMP et al., 2015).

O enfermeiro destaca-se pelas suas características holísticas, que lhe autorizam na execução de triagem no sistema de emergência imputar o discernimento pelo exame inicial do paciente, iniciar o alcance do diagnóstico, orientar o paciente para a esfera clínica competente, gerenciar o fluxo de atendimento, ter domínio próprio e conduzir os demais profissionais da equipe (MOURA et al., 2014).

No tocante às situações emergenciais, o politraumatismo sucede de uma circunstância traumática em que há grande liberação de energia, como quedas, acidentes de trânsito, atropelamentos e lesões por armas de fogo, entre outros fatores que originem graves lesões. Sua incidência tem preocupado pesquisadores e gestores, por gerarem impactos econômicos e sociais (CESTARI et al., 2015).

Nestas situações, o enfermeiro efetua uma atividade importante no processo assistencial. O profissional da emergência deverá proporcionar as condições de realização adequada dos serviços sendo imprescindível que o enfermeiro tenha consciência de seu papel e busque agir estabelecendo casos relevantes, mantendo o foco na execução das tarefas e não se deixar influenciar de modo tão direto pelos aspectos negativos observados durante a assistência realizada (LIMA, 2014).

Os enfermeiros enfrentam vários obstáculos na coordenação do cuidado nos serviços de emergência. Dentre esses obstáculos, pode-se citar: administração da superlotação, continuidade na qualidade da assistência e aplicação da liderança como recurso gerencial (SOUSA; RODRIGUES; BICALHO, 2020).

O objetivo do trabalho foi compreender a atuação do enfermeiro com pacientes politraumatizados, assim como os desafios vivenciados por esses pacientes nas ocupações de urgência e emergência.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou como sendo uma revisão integrativa da literatura do tipo quantitativo. Os descritores utilizados para seleção dos artigos foram: Atendimento de urgência, Emergências, Traumatismo múltiplo, Enfermagem. Incluíram-se estudos transversais, prospectivos, revisão da literatura; publicações de 2010 a 2021. Excluíram-se teses de mestrado, monografias, relatos de casos, entre outros. As bases de dados usadas foram: Scielo, Lilacs e Medline. Realizou-se leitura do título e resumo para seleção dos artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Scielo, foram registradas 18 publicações sem aplicação de filtros específicos. Após o uso de filtros, como: ano de publicação, encontraram-se somente 04 publicações. Estas foram analisadas pelo título e/ou resumo, selecionando todas (n = 04). Já na Lilacs/BVS, foram encontrados 115 artigos sem aplicação dos filtros. Após aplicação dos filtros: texto completo grátis e ano de publicação / assuntos principais: traumatismo diverso, enfermagem emergencial, enfermeiros, auxílios de enfermagem / português, inglês, espanhol, últimos dez anos) encontraram-se 15 registros. Destes, 10 artigos foram lidos integralmente sendo que destes 08 foram inseridos na amostra (n = 08). Na Medline, obtiveram as seguintes informações: 123 registros sem aplicação de filtros / 35 registros após filtros – texto completo grátis e últimos dez anos / 1 artigo selecionado pelo título (n = 01).

Somente 01 autor (7,6%) analisou exclusivamente os sentimentos dos pacientes nos serviços para politraumatizados. Em contrapartida, 05 autores (38,4%) enfatizaram sobre a assistência de enfermagem para indivíduos com múltiplos traumas. Quanto às técnicas utilizadas para avaliação de politraumatismo, somente 02 autores (15,3%) percorreram pontualmente. Já quanto à humanização no cuidado de enfermagem, 01 autor (7,6%) analisou a temática dita. Os demais estudiosos (04 autores) correspondentes a 31,1% da amostra explicaram sobre os seguintes assuntos: as repercussões dos politraumas, deficiências de qualificação profissional e reorganização dos setores de urgência e emergência.

Observou-se que as principais ações realizadas pela enfermagem nestes casos foram: medidas de proteção, posicionamento adequado, aspiração de cavidades, colocação de sonda nasogástrica e vesical, assim como higiene e demais serviços. Neste sentido, salientou-se a importância da SAE (Sistematização da Assistência de Enfermagem) para o desenvolvimento de uma avaliação clínica, classificação de risco e acolhimento do paciente politraumatizado nos serviços de urgência e emergência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações discorridas anteriormente, deduziu-se que a enfermagem exerce uma ação satisfatória no atendimento a pacientes politraumatizados em serviços de urgência e emergência. Além disso, percebeu-se que os desafios experimentados por esses pacientes estão atrelados às sequelas adquiridas pós-trauma, percepção dismórfica em decorrência das complicações pós-traumáticas, sentimentos de suscetibilidade e diminuição de movimentação.

Evidenciou-se a necessidade de mais estudos que identifiquem com detalhes os sentimentos vivenciados por pacientes politraumatizados nos atendimentos de urgência e emergência.

REFERÊNCIAS

CESTARI, Virna Ribeiro Feitosa; SAMPAIO, Luís Rafael Leite; BARBOSA, Islene Victor; STUDART, Rita Mônica Borges; MOURA, Bruna Bárbara Fernandes; ARAÚJO, Ana Rachel Cavalcante. Tecnologias do cuidado utilizadas pela enfermagem na assistência ao paciente politraumatizado: uma revisão integrativa. **Revista Cogitare Enfermagem**. Fortaleza/CE, v. 20, n. 4, p. 701 – 710, out/dez, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/40819/26632>. Acessado em: 02 de Outubro de 2020 às 17h23.

LIMA, Keilla Cristina de Oliveira Ferreira. **Cuidado do enfermeiro prestado ao indivíduo politraumatizado em unidade de emergência: uma revisão de literatura**. Artigo de Pós-graduação em Linhas de cuidado em enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173559/KEILLA%20CRISTINA%20DE%20OLIVEIRA%20FERREIRA%20LIMA%20-%20UE%20-%20TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 02 de Outubro de 2020 às 17h34.

MOURA, Maria do Amparo Alves de; WATANABE, Elenice Mutsuko Miyazato; SANTOS, Alessandra Teresa Ramos dos; CYPRIANO, Sandra Regina; MAIA, Luiz Faustino dos Santos. O papel do enfermeiro no atendimento humanizado de urgência e emergência. **Revista Científica de Enfermagem**. São Paulo/SP, v. 4, n. 11, p. 10 – 17, 2014. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/download/71/133>. Acessado em: 02 de Outubro de 2020 às 17h12.

SOUSA, Tatielly Ricarte; RODRIGUES, Julliana de Souza; BICALHO, Bianca Oyola. Enfermagem em atenção hospitalar (urgência e trauma): residência multiprofissional em saúde como experiência de atuação. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba/PR, v. 7, n. 3, p. 25113 – 25121, mar/2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/26196/20792>. Acessado em: 02 de Fevereiro de 2021 às 21h51.

WEYKAMP, Juliana Marques; PICKERSGILL, Caroline Silveira; CECAGNO, Diana; VIEIRA, Flávio Peraça; SIQUEIRA, Hedi Crecencia Heckler. Acolhimento com classificação de risco nos serviços de urgência e emergência: aplicabilidade na enfermagem. **Revista RENE**. Pelotas/RS, v. 16, n. 3, p. 327 – 336, mai/jun, 2015. Disponível em:

<http://periodicos.ufc.br/rene/article/download/2768/2150/>. Acessado em: 02 de Outubro de 2020 às 17h08.

QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM PROLAPSO DE ÓRGÃOS PÉLVICOS: REVISÃO INTEGRATIVA

Virgínia Fernandes Pereira⁴ (Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: virginiafernandes601@gmail.com), Ms. Fabianne Ferreira Costa Róseo⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: fabianneprof@fvj.com).

RESUMO

A condição debilitante relacionada ao prolapso de órgãos pélvicos exprime a necessidade de avaliação pelos profissionais de saúde ligados ao cuidado a mulher, porque provoca prejuízo no cotidiano, reduzindo o bem-estar sexual. Objetivou-se conhecer a qualidade de vida de mulheres com prolapso de órgãos pélvicos. Trata-se de uma revisão integrativa. Realizou-se levantamento bibliográfico de setembro a dezembro/2020, utilizando-se das bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde — LILACS e SciELO. Utilizaram-se os descritores: “Prolapso Uterino”, “Saúde da Mulher” e “Qualidade de Vida”. A busca das publicações incluiu janeiro de 2010 a dezembro de 2020. Selecionaram-se 4 artigos científicos, que obedeceram aos critérios de inclusão, artigos em português, disponíveis na íntegra, publicados entre 2010 e 2020, que tiveram como objetivo avaliar a qualidade de vida das mulheres. Os estudos abordaram a sobrevida das mulheres após prolapso, tratamento cirúrgico; utilização de terapêuticas, como o pressário vaginal, e fatores associados ao prolapso genital. Evidenciou-se que a qualidade de vida das mulheres com prolapso pélvico nos estádios mais avançados é afetada negativamente, enquanto aquelas submetidas ao procedimento clínico-cirúrgico apresentaram melhoria dos aspectos fisiológico e social. Idade, menopausa, número de gestações e paridade foram os fatores que mais causaram impacto na qualidade de vida. Faz-se necessário que o alcance da qualidade de vida passe pela adesão de estratégias que busquem inserir a mulher acometida em sua realidade, quebre tabus e crenças que atrapalham a reabilitação. Assim, formular ações amplas e fortalecer as ações em saúde multidisciplinares são pontos fundamentais na recuperação da qualidade de vida.

Palavras-chave: Prolapso de Órgãos Pélvicos. Educação em Saúde. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A assistência em saúde voltada a mulher consiste na associação de procedimentos e ações voltadas para o alcance da sua qualidade de vida e bem-estar. Sob a ótica do cuidado integral, a avaliação qualitativa acerca da saúde da mulher possibilita a identificação de agravos que permeiam sua rotina, possibilitando a construção de estratégias que abrangem a esfera social, psicológica, cultural e fisiológica. Define-se como prolapso o deslocamento de um órgão em sua posição anatômica habitual, promovendo alterações físicas, psicológicas e sociais das mulheres (MELO, 2019). O Prolapso de Órgãos Pélvicos reflete um importante agravo em saúde pública, afetando diretamente a qualidade de vida da mulher. Desse modo, esta revisão integrativa tem como objetivo conhecer a qualidade de vida de mulheres com prolapso de órgãos pélvicos.

MARCO TEÓRICO

A idade é um dos fatores preponderantes na avaliação do quadro estrutural e de qualidade de vida (VASCONCELOS, 2013). Quanto a prevalência dos casos, cerca de 22% das mulheres entre 18 e 83 anos apresentam algum tipo de disfunção. Esse número pode alcançar 30% em mulheres com idade superior a 50 anos. Ainda neste contexto epidemiológico, percebe-se um aumento na prevalência dos quadros de disfunções do assoalho pélvico nos últimos anos, alcançando 24% das mulheres e com perspectiva de crescimento cada vez mais acentuado

(MELO, 2019). Para fins de avaliação, é possível observar a existência de condições preexistentes que permeiam a etiologia do prolapso (ALVES, 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de Revisão Integrativa. A busca pelos estudos que constituíram esta revisão ocorreu entre os meses de setembro a dezembro de 2020. Utilizou-se a base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde — Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), usando os descritores: Prolapso Uterino, Saúde da Mulher e Qualidade de Vida. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra na língua portuguesa, que tiveram como objeto de investigação a qualidade de vida de mulheres com prolapso de órgãos pélvicos, publicados entre os anos de 2010 a 2020, gratuitos em acervo *online*. Após realizada triagem dos artigos, surgiu uma categoria temática intitulada como Prolapso Uterino: estratégias de enfrentamento do problema e melhoria da qualidade de vida. Destaca-se que este estudo não foi submetido ao sistema de Comitê de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde, devido ao fato de ter utilizado dados secundários de plataforma de domínio público com acesso gratuito.

RESULTADOS

A amostra final desta revisão foi constituída por 4 artigos científicos. Quanto à base de dados, os quatro artigos são da LILACS; em relação ao ano de publicação, um foi publicado em 2019 e três em 2020. Apesar de existir uma vasta literatura sobre qualidade de vida de modo geral, em se tratando de estudos voltados para a qualidade de vida de mulheres especificamente com prolapso de órgãos pélvicos, a literatura mostrou-se bastante escassa. É necessário evidenciar o caráter multiprofissional voltado para a mulher com prolapso de órgãos pélvicos. Cada profissional da saúde exerce um papel fundamental na construção do cuidado e da prestação da assistência adequada, visando preencher todas as necessidades.

3.1 Prolapso Uterino: estratégias para o enfrentamento do problema e melhoria da qualidade de vida

É preciso reconhecer a mulher em seu contexto social, cultural e biológico, tendo em vista que o reflexo da condição de prolapso se estende por todos estes campos. É de suma importância que se perceba o papel da musculatura pélvica na qualidade de vida da mulher (NOGUEIRA, 2019). O prolapso de órgãos pélvicos exprime a necessidade de avaliação constante pelos profissionais de saúde ligados ao cuidado, fornecendo as informações adequadas a cliente (ALVES, 2018). O profissional de saúde deve atuar como promotor da saúde por meio de uma abordagem educativa ampla, introduzindo na rotina da mulher as informações adequadas para a tomada de decisão e o reconhecimento assertivo do fator causal, construindo a linha de raciocínio clínico que favoreça a melhor conduta para a realidade de cada mulher (SORDI, 2019). A utilização de estratégias que visam estabelecer os parâmetros de qualidade de acordo com a opinião e visão da própria mulher (ALVES, 2018). Para quadros mais graves e que não respondem ao tratamento paliativo, a intervenção cirúrgica emerge como instrumento de fixação dos órgãos pélvicos e manutenção das funções orgânicas, é de suma importância construir uma anamnese assertiva, atrelada ao exame físico adequado e formulação das ações próprias a cada quadro, visando atuar na resolução do quadro patológico com a maximização dos resultados (SORDI, 2019). É necessário salientar a participação ativa da paciente em todo o processo, por meio do reconhecimento das necessidades e contextualização das etapas do processo clínico-cirúrgico, a fim de ampliar os benefícios para a mulher (MELO, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O prolapso de órgãos pélvicos emerge como importante agravo em saúde pública, ocasionando impactos de cunho psicológico, físico e social. Esta condição prejudica as relações afetivas, implicando inclusive na sexualidade da mulher. É necessário a identificação dos aspectos desencadeantes do processo patológico, bem como o reconhecimento do universo que rodeia a mulher, buscando compreender o cotidiano e estabelecendo as ações de maior impacto. A introdução de estratégias visando a melhoria da qualidade de vida da mulher exige a adoção de práticas e ações conjuntas na busca por melhores resultados. A utilização de ações educativas, instrumentos externos, questionários e escuta qualificada permitem a compreensão ampla do quadro de prolapso de órgãos pélvicos e a promoção da assistência adequada, respondendo aos anseios da mulher referentes a esta realidade. Contudo, faz-se necessário salientar a baixa disponibilidade de ensaios e estudos referentes ao tema, bem como a ausência do enfoque voltado para a percepção do profissional enfermeiro neste contexto. É de suma importância que o alcance da qualidade de vida passe pela adesão de estratégias que busquem inserir a mulher em sua realidade, bem como quebre tabus e crenças que atrapalham o processo de reabilitação. Assim, formular ações amplas de educação em saúde, encontro com grupos de mulheres, visitas, movimentos sociais e fortalecer as ações em saúde são pontos fundamentais na recuperação da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Débora Batista Araújo. Impacto do prolapso de órgãos pélvicos na qualidade de vida das mulheres de uma população brasileira. 2018. 56 f. **Monografia (Graduação em Enfermagem)** – Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/37897>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MELO, Célio Henrique de. Qualidade de vida após tratamento cirúrgico de prolapso de órgão pélvico em pacientes de ambulatório de referência no Amazonas. 2019. 94 f. **Dissertação (Mestrado Profissional em Cirurgia)** - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: < <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6969>>. Acesso em: 25 nov.2020.

NOGUEIRA, Indyara Neri Dias Barbosa. Avaliação da utilização do pessário vaginal na qualidade de vida de mulheres com prolapso de órgãos pélvicos atendidas em um ambulatório especializado. 2019. 50 f. **Monografia (Graduação em Enfermagem)** - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43598>. Acesso em: 25 nov.2020.

SORDI, Roseane Caroline. Qualidade de vida e fatores associados em mulheres com prolapso genital. **Medicina-Pedra Branca**, 2019. Disponível em: < <http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/7251>>. Acesso em: 25 nov.2020.

VASCONCELOS, Camila Teixeira Moreira; et al. Disfunções do assoalho pélvico: Perfil sociodemográfico e clínico das usuárias de um ambulatório de uroginecologia. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v.4, n.1, p. 1484-1498, 2013.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELO ENFERMEIRO NA IMPLANTAÇÃO DO PARTO HUMANIZADO: REVISÃO INTEGRATIVA

Daniele Holanda Sousa⁴ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: daniele.sousa@fvj.br), Fabianne Ferreira Costa Róseo⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: fabianneprof@fvj.br).

RESUMO

A enfermagem cumpre valioso papel na implantação do parto humanizado, tanto em determinantes intrínsecos quanto nos extrínsecos, os quais têm a possibilidade de trazer experiência prazerosa, positiva ou traumática, a partir da forma de atenção oferecida pelos profissionais da equipe à parturiente. Este estudo tem como objetivo conhecer os desafios enfrentados pelo enfermeiro na implantação do parto humanizado. Trata-se de um estudo de Revisão Integrativa, no qual o levantamento dos artigos científicos foi realizado durante o mês de novembro de 2020 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); base de dados da Enfermagem (BDENF) e; Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs), utilizando os descritores: parto humanizado, enfermeiro e desafio. Desse processo, foram selecionados 11 artigos científicos que obedeceram aos critérios de inclusão. Os estudos abordaram as dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro na implantação do parto humanizado, destacando a importância do cuidado de enfermagem integral e qualitativo à parturiente. Evidenciaram-se desafios que limitam o parto humanizado, dentre eles a infraestrutura, materiais e equipamentos, conhecimento técnico-científico e número de profissionais. Conclui-se que o enfermeiro busca atuar na prestação do cuidado à parturiente no processo de parto, porém enfrenta muitos desafios na implementação das técnicas não farmacológicas para o alívio da dor, ocasionando carga psíquica na prestação do cuidado à mulher.

Palavras-chave: Parto humanizado; Enfermeiro; Desafio.

INTRODUÇÃO

Parto humanizado vai além da tecnologia, é prestar ajuda de maneira holística e com princípios morais, conter condutas desnecessárias ou de risco para o binômio mãe-filho, respeitando o processo natural, e elaborar situações que atendam aos aspectos espirituais, psicológicos e sociais, pois as mulheres têm outras indispensabilidades, além do alívio da dor, como privacidade, apoio psicológico e autonomia (BRASIL, 2014). A assistência completa à mulher, da gestação até o parto, não depende somente da quantidade de tecnologias, mas também da postura ética e comportamental da equipe multidisciplinar, responsável em manter a parturiente segura, informada e confiante. Todo apoio prestado à mulher no trabalho de parto, parto e pós-parto, é essencial para a diminuição de possíveis traumas, tanto de sequelas físicas quanto psicológicas, tendo essas últimas, por sua vez, possibilidades de serem permanentes (ALVES, 2015; DAMACENO, 2015). Desse modo, esta revisão integrativa tem por objetivo conhecer os desafios enfrentados pelo enfermeiro na implantação do parto humanizado.

MARCO TEÓRICO

A oferta da implantação do parto humanizado depende de vários fatores, desde o conhecimento dos profissionais até o conhecimento da própria parturiente. Por isso é interessante que a equipe de enfermagem tenha capacidade e consciência da imensa importância que tem na vida de uma mulher em trabalho de parto (DAMACENO, 2015). Os

profissionais de saúde devem oferecer suporte afetivo, psicológico, físico-técnico e tecnológico, a fim de não serem necessários procedimentos invasivos e intervenções, a não ser que o processo apresente alguma irregularidade (ALVES, 2015; BRASIL, 2014). A empatia é um sentimento muito delicado no processo de humanização: colocar-se no lugar de outrem, tratar o outro como desejaria de ser tratado é imprescindível. Essa habilidade procede, principalmente, da natureza do profissional enfermeiro, e é o que faz a diferença dentre tantos profissionais (ALVES, 2015). A comunicação efetiva, portanto, é essencial para o empoderamento da parturiente, proporcionando uma parturição satisfatória e segura, através das orientações prestadas (PILER et al., 2019).

METODOLOGIA

Esta revisão integrativa percorreu seis etapas distintas, propostas por Souza, Silva e Carvalho (2010), elencadas a seguir: 1) *formulação da pergunta norteadora*; 2) *definição do objetivo da pesquisa*; 3) *estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão das publicações*; 4) *busca na literatura*; 5) *análise crítica dos estudos selecionados* e 6) *demonstração e discussão dos resultados*. O levantamento dos artigos científicos se deu no mês de novembro de 2020 e foram realizadas buscas nas seguintes bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): Base de dados da Enfermagem (BDENF), Literatura Latino-Americana e do Caribe (LILACS), biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando os descritores: parto humanizado, enfermeiro e desafio. Desse processo, foram selecionados 11 artigos científicos que obedeceram aos critérios de inclusão seguintes: artigos disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, que tiveram como objeto de investigação a implantação do parto humanizado por enfermeiros. O limite temporal foi de 2015 a 2020. Os títulos e resumos foram analisados e as produções que atenderam aos critérios de elegibilidade foram selecionadas para leitura do material completo. Na perspectiva de responder à questão norteadora deste estudo, foi elaborada uma planilha no Microsoft Excel, como instrumento para orientar a coleta das informações, contendo os seguintes itens: *autoria, título, tipo de estudo, base de dados, ano de publicação, objetivo, principais resultados e principais dificuldades encontradas*, constituída por 11 artigos selecionados após análise.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As principais dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro, de acordo com os artigos pesquisados, foram: estrutura física, modelo biomédico, número de profissionais insuficientes, falta de autonomia profissional, sobrecarga de trabalho, desconhecimento técnico-científico e indisponibilidade de materiais e equipamentos para o parto humanizado, influenciando na liberdade de escolha da posição do parto, além da proibição da entrada do acompanhante, quando se fala de precariedade estrutural. Isso leva ao aumento de intervenções invasivas, devido a deficiência de recursos físicos e insuficiência de profissionais. Ressaltou-se ainda que existe uma resistência nas parturientes que não colaboram com as recomendações feitas pelo enfermeiro, assim como também o desconhecimento ou falta de sensibilidade de alguns enfermeiros sobre a importância da humanização, influenciando negativamente na realização de um atendimento e acompanhamento humanizado de qualidade. O enfermeiro busca atuar na prestação do cuidado à parturiente no processo de parto, porém enfrenta muitos desafios na implementação das técnicas não farmacológicas para o alívio da dor e segurança da mulher, ocasionando carga psíquica no profissional enfermeiro, além da dificuldade no estabelecimento do vínculo e atitudes pautadas no diálogo entre profissional e puerpera.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cleidiane da Conceição. Humanização do parto a partir de métodos não farmacológicos para o alívio da dor: relato de experiência. **S A N A R e Suplemento: MOSTRA PET SAÚDE**, Ceará, v. 14, n. 2, p. 01-05, 2015. Disponível em <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/870>>. Acesso em: 11 março 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Humanização do parto e do nascimento / Ministério da Saúde. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 465 p.: il. – (Cadernos HumanizaSUS; v. 4). Disponível em: <http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf>. Acesso em: 12 março 2020.

DAMACENO, Dayara Cardoso. **A importância do parto humanizado: atenção da equipe de Enfermagem**. 2015. 13 f. TCC (Graduação) – Curso de Enfermagem, Faculdade de Colíder – Facider, Mato Grosso, 2015. Disponível em:< <https://silo.tips/download/a-importancia-do-parto-humanizado-atenao-da-equipe-de-enfermagem>>. Acesso em: 11 março 2020.

PILER, Adriana Aparecida et al. Fatores determinantes dos cuidados de enfermagem no processo de parturição. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**. Recife, v. 13, n.1, p. 189-205, jan. 2019. Disponível em < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1006433>>. Acesso em: 06 abril 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, Mar. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 novembro 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>.

Farmácia

AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE COLIFORMES TOTAIS E TERMOTOLERANTES DAS ÁGUAS DOS SISTEMAS DE DESSALINIZAÇÃO DO PROGRAMA ÁGUA DOCE EM RUSSAS/CE.

Rafael da Silva Loureiro ¹ (Aluno do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: rafael.loureiro@fvj.br), Anielle Torres de Melo ² (Professora da Faculdade Vale do Jaguaribe, e-mail: anielle.torres@fvj.br).

RESUMO

A água é um recurso natural indispensável não só para a vida humana, mas para todo o organismo vivo, porém ela não está livre de contaminações que podem deixá-la imprópria para o consumo. Por isso, indicadores microbiológicos têm sido utilizados para verificar a existência de contaminação fecal. A necessidade de informações sobre os indicadores de contaminação da água é de grande importância para o conhecimento da população no aspecto microbiológico para garantir qualidade de vida. Desta forma, este trabalho objetivou avaliar a qualidade da água proveniente de 6 dessalinizadores do município de Russas-CE. O estudo se tratou de uma análise experimental, em que foram coletadas amostras provenientes diretamente dos dessalinizadores. As amostras foram armazenadas em kits próprios para a coleta, identificadas e, posteriormente, enviados para análise. As amostras passaram por análises quantitativas de Coliformes Totais e *E. coli*. O método utilizado para a análise bacteriológica da água se deu por determinação quantitativa pela técnica de substrato Enzimático e os resultados foram expressos em Número Mais Provável (NMP). Os resultados mostraram que quatro, das seis amostras coletadas, encontram-se impróprias para o consumo por se apresentarem positivas para Coliformes Totais, tendo sido encontrado também a presença de *E. Coli* em duas delas. Somente duas amostras, das seis analisadas, atenderam os critérios microbiológicos de potabilidade. O monitoramento microbiológico dessas amostras é de suma importância por se tratar de um problema de saúde pública e uma questão sanitária onde pode vir a acarretar problemas de saúde para a população.

Palavras-chave: Contaminação fecal; Coliformes Totais; *Escherichia coli*.

INTRODUÇÃO

A água é um recurso natural indispensável não só para a vida humana, mas para todos os organismos vivos. É considerada segura para beber quando não apresenta contaminação microbiológica, química, física ou radioativa e está dentro dos limites de qualidade para vários parâmetros, como pH, turbidez, cor, sólidos suspensos totais e sólidos totais dissolvidos. No entanto, mais de um bilhão de pessoas não têm acesso a água tratada, incluindo 19 milhões de brasileiros (BRASIL, 2011).

Segundo Padilla et al (2015), a intensificação das atividades antrópicas está comprometendo as fontes hídricas disponíveis para consumo humano, com risco de infecções que são transmitidas pela água e são causadas por bactérias patogênicas e protozoários, estes últimos em sua maioria resistentes ao tratamento convencional de água. Entre a busca dos microrganismos no monitoramento da qualidade das águas existentes, em sua maior prevalência estão as bactérias

Amplamente distribuídos na natureza, os coliformes se propagam com maior frequência na água, especialmente, os coliformes termotolerantes, de origem fecal que têm tido grande atenção da saúde público sendo o motivo da maioria das infecções intestinais humanas conhecidas (YAMAGUCHI et al., 2013).

Visando diminuir as vulnerabilidades no que diz respeito ao acesso à água no Semiárido e garantir um acesso com água de qualidade e potável, atrelado às boas práticas de uso sustentável da água foi criado o Programa Água Doce (PAD), que é uma ação do Governo

Federal que visa estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano (BRASIL, 2020).

Atualmente, o programa conta com 811 sistemas de dessalinização já em operação. Ao todo são 252 sistemas no Ceará; 93 na Paraíba; 29 em Sergipe; 26 no Piauí; 87 no Rio Grande do Norte; 73 em Alagoas e 251 na Bahia (BRASIL, 2020).

METODOLOGIA

O presente estudo se tratou de uma Análise do tipo experimental e foi desenvolvido no perímetro urbano do município de Russas-CE. No estudo, foram realizadas coletas de amostras de água diretamente dos dessalinizadores, totalizando assim seis pontos de coleta, sendo os pontos 1, 2 e 3 públicos e os pontos 4, 5 e 6 particulares.

Foram coletadas amostras diretamente dos dessalinizadores, sendo uma amostra por dessalinizador, totalizando assim seis amostras. O período de coleta ocorreu de 04/03 a 18/03/2021, sendo realizada no período da manhã e tarde. As amostras dos pontos 1,2 e 6 foram coletados no período da tarde e os pontos 3,4 e 5 no período da manhã. As amostras foram obtidas em uma única coleta e todas foram coletadas pelo mesmo pesquisador. As mesmas foram coletadas por meio de coletores plásticos estéreis de volume padrão de 100 ml próprios do kit de análise.

Para evitar a contaminação da amostra no momento da coleta foi realizado uma higienização prévia através de um kit fornecido pela empresa que iria realizar as análises. O kit consistia em sabão líquido para a higienização das mãos antes da coleta, algodão, álcool 70%, hipoclorito de cálcio 150 ppm, o coletor estéril, saco plástico para armazenamento do frasco coletor e papel alumínio para revestir a tampa do frasco. O kit fornecido vinha acondicionado em caixa térmica, sob a temperatura de 2° a 8°C.

As amostras foram analisadas por uma empresa terceirizada contratada, onde passaram por análises quantitativas de Coliformes Totais e *E. coli*. O método utilizado para a análise bacteriológica da água se deu por determinação quantitativa pela técnica de substrato Enzimático (NMP), LQ: 1,0 e NMP/100mL (SMEWW, 2017).

Os dados foram quantificados por tabela estatística do Número Mais Provável - NMP. Após as análises dos dados, os mesmos foram expressos em forma de gráficos e tabelas.

O presente estudo não necessitou da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, pois se tratou de pesquisa experimental, sem a participação ativa de pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo mostrou que em relação à coliformes totais e *Escherichia coli*, as amostras apresentaram resultados positivos. A portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde determina que a água potável para consumo humano seja aquela sem coliformes totais e *Escherichia coli*, recomendando-se sua ausência em 100 ml e, por essa razão, algumas das amostras não podem ser consideradas próprias para consumo humano. O microrganismo utilizado que serve como parâmetro indicador de contaminação fecal em humanos e em animais é a *Escherichia coli*. (BRASIL, 2011).

Dentre as amostras analisadas para coliformes totais, os pontos de coleta 1, 2, 3 e 4 não atendem aos padrões de potabilidade da PRC nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Apenas os pontos 5 e 6 estão de acordo com os critérios de potabilidade.

Na análise para *Escherichia coli* os pontos 3 e 4 não atenderam aos parâmetros de potabilidade. Os demais pontos estão de acordo com os critérios vigentes de potabilidade para a mesma. Com base nos dados encontrados, e levando em consideração os parâmetros de potabilidade, foram encontrados resultados positivos nas amostras analisadas, indicando assim água imprópria para consumo humano.

A positividade dos 3 pontos públicos de coleta para Coliformes Totais pode decorrer do fato do mesmo está sob os cuidados do município onde possivelmente a fiscalização e manutenção

dos equipamentos é precária. No geral, abrangendo os 4 primeiros pontos, os mesmos correspondem aos bairros mais carentes do município, sendo que um dos pontos (ponto 4) apesar de ser particular se encontra no bairro mais carente do município com certo índice de criminalidade, podendo assim ter influência direta deste fator sobre a atenção dada a este ponto de coleta.

Outro fator importante pode estar relacionado ao fato de que a extração da água do solo para os dessalinizadores é muito próximo a residências onde há fossas sépticas, o que pode culminar na contaminação da água. Tal fato é agravado nos bairros mais carentes, onde predomina esgoto a céu aberto, aumentando assim as chances da contaminação estar relacionada a positividade das amostras

CONCLUSÕES

Conforme os parâmetros microbiológicos analisados, as amostras apresentaram resultado positivo para a presença de coliformes totais e fecais (*E. coli*). Conclui-se que apenas as amostras 5 e 6 se apresentaram compatíveis com os critérios de potabilidade e assim próprias para o consumo. As amostras 1, 2, 3 e 4 estão em desacordo com as recomendações estipuladas pela Portaria do Ministério da Saúde de nº 5, de 28 de setembro de 2017, necessitando, portanto, de tratamento prévio antes de serem fornecidas para consumo humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Dessalinizadores garantem água potável no semi árido no enfrentamento ao coronavírus.** 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2020/04/dessalinizadores-garantem-agua-potavel-no-semi-arido-no-enfrentamento-ao-coronavirus>>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Portaria 2.914, de 12 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.** Brasília, DF: Governo Federal, 2011.

GIL, A.I.; LANATA, C.F.; HARTINGER, S.M.; MÄUSEZAHN, D.; PADILLA, B.; OCHOA, T.J. et al. **Fecal contamination of food, water, hands, and kitchen utensils at the household level in rural areas of Peru.** J Environ Health. 2014;76:102-6. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24645420/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

YAMAGUCHI, MIRIAN & CORTEZ, LÚCIA & OTTONI, LILIAN & OYAMA, JULY. (2013). **Qualidade microbiológica da água para consumo humano em instituição de ensino de Maringá-PR.** O Mundo da Saúde. 37. 312-320. 10.15343/0104-7809.2013373312320. Disponível em: <http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/106/1827.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

“**9223 ENZYME SUBSTRATE COLIFORM TEST**”, Standard Methods For the Examination of Water and Wastewater, 23rd Edition, 2017. Método: 9223.

Intoxicação Medicamentosa em Crianças: Uma revisão de literatura

Marina Rebouças Brandão¹ (Aluna do Curso 101 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: marina.brandao@fvj.br), Anielle Torres de Melo² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: anielle.torres@fvj.br)

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, de caráter quantitativo, que apresenta as etapas de realização da pesquisa de coleta e análise de dados. Este projeto de pesquisa tem como objetivo relatar os casos de intoxicação medicamentosa em crianças, analisando os índices de intoxicação conforme o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológica (SINITOX). Intoxicação medicamentosa consiste em uma série de sinais e sintomas produzidos, quando um medicamento é ingerido, inalado, injetado ou entra em contato com a pele, olhos ou membranas mucosas em dose acima da terapêutica. De acordo com as estatísticas do SINITOX, o Brasil ocupa primeiro lugar nos casos de intoxicações em seres humanos, sendo os medicamentos o principal agente tóxico. O profissional farmacêutico deve atuar também nessas condições orientando sempre que possível os pais/responsáveis, tentando assim prevenir uma possível intoxicação medicamentosa.

Palavras-chave: Intoxicação medicamentosa, medicamento, Crianças, Sinais e Sintomas.

INTRODUÇÃO

Intoxicação medicamentosa consiste em uma série de sinais e sintomas produzidos, quando um medicamento é ingerido, inalado, injetado ou entra em contato com a pele, olhos ou membranas mucosas em dose acima da terapêutica. As intoxicações medicamentosas podem ser classificadas como agudas ou crônicas e cada droga apresenta um quadro de sinais e sintomas peculiares, de acordo com suas características específicas, incluindo a toxicocinética (MALAMAN, 2014). Já a farmacologia pediátrica é a ciência que estuda os medicamentos e os aspectos relacionados a estes na população infantil. Do ponto de vista farmacológico, a criança apresenta mecanismos farmacocinéticos e farmacodinâmicos próprios, que podem obrigar a modificações no regime posológico, na forma farmacêutica e/ou na via de administração utilizada, de forma a alcançar o efeito terapêutico desejado (GONZÁLEZ, 2016).

No processo de pesquisa clínica de novos medicamentos os pacientes pediátricos são excluídos do processo por questões éticas, legais e econômicas (SILVA, MOURA E PIVETTA, 2019). Como consequência, o uso dos medicamentos neste grupo é baseado em extrapolações e adaptações do uso em adultos (CARVALHO et al., 2008; MORAES et al., 2013; PAIM; MULLER, 2015).

Entre os países que mais consomem medicamentos, o Brasil ocupa a quinta posição, sendo o primeiro lugar da América Latina. O uso inadequado dos medicamentos e a automedicação podem trazer sérios danos à saúde, como as intoxicações medicamentosas. Dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), mostram que no Brasil, os medicamentos são os principais

agentes causadores das intoxicações, sendo as crianças as principais vítimas (FILHO; JUNIOR, 2013; NUNES et al., 2017).

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, de caráter quantitativo, que apresenta as etapas de realização da pesquisa de coleta e análise de dados baseado em Mendes, Silveira e Galvão (2008). A coleta de material bibliográfico foi realizada através das buscas, do levantamento dos artigos na literatura nas seguintes bases de dados: Scielo, Pubmed, Science, Literatura Latino-Americana e do caribe em ciência da saúde (LILACS), Sistema Nacional de Informações Tóxicos-Farmacológicas (SINITOX), com a finalidade de encontrar artigos publicados entre os anos de 2011 a 2021. Os descritores utilizados foram: Intoxicação infantil, intoxicação medicamentosa.

Como os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos: artigos completos e de acesso livre publicados em português, inglês e espanhol; artigos na íntegra que retratam a temática, artigos publicados e listados nos referidos bancos de dados nos últimos dez anos. Artigos publicados nos meses de janeiro a dezembro, entre os anos de 2011 a 2021. Como os critérios de exclusão estabeleceu-se para excluir os artigos:

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No Brasil a intoxicação se tornou um problema de saúde pública, com os medicamentos liderando as estatísticas epidemiológicas, ultrapassando a fome e o câncer (MOURA, SILVA E PIVETTA, 2019). É de extrema importância a investigação dos casos de intoxicação para uma intervenção preventiva dos profissionais de saúde e uma vigilância rigorosa, com a intenção de diminuição dos casos (ALCÂNTARA et al., 2016). De acordo com as estatísticas do SINITOX, o Brasil ocupa primeiro lugar nos casos de intoxicações em seres humanos, sendo os medicamentos o principal agente tóxico. Em todo o país nota-se que maioria de casos apresentados são de crianças de 1 a 4 anos de idade com 3.730 registros por intoxicação medicamentosa.

A sociedade moderna enfrenta o uso indiscriminado de medicamentos e de suas associações, aumentando os eventos adversos e a toxicidade, já que eles estão associados a uma parcela significativa dos casos de intoxicação (TAVARES, BALLANI, BURIOLA, OLIVEIRA E SANTOS, 2013). Os medicamentos possibilitam solucionar vários problemas de saúde, melhorando a qualidade e aumentando a expectativa de vida dos indivíduos, mas também têm contribuído para o aumento dos custos em saúde, com o surgimento de agravos a ela (TAVARES, 2013).

A intoxicação medicamentosa é um caso de saúde pública, em crianças é uma das mais frequentes emergências toxicológicas na saúde. Uns dos principais fatores que auxiliam na intoxicação infantil é há dificuldade em acesso a saúde, a facilidade em comprar medicamentos, indicações de medicamentos por familiares e amigos que desconhecem a periculosidade de tal atitude ou até mesmo expõem medicamentos ao alcance das crianças (SILVA, MOURA e PIVETTA, 2019).

Segundo o Sistema Único de Saúde entre 2003 e 2012 (Figura 4), ocorreram 17.725 internações por intoxicação medicamentosa em menores de 5 anos de idade. Crianças de 2 anos (24,3%) e do sexo masculino (52,9%) representaram o maior

número de internações. A UTI foi utilizada em 7,3% dos casos. Internações em estabelecimentos públicos (46,3%) e de residentes na Região Sudeste (46,7%) aconteceram em maior número. A relação óbito/internação foi de 0,4%.

REFERÊNCIAS

ADRIANA, R.S; JÉSSICA, M. A. M; LUANA, F. P. Intoxicação Medicamentosa Infantil. Brazilian Journal of Development. 2020 Jan.

Fatores associados á intoxicação infantil – Esc Anna Nery 2013 jan-mar;17; Tavares EO, Buriola AA, Santos JAT, Ballani TSL, Oliveira MLF.

ALCANTARA, A; DENILCE; VIEIRA, E.S; LUIZA, J; ALBURQUERQUE, M; VERA, L. Intoxicação medicamentosa em criança, Revista Brasileira em Promoção da Saúde 2016; MATOS G. C; ROZENFELD, S; BORTOLETTO, M, E.

MARTA, C.L.S.M; CLAUDIA, G.S.O.C; CARLA, L.T.A. Demografia, óbitos e indicadores de agravamento nas internações por intoxicações medicamentosas entre menores de 5 anos no Brasil. Revista brasileira de epidemiologia. 2020.

A Importância da Atenção Farmacêutica aos Pacientes com Diabetes Mellitus.

Maria Ivonete da Silva¹ (Aluna do Curso 101 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: maria.ivonete@fvj.br), Bruno de Castro Amoni² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: bruno.amoni@fvj.br)

RESUMO

A diabetes mellitus (DM) é uma patologia crônica degenerativa, caracterizada pelo déficit da insulina. As causas do DM não são totalmente conhecidas, podendo ser ambientais, biológicas e genéticas. O diagnóstico de DM é feito através de exames laboratoriais, como teste da glicemia em jejum, teste da glicemia duas horas após a sobrecarga oral (TOTG) e teste da hemoglobina glicada. O tratamento para o controle metabólico em indivíduos diabéticos resume-se em intervenção medicamentosa ou não medicamentosa. Sendo assim surgiu da Assistência Farmacêutica um ramo denominado Atenção Farmacêutica (AF), a qual o farmacêutico procura melhorar o bem-estar dos pacientes. Por tanto, essa pesquisa tem o objetivo de avaliar a vantagem da atenção farmacêutica frente ao tratamento do paciente diabético. Para compor esta pesquisa foi realizada uma busca nos bancos de dados Scielo, MEDLINE, LILACS, através da BVS, onde foram utilizados para análise 6 referências. Os resultados da pesquisa mostraram que o acompanhamento farmacêutico tem efeito positivo nos resultados clínicos e laboratoriais. Através da análise dos artigos concluiu-se que a atenção farmacêutica proporciona ao paciente uma melhora na qualidade de vida dos pacientes diabéticos.

Palavras-chave: Diabetes mellitus. Assistência farmacêutica. Atenção farmacêutica.

INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus (DM) é uma patologia crônica degenerativa, caracterizada pelo déficit da insulina, onde o organismo não a fornece o suficiente para controlar a taxa de glicemia ou não produz a insulina para controlar a hiperglicemia persistente. A insulina tem um papel muito importante para transformar a glicose em energia, onde vai ser usada ou armazenada pelo corpo para as funções vitais e para todo o funcionamento do organismo (SBD, 2016).

As causas do DM não são totalmente conhecidas, podendo ser ambientais, biológicas e genéticas (SBD, 2019). Segundo as referências do caderno de saúde pública a poliúria, polidipsia e polifagia são manifestações clássicas do DM. O diagnóstico do DM é feito através de exames laboratoriais que são caracterizados, por taxas diferentes da normalidade: “com a glicemia de jejum ≥ 126 mg/dL, glicemia 2 horas após a sobrecarga oral (TOTG) ≥ 200 mg/dL e hemoglobina glicada (HbA1c) $\geq 6,5\%$ “(BRASIL, 2013).

O tratamento para o controle metabólico em indivíduos diabéticos resume-se na intervenção medicamentosa ou não medicamentosa. Na intervenção não medicamentosa compreende as mudanças de hábito, inserindo ao cotidiano atividades físicas, alimentação equilibrada e etc. Já a intervenção medicamentosa atribui-se ao uso de insulina ou antidiabéticos orais com o intuito de atingir a

normalização da glicemia, tornando assim o acompanhamento de um profissional necessária (COSTA et al., 2011).

O farmacêutico possui uma função essencial na promoção, na prevenção e no tratamento do paciente diabético. Sendo assim surgiu da Assistência Farmacêutica um ramo denominado de Atenção Farmacêutica (AF), a qual um profissional procura melhorar o bem-estar dos pacientes, através de condutas objetivando minimizar o numero de falhas com medicação, sucedendo a efetividade do tratamento (OLIVEIRA, 2016). Por tanto, o objetivo desse trabalho é avaliar a vantagem da atenção farmacêutica frente ao tratamento do paciente diabético.

METODOLOGIA

O trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura de caráter qualitativo. Sua finalidade é obter conhecimentos através de pesquisa bibliográfica e em estudos documentais, para desenvolver a temática.

O levantamento do material bibliográfico foi sucedido sob a coleta de dados em artigos científicos nacionais. Toda a pesquisa foi realizada nas bases especializadas Scielo, MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line) e LILACS (Literatura Latina-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, através da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) por meio dos seguintes descritores: atenção farmacêutica, assistência farmacêutica, diabetes mellitus, na língua portuguesa. Em todas as bases de dados foram combinados os descritores com operador booleano AND formando diferentes estratégias de busca.

Foram incluídos na pesquisa, artigos que abordaram a assistência e atenção farmacêutica feitos em seres humanos com diabetes mellitus, publicados entre 2011 até 2021, no idioma português. Foram considerados artigos originais.

Os estudos que não preencherem os critérios de inclusão irão ser automaticamente excluídos da pesquisa, bem como os artigos de revisão, editorial, discussão, artigos que não possuíam resumos, estudos realizados em animais e títulos que não associavam a atenção farmacêutica ao diabetes mellitus.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em um estudo de caso realizado em um Centro de Saúde na cidade de João Pessoa-PB, Brasil, observou uma paciente com 64 anos, do sexo feminino, portadora de DM e Hipertensão Arterial (HA), polimedicada, constatou-se que a atenção farmacêutica a paciente permitiu a educação em saúde, resolvendo os problemas relacionados à farmacoterapia (CAMPOS et al., 2019).

Ademais, em uma pesquisa feita no Centro de Saúde Escola da Faculdade da Medicina de Ribeirão Preto no estado de São Paulo, acompanhou 64 pacientes diagnosticados com DM2, divididos em grupo estudo e controle. O grupo controle não participou do acompanhamento farmacoterapêutico, no entanto o grupo estudo participou do programa de acompanhamento. O objetivo do estudo era avaliar a eficiência do acompanhamento farmacoterapêutico no controle do DM2 ao longo prazo. Contudo, dentre os 64 avaliados, só 56 foram incluídos, onde foi observado que nos quatro anos ocorreram nove óbitos, sendo seis do grupo controle e três do grupo estudo. Após o acompanhamento o estudo demonstrou que o grupo estudo manteve os valores de hemoglobina glicada após o acompanhamento, ao mesmo tempo em que o grupo controle reduziu os valores de hemoglobina glicada. Além disso, a pesquisa apontou que o controle da glicemia em jejum do grupo de estudo permaneceu o mesmo após quatro anos,

enquanto o grupo controle teve um valor significativamente maior comparado ao grupo estudo (PEREIRA et al., 2018).

Outro estudo, realizado em 2014, na cidade de Teresina-PI, teve como objetivo o acompanhamento farmacoterapêutico em um indivíduo com DM. Na pesquisa, foram observados os possíveis problemas relacionados aos medicamentos (PRMs) do paciente e conseqüentemente a elaboração de intervenções farmacêutica. Ao final do estudo, foi constatado que a intervenção alcançou 90% de efetividade. Por tanto, foi possível mesurar a importância da atenção farmacêutica, a fim de evitar ocorrências de PRMs, proporcionando assim uma melhora na qualidade de vida dos portadores de DM (GOMES et al., 2014).

Sendo assim, a atenção farmacêutica é uma área que permite melhorar o tratamento, contribuindo para a melhoria dos resultados clínicos e laboratoriais, fornecendo uma melhor qualidade de vida aos pacientes (PEREIRA et al., 2018). Contudo, é preciso que o indivíduo busque um acompanhamento multidisciplinar, uma vez que o farmacêutico não é responsável de diagnosticar doenças (GOMES et al., 2014).

Com análise dos artigos conclui-se que a atenção farmacêutica proporciona uma melhora nos resultados clínicos e laboratoriais do portador de DM. Considerando as publicações selecionadas, os estudos mostraram que a modalidade juntamente com a equipe multidisciplinar é bastante eficaz na melhoria da qualidade de vida do paciente.

Contudo, é necessário realizar mais pesquisas relacionadas ao tema abordado, portanto, esse estudo mostra a relevância para realizar novos estudos e mais específicos que apresentem a importância da atenção farmacêutica a pacientes portadores de diabetes mellitus, proporcionando, assim, aos acadêmicos e profissionais da saúde, melhor e mais completo embasamento científico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P.S. **Percepção dos Estudantes de uma Escola da Rede Pública na Cidade de João Pessoa- PB em Relação a Atenção Farmacêutica e o Uso Racional de Medicamentos.** (Trabalho de Conclusão de Curso), 51f.. Bacharelado em Farmácia. Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa: UFPB, 2014.

CANI, Catarina Gomes. Impacto da atenção farmacêutica no cuidado de paciente portadores de diabetes melito tipo 2 atendidos em hospital de nível terciário de atenção. **Digital Libraty**, [s. l.], 2011.

COSTA, J.A.; BALGA, R.S.M.; ALFENAS, R.C.G.; COTTA, R.M.M. Promoção da saúde e diabetes: discutindo a adesão e a motivação de indivíduos diabéticos participantes de programas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 2001-2009, 2011.

GOMES, Kássia Karoline Leal Barros; BRITO, Maria dos Remédios Mendes de; SALDANHA, Gláucio Barros; FREITAS, Rivelilson Mendes de. Atenção farmacêutica a um portador de diabetes: relato de caso. **Boletim Informativo Geum**, <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/geum>, v. 5, ed. 1, jan./mar. 2014.

SILVA, C; SOUZA, J. O farmacêutico na unidade básica de saúde: atenção farmacêutica ao portador de Diabetes mellitus em uma unidade de saúde pública, no município de Santarém/PA. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, [s. l.], v. 6, ed. 1, 2017.

Cloroquina e Hidroxicloroquina em Tempos de Pandemia pela Covid- 19: Automedicação e Intoxicação.

Ingrid Maria Lima de Oliveira ¹ (Aluna do Curso 101 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: ingrid.maria@fvj.br), Jorge Ricardo Almeida de Souza Filho² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: jorge.ricardo@fvj.br), Bruno de Castro Amoni² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: bruno.amoni@fvj.br)

RESUMO

A Cloroquina (CQ) e a Hidroxicloroquina (HCQ) são opções de tratamento para diversas infecções virais, por uma inibição direta da disseminação viral, tanto em organismos *in vitro* como *in vivo modelos*, de acordo com vários estudos presentes em literaturas internacionais. O surto do novo coronavírus teve início em Whuan na China, que levou a 800 óbitos por insuficiência respiratória, em um curto período de 5 dias, e mais de 70.000 mil pessoas infectadas. A presente revisão integrativa de literatura tem como objetivo, avaliar por intermédio de publicações os riscos da automedicação e intoxicação com cloroquina e hidroxicloroquina em tempos de pandemia pela COVID-19. Nos estudos relatados nesta revisão de literatura, foi visto um aumento da incidência de efeitos adversos graves como hipocalemia profunda, taquicardia e disritmias. Não houve diferença significativa da remissão dos sintomas comparado grupos controle e com o uso da hidroxicloroquina e cloroquina. Dois estudos envolvendo casos de overdose maciça com CQ e HCQ resultaram em óbito. Observou-se que, conforme os estudos clínicos apontam, houve casos de intoxicação maciça em função da alta ingestão de HCQ.

Palavras-chave: Cloroquina. Hidroxicloroquina. Automedicação. Intoxicação.

INTRODUÇÃO

A pandemia da síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 2 (SARS-CoV-2), impulsionou as nações a incluir medidas drásticas de contenção e opções terapêuticas (IBÁÑEZ *et al*, 2020). O reaproveitamento de medicamentos utilizados como terapêutica experimental para o tratamento do COVID-19, uma alternativa que estudiosos utilizaram pela necessidade urgente de encontrar medicamentos para o COVID-19 (LENTINI *et al*, 2020). Quando a pandemia atingiu a humanidade, a inexistência de medicamentos comprovados cientificamente, como a falta de orientações e protocolos fundamentados em evidências para o tratamento de pacientes com Covid-19 (PAUMGARTTEN, OLIVEIRA, 2020).

De acordo com a diretriz nacional chinesa, logo no início da pandemia, a cloroquina e hidroxicloroquina foram recomendadas para o tratamento do covid-19 para uso off-label, mesmo sem evidências comprovadas da sua eficácia (TANG *et al.*, 2020). “Este uso off label de medicamentos para o tratamento primário de Covid-19 não está em conformidade com a noção de uso racional de medicamentos (RUM) da OMS” (PAUMGARTTEN, OLIVEIRA, 2020, p. 3414). “Como o CQ e o HCQ compartilham estruturas químicas e mecanismos semelhantes de ação como uma base fraca e imunomodulador, é fácil imaginar que o HCQ pode ser um candidato potente para tratar

a infecção por SARS-CoV-2” (LIU *et al*, 2020, p. 1). “A cloroquina é uma 4-aminoquinolina sintética formulada como sal de fosfato para uso oral. Ela é absorvida rapidamente e quase por completo no trato gastrointestinal, atinge concentrações plasmáticas máximas em cerca de três horas e é rapidamente distribuída para os tecidos” (KATZUNG; TREVOR, 2020, p. 887).

Os medicamentos usados no tratamento da malária são antigos. As propriedades antivirais desses medicamentos, cloroquina (CQ) e hidroxicloroquina (HCQ) foram previamente estudadas, incluso contra o coronavírus, onde foi encontrada eficácia (OSCANOA *et al*, 2020). De acordo com Ferreira e Andricopulo (2020, p. 13) “O tratamento da Covid-19 com esses medicamentos já foi defendido por alguns médicos, cientistas e até chefes de Estado, mesmo sem nenhuma comprovação de sua eficácia em humanos”.

METODOLOGIA

O trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura de caráter qualitativo. Sua finalidade é obter conhecimentos através de pesquisa bibliográfica e em estudos documentais, para desenvolver a temática baseada na seguinte questão norteadora “Quais os efeitos tóxicos que esse fármaco causa se utilizado de forma indiscriminada?”.

A coleta de material bibliográfico foi realizada através da coleta de dados utilizando os DeCS (Descritores em Ciência da Saúde): *hydroxychloroquine, chloroquine e intoxication*, nas seguintes bases de dados: Pubmed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line* (Medline), com a finalidade de encontrar artigos publicados entre os anos de 2010 a 2020. Os descritores utilizados: *hydroxychloroquine, chloroquine e intoxication*. No entanto, não é necessário constar todos os descritores no título.

A fim de aprimorar a busca dos dados, foi estabelecido os critérios de inclusão e exclusão.

Como critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos: artigos completos e publicados em português, inglês e espanhol; artigos na íntegra que retratam a temática, artigos publicados e listados nos referidos bancos de dados do ano 2010 a 2020 nos meses de janeiro a dezembro.

Como os critérios de exclusão estabeleceu-se para excluir os artigos de: revisão, editorial, cartas e discussão; títulos que não condizem com o objetivo de estudo desta revisão; artigos que apresentaram duplicatas entre as estratégias de buscas e entre as bases especializadas; publicados em língua diferente das citadas nos critérios de inclusão; fora do período delimitado para pesquisa; artigos que não disponibilizaram resumo, ou que estavam incompletos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Um medicamento com propriedades analgésicas, antiinflamatórias e anti maláricas, o hidroxicloroquina é utilizado na malária como em outras patologias (DROZDZAL *et al.*, 2020). O bloqueio da infecção viral se dá por meio do mecanismo de ação da Cloroquina e Hidroxicloroquina, com a alcalinização do pH lisossomal e endossomal (ADAR *et al.*, 2012). Neste caso deve-se levar em consideração a acidez do pH para ocorrer associação patógeno com a célula hospedeira (ZHITOMIRSKY e ASSARAF, 2016). Considera-se que a glicolização é interrompida por agentes receptores das células do Covid-19 (WANG *et al.*, 2020).

Os resultados apresentados mostram que foram observados 150 pacientes com COVID-19, de quadro leve e moderado, por um período de vinte e oito dias. Dividido em dois grupos: 75 designados para o uso de Hidroxicloroquina (HCQ) juntamente com tratamento padrão, e o restante dos pacientes apenas com o tratamento padrão. Os pacientes do grupo HCQ nos três primeiros dias receberam uma dose de ataque, de 1.200 mg/d de hidroxicloroquina, e após esses dias, uma dose de manutenção 800 mg/d. No decorrer do estudo foi observado nos pacientes do grupo HCQ, efeitos adversos graves (gastrointestinais), e um paciente apresentou visão turva. Concluiu-se que não ocorreu melhora significativa da probabilidade de conversão entre os dois grupos analisados (TANG *et al.*, 2020).

Chen *et al.*, 2020, Na Universidade de Wuhan no Hospital Renmin, 62 pacientes avaliados para um estudo clínico randomizado, para determinação da eficácia da hidroxicloroquina nos pacientes em tratamento da SARS-Cov-2. Divididos em dois grupos aleatórios, durante 5 dias, com administração de 400 mg de HCQ, avaliando a tosse e a aferição da temperatura 3 vezes ao dia. Melhora significativa, a remissão dos sintomas e estabilidade do quadro clínico, como a pneumonia, foi superior no grupo em tratamento com a hidroxicloroquina (80,6%), em comparação com o grupo controle (54,8%). Concluindo que o uso de HCQ no tratamento da Covid-19 reduz o risco de complicação da enfermidade. Apesar da sua eficácia comprovada, pelo artigo, Chen *et al.*, 2020, alerta para o risco dos efeitos indesejados que podem ocorrer, como a retinopatia, por ser um medicamento de baixo custo e fácil acesso.

Em Nova York, No Presbyterian Hospital, um estudo envolvendo 1.446 pacientes com quadro moderado a grave. Com o objetivo de investigar a efetividade do hidroxicloroquina e cloroquina em pacientes hospitalizados com Covid-19 confirmado. Separados de acordo com a saturação de oxigênio inferior a 94%. Os pacientes que receberam alta, entubados ou que morreram foram excluídos do estudo. Com isso restaram 1.376 para estudo, separados em dois grupos, 811 receberam hidroxicloroquina durante 5 dias, os 565 não receberam o medicamento. Durante a análise, 232 pacientes chegaram a óbito e 66 foram intubadas. Segundo os pesquisadores conclui-se que os pacientes que estavam sendo medicadas com a hidroxicloroquina não diferiu do grupo que não estava fazendo uso, apresentaram o mesmo risco de agravamento do quadro clínico como a necessidade de intubação e óbito (GELERIS *et al.*, 2020).

Um estudo realizado para avaliar a eficácia da Hidroxicloroquina como profilaxia na Covid-19, contou 689 participantes que foram previamente testados como negativo para o Sars Cov-2, mais estavam em contato próximo de pessoas que contraíram a doença recentemente (BARNABAS *et al.*, 2020). Separados em dois grupos, um com o uso do HCQ, e o outro grupo controle. Após os primeiros 14 dias, 98 testaram positivo para o covid-19. No grupo do hidroxicloroquina 53 pacientes positivo para o Covid-19, e 45 positivos no grupo controle. Barnabas *et al.*, 2020, elimina o efeito profilático clínico da hidroxicloroquina após exposição da Covid-19.

O uso “*off-label*” do sulfato de Hidroxicloroquina na COVID-19, é notificada através do RAM (Reações Adversas a Medicamentos). No final de março de 2020, cerca de 120 notificações de pacientes com RAM cardíacas, foram advertidos a base de dados francesa de farmacovigilância (FPVD), durante um mês, 131 reações adversas correlacionados a efeitos cardiológicos indesejados dos medicamentos utilizados como teste contra o SARS-CoV-2. (GÉRARD *et al.*, 2020) No total de 120 notificações, cerca de 85,8% estão associadas à utilização da HCQ e 1,6% para Cloroquina. A incidência de RAMs cardíacas relacionada a HCQ representa um crescimento em cem vezes (80%) a taxa de notificações. Por serem “bloqueadores de multicanais” a CQ e o HCQ apresentam toxicidade cardíaca. Segundo Gérard *et al.*, 2020, conciliar o tratamento com outros medicamentos que prolongam o QTc ou estimular arritmias ventriculares, precisa de

cautela a fim de evitar possível desregulação eletrolíticas. Outro ensaio *in vitro* demonstrou que a CQ como HCQ, possuem efeitos benéficos (DROZDZAL *et al.*, 2020).

De acordo com o estudo de Wong *et al.*, 2011, relata dois casos de intoxicação pela alta ingestão do hidroxicloroquina e cloroquina, como forma de tentativa de suicídio. Em ambos os casos, veio a óbito. No primeiro caso relatado no estudo, uma senhora ingeriu cerca de 55 comprimidos tanto de CQ como HQ. Ao chegar no pronto socorro e feito os exames comprovou que ela apresentava taquicardia sinusal e hipocalemia. Os procedimentos para o tratamento da intoxicação, como o carvão ativado foi recusado pela paciente, com isso teve uma piora do quadro clínico e foi encaminhada para a UTI, teve parada cardíaca, uma ressuscitação foi feita, mas horas depois a paciente veio a óbito. O segundo caso de uma jovem senhora, que fez a ingestão de 100 comprimidos somente de HCQ. Ao chegar ao hospital, apresentava sintomas sérios de intoxicação, hipocalemia profunda, QRS prolongada, e rapidamente foi entubada, desenvolveu parada cardíaca, respondeu a ressuscitação, mas após algumas horas veio a óbito (WONG *et al.*, 2011).

Por ser ligeiramente absorvida, a HCQ tem um efeito dos canais de potássio e sódio, correlacionada a dose administrada, retarda a repolarização e a lenta condução intraventricular. Resultando em descompasso ventricular, bradicardia, pressão arterial baixa (BETH *et al.*, 2015). Um sintoma conhecido é a hipocalemia profunda, relacionada a uma ingestão maciça de HCQ. Acredita-se que o mecanismo se dá devido a redução do fluxo de potássio causando um bloqueio dos canais. Já a cardiotoxicidade ainda se sabe ao certo o mecanismo, se é direta ou em parte pela hipocalemia (BETH *et al.*, 2015).

Considerando que tanto o Cloroquina, e o seu sulfato, o Hidroxicloroquina são medicamentos que apresentam um nível de toxicidade dependente da dose. De acordo com estudos em animais, constataram que a HCQ tem toxicidade reduzida em 2 a 3 vezes, se comparado com o CQ (WONG *et al.*, 2011). Em contrapartida o CQ tem um custo benefício menor que o seu derivado hidroxilado.

No entanto, a divulgação de pesquisas publicadas recentemente sobre o uso desses fármacos no tratamento do Covid-19, levou ao esvaziamento dos medicamentos nas prateleiras das farmácias, gerando uma série de preocupações, quanto ao risco elevado de reações adversas graves e síndromes toxicológicas. Segundo os estudos relatados, os efeitos tóxicos apresentados por pacientes decorrente ao uso indiscriminado com sobredosagem: dor de cabeça, colapso cardiovascular, retinopatias, parada respiratória, hipocalemia, taquicardia e convulsões. Observou-se que, conforme os estudos clínicos apontam, houve casos de intoxicação maciça em função da alta ingestão de HCQ.

REFERÊNCIAS

ADAR Y, Stark M, Bram EE, Nowak-Sliwinska P, van den Bergh H, Szewczyk G, Sarna T, Skladanowski A, Griffioen AW, Assaraf YG. **Imidazoacridinone-dependent lysosomal photodestruction: a pharmacological Trojan horse approach to eradicate multidrug-resistant cancers.** Cell Death Dis. 2012 Apr 5;3(4):e293. doi: 10.1038/cddis.2012.30. PMID: 22476101; PMCID: PMC3358008.

CHEN W, Yao M, Fang Z, Lv X, Deng M, Wu Z. **A study on clinical effect of Arbidol combined with adjuvant therapy on COVID-19.** J Med Virol. 2020 Nov;92(11):2702-2708. doi: 10.1002/jmv.26142. Epub 2020 Jun 19. Erratum in: J Med Virol. 2021 Jul;93(7):4620. PMID: 32510169; PMCID: PMC7300876.

DE OLANO J, Howland MA, Su MK, Hoffman RS, Biary R. **Toxicokinetics of hydroxychloroquine following a massive overdose.** Am J Emerg Med. 2019 Dec;37(12):2264.e5-2264.e8. doi: 10.1016/j.ajem.2019.158387. Epub 2019 Aug 6. PMID: 31477360.

FERREIRA, Leonardo LG; ANDRICOPULO, Adriano D .. **Medicamentos e tratamentos para a Covid-19.** *Estud. av.* , São Paulo, v. 34, n. 100, pág. 7-27, dezembro de 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142020000300007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de janeiro de 2021. Epub 11 de novembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.002>

GELERIS, Joshua Sun, Yifei Platt, Jonathan Zucker, Jason Baldwin, Matthew Hripcsak, George Labella, Angelena Manson, Daniel K. Kubin, Christine Barr, R. Graham Sobieszczyk, Magdalena E. Schluger, Neil W. **Observational Study of Hydroxychloroquine in Hospitalized Patients with Covid-19.** Journal Article, 2020. New England Journal of Medicine pág. 2411-2418, 382, 25 DOI: 10.1056/NEJMoa2012410 [doi]. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa2012410>. New England Journal of Medicine June 18, 2020 382(25):2411

Fisioterapia

FATORES ASSOCIADOS AO RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Tamyres Barros Nogueira**
Kariza Lopes barreto***

** Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: tamyresbarros10@gmail.com

*** Mestre em Fisioterapia pela Universidad Del Pacific, Orientadora, docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: karizabarreto@hotmail.com.

RESUMO

Na velhice o indivíduo está mais propenso a cair, sabe-se que o acidente por queda é prevalente entre os idosos, e que a queda está associada a diversos fatores intrínsecos e extrínsecos, sendo eles: o ambiente que a pessoa idosa vive, problemas relacionados à saúde ou até mesmo condições de vida social ou comportamental. O seguinte estudo propõe entender os fatores que levam a prevalência de queda dos idosos, e quais as soluções para este problema de saúde pública que afeta grande parte da população idosa. Este estudo teve como objetivo fazer um levantamento bibliográfico acerca dos fatores associados ao risco de quedas em idosos, tratando-se de uma revisão integrativa de literatura de caráter exploratório e descritivo baseado no pensamento de vários autores. Foram selecionados para a amostra final do artigo 13 estudos publicados entre 2015 e 2021 e que estivessem disponíveis para leitura de forma gratuita. Concluiu-se que as inúmeras quedas desse grupo etário mostraram-se diretamente ligadas ao fato de morarem sozinhos, ao ambiente, anormalidades da marcha, alterações do equilíbrio, redução de força e massa muscular, problemas visuais, depressão e à condições sócio econômicas

Palavras-Chave: Idosos; acidentes de quedas; fatores de risco; envelhecimento.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional brasileiro está associado ao aumento da expectativa de vida, como também a retração nas taxas de natalidade nos pais (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016). O Brasil é a quinta maior população idosa do mundo, com aproximadamente 29,3 milhões de pessoas acima de 60 anos de idade. Desse total, 69,9% são independentes para o autocuidado e 30,1% têm dificuldade para realizar atividades da vida diária, gerando diversos incidentes, principalmente a queda.(BRASIL, 2017). A Queda é definida como o deslocamento não intencional do corpo para um nível inferior em relação à posição inicial, decorrente da incapacidade de correção em um tempo hábil,e pode ser determinado por diversos fatores que comprometem integralmente a estabilidade do indivíduo. (CARVALHO; BOCCHI, 2017). Segundo a Organização Mundial da Saúde, de 28% a 35% das pessoas com mais de 65 anos sofrem alguma queda ao ano, e podem aumentar de 32% a 42% para os idosos com mais de 70 anos.(OMS, 2010). Dentre as múltiplas condições que predisõem a quedas, estão os fatores de risco intrínsecos, extrínsecos e

comportamentais. Os fatores intrínsecos incluem as características pessoais do idoso e os fatores extrínsecos são determinados pelas características relacionadas ao ambiente. A identificação desses fatores faz um papel de total importância para a prevenção de acidentes. (MORSCH; MYSHIW; MYSKIW, 2016). Este trabalho se baseou na necessidade de explicar a respeito dos fatores que levam às quedas, pensando em contribuir para medidas de intervenção e prevenção. Para isto foram usados instrumentos de pesquisa bibliográfica que se igualam ao tema tratado. O objetivo foi fazer um levantamento bibliográfico acerca dos fatores associados ao risco de quedas em idosos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, de caráter exploratório e descritivo. A coleta dos dados foi executada no período de fevereiro a maio de 2021 através das seguintes bases de dados: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pubmed (National Library of Medicine), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) através dos seguintes descritores: Acidentes por quedas/ Accidental falls, fatores de risco/ risk factors, idosos/ elderly, envelhecimento/ aging combinados entre si com o AND e traduzido para a língua inglesa. Os critérios de inclusão foram: estudos publicados de 2015 a 2021, que fossem dentro da Língua portuguesa e/ou Língua Inglesa, que estivessem disponíveis para leitura de forma gratuita; estudos que falavam sobre a predominância da periculosidade de queda e situações de risco atreladas em idosos da comunidade e; problemática da queda e a identificação dos aspectos de risco segundo a percepção dos idosos. Entraram nos critérios de exclusão, estudos que não foram publicados entre os anos de 2015 e 2021 e os que na leitura os títulos e resumos não correspondiam com o tema e objetivos propostos, incompletos, cartas ao editor, monografias, anais de congresso e artigos que tratavam das taxas de envelhecimento populacional do Brasil; da prevalência de hematomas e doenças que afetam idosos; de idosos institucionalizados e com comorbidades. Para a produção do artigo e organização dos dados foi usado o programa Microsoft Word. O conteúdo apresentado nessa revisão garantiu os direitos éticos e autorais dos autores, dos artigos pesquisados, de forma que as fontes referenciais foram citadas nesse trabalho segundo a norma 6023 da ABNT.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Através das buscas pelos descritores na base de dados, foram encontrados 82 artigos na Scielo, 1226 na pubmed, 2250 na Lilacs; Aplicados os filtros para os critérios de inclusão e exclusão ficaram 65 artigos da scielo, 230 na pubmed, e 19 na Lilacs; após leitura a leitura ampla dos títulos, objetivo e resumos foram selecionados 08 artigos da Scielo, 04 da Pubmed e 01 artigo na Lilacs. Resultando o total de 13 artigos incluídos nesta revisão para a composição da amostra. Os artigos foram distribuídos em tabelas com a apresentação geral dos estudos abordados na revisão, divididos segundo número do artigo, autoria do estudo, ano de publicação, título, objetivo, metodologia, periódico, principais resultados e conclusão.

A partir dessa revisão integrativa o estudo identificou associações ao risco de quedas, idosos de idades mais avançadas, evidenciando que o público idoso do

sexo feminino se mostrou predominantemente mais acometido e propenso a quedas. As inúmeras quedas desse grupo etário se mostraram diretamente ligadas ao fato de morarem só sem companheiros, ao ambiente, anormalidades da marcha, alterações do equilíbrio, redução de força e massa muscular, problemas visuais, depressão e às condições sócio econômicas. Indicando a necessidade de estudos, e melhor atenção a capacidade funcional dos idosos por parte dos programas de saúde e intervenções públicas que incentivem os hábitos saudáveis, por meio exercícios físicos. Tendo em vista que, o exercício é fundamental para a manutenção da saúde, melhorar a autonomia e o equilíbrio, prover um envelhecimento saudável

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Saúde. **Saúde: 30% dos idosos têm dificuldade para realizar atividades diárias**. 2017. Gustavo Frasso. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/saude-30-dos-idosos-tem-dificuldade-para-realizar-atividades-diarias>. Acesso em: 29 dez. 2020.

CARVALHO, César Junior Aparecido de; BOCCHI, Silvia Cristina Mangini. The elderly recognizing themselves as vulnerable to falls in the concreteness of the femoral fracture. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 70, n. 2, p. 279-286, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672017000200279&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2021.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 507-519, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232016000300507&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2021.

MORSCH, Patricia; MYSKIW, Mauro; MYSKIW, Jociane de Carvalho. A problematização da queda e a identificação dos fatores de risco na narrativa de idosos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 11, p. 3565-3574, nov. 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2016.v21n11/3565-3574/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **RELATÓRIO GLOBAL DA OMS SOBRE PREVENÇÃO DE QUEDAS NA VELHICE**. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde, 2010. 64 p. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_prevencao_quedas_velhice.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021.

DISFUNÇÕES SEXUAIS MASCULINAS EM HOMOSSEXUAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Muniz Coutinho de Oliveira**
Kariza Lopes Barreto***

**Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Aracati-CE, 2021. E-mail: vitoriamuniz437@gmail.com

***Ms. Kariza Lopes Barreto – Orientadora, Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: kariza.barreto@fvj.br

RESUMO

A disfunção sexual é um problema comum a homens e mulheres. Por esse motivo, passou a ser vista como um problema de saúde pública. Contudo, vivemos em uma sociedade onde ainda é restrito falar sobre o comportamento sexual, sobretudo em relação à homossexualidade, definida como atração sexual entre pessoas do mesmo sexo, que está presente desde o início da civilização. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho foi conhecer a prevalência de disfunções sexuais em indivíduos homossexuais, através de revisão literária integrativa. Os dados foram resultantes de uma pesquisa realizada entre março de 2020 a junho de 2021 nas bases de dados PubMed, BVS e PEDro. Para isso, foram incluídos artigos de revisão sistemática e ensaios clínicos randomizados publicados nos últimos 16 anos. Esses relatam sobre disfunção sexual masculina em homossexuais, prevalência, e tratamento das disfunções sexuais. Trata-se, pois, de uma revisão integrativa por meio da qual foram selecionados sete artigos que tratam sobre o conteúdo supracitado. Após estudo detalhado, foi analisada a importância de novas pesquisas sobre o tema abordado, visto que a desinformação e a falta de cuidado prevalecem em muitos casos. Portanto, é fundamental a informação e a orientação sobre os cuidados de prevenção e tratamento multidisciplinar, para que tenha uma diminuição das taxas de prevalência, e que com isso esse público passe a ter uma melhor qualidade de vida, e uma vida sexual mais satisfatória e prazerosa.

Palavras-Chave: Disfunção sexual masculina; Disfunção sexual; Reabilitação sexual; Disfunção sexual em homossexuais.

INTRODUÇÃO

A homossexualidade, por sua vez, é definida como a atração sexual entre pessoas do mesmo sexo, estando presente na sociedade desde o início das civilizações. Atualmente, as relações homoafetivas tornaram-se comuns, mesmo diante do preconceito e da falta de suporte, seja ele social, psicológica ou institucional. Nesse cenário, os principais fatores de risco para DS, característico das populações homossexuais, são aqueles relacionados às questões sociais, como o preconceito e a possibilidade de rejeição. Somam-se a isso o envolvimento com álcool e drogas, violência e pressão sexual, o medo em assumir a própria orientação sexual e homofobia internalizada. (GROSSI *et al.*, 2015).

Foi detectada prevalência de disfunção erétil em extensa amostra realizada através de questionários em homens de todas as regiões do Brasil. O índice identificado compara-se com os de estudos prévios reunidos no Brasil e em outros países. Com isso, é possível confirmar que a disfunção erétil em nosso país é um grave problema de saúde pública, ainda que os homens acometidos por essas disfunções não procurem diagnosticar ou tratar essa disfunção. (ABDO *et al.*, 2006).

Fora isso, além da penetração anal, há inúmeros estímulos para práticas sexuais, não apenas no ânus, mas também no contato com as nádegas, com a região perianal ou anorretal. Neste sentido, é possível haver o contato: pênis-ânus, boca-ânus, dedo-ânus, introdução de objetos sexuais, lubrificantes e etc. Independente do estímulo, ele proporciona várias sensações de prazer para os praticantes do ato sexual.(BAYDOUNet al., 2016).

Neste sentido, se fizermos uma breve análise, ainda existe falta de comunicação e de pesquisa mais aprofundada. Conseqüentemente, o assunto torna-se interdito, justificando a vergonha e o constrangimento de falar sobre as necessidades do próprio corpo. Além disso, é ainda evidente a desigualdade humana causada pela homofobia. Logo, a falta de compreensão e de conhecimento, inclusive de muitos homossexuais masculinos ou por alguns profissionais da saúde, torna-se dificultosa a incompreensão sobre as práticas sexuais entre homens. (SILVA, 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura integrativa. O levantamento de dados foi realizado entre os meses de março de 2020 a junho de 2021, nas plataformas de pesquisa Physiotherapy Evidence Database (PEDro), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Medline-Biblioteca Nacional de Medicina (PubMed). Foram selecionados os descritores em ciências da saúde e medical subject headings (DeCs/MeSh): DeCS: disfunção sexual masculina,disfunção erétil, disfunção sexual, reabilitação. MeSh: sexual, male sexual dysfunctions, homossexuais, sexual and gender minorities. Foi utilizado o operador booleano do tipo and. Com isso as combinações ficaram da seguinte forma na Pubmed: male sexual dysfunctions and homossexuais sexual and gender minorities, PEDro: erectile dysfunction, sexual dysfunction e BVS: male sexual dysfunctions and homossexuais sexual and gender minorities, sexual dysfunctions and gays. Foram encontrados uma soma de 406 artigos, conforme sua composição numérica nas bases de dados:PubMed (n= 274); BVS (n=31); PEDro (n=101). Em seguida, foram feitas as exclusões em três fases: a primeira fase contou com os critérios de elegibilidade (n=265) a segunda fase foi a primeira leitura avaliativa (n=115), na terceira fase (n=15) por incompatibilidade de conteúdo, analisados através dos resumos; resultando em um total de 395 artigos excluídos. Sobejaram um total de 11 artigos com destaque evidente para inclusão. Todavia, devido à inserção dos métodos de inclusão deste estudo, sucedeu ainda a exclusão de 4 artigos, sobrando 7 desses, que foram incluídos na pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

No estudo de Garrett et al. (2013), desenvolveu uma revisão de literatura sobre as DS em homossexuais, que tem como objetivo a etiologia, prevalência, diagnóstico e tratamento das DS em homossexuais masculinos. Em seu estudo, foi relatado que a prevalência das disfunções sexuais masculinas em homossexuais chega a uma porcentagem a cima de 90% pois a maioria dessas pessoas relataram ter, ou já ter tido algum tipo de disfunção sexual ao longo da vida, onde é necessária uma equipe multidisciplinar para trabalhar todas as questões, dúvidas e diagnósticos desses indivíduos, tentando proporcionar uma melhor qualidade de vida para eles.

De acordo com Grossi et al. (2015), que teceu um estudo de revisão bibliográfica direcionada aos homossexuais, referiu que a prevalência das disfunções sexuais é considerada altas, acima de 50% dos poucos estudos de prevalência realizados em homossexuais. Em tal caso, o estudo mostrou que as pesquisas confirmam que mais de 90% dos homens relatam alguma reclamação em relação a função sexual, crendo que o maior fator de risco a DS está relacionado às questões sociais.

Neste estudo se analisarmos as DS estão presentes na vida da maioria dessas pessoas, confirmando assim, que existe uma alta prevalência de disfunções sexuais de acordo com a literatura, tornando-se um fator de saúde pública. As disfunções sexuais mais comuns e com maior prevalência de acordo com a literatura são a disfunção erétil e a ejaculação precoce. A equipe multidisciplinar de saúde deve melhorar sua forma de abordagem, e de comunicação, de modo que transmita segurança e confiança, para que eles se sintam confortáveis de falar sobre seus problemas sexuais, pois a desinformação e a falta de cuidado são prevalentes, causando a progressão dessas disfunções. A falta de pesquisa sobre essa temática ainda é escassa, novos estudos deverão ser formulados, para que se possa obter mais informações atuais sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ABDO, C. H. *Net al.* Disfunção erétil: resultados do estudo da vida sexual do brasileiro. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 52, n. 6, p. 424-429, dez. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-42302006000600023>>. Acesso em: 28 maio. 2021.
- BAYDOUN, M.; ABDO, N.H.C; SPIZZIRRI, G; PEREIRA, A. C. M. D. Fatores biológicos, psicológicos e situacionais da dor durante o intercurso anal em pessoas anoreceptivas: Revisão de literatura. In: XVI Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana: prazer, quem é você?, 16, 2017, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas, SBRASH, 2017. Disponível em: <<http://www.infobibos.com.br/anais/cbsh/modalidade-poster.html>>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- GARRETT, A; SOUSA, M. 2013. A disfunção sexual em homossexuais masculinos: Potencialidades e desafios. *Análise Psicológica*, v. 1, n. 31, p. 103-111, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/616/pdf>. Acesso em: 28 maio. 2021.
- GROSSI, F. S; LUCENA, B. B de; ABDO, C. H. N. Disfunções sexuais em homossexuais. **Revista Diagnóstico & Tratamento**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 38-41, 2015. Disponível em: <<http://www.apm.org.br/imagens/Pdfs/revista-136.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- SILVA, A. J. A. **Evidências de validade do male sexual function index em homens de diferentes orientações sexuais.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, 2018. Disponível em: https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=1880¬icia=5090292. Acesso em: 28 maio. 2021.

QUALIDADE DE VIDA E FUNCIONALIDADE DOS IDOSOS RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA

Larissa Allana Barbosa Rebouças¹ (Aluna do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ. Aracati-CE 2021. E-mail: larissa_allana@hotmail.com), Daniela Maria Silva Maia² (Profa. da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Orientadora da Pesquisa. E-mail:daniela.maia@fvj.br).

RESUMO

O envelhecimento tem uma dimensão existencial, ele muda a relação entre a pessoa e o tempo, fazendo mudanças entre suas relações com o mundo e com sua história. A independência funcional refere-se à capacidade de fazer algo a sua maneira e está relacionada à capacidade funcional. A OMS define qualidade de vida como a percepção de uma pessoa tem sobre seu status de vida, valores pessoais e sociais. Este estudo tem como objetivo compreender a qualidade de vida e a funcionalidade de idosos residentes em ILP's. A coleta foi realizada nas bases de dados: PEDro (*PhysiotherapyEvidenceDatabase*), Pubmed (*National Library of Medicine*), Cochrane Library. Com ensaios clínicos publicados em 2014 a 2020, que abordaram a temática de acordo com os descritores citados; estudos publicados dentro da Língua Portuguesa e/ou Inglesa, bem como artigos disponíveis eletronicamente gratuitos e na íntegra; ensaios clínicos randomizados multicêntricos, cegos e/ou controlados, estudos exploratórios, observacionais. Excluindo-se durante a coleta os estudos que não preenchem os critérios de inclusão. Encontrou-se 680 artigos, desses apenas 7 estavam aptos para o estudo. O referido trabalho mostrou como resultado que além da depressão os idosos acabaram desencadeando outros problemas, emocionais e físicos, que podem ser resolvidos através de estratégias desenvolvidas e trabalhadas durante o dia a dia. No que foi observado nos artigos presentes nesse estudo a qualidade de vida e a funcionalidade dos idosos residentes em instituições de longa permanência não é de total ruim, mas ainda precisa de muitas melhorias.

Palavras-chave: Idosos. Qualidade de vida. Instituição de longa permanência. Funcionalidade.

INTRODUÇÃO

A população mundial está passando por um rápido processo de envelhecimento. Essas mudanças demográficas estão ocorrendo mais rapidamente em países de baixa e média renda. Tais mudanças tem um grande impacto nos setores de saúde, social e econômico de todos os países. (WHO, 2012).

No que se diz respeito à funcionalidade, o idoso percebe um aumento das limitações para as atividades do dia a dia progressivamente, o que pode afetar a sua independência assim como sua autonomia. A independência funcional refere-se à capacidade de fazer algo com os próprios meios e está ligada ao movimento e à capacidade funcional. (NERI, 2010).

As instituições de longa permanência para idosos (ILPI) aparecem como alternativa de cuidado fora do meio familiar. (CAMARANO *et al.*, 2010). As ILPI's tem o caráter residencial, na proposta de domicílio coletivo para pessoas com idade de 60 anos ou mais, com ou sem suporte familiar. (Brasil 2005). Acolhendo residentes com características de saúde diferentes, portando problemas de saúde e em condição crônica e incapacitante, nesta condição o cuidado deve seguir a perspectiva geronto-geriátrica. (SILVA; SANTOS, 2010).

METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como sendo uma revisão integrativa da literatura, a partir da análise de artigos que abordassem sobre a qualidade de vida e a funcionalidade dos idosos nas instituições de longa permanência. O estudo foi realizado nos meses de fevereiro a março de 2021, textos em português e inglês. A pergunta norteadora do estudo foi: Qual a qualidade de

vida e a funcionalidade dos idosos nas instituições de longa permanência? Para responder esta pergunta norteadora, a pesquisa foi feita nas bases de dados PubMed (US National Library of Medicine National Institutes of Health), PEDro (Base de Dados em Evidências em Fisioterapia (Português), e Cochrane Library. Foram incluídos na pesquisa artigos encontrados com as combinações feitas dos descritores, artigos publicados nos últimos 7 anos, texto em português e inglês completo e gratuito. Foram excluídos do estudo artigos que não preencheram os critérios de inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 680 e excluídos 673 sendo incluídos 07 artigos na pesquisa.

O referido trabalho mostrou como resultado que além da depressão os idosos acabaram desencadeando outros problemas tanto emocionais como físicos, que podem ser resolvidos através de estratégias desenvolvidas e trabalhadas durante o dia a dia, como por exemplo, aproximação do leito de idosos mais dependentes à banheiros, aumentar a ingestão de água, firmar parcerias com escolas, universidades e grupos sociais para promover atividades lúdicas e oficinas para inspirar e motivar os idosos. (GUIMARÃES *et al.*, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitos idosos as instituições de longa permanência são a única opção de moradia e segurança devido a solidão que enfrentam em suas residências e problemas com seus familiares. É muito importante que sejam feitos novos estudos sobre a temática para que possa haver um aumento no acervo literário, para basear condutas de profissionais e cuidadores.

REFERÊNCIAS

CAMARANO, A. A. **Características das instituições de longa permanência para idosos - região Sul**. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro__CaractdasInstituicoesRegiao_Sul.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

GUIMARÃES, L. de A. *et al.* Sintomas depressivos e fatores associados em idosos residentes em instituição de longa permanência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 24, n. 9, p. 3275-3282, set. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31508748/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

NERI, A. L. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1018-130X2010000100004&script=sci_arttext&lng=en. Acesso em: 01 mar. 2021.

SILVA, B. T.; SANTOS, S. S. C. Cuidados aos idosos institucionalizados: opiniões do sujeito coletivo enfermeiro para 2026. **Acta Paul Enferm**, [s. l.], v. 23, n. 6, p. 775- 781, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002010000600010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

WHO. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0168851017300027>. Acesso em: 19 set. 2019

A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA NA INCONTINÊNCIA URINÁRIA DURANTE A GESTAÇÃO: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Izabel Ribeiro Monteiro¹ (Aluna do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ. Aracati-CE 2021. E-mail: izabelribeiromonteiro@gmail.com), Daniela Maria Silva Maia² (Profa. da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Orientadora da Pesquisa. E-mail: daniela.maia@fvj.br).

RESUMO

A Incontinência Urinária (IU) no período gestacional e no pós-parto é um dos distúrbios mais frequentes devido ao enfraquecimento dos músculos do assoalho pélvico, resultando em um enfraquecimento dos mesmos. Esse fator traz para as gestantes muitas complicações, tais como autoestima baixa, prejudicando a comodidade física, os fenômenos emocionais, mentais e diminuindo a qualidade de vida. Desse modo o objetivo geral dessa pesquisa foi apontar a importância da fisioterapia como medida preventiva e tratamento na incontinência urinária durante a gestação. Esse estudo conceituou-se como uma revisão sistemática de literatura com análise descritiva, com base na pesquisa de artigos nas plataformas Pedro, PubMed, Cochrane Library e Scielo onde discutissem sobre a fisioterapia na incontinência urinária em gestantes. Foram encontrados 484 artigos. Após a leitura minuciosa e aplicação dos filtros resultou o total de 07 artigos para realização da amostra desta revisão. Foram observados que os exercícios perineais são realizados para promover o fortalecimento do AP, e são eficientes no tratamento e prevenção da IU reduzindo o escoamento de urina. Deste modo através desse artigo foi notório que a fisioterapia além de demonstrar importância preventiva na incontinência urinária durante a gestação, também proporcionou resultados satisfatórios na melhoria da IU em gestantes.

Palavras-chave: Incontinência urinária. Gestante. Modalidades de Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A gravidez é um fenômeno fisiológico que ocorre dentro do útero, decorrente da fecundação do óvulo pelo espermatozoide. É um período de muitas modificações na vida da mulher, de seu companheiro e de toda a família (BRASIL, 2017).

Segundo o Ministério da Saúde (2018), durante o período gestacional destaca-se muitas alterações fisiológicas e anatômicas, dentre elas: crescimento uterino, compressão da bexiga e fraqueza muscular do assoalho pélvico, a Incontinência Urinária é uma consequência que se instala devido a esse fator. O termo Incontinência Urinária (IU) é definido como a eliminação inconsciente de urina pela uretra.

De acordo com a Diretriz de incontinência urinária (2019) existem três tipos de IU: esforço, urgência e mista. A Incontinência Urinária aos Esforços (IUE), acontece em consequência de uma insuficiência na estrutura vesical e uretral que é realizado pelos músculos do assoalho pélvico. A Incontinência Urinária de Urgência (IUU), advém de uma decorrência da Hiperatividade Detrusora (HD). E a Incontinência Urinária Mista (IUM), que é a ligação entre IUE e IUU.

Em relação ao tratamento da IU, o Manual de Urologia, (2015) afirma que o profissional de fisioterapia, retrata de diferentes métodos para prevenir a IU, tais como biofeedback, cones vaginais, eletroestimulação, além de treinos perineais

METODOLOGIA

Esse estudo definiu-se como uma revisão sistemática da literatura com análise exploratória quantitativa, com base na pesquisa de artigos que discutissem sobre a fisioterapia na incontinência urinária em gestantes.

A sondagem e levantamento dos acervos científicos foi efetuado no período de Agosto de 2020 a Abril de 2021. Posto isto, o presente estudo teve como intuito responder a seguinte pergunta norteadora: Qual a importância da fisioterapia como medida preventiva na incontinência

urinária durante a gestação? Para responder esta pergunta norteadora, a pesquisa foi feita nas bases de dados PEDro (*Physiotherapy Evidence Database*), PubMed (National Library of Medicine), Cochrane Library e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*).

Foram incluídos no artigo artigos publicados nos últimos seis anos de 2015 a 2021 que discorressem sobre o tema em concordância com os descritores mencionados; estudos gratuitos e na íntegra publicados nas bases de dados propostas que estivessem na língua portuguesa e/ou inglesa; ensaios clínicos randomizados multicêntricos, cegos e/ou controlados e que enfatizassem a importância da fisioterapia em relação a incontinência urinária e que apontasse as modalidades de fisioterapia na prevenção dessa patologia.

Os critérios de exclusão foram, revisões de literatura, monografias, cartas ao editor, revistas, artigos científicos incompletos, teses, artigos que não foram encontrados nas bases de dados, que não apresentassem os descritores determinados e que não abordasse o tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para realizar a coleta de dados, foi efetuada uma leitura minuciosa do título e do resumo dos artigos. Referente a combinação dos descritores e a concordância com o tema proposto a princípio foram encontrados 484 artigos nos bancos de dados citados anteriormente. Logo após a aplicação do filtro referente aos últimos seis anos, tipo de estudo, critérios de inclusão e exclusão, resultaram em 07 estudos, ambos lidos na íntegra, resultando com o total de 07 artigos para realização da amostra desta revisão.

Szumilewicz *et al.* (2019) em sua pesquisa relatou que treinar os músculos do assoalho pélvico pode ajudar na prevenção ou no tratamento da IU melhorando sua função esfínteriana, ainda referiu que houve um crescimento significativo da amplitude dessa musculatura, além de um benéfico aumento das contrações durante as atividades físicas e uma relativa melhora na habilidade de relaxamento após rápidos movimentos. Referente a isso, é evidente que exercícios não prejudicam o assoalho pélvico em gestantes com incontinência urinária, e sim, favorecem inúmeros benefícios tal como a melhoria das funções motoras, proporcionando para essas mulheres uma melhor qualidade de vida sem a perda de urina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos estudos mencionados os métodos terapêuticos eficazes abordados para o tratamento da IU na gestação foram o treinamento da musculatura do assoalho pélvico combinados com outras técnicas, como exercícios de Kegel, exercícios perineais, contração e relaxamento do MAP, palpação vaginal, biofeedback eletromiográfico, e treinos físicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gravidez o que é, sintomas, complicações, tipos e prevenção**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://saude.gov.br/saude-de-a-z/gravidez>. Acesso em: 17 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Incontinência urinária: o que é, sintomas, complicações, tipos, prevenção e tratamento**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/dicas-em-saude>. Acesso em: 17 set. 2020.

DIRETRIZES de Incontinência Urinária. 2019. Disponível em: <http://conitec.gov.br/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MANUAL de Uroginecologia e Cirurgia Vaginal. 2015. Disponível em: PubMed/Manual_de_Uroginecologia_e_Cirurgia_Vaginal. Acesso em: 27 ago.2020.

SZUMILEWICZ, A. *et al.* Prenatal high low impact exercise program supported by pelvic floor muscle education and training decreases the life impact of postnatal urinary incontinence: a quasi experimental trial. **Medicine (Baltimore)**, [s. l.], n. 99, 2. 6, feb. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32028397/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NAS DISFUNÇÕES SEXUAIS EM MULHERES NO CLIMATÉRIO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Ilan Maria da Silva Freitas¹ (Aluna do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ. Aracati-CE 2021. E-mail: ilanamariadsf2013@gmail.com), Daniela Maria Silva Maia² (Profa. da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Orientadora da Pesquisa. E-mail: daniela.maia@fvj.br).

RESUMO

Durante o início do período não reprodutivo, também conhecido como climatério, ou menopausa, as mulheres vivenciam alterações nos hormônios progesterona e estrogênio, que provocam alterações nas funções reprodutivas, desencadeando alterações físicas, psicológicas e fisiológicas. Dos sintomas dessa fase, pode-se destacar as disfunções sexuais, que acabam afetando a qualidade de vida dessas mulheres e seu estado emocional. Nesse contexto, este artigo propõe apresentar, por meio de uma revisão integrativa sobre o tema, as disfunções sexuais que mais acometem as mulheres climatéricas e as técnicas fisioterapêuticas mais eficazes para o tratamento adequado. A partir da abordagem exploratória e descritiva de alguns artigos, principalmente com a utilização de questionários e estudos observacionais, na qual foi utilizada as plataformas de pesquisa Scielo, Pubmed, Lilacs e Google acadêmico, totalizado uso de 5 artigos. Onde as participantes do estudo foram orientadas a fazer exercícios de Kegel, treinamento da musculatura do assoalho pélvico (TMAP), além de técnicas de terapia e relaxamento. Observou-se que, de maneira geral, houve aumento do desejo, excitação e lubrificação, melhora da disfunção sexual, contribuição para o tratamento da dispareunia em mulheres climatéricas e redução dos sintomas climatéricos. Portanto, foi possível observar o papel da fisioterapia com suas diversas formas de tratamento para a disfunção, porém, embora algumas melhorias sejam notáveis, este tema ainda necessita de mais estudos.

Palavras-chave: Climatério. Disfunção sexual. Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

No climatério acontece uma queda gradual dos hormônios progesterona e estrogênio, causando a diminuição da função dos ovários e gerando alterações no corpo da mulher. (OLVEIRA, 2016);

Os sintomas variam de acordo com a qualidade de vida das mulheres, podem surgir doenças cardiovasculares, vasomotoras, diminuição cognitiva, osteoporose, distúrbios do sistema urinário, dores musculares, mudanças lipoprotéicas, sono desregulado, disfunções sexuais entre outros. (DEDICAÇÃO, *et al.*, 2017).

A diminuição da produção de estrogênio na fase do climatério interrompe o desejo sexual, estima-se que cerca de 68% a 86,5% das mulheres sofram de disfunção sexual. (AMARAL *et al.*, 2020).

Conforme a Sociedade Internacional para o Estudo da Saúde Sexual da Mulher (ISSWSH) existem quatro tipos de DFS: HSDD (transtorno do desejo sexual hipoativo), distúrbios da excitação sexual (genital e cognitiva), distúrbios orgásticos e distúrbios da dor sexual. Segundo estudos, mulheres pós- menopausa apresentam 30% de distúrbios de excitação. (MARTIMBIANCO, *et al.*, 2020).

As técnicas fisioterapêuticas apresentadas nos artigos têm mostrado uma maior atuação nas equipes multidisciplinares para o tratamento das DFS. O enfraquecimento e a falta de tonicidade da musculatura pélvica auxilia na dificuldade de atingir o orgasmo. Já se houver algum exercício da musculatura pélvica, como: o aumento de força e o controle dessa região, nota-se uma melhora da função sexual. A fisioterapia voltada para

sexualidade, é focada na compreensão da anatomia pélvica, educação e consciência corporal, reeducação do assoalho pélvico, massagem perineal e treinamento da musculatura do assoalho pélvico. (SACOMORI *et al.*, 2015).

METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como sendo uma revisão integrativa da literatura, utilizando uma abordagem metodológica referente as revisões, permitindo a inclusão dos estudos experimentais. O estudo foi realizado nos meses de janeiro a junho de 2021, textos em português e inglês.

A pergunta norteadora do estudo foi: Quais os métodos fisioterapêuticos utilizados para atender as mulheres climatéricas que apresentam DFS? Para responder esta pergunta norteadora, a pesquisa foi feita nas bases de dados PubMed (US National Library of Medicine National Institutes of Health), *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde).

Foram incluídos na pesquisa artigos encontrados com as combinações feitas dos descritores, artigos publicados nos últimos 5 anos, texto em português e inglês completo e gratuito, permitindo a inclusão dos estudos experimentais para o compreensão das pesquisas analisadas, a partir do estudo dos artigos que abordassem a atuação da fisioterapia nas disfunções sexuais em mulheres no climatério. Foram excluídos do estudo artigos que não preencheram os critérios de inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 2.868 e excluídos 2.863 sendo incluídos 05 artigos na pesquisa.

Segundo os autores o treino da musculatura do assoalho pélvico é considerada uma técnica fisioterapêutica que apresenta uma maior eficiência no tratamento das DFS em mulheres climatéricas.

Segundo Nazarpour (2018), o treinamento da musculatura do assoalho pélvico (MAP) como exercícios de contração e relaxamento apresenta uma melhora na função sexual, facilitando a excitação, melhora da lubrificação, a satisfação sexual, proporcionando o orgasmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos apontaram que as técnicas fisioterapêuticas como exercícios de Kegel, liberação da musculatura pélvica, uso de cones vaginais, biofeedback, e o treinamento da MAP apresentam resultados positivos para melhora das DFS de mulheres climatéricas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. T. P. *et al.* Impacto de um Protocolo de Exercícios na Sexualidade e Qualidade de Vida de Mulheres Climatéricas. **ABCS Health Sciences**, [s. l.], v. 45, 4 maio 2020. Disponível em: <https://www.portalnepas.org.br/abcshs/article/view/1263>. Acesso em: 08 fev. 2021.

DEDICAÇÃO, Anny Caroline *et al.* Prevalence of musculoskeletal pain in climacteric women of a Basic Health Unit in São Paulo/SP. **Revista Dor**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 212-216, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-00132017000300212&lang=pt. Acesso em: 11 fev. 2021.

MARTIMBIANCO, Ana Luiza Cabrera *et al.* Tribulus Terrestris for Female Sexual Dysfunction: A Systematic Review. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [s. l.], v. 42, n. 7, p. 427-435, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032020000700427&lang=pt. Acesso em: 19 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ana Heloísa Faustino Viana *et al.* Contribuições da fisioterapia na incontinência urinária no climatério. **Revista de Ciências Médicas**, Campinas, SP, v. 26, n. 3, p. 127-133, set./dez. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-948386>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SACOMORI, Cinara *et al.* Pelvic floor muscle strength and sexual function in women. **Fisioterapia em Movimento**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 657-665, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-51502015000400657&lang=pt. Acesso em: 21 abr. 2021.

INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NA DISPAREUNIA FEMININA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Géssyca Clara Reinaldo da Silva¹ (Aluna do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ. Aracati-CE 2021. E-mail: gessycareinaldo@gmail.com)
Daniela Maria Silva Maia² (Profa. da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Orientadora da Pesquisa. E-mail: daniela.maia@fvj.br).

RESUMO

A dor na vagina sendo incessante e relacionada à penetração do ato sexual é caracterizada como dispareunia. Desse modo a fisioterapia pélvica recupera o bom funcionamento dos músculos do assoalho pélvico com resultado positivo na função sexual, satisfação de mulheres e diminuição da dor durante a relação sexual. O objetivo desse trabalho foi evidenciar a atuação fisioterapêutica no tratamento da dispareunia, através da pesquisa no acervo de literatura, bem como, identificar o nível de dor antes e depois do tratamento. Esse estudo se caracterizou como uma revisão sistemática de literatura, exploratória e descritiva, com base em artigos que explanassem sobre a fisioterapia na dispareunia. A pesquisa do acervo científico foi realizada nas bases de dados eletrônicas: PEDro, PubMed e Cochrane Library, com ensaios clínicos randomizados de 2015 a 2021 em inglês e português. Foram avaliados 42 artigos onde foram selecionados 5 artigos para utilização na pesquisa. As técnicas utilizadas nos estudos foram alongamento, treinos nos músculos pélvicos, biofeedback, eletroterapia, terapia manual e conscientização perineal com melhoria na dor e função sexual. A fisioterapia mostrou-se benéfica na dispareunia e saúde sexual feminina.

Palavras- chave: Dispareunia. Saúde sexual. Modalidades de fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A disfunção sexual feminina (DSF) foi definida como uma interrupção ou comprometimento em alguma das fases da resposta sexual: desejo, excitação, orgasmo e a presença de dor. (NEIJENHUIJS *et al.*, 2019).

A dor na vagina sendo incessante e relacionada à penetração do ato sexual é caracterizada como dispareunia. Essa DSF é dividida em primária quando o relato de dor acontece na primeira relação sexual da mulher, e secundária quando ocorre depois de um coito sem dor. (THARAN *et al.*, 2019).

De acordo com a American Psychiatric Association (2014), a dispareunia é uma dificuldade para ter penetração vaginal, dor vulvovaginal que é mais superficial, dor pélvica que é sentida com uma penetração mais profunda, medo da dor antes, durante ou após a penetração.

METODOLOGIA

A presente pesquisa qualificou-se como uma revisão sistemática de literatura com abordagem exploratória qualitativa, com base em artigos que explanassem sobre a assistência da fisioterapia em mulheres com dispareunia. Respondendo a subseqüente pergunta norteadora: Como a fisioterapia pélvica atua para melhorar a saúde sexual de mulheres com dispareunia?

As buscas do estudo ocorreram no período de junho de 2020 a abril de 2021. A pesquisa do acervo científico foi indexada nas bases de dados eletrônicas: PEDro (*Physiotherapy Evidence Database*), PubMed (*National Library of Medicine*), e *Cochrane Library*, utilizando os seguintes descritores em português: dispareunia; disfunções sexuais

fisiológicas; sexualidade; saúde sexual e modalidades de fisioterapia. Os mesmos foram consecutivamente traduzidos para o inglês: *dyspareunia; sexual dysfunction physiological; sexuality; sexual health e physical therapy modalities*.

Os critérios de inclusão da pesquisa foram: artigos acessíveis gratuitamente e disponíveis na íntegra, publicados entre os anos de 2015 a 2021 que apresentassem e discutissem sobre o tema de acordo com os descritores aludidos; artigos veiculados com o idioma na língua portuguesa e/ou inglesa; ensaios clínicos que abordassem sobre o recurso fisioterapêutico na disfunção sexual feminina enfatizando a dispareunia; que abordassem a dispareunia como sintoma secundário; com score igual ou maior que 7 na escala PEDro; como também ensaios randomizados.

Dentre os critérios de exclusão estão: artigos incompletos, monografias, trabalhos de conclusão de graduação, anais de congresso, guidelines, cartas ao editor, teses de dissertação de mestrado e doutorado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa conduziu-se a princípio e foram achados 163.830 artigos nas bases de dados listadas acima. Em seguida, após a utilização dos critérios de inclusão e exclusão restaram 13.829 artigos, sendo selecionados 33 artigos pelo título e 9 pelo resumo. Ao final foram eleitos 5 artigos com potencialidade de inclusão para a formação da amostra final da revisão.

Foi realizado um estudo com o intuito de avaliar os resultados da reabilitação do assoalho pélvico acerca da dispareunia, o primeiro grupo recebeu tratamento fisioterapêutico, já o grupo controle não recebeu nenhum tratamento. Foi realizada explicação sobre a anatomia e funcionalidade dos músculos que compõe o assoalho pélvico (MAP), técnica manual de liberação de ponto gatilho no assoalho pélvico, liberação miofascial intravaginal, massagem intravaginal profunda, eletroterapia, biofeedback digital e em casa foi realizado exercícios graduais e progressivos para os MAP. Comparando as mulheres após o tratamento o grupo que recebeu intervenções melhorou a dor genital que diminuiu da escala EVA de 9,03 para 1,66. (GHADERI et al., 2019).

As participantes obtiveram treinamento nos músculos do assoalho pélvico, termoterapia infravermelha, liberação miofascial do assoalho como também dos músculos diafragma, piriforme e iliopsoas, técnicas de contrair e relaxar também foram executadas. Após as técnicas foi observado que as mulheres melhoraram a dor, caracterizando um desfecho significativo igualmente aos artigos citados acima. (Schvartzman et al. (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o que foi mencionado nos estudos, a fisioterapia salientou benefícios positivos e satisfatórios sobre mulheres com dispareunia. As técnicas utilizadas foram alongamento, treinos dos músculos pélvicos, biofeedback, eletroterapia, terapia manual e conscientização perineal, geraram melhoria na dor, força perineal, na função sexual e qualidade de vida, somente a terapia a laser não trouxe resultados positivos, sendo assim uma terapia não relevante no tratamento da dispareunia.

REFERÊNCIAS

PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. São Paulo: Artmed editora LTDA, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

GHADERI, F. *et al.* Pelvic floor rehabilitation in the treatment of women with dyspareunia: a randomized controlled clinical trial. **International Urogynecology Journal**, [s. l.], v. 30, p. 1849-1855, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00192-019-04019-3>. Acesso em: 28 set. 2020.

NEIJENHUIJS, K. I. *et al.* The Female Sexual Function Index (FSFI) - A Systematic Review of Measurement Properties. **The Journal of sexual medicine**, [s. l.], p.1-21, 2019. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30956110>>. Acesso em: 06 set. 2019.

SCHVARTZMAN, R. *et al.* Physical therapy intervention for women with dyspareunia: a randomized clinical trial. **Journal of Sex & Marital Therapy**, [s. l.], p. 1-31, jan. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0092623X.2018.1549631>. Acesso em 29 set. 2020.

TRAHAN, J. *et al.* The Efficacy of Manual Therapy for Treatment of Dyspareunia in Females: A Systematic Review. **Journal of Women's Health Physical Therapy**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 28-35, jan./mar. 2019. Disponível em: https://journals.lww.com/jwhpt/Abstract/2019/01000/The_Efficacy_of_Manual_Therapy_for_Treatment_of.5.aspx. Acesso em: 13 ago. 2020.

ANÁLISE SOBRE A DOR E DESCONFORTO DO RECÉM-NASCIDO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: REVISÃO INTEGRATIVA

Gabriel Rebouças da Silva¹ (Aluno do Curso de fisioterapia da faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: gabrielrs555@gmail.com), orientadora ² Kariza Lopez Barreto (Professora Especialista da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: kariza.barreto@fvj.br).

RESUMO

Introdução: desde o nascimento o Recém-Nascido Prematuro (RNPT) passa por diversas dificuldades advindas da sua prematuridade e dos inúmeros procedimentos para garantir a sua homeostase. **Objetivo:** analisar a ocorrência de dor ou desconforto em neonatos internados na unidade de terapia intensiva neonatal e a forma de avaliação da mesma por meio de uma revisão integrativa de literatura. **Metodologia:** o estudo é uma revisão integrativa de literatura de caráter quantitativo, os artigos foram pesquisados na PEDro, PubMed e SciELO, outras fontes de dados como OMS e um livro disponível na biblioteca da faculdade foram consultadas para mais descritores de recém-nascidos. Foram selecionados artigos dos últimos 10 anos, Artigos publicados nas bases de dados propostas de forma integra e gratuita na Língua portuguesa e Língua Inglesa. **Resultados:** foram achados 53 artigos no total e após aplicar os critérios de elegibilidade restaram 17 artigos, esses artigos foram aplicados a tabela de pontuação de PEDro e aplicados em uma adaptação da tabela de URSI. **Conclusão:** apesar da maioria dos estudos selecionados registrarem dor, desconforto e indícios dos mesmos, notou-se uma sub utilização das escalas de avaliação de dor, além de uma irrisória utilização de medidas farmacológicas e não farmacológicas pela equipe da UTIN como um todo.

Palavras-chave: Dor. Terapia Intensiva Neonatal. Recém-Nascido.

INTRODUÇÃO

De acordo com uma coalizão global, de 2018 entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), nascem aproximadamente 30 milhões de Recém-Nascidos Prematuros (RNPT), com baixo peso, que acabam adoecendo nos primeiros dias de vida (OMS, 2018).

O RNPT ao nascer necessita de um local que disponha de recursos terapêuticos, humanos e tecnológicos capacitados, viabilizando uma ponderação mais complexa. No entanto a hospitalização do RNPT na Unidade De Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) correlacionada há sujeição de inúmeros procedimentos como a aspiração das vias aéreas e a intubação endotraqueal, capazes de causar desconforto, estresse e dor. (SANTOS *et al.*, 2012).

Mesmo com a fácil elaboração da escala, a avaliação da dor e a elaboração de protocolos por meio dela não é uma realidade atual. Com isso a impasses para implementação de parâmetros de manejo da dor nas UTIN. (ALVEZ *et al.*, 2013).

MARCO TEÓRICO

São poucos os estudos que avaliam os efeitos dos procedimentos realizados na UTIN, em neonatos na atualidade, e os poucos estudos que falam do assunto, só levam em conta o pouco tempo em que os neonatos experimentam dor, não deliberando sobre o alto número de procedimentos diários na UTIN. Tendo em vista o irrelevante nível de estudos sobre as sequelas que os procedimentos podem provocar em neonatos.

METODOLOGIA

Este estudo definiu-se como uma revisão integrativa da literatura, com caráter de análise descritiva, com base na pesquisa de artigos que deliberassem sobre a dor e desconforto do RNPT na UTI.

Os artigos científicos foram pesquisados nos seguintes bancos de dados: Pedro (*Physiotherapy Evidence Database*), Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), e Pubmed (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica). Foram utilizados para a busca, os seguintes descritores de acordo com o DeCS: Dor; Terapia Intensiva Neonatal; Recém-Nascido.

Do total de 64 artigos foram eliminados 3 artigos por duplicatas, em seguida foram eliminados mais 4 artigos por não estarem em português ou inglês, seguindo para a próxima etapa foi feita a leitura dos títulos onde pode-se observar que 20 deles não condiziam com o tema deste artigo e na última etapa de apuração dos artigos foi feita a leitura dos resumos, foram excluídos mais 20 artigos, 7 por discrepância textual e 13 por não abordarem o tema de dor ou desconforto na UTIN, restando a 17 artigos sendo distribuídos da seguinte forma: PEDro eram 5 artigos os 5 foram excluídos; PubMed eram 6 artigos restaram 4; Scielo eram 53 restaram 13

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Costa *et al.* (2010) a constante e repetida exposição de procedimentos dolorosos com resultante de estresse, finda em um gasto metabólico ampliando resultando numa drenagem das reservas energéticas, prejudicando o ganho de peso, exacerbando suas condições clínicas e prolongando o tempo do na UTIN.

Após o neonato ser submetido as técnicas do cotidiano de uma UTIN os seus sinais vitais levam de 3 a 15 minutos para voltar aos valores basais e o neonato se acalmar. (TAVARES, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo identificou que mesmo com um grande número de profissionais experientes na área, notou-se uma lacuna de conhecimento sobre as escalas de avaliação da dor e desconforto, fator esse que pode ser advindo da não inclusão da temática da dor na capacitação dos profissionais da UTIN.

Apesar deste estudo encontrar indícios de dor ou desconforto nos RN, em mais da metade dos artigos selecionados, faz-se necessário mais estudos sobre o

tema, já que ainda hoje há tão poucos estudos que abordem e se aprofundem sobre a percepção dor ou desconforto na UTIN, em razão dos inúmeros procedimentos supostamente dolorosos e até mesmo estudos que avaliem possíveis enfermidades que venham futuramente em decorrências dos constantes estímulos dolorosos que são rotineiros na estadia do RN nas Unidades De Terapia Intensiva Neonatal.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. B. *et al.* Dor Neonatal: a Percepção da equipe de enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, v. 4, n. 1, p. 510-515, jan. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732013000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 ago. 2020.

COSTA, P. *et al.* Dimensionamento da dor durante a instalação do cateter central de inserção periférica em neonatos. **Acta Paul. Enferm.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 35-40, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/cXXVk84B8GmG6vWqrXQnQpQ/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2020.

OMS. **7. OMS:** cerca de 30 milhões de bebês nascem prematuros por ano no mundo. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-cerca-de-30-milhoes-de-bebes-nascem-prematuros-por-ano-no-mundo/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

SANTOS L. M.; RIBEIRO, I. S.; SANTANA, R. C. B. Identificação e tratamento da dor no recém-nascido prematuro na Unidade de Terapia Intensiva. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, DF, v. 65, n. 2, p. 269-275, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/hG4vyZcbdSn8WkSQZYtQ3Gh/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2019.

TAVARES, A. B. *et al.* Fisioterapia respiratória não altera agudamente os parâmetros fisiológicos ou os níveis de dor em prematuros com síndrome do desconforto respiratório internados em unidade de terapia intensiva. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 373-379, oct./ dec. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fp/a/zSbtwWqp7yLj7NR49GdLnNm/?lang=pt>. Acesso: 29 ago. 2020

RELAÇÃO ENTRE A DISCINESE ESCAPULAR COM A OCORRÊNCIA DE DOR EM ATLETAS OVERHEAD – REVISÃO DE LITERATURA*

Patrick Müller Barreto Dantas 1

Claudia Vaz Pupo de Melo 2

1 Graduando do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: fisiopatrickdantas@gmail.com. 2 Orientadora Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe. Email: zoclaudia@hotmail.com

RESUMO

A discinese escapular constitui-se em mudanças na posição e no movimento da escápula pode ocasionar um desequilíbrio nos músculos estabilizadores da escápula e assim projetando movimentos errados que pode acometer outras musculaturas e prejudicando todo o complexo do ombro. Este artigo trata-se de uma revisão de literatura com vários levantamentos, realizados entre os meses de janeiro à maio de 2021, com pesquisas nas bases de dados das plataformas: PEDro, Scielo, PubMed e Cochrane sendo escolhidos os descritores com DeCs, combinados com as partículas booleanos “AND” e “OR”, Lesões no Ombro, Ombro, Dor, Discinese escapular, Incapacidade. As leituras evidenciaram que existe relação entre a discinese escapular com dor em atletas overhead, ainda assim é um fator importante e tem que ser melhor abordado com mais pesquisas de fato para um melhor entendimento sobre essa relação.

Palavras-Chaves: Lesões no ombro; Ombro; Dor; Incapacidade; Discinese Escapular.

INTRODUÇÃO

O ombro é dito um complexo articular por ser formado por um conjunto de cinco articulações funcionalmente integradas, sendo elas a esternoclavicular, acromioclavicular, escapulotorácica, subdeltoideana e glenoumeral. Dessas cinco articulações, três são consideradas como anatomicamente verdadeiras (esternoclavicular, acromioclavicular e glenoumeral), e duas são consideradas como articulações falsas do ponto de vista anatômico (subdeltoideana e escapulotorácica). A ocorrência de uma alteração no padrão cinemático e/ou no posicionamento normal da escápula, principalmente durante a movimentação ativa de elevação do membro superior, é nomeada na literatura científica como Discinese Escapular, no qual tal condição pode ocorrer tanto durante a realização de atividades diárias e/ou esportivas (TATE; MCCLURE; KAREHA; IRWIN; BARBE, 2009). Ao identificar a presença de Discinese Escapular em atletas overhead pode-se atuar através de estratégias que promovam a melhoria do padrão cinemático escapular, afim de se prevenir a ocorrência de uma agressão mecânica aos tecidos do complexo do ombro. Ao identificar a presença de Discinese Escapular em indivíduos sintomáticos e/ou com limitação da função, é possível traçar estratégias terapêuticas que possam favorecer o processo de recuperação funcional, afim de devolver ao indivíduo sua capacidade funcional (SILVA, 2010). Portanto, este estudo teve como objetivo averiguar e realizar um levantamento na literatura a respeito sobre a relação existente entre a presença de Discinese Escapular com a ocorrência de dor em atletas overhead.

METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como sendo uma revisão de literatura utilizando o método quantitativo com abordagem exploratória e descritiva a partir da análise de artigos que abordassem a relação entre a discinesia escapular com a ocorrência de dor em atletas overhead. Para o desenvolvimento do estudo, salienta-se as etapas de uma revisão: compreensão da temática e problematização do estudo. Estabelecendo critérios de elegibilidade dos artigos científicos que irão constar na revisão, em como a busca da literatura nas plataformas científicas; determinação das informações que serão sumariadas elegíveis/categorização dos artigos; pesquisa exploratória dos estudos escolhidos; interpretação dos resultados discurso do artigo completo.

O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de janeiro a maio de 2021.

Para tanto, a pesquisa ocorreu nas seguintes bases de dados das plataformas virtuais: PEDro (PhysiotherapyEvidenceDatabase), PubMed (National Library of Medicine), Cochrane Library, Scielo (Scientific Electronic Library Online). Os descritores (DECS) usados em português foram: Lesões no Ombro/ Ombro/ Dor/ Discinesia escapular/ Incapacidade e seus correspondentes na língua inglesa foram: Shoulder Injuries/ Shoulder/ Pain/ Scapular dyskinesis/ Inability.

Estes foram os combinados utilizando o AND e OR na intenção de estabelecer pontos convergentes e divergentes entre si. As combinações usadas fora: Discinesia escapular em atletas e prevenção de lesões no ombro/ Scapular dyskinesis in athletes AND shoulder injury prevention/ Scapular dyskinesis in athletes and shoulder injury prevention/ Tratamento para discinesia escapular em atletas arremessadores e Lesões no ombro em tenistas e lesões no ombro em jogadores de voleibol/ Treatment for scapular dyskinesis in pitchers AND shoulder injuries in tennis players AND shoulder injuries in volleyball players.

Dentre os critérios de elegibilidade do estudo destacaram-se artigos publicados nos anos de 2009 a 2021 que abordassem a temática em consonância com os descritores citados; estudos publicados dentro da Língua Portuguesa e/ou Língua Inglesa bem como artigos disponíveis eletronicamente gratuitos e na íntegra; ensaios clínicos randomizados multicêntricos; cegos e/ou controlados; ensaios clínicos; artigos de meta-análises.

Foram excluídas monografias, cartas ao editor, artigos científicos incompletos, anais de congresso, artigos que não abordassem os descritores estabelecidos, teses de dissertação de mestrado e doutorado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos descritores selecionados e em um alinhamento com a temática proposta, foram encontrados 328 artigos nas bases de dados citados acima. Após a aplicabilidade dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 31 que foram todos lidos na íntegra, finalizando com o total 10 artigos para a composição da amostra dessa revisão. Os 10 artigos selecionados e apresentados na relação a respeito da discinesia escapular com ocorrência de dor em atletas overhead.

A discinesia escapular pode ser considerada um fator determinante para queixas álgicas e até lesões. No tênis que é um esporte de grande resistência e grande amplitude de movimento para o saque, isso faz com que as vezes a escapula depois de muitos movimentos, faça movimentos assimétricos podendo ser um fator ou não para a incidência de discinesia escapular (HOGAN; CORBETT; ASHTON; PERRATON; FRAME; DAKIC, 2020).

Queixas álgicas e lesões são bem comum em atletas que estão envolvidos em esportes aéreos, e pode existir uma correlação entre a discinesia escapular com as queixas álgicas e lesões. Autores afirmam que movimentos escapulares anormais pode ser fator para gerar alguma dor e lesão, mas ainda assim faltam métodos clínicos mais confiáveis fazendo com que haja uma melhor concordância (MCCLURE; TATE; KAREHA; IRWIN; ZLUPKO, 2009).

A ligação entre o movimento escapular e a dor, teve um índice bem favorável a dor, descobrindo que atletas com discinesia escapular têm um risco 43% maior de desenvolver dor no ombro em comparação com colegas que não tinham discinesia. Isso mostra e reforça o argumento de que a discinesia escapular pode contribuir para o desenvolvimento de dor no ombro. A discinesia escapular pode ser considerada uma 'causa' em vez de uma 'consequência' em alguns casos de dor no ombro (HICKEY; SOLVIG; CAVALHERI; HARROLD; MCKENNA, 2017). A posição da escápula desempenha um papel importante em diversas funções do ombro e se houver alterações pode afetar na força muscular e instabilidade da cintura escapular. O início da dor no ombro pode ocorrer sem qualquer causa direta ou está relacionado a um trauma ou movimentos repetitivos, e a dor muitas vezes pode causar limitação às atividades.

CONCLUSÃO

As alterações musculares conjuntas pela discinesia escapular causam uma desarmonia e assim podendo gerar dores, tendinites e até perda de força do membro do lado acometido e até desconfortos de levantar o braço acima dos ombros.

Os estudos apontaram que, existe sim relação da discinesia escapular com a dor em atletas com overhead. Ainda assim é um fator importante e tem que ser melhor abordado com mais pesquisas de fato para um melhor entendimento sobre essa relação conjunta.

REFERÊNCIAS

- HICKEY, Darren; SOLVIG, Veronica; CAVALHERI, Vinicius; HARROLD, Meg; MCKENNA, Leanda. Scapular dyskinesis increases the risk of future shoulder pain by 43% in asymptomatic athletes: a systematic review and meta-analysis. **British Journal Of Sports Medicine**, [S.L.], v. 52, n. 2, p. 102-110, 22 jul. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28735288/>. Acesso em: 11 Maio. 2021.
- HOGAN, Campbell; CORBETT, Jo-Anne; ASHTON, Simon; PERRATON, Luke; FRAME, Rachel; DAKIC, Jodie. Scapular Dyskinesis Is Not an Isolated Risk Factor for Shoulder Injury in Athletes: a systematic review and meta-analysis. **The American Journal Of Sports Medicine**, [S.L.], p. 036354652096850, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33211975/>. Acesso em: 11 Abr. 2021.
- MCCLURE, Philip; TATE, Angela R.; KAREHA, Stephen; IRWIN, Dominic; ZLUPKO, Erica. A Clinical Method for Identifying Scapular Dyskinesis, Part 1: reliability. **Journal Of Athletic Training**, [S.L.], v. 44, n. 2, p. 160-164, 1 mar. 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19295960/>. Acesso em: 17 Mar. 2021.
- SILVA, R. Lesões no Membro Superior no Esporte. **Revista Brasileira de Ortopedia**. [S.L.], v.45, n.2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbort/a/yvvvSMrNjKdNJ56gwxq8qRpG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 Mar. 2021.
- TATE, Angela R.; MCCLURE, Philip; KAREHA, Stephen; IRWIN, Dominic; BARBE, Mary F. A Clinical Method for Identifying Scapular Dyskinesis, Part 2: validity. **Journal Of Athletic Training**, [S.L.], v. 44, n. 2, p. 165-173, 1 mar. 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19295961/>. Acesso em: 16 Jan. 2021.

AValiação da Qualidade de Vida em Pacientes Afetados pela COVID-19: Revisão Integrativa.*

Vitória Alves Ferreira**
Kariza Lopes Barreto***

Artigo apresentado ao Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, como requisito Parcial para obtenção do Título de Bacharel em Fisioterapia (FVJ). Aracati-CE, 2021.1.

** Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Aracati-CE, 2021. E-mail: Vitória.ferreira@fvj.br

*** Mestre em Fisioterapia pela Universidad Del Pacific, Orientadora, docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: kariza.barreto@fvj.br

RESUMO

Na China em dezembro de 2019, houve a primeira manifestação do novo coronavírus, a COVID-19 (uma doença infecciosa emergente causada pela síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2); durante e após esses surtos a população acometida, principalmente a idosa, possuem comprometimentos físicos, além da possibilidade de complicações da saúde mental, como por exemplo a depressão e/ou ansiedade. Esses fatores em muito diminuem a qualidade de vida e podem atenuar as execuções das atividades de vida diária. O fisioterapeuta se insere nesse contexto, com o papel de prevenir, promover, preservar e reabilitar a condição de um paciente; além desse fato, esse profissional exerce sua função no combate direto à Covid-19. Sendo assim o objetivo é de avaliar a qualidade de vida em indivíduos afetados pelo covid-19. Este estudo trata-se de uma revisão integrativa, nos seguintes bancos de dados: PubMed, PEDRo, Scielo, Lilacs, utilizando os seguintes descritores obtidos através do DECS em português e inglês para a busca desses artigos: Covid, SARS-CoV-2, Qualidade de vida (quality of life), selecionando-se 5 artigos. Evidencia-se que apesar da doença acometida e das comorbidades relacionadas, pacientes afetados pelo covid-19, em sua maioria tiveram uma relação de moderada a boa qualidade de vida. No entanto, houveram diversas limitações para esse estudo, principalmente pela escassez de periódicos do tipo ensaio clínico; isso pode ocorrer pelo fato de ser um assunto extremamente novo, visto que a pandemia ocorreu inicialmente no final de 2019 até o atual estudo; é necessário o desenvolvimento de mais estudos de qualidade, com Um melhor número de amostra, padronização das escalas, variabilidade de faixa etária, especificidade e melhor descrição dos resultados obtidos.

Palavras-Chave: Covid, Qualidade de vida, SARS-CoV-2.

INTRODUÇÃO

Na China, em Wuhan, mais especificamente na província de Hubei, em dezembro de 2019, houve a primeira manifestação do novo coronavírus (ZHANG, MA, 2020), a COVID-19 (uma doença infecciosa emergente causada pela síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2, “SARS-CoV-2”) pertencente às espécies β de coronavírus, eles são disseminados facilmente principalmente através de gotículas respiratórias e contato próximo,

além disso, são detectados em células epiteliais respiratórias humanas em até noventa e seis horas (CHAOLIN, et al, 2021).

Durante e após esses surtos a população acometida, principalmente a idosa, possuem comprometimentos físicos, além da possibilidade de complicações da saúde mental, como por exemplo, a depressão e/ou ansiedade. Esses fatores em muito diminuem a qualidade de vida e tem como capacidade debilitar as ações das atividades de vida diária (AVD). (LIU, et al, 2020; BRUGGE, et al, 2021).

O seguinte trabalho seguirá a pergunta norteadora: Qual impacto na qualidade de vida de pessoas acometidas pela COVID-19?

A fim de facilitar o direcionamento e o planejamento de estratégias fisioterapeutas focadas na necessidade do paciente, e nos seus aspectos relacionados, é importante aprofundar-se na pesquisa sobre o tema. Com isso o objetivo foi de analisar a qualidade de vida em sujeitos afetados pelo covid-19. O estudo também se propõe a apresentar os principais acometimentos decorridos ou associados ao covid-19.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa. A pesquisa foi realizada entre o mês de janeiro de 2021 a abril de 2021, os artigos científicos foram pesquisados nos seguintes bancos de dados: PubMed (Sistema Online de Busca e Análise de literatura médica), PEDRO (Physiotherapy Evidence DataBase), Scielo (Scientific Electronic Library Online), Lilacs (Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde). Foram utilizados os seguintes descritores obtidos através do DECS em português e inglês para a busca desses artigos: Covid, SARS-CoV-2, Qualidade de vida (quality of life) com o operador booleano: AND.

Foram incluídos artigos publicados a partir de janeiro de 2015 até abril de 2021, na língua portuguesa e inglesa, que abordassem a avaliação da QV em sujeitos humanos que adquiriram a covid-19, sendo esses ensaios clínicos, publicados de forma íntegra e gratuita.

Foram excluídos trabalhos de conclusão de curso, revisão sistemática, relatos de caso, que estavam repetidos e que não se encontravam completos ou em andamento, também foram excluídos aqueles que não estavam relacionados ao tema, através de uma leitura inicial dos títulos e/ou resumos. Após essa leitura inicial foi realizado uma leitura minuciosa dos artigos por completo.

O presente estudo dividiu-se em 6 etapas: 1. Pergunta norteadora: Qual impacto na qualidade de vida de pessoas que foram afetadas por esta infecção? 2. Busca, amostragem e Coleta de dados: Através da pesquisa de estudo científico nas bases de dados e do uso dos descritores supracitadas, conforme tabela 1, foram encontrados um total de 2.904 periódicos. 3. Criação do banco de dados no programa Excel (2019-2020). 4. Avaliação de dados por intermédio dos critérios de inclusão e exclusão, foram excluídos 2.900 e incluídos 4, também foram excluídos 4 artigos duplicados, melhor explicado na figura 2. 5. Análise das publicações e avaliação nos conforme da escala PEDRO, pois ela enseja a padronização da análise dos ensaios clínicos 6. Discussões dos resultados ou apresentação da revisão integrativa: Relacionando os autores e seus achados, descrevendo então, a importância em explicar sobre o impacto dessa infecção, com urgência e de interesse universal.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Os 4 artigos inclusos foram distribuídos em tabelas com tópicos: título do artigo, autor, ano, avaliação na escala PEDRO e princípios considerações. Diante do estudo, evidencia-se que apesar da doença acometida e das comorbidades relacionadas, pacientes afetados pela covid-19, em sua maioria tiveram uma relação de moderada a boa qualidade de vida. De forma geral, os indivíduos tinham idade superior a 43 anos, apresentaram depressão leve a moderada e ansiedade moderada, que pode também estar associado não somente ao vírus, mas aos efeitos da pandemia em relação ao distanciamento social.

No entanto, houveram diversas limitações para esse estudo, principalmente pela escassez de periódicos do tipo ensaio clínico. Isso pode ocorrer pelo fato de ser um assunto extremamente novo, visto que a pandemia ocorreu inicialmente no final de 2019. É necessário o desenvolvimento de mais estudos de qualidade, com um melhor número de amostra, padronização das escalas, variabilidade de faixa etária, especificidade e melhor descrição dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

ZHANG Y, MA ZF. Impact of the COVID-19 Pandemic on Mental Health and Quality of Life among Local Residents in Liaoning Province, China: A Cross-Sectional Study. **Jornal Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública**, n.17, v.7, 2020. Acessado em: 07/08/2021, Disponível em : <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32244498/>
doi: <https://doi.org/10.3390/ijerph17072381>

CHAOLIN HUANG, MD, et al. Consequências de 6 meses de COVID-19 em pacientes que receberam alta do hospital: um estudo de coorte. **The lancet**, v.397, P. 220-232, 2021. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32656-8/fulltext#](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32656-8/fulltext#) Acessado em: 07/03/2021 Doi: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32656-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32656-8)

LIU , et al. Reabilitação respiratória em pacientes idosos com COVID-19: Um estudo randomizado controlado. **Terapias complementares na prática clínica**, 2020, v.39, p.: 1-5, Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7118596/pdf/main.pdf>
Acessado em: 07/03/2020. doi: 10.1016 / j.ctcp.2020.101166

BRUGGE, S. V. D. S, et al. “Função pulmonar e qualidade de vida relacionada à saúde após a pneumonia por COVID-19.” **Medicina respiratória**, v.176, p. 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7701891/> Acessado em: 07/03/2021. Doi: 10.1016.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA ONCOLOGIA PEDIÁTRICA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Amara Lima Carvalho¹ (Aluna do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ. Aracati-CE 202. E-mail: carvalho.amara2904@gmail.com), Daniela Maria Silva Maia² (Profa. da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Orientadora da Pesquisa. E-mail:daniela.maia@fvj.br).

RESUMO

O câncer infanto-juvenil define-se como o crescimento atípico e desordenado de células comuns a um conjunto de doenças que podem acometer as variadas partes do organismo. A atuação da fisioterapia na oncologia, surge com intenção de resguardar, conservar e recondicionar a integridade cinético funcional dos sistemas e órgãos do paciente com câncer, assim como prevenir os distúrbios ocasionados pelo tratamento. Dessa forma o objetivo principal do presente estudo foi analisar a atuação e os benefícios da fisioterapia no tratamento da criança com câncer. Este estudo qualificou-se como sendo uma revisão sistemática da literatura, nele foi utilizado o método quantitativo de forma exploratória com base no estudo e exploração de artigos que tratassem da atuação da fisioterapia no tratamento da criança com câncer. As bases de dados onde foram realizadas as buscas foram Pedro, Pubmed, Scielo e Cochrane. Foram encontrados 157 artigos, onde após análise, apenas 9 artigos enquadraram-se nos critérios. Como achados encontrados nos estudos foram observados melhora de ADM's, força muscular, melhora no condicionamento físico e psicológico, além de melhora na qualidade de vida. Assim, por meio deste estudo, ficou claro que mesmo sendo um campo de atuação razoavelmente novo e ainda pouco falado, a fisioterapia oncológica tem papel fundamental no tratamento do paciente com câncer.

Palavras-chave: Neoplasias. Pediatria. Atividade motora. Modalidades de fisioterapia.

INTRODUÇÃO

O câncer infanto-juvenil define-se como o crescimento atípico e desordenado de células comuns a um conjunto de doenças que podem acometer as variadas partes do organismo. Diversamente ao câncer adulto, este câncer normalmente acomete as células do sistema sanguíneo e os tecidos que sustentam o corpo. Como são maioritariamente de natureza embrionária, os tumores deste tipo de neoplasia são compostos por células indiferenciadas, proporcionando assim, uma resposta positiva aos atuais tratamentos. (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER, 2020).

Um dos tratamentos mais conhecido para o câncer é a quimioterapia, a mesma é conhecida pelos efeitos adversos que causa, como náusea, vômito, alopecia, diarreia ou constipação e outros, afetando a qualidade de vida dos pacientes. Adjunto a isso, alterações na aparência, dificuldade de se relacionar e manter o emprego e até questionamentos relacionados a prognóstico de cura, prejudicam o psicológico deles. Assim o tratamento multidisciplinar é de extrema importância para estes pacientes, que devem ter acesso ainda a nutricionistas, psicólogos e fisioterapeutas. (WAKIUCHI *et al.*, 2019).

A atuação da fisioterapia na oncologia, surge com intenção de resguardar, conservar e recondicionar a integridade cinético funcional dos sistemas e órgãos do paciente com câncer, assim como prevenir os distúrbios ocasionados pelo tratamento. A fisioterapia oncológica trabalha a integralidade e de forma interdisciplinar, promovendo saúde em todos os níveis de atenção, reestabelecendo a funcionalidade dos pacientes. (RANZI *et al.*, 2019).

METODOLOGIA

Este estudo qualificou-se como sendo uma revisão sistemática da literatura, nele foi usado o método quantitativo de forma exploratória com base no estudo e exploração de artigos que abordassem a atuação da fisioterapia no tratamento da criança com câncer.

O presente estudo foi elaborado entre agosto de 2020 a abril de 2021, tendo como pergunta norteadora: De que forma a fisioterapia pode atuar na oncopediatria e quais os benefícios a fisioterapia pode trazer a estes pacientes?

As bases de dados onde foram feitas as buscas foram Pedro (*Physiotherapy Evidence Database*), Pubmed (Public/publisher MEDLINE), Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Cochrane (*Cochrane Library*). As palavras-chave usadas foram: Modalidades de fisioterapia (*Physiotherapy modalities*), Neoplasia (*Neoplasm*), Pediatria (*Pediatrics*) e Atividade motora (*Motor activity*).

Para serem incluídos neste trabalho os artigos precisavam ser ensaios clínicos elaborados entre os anos 2015 e 2021 que fossem publicados na íntegra e com acesso gratuito, as línguas aceitas para fazer parte do estudo foram inglês e português. Os artigos deviam tratar da atuação fisioterapêutica no tratamento de crianças com câncer, artigos que abordassem a prática de atividade física por parte de pacientes oncopediátrico e estudos que demonstrassem o benefício da fisioterapia ou da prática de exercícios físicos na oncologia pediátrica.

Os artigos que fossem revisão sistemática ou integrativa de literatura, jornais, monografias, artigos que estivessem incompletos e que não abordaram e se encaixaram nos descritores escolhidos, foram excluídos e não entraram em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os artigos passaram por uma leitura minuciosa, a fim de afinar a análise por meio de informações dos mesmos como, ano do artigo, profissionais que participaram, metodologia utilizada e resultados encontrados. Foi analisado ainda, se os resultados encontrados são válidos e se tem importância científica e literária que possam enriquecer a temática abordada.

Após pesquisa nas bases de dados mencionadas anteriormente, por meio dos descritores também mencionados, foram encontrados 157 artigos. Tais artigos encontrados passaram por filtragem, alinhando-os aos critérios de inclusão, onde apenas 9 artigos enquadraram-se nos critérios e 148 foram excluídos.

Fiuza-Luces *et al.* (2017), demonstrou em seu estudo que além de ser seguro, pacientes pediátricos que foram submetidos a um programa de exercícios com halteres, pedalada e corrida, ainda no hospital obtiveram um aumento da força muscular significativo, além de aumento e melhora de algumas outras funções como, capacidade funcional e ganho de massa corporal. Além de melhora na aptidão cardiorrespiratória e do efeito positivo desses exercícios para este público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais benefícios encontrados no estudo durante e após o tratamento quimioterápico e/ou radioterápico, mostram que os tratamentos fisioterapêuticos podem ajudar na melhora na funcionalidade, diminuição da dor, aumento no ganho de massa e crescimento, além de prevenção de alterações físicas causadas pelo tratamento e pelo sedentarismo que alguns pacientes acabam desenvolvendo, como diminuição de ADM's e força muscular. Fica evidenciado ainda, a necessidade de mais estudos na área, a fim de melhorar tais protocolos de atendimento e embasar cientificamente este assunto.

REFERÊNCIAS

FIUZA-LUCES, C.; PADILLA J. R.; SOARES-MIRANDA, L. Exercise Intervention in Pediatric Patients with Solid Tumors: The Physical Activity in Pediatric Cancer Trial. *Med Sci Sports Exerc.* [s. l.], v. 49, n. 2, p. 223-230, 2017. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27631396/>> . Acesso em: 26 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Câncer infantojuvenil**, 2020. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-infantojuvenil>> . Acesso em: 24 ago. 2020.

RANZI, C. *et al.* Effects of exercises on pain and functional capacity in hospitalized cancer patients. **BrJP**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 255-259, jul./set. 2019; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/brjp/a/WvQhdwnvF7YwNyxHk5KDRfH/?lang=en>. Acesso em: 26 out. 2020.

WAKIUCHI, J. *et al.* Rebuilding subjectivity from the experience of cancer and its treatment. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília**, DF, v. 72, n. 1, p. 125-133, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/KHSn5nh3DPzWm5C9KTt5bZj/?lang=en>. Acesso em: 26 out. 2020.

TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO NA INCONTINÊNCIA URINÁRIA PÓS-AVE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA Francisco Alysson Barboza da Silva¹ (Aluno do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ. Aracati-CE 2021. E-mail: alyssonbarboza2016@gmail.com), Daniela Maria Silva Maia² (Profa. da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Orientadora da Pesquisa. E-mail: dany92hpn@hotmail.com).

RESUMO

Acidente Vascular Encefálico (AVE) se define como o corte ou a privação do aporte sanguíneo ao encéfalo, em sua maioria desencadeada pelo rompimento de um vaso ou obstrução do mesmo. O objetivo da pesquisa foi investigar o tratamento fisioterapêutico na incontinência urinária pós-AVE. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura utilizando o método quantitativo com abordagem exploratória e descritiva. As buscas foram realizadas nas bases de dados: PubMed (US National Library of Medicine National Institutes of Health), PEDro (Base de Dados em Evidências em Fisioterapia), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Cochrane Library. Foi usado ensaios clínicos publicados em inglês e português, no período de 2016 a 2021. Foi encontrado 12.428 artigos e 5 utilizados para pesquisa. A pesquisa obteve que a fisioterapia pode ser uma alternativa eficaz para o tratamento e a diminuição dos sintomas de incontinência urinária pós-AVE, mas precisa-se de mais estudos atuais e conclusivos para a aplicação das técnicas.

Palavras-chave: Acidente vascular cerebral. Incontinência urinária. Força muscular. Distúrbios do assoalho pélvico.

INTRODUÇÃO

A Sociedade Internacional de Continência (ICS), denomina como incontinência urinária (IU) toda e qualquer perda involuntária de urina, a qual pode ser qualificada pelo armazenamento, esforço ou problemas neurológicos (BLOMQUIST et al., 2019).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), acidente vascular encefálico (AVE) se define como o corte ou a privação do aporte sanguíneo ao encéfalo, em sua maioria desencadeada pelo rompimento de um vaso ou obstrução do mesmo. (CHIADO, 2019).

Vários trabalhos apontam danos ao lobo frontal como principal causa da IU pós AVE, todavia evidências prescrevem que o tamanho da lesão tende a ser o mais provável a predição da IU. Os estudos não mostram clareza quanto ao motivo, há conflitos quanto a área cefálica atingida pelo AVE. (THOMAS et al., 2019).

Existem boas evidências que a fisioterapia com treino diário dos músculos do assoalho pélvico se mostra eficaz na melhora de incontinência urinária. (JHA et al., 2018).

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura utilizando o método quantitativo com abordagem exploratória e descritiva a partir da análise dos artigos. O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de janeiro a junho de 2021, textos em português e inglês.

A pergunta norteadora do estudo foi: Quais as intervenções fisioterapêuticas utilizadas para tratar a incontinência urinária nos pacientes pós-AVE? Para responder esta pergunta norteadora, a pesquisa foi feita nas bases de dados PubMed (US National Library of Medicine National Institutes of Health), PEDro (Base de Dados em Evidências em Fisioterapia (Português), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Cochrane Library

Foram incluídos na pesquisa artigos encontrados com as combinações feitas dos descritores, artigos publicados nos anos 2016 a 2021, artigos disponíveis eletronicamente, na íntegra; ensaios clínicos multicêntricos, cegos e/ou controlados; ensaios clínicos que mostram a

eficácia da fisioterapia na reabilitação do assoalho pélvico no pós-AVE; ensaios clínicos que explanem a fisioterapia na melhora da força muscular na incontinência urinária pós-AVE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 12.428 artigos e excluídos 12.423 sendo incluídos 05 artigos na pesquisa. Segundo os autores a eletroestimulação neuromuscular pode ser uma boa alternativa para o tratamento da incontinência pós-AVE.

O treinamento dos músculos do assoalho pélvico junto com a eletroestimulação neuromuscular, podem ser eficazes na redução dos sintomas e pode proporcionar independência e qualidade de vida aos pacientes.

Quanto ao uso de medicamentos, nenhum dos estudos utilizados mostra quaisquer tipos de recomendação, uso ou eficácia para recomendação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim mostrou-se como alternativa eficaz a fisioterapia para o tratamento e redução dos sintomas de IU pós-AVE. Observa-se que uma estratégia que mostrou melhora significativa para a redução dos sintomas de incontinência urinária foi a estimulação elétrica, tanto com a aplicação de acupuntura quanto a aplicação através de eletrodos de silicone. Por não haver uma discriminação do estudo sobre quais patologias neurológicas os grupos tinham ou tiveram antes do estudo não se pode afirmar que o grau de preservação do cognitivo está associado a melhora ou não dos sintomas da IU pós-AVE.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação-referências-elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BASTHOLM, Sara Kjaer; AADAL, Lena; LUNDQUIST, Camilla Biering. Electricalstimulationonurinarysymptomsfollowingstroke: a systematicreview. *EuropeanJournalofPhysiotherapy*, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 73-82, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21679169.2018.1472634>. Acesso em: 23 abr. de 2021.

CHIADO, Andreia Patrícia Azevedo. Incontinência urinária após AVC: contributos da enfermagem de reabilitação. 2019. Dissertação (Mestrado em Enfermagem de Reabilitação) - Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/handle/20.500.11960/2275>. Acesso em: 23 abr. de 2021.

JHA, Swati et al. Impactofpelvicfloormuscle training on sexual functionofwomenwithurinaryincontinenceand a comparisonofelectricalstimulation versus standard treatment (IPSU trial): a randomisedcontrolledtrial. *Physiotherapy*, [s. l.], v. 104, n. 1, p. 91-97, mar. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0031940617300548>. Acesso em: 20 jun. 2021

THOMAS, Lois H. et al. Interventions for treating urinary incontinence after stroke in adults. Cochrane Database of Systematic Reviews, [s. l.], n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TERAPIA POR ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA EM PACIENTES COM BEXIGA URINÁRIA NEUROGÊNICA E HIPERATIVA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Érika Costa da Silva¹ (Aluna do curso de fisioterapia da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: helo.erik@gmail.com), Daniela Maria Silva Maia² (Professora da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: daniela.maia@fvj.br).

RESUMO

A bexiga neurogênica pode atingir qualquer parte do sistema voluntário e involuntário da função vesical. Já a Síndrome da Bexiga Hiperativa (SBH) é caracterizada por urgência miccional com ou sem incontinência, polaciúria e noctúria. Os principais procedimentos fisioterápicos estão relacionados às mudanças comportamentais (terapia do comportamento), à cinesioterapia específica e integral, aos dispositivos vaginais e ao biofeedback assim como a estabilização central da lombar, pelve e quadril. O objetivo foi compreender a atuação das terapias por estimulação elétrica na bexiga urinária neurogênica e na bexiga urinária hiperativa. A coleta de dados realizou-se nas bases de dados: Pubmed, Lilacs e Pedro. Com ensaios clínicos publicados em inglês e português, no período de 2015 a 2021, com descritores usando como referência o DECS. Incluindo apenas artigos realizados em seres humanos, com texto completo e gratuito. Excluindo-se durante a coleta os estudos que não corresponderam aos critérios de inclusão. Encontraram-se 1929 arquivos, desses somente 09 ensaios clínicos estavam qualificados para serem incluídos na amostra. Os autores discutidos abordam como relevante a atuação fisioterapêutica no tratamento de pacientes com bexiga hiperativa e neurogênica. Os estudos evidenciam que as técnicas de estimulação elétrica atuam de forma eficiente na reabilitação de pacientes com bexiga neurogênica e hiperativa promovendo o reequilíbrio dos impulsos inibitórios e excitatórios que controlam a função da bexiga, melhorias nos parâmetros urodinâmicos e miccionais, aumento da capacidade da bexiga, redução da incontinência urinária, assim como melhora da qualidade de vida dos pacientes.

Descritores: Bexiga Urinária Neurogênica. Modalidades de Fisioterapia. Terapia por estimulação elétrica. Bexiga Urinária Hiperativa.

INTRODUÇÃO

A bexiga é uma estrutura complexa devido a seus nervos e funcionalidade, sendo vulnerável a alterações em suas partes, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), particularmente a de partes neurológicas. Essas mudanças são encarregadas por alterações no grau de função da CIF, causando descompensações ou congestionamentos urinários, estes, responsáveis por atingir negativamente sobre os níveis de atividades e interações sociais (STAHLSCHEMIDT et al., 2020).

Sendo assim, a inflamação do sistema urinário repetitivo é caracterizada pela ocorrência de mais que um evento menos de um ano ou mais de dois casos dentro de um ano após a cura da primeira infecção urinária. Esse problema afeta cerca de 30-50% das mulheres que apresentaram cistite aguda. A bexiga neurogênica e a infecção do trato urinário apresentam semelhanças: pacientes com histórico de inflamações nervosas (MONTEIRO et al., 2017).

Essa alteração pode acometer qualquer região do grupo voluntário e involuntário da bexiga, desde o centro urinário até os nervos distais encarregado pela bexiga (hipogástrico, pélvico e pudendo), passando pela coluna, sistema simpático, paravertebral e tronco cerebral. Quanto aos sinais e sintomas, a bexiga neurogênica (BN) pode amplificar a tensão intravesical, causar esvaziamento parcial, dificuldade de começar ou de controlar a micção e incontinência, cada uma dessas problemáticas estão correlacionadas diretamente a prejuízos sobre os níveis estruturais e de função (KINNEAR et al., 2020).

Com relação às inflamações na bexiga, a Síndrome da Bexiga Hiperativa (SBH) consiste na urgência urinária com ou sem controle, micção anormal frequente e diurese noturna, sem outros problemas locais. Seu diagnóstico é clínico, legitimado pelos indícios que a definem, sem a necessidade de exames invasivos. Essa síndrome causa prejuízos na qualidade de vida (QV) e se associa a elevados gastos financeiros. Responsabiliza-se por ocasionar dificuldades de ordem social, psíquica, emocional, orgânica e sexual, sendo apontada como um sério problema de saúde que atinge, principalmente, mulheres com mais idade (ROMO et al., 2018).

A terapia por estimulação elétrica consiste em sessões em regime ambulatorial ou domiciliar. A utilização do método se designa pelo uso de aparelhos de estimulação com corrente dupla, oscilatória, equilibrada e retangular, usando eletrodos, que podem ser de inclusão (percutâneos) ou eletrodos superficiais (transcutâneo), sendo que o eletrodo negativado é fixado no maléolo interno e o outro eletrodo fica cerca 5 a 10 cm acima (região ventral do músculo tibial posterior), do mesmo lado (HACHEM et al., 2017).

O objetivo foi compreender a atuação das terapias por estimulação elétrica na bexiga urinária neurogênica e na bexiga urinária hiperativa.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou como sendo uma revisão sistemática da literatura do tipo quantitativo. Os descritores utilizados para seleção dos artigos foram: Bexiga Urinária Neurogênica, Modalidades de Fisioterapia, Terapia por estimulação elétrica, Bexiga Urinária Hiperativa. Com ensaios clínicos publicados em inglês e português, no período de 2015 a 2021, com descritores usando como referência o DECs. Incluindo apenas artigos realizados em seres humanos, com texto completo e gratuito. Excluindo-se durante a coleta os estudos que não corresponderam aos critérios de inclusão. As bases de dados usadas foram: PeDro, Lilacs e Pubmed. Realizou-se leitura do título e resumo para seleção dos artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontraram-se 1929 artigos, dos quais somente 09 compuseram a amostra. Foram percorridas as seguintes temáticas: estimulação transcutânea do nervo tibial posterior (PTNS) – 02 artigos–, estimulação do nervo genital (GNS) – 02 artigos–, estimulação transcutânea de nervo tibial – 02 artigos e, terapia de neuromodulação sacral – 02 artigos.

A discussão dos estudos clínicos abordados anteriormente mostrou-se importante para o estabelecimento de informações convergentes e divergentes entre os autores como uma forma de aprimorar os conhecimentos acerca dos efeitos da terapia por eletroestimulação em indivíduos com bexiga neurogênica ou hiperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as informações discorridas anteriormente, percebeu-se que as técnicas de estimulação elétrica atuam de forma eficiente na reabilitação de pacientes com bexiga neurogênica e hiperativa promovendo o reequilíbrio dos impulsos inibitórios e excitatórios que controlam a função da bexiga, melhorias nos parâmetros urodinâmicos e miccionais, aumento da capacidade da bexiga, redução da incontinência urinária, assim como melhora no bem-estar global dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

HACHEM, Lauren D; AHUJA, Christopher S; FEHLINGS, Michael G. Avaliação e tratamento de lesão aguda da medula espinhal: do ponto de lesão à reabilitação. **J. Spinal Cord Med.** Canadá, v. 40, n. 6, p. 665 – 675, nov/2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28571527/#affiliation-1>. Acesso em: 07 de Junho de 2021 às 14h17.

KINNEAR, Ned; BARNETT, Dylan; O'CALLAGHAN, Michael; HORSELL, Kym; GANI, Johan; HENNESSEY, Derek. O impacto do método de drenagem da bexiga com base em cateter no risco de infecção do trato urinário em lesão da medula espinhal e bexiga neurogênica: uma revisão sistemática. **Neurology Urodynamic.** Austrália, v. 39, n. 2, p. 854 – 862, fev/2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31845396/>. Acesso em: 07 de Junho de 2021 às 14h00.

MONTEIRO, Lúcia M Costa; CRUZ, Glaura O; FONTES, Juliana M; VIEIRA, Eliane; SANTOS, Eloá; ARAÚJO, Grace; RAMOS, Eloane. O tratamento precoce melhora o prognóstico urodinâmico na disfunção miccional neurogênica: 20 anos de experiência. **J. Pediatr.** Rio de Janeiro, v. 93, n. 4, p. 420 – 427, jul/agos, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28431215/>. Acesso em: 07 de Junho de 2021 às 13h52.

ROMO, Paholo G Barboglio; SMITH, Christopher P; COX, Ashley; AVERBECK, Márcio A; DOWLING, Caroline; BECKFORD, Cleveland; MANOHAR, Paul; DURAN, Sérgio; CAMERON, Anne P. Manejo urológico não cirúrgico da bexiga neurogênica após lesão da medula espinhal. **Word J. Urol.** Estados Unidos, v. 36, n. 10, p. 1555 – 1568, ou/2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30051263/>. Acesso em: 07 de Junho de 2021 às 14h06.

STAHLSSCHMIDT, Rebeca; FERRACINI, Amanda Canato; MEDEIROS, Luana Moreira; SOUZA, Cinthia Madeira; JULIATO, Cássia Raquel Teatin; MAZZOLA, Priscila Gava. Sintomas de incontinência urinária e bexiga hiperativa em mulheres com câncer de mama em tratamento com terapia hormonal oral. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.** São Paulo, v. 42, n. 11, p. 726 – 730, nov/2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33254267/>. Acesso em: 07 de Junho de 2021 às 13h56.

IMPACTOS DO ABUSO SEXUAL NA SEXUALIDADE FEMININA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Nadja Ellen Gonçalves de Oliveira¹
Kariza Lopes Barreto²

1 Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: nadjaellen@gmail.com. 2 Orientador, Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: kariza.barreto@fvj.br

RESUMO

Estudos anteriores revelam que pessoas sexualmente violentadas expressam algumas alterações tanto emocionais como físicas. Este artigo trata-se de uma revisão integrativa com vários levantamentos, realizados entre os meses de março à maio de 2021, com pesquisas nas bases de dados: PEDro, Scielo e PubMed, com estudos publicados em português, inglês e espanhol, veiculados no período de 2016 a 2021. Incluindo apenas artigos que abordassem o tema proposto, disponíveis na íntegra gratuitamente. As leituras evidenciaram que o abuso sexual resulta em uma piora de todas as fases da resposta sexual feminina levando a uma maior frequência de disfunções sexuais, além disso, essas mulheres estão mais sujeitas a ter futuros comportamentos sexuais de risco se o abuso acontecer antes dos 13 anos.

Palavras-chave: Abuso Sexual. Sexualidade. Disfunções Sexuais.

INTRODUÇÃO

Segundo o anuário brasileiro de segurança pública (2020), no Brasil pelo menos uma pessoa é estuprada a cada oito minutos, sendo que a grande maioria (85,7%) são mulheres. Pelas estimativas existentes, esses dados devem ser até dez vezes maiores, mas não são relatadas as autoridades, tendo em vista que o estupro é o único crime que quem sente culpa e vergonha é a vítima.

Desse modo, o exposto estudo dispõe como objetivo geral descrever os impactos que o abuso sexual tem na sexualidade feminina através de uma revisão integrativa da literatura.

MARCO TEÓRICO

Para compreender quais os impactos que o abuso sexual causa na sexualidade feminina. Buscamos artigos científicos datados a partir de 2016 à 2021, que evidenciam um aumento de disfunções sexuais em mulheres agredidas sexualmente.

METODOLOGIA

Este estudo tratou-se de uma revisão integrativa da literatura com caráter exploratório. O levantamento bibliográfico foi feito no período de março a maio de 2021 nas seguintes bases de dados: Pedro (*Physiotherapy Evidence Database*), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), e PubMed (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica). Foram utilizados para a busca, as seguintes combinações de descritores e palavras-chaves ou termos: na SciELO e na PEDro: “*Consequences and sexual abuse*”, “*Sexual Dysfunction and Sexual Abuse*”, “*Adult Survivors of Child Abuse*”, com acréscimo de “*sexuality and sexual dysfunction*” na PEDro e na SciELO foi acrescentado a pesquisa o descritor “*Sex Offenses*” isolado. Já para os artigos pesquisados na PubMed, foram feitas as seguintes combinações: “*Sexual Dysfunction*

and Sexual Abuse”, “*Consequences and Sexual abuse and Sexuality*”, “*Physical Therapy and Sexual Abuse*”, “*Adult Survivors of Child Abuse and Sexuality*”.

Com os critérios de inclusão foram selecionados artigos publicados nos anos 2016 a 2021 que abordassem o tema proposto; estudos publicados nas bases de dados apresentadas acima, que estavam disponíveis na íntegra de forma online e gratuita, bem como na Língua portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola. Foram descartados da pesquisa os estudos que não correspondiam com os critérios de inclusão e temática definida, monografias, cartas ao editor, artigos científicos incompletos, teses de dissertação de mestrado e doutorado. Além disso, foram selecionados os artigos por meio da leitura do título, seguida pela do resumo. Após esta leitura, foram excluídos também os artigos que mostravam discordância textual e que somente mencionavam, mas não se aprofundavam na questão.

Desta forma, foram encontrados um total de 6.680 artigos, onde foram excluídos 4.703 por não estarem entre os anos de 2016 à 2021 e nem nas línguas inglês, português e espanhol, restando 1.977 ao todo, 1917 na PubMed e 60 na SciELO. Na PubMed foi usado o filtro “Texto completo grátis” disponível na própria plataforma onde foram excluídos 1.206 artigos, logo após foi usado também o filtro “feminino” excluindo então 251 artigos, restando 460 na PubMed e 520 ao todo. Seguindo com os critérios de exclusão, foi feita a leitura de todos os títulos onde se notou que apenas 62 deles condiziam com o tema desse estudo, depois foram excluídos 14 estudos duplicados, restando então 48. Na próxima etapa foi feita a leitura dos resumos e foram excluídos 41 artigos por não abordarem os impactos na sexualidade como o tema sugere, restando apenas 7 estudos. Os artigos foram distribuídos da seguinte forma: PEDro era 1 artigo e 1 foi excluído; PubMed eram 6.487 e restaram 5; SciELO eram 192 e restaram 2.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos foram distribuídos em tabelas com tópicos: número do artigo, autor, título, ano, base de dados, objetivo geral e principais considerações. Segundo López *et al.* (2017), mulheres adultas que já sofreram abuso sexual na infância e adolescência apresentam maior frequência de disfunção sexual. Elas também relatam mais dor e rejeição em suas relações sexuais.

Concordando Limoncin *et al.* (2020), mostra em seu estudo a obtenção de resultados significativos sobre as mulheres abusadas sexualmente apresentarem uma pontuação de índice de função sexual (FSFI) consideravelmente mais baixa, em paralelo com mulheres não abusadas. E nenhuma variável inserida no estudo que poderia explicar essa diferença (o uso de pílulas anticoncepcionais) foi julgada significativa, ou seja, o abuso sexual implica em uma piora em todas as fases da resposta sexual feminina e não apenas no desejo sexual.

Em concordância com o autor anterior, Staples *et al.* (2016), menciona que mulheres que já viveram ou vivem uma agressão sexual, são vinculadas a responder com negatividade (por exemplo, o medo) a estímulos parecidos, incluindo sexuais. Essas mulheres podem evitar qualquer coisa relacionada a agressão sexual, e com isso não ter sensação positiva ao sexo.

Seguindo para uma vertente delicada dessa temática, a discussão será sobre a influência da idade de início das agressões sexuais, onde Silva (2020), menciona que quando o delito sexual afeta crianças e adolescentes, torna-se amplamente mais preocupante e dramática, pois ameaça o desenvolvimento de uma pessoa. Onde essas crianças estão mais sujeitas a um comportamento sexual de risco, como por

exemplo, o início antecipado da vida sexual ativa, múltiplos parceiros com relação sexual desprotegida. Por fim, é relevante enfatizar que muitas agressões vivenciadas pelas mulheres estudadas ocorreram na infância ou na adolescência, porém, observa-se que os impactos negativos do abuso sexual podem persistir por muitos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações discutidas anteriormente, o presente estudo ampliou e reuniu informações na literatura existente, fornecendo evidências em todos os artigos estudados de que há muitos impactos significativos relacionados a sexualidade de mulheres com histórico de abuso sexual. Os resultados obtiveram a indicação que o abuso sexual resulta em uma piora em todas as fases da resposta sexual feminina, levando a uma maior frequência de disfunção sexual, além disso, foi observado que quando há a violência antes dos 13 anos, a vítima sente notáveis diferenças em relação à satisfação sexual, sendo também mais sujeita a futuros comportamentos sexuais de risco.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: Análises dos Estados e Facções Prisionais. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

LIMONCIN, Erika *et al.* Can Physical and/or Sexual Abuse Play a Role in the Female Choice of a Partner? A Cross-Sectional, Correlational Pilot Study. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, [s. l.], v. 17, n. 18, p. 6902, set. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph17186902>. Acesso em: 10 abril 2021.

LÓPEZ, Sílvia *et al.* Impacto del abuso sexual durante la infancia-adolescencia en las relaciones sexuales y afectivas de mujeres adultas. **Gaceta Sanitaria**, [[s. l.], v. 31, n. 3, p. 210-219, maio 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.gaceta.2016.05.010>. Acesso em: 10 abril 2021.

SILVA, Flávia Calanca da *et al.* Os impactos da violência sexual vivida na infância e adolescência em universitários. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, p. 134, dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002576>. Acesso em: 10 abril 2021.

STAPLES, Jennifer M. *et al.* Sexual Assault Disclosure and Sexual Functioning: the role of trauma symptomatology. **The Journal Of Sexual Medicine**, [s. l.], v. 13, n. 10, p. 1562-1569, out. 2016. Disponível em: [https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095\(16\)30363-0/fulltext](https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095(16)30363-0/fulltext). Acesso em: 10 abril 2021.

EFEITOS DAS MODALIDADES FÍSICAS EM PACIENTES COM CÂNCER COLORRETAL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Daiane de Souza Silvestre**
Cláudia Vaz Pupo de Mello***

**Discente do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati – CE. 2021. E-mail: daianesilvestre04@gmail.com.

***Mestre em saúde, interdisciplinaridade e reabilitação pela Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Especialista em Atividade Motora adaptada pela faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Orientadora, Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2018. E-mail: zoclaudia@hotmail.com.

RESUMO

Os cânceres colorretais (CCR) em estágio inicial são comumente diagnosticados por colonoscopias de rotina. Os sintomas mais comuns na apresentação incluem mudança nos hábitos intestinais, hematochezia por sangramento retal, entre outros. As modalidades físicas são usadas para melhorar a capacidade funcional, redução de recidiva e melhora da qualidade de vida em pacientes com CCR. Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados usadas foram: PeDro, MEDLINE e BVS com os descritores: neoplasias colorretais, modalidades de fisioterapia e exercício. Foram incluídos na pesquisa: artigos publicados nos anos 2015 a 2021, em portuguesa e/ou Inglesa, estudos gratuitos e disponíveis integralmente, ensaios clínicos, relatos de caso e metanálise. Excluíram-se: cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado. Foram encontrados 94 artigos, no entanto somente 13 estudos foram selecionados. Os autores discorreram que as modalidades físicas, especificamente atividades físicas e exercícios físicos, promovem diversos efeitos positivos em pacientes com diagnóstico de neoplasia colorretal, tais como: melhora da aptidão física e cardiorrespiratória, redução da fadiga relacionada ao câncer colorretal, sobrevida prolongada e atenuação dos efeitos colaterais no tratamento, melhorias no funcionamento físico, saúde geral e vitalidade, melhora da força dos MMSS.

Palavras-chave: Neoplasias Colorretais. Exercício. Modalidades de Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

Os cânceres colorretais em estágio inicial são comumente diagnosticados por colonoscopias de rotina (tanto na triagem quanto na vigilância). Os sintomas mais comuns na apresentação incluem mudança nos hábitos intestinais, sangramento retal, anemia por deficiência de ferro, dor abdominal, perda de peso e perda de apetite (NORTHGRAVES et al., 2020). Com relação ao processo de diagnóstico, destaca-se que, devido à sua lenta progressão de lesões pré-cancerígenas detectáveis e ao prognóstico muito melhor de pacientes diagnosticados em estágios iniciais, é significativo o potencial de redução da carga da doença pela detecção precoce (HAVERKAMP et al., 2020). As principais intervenções fisioterapêuticas utilizadas para os pacientes oncológicos são: os métodos analgésicos, como por exemplo, o uso da eletroterapia; as intervenções nos sintomas psicofísicos como depressão e estresse, por meio de terapia manual e técnicas de relaxamento; a atuação nas complicações osteomioarticulares e linfáticas, entre outras (RASTOGI et al., 2020).

O presente estudo teve como justificativa a necessidade de se discutir mais sobre a temática referida e como as modalidades físicas atuam em indivíduos que apresentam sequelas e/ou alterações funcionais pós-câncer no reto, destacando as ferramentas e os procedimentos empregados.

METODOLOGIA

O estudo apresentou-se como sendo uma revisão integrativa da literatura com abordagem exploratória, descritiva e quantitativa. Foram coletados trabalhos relacionados com esses descritores, após uma breve leitura foi feita uma seleção para análise criteriosa dos trabalhos, no qual foram fichados os trabalhos mais relevantes. As bases de dados usadas foram: Pedro, BVS e MEDLINE. Os descritores usados foram: Neoplasias Colorretais, Modalidades de Fisioterapia e Exercício. Estes foram traduzidos para a Língua Inglesa e combinados entre si com o booleano AND. O ponto de partida incidiu sobre a questão norteadora: Quais os efeitos das modalidades físicas em pacientes com diagnóstico de câncer Colorretal? Como critérios de inclusão, destacaram-se: artigos publicados nos anos 2015 a 2021 na Língua Portuguesa e/ou Inglesa; artigos que estiveram disponíveis eletronicamente gratuitos e na íntegra; ensaios clínicos, estudos de caso e revisão da literatura. Excluíram-se: cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado. Foram encontrados 234 artigos: 94 publicações na PeDro; 51 publicações na BVS; 89 publicações na MEDLINE. De acordo com os critérios de exclusão, 22 publicações foram descartadas, enquanto 12 artigos foram selecionados, sendo que 08 pertenciam à PeDro; 01 pertencia à BVS e 04 foram coletados na MEDLINE. Além disso, 94 publicações apresentaram potencial de inclusão por apresentarem a temática escolhida, no entanto foram eliminadas posteriormente por não seguirem os demais critérios de inclusão

RESULTADOS E CONCLUSÃO

A amostragem final desta revisão foram 13 artigos selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos dispostos nas bases de dados PeDro, BVS e MEDLINE. A tabela 1 demonstra uma apresentação geral dos estudos abordados, indicando: autoria, ano de publicação, título, delineamento da pesquisa, periódico, objetivo, metodologia, principais resultados e conclusão. Sendo assim a aplicação da bandagem funciona como terapia complementar ao tratamento conservador da síndrome femoropatelar, porém ficou perceptível que o acesso e a busca dos artigos apresentaram-se escassos sendo necessário o desenvolvimento de novos estudos científicos com maiores números de amostra, variabilidade da faixa etária e no sexo, especificidade e descrição das técnicas de aplicação e tipos de bandagens, maior tempo de execução do estudo, ser duplo-cego e aleatorizado, e utilização de métodos avaliativos de maior eficácia para resultados superiores com máxima confiabilidade e melhores níveis de evidência científica.

Considerou-se que as modalidades físicas, especificamente atividades físicas e exercícios físicos, promovem diversos efeitos positivos em pacientes com diagnóstico de neoplasia colorretal, tais como: melhora da aptidão física e cardiorrespiratória, redução da fadiga relacionada ao câncer colorretal, sobrevida prolongada e atenuação dos efeitos colaterais no tratamento, melhorias no funcionamento físico, saúde geral e vitalidade, melhora da força dos MMSS, bem como da saúde emocional e diminuição da gordura corporal, potencializam a eficácia da radioterapia e quimioterapia, redução da taxa de recidiva da neoplasia colorretal, bem como ocasionam um decréscimo no número de células cancerígenas no cólon percebendo ainda alterações sistêmicas.

REFERÊNCIAS

HAVERKAMP, Donald; ENGLISH, Kevin; JACOBS-WINGO, Jasmine; TJEMSLAND, Amanda; ESPEY, David. Eficácia das intervenções para aumentar o rastreamento do câncer colorretal entre índios americanos e nativos do Alasca. **Prev. Chronic. Dis.** Novo México, v. 17, n. 3, p. 57 – 62, jul/2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32678062/>. Acessado em: 20 de Maio de 2021

NORTHGRAVES, Matthew J; ARUNACHALAM, Lakshmanan; MADDEN, Leigh A; MARSHALL, Philip; HARTLEY, John; MACFIE, John; VINCE, Rebecca. Viabilidade de um novo programa de pré-reabilitação de exercícios em pacientes agendados para cirurgia colorretal eletiva: um estudo controlado randomizado de viabilidade. **Supporte Care Câncer.** Reino Unido, v. 28, n. 7, p. 3197 – 3206, jul/2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31712950/>. Acessado em: 20 de Maio de 2021.

RASTOGI, Somya; TEVAARWEK, Amye J; SESTO, Mary; REMORTEL, Brittany Van; PRESHITA, Data; GANGNON, Ronald; THRAEN-BOROWSKI, Keith; CADMUS-BERTRAM, Lisa. Efeito de uma intervenção de atividade física apoiada por tecnologia na qualidade de vida relacionada à saúde, sono e processos de mudança de comportamento em sobreviventes de câncer: um ensaio clínico randomizado. **Psico-oncologia.** Estados Unidos, v. 29, n. 11, p. 1917 – 1926, nov/2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32808383/>. Acessado em: 20 de Maio de 2021.

CINESIOFOBIA AFETA O TRATAMENTO DA LOMBALGIA CRÔNICA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Wenia Freire da Costa¹ (Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: wenia.costa@fvj.br), Roque Ribeiro da Silva Júnior² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: roqueujs@gmail.com).

RESUMO

A lombalgia é uma condição de alta ocorrência e prevalência. Configura-se crônica aquela com durabilidade entre sete e doze semanas, uma vez que as sintomatologias mais significativas à dor e a incapacidade de movimentação. Neste aspecto, a cinesiofobia pode afetar o tratamento de pacientes com quadros algicos lombares promovendo repulsa aos movimentos e redução da capacidade funcional. O objetivo foi compreender como a Cinesiofobia afeta o tratamento de pacientes com Lombalgia Crônica. A coleta de dados realizou-se nas bases de dados: PubMed, PEDro e Lilacs. Com ensaios clínicos randomizados, estudos exploratórios, observacionais, transversais; estudos publicados em inglês e português, no período de 2015 a 2020. Encontrou-se 113 arquivos, desses somente 07 estudos estavam qualificados para serem incluídos na amostra. O estudo evidenciou que a repulsa aos movimentos afetam significativamente o tratamento e a saúde biopsicossocial dos pacientes com quadros algicos lombares.

Palavras-chave: Dor Lombar. Fobias. Exercício. Movimento.

INTRODUÇÃO

A lombalgia é uma condição de alta ocorrência e prevalência. Calcula-se que, quase 80% da população apresentem no mínimo um caso de lombalgia em qualquer instante de suas vidas (MACEDO; DEBIAGI; ANDRADE, 2010). O perfil psicológico de pacientes com lombalgia tem sido apontado o indicativo prognóstico mais relevante para a reabilitação de alterações da coluna vertebral. A percepção da relação da incapacidade com o nível da dor e com o delineamento cognitivo-comportamental do paciente pode proporcionar dados valiosos que podem ser utilizados para antecipar o prognóstico e o tratamento, assim como auxiliar a escolher o mais adequado plano terapêutico (TROCOLI; BOTELHO, 2016). O medo da dor compromete o movimento ou faz com que o paciente reduza suas funções e prejudique sua participação em atividades da vida prática. Caracteriza-se pelo medo desordenado, ilógico e extenuante do movimento e da atividade física (THOMAS et al, 2010). A cinesiofobia apresenta uma problemática real em pacientes com lombalgia crônica e tem sido relevantemente correlacionada com o declínio de capacidades funcionais e falta de condicionamento físico (YAHIA et al., 2017).

MARCO TEÓRICO

Partindo-se deste pressuposto, se constituiu a imprescindibilidade de buscar evidências científicas que abordassem a influência da fobia ao movimento na reabilitação de pacientes com lombalgia crônica, enfatizando suas peculiaridades sintomatológicas, limitações artrocinemáticas, mecanismos diagnósticos e tratamento.

METODOLOGIA

Os artigos científicos relacionados à temática foram acessados nos seguintes bancos de dados: Pedro, Scielo, Lilacs e Pubmed. Foram usados os seguintes descritores: Dor Lombar, Fobias,

Exercício e Movimento / Backache, Phobias, Exercise, Movement. Como critérios de inclusão puderam ser selecionados artigos nos anos 2015 a 2020 que abordaram a temática de acordo com os descritores citados; estudos que tenham sido publicados dentro da Língua portuguesa e/ou Língua Inglesa, bem como ensaios clínicos randomizados, estudos exploratórios, observacionais, transversais; estudos sobre a associação entre cinesiofobia, dor, incapacidade e qualidade de vida em pacientes com dor lombar crônica; estudos que abordassem a escala de cinesiofobia em pacientes com dor lombar crônica; estudos que abrangessem reabilitação cognitiva, comportamental e cinesiofobia em pacientes com lombalgia crônica específica e/ou não específica. Os critérios de exclusão foram: trabalhos de conclusão de cursos de graduação, teses de dissertação de mestrado e doutorado; anais de congressos e conferências; relatórios técnicos e científicos; cartas ao editor; artigos científicos incompletos. No tocante à coleta de dados, a avaliação dos periódicos deu-se em quatro etapas. Na etapa 1, a estratégia de busca resultou em 04 periódicos encontrados na SciELO; 15 artigos encontrados na Lilacs e 94 publicações encontradas na Pubmed, totalizando 113 publicações. Já na etapa 2, foram excluídas 104 publicações (98 excluídos após leitura do título/resumo e 06 estavam duplicados). Após a aplicação de filtros adicionais seletivos, resultaram em 09 artigos com potencial de inclusão. Na etapa 3, os artigos com potencial de inclusão (9) foram analisados levando em consideração especificamente a temática apresentada. Já na etapa 4, os artigos selecionados (amostra de 09 artigos) foram analisados mais profundamente seguindo todos os critérios de inclusão expostos anteriormente.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Com relação às repercussões causadas pela Cinesiofobia na qualidade de vida dos pacientes com lombalgia crônica, Silva e Martins (2015) analisaram o impacto do movimento sobre o tratamento de quadros algicos lombares crônicos deduzindo que duas respostas comportamentais opostas são propostas, dado que os confrontadores confrontam a dor com o intuito de melhorar e acreditam que a existência de dor não fundamenta a restrição de suas atividades funcionais, enquanto os evitadores têm medo da movimentação e consideram que a atividade está pontualmente associada à presença de dor. Esse comportamento de evitação pode ocasionar transtornos físicos e psicológicos que irão desencadear a cronicidade da lesão. Neste contexto e trazendo o contexto emocional como variável, Antunes et al., (2015) com seu estudo transversal em que foram incluídos 193 indivíduos com lombalgia crônica observaram os seguintes resultados: todas as temáticas observadas (dor, cinesiofobia e bem-estar geral) evidenciaram pior qualidade no grupo de pacientes depressivos.

Com relação à cinesiofobia, confirmou-se que indivíduos deprimidos com lombalgia crônica têm maior repulsa ao movimento, à atividade física e aos exercícios em geral, apresentando mais sensibilidade à dor e receosos da recidiva da lesão (ANTUNES et al., 2015).

Concordando com estes achados, a pesquisa de Trocoli e Botelho (2016) enfatiza que o modelo de cinesiofobia indica que os pacientes temem os movimentos em decorrência da dor, para esquivar-se do agravamento de seu quadro ou evitar uma nova lesão/doença. Esse medo ocasiona duas respostas: o paciente pode confrontar ou evitar a prática de atividades (TROCOLI; BOTELHO; 2016).

Abordando a temática por outra vertente, utilizando a escala de Cinesiofobia de Tampa TKS, Bunzli et al., (2015) estudaram os métodos mistos em pessoas com dor lombar crônica inespecífica (CNSLBP). Após suas análises, depreenderam descreveram 2 diferentes crenças em participantes com CNSLBP pontuando altamente no TSK: (1) A crença de que a atividade dolorosa resultará em danos à coluna; e (2) A crença de que a atividade aumentará o sofrimento e / ou a perda funcional.

Crenças sobre as consequências de realizar um comportamento são considerados os principais determinantes do comportamento intencional. Embora se reconheça que auto relatos de

comportamento podem diferir do comportamento real, esses resultados sugerem que é importante que as intervenções não apenas direcionar as crenças sobre a dor, mas também focar no desenvolvimento de estratégias de controle da dor que estão ligadas a objetivos funcionais dos indivíduos (BUNZLI et al., 2015).

Estudando ainda a viabilidade e segurança de uma intervenção de queimada de realidade virtual para dor lombar crônica, Thomas et al., (2016) executaram um ensaio clínico randomizado com 52 pacientes (grupo intervenção n = 26 / grupo controle n = 26) submetidos ao jogo de competição virtual. Estes pesquisadores encontraram uma redução significativa nas classificações de dor esperadas desde o início até o alcance pós-teste, mas esse efeito foi semelhante em ambos os grupos.

Diante das informações expressadas anteriormente, inferiu-se que a repulsa aos movimentos afetam significativamente o tratamento e a saúde biopsicossocial dos pacientes com quadros álgicos lombares, aumentando ainda a cronicidade das lesões e dores.

Os resultados obtidos indicaram que pacientes depressivos apresentam maiores níveis de lombalgia crônica e são mais afetados pela cinesiofobia apresentando um bem-estar biopsicossocial deficiente e resultados insatisfatórios de tratamento sendo que estes indivíduos deverão ser tratados precocemente porque apresentam maior suscetibilidade a transtornos funcionais e repugnância aos exercícios e atividades funcionais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Rogério Sarmiento; MACEDO, Bárbara Gazolla de; AMARAL, Tammy da Silva; GOMES, Henrique de Alencar; PEREIRA, Leani Souza Máximo; ROCHA, Fábio Lopes. Dor, cinesiofobia e qualidade de vida em pacientes com lombalgia crônica e depressão. *Acta Ortopédica Brasileira*. São Paulo/SP, v. 21, n. 1, p. 27 – 29, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aob/v21n1/v21n1a05.pdf>>. Acessado em: 26 Out 2020.
- BUNZLI, Samantha; SMITH, Anne; WATKINS, Rochelle; SCHUTZE, Robert; O'SULLIVAN, Peter. O que realmente acreditam as pessoas com pontuação elevada na escala de cinesiofobia de Tampa?: Uma investigação de métodos mistos em pessoas com dor lombar crônica inespecífica. *Clin. J. Pain*, v. 31, n. 7, p. 621 – 632, jul/2015. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-25167327>>. Acessado em: 26 Out 2020.
- SILVA, Adriana Nascimento; MARTINS, Marielza Regina Ismael. Dor, cinesiofobia e qualidade de vida em pacientes com dor lombar. *Revista Dor*. São Paulo/SP, v. 15, n. 2, p. 117 – 120, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdor/v15n2/pt_1806-0013-rdor-15-02-0117.pdf>. Acessado em: 26 Out 2020.
- THOMAS, James; FRANCE, Christopher; APPLGATE, Meggan; LEITKAM, Samuel; WALKOWSKI, Stevan. Viabilidade e segurança de uma intervenção de queimada de realidade virtual para dor lombar crônica: um ensaio clínico randomizado. *J. Pain*, v. 17, n. 12, p. 1302 – 1317, 2016. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-27616607>>. Acessado em: 26 Out 2020.
- TROCOLI, Tathiana; BOTELHO, Ricardo. Prevalência de ansiedade, depressão e cinesiofobia em pacientes com lombalgia e sua associação com os sintomas da lombalgia. *Revista Brasileira de Reumatologia*. São Paulo/SP, v. 56, n. 4, p. 330-336, jul/agos, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbr/v56n4/pt_0482-5004-rbr-56-04-0330.pdf>. Acessado em: 20 Fev 2020.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES ATENDIDOS NO SETOR DE FISIOTERAPIA DE UMA CLÍNICA-ESCOLA DO INTERIOR DO CEARÁ

Natália Rodrigues Macário**
Roque Ribeiro da Silva Júnior***

** Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Aracati-CE, 2021. E-mail: nataliamacario44@gmail.com

***Mestrando em Saúde e Sociedade – UERN, Especialista em Fisiologia Humana - UECE, Orientador, Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: roque.silva@fvj.br

RESUMO

Para entender o papel da fisioterapia na sociedade brasileira, suas responsabilidades e seus desafios, é necessário conhecer o perfil epidemiológico da população. A fisioterapia dispõe de várias possibilidades de assistência. Dentre elas, estão os atendimentos realizados em clínicas-escolas, pelos próprios acadêmicos. O presente estudo visa traçar o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos no setor de fisioterapia de uma clínica-escola do interior do Ceará. Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e retrospectivo. Para isso, foram analisados todos os prontuários dos pacientes atendidos no setor de fisioterapia da clínica-escola durante o ano de 2019. As variáveis analisadas foram: sexo, faixa etária, raça, profissão, diagnóstico clínico, queixa principal, segmentos acometidos, diagnóstico cinesiológico funcional (CIF) e tratamento fisioterapêutico. O conhecimento do perfil epidemiológico permite que o fisioterapeuta reconheça as principais problemáticas que acometem a população, o tornando mais preparado para atuar tanto na prevenção como no tratamento, proporcionando, assim, melhor qualidade de vida para esses usuários.

Palavras-Chave: Fisioterapia. Doenças musculoesqueléticas. Perfil epidemiológico. Clínica-escola.

INTRODUÇÃO

De acordo com Bispo Júnior (2010), para compreender qual o papel da fisioterapia na sociedade brasileira, entender as suas responsabilidades e também os seus desafios, é necessário conhecer o perfil epidemiológico da população.

Pensando nisso, Moreno *et al.* (2019) apontam que a fisioterapia dispõe de várias possibilidades de assistência e uma que vem se intensificando no decorrer dos anos são os atendimentos realizados em clínicas-escolas por acadêmicos do curso de fisioterapia. Nesse contexto, a clínica-escola da FVJ presta atendimentos à população em diversas áreas, servindo também como um importante campo de pesquisa. (FVJ, 2020).

Fam e Ferreira Neto (2019), defendem que as clínicas-escolas são relevantes, para a comunidade, por disponibilizar atendimentos gratuitos à população, e também na formação dos estudantes. Da mesma forma, Corrêa, Arakawa e Maximino (2016), salientam que esses espaços possibilitam o contato real com os pacientes, sempre com a supervisão de preceptores, sendo ideais para o treinamento de habilidades adquiridas no decorrer da graduação.

Nesse cenário, Rouquayrol (2013), aponta que a epidemiologia é definida como a ciência que estuda o processo saúde–doença, analisando a etiologia das doenças e os danos causados ao ser humano para que, a partir disso, possa elaborar planos de intervenção para o controle e erradicação das mesmas

Logo, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecer o perfil epidemiológico desses pacientes, uma vez que, por meio dessas informações, torna-se possível identificar as características da população. Com esse entendimento, viabiliza-se planejar assistências mais específicas para as problemáticas apresentadas, atendendo às necessidades dos pacientes e respeitando suas particularidades, garantindo assim um melhor atendimento. (FUNCK; ESTIVALET, 2015). Além disso, o estudo pode servir como comparativo para outras pesquisas que venham a ser desenvolvidas posteriormente.

Portanto, o presente trabalho teve como objetivo traçar o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos no setor de fisioterapia de uma clínica-escola do interior do Ceará.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, por meio de investigação de pesquisa de campo, de natureza exploratória e abordagem quantitativa, com um tipo de amostra não probabilística. O presente estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade do Vale do Jaguaribe, sob o parecer nº4.562.887.

A princípio, foi realizado o levantamento de dados, que ocorreu entre os dias 01 e 15 do mês de março de 2021, por meio da seleção de prontuários dos pacientes que receberam atendimento fisioterapêutico na clínica-escola da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), durante o ano de 2019. Neste viés, foram incluídos 190 prontuários dos pacientes. Todavia, desses, 77 foram excluídos, já que 57 encontravam-se duplicados, ou seja, um mesmo paciente possuía mais de um registro. Além disso, 7 não apresentavam queixa principal e 13 estavam duplicados e sem queixa principal. Portanto, apenas 113 prontuários restantes.

Neste sentido, a coleta de dados foi realizada por meio de um formulário. O mesmo foi elaborado com base nas informações contidas nas fichas de avaliação fisioterapêutica presentes na clínica-escola da FVJ. Foram selecionadas para o estudo as seguintes variáveis: sexo, faixa etária, raça, profissão, diagnóstico clínico, queixa principal, segmentos acometidos, diagnóstico cinesiológico funcional (CIF) e tratamento fisioterapêutico. Vale ressaltar que durante a coleta a identificação dos pacientes foi substituída por códigos numéricos, com objetivo de manter o anonimato dos sujeitos.

Por fim, os cálculos obtidos foram organizados em uma planilha do programa Microsoft Excel (2013), analisados mediante estatística descritiva, e apresentados em forma de tabelas para melhor explanação dos resultados.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Após a análise dos dados, pode-se traçar o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos no setor de fisioterapia da clínica-escola como sendo do sexo feminino, com idade igual ou superior aos 60 anos. Neste mesmo sentido, é possível afirmar que a maioria se declarou da raça parda e teve como principal diagnóstico clínico a artrose. Neste viés, a área da fisioterapia mais procurada nos serviços ofertados pela clínica-escola foi a de traumatologia e reumatologia. Consequentemente, os pacientes tiveram como queixa mais frequente a dor, tendo a coluna lombar como o segmento mais acometido.

Além disso, na maioria dos prontuários analisados há registros de tratamento fisioterapêutico nos pacientes, que também possuíam o diagnóstico cinesiológico funcional e a classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF).

Logo, tendo em vista a complexidade referente à questão dor, torna-se evidente a necessidade de os cursos de fisioterapia das instituições de ensino superior (IES) oferecerem na grade curricular uma disciplina voltada para essa temática, com objetivo de melhor capacitar os futuros fisioterapeutas.

Portanto, conhecer o perfil epidemiológico da população é de suma importância, pois fornece aos profissionais o reconhecimento do seu público e das problemáticas que os acometem, tornando-o mais preparado para atuar, tanto na prevenção como no tratamento de patologias, contribuindo para diminuir a incidência destas doenças e, conseqüentemente, proporcionando melhor qualidade de vida para os usuários. Contudo, o objetivo do presente estudo não se esgota neste artigo e as análises epidemiológicas são ainda pouco exploradas no universo acadêmico, fazendo-se, pois, necessário mais estudos nessa temática em questão.

REFERÊNCIAS

BISPO JUNIOR, J. P. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 1627-1636, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/074.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CORRÊA, C. C.; ARAKAWA, A. M.; MAXIMINO, L. P. Clínica-escola de fonoaudiologia: manejo da lista de espera. **Revista CEFAC**, São Paulo, v.18, n. 5, p. 1222-1229, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcefac/v18n5/1982-0216-rcefac-18-05-01222.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

FAM, B. M.; FERREIRA NETO, J. L. Análise das práticas de uma Clínica-escola de Psicologia: Potências e Desafios Contemporâneos. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 39, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v39/1982-3703-pcp-39-e178561.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

FUNCK, K.T.; ESTIVALET, P. S. The epidemiological profile of patients attended by the public physiotherapy service in the city of Boa Vista do Cadeado, RS. **Revista Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, PR, v. 28, n. 4, p. 685-692, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fm/v28n4/1980-5918-fm-28-04-00685.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE (FVJ). **Clínica escola**. FVJ, 2020. Disponível em: <https://www.fvj.br/campus/nucleos-de-praticas-academicas/clinica-escola/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MORENO, B.G.D. *et al.* Avaliação da satisfação dos usuários de fisioterapia em atendimento ambulatorial. **Revista Fisioterapia e Pesquisa**, [s. l.], v.26, n.3, p. 322-328, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fp/v26n3/2316-9117-fp-26-03-322.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia & Saúde**. 7 ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

A EFICÁCIA DA BANDAGEM FUNCIONAL NA DOR ANTERIOR DE JOELHO: UMA REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA

Misaelle Freire do Nascimento Magalhaes**
Roque Ribeiro da Silva Júnior***

** Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Aracati-CE, 2021. E-mail: misaellefreire15@gmail.com

***Mestrando em Saúde e Sociedade – UERN, Especialista em Fisiologia Humana - UECE, Orientador, Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: roque.silva@fvj.br

RESUMO

A dor anterior do joelho é caracterizada por uma alteração musculoesquelética comum em indivíduos jovens ativos com maior prevalência em mulheres, a bandagem kinesiotaping desenvolvida por Dr. Kenzo kaze propõe benefícios terapêuticos, dentre eles a diminuição da dor e ganho de força muscular. esse estudo trata-se de uma revisão de literatura integrativa através de um levantamento bibliográfico sobre a eficácia da bandagem funcional na dor anterior do joelho, serão utilizadas as bases de dados PubMed e PEDro a fim de buscar artigos com relevância científica dos últimos dez anos (2011-2021), priorizando ensaios clínicos randomizados com nota a partir de 4 no idioma em inglês, evidenciando os achados científicos da aplicação da mesma. O estudo destacou baixa evidencia científica na utilização da Kinesio Taping para dor anterior de joelho, sendo necessário a realização de maiores estudos para resultados superiores com alta confiabilidade e melhores níveis de evidência científica.

Palavras-Chave: Dor anterior de joelho. Bandagem. Fisioterapia. Tratamento.

INTRODUÇÃO

A dor patelofemoral é uma alteração musculoesquelética designada por sintomas iniciais lentos, algia mal definida insidiosa na região retropatelar ou peripatelar do joelho, manifestando sintomas através de atividades que envolvam carga na articulação, como subir ou descer escadas, agachar, sentar por tempo prolongado, pular ou correr e a realização de práticas esportivas, acometendo indivíduos jovens com maior incidência e prevalência em mulheres. (ARREBOLA *et al.*, 2020). É uma problemática de causa multifatorial, podendo estar relacionada a anormalidades patelar, alterações no mecanismo extensor, hipotrofia e enfraquecimento muscular do quadríceps e vasto medial, défices na distribuição de força na articulação e alterações como eversão do retropé e pronação dos pés que contribuem para valgismo dinâmico do joelho (WERNER, 2014);(GAITONDE; ERICKSEN; ROBBINS, 2019). Em 1970 foi desenvolvido pelo Dr. Kenzo Kase uma fita adesiva elástica sob tensão, podendo ser aplicada sobre a pele do paciente, nomeada por kinesiotaping (KT). A aplicação da mesma propõe causar o aumento da propriocepção através de mecanorreceptores cutâneos, como também, assegura benefícios terapêuticos como: redução de fadiga muscular, ganho de força muscular, melhoria de habilidades motoras, inibição da dor, diminuição do linfedema e por fim, auxiliar no fluxo sanguíneo e drenagem linfática (RAMÍREZ-VÉLEZ *et al.*, 2019).

Diante do que foi explanado o seguinte trabalho será destinado a responder a seguinte pergunta PICO: P- jovens e adultos (13 a 50 anos) I- a eficácia da bandagem

funcional C- comparado a nada O- melhora da dor anterior de joelho, com objetivo de mensurar qual eficácia da bandagem funcional na dor anterior de joelho.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura integrativa através de um levantamento bibliográfico sobre a eficácia da bandagem funcional na dor anterior do joelho, A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto de 2020 à junho de 2021, nas bases de dados PubMed, PEDro (Physiotherapy Evidence Database), os descritores foram selecionados de acordo com o MeSH (Medical Subject Headings), são eles: Anterior Knee Pain Syndrome e Kinesiotape, para pesquisas em base de dados de predominância de língua inglesa, também foi usado o booleano and, onde foram incluídos as seguintes combinações Anterior Knee Pain and Kinesio Taping na base de dados PubMed e Patellofemoral Pain Syndrome and Kinesio Taping implementado na base de dados PEDro. Foram incluídos trabalhos que abordavam a temática sobre a eficácia da bandagem funcional na dor anterior de joelho, ensaios clínicos randomizados no idioma em inglês, que consistir os últimos dez anos (2011-2021). Optou-se por excluir publicações de trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização, dissertações e teses, periódicos duplicados, periódicos não livres, revisões sistemáticas com ou sem metanálise, estudos transversais, estudos longitudinais, relatos de caso. A pesquisa desenvolveu-se a partir da junção de 2 etapas de avaliação, a primeira etapa a princípio realizou-se uma leitura inicial do título, palavras – chave, resumo e introdução, logo, aqueles que apresentaram relação com a temática foram selecionados, no entanto, aqueles que não apresentaram relação direta com temática bem como os requisitos supramencionados foram excluídos, e a segunda etapa de avaliação consistiu na utilização da escala PEDro (Physiotherapy Evidence Database) sendo incluídos ensaios clínicos randomizado com nota a partir de 4. Logo, durante a análise dos artigos foram identificados um total de 23 periódicos, 13 periódicos na base de dados PubMed e 10 periódicos na base de dados PEDro, quando houve a implementação dos critérios de inclusão e exclusão totalizaram-se 3 ensaios inclusos na PubMed e 4 inclusos na PEDro, contudo 1 ensaio clínico encontrou-se duplicado em ambas as bases de dados, totalizando 6 ensaios clínicos randomizados contidos no estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Os artigos foram distribuídos em tabelas com tópicos: título do artigo, autor, ano, desenho do estudo, objetivo e princípios considerações. Diante dos estudos ficou evidente que a aplicação da bandagem Kinesio Taping proporciona ganhos como alívio do quadro algico, melhoria na funcionalidade e cinesiofobia, aumento da flexibilidade e função sensorio motor além de possibilitar maior conscientização cinestesica, em curto prazo, cerca de 45 minutos após a aplicação em até 12 semanas, englobando principalmente jovens e adultos do sexo feminino, com faixa etária entre 13 a 50 anos, não atletas, com histórico de dor anterior de joelho por no mínimo 3 meses sem demais alterações articulares, musculares, ligamentares e tendíneas presentes.

Sendo assim a aplicação da bandagem funciona como terapia complementar ao tratamento conservador da síndrome femoropatelar, porém ficou perceptível que o acesso e a busca dos artigos apresentaram-se escassos sendo necessário o desenvolvimento de novos estudos científicos com maiores números de amostra, variabilidade da faixa etária e no sexo, especificidade e descrição das técnicas de aplicação e tipos de bandagens, maior tempo de execução do estudo, ser duplo-cego e aleatorizado, e utilização de métodos avaliativos de maior eficácia para resultados superiores com máxima confiabilidade e melhores níveis de evidência científica.

REFERÊNCIAS

ARREBOLA, L. S. *et al.* Influence of body mass index on patellofemoral pain. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 33, p. 1-7, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-51502020000100209&lang=pt. Acesso em: 5 set. 2020.

GAITONDE, D. Y.; ERICKSEN, A.; ROBBINS, R. C. Patellofemoral Pain Syndrome. **American Family Physician**, [s. l.], v. 99, n. 2, p. 88-94, jan. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30633480/>. Acesso em: 6 set. 2020

WERNER, S. Anterior knee pain: an update of physical therapy. **Knee Surgery, Sports Traumatology, Arthroscopy**, [s. l.], v. 22, n. 10, p. 2286-2294, jul. 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24997734/>. Acesso em: 4 set. 2020.

RAMÍREZ-VÉLEZ, R. *et al.* Effects of kinesio taping alone versus sham taping in individuals with musculoskeletal conditions after intervention for at least one week: a systematic review and meta-analysis. **Physiotherapy**, [s. l.], v. 105, n. 4, p. 412-420, dez. 2019. Disponível em: <https://search.pedro.org.au/search-results/record-detail/57381>. Acesso em: 7 set. 2020.

PREVALÊNCIA DE DOR LOMBAR NOS PROFISSIONAIS CAMINHONEIROS DA CIDADE DE TABULEIRO DO NORTE

Matheus Diógenes da Silva**
Roque Ribeiro da Silva Júnior***

** Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Aracati-CE, 2021. E-mail: matheusdiorge@gmail.com

***Mestrando em Saúde e Sociedade – UERN, Especialista em Fisiologia Humana - UECE, Orientador, Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: roque.silva@fvj.br

RESUMO

A lombalgia caracteriza-se pela dor entre a última costela e a região glútea. Podendo causada por diversos fatores e afetar profissionais, como caminhoneiros. Com isso, o presente trabalho teve como objetivo averiguar a prevalência de dor lombar em caminhoneiros da cidade de Tabuleiro do Norte. Trata-se de uma pesquisa transversal, de campo observacional, exploratória, quantitativa e com amostra probabilística, cuja a população são caminhoneiros, entre 23 e 65 anos, associados à ACATAN e residentes no referido município. As informações foram coletadas através do questionário Roland Morris e do formulário “Perfil do caminhoneiro”. A maioria dos caminhoneiros tem mais 21 anos de profissão, com idade entre 33 e 42 anos e possui obesidade grau II. Trabalham de forma autônoma, passam mais de 16hrs/dia dirigindo, realizando 2 viagens mensais, com duração de 10 a 14 dias cada e dormem menos de 6hrs. Foi possível observar que a maioria deles avaliaram a saúde como boa, sendo que 74% não apresentaram nenhuma doença crônica. Contudo, 52% deles consomem bebidas alcoólicas e 40% usam o nobésio/rebite. Por fim, 68% afirmaram sentir dor lombar; 35,3% a classificaram como forte, com grau de incapacidade leve. Contudo, sugere-se novos estudos com maior número de participantes.

Palavras-Chave: Fisioterapia. Prevalência. Dor lombar. Caminhoneiros

INTRODUÇÃO

A dor lombar é caracterizada pela sensação de dor, fadiga ou rigidez muscular entre a última costela e a região glútea (MORAIS; SILVA; SAILVA, 2018). Essa pode acometer 65% das pessoas anualmente, 84% da população em algum momento da vida e tem uma prevalência de 11,9% na população mundial (NASCIMENTO; COSTA, 2015). A mesma pode ser classificada quanto a etiologia em específica e inespecífica e quanto a duração em aguda, subaguda e crônica (SILVA; BADARÓ; DALL’AGNOL, 2014). Dessa forma, diversos fatores de riscos podem estar associados ao surgimento da DL como a idade avançada, sedentarismo e obesidade, nesse quesito os profissionais caminhoneiros estão mais vulneráveis a essa sintomatologia, visto que estão submetidos a mal hábitos alimentares, longas horas dirigidas por dia e noites mal dormidas (PALÁCIO; INHOTI; PALÁCIO, 2015). Levando em consideração, pois, a problemática apresentada é importante salienta que a cidade de Tabuleiro do Norte apresenta uma localização estratégica entre as principais estradas interestaduais e nacionais facilitando o escoamento de produtos. Dessa maneira, a cidade teve sua economia voltada para o transporte de cargas. Sendo necessário uma assistência direcionada para esses profissionais, com isso, em 1992, foi criada a Associação dos Caminhoneiros de Tabuleiro do Norte (ACATAN) a primeira cidade da região Nordeste a criar uma associação com objetivo de reunir caminhoneiros nas lutas pelas suas causas

(CASTRO *et al.*, 2018; PEREIRA *et al.*, 2014). Dessa forma, o trabalho justifica-se devido ao grande número de profissionais caminhoneiros no município de Tabuleiro do Norte, os prejuízos dessa patologia na saúde do trabalhador, para comparação dos resultados com estudos vindouros e para o enriquecimento científico. Portanto, o presente estudo teve como objetivo averiguar a prevalência de dor lombar nos profissionais caminhoneiros da cidade de Tabuleiro do Norte, bem como conhecer a realidade vivida por eles e verificar os impactos gerados pela DL nessa classe trabalhadora.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é um estudo transversal, de campo observacional, exploratória, quantitativa e com amostra probabilística. A amostra pretendida era de 156 participantes, porém 15 se recusaram a assinar o TCLE e 91 não se encontrava no município no período da coleta. Dessa forma, foram abordados um total de 50 caminhoneiros. A coleta de dados aconteceu na sede da ACATAN, entre os dias 21 e 30 de abril de 2021, de forma aleatória e por conveniência, sendo tomada todas as medidas de prevenção com a contaminação da COVID 19. Sendo explicado detalhadamente o objeto e objetivo da pesquisa e deixando claro que o mesmo podia se ausentar a qualquer momento da pesquisa. A coleta de dados só teve início após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para isso, foi utilizado o questionário Roland Morris com objetivo de averiguar a funcionalidade de pacientes com dor lombar. Foi aplicado também um formulário autoral para conhecer o perfil, os hábitos e quanto a realização das viagens. Foram incluídos profissionais são caminhoneiros, entre 23 e 65 anos, associados à ACATAN e residentes no referido município. Por fim, os dados foram organizados em tabelas do *Micrsoft Excel*, para fase de comparação de resultados, ficando registrados para em relatório para apresentação e apreciação da banca. Para realização dessa pesquisa foram seguidas as normas da resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Por esse motivo, o presente o trabalho foi submetido ao comitê de ética e pesquisa (CEP) Da Faculdade do Vale do Jaguaribe, sendo aprovado sob o parecer nº 4.659.535.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Diante do exposto neste estudo, pode-se concluir que o resultado foi positivo ao tema proposto, visto que mostrou uma prevalência de 68% de dor lombar em caminhoneiros da cidade de Tabuleiro do Norte, vinculados à ACATAN. A amostra estudada, por sua vez, classificou a intensidade da dor lombar como forte e o grau de incapacidade como leve. O estudo também apontou altos índices de obesidade e sobrepeso dos indivíduos participantes. A causa disso, dentre outros motivos, pode ser explicada pela constatação de hábitos nocivos à saúde, tais como o uso de do nobésio (rebite) e o consumo de bebidas alcoólicas. Neste mesmo sentido, é possível relacionar a DL ao IMC elevado, ao tempo prolongado em profissões exercidas em posição sentada e à organização do posto de trabalho. Neste sentido, vale ressaltar a necessidade de ações educativas voltadas à promoção da saúde desses trabalhadores e relacionadas à organização no trabalho, nutrição e qualidade de vida. Todavia, esta pesquisa não esgota as possibilidades de novas descobertas sobre o assunto, e sim induz a novos questionamentos. Portanto, sugere-se que novos estudos sejam realizados com números maiores de participantes dessa classe trabalhadora, visando a prevenção de distúrbios osteomusculares.

REFERÊNCIAS

CASTRO, A. *et al.* **Tabuleiro do Norte: Cidade da Gente**. Fortaleza: Didáticos Editora, 2018.

MORAIS, M. L.; SILVA, V. K.; SILVA, J. M. Prevalence of low back pain and associated factors among physiotherapy students. **Brazilian Jurnal Pain**, São Paulo, v.24, n.3, p.241-247, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/brjp/v1n3/1806-0013-brjp-01-03-0241.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

NASCIMENTO, P. R. C.; COSTA, L. O. P. Prevalência da dor lombar no Brasil: uma revisão sistemática. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 6, p.1141-1155, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v31n6/0102-311X-csp-31-6-1141.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PALÁCIO, M. A. G.; INHOTI, P. A.; PALÁCIO, S. G. Acidentes e doenças do trabalho relacionadas a trabalhadores da área de transportes de carga no Brasil no período de 2010 e 2011. **Revista Saúde e Pesquisa**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 451-460, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/4305>. Acesso em: 16 mar. 2020.

PEREIRA, F. G. F. *et al.* Relação entre processo de trabalho e saúde de caminhoneiros. **Revista Brasileira Promoção em Saúde**, [s. l.], v.27, n.4, p.462-469, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2960>. Acesso em: 16 mar. 2020.

SILVA, M. R. O. G. C.; BADARÓ, A. F. V.; DALL'AGNOL, M. M. Low back pain in adolescent and associated factors: A cross sectional study with schoolchildren. **Brazilian Jurnal of Physical Therapy**, São Paulo, v.18, n. 5, p. 402-409, set./out. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552014000500402. Acesso em: 02 mar. 2020.

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DISCENTE DO CURSO DE FISIOTERAPIA: A PRÁTICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS (PBE) E A PESQUISA CIENTÍFICA NA BASE DE DADOS PEDRO

Jaislane Lopes Silva**
Roque Ribeiro da Silva Júnior***

**Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). Aracati-CE, 2021. E-mail: jaislanelopes@gmail.com

***Mestrando em Saúde e Sociedade – UERN, Especialista em Fisiologia Humana - UECE, Orientador, Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: roque.silva@fvj.br

RESUMO

A prática baseada em evidências (PBE) é fundamental para a atuação da fisioterapia na contemporaneidade. Nesse cenário, evidencia-se a importância da PEDro, a maior base de dados com estudos que levam em pauta exclusivamente as intervenções fisioterapêuticas. Diante disso, o presente estudo teve o objetivo de avaliar o conhecimento dos acadêmicos do curso de fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) quanto à PBE e à realização de pesquisa científica na base de dados PEDro. Trata-se de um estudo transversal e exploratório, com os meios de investigação de pesquisa de campo. Para isso, foi feito o levantamento de informações por meio de abordagem quantitativa. Os acadêmicos de fisioterapia da FVJ possuem conhecimento básico sobre a PBE e a base de dados PEDro. Entretanto, apresentam grandes dificuldades na pesquisa avançada. Portanto, faz-se necessário uma análise do currículo acadêmico.

Palavras-Chave: Estudantes. Fisioterapia. Prática clínica baseada em evidências. Base de dados. PEDro.

INTRODUÇÃO

De acordo com Shiwa et al. (2011), a prática baseada em evidências (PBE) constitui o elemento primordial da atuação da fisioterapia na contemporaneidade. Sendo esta, definida como a “integração da melhor evidência de pesquisa com experiência clínica e valores do paciente.” (ELKINS; MOSELEY, 2019, p. 1). Nesse cenário, evidencia-se a importância da PEDro, que é considerada a maior base de dados em fisioterapia, com estudos que levam em pauta as intervenções fisioterapêuticas. (COSTA, 2010). Nesse contexto, a Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) possui em sua grade curricular do curso de fisioterapia, a disciplina “Epidemiologia e prática baseada em evidências na fisioterapia”, com uma carga horária de 60 H/A, no sétimo período. (FVJ, 2020). Entretanto, não se sabe o conhecimento que os discentes têm sobre a PBE e sobre a pesquisa científica, utilizando a base de dados PEDro. Logo, esta pesquisa justifica-se pela importância de investigar a aprendizagem desses alunos acerca da PBE e da base de dados PEDro, visto que, “o uso consistente de recomendações terapêuticas fundamentadas em evidências pode proporcionar melhores resultados”. (COSTA, 2010, p.197). Além do mais, este trabalho poderá ser utilizado como comparativo para futuros estudos. Portanto, o presente estudo teve o objetivo principal de avaliar o conhecimento dos acadêmicos do curso de fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) sobre o conceitual de prática baseada em evidências e sobre a realização de pesquisa científica

utilizando a base de dados PEDro. Como também, foi possível identificar a principal dificuldade dos alunos para pesquisar na PEDro.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, exploratório e quantitativo, realizado mediante investigação de pesquisa de campo. Ademais, a coleta de dados ocorreu durante o mês de março de 2021, época em que foi solicitado que a coordenação do curso de fisioterapia disponibilizasse uma lista com os e-mails dos alunos regularmente matriculados, totalizando uma população de 46 estudantes. As informações foram colhidas através da aplicação de um formulário autoral, criado no Google Forms, intitulado de “Avaliação sobre conhecimentos conceituais da PBE e sobre realização de pesquisa na PEDro”. O mesmo foi encaminhado aos participantes através de uma solicitação de participação em pesquisa através de contato estabelecido por e-mail. O instrumento avaliativo era composto por 19 questões, divididas em três seções: apresentação; dados pessoais; avaliação. A primeira apresentava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicando todas as informações que o participante deveria saber sobre a pesquisa. Por esse motivo, só participaram da coleta de dados os alunos que concordaram com o TCLE. Somente assim, eles eram direcionados para a segunda seção, em que havia 5 questões com as variáveis: iniciais, sexo, faixa etária, período em que estavam cursando e se haviam concluído a disciplina de metodologia científica. Já a terceira e última seção continha 3 questões sobre conhecimentos básicos da PBE e 10 sobre a pesquisa científica na base de dados PEDro. Por fim, foram incluídos no estudo os acadêmicos que concluíram a disciplina de metodologia científica e aqueles que estavam cursando do terceiro ao décimo semestre. Entretanto, destes 46 discentes, 13 não responderam a pesquisa, 1 foi excluído pelos critérios de elegibilidade e 1 por estar envolvido na elaboração da presente pesquisa. Logo, restaram 31 acadêmicos.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Os acadêmicos do curso de fisioterapia da FVJ possuem conhecimento básico sobre a prática baseada em evidências e, de fato, conhecem a base de dados PEDro. Também foi possível constatar que esses discentes acessam a base de dados e elaboram trabalhos acadêmicos, com base nesta ou em outra plataforma, com considerável frequência. Entretanto, quando se trata de pesquisa científica, é preciso voltar-se para a acurácia de intervenções a serem comprovadas pela ciência. Porém, grande parte dos participantes apresentaram grandes dificuldades, principalmente no que tange à pesquisa avançada, com os descritores deCS e MeSH. Somado a isso, há ainda, a complexidade que a língua inglesa traz tanto para a busca de dados quanto para a tradução das informações disponíveis. Portanto, se faz necessário uma análise do currículo acadêmico na perspectiva de antecipar e reestruturar a disciplina de epidemiologia e prática baseada em evidências na fisioterapia, com o intuito de incentivar, familiarizar e melhor qualificar os alunos em relação à pesquisa científica e a atuação clínica. Sendo assim, seria também de grande utilidade ofertar uma disciplina de inglês instrumental, com a finalidade de melhor capacitá-los para a busca de informações e para a leitura dos artigos. Por fim, essa pesquisa não esgota a temática abordada, tampouco pretende ser uma solução rápida e fácil, mas uma iniciativa para que se possa pensar a urgência da solução para o problema aqui abordado.

REFERÊNCIAS

COSTA, L. O. P. PEDro, a Base de Dados de Evidência em Fisioterapia. **Fisioterapia & Pesquisa**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 197, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fm/v24n3/17.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

ELKINS, M. R.; MOSELEY, A. M. Società Italiana de Fisioterapia and the Physiotherapy Evidence Database (PEDro). **Archives of physiotherapy**, [s. l.], v. 9, n. 5, p. 1-6, mar. 2019. Disponível em: <https://archivesphysiotherapy.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40945-019-0058-3>. Acesso em: 23 fev. 2020.

FVJ. Graduação fisioterapia. **FVJ**, 2020. Disponível em: <https://www.fvj.br/graduacao/fisioterapia/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SHIWA, S. R. et al. PEDro: a base de dados de evidências em fisioterapia. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 24, n. 3, p. 523-533, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fm/v24n3/17.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

TREINAMENTO DE FORÇA EM MULHERES DA TERCEIRA IDADE COM OSTEOPOROSE

Vanessa do Carmo Paula 1
Roque Ribeiro da Silva Júnior 2

1 Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: vanessinhapaulacl@gmail.com. 2 Orientador Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe. Email: roqueujs@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de responder a seguinte pergunta pico: A população da terceira idade portadora de osteoporose quando exposta a um treinamento de força muscular versus placebo, previne lesões ou fatores de quedas, a médio ou longo prazo? O estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, onde será estudada a contribuição do treinamento de força em mulheres da terceira idade com osteoporose, utilizando o método quantitativo do tipo exploratório, a pesquisa foi realizada entre os meses de agosto de 2020 a junho de 2021, nas bases de dados PubMed, PeDro (Physiotherapy Evidence Database), na qual possuem periódicos apresentados na forma de artigos dos últimos onze anos (2010 a 2021), os descritores foram selecionados de acordo com DeCs (Descritores em Saúde) e MeSH (Medical Subject Headings) são eles: Osteoporosis, Elderly Care, Post Osteoporosis Fractures. Grande parte dos estudos compilados nessa revisão de literatura verificou que os postulados versam acerca do uso do treinamento de força para a prevenção da doença supracitada, ressaltando a importância que a comunidade científica atribui ao modo de tratamento da osteoporose. A partir da análise da pesquisa realizada, observou-se que o exercício físico é considerado um fator de suma importância.

Palavras-Chaves: Tratamento. Osteoporose. Treinamento de Força.

INTRODUÇÃO

O processo fisiológico de envelhecimento engloba inúmeras transformações biológicas integradas ao organismo. Nesta transição, as alterações somatossensoriais ao passar dos anos se torna cada vez mais frequente na terceira idade, podendo pôr em risco a vida do indivíduo e causar limitações crescentes no desempenho de atividades diárias. (ESQUENAZI; SILVA; GUIMARAES, 2014). Visto que com o avanço da idade, as alterações distintas para diminuição da densidade mineral se iniciam em torno da quarta década da vida, todavia sendo no sexo feminino que seja mais frequente devido à redução de estrogênio e a chegada da menopausa. As células do tipo osteoclastos que promovem absorção de minerais, e as células do tipo osteoblastos é responsável pela produção de cálcio, portanto devido à falha de produção de células, iniciando nesta idade um fator patogênico. (ESQUENAZI; SILVA; GUIMARAES, 2014). Assim, por vezes a osteoporose é uma doença óssea de característica crônica que acarreta o comprometimento da massa óssea esponjosa. De fato, que a diminuição da densidade mineral sendo um distúrbio esquelético humano, na qual preestabelece que o indivíduo tenha o aumento de risco de quedas e fraturas, visto que as fraturas estão ligadas ao maior número de mortalidade, morbidade e causas de internamentos em idosos com osteoporose. (BAUM *et al.*, 2013). Já que é considerado que o impacto destas devidas quedas causa consequências prejudiciais na qualidade de vida dos idosos afetados, onde dificulta o processo de envelhecimento saudável. Em virtude disso é que as práticas podem ser realizadas

para a melhoria da saúde, como estabilidades funcionais, o aumento de cálcio, proporciona melhora significativa das doenças somáticas associadas à prática de atividades físicas e exercícios. Pode-se ressaltar o uso de suplementação de vitaminas e cálcios, já que no processo de envelhecimento os níveis do mesmo estão mais baixos no organismo. (GASPAR *et al.*, 2019). Afinal cada ação decorrente de devidas intervenções a cada indivíduo irá se dar consequentemente há uma representação de confiança aos mesmos, havendo uma diminuição de fragilidade e fortalecimento para o envelhecimento saudável e aumento da qualidade de vida desses idosos acometidos pelo déficit de osteoblastos. (SOUZA *et al.*, 2017).

MARCO TEÓRICO

Portanto, a construção deste estudo científico cujo eixo tem como destaque a importância de discorrer sobre o treinamento de força, as alterações multifatoriais intrínsecas e extrínsecas e consequências de quedas em idosos com osteoporose. Para isso, realiza-se o levantamento de dados através de plataformas acadêmicas digitais.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão de literatura integrativa através de um levantamento bibliográfico, onde será estudada a contribuição do treinamento de força em mulheres da terceira idade com osteoporose, utilizando o método quantitativo. Na qual propõe pontos sintéticos e seletivos ressaltando ideias para sintetizar resultados na qual devem analisar de forma compreensiva, crítica, construtiva, delimitando o tema e seguindo os levantamentos da pesquisa bibliográfica. (ERCOLE; MELO; ALCOFORAFO, 2014). A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto de 2020 a junho de 2021, nas bases de dados PubMed, PeDro (Physiotherapy Evidence Database), na qual possuem periódicos apresentados na forma de artigos dos últimos onze anos (2010 a 2021). Os descritores foram selecionados de acordo com DeCs (Descritores em Saúde) e MeSH (Medical Subject Headings) são eles: Osteoporosis, Elderly Care, Post Osteoporosis Fractures. Foram inclusos trabalhos que abordavam a temática sobre a eficácia do treinamento de força em mulheres da terceira idade com osteoporose, estudo de caso e ensaios clínicos randomizados com nota a partir de seis no idioma em inglês, consistindo em os últimos onze anos (2010-2021). Foram excluídas publicações de trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização, dissertações e teses, periódicos duplicados, periódicos não livres, estudos transversais, estudos longitudinais, relatos de caso e periódicos não indexados nos últimos dez anos. Durante as análises dos artigos foram identificados um total de 14 periódicos na base de dados PubMed e 10 periódicos na base de dados PeDro, quando houve a implementação dos critérios de inclusão e exclusão restaram-se 6 artigos da plataforma PubMed e 4 artigos da plataforma PeDro, logo totalizando 10 artigos clínicos contidos no estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Os artigos foram distribuídos em tabelas com tópicos: número do artigo, autor, ano, tipo de estudo, objetivo e princípios considerações. Estudos de diferentes artigos relatam que a perda da densidade mineral óssea pode ser evitada com o treinamento de força, tendo em vista que o sujeito ganha força ao realizar tal treinamento, contribuindo assim para o aumento e crescimento de massa no osso do corpo. O treinamento de força foi visto como uma estratégia que promove saúde e qualidade de vida, proporcionando benefícios aos idosos osteoporóticos ao que diz respeito ao aumento de força. (BAUM *et al.*, 2013). A perda de densidade mineral óssea recorrente ao fator patológico. Segundo Borges 2010, a produção de estresse causado no

corpo devido aos exercícios, causam reajustes nas estruturas osseas favorecendo essa produção de massa óssea. Nessa fase da velhice ampliar e qualificar a qualidade de vida, foi vista como uma pauta confiável para que essas idosas possam proporcionar com o treinamento de força benefícios positivos, ajudando assim no funcionamento geral do corpo. (ALMEIDA *et al.*, 2019). Os tipos de treinamento, as atividades regulares, os exercícios resistidos, alongamentos, fortalecimento. Sendo assim, conclui-se que o treinamento de força atribui de forma positiva benefícios para os indivíduos com osteoporose, uma vez que os estudos apontam que o treinamento de força auxilia na produção e aumento da densidade mineral óssea, bem como na força do músculo contribuindo assim para uma qualidade de vida que possa se prevenir a doença ou ser uma opção ao sujeito como sendo um tratamento não medicamentoso. (PAGLUSIO, JUNIOR E TEIXEIRA, 2014).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. J. F; ARAUJO, A. E. R; NETO, J. C. C. Efeitos do exercício resistido em idosos com osteoporose do programa de ação integrada para o aposentado – PAI. **Rev. Hospital Universitário/ UFMA**, v. 10, n. 1, p. 9-13, 2009. Disponível em: http://www2.ebserh.gov.br/documents/16424/491465/Revista_HU_Volume_10_1_JAN_ABR_2009.pdf/5ac0f6b8-ceb1-4219-92db-ac761cc12f07. Acesso em: 13 fev. 2021
- BAUM, Thomas, *et al.* Trabecular bone structure analysis of the spine using ClinicalMDCT: can it predict vertebral bone strength?. **J. Bone Miner Metab**, Munique v. 32, n. 1, p. 56-64, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23604586/>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BORGES, A. A. S. **Treinamento de Força como Prevenção da Osteoporose**. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/1937/1556>. Acesso: 10 fev. 2021.
- ESQUENAZI, Danuza; SILVA, Sandra R. Boiça da; GUIMARÃES, Marco Antônio M. Aspectos Fisiopatológicos do envelhecimento humano e quedas em Idosos. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, Rio de Janeiro v. 17, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistahupe/index>. Acesso em: 11 set. 2020.
- GASPAR, Ana Carolina Macri, *et al.* Quedas: conhecimentos, atitudes e prática de idosos. **Enfermagem em Foco**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 93-107, 2019. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1947>. Acesso em: 08 set. 2020
- PAGLUSIO, D. T. C.; JÚNIOR, E. F. G.; TEIXEIRA, L. P. **Treinamento de força como tratamento da osteoporose em mulheres na Terceira idade**: estudo de caso. 2014, 64 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Educação Física Bacharelado) - UniSalesiano, Lins, SP, 2014. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/57495.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.
- SOUZA, Amanada Queiroz de, *et al.* **Incidence and predictive factors of falls in community-dwelling elderly**: alongitudinal study. 2018. 10 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Terapia Ocupacional - Universidade Federal Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v24n9/en_1413-8123csc24-09-3507.pdf. Acesso em: 03 out. 2019.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA ADAPTAÇÃO DE RESIDÊNCIAS PARA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS

Pábula Miréia Martins de Farias *
Roque Ribeiro da Silva Júnior **

* Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: @gmail.com. ** Orientador Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe. Email: roqueujs@gmail.com.

RESUMO

O envelhecimento é comunitário na maioria das vezes nos organismos, ocasionado nas disfunções de quedas pela degeneração de suas finalidades vitais. As quedas são lesões por consequência de algumas partes sendo mais expostas, devido isso ocorre uma severa complicação na saúde pública, existindo uma causa mais extensa nos resultados para a sociedade, pois isso o crescimento dos indivíduos vem mostrando o ponto mais visível que é as causas, além disso os resultados mais próximos vão aparecer nas complicações causada pelas perdas constate na força muscular no equilíbrio na dominação motora, dessa maneira, vai ampliando o aumentando os índices de causalidades de quedas. Então as quedas podem ser ressaltadas nos principais fatores intrínsecos e extrínsecos tendo os procedimentos que gerar um impacto negativo na vida das pessoas idosas, vivendo com um receio de cair novamente.

Palavras-Chaves: Quedas. Prevenção. Idosos. Residências. Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

O processamento do envelhecimento exhibe na presença de doenças, onde transferir os idosos a expor problemas de mobilidade, interferindo na ausência de estabilidade e de formalidade, e um aumento ósseo e muscular. Sendo as causas maiores por acomodação de exercícios físicos. (SIQUEIRA et al., 2007). Segundo Pinho (2012), as quedas são bastante devastadoras e comuns em idosos, apesar de não ser consequentemente inevitável no envelhecimento. Onde a estabilidade do corpo precisa ser transmitida informações através de componentes sensoriais e cognitivos, dos sistemas nervosos e musculoesqueléticos de forma adaptadas. A importância da prevenção nas residências está relacionada a várias mudanças no espaço físico que ajude a acessibilidade mobilidade, ou até mesmo alguns tipos de dificuldades físicas. Proporcionando as adaptações das residências onde vai oferecer uma deambulação com confiança e firmeza como: cozinha, quarto, banheiros, escadas, quintais e outros. Evitando tapetes e objetos soltos, sandálias e pisos com as solas antiderrapantes, corrimão em todas as paredes ou escadas. (FERRETTI; LUNARDI; BRUSCHI,2013). Segundo Oliveira (2017) a função do papel fisioterapêutico vai exercer para reduzir a queda em idosos, executado suas práticas fisioterapêuticas que vai ajuda a promover melhor qualidade de vida, atuando em alguns exercícios físicos como alongamentos, fortalecimento, cinesioterapia, força muscular, treino de marchas, e nas suas realizações de exercícios físico. Esta pesquisa tem como objetivo desse trabalho é revisar os principais artigos e analisar os benefícios das prevenções fisioterapêuticas nas adaptações das residências.

MARCO TEÓRICO

Para compreender Atuação da Fisioterapia na Adaptação de Residências para Prevenção de quedas em Idosos. Buscamos artigos científicos datados a partir de 2010 há 2018, que evidenciam a utilização dessas práticas como mecanismos de baixo custo e acessível ao usuário na Adaptação de Residência de idosos.

METODOLOGIA

O presente artigo aqui expressado trata-se de uma pesquisa de revisão Integrativa, é uma ferramenta que proporcionar a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados e estudos significativos nas práticas. A pesquisa iniciou nos primórdios do mês de janeiro, alongando-se até março do ano corrente. Utilizando-se de buscas nas bases de dados das plataformas: PEDro, Scielo, BVS, PubMed e PSBE. Os artigos de revisão, assim como outras categorias de artigos científicos, são uma forma de pesquisa que utiliza fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). As realizações das leituras nutrem o trabalho e apresentam argumentos que venham solucionar o problema. Com a ajuda e análise dos dados levantados pelo autor. Com o DeCs (Descritores em Ciências da Saúde) e a combinação das partículas booleanas “And” e “An” selecionando os descritores. Todos os dados levantados, foram baseados em leitura que abrangem o tema abordado, sendo discutidos e comparados com levantamentos, projetos e pesquisas já realizadas que seguem a mesma linha de pesquisa. Com a implementação do formulário de Ursi (2006, Anexo A), deu uma função maior e detalhamento na seleção dos artigos. Foram retirados estudos, onde o desfecho não encaixasse com critérios da abordagem da pesquisa. Foi realizado um diagrama de fluxo, que contém as seguintes informações. Na Estratégia de Busca, tivemos um total de 148 artigos, onde 18 artigos foram retirados da base de dados do PubMed, 24 artigos do Scielo, 6 artigos do PEDro e 100 artigos do BVS. No Critério de Exclusão, tivemos 130 artigos, onde esses 128 artigos foram por excluídos por resumo e 2 artigos por duplicidade. Já nos Estudos Incluídos na Revisão, tivemos 16 artigos foram retirados do banco de dados da Scielo e 9 da BVS. Já para os Estudos com Potencial de Inclusão encontramos 25 artigos.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Os artigos foram distribuídos em tabelas com tópicos: número do artigo, autor, ano, tipo de estudo, objetivo e princípios considerações. Estudos de diferentes artigos relatam que os profissionais da área da saúde optam por sugerir as PICs, especialmente quando os mesmos já tem entendimento sobre o assunto, quando praticam no seu dia-a-dia, ou quando se tem evidências científica sobre a PIC. De acordo Roma et., al (2013) os treinos resistido quanto a aeróbia tem efeitos eficazes no desenvolvimento da disposição física e da funcionalidade em pessoas idosos nas comunidades. Na mostra estudada, o GR mostrou melhoria na plasticidade, no equilíbrio estático, no S/L da cadeira, com um potencial de totalidade do SPPB. Sendo assim o GA apresentou melhoria na aceleração de movimento, no equilíbrio estático com potencial total do SPPB. A intermedia da idade dos indivíduos no Grupo Resistido foram de 68,8 anos e de 69,1 no Grupo Aeróbio. Onde o primeira mostra a evolução no sentar/ levantar ($p=0,022$), no equilíbrio com pés seguidos ($p=0,039$) e enfileirados ($p=0,001$). No segundo, houve diferença estatística na agilidade, equilíbrio com pés seguidos e enfileirados ($p=0,008$, $p=0,02$ e $p=0,043$, nessa ordem). Os exercícios resistidos foi executado em um momento terapêutico temporário. O GR cumpriu a atividade com durabilidade de 12 meses, treinamentos com durabilidade de 1 hora, 2 veze na semana. Segundo Prado et al. (2010) especialmente por meio de cuidados de quedas entre idosos, imprescindível, é praticando os exercícios físicos que auxilia no melhoramento do equilíbrio, a marcha, a coordenação motora, a cinestesia, a força muscular e a função de tempo de retorno. Dessa maneira haverá o reforço do equilíbrio e coordenação, autonomia, autoestima, vem promovendo a redução das quedas, determinando a menor prevaecimento de depressão,

ou melhorar, o seu controle, invertendo o sentido do ciclo, no caminho da redução da inatividade física. (MAYER et al., 2011). Bento et., al (2010) conta que os resultados que são recomendados para os exercícios físicos, de forma separada, são capazes da diminuição de risco de quedas, isto apresenta evidente em sete estudos avaliados. Os treinamentos de equilíbrio e força muscular são os procedimentos mais presentes nas intervenções propostas, no entanto, são indicados em relação aos principais componentes do exercício de frequência, duração, intensidade. (BENTO, SOUZA ,2018).

REFERÊNCIAS

- BENTO, Joana Rita; SOUSA, Nadina Duarte. Exercício físico na prevenção de quedas do idoso da comunidade: revisão baseada na evidência. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, [S.L.], v. 12, n. 39, p. 1-11, 8 fev. 2018.
- BENTES, Ana Cláudia de Oliveira; PEDROSO, Janari da Silva; MACIEL, Carlos Alberto Batista. **O idoso nas instituições de longa permanência: uma revisão bibliográfica**. Aletheia, Canoas, n. 38-39, p. 196-205, dez. MAYER, F. *et al.* A intensidade e Efeitos do treinamento de força em Idosos. **Dtsch Arztebl Int.**, v. 21, n. 108, pp. 359-364, maio, 2011. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3117172/>>. Acesso em: 05 set. 2017.
- OLIVEIRA, H. M. L. et al. **Fisioterapia na prevenção de quedas em idosos**. Revista Interdisciplinar de Estudos Experimentais, v.9, p.43-47, 2017
- PRADO, R. A. *et al.* A influência dos exercícios resistidos no equilíbrio, mobilidade funcional e na qualidade de vida de idosas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 2, n. 34, pp. 183-191, 2010.
- PINHO, Tatyana Ataíde Melo de et al. Avaliação do risco de quedas em idosos atendidos em Unidade Básica de Saúde. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 320-327, Apr. 2012
- SIQUEIRA, Fernando V et al. Prevalência de quedas em idosos e fatores associados. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 749-756, Oct. 2007.
- FERRETTI, Fatima; LUNARDI, Diany; BRUSCHI, Larissa. **Causas e consequências de quedas de idosos em domicílio**. Fisioter. mov., Curitiba, v. 26, n. 4, p. 753-762, Dec. 2013
- SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, Mar. 2010. Fisioterapia
- ROMA, M. F. B., BUSSE, A. L.; BETONI, R. A. et al. **Efeitos das atividades físicas resistidas e aeróbia em idosos em relação à aptidão física e à funcionalidade: ensaio clínico prospectivo**. Revista Einstein, v. 11, n. 2, p. 153-157, 2013.

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL DE USUÁRIOS DO PILATES*

Mikaele Romão de Oliveira **
Roque Ribeiro da Silva Júnior ***

*Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: mikaeledj@hotmail.com. ** Orientador Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: roqueujs@gmail.com.

RESUMO

O Método Pilates foi criado pelo alemão Joseph Hubertus Pilates, por volta dos anos 20, mas teve um reconhecimento por volta dos anos 40, na cidade de Nova Iorque, com um público mais assíduo de dançarinos da região. Objetivo do estudo foi verificar a capacidade funcional e o nível de atividade física dos usuários que praticam o método Pilates. Foi possível verificar que o método pilates é bastante eficaz, contribuindo na melhora da qualidade de vida de seus praticantes assíduos, como por exemplo, melhorando a flexibilidade, força muscular, equilíbrio, alivia as dores, melhora a postura. Embora ainda se faça necessário mais estudos acerca do assunto.

Palavras-Chaves: Pilates. Capacidade funcional. Praticantes de pilates.

INTRODUÇÃO

O Método Pilates foi criado pelo alemão Joseph Hubertus Pilates, por volta dos anos 20, mas teve um reconhecimento por volta dos anos 40, na cidade de Nova Iorque, com um público mais assíduo de dançarinos da região. Sendo assim nos anos 80 teve um grande reconhecimento de suas técnicas, já por sua vez, nos anos posteriores seu método ficou mundialmente conhecido e difundido de forma ativa (SILVA; MANNRICH, 2009). O pilates é uma atividade física considerada de baixo impacto e com a sua intensidade de leve a alta, dependendo da meta que será proposta pelo método e pelas particularidades de cada indivíduo. Existe uma extensa quantidade de exercícios e variações que tornam o pilates um programa completo de condicionamento corporal e mental perfeito para diferentes pessoas. (PACHECO *et al.*, 2017). Independentemente da idade, qualquer indivíduo pode ter algum efeito com a prática do pilates que melhora o bem-estar. Este método corrige a flexibilidade, os desequilíbrios musculares, a postura, o condicionamento físico e a consciência corporal. Com a prática diária e da maneira correta, o pilates poderá levar a alcançar muitos benefícios tanto emocionais quanto físicos e logo melhorar a qualidade de vida de quem o pratica. (ELIZABETE *et al.*, 2013). Dentro do que foi abordado anteriormente, o trabalho trouxe como finalidade a resposta da seguinte pergunta-problema. Qual a ação do Pilates sobre a capacidade funcional de seus usuários? Objetivo do estudo foi verificar a capacidade funcional e o nível de atividade funcional dos usuários que praticam o método Pilates.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa transversal de campo do tipo exploratória com abordagem quantitativa. Foi realizada uma pesquisa no mês de outubro de 2020 no município de Aracati – CE com os usuários do Pilates, de ambos os sexos. Em duas

clínicas que trabalham com Pilates. A clínica de Júlio Marques e Satori. Foram selecionados 20 participantes de forma aleatorizada estratificada e entregue um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), foram tiradas todas as dúvidas dos participantes e a pesquisa só foi realizada mediante a assinatura do termo, sendo duas vias uma fica com o participante e outra foi entregue para o pesquisador e o participante teve um prazo de 10 dias para entregar o termo.

O instrumento de coleta dos dados, foi através de dois questionários sendo, ele o IPAQ e o HAQ, por sua vez o IPAQ contém 8 perguntas que são voltadas para medir a avaliação funcional dos participantes e o tempo que se gasta realizando a atividade física, classificando-as em moderadas e vigorosas e o HAQ que contém 20 perguntas aplicadas presencialmente todas objetivas, com as seguintes opções: sem qualquer, com alguma, com muita ou incapaz de fazer, utilizadas para a capacidade funcional. A população de usuários das clínicas de Pilates citada na cidade de Aracati – CE. A análise dos dados foi realizada através do programa *Microsoft Excel (2010)*, com o intuito central de trabalhar a explanação em tabelas e gráficos dos resultados do questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No questionário SHAQ, com relação a capacidade funcional foi identificado 14 pessoas, sendo 79% do sexo feminino e 60% do sexo masculino sem qualquer incapacidade, 6 pessoas apresentaram algum grau de incapacidade, correspondendo a 21% do sexo feminino e 40% do sexo masculino e por fim não foi identificado pessoas com muita incapacidade ou com incapacidade grave em ambos os sexos. Segundo Pacheco *et al.* (2017) em uma revisão sistemática, que aborda pilates e flexibilidade, sendo a maior parte do estudo conduzida com pessoas jovens, em seus resultados encontrou que o método pilates mostrou-se eficaz não somente na melhora da flexibilidade, como também na resistência muscular, equilíbrio e propriocepção, obtendo resultados relevantes como o aumento da qualidade de vida, conseqüentemente aumento da capacidade funcional e redução do risco de lesões.

Em seguida no questionário IPAQ com relação a quantos dias da última semana a pessoa caminhou por pelo menos 10 minutos contínuos, foi observado o seguinte resultado, em 2 dias na semana somente 2 pessoas realizaram caminhada, em 3 dias, foram 10 pessoas, em 4 dias, 4 pessoas, 5 dias, 1 pessoa somente e em 7 dias, 3 pessoas. Com relação aos dias em que a pessoa caminhou por pelo menos 10 minutos contínuos o tempo no total que foi gasto caminhando por dia, ou seja, a média/desvio padrão de tempo foi de 60+_18.3. Segundo Mendes (2015), em seu estudo obteve o seguinte resultado, que o pilates deve ser praticado para ajudar no desenvolvimento do controle do centro do organismo, com a integração da musculatura estabilizadora para criar força e equilíbrio durante atividades estáticas e dinâmicas, melhorando a funcionalidade.

CONCLUSÃO

Diante dos dados coletados e do que foi abordado no presente estudo, foi possível verificar que o método pilates é bastante eficaz, contribuindo na melhora da qualidade de vida e na capacidade funcional de seus praticantes assíduos. Ficando notório que o público de maior ênfase são os idosos sendo mais mulheres com idades entre 60 e 65 anos.

REFERÊNCIAS

ELIZABETE, Rosana *et al.* Perfil de qualidade de vida em praticantes de pilates. **Fisioterapia Brasil**, [s. l.], v.14, n. 5, 2013. Acesso em: 17 jan. 2021.

PACHECO, Romão *et al.* Pilates e flexibilidade: uma revisão. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, Paraíba, v.21, n.3, p.275-280, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/20654/17787>. Acesso em: 17 jan. 2021.

MENDES, Vieira *et al.* Análise da funcionalidade e flexibilidade de mulheres em exercícios de pilates no solo. **Arq. Ciência. Saúde**, v. 22, n. 3, p. 53-57, jul./set. 2015. Disponível em:

<https://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/238/107>. Acesso em: 17 jan. 2021.

SILVA, A. C. L. G; MANNRICH, G. Pilates na reabilitação: uma revisão sistemática. **Fisioter. Mov**, Curitiba, v. 22, n. 3, p. 449-455, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/fisio/article/view/19479/18823>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PREVALÊNCIA DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS NOS JOGADORES AMADORES DE FUTEBOL DO MUNICÍPIO DE ARACATI*

Henrychert Kennedy Silva de Oliveira 1
Roque Ribeiro da Silva Júnior 2

1 Graduando do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: henrychert.kennedy1@gmail.com. 2 Orientador Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe. e-mail: roqueujs@gmail.com

RESUMO

Introdução: O futebol é o esporte mais praticado em todo o mundo, tendo em vista as exigências físicas impostas aos atletas, gerando eventuais aumentos nas incidências de lesões musculoesqueléticas. **Objetivo geral:** Analisar a prevalência de lesões musculoesqueléticas nos jogadores de futebol do município de Aracati. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal, com os meios de investigação de pesquisa de campo. **Resultados e Discussões:** Os locais afetados com as lesões musculares foram: quadríceps 31,43% (n=11), isquiotibiais 20% (n=7), em seguida os paravertebrais lombares com 17,14% (n=6), e tríceps sural com 5,71% (n=2). **Considerações Finais:** Devido a ocorrência de lesões tanto musculares como também articulares, torna-se mais necessário a presença de atendimentos fisioterapêuticos voltados para essa classe de atletas, para que eles possam ter algum tipo de acompanhamento profissional.

Palavras-Chave: Fisioterapia. Futebol. Lesões.

INTRODUÇÃO

A prática de um esporte como o futebol, seja a nível profissional ou até mesmo por entretenimento, gera diversos benefícios a saúde, tanto física quanto psicológica. (GONÇALVES *et al.*, 2015). O futebol é o esporte mais praticado em todo o mundo, tendo em vista as exigências físicas impostas aos atletas, gerando eventuais aumentos nas incidências de lesões musculoesqueléticas. (ALMEIDA *et al.*, 2013).

Independente do futebol ser o tipo de esporte mais jogado em todo o Brasil, deve-se levar em conta que ele possui diversas causas que podem levar a disfunções musculoesqueléticas. (NETTO *et al.*, 2019). Isto ocorre, pelo contato corpo a corpo entre os atletas, mudanças bruscas na direção e velocidade dos movimentos exigidos por esse tipo de prática esportiva, assim como o excesso de força em alguns movimentos, sendo fortes causadores de lesões nos atletas. (ALMEIDA *et al.*, 2013).

Um estudo realizado por Gonçalves *et al.* (2015), cita que o futebol é o esporte com o maior número de lesões musculoesqueléticas. Isso também se dá por conta do tempo inadequado de repouso entre as partidas. (ALMEIDA *et al.*, 2013). Visto que em outro recente estudo realizado por Netto *et al.* (2019), é afirmado que devido sua complexidade, o futebol em si, tem um índice de lesão considerável em atletas que foram submetidos a um total de 1.000 horas de jogos.

O objetivo do estudo foi analisar a prevalência de lesões musculoesqueléticas nos jogadores de futebol do município de Aracati.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, com os meios de investigação de pesquisa de campo, de natureza exploratória e com abordagem quantitativa, sendo um tipo de amostra não probabilística.

A coleta de dados foi realizada na Areninha Juciê Cunha e depois na w5 Society, ambos os espaços esportivos fazem parte do município de Aracati, a coleta foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2020.

Os critérios de inclusão da pesquisa foram: jogadores com idade entre 20 a 35 anos que praticam o esporte durante 4 meses ou mais, sendo bem assíduos nos jogos semanais. Jogadores que sofreram alterações musculoesqueléticas em algum momento na sua prática, indivíduos com mais de uma ocorrência de lesão.

Os critérios de exclusão da pesquisa foram: jogadores com lesões que os impossibilitam de praticar o esporte, e jogadores com capacidades intelectuais reduzidas para a realização da prática esportiva, na coleta de dados foi utilizado um formulário de análise de prevalência de lesões musculoesqueléticas, formulário que tem como função identificar lesões musculoesqueléticas e o seu local, sendo um instrumento elaborado pelo pesquisador.

Na realização da pesquisa foram seguidas as normas previstas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Preservando os princípios bioéticos fundamentais do respeito do indivíduo (autonomia), da beneficência (incluindo a não maleficência) e da justiça.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 01 - Resultados dos questionamentos

1ª Questionamento		
Sim (n=31)		Não (n=4)
2ª Questionamento		
Sim (n=28)		Não (n=7)
3ª Questionamento		
Sim (n=13)		Não (n=22)
4ª Questionamento		
Sim (n=13)		Não (n=22)
5ª Questionamento		
Sim (n=19)		Não (n=16)
6ª Questionamento		
Sim (n=25)		Não (n=10)
7ª Questionamento		
Sim (n=13)		Não (n=22)
8ª Questionamento		
Sim (n=19)		Não (n=16)
9ª Questionamento		
Sim (n=25)		Não (n=10)

Fonte: próprio autor (2021)

É de suma importância ressaltar que houve uma prevalência tanto de lesões musculares quanto articulares, sendo que os locais afetados com as lesões musculares foram: quadríceps 31,43% (n=11), isquiotibiais 20% (n=7), em seguida os paravertebrais lombares com uma porcentagem de 17,14% (n=6), e tríceps sural com 5,71% (n=2).

As regiões corporais afetadas com lesões articulares foram as seguintes: complexo articular joelho 20% (n=7), complexo articular lombar 11,43% (n=4), e por último o complexo articular do tornozelo somente com 5,71% (n=2).

As alterações musculares de quadríceps e isquiotibiais foram as mais comuns juntamente com as alterações articulares do complexo articular do joelho.

As lesões articulares de joelho podem estar fortemente relacionadas com as alterações musculares de quadríceps e isquiotibiais, sendo algumas dessas alterações: hipertônias, fraqueza muscular ou até mesmo lesões musculares. Os resultados supracitados estão conforme tabela 02.

Tabela 02 - Lesões álgicas musculares e articulares.

Quadríceps 31.43% (n=11)	Isquiotibiais 20% (n=7)
Tríceps Sural 5.71% (n=2)	Paravertebrais Lombares 17.14% (n=6)
Complexo Articular Joelho 20% (n=7)	
Complexo Articular Lombar 11.43% (n=4)	
Complexo Articular Tornozelo 5.71% (n=2)	

Fonte: próprio autor (2021).

Netto *et al.* (2019), realizaram uma avaliação prospectiva das lesões desportivas, estudo realizado com o objetivo de determinar a prevalência, características e fatores de risco para as lesões ocorridas, foi um total de 864 jogadores incluídos na pesquisa sendo que apenas 231 (26,7%) dos jogadores apresentaram algum tipo de lesão musculoesquelética.

Gonçalves *et al.*, (2015), realizaram um estudo epidemiológico com o objetivo de analisar a prevalência de lesões musculoesqueléticas em jogadores amadores de futebol, houve uma prevalência no grupo 3 em 18 jogadores que compoendo 64% o grupo 1 com 56%, grupo 4: 54%, e grupo 2: 44%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados expostos torna-se bem notável a prevalência de lesões tanto articulares quanto musculares.

Embora que diferentes pesquisas tiveram como objetivo particularizar o delineamento epidemiológico de jogadores com lesões, é notável a limitação de publicações de estudos direcionados a prevalência de lesões musculoesqueléticas em jogadores amadores, sendo necessário o uso de formulários sociodemográficos, devido à baixa disponibilidade de questionários validados para a coleta de dados que possuam uma maior efetividade e confiabilidade quando comparados a formulários.

Devido a ocorrência de lesões tanto musculares como também articulares, torna-se mais necessário a presença de atendimentos fisioterapêuticos voltados para essa classe de atletas, para que eles possam ter algum tipo de acompanhamento profissional, visando tanto um melhor desempenho futebolístico quanto um menor risco de lesões musculoesqueléticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. S. M. *et al.* Incidência de lesão musculoesquelética em jogadores de futebol. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. Belém, PA, v. 19, n. 2, p. 112-115, 2013.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbme/a/kdFGDhbZ3FHM6syL4wn6kJQ/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 out. 2019.

FERREIRA, A. C. *et al.* Programas de exercício na prevenção de lesões em jogadores de futebol: uma revisão sistemática, **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 236-241, 2015. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/B7rnsLR6pvj8KffxfryFMbh/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 09 jun. 2021.

GONÇALVES, M. V. P. *et al.* Epidemiologia de lesões musculoesqueléticas em praticantes amadores de futebol, **Motricidade**, Campo Grande, MS, v. 11, n. 4, p. 134-141, 2015.

Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/6140/6805>. Acesso em: 15 out. 2019.

MARCO, C. A.; SOUZA, A. A. F.; RABELLO, L. M.; Atuação fisioterapêutica nas principais lesões musculares que acometem jogadores de futebol de campo, **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, Ariquemes, RO, v. 6, n. 1, p. 81-98, jan./ jun. 2015. Disponível em: <http://www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/view/268/386>. Acesso em: 2 nov. 2019.

MONTENEGRO, L. P. Prevenção de lesões em futebolistas através do treinamento neuromuscular e proprioceptivo em membros inferiores, **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, SP, v. 8, n. 43, p. 5-13, 2014. Disponível em:

<http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/477/540>. Acesso em: 7 nov. 2019.

NETTO, D. C. *et al.* Avaliação prospectiva das lesões esportivas ocorridas durante as partidas do campeonato brasileiro de futebol em 2016, **Revista Brasileira de Ortopedia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 54, n. 3, p. 329-334, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbort/a/qb4qHggV8ycgkXQJP96889c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2019.

EFEITOS DA REABILITAÇÃO COM REALIDADE VIRTUAL EM INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Renata Rodrigues de Moraes¹ (Aluna do curso de fisioterapia da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: renata01enfermagem@hotmail.com), **Cláudia Vaz Pupo Mello²** (Professora da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: zoclaudia@hotmail.com).

RESUMO

A Síndrome de Down (SD) é uma disfunção gênica classificada pela existência de um cromossomo extra no par 21. A intervenção fisioterápica com realidade virtual (RV) mostra-se promissora para indivíduos com SD. Neste aspecto, a realidade virtual atua na restauração das capacidades funcionais e motoras desses indivíduos. O objetivo foi realizar um levantamento na literatura sobre os efeitos e benefícios da reabilitação com realidade virtual no tratamento de indivíduos com síndrome de Down. Consistiu numa revisão integrativa, com caráter exploratório, descritivo e qualitativo. As plataformas utilizadas foram: PeDro, Scielo, Lilacs e Pubmed. Os descritores foram: síndrome de Down, realidade virtual e terapia de exposição com realidade virtual. Incluíram-se pesquisas bibliográficas, estudos clínicos; teses; estudos que foram publicados dentro da Língua portuguesa, Espanhola e/ou Língua Inglesa publicados entre 2010 a 2020. Apenas estudos gratuitos e com seres humanos foram incluídos. Eliminaram-se estudos que não correspondiam aos critérios de inclusão. Foram encontrados 65 estudos, todavia somente 15 estudos foram escolhidos. Evidenciou-se que a fisioterapia com realidade virtual oferece efeitos positivos em pacientes com SD. Os autores discorreram que a terapia com realidade virtual em pacientes com Síndrome de Down torna-se bastante promissora com a promoção de diversos benefícios terapêuticos, como: melhora da coordenação motora fina, maximização da capacidade cardiorrespiratória, melhora da resistência e força muscular, respostas positivas nos aspectos funcionais e do movimento de membros superiores além de aumentar o equilíbrio estático e dinâmico, esquema corporal, controle postural, agilidade, flexibilidade e melhorias nos domínios psíquicos, de percepção e visuoespaciais.

Descritores: Síndrome de Down. Realidade Virtual. Terapia de exposição com realidade virtual.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD) é uma disfunção gênica classificada pela existência de um cromossomo extra no par 21, na qual o paciente exprime um acervo de mudanças fenotípicas, no meio delas físicas e intelectuais específicas (QUEIROZ et al., 2016).

A SD tem como principais peculiaridades físicas faciais, a braquicefalia (diâmetro frontal e occipital bem diminuído), sulcos nas pálpebras com inclinação superior, pregas epicânticas (pregas de pele que encobrem as regiões interiores das pálpebras), base do nariz achatada, face com redução expressiva na atividade de formação tecidual em seu segmento medial; sua língua é flácida e discretamente deslocada anteriormente (TRINDADE; NASCIMENTO, 2016).

A obtenção e progresso da linguagem nas situações de SD mostram-se comprometidas. Pode-se deduzir que condições neurológicas e de retardo intelectual apresentam obtenção e progresso da linguagem em andamento mais demorado que o

almejado, todavia, seguindo o mesmo curso. Em quadros mais agravados pode surgir o impedimento da obtenção de algumas habilidades da linguagem (PELOSI et al., 2018).

Com relação às técnicas fisioterapêuticas, destaca-se a terapia aquática, na qual dispõe das teorias físicas, fisiológicas e cinesiológicas no corpo submerso na água da piscina aquecida. A fisioterapia em ambiente aquático possibilita às crianças e adolescentes com SD a tonificação dos músculos inspiratórios e expiratórios, mediante as técnicas de Bad Ragz, Halliwick e Hidrocinesioterapia convencional através das pressões realizada pela água no tórax quando o corpo está em imersão. Além disso, garante a interação social, ambiente acolhedor e rico em atividades lúdicas, o que favorece a prática das técnicas e comunicação entre terapeuta e paciente (BRAGA et al., 2019).

Neste aspecto, a terapia com realidade virtual (RV) mostra-se promissora para indivíduos com SD. Esse recurso é constituído por atividades que requerem competências motoras e intelectuais com chances de ajustes na distribuição das fases das ações sob enfoques de tempo de execução e capacidades funcionais solicitadas, constituindo-se como atividade meio e fim do tratamento (CAIANA; NOGUEIRA; LIMA, 2019).

O objetivo foi realizar um levantamento na literatura sobre os efeitos e benefícios da reabilitação com realidade virtual no tratamento de indivíduos com síndrome de Down.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou como sendo uma revisão integrativa da literatura do tipo quantitativo. Os descritores utilizados para seleção dos artigos foram: Síndrome de Down, Realidade Virtual e Terapia de exposição com realidade virtual. Incluíram-se pesquisas bibliográficas, estudos clínicos; teses; publicações entre 2010 a 2020 que seguissem o objetivo da pesquisa e artigos nota 07 na PeDro. Excluíram-se monografias; revisão da literatura; cartas ao editor; artigos científicos incompletos e; anais de congresso. As bases de dados usadas foram: PeDro, SciELO, Lilacs e Pubmed. Realizou-se leitura do título e resumo para seleção dos artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontraram-se 65 artigos, dos quais somente 15 compuseram a amostra. Foram percorridas as seguintes temáticas: terapia de integração sensorial, uso de videogame com simulação de treinamento aeróbico, realidade virtual juntamente com estimulação transcraniana, exercícios terapêuticos com Nintendo® Wii e XBOX®360 Kinect, utilização de Enxergames, exercícios com Wii Balance Board, uso de Wayfindig e demais jogos interativos com finalidades terapêuticas.

A natureza da terapia VRWii – realidade virtual – promove uma ingestão sensorial ideal, permitindo que a criança explore ativamente e organize diversas entradas sensoriais. Uma organização geral melhorada de entrada sensorial pode, subsequentemente, melhorar a capacidade motora de planejamento e sequenciamento, levando assim à melhoria das habilidades motoras finas (WUANG et al., 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação às informações expostas anteriormente, percebeu-se que a terapia com realidade virtual em pacientes com Síndrome de Down torna-se bastante promissora com a

promoção de diversos benefícios terapêuticos, como: melhora da coordenação motora fina, maximização da capacidade cardiorrespiratória, melhora da resistência e força muscular, respostas positivas nos aspectos funcionais e do movimento de membros superiores além de aumentar o equilíbrio estático e dinâmico, esquema corporal, controle postural, agilidade, flexibilidade e melhorias nos domínios psíquicos, de percepção e visuoespaciais.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Hellen Viana; DUTRA, Laisla Pires; VEIGA, Jéssica Matos; JÚNIOR, Elzo Pereira Pinto. Efeito da fisioterapia aquática na força muscular respiratória de crianças e adolescentes com síndrome de Down. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**. Umuarama, v. 23, n. 1, p. 9 – 13, jan/abr, 2019. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6392/3724>. Acessado em: 15 de Janeiro de 2021 às 20h46.

CAIANA, Tayane Leôncio; NOGUEIRA, Dhyego Lima; LIMA, Ana Carolyne Dantas. A realidade virtual e seu uso como recurso terapêutico ocupacional: revisão integrativa. **Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 575-589, 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1218>. Acessado em: 15 de Janeiro de 2021 às 20h50.

PELOSI, Myriam Bonadiu; TEIXEIRA, Pablo de Oliveira; NASCIMENTO, Janaína Santos. O uso de jogos interativos por crianças com Síndrome de Down. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. São Carlos, v. 27, n. 4, p. 718 – 733, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/75f4TR9PX6DJfdQPNYXkkLq/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 15 de Janeiro de 2021 às 20h36.

QUEIROZ, Mariana Farias de; CIRILO, Marry Aneyts de Santana; VIANA, Márcia Gabrielle Silva; GALVÃO, Geórgia Karoline Cavalcante; NEGROMONTE, Adriana Guimarães; FIGUEIREDO, Mariana Andrade; ALMEIDA, Ana Maria Rampeloti. Perfil nutricional de portadores de síndrome de Down no agreste de Pernambuco. **Nutrição clínica**. Pernambuco, v. 36, n. 3, p. 122 – 129, 2016. Disponível em: <https://revista.nutricion.org/PDF/fariasqueiroz.pdf>. Acessado em: 15 de Janeiro de 2021 às 20h28.

TRINDADE, André Soares; NASCIMENTO, Marcos Antônio. Avaliação do desenvolvimento motor em crianças com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 22, n. 4, p. 577 – 588, out/dez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/5LrQLdJKdxVCLggMTWqSjSn/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 15 de Janeiro de 2021 às 20h31.

WUANG, Yee-Pay; CHIANG, Ching-Sui; SU, Chwen-Yng; WANG. Eficácia da realidade virtual usando a tecnologia de jogos de Wii em crianças com síndrome de Down. **Rev. Dev. Disabili.**, v. 32, n. 1, p. 312 – 321, jan/fev, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21071171/>. Acessado em: 05 de Junho de 2021 às 21h07.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA SÍNDROME PATELOFEMORAL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Michele Nunes de Melo¹ (Aluna do curso de fisioterapia da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: fisiolove123465@gmail.com), **Cláudia Vaz Pupo Mello**² (Professora da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: zoclaudia@hotmail.com).

RESUMO

Introdução: A síndrome patelofemoral (SDFP) ou Disfunção Femoropatelar (DFP) é caracterizada por dor retropatelar ou peripatelar, resultante de alterações físicas e bioquímicas da articulação patelofemoral. Dentre as técnicas fisioterapêuticas usadas, destaca-se: exercícios de cadeia aberta e fechada, técnicas de propriocepção e exercícios que reduzam a dor, melhorem a força muscular e a funcionalidade global do paciente. **Objetivo:** compreender os benefícios das modalidades fisioterapêuticas no tratamento de pacientes com SDFP. **Metodologia:** A coleta de dados realizou-se nas bases de dados: Pubmed e Pedro. Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. Com ensaios clínicos, randomizados, controlados e estudos de metanálise publicados em inglês e português no período de 2017 a 2021 com descritores usando como referência o DECS. Incluíram-se apenas artigos realizados em seres humanos, texto completo e gratuito apresentando técnicas fisioterapêuticas em pacientes com SDFP. Eliminou-se durante a análise estudos que não abordavam os critérios de inclusão e objetivos da pesquisa. **Resultados:** Foram encontrados 142 estudos, dos quais apenas 10 foram elegíveis para amostra. **Considerações finais:** Percebeu-se que os benefícios das técnicas fisioterapêuticas em geral para pacientes com SDFP são: melhora do desempenho funcional, aumento da ativação muscular de quadríceps, abdutores e vastos, melhora do equilíbrio pósteromedial do joelho e de sua mobilidade, assim como diminuição do ângulo Q, da dor e melhora da função no segmento quadril/joelho, como também melhora nas atividades funcionais em pacientes com SDFP.

Descritores: Síndrome da dor patelofemoral. Articulação do joelho. Condromalácia da patela. Modalidades de fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A articulação do joelho atua em receber, dissipar e absorver as forças colocadas pelas atividades da vida prática (AVP's), como deambulação; descer e subir degraus; pulos e saltos, dentre outras. Por causa das demandas impostas a este segmento articular, ele se encontra frequentemente sujeito às danificações de suas estruturas, tais como cartilagens, músculos, componentes ligamentares e meniscais (REES; YOUNIS; MACRAE, 2019).

Uma das causas biomecânicas associadas a danos ao joelho é a falta de capacidade em manter um bom alinhamento dinâmico entre as articulações dos membros inferiores. Com especificidade no joelho, a presença de um valgo dinâmico – momento abductor no joelho decorrente do movimento de flexão desta articulação – é uma relevante condição associada às lesões neste segmento, provavelmente por gerar forças de rotação e de deslocamento em planos diferentes, ampliando a sobrecarga sobre as estruturas, como o ligamento cruzado anterior, estruturas cartilaginosas, retináculo, tecido adiposo e ligamento patelar (PETERSON et al., 2017).

Dentre as patologias que acometem o joelho, ressalta-se a síndrome patelofemoral (SDFP) ou Disfunção Femoropatelar (DFP). Ela é caracterizada por dor retropatelar ou peripatelar, resultante de alterações física e bioquímica da articulação patelofemoral. A dor é

mais intensa ao subir ou descer escadas, ao se agachar ou ao se sentar com os joelhos flexionados. Não há consenso sobre a etiologia e tratamento. A síndrome com frequência é confundida com (ou acompanhada por) condromalácia patelar, sendo que esta última descreve uma afecção da cartilagem e não uma síndrome. A SDFP afeta, principalmente, mulheres jovens que praticam atividade física, com uma ocorrência aproximadamente de 15 - 20%, sendo o predomínio de 22/100 pessoas ao ano. Neste sentido, há diversas etiologias, com o envolvimento de fatores intrínsecos e extrínsecos (BEGUM et al., 2020).

Quanto ao tratamento fisioterapêutico, destaca-se a intervenção dos exercícios em cadeia cinética aberta e fechada. Esses exercícios causam uma co-contratação da musculatura agonista e antagonista, no intuito de proporcionar maior estabilidade articular, gerando ainda menor carga de cisalhamento anterior da tíbia, ampliando a força compressiva na tibiofemoral e reduzindo as forças de compressão femoropatelar perto da extensão. A propriocepção também é importante na seleção dos exercícios, fazendo com que o feedback seja mais eficiente devido às forças compressivas do corpo e o contato do pé com o chão, bem como a reprodução de movimentos funcionais frequentemente realizados nas atividades de vida diária (GLAVIANO et al., 2019).

Neste contexto, se pode dizer ainda que, o objetivo na tonificação dos abdutores do quadril pode reduzir a inclinação do tronco isolateral, a queda da pelve contralateral e a adução do quadril, enquanto o intuito no fortalecimento dos principais movimentos do segmento do joelho pode reduzir a abdução do joelho (DREW et al., 2017).

Deste modo, tornou-se essencial a elaboração de pesquisas acadêmicas que discorressem sobre os efeitos das modalidades fisioterapêuticas em pacientes com SDFP na intenção de melhorar a funcionalidade, redução de quadro algico, melhora de força e do bem-estar biopsicossocial.

O objetivo deste trabalho foi compreender os benefícios das modalidades fisioterapêuticas no tratamento de pacientes com SDFP.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou como sendo uma revisão integrativa da literatura do tipo quantitativo. Os descritores utilizados para seleção dos artigos foram: Síndrome da dor patelofemoral, Articulação do joelho, Condromalácia da patela e Modalidades de fisioterapia. Incluíram-se estudos transversais, prospectivos, ensaios clínicos randomizados e revisão da literatura; 2017 a 2021 que seguissem o objetivo da pesquisa e artigos nota 07 na PeDro. Excluíram-se teses de mestrado, monografias, relatos de casos, entre outros. As bases de dados usadas foram: PeDro e Pubmed. Realizou-se leitura do título e resumo para seleção dos artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontraram-se 142 artigos, dos quais somente 10 compuseram a amostra. Foram percorridas: treinamento mono e multiarticular, fortalecimento de músculos de quadril e joelho, utilização de bandagem posterior X, combinação de Kinesiotaping e exercícios de acompanhamento, método de agachamento, treinamento neuromuscular central, exercícios de transferência de quadril/joelho, exercícios de instrução de controle em valgo, estimulação elétrica com TENS, combinação de agulhas secas e técnicas de compressão isquêmica, bem como agulha seca do ponto de gatilho isolada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados explanados anteriormente, os benefícios das técnicas fisioterapêuticas em geral para pacientes com SDFP são: melhora do desempenho funcional, aumento da ativação muscular de quadríceps, abdutores e vastos, melhora do equilíbrio póstero-medial do joelho e de sua mobilidade, assim como diminuição do ângulo Q, da dor e melhora da função no segmento quadril/joelho, como também melhora nas atividades funcionais em pacientes com SDFP.

REFERÊNCIAS

- BEGUM, Ruqia; TASSADAQ, Naureen; AHMAD, Shakeel; QAZI, Wardah Ajaz; JAVED, Samina; MURAD, Saba. Efeitos da bandagem de McConnell combinada com exercícios de fortalecimento do vasto medial oblíquo em mulheres com síndrome da dor patelofemoral. **J. Park. Med. Assoc.**, v. 70, n. 4, p. 728 – 730, abr/2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32296223/>. Acessado em: 25 de Janeiro de 2021 às 15h16.
- DREW, Benjamin T; CONAGHAN, Philip G; SMITH, Toby O; SELFE, James; REDMOND, Anthony C. O efeito do tratamento direcionado em pessoas com dor femoropatelar: um estudo de viabilidade pragmática, randomizado e controlado. **BMC Musculoskeletal Disord.**, v. 18, n. 1, p. 338, agost/2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28778218/>. Acessado em: 25 de Janeiro de 2021 às 15h45.
- GLAVIANO, Neal R; MARSHALL, Ashley N; MANGUM, L Colby; HART, Joseph M; HERTEL, Jay; RUSSELL, Shawn; SALIBA, Susan A. Reabilitação baseada em imparidade com estimulação neuromuscular elétrica padronizada e função de extremidade inferior em indivíduos com dor femoropatelar: um estudo preliminar. **J. Athl. Train.**, v. 54, n. 3, p. 255 – 269, mar/2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30721093/>. Acessado em: 25 de Janeiro de 2021 às 15h42.
- PETERSON, Wolf; ELLERMANN, Andree; REMBITZKI, Ingo Volker; SCHEFFLER, Sven; HERBORT, Mirco; BRUGGEMANN, Gert Peter; BEST, Raymond; ZANTOP, Thore; LIEBAU, Christian. Avaliando o potencial benéfico sinérgico de uma cinta de realinhamento em pacientes que recebem terapia de exercícios para a síndrome da dor patelofemoral: um ensaio clínico randomizado. **Arch. Orthop. Trauma Surg.**, v. 136, n. 7, p. 975 – 982, jul/2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27146819/>. Acessado em: 25 de Janeiro de 2021 às 15h13.
- REES, David; YOUNIS, Ahmed; MACRAE, Siân. Existe uma correlação na cinemática do joelho no plano frontal entre correr e realizar o agachamento unipodal em corredores com síndrome da dor patelofemoral e corredores assintomáticos? **Clin. Biomech**, v. 61, p. 227 – 232, jan/2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30634094/>. Acessado em: 25 de Janeiro de 2021 às 15h08.

TÉCNICAS NÃO-FARMACOLÓGICAS NA DIMINUIÇÃO DA DOR DO PARTO *

Beatriz Amélia da Silva Araújo **

Roque Ribeiro da Silva Júnior ***

Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: beatriz.a.raujo@fvj.br. *Orientador Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe. Email: roqueujs@gmail.com.

RESUMO

Para o controle da dor no parto existem duas abordagens: os fármacos e não fármacos, tendo em vista que os métodos não farmacológicos trazem vantagens como a simplicidade das técnicas e a fácil aplicação. Este artigo trata-se de uma revisão integrativa com vários levantamentos, realizados entre os meses de abril à junho de 2021, com pesquisas nas bases de dados das plataformas: PEDro e PubMed, sendo escolhidos os descritores com DeCs, combinando com uso do booleano “And”, Parturition and Pain e Physiotherapy and Parturition and Pain. As leituras evidenciaram os efeitos das técnicas não-farmacológica na diminuição da dor do parto, sendo estes artigos publicados entre os anos de 2017 à 2021. Há indícios que as técnicas não farmacológicas proporcionam melhora significativa nos escores de dor.

Palavras-Chaves: Fisioterapia. Parto. Dor.

INTRODUÇÃO

Antigamente o parto era visto como um ritual natural, a mulher compartilhava com a família e de modo intimista, mas devido à evolução obstétrica a parturiente perdeu a autonomia e protagonismo nas escolhas da parição. (VELHO; SANTOS; COLLAÇO, 2014). Portanto, a cesárea deveria ser clinicamente imprescindível em casos de diminuição das mortes maternas e neonatais. (PEREIRA *et al.*, 2016). Contudo, ao decorrer dos anos deixou de ser uma decisão médica necessária e tornou-se uma escolha popular causada por fatores sociais. (CHEN; TAN, 2019). O Brasil está entre os países que mais são realizadas cirurgias cesarianas atingindo 57% no ano de 2014 e esses dados aumentam quanto à saúde privada as taxas variam de 43% a 85%. (ENTRINGER; PINTO; GOMES, 2018). Entretanto, para a redução das porcentagens dos partos cesáreos as intervenções não farmacológicas deveriam ser mais usadas, já que somente 35% dos hospitais brasileiros utilizam delas. (HENRIQUE *et al.*, 2018). Para o controle da dor no parto existem duas abordagens que são os fármacos e não fármacos, tendo em vista que os métodos não farmacológicos trazem vantagens como a simplicidade das técnicas e a fácil aplicação. Algumas técnicas mais indicadas são a massagem, os banhos aquecidos e as mudanças de posições. (ALI; AHMED, 2018). Esta pesquisa tem como objetivo investigar as técnicas não-farmacológicas na diminuição da dor do parto, através de uma pesquisa de literatura integrativa.

MARCO TEÓRICO

Para compreender a eficácia das Técnicas não-farmacológicas na diminuição da dor do parto. Buscamos artigos científicos datados a partir de 2017 há 2021, que evidenciam a utilização dessas práticas como mecanismos de baixo custo e acessível ao usuário.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura integrativa através de um levantamento bibliográfico sobre as técnicas de fisioterapia para diminuição da dor no trabalho de parto. A pesquisa foi realizada entre os meses de abril de 2021 a junho de 2021, nas bases de dados *Naciotation Library of Medicine* (PubMed), *Physiotherapy Evidence Database* (PEDro). Os descritores foram selecionados conforme o Medical Subject Headings (MeSH), são eles: *Physiotherapy, Parturition e Pain*. Para pesquisas em base de dados de predominância de língua inglesa, como PubMed e PEDro também foi usado o booleano and. Foram incluídas as seguintes combinações *Physiotherapy and Parturition and Pain*, onde fora empreendido na base de dados *PubMed e Parturition and Pain* implementado na base de dados PEDro.

De modo a identificar a abordagem dos artigos selecionados, a pesquisa desenvolveu-se a partir da juntura de 2 etapas de avaliação. A primeira etapa é denominada de crivo inicial ou primário, no que lhe concerne a etapa posterior ou a fase final, é denominado de segundo estágio ou crivo final. O crivo inicial a princípio realizou-se uma leitura preliminar do título, palavras-chave, resumo e introdução, logo, aqueles que apresentaram relações temáticas foram selecionados, no entanto, aqueles que não tinham ligação direta com a temática, bem como os requisitos supramencionados foram excluídos.

A partir disto, posteriormente ao levantamento de dados, se desenvolveu o crivo final do trabalho, onde se utilizou da seguinte escala: PEDro (*Physiotherapy Evidence Database*). Sendo constituída por onze critérios, entre eles, o de elegibilidade do estudo, quanto ao ensaio ser duplo-cego, aleatorização, quanto a forma de mensurar os resultados e entre outros. Foram encontrados um total de 23 periódicos sendo 22 da PubMed e 1 na PEDro, foram excluídos na totalidade de 16 artigos através dos critérios de inclusão e exclusão. Nessa etapa foram implementados os métodos avaliativos, assim no crivo inicial foram cortados 14 artigos somente da plataforma Pubmed e no crivo final foram descartados um artigo da Pubmed e o outro da PEDro restando-se um montante de 7 periódicos da Pubmed e nenhum da outra base de dados, uma vez que os dois estudos foram desclassificados por terem notas inferiores a cinco.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Os artigos foram distribuídos em tabelas com tópicos: número do artigo, autor, ano, tipo de estudo, objetivo e princípios considerações. Estudos de diferentes evidenciam o uso da massagem com uma técnica positiva na diminuição dos escores de dor. Segundo Ali e Ahmed (2018) sua pesquisa teve como objetivo identificar o impacto da mudança de posição ou da massagem nas costas na percepção da dor na primeira fase do trabalho de parto e os resultados mostraram que o escore da dor no grupo de mudança de posição foi maior que no controle, mas a média nas mulheres que receberam massagem apresentou-se menor em relação ao controle, indicando que a massagem pode contribuir para a diminuição da percepção de dor.

De acordo Gönenç e Terzioğlu (2020), seu ensaio veio comparar os efeitos da massagem e da acupressão no gerenciamento da dor relacionada ao trabalho, duração e satisfação com a entrega assim observando o efeito da massagem, da acupressão e as intervenções combinadas em relação com o grupo controle. De acordo com dados coletados as participantes relataram uma maior satisfação com o parto, na avaliação pela Escala Analógica Visual (VAS) os grupos relatam índices significantes menores em relação ao grupo controle. Assim como no estudo de Mahmoudikohani et al. (2019), objetivou avaliar o efeito da acupressão na satisfação do parto e na experiência de dar à luz. Nos resultados em modo de satisfação com o parto, com ela própria, mostrara-se significativamente maior no grupo de acupressão do que em outros grupos. No entanto, não se mostrou uma diferença em relação à expectativa e na experiência da dor entre os grupos, concluindo que estimular os pontos de acupressão tem efeitos positivos na percepção auto referido.

Na combinação das ações do uso de exercícios com bola suíça, massagem e banho quente o trabalho de Gallo et al. (2018), cooperou a buscar entre as mulheres se a aplicação sequencial de intervenções não-farmacológicas alivia a dor do parto, encurta o processo do nascimento e retarda o uso de analgesia farmacológica. Nos resultados gerais demonstrou que as técnicas podem diminuir a gravidade da dor e também o uso dos medicamentos analgésicos, entretanto, maioria das mulheres na progressão do trabalho utilizam dos fármacos, ou seja, as intervenções são capazes de tardar a utilização. Sobre o uso de analgesia medicamentosa, com a eletroacupuntura, Xiao, Yi e Wu (2018), buscaram comparar os escores de dor e as taxas de complicações no processo de analgesia do parto. Os achados da pesquisa mostraram que a combinação de CSEA+PCEA+EA podem atingir algum efeito até certo ponto, já que a aplicação da acupuntura tem limitações por ser quase impossível ter um protocolo duplo-cego devido ao conhecimento das mulheres sobre a técnica de uma terapia tradicionalmente utilizada na China e o incomodo gerado pelas agulhas com dispositivo que está conectado

Assim propondo pela autora, Henrique et al. (2018), na sua pesquisa buscou investigar o efeito da hidroterapia com chuveiro quente e exercícios perineais com bolsa sobre a dor, ansiedade e níveis hormonais relacionados ao estresse durante o parto. Em afirmação os dados mostraram uma diferença significativa na liberação do hormônio da endorfina entre os grupos e no grupo dos exercícios o efeito foi superior no aumento da produção de endorfina durante o parto e teve ação redutora maior da dor durante a parição, a ansiedade diminuiu nos grupos após as intervenções, mas nas intervenções combinadas esse resultado foi mais eficaz. Como método não invasivo o estudo de Yuksel et al. (2017), através de determinar se os exercícios respiratórios para mulheres grávidas durante a segunda etapa do trabalho de parto têm efeitos benéficos sobre a dor materna. Obtiveram que os exercícios respiratórios proporcionaram um controle significativo da dor, já que a respiração reduz a pressão sobre o períneo e reduzem a vontade de empurrar da mãe e, ao mesmo tempo, o empurro das contrações uterinas é neutralizada pela respiração profunda.

Diante dos estudos supramencionados ficou evidente que o uso das técnicas não-farmacológicas proporcionam uma melhora significativa nos escores de dor, nos níveis de ansiedade, na autossatisfação com o parto, reforçar sentimentos positivos, retardar ou diminuir o uso de medicamentos na analgesia, por serem mais seguras e conseguem ser uma terapia adjuvante no controle do estresse no nascimento, embora os estudos apresentaram limitações durante a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALI, S.; AHMED, H. Effect of Change in Position and Back Massage on Pain Perception during First Stage of Labor. **Pain Manag Nurs**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 288-294, jun. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29680213/>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- CHEN, H.; TAN, D. Cesarean Section or Natural Childbirth? Cesarean Birth May Damage Your Health. **Front Psychol**, [s. l.], v. 10, p. 351, 21 feb. 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6394138/>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- ENTRINGER, Aline; PINTO, Márcia; GOMES, Maria. Cost-effectiveness analysis of natural birth and elective C-section in supplemental health. **Rev. Saúde Pública**, [s. l.], v. 52, p. 91, nov. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6280622/#fnd>. Acesso em: 21 maio 2021
- GALLO, R. *et al.* Sequential application of non-pharmacological interventions reduces the severity of labour pain, delays use of pharmacological analgesia, and improves some obstetric outcomes: a randomised trial. **Journal of Physiotherapy**, [s. l.], v. 64, n. 1, p. 33-40, jan. 2018. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1836955317301455?via%3Dihub>. Acesso em: 01 maio 2021.

GÖNENÇ, I.; TERZIOĞLU, F. Effects of Massage and Acupressure on Relieving Labor Pain, Reducing Labor Time, and Increasing Delivery Satisfaction. **J. Nurs. Res.**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 68, Feb. 2020. Disponível em: https://journals.lww.com/jnr-tna/Fulltext/2020/02000/Effects_of_Massage_and_Acupressure_on_Relieving.10.aspx. Acesso em: 01 maio 2021.

HENRIQUE, A. *et al.* Non-pharmacological interventions during childbirth for pain relief, anxiety, and neuroendocrine stress parameters: A randomized controlled trial. **Int. J. Nurs. Pract.**, [s. l.], v. 24, n. 3, jun. 2018. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ijn.12642>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MAHMOUDIKOHANI, F. *et al.* Effects of acupressure on the childbirth satisfaction and experience of birth: A randomized controlled trial. **J. Bodyw Mov. Ther.**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 728-732, Oct. 2019. Disponível em:

[https://www.bodyworkmovementtherapies.com/article/S1360-8592\(19\)30115-9/fulltext](https://www.bodyworkmovementtherapies.com/article/S1360-8592(19)30115-9/fulltext).

Acesso em: 01 maio 2021.

PEREIRA, M. *et al.* Use of Robson classification to assess cesarean section rate in Brazil: the role of source of payment for childbirth. **Reprod Health**, [s. l.] v. 13, n. 3, p. 128, oct. 2016.

Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5073850/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

VELHO, M.; SANTOS, E.; COLLAÇO, V. Parto normal e cesárea: representações sociais de mulheres que os vivenciaram. **Rev. Bras. Enferm.**, [s. l.], v. 67, n. 2, p. 282-289, mar./ abr. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/hbQmPTFNq4CCkTD5Yc4rWtk/?format=html>. Acesso em: 21 abr. 2021.

XIAO, J.; YI, W.; WU, L. Effects of electroacupuncture on reducing labor pain and complications in the labor analgesia process of combined spinal–epidural analgesia with patient-controlled epidural analgesia. **Archives of Gynecology and Obstetrics**, [s. l.], v. 299, n. 1, p. 123-128, jan. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00404-018-4955-6>. Acesso em: 01 maio 2021.

YUKSEL, H. *et al.* Effectiveness of breathing exercises during the second stage of labor on labor pain and duration: a randomized controlled trial. **J. Integr. Med.**, [s. l.], v. 15, n. 6, p. 456-461, nov. 2017. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2095496417603686?via%3Dihub>.

Acesso em: 01 maio 2021.

Nutrição

IMPORTANCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO E ESTADO NUTRICIONAL ADEQUADO A CURTO E LONGO PRAZO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Iohanna de Carvalho¹ (Aluna do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Email: iohanna.carvalho@fvj.br), Cristiane Souto Almeida² (Professora do Curso de Nutrição, Mestre em Saúde Coletiva e Esp. em Nutrição Materno Infantil e Fitoterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Email: cristiane.souto@fvj.br).

RESUMO

Introdução: A amamentação é uma das fases mais importantes na vida de uma criança. É o processo que envolve uma interação intensa entre mãe e filho, com influência na condição nutricional da criança, em sua capacidade de defesa de infecções, tornando o sistema imunológico resistente, contribuindo em sua fisiologia e na saúde futuramente. **Objetivo:** Realizar um levantamento da literatura recente sobre a associação do bom estado nutricional infantil e o tempo de aleitamento materno adequado. **Métodos:** Buscou-se publicações sobre a temática no período de 2016 – 2021, nas bases de dados SCIELO, SCIENCE DIRECT, LILACS E PUBMED, nos idiomas português, inglês e espanhol. **Resultados:** Foram analisados 7 artigos, cujos períodos de publicação foram de 2016 a 2021. A amostra foi composta por um total de 20.048 participantes dos estudos incluídos, com idade média de 0 a 18 anos, sendo avaliados os períodos e duração de amamentação de 0 a 2 anos de idade com relação no estado nutricional. **Conclusão:** O aleitamento materno realizado de forma exclusiva pode ser aliado para o bom crescimento e desenvolvimento do bebê. Tendo em vista, espera-se que a presente revisão possa contribuir de maneira positiva para o melhor conhecimento sobre a importância do AME e AM predominante para a criança a curto e longo prazo.

Palavras chave: Aleitamento Materno. Estado Nutricional. Lactação. Desmame. Prevalência.

INTRODUÇÃO

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS), crianças menores de seis meses de vida devem ser nutridas

unicamente com leite materno, ordenhado ou diretamente da mama, sem inclusão de água, sucos ou outros líquidos ou alimentos sólidos, com ressalva de medicamentos, xaropes contendo vitaminas, sais de reidratação oral e suplementos minerais; e que posteriormente aos seis meses de vida o leite materno seja complementado até os dois anos de idade, com a introdução de alimentos saudáveis (BRASIL, 2016).

Muitas vezes, o aleitamento materno exclusivo é interrompido precocemente devido às justificativas argumentadas pelas mães, como o leite ser insuficiente ou que o leite é fraco, a criança renunciar a mama ou pela presença de problemas mamários, pela necessidade de a mãe trabalhar fora do lar e pela hospitalização da criança, por muitas vezes nascer prematura e com baixo peso ou com alguma patologia que necessite a internação (BRASIL, 2015).

Portanto, é possível também que haja uma relação com a duração do aleitamento materno, ou seja, quanto maior o tempo em que o indivíduo foi amamentado, menor será a chance de ele vir a apresentar sobrepeso/obesidade, ou, que o desmame precoce do AME pode ocasionar desnutrição e deficiências nutricionais. Com isso, este estudo teve como objetivo realizar um levantamento da literatura recente sobre a associação do bom estado nutricional infantil e o tempo de aleitamento materno adequado.

MÉTODOS

A pesquisa foi realizada com a abordagem descritiva, com questão norteadora: “Crianças que tiveram aleitamento materno exclusivo ou continuado até dois anos de vida, apresentam estado nutricional adequado? ”. Embasando a busca pareada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), SCIENCE DIRECT, PUBMED e Literatura Latino Americana em Ciências de Saúde (LILACS), nos últimos cinco anos, período de 2016 – 2021.

Como critérios de inclusão foram considerados trabalhos científicos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, realizados com seres humanos, com público brasileiro e estrangeiro e com faixa etária de 0 a 18 anos de idade.

Como critérios de exclusão, foram descartados estudos com crianças e adolescentes que apresentassem patologias neurodegenerativas, pesquisas realizadas com animais, estudos de revisão, trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Nessa busca, foram inicialmente identificados 1.187 artigos na base de dados SCIELO; 230 na SCIENCE DIRECT; 27 na PUBMED e 822 na LILACS, configurados um total de 2.266 artigos. Após filtrados, de acordo com o ano de publicação e demais critérios para inclusão, 57 artigos foram selecionados para leitura exploratória dos títulos e resumos e, então, selecionados 11 que foram lidos e analisados integralmente, nos quais 7 foram escolhidos para objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados 7 artigos, cujos períodos de publicação foram de 2016 a 2021. A amostra foi composta por um total de 20.048 participantes dos estudos incluídos, com idade média de 0 a 18 anos, sendo avaliados os períodos e duração de amamentação de 0 a 2 anos de idade com relação no estado nutricional.

A partir das leituras e resultados encontrados em relação ao aleitamento materno exclusivo e continuado até os dois anos de vida, associado ao estado nutricional da criança, o aleitamento materno oferecido de forma exclusiva, até os seis meses, é de suma importância e pode estar inteiramente ligado ao estado nutricional da criança, visto que, o leite materno fornece todos os nutrientes necessários para o lactente, prevenindo o desenvolvimento de desnutrição, obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

Gonçalves et al. (2019), observou a prática de aleitamento materno exclusivo em pouco mais da metade das crianças avaliadas, o que pode estar associado a introdução de outros substratos e fórmulas infantis, levando a alterações nutricionais. Destarte, as práticas e a duração apropriadas de amamentação são de fundamental importância para a promoção e proteção da saúde e nutrição das crianças, pois o leite materno realizado de forma exclusiva, tem efeito protetor, além de garantir o amadurecimento psicológico e motor adequados; atender as necessidades nutricionais; reduzir riscos de

morbimortalidade na primeira infância (0 a 6 anos) e aumentar o vínculo afetivo.

Desse modo, pode-se notar que o aleitamento materno contribui para o menor risco de desenvolver alterações no estado nutricional, tendo em vista que as crianças que não foram amamentadas apresentaram chances de excesso de peso. Com isso, é evidente a importância do aleitamento materno exclusivo e complementar até os dois anos de idade ou mais e os benefícios que oferecem para uma melhor qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Diante dessa revisão pode-se concluir que há forte relação do aleitamento materno exclusivo e estado nutricional das crianças. Com isso, a promoção da saúde pode ser influenciada pela duração do aleitamento materno exclusivo até os seis meses do bebê e continuado de forma complementar até os dois anos de vida ou mais como é preconizado pelo Ministério da Saúde.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Pedro Tadeu Álvares Costa Caminha de et al. Estado nutricional de crianças em amamentação exclusiva prolongada no Estado de Pernambuco. **Rev. Bras. Epidemiol.** São Paulo, v. 22, e190007, 2019.

BASAIN VALDES, José Maria et al. Exceso de peso y obesidad central y su relación con la duración de la lactancia materna exclusiva. **Rev Cubana Pediatr**, Ciudad de la Habana. v. 90, n. 4, e345, dic. 2018 .

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Aleitamento materno, distribuição de leites e fórmulas infantis em estabelecimentos de saúde e a legislação**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 28 p.

GONCALVES, Vivian Siqueira Santos et al. Marcadores de consumo alimentar e baixo peso em crianças menores de 6 meses acompanhadas no Sistema de

Vigilância Alimentar e Nutricional, Brasil, 2015. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 28, n. 2, e2018358, 2019.

ALTERAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Eva Thalia Gomes¹ (Estudante do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, evagomes1303@gmail.com),

Me. Cristiane Souto Almeida² (Orientadora - Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: cristiane.souto@fvj.br).

RESUMO

Objetivo: O objetivo do estudo é verificar as implicações da pandemia da COVID-19 nos hábitos alimentares. **Metodologia:** Para o levantamento bibliográfico, optou-se pela busca de artigos nas bases de dados (MEDLINE), National Library of Medicine dos EUA, (SciELO) Scientific Eletronic Library Online e (LILACS) Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde, nos idiomas português, inglês e espanhol, através do acesso online. O protocolo PRISMA foi utilizado como critério de seleção dos estudos para padronização e elegibilidade. Foram analisados 5 estudos nesta revisão integrativa **Resultados:** Mudanças desfavoráveis nos hábitos alimentares dos brasileiros durante a pandemia. Quando comparado ao período que antecedeu ao isolamento social, notou-se um aumento na ingestão dos alimentos ultraprocessados e em decorrência disto uma diminuição relativa no consumo de frutas, verduras e vegetais. **Conclusão:** Essas alterações foram negativas, aumentando assim riscos para o desenvolvimento de DCNT.

Palavras-chave: Hábitos alimentares. Consumo alimentar. Pandemia. Coronavírus.

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de um ano, não só o Brasil, mas como todo o mundo, vêm passando por uma experiência nova, a pandemia COVID - 19, e a preocupação com saúde e a ansiedade causada pelo isolamento social, para alguns afetou a relação com a comida, mas em contrapartida para outros, essa relação melhorou bastante e essa nova rotina pode ter estimulado as pessoas a cozinhareem mais, a comer em casa e conseqüentemente adquirir hábitos saudáveis (RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

Os maus hábitos alimentares podem ser um agravante para saúde, portanto a melhora desses hábitos pode contribuir para a promoção de saúde, prevenção e tratamento de doenças (STEELE et al., 2020).

Diante o exposto, viu-se a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre as alterações que a pandemia causou na alimentação dos brasileiros, visto o cenário de mudanças alimentares bruscas na qual estamos passando.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo, analisar dados bibliográficos presentes na literatura sobre as implicações da pandemia da COVID-19 nos hábitos alimentares da população brasileira.

METODOLOGIA

O presente estudo refere-se a uma revisão bibliográfica de literatura do tipo integrativa. Iniciaram-se as pesquisas a partir de uma pergunta norteadora: “*Os hábitos alimentares dos brasileiros mudaram positivamente ou negativamente durante a pandemia?*”.

Os estudos foram levantados nas bases de dados National Library of Medicine dos EUA (MEDLINE); Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO); nos idiomas espanhol, inglês e português de forma online.

Foram determinados como critérios de inclusão: todos os artigos originais, ensaios clínicos, os publicados nos idiomas de espanhol, inglês e português do ano de 2020. E os critérios de exclusão foram: os artigos como revisões, monografias e dissertações, trabalhos de conclusão de curso, estudos com animais, estudos repetidos e os estudos que não se adequavam com os objetivos deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cenário atual, favoreceu para a piora do estilo de vida, bem como para comportamentos que trazem riscos para saúde, como o elevado consumo de alimentos ultraprocessados, visto que o consumo excessivo destes podem acarretar várias doenças relacionadas ao excesso de peso, obesidade, as dcnts, apresentando ainda grande relação com doenças coronárias e cardiovasculares.

Quanto aos resultados de forma geral, maior parte dos estudos mostram mudanças desfavoráveis nos hábitos alimentares dos brasileiros durante a pandemia. Quando comparado ao período que antecedeu ao isolamento social, notou-se um aumento na ingestão dos alimentos ultraprocessados e em decorrência disto uma diminuição relativa no consumo de frutas, verduras e vegetais.

É imprescindível estudar o indivíduo de forma única, principalmente no período pós-isolamento, levando em consideração todos os fatores que podem influenciar seu comportamento alimentar, como: idade, nacionalidade, sexo, patologias pré-existentes, crenças, prática de atividade física e quaisquer outros fatores.

Assim o nutricionista deve elaborar planos de ação como Educação Alimentar e Nutricional (EAN) através das mídias sociais deixando dicas de como se alimentar melhor na pandemia e de forma acessível, como montar um prato saudável e barato, carrinho de compras saudável e barato, dentre outras ideias que atraiam e ajudem ao público a fazer boas escolhas

CONCLUSÃO

A pandemia COVID – 19 alterou a rotina dos brasileiros, afetando diretamente seus hábitos alimentares. Então, através dos estudos, pode-se concluir que essas alterações foram negativas, e o público mais afetado foi aquele que teve sua renda diminuída e os grupos em vulnerabilidade social, que através de maus hábitos alimentares podem trazer para a saúde problemas a longo e curto prazo como os riscos para o desenvolvimento de doenças crônicas.

Destaca-se que pesquisas sobre essa temática são incipientes no Brasil, sendo necessária a realização de estudos longitudinais que avaliem o impacto da pandemia do COVID - 19 nos hábitos alimentares e sua repercussão na saúde, qualidade de vida e segurança alimentar e nutricional a longo prazo. Estudos assim, podem embasar ações de enfrentamento à doença e aos desdobramentos desse fenômeno mundial na saúde dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, n. 9, pp.

3421-3430. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>>. ISSN 1678-4561. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

RUIZ-ROSO María Belén et. Al. Covid-19 Confinement and Changes of Adolescent's Dietary Trends in Italy, Spain, Chile, Colombia and Brazil. **Nutrients**. Publicado em 17 de junho de 2020. doi: 10.3390/nu12061807. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32560550/>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

STEELE, Eurídice Martínez et al. Mudanças alimentares na coorte NutriNet Brasil durante uma pandemia de covid-19. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, 91, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102020000100266&lng=en&nrm=iso>. Epub 04 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002950> Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

WERNECK, André Oliveira. et. al. Associations of sedentary behaviours and incidence of unhealthy diet during the COVID-19 quarantine in Brazil. **Public Health Nutr**. Publicado em: 22 de outubro de 2020. doi: 10.1017/S1368980020004188. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33087204/> Acesso em: 02 de maio de 2021.

WERNECK, André Oliveira et al. Mudanças no estilo de vida durante a quarentena pandêmica de COVID-19 entre 6.881 adultos brasileiros com depressão e 35.143 sem depressão. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. Publicado em 30 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.27862020>>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

ATIVIDADE HIPOGLICEMIANTE DA FIBRA DO MARACUJÁ: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Priscila Manuela Vieira Hayas¹ (Aluna do curso de Nutrição da Faculdade Vale do Jaguaribe email:priscila.hayas@fvj.br, Livia Viviane Guimarães do Couto² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: livia.couto@fvj.br).

RESUMO

O diabetes mellitus é pertencente a um grupo de distúrbios metabólicos e está relacionado a altas concentrações de glicose no sangue, onde simultaneamente é verificada a produção insuficiente, falha na ação da insulina ou ambos. O mecanismo de absorção da glicose para obtenção de energia, bem como formas de otimizar sua absorção tendo as fibras dietéticas um papel fundamental no seu tempo de absorção. O presente trabalho buscou analisar e validar os efeitos benéficos da farinha da casca do maracujá como alimento funcional no manejo dietoterápico de indivíduos portadores de diabetes mellitus tipo 2. Trata-se de um trabalho de revisão integrativa, a busca dos artigos foi realizada nas bases de dados Scielo, IBECs, PubMed Medline, Google Acadêmico, totalizando 865 estudos. Após a seleção e identificação dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos e prévia leitura de todos os títulos, resumos, foram excluídos 860 artigos que não obedeciam aos critérios de inclusão, obtendo-se uma amostra de 5 publicações, sendo 2 no Portal Medline e 3 no Google.

Palavras-chave: Maracujá, Farinha, Diabetes, Hipoglicemiante.

INTRODUÇÃO

Os primeiros relatos relacionados à diabetes mellitus datam de 1500 a.c e descrevem pessoas que urinavam em demasia e emagreciam até a morte. Esse termo “Diabetes” foi criado na Grécia antiga e significa “passar doce”. Devido a constatação do sabor adocicado na urina (Mandal, 2019).

O diabetes mellitus é pertencente a um grupo de distúrbios metabólicos e está relacionado a altas concentrações de glicose no sangue, onde simultaneamente é verificada a produção insuficiente, falha na ação da insulina ou ambos (SBD, 2019).

A insulina é um hormônio produzido e secretado pelas células B do pâncreas e que é responsável pelo transporte da glicose para o interior da célula, onde se inicia o ciclo para obtenção de energia. A longa permanência de glicose nos vasos sanguíneos culminará em lesões em diversos órgãos, vasos sanguíneos e nervos. (SBD,2019).

A indústria alimentícia tem desenvolvido tecnologias inovadoras, e acompanhado a grande demanda pela busca de produtos mais sustentáveis e mais saudáveis, algumas

empresas na tentativa de minimizar os efeitos deletérios dos aditivos alimentares tradicionais, estão introduzindo os alimentos funcionais no seu portfólio de produtos ou mesmo, durante o processo de fabricação de alguns alimentos (NITZKE, 2012).

Alimentos funcionais são aqueles alimentos que além do seu valor nutricional básico, oferecem benefícios na redução do risco de desenvolvimento ou que podem atuar no controle de diversas patologias, dentre elas, doenças crônicas não transmissíveis, como: diabetes, hipertensão, síndrome metabólica, etc. (BVS,2015).

MARCO TEÓRICO

O Brasil desenvolveu uma cultura muito rica em produção e tecnologia voltados para a agropecuária, com produtos exportados para o mundo inteiro, frutas e vegetais originários de cada região. Destacando se como sendo o primeiro produtor mundial do maracujá amarelo (*Passiflora edulis Sims*), popularmente conhecido como maracujá azedo, fruto do maracujazeiro que é uma planta tropical, e seus frutos que podem ser achados durante todo o ano em várias regiões do país (EMBRAPA, 2017).

Após análises da composição centesimal do maracujá verificou-se a grande quantidade de fibras solúveis encontradas no mesocarpo (albedo). Principalmente a pectina que é amplamente utilizada como estratégia no auxílio ao controle glicêmico, por conter propriedades que aumentam o tempo de esvaziamento gástrico e a absorção de carboidratos refinados (Souza, 2008).

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa de revisão integrativa da literatura. Sendo esse, um método que sintetiza conhecimento e a aplicabilidade de resultados de estudos de grande relevância, na prática (Souza, 2017).

A pesquisa dos artigos foi feita nas bases de dados: IBECs, PubMed, Cochrane, Lilacs, Medline, Scielo e Google Acadêmico. Como estratégia de busca foram utilizados os descritores: cascas (peel), maracujá (passion fruit), *Passiflora edulis*, fibra alimentar (dietary fiber), farinha (flour), pectina (pectin), diabetes mellitus tipo 2.

Os critérios de inclusão foram: I) artigos científicos publicados nos últimos dez anos, entre 2010 e 2020; II) artigos de maior relevância de acordo com o tema indicado; III) artigos originais de ensaios clínicos e testes controlados em adultos. III) presença dos termos de busca “casca de maracujá” e “diabetes” no título. Os critérios de exclusão foram: I) Estudos

clínicos realizados em animais II) artigos que não foram localizados na íntegra, III) duplicados e III) teses de dissertação.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A busca dos artigos foi realizada da seguinte maneira: Scielo, 26; IBECs, 5; PubMed, 14; Medline, 4; Google Acadêmico, 816 resultados; totalizando 865 estudos. Após a seleção e identificação dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos e prévia leitura de todos os títulos, resumos, foram excluídos 860 artigos que não obedeciam aos critérios de inclusão, obtendo-se uma amostra de 5 publicações, sendo 2 no Portal Medline e 3 no Google Acadêmico.

Mesmo possuindo um número pequeno, é possível perceber que a fibra do maracujá possui ação hipoglicemiante, contudo há necessidade de estudos com números maiores, assim como o tempo de utilização da fibra para uma conclusão efetiva.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE - MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Alimentos Funcionais**. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/dicas-em-saude/420-alimento-funcionais/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

EMBRAPA. **Utilização da casca do maracujá-amarelo (P. edulis f. flavicarpa, Degener) na produção de geléia**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/419889/utilizacao-da-casca-do-maracuja-amarelo-p-edulis-f-flavicarpa-degener-na-producao-de-geleia>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SBD. **Hiperglicemia**. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/publico/diabetes/hiperglicemia>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SOUZA, M. W. S. D; FERREIRA, T. B. O; VIEIRA, I. F. R. COMPOSIÇÃO CENTESIMAL E PROPRIEDADES FUNCIONAIS TECNOLÓGICAS DA FARINHA DA CASCA DO MARACUJÁ. **Alimentação e Nutrição**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 33-36, mar./2008. Disponível em: <http://200.145.71.150/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/197/202>. Acesso em: 8 abr. 2021

NITZKE, Julio Alberto. ALIMENTOS FUNCIONAIS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONCEITUAL. **Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos – Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 11-23, abr./2012. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/alimentus/disciplinas/tecnologia-de-alimentos-especiais/alimentos-funcionais/CAPTULOALIMENTOSFUNCIONAIS.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2021.

AUTO PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Roberta Kallyne Silva Araujo (Estudante do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, robertakallyne10@gmail.com),

Me. Cristiane Souto Almeida² (Orientadora - Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: cristiane.souto@fvj.br).

RESUMO

Objetivo: Esse estudo tem como objetivo buscar na literatura estudos que mostrem a magnitude da insatisfação com a imagem corporal em adolescentes. Caracterizar a insatisfação com a imagem corporal entre os adolescentes **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura com busca nas bases de dados: Medline, PubMed e Scielo, considerando estudos nacionais e internacionais realizados em seres humanos, publicados no período de 2010 a 2020. **Resultados:** De uma forma geral a maioria dos estudos relatam uma possível insatisfação corporal entre os adolescentes, as meninas apresentaram uma maior distorção em relação aos meninos, elas desejavam reduzir a silhueta e os meninos aumentar. **Conclusão:** Existem diversos fatores que podem estar associados a possíveis distorções da imagem corporal, porém mais estudos precisam ser feitos nessas áreas e com isso subsidiar dados para a intervenção desse problema.

Palavras-chave: Imagem corporal, adolescentes, estudantes, saúde e sobrepeso.

INTRODUÇÃO

A fase da adolescência é um período com características únicas marcadas por complexas transformações cognitivas, biológicas, psicológicas afetivas e sociais. Nesta fase com o processo de desenvolvimento e maturação biológica do corpo podem surgir algumas alterações que modifiquem a composição corporal, como por exemplo o aumento da estatura e da massa corporal (FANTINELI *et al.*, 2019).

Segundo a Organização Mundial de Saúde a OMS a idade cronológica do período da adolescência inicia-se aos 10 anos e vai até os 19 anos de idade, essa fase são onde as preocupações com o corpo e a aparência apresentam ter uma maior relevância sendo mais intensas nesse período. Essas mudanças físicas, psicológicas e sociais podem influenciar diretamente nos hábitos alimentares e na auto percepção da imagem corporal (JUSTINO *et al.*, 2020).

Todavia essas constantes transformações que ocorrem na adolescência são marcadas pelo o início do desenvolvimento puberal, possíveis insatisfações corporais ocorrem frequentemente entre esse público devido a esse período de transição tornando se um determinante crucial para a auto percepção da imagem corporal. Jovens que apresentam insatisfações com seus corpos ou queixas frequentes em relação ao físico relatam problemas psicossociais que desencadeiam outros fatores que podem relacionar-se negativamente com algumas disfunções como problemas com sono, stress, transtornos alimentares, bulimia, anorexia e depressão (FANTINELI *et al.*, 2019) (JUSTINO *et al.*, 2020).

Preocupações com o peso, tamanho, formato do corpo e dietas com o objetivo da perda de peso são situações comuns e recorrentes entre os adolescentes sendo esses os principais fatores associados ao desenvolvimento de perturbações do comportamento alimentar. Embora essas preocupações sejam mais recorrentes em adolescentes do sexo feminino com a exaltação da magreza por exemplo, o sexo oposto também apresenta problemas com essas questões tornando se hoje prevalentes no sexo masculino (MARQUES *et al.*, 2016).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um levantamento de dados bibliográficos presentes na literatura, com metodologia expressa de revisão integrativa. O estudo se deu a partir da questão norteadora: Qual o grau de insatisfação da imagem corporal em adolescentes? Embasando a busca pareada nas bases de dados: Literatura Internacional em Ciências da Saúde e Biomédica (MEDLINE), *National Library of Medicine National Institutes of Health* dos EUA (PUBMED) e *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO). Foram utilizados os descritores e as combinações de operadores booleanos “- Body Dissatisfaction” AND “Adolescent”, “Body image” AND “Adolescent”, “*Insatisfação corporal*” AND “*Adolescentes*”, “*Imagem corporal*” AND “*Adolescentes*” em português e inglês.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente revisão integrativa teve como objetivo caracterizar a insatisfação com a imagem corporal em adolescentes, foi encontrado uma ampla frequência de insatisfação corporal, com variações dependendo do sexo, idade, instrumentos utilizados, classe econômica, maturação sexual e até mesmo o local de realização do estudo.

Atualmente, sabe-se que as possíveis insatisfações de imagem corporal podem acarretar danos a saúde como distúrbios alimentares, desejos precoces por intervenções cirúrgicas com fins estéticos entre outros agravos, nesse contexto se faz necessário falar abertamente entre os adolescentes a respeito desses temas. Petroski et al (2010) aborda em seu estudo que a estética, a autoestima e a saúde foram os motivos que mais influenciaram na insatisfação corporal.

CONCLUSÃO

De acordo com os achados nesta revisão, conclui-se que a distorção da imagem corporal não pode ser determinada somente por um determinante influenciador. Os determinantes de gênero se mostraram bastante fortes, evidenciando que o sexo feminino apresenta maiores níveis de distorção de imagem, fato este que somado ao fator idade (adolescência), pode caracterizar um risco a saúde. A idealização de corpos perfeito, influenciado da mídia, e imposição de padrões de beleza inalcançáveis se tornam cada vez mais nocivos à saúde da população geral e principalmente o público infanto-juvenil.

Por se tratar de um assunto de extrema importância medidas devem ser tomadas para tentar diminuir os índices de distúrbios de imagem e alimentares, o profissional nutricionista pode atuar nessa área ressaltando a individualidade e a importância de bons hábitos alimentares. Intervenções nutricionais e de aconselhamento são necessárias para diminuir os riscos à saúde nesse público. Ainda se nota a necessidade de produção de mais estudos na área para a implementação de políticas públicas relacionadas ao comportamento alimentar saudável e saúde infanto-juvenil.

REFERÊNCIAS

FANTINELI, Edmar Roberto et al. **Imagem corporal em adolescentes: associação com estado nutricional e atividade física.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 25, n. 10 [Acessado 29 Junho 2021] , pp. 3989-4000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.30442018>>. Epub 28 Set 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.30442018>.

JUSTINO, Maraísa I. C., Enes, Carla Cristina e Nucci, Luciana BertoldiSelf-perceived. **Body image and body satisfaction of adolescents.** Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil [online]. 2020, v. 20, n. 3 [Acessado 29 Junho 2021] , pp. 715-724. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93042020000300004>>. Epub 30 Out 2020. ISSN 1806-9304. <https://doi.org/10.1590/1806-93042020000300004>.

MARQUES, Maria Inês *et al.* **(In)Satisfação com a imagem corporal na adolescência.** 2016. 5 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina, Centro Hospitalar Tondela-Viseu, Portugal, 2015.

PETROSKI, Edio Luiz, Pelegrini, Andreia e Glaner, Maria Fátima. **Motivos e prevalência de insatisfação com a imagem corporal em adolescentes.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2012, v. 17, n. 4 [Acessado 29 Junho 2021] , pp. 1071-1077. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000400028>>. Epub 23 Abr 2012. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000400028>.

IMPLICAÇÕES NUTRICIONAIS NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS QUE TIVERAM DESMAME PRECOCE

Mariana Barreto Barbosa (Aluna do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: mariana_barretob@hotmail.com), Orientadora Carla Nadja Santos de Sousa (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: carla.sousa@fvj.br)

RESUMO

Introdução: Os primeiros anos de vida de uma criança são caracterizados por rápida velocidade de crescimento e desenvolvimento, tendo o leite materno um papel essencial para assegurar que tais fatos ocorram de forma adequada. **Objetivo:** informar o que as publicações científicas apresentam sobre as implicações nutricionais do desmame precoce no crescimento e desenvolvimento da criança. **Metodologia:** Tratou-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura, a investigação dos artigos científicos foi realizada durante os meses de setembro, outubro e dezembro de 2020 e abril de 2021 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) na base de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da saúde (Lilacs) e na Biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizados os descritores selecionados mediante consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). A amostra final desta revisão foi constituída por 12 artigos científicos. Foram estabelecidas duas categorias de análise: O desmame precoce e as implicações na saúde da criança; e Influência da cultura familiar sobre o aleitamento materno. **Resultados e Discussão:** Os resultados mostraram que as crianças que receberam o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, tem uma qualidade de vida melhor, à medida que as que foram desmamadas precocemente, ou tiveram outra alimentação antes do período recomendado, foi observado uma saúde mais frágil. **Considerações finais:** O profissional de nutrição tem a responsabilidade de incentivar as mães a amamentarem exclusivamente até o sexto mês, mostrando as práticas e manejos da amamentação correta.

Palavras-chave: Aleitamento materno. Desmame precoce. Deficiências do desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Os primeiros anos de vida de uma criança são caracterizados por rápida velocidade de crescimento e desenvolvimento, tendo o leite materno um papel essencial para assegurar que tais fatos ocorram de forma adequada. A infância é um dos estágios da vida biologicamente mais exposto às deficiências e aos distúrbios nutricionais, posto isto, a prática do aleitamento materno exclusivo (AME) associa-se ao perfil de saúde e nutrição para à criança (MONTEIRO et al., 2016).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) recomendam o aleitamento materno por dois anos ou mais, sendo exclusivamente nos primeiros seis meses de idade, o que tem resultado positivo na saúde nessa fase e na vida adulta. O leite materno contém

energia e nutrientes adequados ao nível de maturidade fisiológica do lactente, além do mais, possuem fatores de proteção contra doenças (BRASIL, 2015).

Apesar dessa recomendação ser considerada como política pública em campanhas e serviços de saúde em relação à amamentação exclusiva, ainda observa-se um elevado índice de desmame precoce no Brasil, em consequência, o aumento significativo no déficit nutricional, no crescimento e desenvolvimento de crianças que sofrem ou sofrerão o desmame precoce (SANTOS; SCHMIDT; DEON, 2017).

A motivação pessoal para investigar esse tema, surgiu mediante a experiência vivenciada em estágios e através de leituras, onde foi possível acompanhar casos de crianças com características que predispõem doenças crônicas, como também a presença de alergias e/ou intolerância alimentares correlacionado ao desmame precoce, surgindo assim a seguinte questão norteadora: O que os estudos discorrem sobre as implicações nutricionais do desmame precoce no crescimento e desenvolvimento da criança?

Diante dessas considerações, este estudo tem como objetivo informar o que as publicações científicas apresentam sobre as implicações nutricionais do desmame precoce no crescimento e desenvolvimento da criança.

MARCO TEÓRICO

Dados afirmam que mais de 60% das mães no País por algum motivo deixam de amamentar de forma exclusiva para introduzir outros tipos de alimentos, como por exemplo, chá, sucos, papinhas, mingaus e entre outros como uma forma de complementar, inclusive, outro dado alarmante colhido pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), é que dos números acima, quanto menor o nível econômico da mãe, mais cedo há o desmame, em outras palavras, a mãe então passa a introduzir outros alimentos que não seja apenas o leite materno à dieta do bebê (UNICEF, 2019).

A introdução inadequada de alimentos à dieta do bebê pode resultar em consequências danosas para a saúde, principalmente quando a oferta é realizada antes do completo desenvolvimento fisiológico. Quanto ao aspecto nutricional, é desvantajoso, pois aumenta o risco de contaminação e reações alérgicas, interfere na absorção de nutrientes importantes do leite materno. A ciência mostra que a fisiologia da criança com menos de seis meses de idade não permite uma digestão e absorção correta dos alimentos oferecidos em razão do incompleto desenvolvimento do trato gastrointestinal, além de não apresentar um desenvolvimento motor necessário (SILVA, 2017).

Assim, o ato do desmame e uma introdução alimentar precoce, é consequentemente o

responsável por predispor a ocorrência de transtornos gastrointestinais, danos na absorção de nutrientes essenciais e ainda o desenvolvimento de fatores relacionados com doenças crônicas não transmissíveis (JOSÉ et al., 2016).

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura, que consiste na exploração de estudos publicados permitindo ao pesquisador a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis do tema investigado (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Desse modo, a pergunta de investigação que norteou a busca foi: quais as implicações nutricionais do desmame precoce no crescimento e desenvolvimento da criança?

A investigação dos artigos científicos foi realizada durante os meses de setembro, outubro e dezembro de 2020 e abril de 2021 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) na base de dados: base de dados *Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da saúde* (Lilacs) e na Biblioteca *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para a apuração dos artigos, foram utilizados os descritores selecionados mediante consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e com a combinação *and* dos operadores booleanos: aleitamento materno, desmame precoce e deficiências do desenvolvimento.

A preferência dos períodos de publicação dos artigos foram os anos de 2015 à 2021, visando melhor produção científica da atualidade quanto aos aspectos nutricionais na infância. Realizou-se a leitura dos títulos e resumos com o objetivo de refinar a amostra por meio de critérios de inclusão e exclusão. A inclusão dos artigos no estudo foram: artigos que corresponderam a temática sobre aleitamento materno, desmame precoce e aspectos nutricionais na infância. Foram excluídos: artigos de revisão de literatura/reflexão, estudos que não respondiam à pergunta de pesquisa estabelecida inicialmente e os artigos duplicados. Por meio da seleção dos estudos realizou-se leituras do todo resultando uma análise de 12 artigos que compuseram essa revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos artigos selecionados verificou-se que o leite materno é o principal alimento para o lactente, nele contém nutrientes que são indispensáveis para a proteção e a promoção da saúde das crianças. O crescimento e o desenvolvimento dos lactentes dependem consideravelmente das propriedades nutricionais e imunológicas que o leite materno fornece, previne e controla a morbidade infantil, além de outras finalidades (ALMADA; FERNANDES, 2019).

Na atualidade, observa-se que a interrupção do Aleitamento Materno Exclusivo tem uma correlação à cultura familiar. A influência cultural negativa da família resulta no abandono do processo do AME. Algumas avós e mães afirmam que o leite materno é fraco, insuficiente para suprir as necessidades nutricionais da criança. A carência de conhecimento e interesse em buscar assistência de profissionais de saúde no período de pré-natal, parto e puerpério reflete e induz ao desmame precoce (LIMA et al., 2018).

A cultura regional interfere fortemente nos mitos e crenças maternas, tais como a influência de familiares na compreensão incorreta quanto ao leite ser fraco. Essas contradições influenciam as lactantes a acreditarem que não têm competência de produzir leite em quantidade suficiente, mesmo quando são orientadas por profissionais. É de extrema importância que as equipes de apoio auxiliem as mães nos primeiros meses estimulando e orientando o AME (ROSSI; FERNANDES, 2014).

Pesquisas afirmam que um dos fatores que contribuem para a duração da amamentação por um tempo de seis meses é a ausência do contato diário com a avó materna. As avós podem influenciar de forma negativa tanto na duração da amamentação quanto na exclusividade. Certamente, as avós repassam as experiências vivenciadas do seu tempo, que são opostas às recomendações atuais da prática do AME recomendado pela OMS (BATISTA et al., 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados desse estudo, foi possível identificar os principais fatores sobre o desmame precoce e suas implicações no crescimento e desenvolvimento da criança, possibilitou compreender melhor o nível de conhecimento dessas mães a respeito da importância do AME e os benefícios trazidos pelo ato de amamentar.

O AME é fundamental nos primeiros seis meses de vida da criança, sendo um alimento completo, obtendo resultado positivo na saúde nessa fase e na vida adulta. O leite materno contém energia e nutrientes adequados ao nível de maturidade fisiológica do lactente, além do mais, possuem fatores de proteção contra doenças.

Dentre os achados, identificou-se o desconhecimento das mães sobre a importância da manutenção do AME até os seis meses de vida da criança. Entre os principais motivos para o desmame precoce, o retorno ao trabalho, as crenças e as experiências relacionadas pelos familiares, também influenciam para a prática do aleitamento e “meu leite é fraco”, “a criança chora, pois o leite não sustenta”, ainda é um mito muito transmitido na sociedade. Ainda, os

REFERÊNCIAS

BATISTA, Kadydja Russell de Araújo et al. **Influência da assistência de enfermagem na prática da amamentação no puerpério imediato.** 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/XtmLcbYNXGxNNCsDFkwQXcq/abstract/?lang=pt#:~:text=Com%20o%20objetivo%20de%20compreender,discutidos%20%C3%A0%20luz%20da%20literatura>. Acesso em: 06 abr. 2021.

BARBOSA, Gessandro Elpídio Fernandes et al. Dificuldades iniciais com as técnicas da amamentação e fatores associados a problemas com a mama em puérperas. **Rev. Paul Pediatr.** v. 35, n. 3, pp. 265-272, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/XtsYg9R64YjSGTwyZw9yhLG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2021.

BARROS, Karina Rodrigues de Sousa et. al. Perfil epidemiológico e conhecimento de gestantes sobre aleitamento materno em um município do nordeste brasileiro. **Arq. ciências saúde UNIPAR;** 25(1): 11-17, jan-abr. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1151396>. Acesso em 06 abril. 2021.

GOMES, Cristiane Santos et al. Amamentação cruzada no cenário da precarização do trabalho em saúde: atuação do enfermeiro. **Rev. enferm. UERJ;** 28: e35224, jan.-dez. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1096015>. Acesso em: 06 abril. 2021.

JOSÉ, Dayane Kanarski Bernardino et al. Relação entre desmame precoce e alergias alimentares. **Visão Acadêmica,** Curitiba, v. 17, p. 66-74, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/49129/30211>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

VERIFICAÇÃO DA ACEITABILIDADE DE ALIMENTOS PRODUZIDOS COM FARINHA DA CASCA DE MARACUJÁ (*Passiflora edulis*): revisão integrativa da literatura

Érica Rodrigues do Nascimento¹ (aluna do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: erica.nascimento@fvj.br), Emanuelle Almeida Sampaio Pinto² (professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelleprof@fvj.br)

RESUMO

Nos últimos anos, estudos realizados com maracujá-amarelo (*Passiflora edulis* f. *flavicarpa* Deg), mostraram que muitas propriedades funcionais foram encontradas em maior parte na casca deste fruto, principalmente relacionadas ao teor de fibras. Essas propriedades funcionais podem ser utilizadas para o desenvolvimento de novos produtos através da extração da farinha da casca do maracujá. Por este motivo que a indústria alimentícia, visando combater o desperdício e minimizar despesas econômicas, começou a produzir a farinha da casca do maracujá amarelo, tendo em vista garantir o aproveitamento do resíduo alimentar e melhorar a aceitabilidade entre os consumidores. O objetivo deste estudo é verificar o nível de aceitabilidade e a intenção de compra de alimentos produzidos com a farinha de casca de maracujá, em testes sensoriais realizados e publicados no formato de artigos, nas plataformas científicas mais populares no meio acadêmico. A metodologia utilizada obedece aos protocolos utilizados em revisões integrativas de literatura, com a seleção final de 12 artigos para a realização desta pesquisa. De acordo com os resultados, a verificação da aceitabilidade de produtos alimentícios elaborados com farinha da casca de maracujá mostrou-se positiva, mesmo com algumas formulações contendo na composição altas e baixas concentrações de farinha da casca de maracujá, a maioria dos alimentos obtiveram índices de aceitabilidade esperados de aceitação em quase todos os estudos realizados.

Palavras-chave: Alimento funcional. Análise sensorial. Maracujá. Nutrição. *Passiflora edulis*.

INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior produtor e consumidor de maracujá a nível mundial, chegando a atingir aproximadamente um milhão de toneladas por ano. As espécies com maior expressão comercial são o maracujá-azedo (*Passiflora edulis*) e maracujá-doce (*Passiflora alata*). Nos últimos anos, estudos realizados com maracujá-amarelo (*Passiflora edulis* f. *flavicarpa* Deg), mostraram que muitas propriedades funcionais foram encontradas em maior parte na casca do fruto, principalmente relacionadas ao teor de fibras. Essas propriedades funcionais podem ser utilizadas para o desenvolvimento de novos produtos através da extração da farinha da casca do maracujá. Por este motivo que a indústria alimentícia, visando combater o desperdício e minimizar despesas econômicas, começou a produzir a farinha da casca do maracujá amarelo, tendo em vista garantir o aproveitamento do resíduo alimentar e melhorar a aceitabilidade entre os consumidores. Para avaliar aceitabilidade de um produto é importante aplicar testes

de análise sensorial, que tem como objetivo avaliar a seleção da matéria prima a ser utilizada no desenvolvimento de um novo produto, o efeito de processamento, a qualidade da textura, o sabor, a estabilidade de armazenamento, a reação do consumidor, entre outros. O objetivo deste estudo é verificar o nível de aceitabilidade e a intenção de compra de alimentos produzidos com a farinha de casca de maracujá, em testes sensoriais realizados e publicados no formato de artigos, nas plataformas científicas mais populares no meio acadêmico.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura. Respeitando as etapas para o desenvolvimento da revisão integrativa foi realizada uma pergunta norteadora: durante os últimos cinco anos, quais as evidências de aceitabilidade dos consumidores em relação à produtos alimentícios que utilizaram farinha da casca de maracujá em sua composição? Após a formulação deste questionamento, foi realizado levantamento bibliográfico acerca da temática nos mecanismos de busca de dados: SciELO, Medline e LILACS, utilizando os descritores por meio da ferramenta DeCS/MeSH. Ao final das buscas, foram encontrados 53 artigos no total: 19 artigos na base SciELO, 12 na MedLine e 22 na base LILACS. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados em periódicos entre os anos de 2015 a 2020, com acesso grátis na íntegra, em língua portuguesa do Brasil, com descritores semelhantes aos utilizados no decorrer do levantamento bibliográfico e que utilizaram análise sensorial por meio de teste afetivo, com escala hedônica e escala com avaliação de intenção de compra para a coleta de dados. Foram descartados desta pesquisa acervos acadêmicos em formato de monografias, teses de dissertação de mestrado e doutorado, artigos para apresentação de congressos e seminários, artigos de revisão, artigos publicados fora do espaço temporal exigido e dos quais o eixo central da temática não fosse o desenvolvimento e aceitação de produto alimentício. Após uma leitura minuciosa, somente 12 artigos foram selecionados para a realização deste trabalho.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após a leitura dos 12 artigos, foram elaborados quadros para a apresentação das informações achadas. A partir dos resultados encontrados, foi possível observar nos estudos de Ozores, Storck e Fogaça (2015), Maia et al. (2018) e Damasceno et al. (2018), que os produtos alimentícios desenvolvidos e avaliados sensorialmente, com formulações contendo um percentual mínimo entre 3 a 20%, alcançaram um grau de aceitabilidade maior que 70% em relação a outras formulações do mesmo produto com uma quantidade superior a 20% da farinha. Isso se deve ao fato de a farinha da casca de maracujá apresentar sabor residual amargo, justificando a aceitação dos produtos com baixos percentuais, como mostrou o estudo de Costa et al. (2016). Porém os resultados do estudo de Sena e Sampaio (2017) e Costa et al. (2015) diferiram dos demais estudos que utilizaram uma quantidade mínima da farinha de casca de maracujá, pois os produtos desenvolvidos apresentaram boa aceitabilidade entre os consumidores. A farinha da casca de maracujá também pode ser incorporada na substituição das gorduras saturadas, com o objetivo de trazer ao consumidor uma alternativa de alimentação saudável através de refeições práticas, como foi demonstrado nos estudos de Almeida et al. (2017) e Carlos et al. (2019). Tanto o hambúrguer de frango como o sorvete de

cupuaçu obtiveram resultados satisfatórios de aceitabilidade. Também foi possível observar nos estudos de Costa et al. (2015) e Santiago et al. (2016) que os produtos desenvolvidos com farinha da casca de maracujá podem auxiliar no tratamento de diabetes, principalmente por conta da maior concentração de fibras. Portanto, com base nas discussões acerca desta temática, a verificação da aceitabilidade de produtos alimentícios elaborados com farinha da casca de maracujá mostrou-se positiva, com índices esperados de aceitação em quase todos os estudos realizados. Apesar de algumas formulações conterem na composição altas e baixas concentrações de farinha da casca de maracujá, a maioria dos alimentos obtiveram índices de aceitabilidade maiores que 70% entre os consumidores, indicando que as pessoas estão se adaptando a novos produtos funcionais que surgem no mercado e estão procurando novas alternativas para melhorar seus hábitos alimentares. Visto que no Brasil há uma grande incidência de doenças relacionadas à má alimentação.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Suellen Aparecida Vinci et al. Elaboração de sorvete de cupuaçu utilizando fibra de casca de maracujá como substituto de gordura. **Evidência**, v. 19, n. 1, p. 23-44, 2019.
- COSTA, Elizabete Lourenço da et al. Produção e aceitação de massa fresca tipo talharim enriquecida com farinha de maracujá (*Passiflora edulis* Sims f. *flavicarpa*) e verificação do seu efeito na glicemia. **Nutrire Rev. Soc. Bras. Aliment. Nutr**, p. 352-360, 2015.
- COSTA, Erica Barbosa et al. Elaboração e análise sensorial de barras de cereais com farinha da casca de maracujá. **Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais**, v. 18, n. 3, p. 243-254, 2016.
- DAMASCENO, Carolina Sette Barbosa et al. Efeito da adição de farinha da casca de maracujá (*Passiflora edulis*) na aceitabilidade de pão. **Visão Acadêmica**, v. 19, n. 3, 2018.
- MAIA, Silvana Mara Prado Cysne et al. Farinha de maracujá na elaboração de bolo de milho. **Embrapa Agroindústria Tropical-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2018.

IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO ATÉ OS SEIS MESES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eliziane de Lima Santiago¹ (Estudante do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: aghatamariasantiago@gmail.com),

Cristiane Souto Almeida² (Orientadora - Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: cristiane.souto@fvj.br).

RESUMA

Introdução: O leite materno contém todos os nutrientes essenciais para o crescimento da criança pequena, além de ser mais bem digerido, quando comparado com leites de outras espécies ele é a primeira vacina do bebê, pois ele tem inúmeras vantagens.

Objetivo: buscar na literatura estudos que mostrem a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão integrativa descritiva sobre os benefícios do aleitamento materno, com busca nas bases de dados PUBMED, SCIELO, MEDLINE. **Resultado:** Os estudos revisados descrevem de forma positiva sobre a importância nutricional do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida, ressaltando a necessidade de se realizar mais estudos para estudar mais sobre os fatores que envolvem os benefícios do aleitamento materno.

Conclusão: O leite materno contribui para os recém-nascidos prematuros como fonte de energia, auxílio da maturidade e no seu potencial imunológico e vários outros benefícios à saúde.

Palavras-chaves: Amamentação, leite materno, aleitamento materno, lactente.

INTRODUÇÃO

O leite materno contém todos os nutrientes essenciais para o crescimento da criança pequena, além de ser mais bem digerido, quando comparado com leites de outras espécies ele é a primeira vacina do bebê, pois ele tem inúmeras vantagens, uma das principais vantagens é a proteção contra alergias e infecções, é o melhor alimento que um bebê pode receber, é de fácil digestão e promove ao lactente um desenvolvimento sadio e protege e prevenindo de várias doenças (BRASIL, 2015).

O aleitamento materno no Brasil tem sido um dos fatores de grande importância. Com o intuito de fortalecer ainda mais o apoio da amamentação no país, várias estratégias foram lançadas para apoiar e promover a prática do aleitamento materno (SILVA; et al, 2020). O leite materno colabora, com o desenvolvimento e com o crescimento da criança de forma, direta e indiretamente, proporcionando imunidade e protegendo-o de diversas doenças e infecções (MENDES, et al, 2014).

O aleitamento materno é um dos fatores de grande importância tanto na vida do bebê quanto para a da mãe, pois ele auxilia uma vida mais saudável. Para a criança ele protege contra doenças, auxilia na formação dentária e na fala, e proporciona um melhor desenvolvimento e crescimento (ALVES; et al, 2021). Esse artigo tem como objetivo buscar na literatura estudos que mostrem a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa descritiva sobre os benefícios do aleitamento materno, onde foram utilizadas as plataformas de pesquisa, *National Library of Medicine National Institutes of Health (PUBMED)*, *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)* e *Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE)*. Assim este estudo tem a seguinte pergunta norteadora: qual a importância do aleitamento materno exclusivo em lactentes até seis meses?

Foram considerados como critérios de inclusão os estudos com seres humanos, estudos clínicos, que foram realizados no Brasil, que abordam amamentação exclusiva em crianças prematuras na teoria e na prática. Para critérios de exclusão foram retirados da busca estudos referentes a outra temática, incompletos, artigos de revisão, cartas ao editor e manuais de práticas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o intuito de fortalecer ainda mais o apoio da amamentação no país, várias estratégias foram lançadas para apoiar e promover a prática do aleitamento materno. É sugerido que logo após a descoberta da gravidez, a gestante inicie o acompanhamento no pré-natal, lá será iniciado as orientações sobre a amamentação e reforçadas no parto e puerpério, assim ajudando na conscientização e a concretização de cuidados entre a mãe e o filho (SILVA et al., 2020).

É necessário o apoio à amamentação desde o início da internação da mulher nas maternidades. Com isso foi criado um projeto chamado amamenta mamãe formando um importante espaço de apoio a amamentação exclusiva, por meio dos estímulos, diálogos, interação e trocas de experiências e parcialidade com o intuito de ajudarem a melhorar os conhecimentos e ajudarem na autoconfiança das mulheres em relação a amamentação (CABRAL; et al, 2020).

Embora amamentar seja um ato cansativo, onde exige muita calma, paciência e disposição, na hora de amamentar, as mães devem tirar um tempo exclusivo para essa prática, pois é um momento prazeroso onde mãe e filho, trocam laços de amor (ROCHA; et al, 2018).

Quando a criança chega aos seis meses de vida, a maioria delas crianças já tem atingido o desenvolvimento neurológico como a mastigação, deglutição, digestão e a excreção, o que facilita e ajuda a receber outros alimentos que não sejam o leite materno (MENDES; et al, 2014).

O nutricionista e outros profissionais como o nutrólogo é o que mais estuda as interações nutricionais no ser humano, devendo ser um dos principais profissionais quem apoiem o aleitamento materno. Esse profissional deve está presente nas orientações sobre aleitamento materno desde a hora que elas chegam as unidades básica para o acompanhamento pré-natal até a hora do parto, ajudando-as com apoio e ações sobre o aleitamento materno e de como deve fazer para que o bebê pegue corretamente o peito desde as primeiras horas de mamadas, além de acompanhar a jornada de crescimento e desenvolvimento dessas crianças.

CONCLUSÃO

Dentre os achados deste estudo foram comprovados que são vários os benefícios do aleitamento materno exclusivo, que deve ser estimulado. O leite materno fornece todos os nutrientes que o lactente precisa, esses benefícios vão além da proteção contra doenças, desenvolve estruturas ósseas, psicológicas e neurológicas, como também para seu desenvolvimento, além de benefícios inúmeros até mesmo para a saúde da mãe. Os descrevem de forma positiva sobre a importância nutricional do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida.

A amamentação é um processo que passa por várias dificuldades, tanto no aspecto físico, psicológico como emocional, manifestando assim uma sensação de

insegurança na vida da mulher, contribuindo assim de forma significativa para a interrupção da amamentação.

Ressalta-se a necessidade de realizar mais estudos, pois ainda se mostra escasso, no que diz respeito a análise dos fatores determinantes para o desmame e fortalecimento dos benefícios do aleitamento materno. Assim, espera-se que a presente revisão integrativa possa contribuir melhor para o conhecimento sobre o aleitamento materno exclusivo em crianças de até seis meses de vida e estimule pesquisadores a realizarem novos estudos ressaltando a importância deste para promoção de saúde do bebê e da mãe.

REFERÊNCIAS

ALVES, Viviane Garcia da Silva; MOTA, Maria Carliana; PAGLIARI, Carla. Características Sociodemográficas Relacionadas Ao Conhecimento Dos Benefícios Da Amamentação. **Revista Paulista de Pediatria**, [S.L.], v. 39, p. 1-9, 2021. FapUNIFESP (SciELO). Acesso em: 11/05/2021. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822021000100467&script=sci_arttext

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Saúde Da Criança: Aleitamento Materno E Alimentação Complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 184 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica ; n. 23). Acesso em: 17/05/2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf.

CABRAL, Caroline Sousa; CAVALCANTI, Debora Silva; BARBOSA, Janine Maciel; VASCONCELOS, Ana Claudia Cavalcante Peixoto; VIANNA, Rodrigo Pinheiro Toledo. Inserção De Um Grupo Virtual Na Rede Social De Apoio Ao Aleitamento Materno Exclusivo De Mulheres Após A Alta Hospitalar. **Interface** (Botucatu). 2020; 24: e190688. Acesso em: 08/04/2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/sm5zS9HChdgw6SSkflHJFgf/?lang=pt>

MENDES, Amanda Conceição Leão; QUEIROZ, Dayanna Joyce Marques; MELO, Andressa Náзара Lucena; SUREIRA, Thaiz Mattos ; PEQUENO, Nila Patrícia Freire.

Perfil Alimentar E Nutricional De Lactentes Atendidos Em Unidade Básica De Saúde No Rio Grande Do Norte, **Journal of Human Growth and Development**, 2014; 24(1): 16-23 Manuscript submitted Aug 01 2013, accepted for publication Dec 28 2013.

Acesso em: 21/06/2021. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822014000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

ROCHA, Gabriele Pereira; OLIVEIRA, Maria do Carmo Fontes ; ÁVILA, Luciana Beatriz Bastos; LONGO, Giana Zarbato ; COTTA, Rosângela Minardi Mitre; ARAÚJO, Raquel Maria Amaral. Condicionantes Da Amamentação Exclusiva Na Perspectiva Materna. **Caderno de saúde publica**, 2018; 34(6):e00045217. Acesso em: 21/06/2021. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-952409>

SILVA, Monise Martins da; PEREIRA, Sandra de Souza; GOMES-SPONHOLZ, Flávia Azevedo; MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos. Fatores Que Implicam No Processo Do Contato Precoce E Aleitamento Materno Na Sala De Parto. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 28, n. 4, p. 529-536, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x202028040409>. Acesso em: 10/05/2021.

Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2020000400529&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=As%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20da%20mulher%20no,culturas%20foram%20identificados%20como%20dificultadores

ESTADO NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Caroline Gonçalves Santiago¹ (Aluna do curso Aluna do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, 2021, email: caroline.santiago@fvj.br), Cristiane Souto Almeida² (Professora do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: cristiane.souto@fvj.br).

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista – TEA, é definido, como um transtorno do neurodesenvolvimento que, em geral, se manifesta cedo, com a presença comportamentos padronizados, repetitivos, com série restrita de interesses. O objetivo desse estudo é analisar as alterações recorrentes no estado nutricional em decorrência do consumo alimentar de crianças autistas. Trata-se de um estudo de revisão integrativa, onde a coleta de dados foi realizada através da exploração de estudos publicado em inglês e português no período de 2016 a 2021. Foram analisados 8 estudos. Padrões de comportamento alimentar mostraram-se como características pertinentes em todos os estudos analisados, bem como elevada prevalência para desenvolvimento de sobrepeso e obesidade, resultando em alterações fisiológicas e recorrentes no TEA.

Palavras-chaves: Autismo. Seletividade Alimentar. Consumo Alimentar. Estado Nutricional. Alimentação Infantil.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista – TEA, é definido, atualmente, como um transtorno do neurodesenvolvimento que, em geral, se manifesta cedo, sendo caracterizado por déficits comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos (APA, 2014). Além dos déficits na comunicação social, os portadores apresentam comportamentos padronizados, repetitivos, com série restrita de interesses (VORSTMAN et al., 2017).

As características mais visíveis nos portadores do autismo estão relacionadas a linguagem e interação social, porém, além disso, existe uma série de desordens fisiológicas pertinentes em indivíduos com TEA, como a diminuição na produção de enzimas digestivas, inflamações da parede intestinal e irregularidades no sono (FREIRE, 2012).

O estudo tem como objetivo analisar as alterações recorrentes no estado nutricional em decorrência do consumo alimentar de crianças portadoras de TEA.

METODOLOGIA

Os estudos foram selecionados por meio de busca eletrônica a partir das bases de dados: SCIELO, Science Direct, PUBMED e LILACS.

Foram considerados como critérios de inclusão: pesquisas com seres humanos realizadas no Brasil e no exterior, com crianças de 1 a 12 anos portadoras do TEA, que avaliasse o consumo alimentar e/ou estado nutricional publicados entre 2016 e 2021. Como critérios de exclusão: estudos de revisão, estudos experimentais com animais, estudos realizados com crianças portadoras de outras patologias neurológicas, relatos de casos clínicos, monografias, dissertações e teses que não foram publicadas.

O processo de seleção dos artigos a serem utilizados iniciou com um total de 7.591 artigos, onde foram excluídos, após aplicar os filtros com critérios de elegibilidade 7.552, sendo selecionados 39 para leitura de título e resumo, sendo excluídos 23 artigos e 16 selecionados para leitura na íntegra, foram excluídos 8, após leitura e incluídos 8 artigos no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dificuldade de ingestão alimentar, o baixo repertório e a restrição de determinados alimentos são características pertinentes do comportamento na maioria das crianças com TEA, o que tem como consequência o surgimento de agravos metabólicos, desencadeamento de comorbidades e deficiências nutricionais. Caetano e Gurgel (2018) realizaram um estudo e avaliaram o estado nutricional e o consumo alimentar de crianças com TEA. No estudo, foi possível identificar índices elevados para sobrepeso e obesidade, como resposta ao elevado consumo de energia diária, um marcador pertinente, resultante da resistência de ingestão alimentar que esse público apresenta.

O público acometido por TEA apresenta um risco maior de desenvolver agravos nutricionais, tanto relacionados a déficits quanto a excesso de peso.

Além das deficiências nutricionais decorrentes das dificuldades alimentares relacionadas a seletividade e aspectos sensoriais, a má alimentação pode ser consequência de algumas alterações recorrentes no autismo. Magaginín et al. (2021) relata, em seu estudo, que os sintomas mais periódicos e que dificultam no consumo alimentar, são as alterações no trato

gastrointestinal (TGI), intolerância à lactose, sensibilidade ao glúten, alergias alimentares e vômitos.

Silva et al. (2020) cita que alguns desses sintomas também são resultantes do alto consumo de alimentos industrializados. O consumo excessivo de alimentos industrializados e ultraprocessados, por conterem mais ingredientes alergênicos em sua formulação tendem a aumentar ainda mais o quadro de sintomas e desconfortos intestinais.

Um trabalho realizado por Rocha et al. (2019) analisou a possível presença de comportamentos de seletividade alimentar e relatou que a ingestão alimentar ainda é um ato dificultoso para esse público. A recusa de aceitação de novos alimentos, e a resistência no consumo é um comportamento comum e pertinente em crianças com TEA, mesmo quando apresentado em diversas preparações, levando, por vezes, a desistência dos responsáveis o que, na maioria das vezes, implica na oferta de alimentos não saudáveis.

Existem algumas estratégias alimentares para se trabalhar com esse público, dentre elas Magaginini et al. (2021) destacou as atividades sensoriais, a mudança da textura e o processo de conversação sobre o alimento que está sendo oferecido. O conhecimento sobre o alimento a ser ingerido tem uma contribuição muito positiva no caminho a ser trilhado no processo de aumento do repertório alimentar, é uma forma de estimular o interesse, a curiosidade e a aceitação da comida. Outra estratégia analisada foi através do desenvolvimento de autonomia, com a participação na hora de preparar o alimento, que pode ser vista, pela criança, como algo divertido, onde ela tem o privilégio de preparar e provar alguns ingredientes, podendo levar ao interesse no consumo.

É importante utilizar estratégias que levem esses indivíduos a desenvolver bons hábitos alimentares, pois a prevalência de sobrepeso e obesidade é alta em crianças portadoras de TEA. Assim mostra o estudo realizado por Bandini et al. (2017), no qual analisou em dois tempos, mudanças longitudinais no estado nutricional, seletividade alimentar e status de peso de crianças com TEA. O estudo revelou que a frequência de sobrepeso/obesidade em 6 anos aumentou de 28% para 50% da amostra, Apesar da melhora no perfil de recusa alimentar, a seletividade é uma resistência nesses indivíduos, e por isso o estado nutricional de portadores de TEA continua se debilitando e com necessidade afetiva de acompanhamento.

Os estudos revisados descrevem, de forma clara e expositiva, como o estado nutricional de crianças com TEA é afetado em decorrência das dificuldades alimentares por eles desenvolvidas.

CONCLUSÃO

A alimentação adequada na infância é fundamental para manter uma qualidade de vida em todas as suas fases, por isso se dá a importância da atuação nutricional com esse público. O nutricionista é um profissional habilitado para articular estratégias que levem as crianças a desenvolverem uma relação mais afetiva com a comida, bem como redução no índice de sobrepeso e obesidade e, conseqüentemente, prevenção do surgimento de novas patologias.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 [tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014; p. 75.

BANDINI, L.G.; CURTIN, C.; PHILLIPS, S.; ANDERSON, S.E.; MASLIN, M.; MUST, A. Mudanças na seletividade alimentar em crianças com transtorno do espectro do autismo. **J Autism Dev Disord.** 2017; 47 (2): 439-446.

CAETANO, Maria Vanuza; GURGEL, Daniel Cordeiro. Perfil nutricional de crianças portadoras do transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, vol. 31, núm. 1, 2018, Janeiro-Março, pp. 1-11.

MAGAGNIN, Tayná et al. Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e310104, 2021.

MAGAGNIN, Tayná et al. Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e310104, 2021.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO ESTRATÉGIA PARA IDOSOS HIPERTENSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Sâmia Camille Correia Lima¹ (Aluna do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: samiadcorreia19@gmail.com), Paloma Katlheen Moura Melo² (Mestre em Saúde e Sociedade (PPGSS/UERN); Especialista na modalidade de Residência em Saúde da Família (UERN/PMM); Graduada em Nutrição (UNP); Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: palomakatlheen@hotmail.com)

RESUMO

A educação alimentar e nutricional é uma importante ferramenta que tem como objetivo primordial proporcionar a todas as pessoas que as utilizam o bem-estar físico, além de prevenir o aparecimento ou agravamento de patologias, tornando possível assim maior longevidade com o máximo de qualidade de vida. O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa elaborada metodologicamente segundo o manual de Diretrizes Metodológicas do Ministério da Saúde e auxílio do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Protocols. O processo de pesquisa foi realizado nas bases de dados The Scientific Electronic Library Online, Biblioteca Virtual em Saúde e PubMed (National Library of Medicine), com a utilização no período correspondente aos meses de janeiro a junho de 2021. Os resultados encontrados por meio da pesquisa eletrônica nas bases de dados totalizaram 8 artigos. Quanto as discussões, a mesma têm como objetivo facilitar o entendimento sobre a importância da educação alimentar e nutricional dos idosos. Conclui-se que a Educação Alimentar e Nutricional, poderá atuar de forma ativa no processo de envelhecimento humano e pode ser considerada uma estratégia para promover uma alimentação adequada e saudável, e dessa forma promover saúde e qualidade de vida, trabalhando com ferramentas interdisciplinares e ativas voltadas a pessoa idosa no contexto da Hipertensão Arterial Sistêmica.

Palavras-chave: Hipertensão. Idosos. Educação Alimentar e Nutricional.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural de todo o ser humano, e apresenta as seguintes características: “[...] é universal, por ser natural, não depende da vontade do indivíduo, todo ser nasce, desenvolve-se, cresce, envelhece e morre. É irreversível, apesar de todo o avanço da medicina [...] nada impede o inevitável fenômeno, nem o faz reverter”(DUARTE, 2008).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) é considerado idoso nos países em desenvolvimento, os indivíduos com 60 anos ou mais (SANTOS; GOMES; LIMA, 2018). Tendo em vista que alterações particulares do processo de envelhecimento tornem o sujeito mais tendencioso para desenvolver por exemplo a hipertensão arterial, sendo a mesma a principal doença crônica nessa faixa etária.

Segundo Ferreira *et al.* (2012), a promoção do envelhecimento saudável se mostra complexa, pois gira em torno não apenas da qualidade de vida, mas também do acesso a serviços de saúde que auxiliem o idoso neste processo.

MARCO TEÓRICO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) se conceitua como um objeto de ação multiprofissional, que garante o conhecimento e aprendizado permanentes, propõem-se a desenvolver a autonomia e a voluntariedade ante os hábitos alimentares saudáveis, fazendo o uso de recursos e abordagens educacionais ativas e problematizadoras (BRASIL, 2012B).

Dessa forma, a Educação Alimentar e Nutricional protagoniza importante eixo na promoção de hábitos alimentares saudáveis, sendo uma estratégia indispensável que está incluída nas políticas públicas em alimentação e nutrição (BOOG, 2013).

Nota-se, a partir de então, como a Educação Alimentar e Nutricional se torna pertinente no que tange às políticas públicas de alimentação e nutrição devido à necessidade de ampliar a discussão sobre as possibilidades, limites e o modo como a Educação Alimentar e Nutricional é realizada, resultando em ações governamentais, especialmente as desenvolvidas pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, levando à construção do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, que reflete uma importante etapa de valorização dessas ações (GREENWOOD; FONSECA, 2016).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa elaborada metodologicamente segundo o manual de Diretrizes Metodológicas do Ministério da Saúde e auxílio do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Protocols (PRISMA). O processo de pesquisa foi realizado nas bases de dados SCIELO (The Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e PubMed (National Library of Medicine), com a utilização de palavras-chave em Português e Inglês no período correspondente aos meses de Janeiro a Junho de 2021.

A escolha de palavras-chave foi realizada baseado no PICOS (P- população; I- intervenção; C- comparador; O- Desfecho; S- tipo de estudo), sendo a população correspondente a idosos com idade igual a 60 anos ou mais com hipertensão, a intervenção sendo Educação alimentar e nutricional direcionada ao hipertenso, o comparador sendo grupo controle, o desfecho sendo Redução da Pressão Arterial Sistêmica do idoso através da Educação Alimentar e Nutricional e os estudos do tipo observacionais e experimentais através da pesquisa transversal.

As palavras-chaves que formaram a estratégia de busca foram “Hipertensão”, “Idosos” e “Educação Alimentar e Nutricional” em português, sendo traduzida simultaneamente para o inglês “Hypertension”, “Seniors” e “food and Nutrition education”. Sendo determinadas através dos Descritores de Ciências da Saúde (DeCS), no Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e do Medical Subject Headings (MeSH).

Em conjunto as palavras-chaves formaram os termos de busca unidos pelos operadores booleanos (AND e OR): “ (Food and Nutrition education) OR (nutritional intervention) AND (Seniors) AND (Hypertension), em inglês (Educação alimentar e nutricional) OR (intervenção nutricional) AND (idosos) AND (hipertensão) em português.

Os critérios de inclusão foram: (1) homens e mulheres com hipertensão arterial sistêmica; (2) idosos com idade \geq a 60 anos; (3) artigos científicos ou periódicos

publicados do ano de 2010 a maio de 2021; (4) disponibilizados na íntegra; (5) artigos em inglês e português; (6) estudos abordando a educação alimentar e nutricional e qualidade de vida para idosos hipertensos.

Os critérios de exclusão foram: (1) artigos que abordassem Educação Alimentar e Nutricional, mas não relacionavam a HAS em idosos; (2) artigos publicados que tratem de doenças crônicas não transmissíveis de maneira geral; (3) artigos pagos; (4) artigos ou estudos que façam associação da Hipertensão Arterial Sistêmica com outra patologia ou não mencionem a Educação Alimentar e Nutricional.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os artigos inclusos são estudos de características qualitativas ou quantitativas, desenvolvidos a partir de estudos de caso e revisões sistemáticas da literatura, e contando ao todo com 599 participantes, do sexo feminino e masculino, com idade a partir de 60 anos. E fizeram ao longo do seu desenvolvimento correlação entre a Educação Alimentar e Nutricional, Hipertensão Arterial Sistêmica, Controle da HAS através da Educação Alimentar e Nutricional buscando assim melhorar a qualidade de vida de idosos. Assim, essas informações ressaltam a importância da educação nutricional atrelada a uma vigilância alimentar, com o intuito de evitar o aumento dos riscos relacionados a presença e desenvolvimento de doenças crônicas (MIRANDA et al., 2017).

Conclui-se que a Educação Alimentar E Nutricional, poderá atuar de forma ativa no processo de envelhecimento humano, e pode ser considerada uma estratégia para promover uma alimentação adequada e saudável, e dessa forma promover saúde e qualidade de vida, trabalhando com ferramentas interdisciplinares e ativas voltadas a pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

BOOG, M. C. F. **Educação em Nutrição: integrando experiências**. Campinas: Komed, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FERREIRA, Lucas L. et al. Perfil sociodemográfico e funcional de idosos institucionalizados. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 373-386, 2012.

Centro de Humanidades

Direito

Serviço Social

Direito

CRIMES CIBERNÉTICOS: A APLICAÇÃO DAS LEIS AO DIREITO DIGITAL NO BRASIL

Júlio Dantas Lopes (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: juliodantascontato@gmail.com.br); Orientadora: Carla Dornelles da Silva (professora-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: carladornelles@fvj.br).

RESUMO

A temática do presente estudo visa descrever sobre a origem do mundo virtual e seus protocolos correlatos, frisando sobre os principais crimes que são cometidos nesse âmbito, reforçando a ideia que, embora seja um mundo virtual, existem leis e normas para a plena utilização. A *internet* nos últimos anos, tem se expandido proporcionalmente aos números de usuários, tendo como principal fator, a facilidade de acesso à informação, à comunicação com rapidez, agilidade, o barateamento dos computadores e dispositivos móveis de acesso à rede mundial, proporcionando, assim, o sistema de comunicabilidade global. Ademais, a *internet* é um universo que possui um número expressivo de usuários, no entanto, poucos sabem sobre sua origem e sobre os limites que existem. Assim sendo, A referida temática versará sobre o contexto histórico dos crimes virtuais, bem como os principais crimes cometidos nesse âmbito, além de pontuar os pontos positivos e negativos das leis brasileiras sobre o objeto do estudo.

Palavras-chave: Internet. Crimes virtuais. Acesso à informação. Contexto histórico.

INTRODUÇÃO

A rede mundial de computadores, conhecida como *internet*, é responsável pelo acesso a milhões de informações em tempo real, tem crescido dia após dia e tornou-se um fenômeno global. A conexão, antes feita por linha telefônica, hoje é realizada por canais de satélite, linhas privadas, cabos submarinos, entre outros. A *internet*, nos últimos anos, tem se expandido proporcionalmente aos números de usuários, tendo como principal fator, a facilidade de acesso à informação, à comunicação com rapidez, agilidade, o baixo custo dos computadores e dispositivos móveis de acesso à rede mundial, consolidando, assim, o sistema de comunicabilidade global. Na visão de Joshua Eddings (1994), a *internet* é uma sociedade cooperativa que forma uma comunidade virtual, estendendo-se de um extremo a outro do globo. Como tal, a *internet* é um portal para o espaço cibernético, que abrange um universo virtual de ideias e informações.

Nesse viés, assim como existem usuários que fazem o uso da *internet* para fins lícitos, também, existem os que a utilizam de forma ilícita, prejudicando diversos usuários, intitulados de Criminosos Virtuais

Desse modo, os objetivos ao final do trabalho foi adquirir conhecimentos teóricos e práticos sobre os principais crimes digitais, bem como as leis que possuem aplicabilidade na repressão desses atos virtuais.

MARCO TEÓRICO

Atualmente, na *internet*, percebemos casos que envolvem a prática dos crimes de estelionato, homofobia e preconceito inseridos na cultura da sociedade brasileira. Esses crimes contra raça, religião, cor, gênero, de ódio em geral, principalmente, vem crescendo todos os dias no meio social, principalmente após o advento e consolidação das redes sociais. Somado a isso, o número de casos de “*cyberbullying*” cresceu de forma estarrecedora, ganhando destaque nos últimos anos. Nesse contexto, esta temática necessita ser discutida e tratada de forma rápida e urgente, pois, na proporção que o Direito se modifica a cada dia, com novas doutrinas e jurisprudências, a informática, de modo geral, transmuta na mesma extensão, com novos significados e tecnologias. Pois, nesse viés, para que exista atuação satisfatória e a inserção ao chamado ciberespaço, é necessário que o Estado possibilite a proteção de seus direitos e garantias fundamentais, não podendo as novas tecnologias servirem de meios para violação desses direitos (PANNAIN; PEZZELLA, 2015).

Nesse contexto, com o mundo globalizado, o direito e a tecnologia devem trilhar os mesmos caminhos a fim de amparar a sociedade como todo, não só no âmbito físico, mas também no virtual, objetivando uma repressão clara e direta do legislativo na tipificação criminal das inúmeras condutas no âmbito virtual.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa tomou-se como método a revisão bibliográfica. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 131), a finalidade da pesquisa científica de caráter bibliográfico “não é apenas um relatório ou uma descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos”. Concebe-se, portanto, que a pesquisa bibliográfica transcende ao caráter puramente exemplificatório, no qual são destacados conceitos desenvolvidos pelos teóricos que convergem ou divergem dentro do campo da cientificidade. Ela aporta no caráter interpretativo, aspecto que necessita da inferência do pesquisador para fundamentar sua concepção a respeito do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema abordado é de *suma* importância para a legislação brasileira, tendo em vistas que a globalização inseriu a tecnologia totalmente no meio profissional e pessoal das pessoas, principalmente no período de pandemia em que o mundo está vivendo, onde aulas, audiências jurídicas, trabalhos, entrevistas de empregos ocorrem através de equipamentos tecnológicos que permitem conectar pessoas em qualquer lugar do planeta. Para o melhor desenvolvimento, o estudo foi dividido em análises, as quais seguiram uma ordem cronológica para fácil compreensão. Transcorrendo sobre a origem da *internet*, os principais crimes praticados nesse âmbito, bem como as leis correlatas de aplicação no mundo digital.

O presente estudo, portanto, teve como objetivo pesquisar sobre os crimes cometidos na *internet*, abordando tanto os delitos que estão efetivamente tipificados no ordenamento jurídico penal brasileiro, quanto às condutas que, mesmo não estando tipificadas têm o resultado de danos graves à sociedade, o que nos remete a repensar se o legislativo brasileiro realmente é eficaz e eficiente no combate aos crimes digitais.

Dessa forma, o estudo concluiu que a legislação brasileira, embora nos últimos meses alterou diversos dispositivos penais a fim de tipificá-los no contexto digital, ainda é ineficaz e ineficiente, necessitando, urgentemente, retificar lacunas e tipos penais com a finalidade de proporcionar segurança jurídica aos usuários desse mundo que a cada dia que passa cresce: o mundo digital.

REFERÊNCIAS

EDDINGS, Joshua. **Como funciona a Internet**. Tradução de Tulio Camargo da Silva. São Paulo: ed. Quark, 1994.

PANNAIN, Camila Nunes; PEZZELLA, Maria Cristina. Liberdade de Expressão e Hate Speech na Sociedade da Informação. *Revista Direitos Emergentes da Sociedade Global*, Santa Maria, v. 4, n.1, p. 72-87, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

CONTRATOS: ANÁLISE DA EFICÁCIA NORMATIVA EM TEMPO DE PANDEMIA

Meirilane Pereira, Aluna do curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: meirilane.pereira@fvj.br, professor Alfredo Narciso da Costa Neto da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredonarciso.juridico@gmail.com. Professora Luana Castelo Branco Prado da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: luanapradoadvogada@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é compreender quais impactos a Pandemia do Covid-19 provocou nas relações contratuais. O contrato é um negócio jurídico estabelecido entre partes que desejam realizar um negócio jurídico, dentro de um campo formal ou informal, composto por elementos que o fundamenta como a liberdade de ação da pessoa, a vontade de contratar, a liberdade para estabelecer as regras, a lucidez e o consentimento. Estes pressupostos proporcionam, dentro do âmbito judicial, a possibilidade de normatizar o processo e tornar eficaz o negócio jurídico e a licitude do contrato, estabelecendo sua função social. Contudo, a normalidade das relações sociais e econômicas no planeta foram bruscamente abaladas, presença de um vírus, com alta potencialidade letal humana, que rapidamente se espalhou em escala continental, afetando diretamente a todos os seguimentos sociais, bem como a toda cadeia produtiva. O surto pandêmico do Covid-19 alcançou muitas das comunidades habitadas e, causando mortes, sofrimento, dor, desespero e medo a toda população, gerando o caos na saúde pública, estendendo-se as áreas sociais como o estabelecimento de decretos de isolamentos sociais, denominados de lockdown, atingindo com força também a área econômica, decretando o fechamento dos estabelecimentos comerciais e a falência de empresas e empreendimentos. As medidas restritivas adotadas pelo Estado, como forma de combater a expansão da pandemia também gerou serias dificuldades para os setores produtivos, que tiveram seus estabelecimentos fechados, sem a possibilidade de desenvolver suas atividades e, conseqüentemente, prover recursos para honrar com os compromissos contratuais.

Palavras Chaves: Contratos. Covid-19. Força normativa. Estado. Mercado Comercial.

INTRODUÇÃO

O contrato é um negócio jurídico estabelecido entre partes que desejam realizar, dentro de um campo formal ou informal, uma atividade ou adquirir um bem. Este instrumento é composto elementos que o fundamenta e que são essenciais para sua estruturação, dentre os quais destacam-se a liberdade de ação da pessoa, a vontade de contratar, a liberdade para estabelecer as regras, a lucidez e o consentimento. Estes pressupostos proporcionam, dentro do âmbito judicial, a possibilidade de normatizar o processo e tornar eficaz o negócio jurídico e a licitude do contrato, estabelecendo sua função social.

É notório que, a legislação pode prever e estabelecer um campo de regularidade e de igualdade entre as partes, propiciando o equilíbrio no ato de constituir um contrato, mas quando a sociedade vivencia um momento atípico, como o estabelecido pela pandemia do covid-19? Como a norma pode contribuir para reestruturar os espaços desestruturados, decorrentes de um estado de calamidade pública, no qual alterou todo o cenário social e econômico do país?

Essas questões, abordadas ao longo deste trabalho traz uma reflexão dos impactos que a pandemia do Covid-19 provocou no âmbito dos contratos, na perspectiva de compreender como a literatura científica e acadêmica tem tratado o tema. Também analisa o comportamento da legislação vigente, inclusive a Lei da Pandemia, Lei nº

14.010, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica aportou autores que desenvolveram trabalhos cuja temática aportaram nos impactos que a pandemia do covid-19, desencadearam sob os contratos constituídos antes da pandemia, mas que repercutiram durante essa realidade, apresentando definições e conceitos como Santos; Simioni; Souza (2016), Negreiro (2006), Costa (2005), Gonçalves (2016), Ferreira Junior (2020), dentre outros, na perspectiva de dar a conotação científica necessária a um trabalho acadêmico. O conjunto obtido do acervo bibliográfico foi imprescindível para a elaboração dos conceitos apresentando ao longo da pesquisa, bem como promover as discussões sobre o tema pesquisado, destacando para aspectos jurídicos e científicos para a dissertação do tema em estudo.

METODOLOGIA

A trilha metodológica adotada para o desenvolvimento do presente trabalho seguiu a pesquisa bibliográfica, como forma de constituir um acervo composto por artigos, monografias, teses de dissertação, disponibilizados nas plataformas acadêmicas ou científicas, alinhado à temática da administração pública, tanto no campo teórico, como o doutrinário e jurídico. Também foi observado o Código Civil de 2002, na parte que regula a constituição dos contratos, bem como estabelece normas, princípios e aporte legal para sua composição entre as partes, bem como na Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, que estabelece normas para as relações contratuais na pandemia do covid-19

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A sociedade, ao longo de sua existência, necessitou de estabelecer acordos de convivências entre si, na perspectiva de harmonizar as relações sociais, culturais e econômicas estabelecendo regras, normas e condições específicas a respeito da aquisição e realização de determinados compromissos.

De acordo com Santos; Simioni; Souza (2016, 2),

O contrato é o acordo de vontades entre pessoas com o objetivo de se adquirir ou satisfazer alguma necessidade através de uma negociação contratual formal ou informal. Desta feita, o contrato possui como principal função em uma sociedade promover a circulação de riquezas e educar a sociedade em suas relações diárias, ou seja, manter a segurança jurídica entre os diversos interesses sociais.

Concebe-se, portanto, como conceito de contrato a definição de um negócio jurídico praticado entre adquirentes, ou seja, um negócio bilateral ou plurilateral, constituído entre as partes e pactuados formal ou informalmente. Expressar-se, nesse contexto, um evento jurídico, pois é recorrente ao direito de fazer, ou deixar de fazer, entregar ou deixar de entregar algo ou alguma coisa, estabelecendo uma segurança jurídica ao negócio.

Quanto a função social do contrato, na qual Lôbo (2002, p. 18), destaca que

No novo Código Civil, a função social surge relacionada à “liberdade de contratar”, como seu limite fundamental. A liberdade de contratar, ou autonomia privada, consistiu

na expressão mais aguda do individualismo jurídico, entendida por muitos como o toque de especificidade do direito privado.

Esse aspecto contribuiu para que o contrato passasse a ser um dos principais elementos de expansão das atividades sociais, transcendendo do campo econômico, empresarial, comercial, para as relações do cotidiano e eventos sociais. Percebe-se que, seu alcance se estende a todas as áreas sociais, desde as pequenas comunidades às grandes metrópoles, bem como a transações simples do cotidiano aos mais complexos negócios, passando por todas as etnia, culturas, Estados e contextos temporais.

Contudo, com a pandemia do covid-19, o cenário se alterou completamente, impactando em todos os setores que mantinham como forma de atendimento, o público presencial, atingindo principalmente os setores de serviços, entretenimento, setores educacionais, o comércio varejista e atividades informais, conforme expõem Silva e Silva (2020, p. 3),

Na medida em que a incerteza sobre o cenário econômico se espalhava, investimentos e o consumo de bens e serviços foram postergados ou cancelados, tanto internamente, quanto externamente, uma vez que a redução da atividade econômica em outros países impactou negativamente no volume e no preço das exportações brasileiras. A redução do comércio provocou um desencadeamento na economia, pela redução da produção e jornada de trabalho, demissão de trabalhadores, aumento de falências e retração da oferta de crédito pelo setor bancário, devido à ampliação do risco do investimento

Essa realidade comprometeu não só o funcionamento, como o cumprimento das obrigações das atividades produtivas, desencadeando uma onda de fechamento de empresas, fabricas, estabelecimentos comerciais e, sobretudo dos postos de emprego, gerando um ambiente incerto, instável e de insegurança financeira. De portas fechadas, a economia cai em praticamente todos os seguimentos, comprometendo a renda do brasileiro e levando o endividamento daqueles que sobreviviam diretamente de sua força produtiva, seja empregado, seja empresários.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020**. Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do corona vírus (Covid-19). Casa Civil – Brasília-DF, 2020

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Princípios sociais dos contratos do CDC e no Novo Código Civil**. Revista Jurídica da Unirondon – nº 3/2002. Cuiabá, Mato Grosso 2002.

SANTOS, Hantts Eugenio dos; SIMIONI, Tiago José Farias; SOUZA, Jamille Fernanda Ferreira. **Evolução histórica do conceito de contrato e sua relação com os direitos humanos**. Faculdade do Vale do Juruena – MT, 2016. Disponível: <http://www.site.ajes.edu.br/congre/arquivos/20161204214933.pdf>. Acesso: maio/2021.

SILVA, Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do Covid-19: Impactos e reflexões**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2020.

ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PARA O ALIENADOR

Nívina Cherlida Valente de Oliveira¹ (Aluno do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: nivina.cherlida@gmail.com), Orientador²: Jaks Douglas Uchôa Damasceno (Professor Mestre da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho monográfico foi desenvolvido com a finalidade de discutir a prática da alienação parental nas famílias brasileiras, considerando as inúmeras consequências causadas à criança ou ao adolescente que vive dentro de verdadeiras disputas judiciais, bem como será abordado as consequências jurídicas do alienador, tendo em vista que embora seja responsável pela guarda do (a) filho (a), a partir do momento que pratica alienação parental em desfavor do outro cônjuge, pode ser alvo de obstáculos na justiça para reaver a guarda, além de pagamento de multas e outros que serão analisados no decorrer da pesquisa. O objetivo geral é identificar e discutir acerca do significado da Alienação Parental e sua introdução ao ordenamento jurídico brasileiro. Como objetivos específicos estão a abordagem acerca do reconhecimento da família como grupo estruturante de formação do indivíduo, como exposição das suas diversas formas reconhecidas nos tempos contemporâneos. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica e documental, bem como utilização de leis, doutrina e jurisprudência que visam consubstanciar o trabalho de conclusão de curso e expor o entendimento da justiça no que tange aos casos de alienação parental.

Palavras-chave: Alienação Parental. Cônjuges, Criança e Adolescente. Família. Justiça.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como plano de fundo a análise acerca da Alienação Parental e as consequências jurídicas para o alienador, que foi devidamente regulada no Brasil no ano de 2010, com a Lei 12.318/2010, que significou importante instrumento que visou a atenção necessária aos casos de alienação parental, definidos como as situações em que crianças e adolescentes são impedidos, por um dos genitores, ou até mesmo pelos avós e/ou responsáveis legais, de ter contato e de conviver com o outro genitor.

A mencionada lei, considerada jovem no ordenamento jurídico, trata de comportamentos praticados por adultos, que afeta diretamente o desenvolvimento cognitivo, psicológico, comportamental e familiar das crianças/adolescentes, sendo assim, algumas indagações foram levantadas: quais as consequências jurídicas que o alienador sofrerá ao praticar essa conduta? E quais os danos para quem sofre alienação parental? considerando que a partir da proibição de ter contato com um dos genitores ou com algum parente da família paterna ou materna, a criança deixa de se relacionar e de compartilhar momentos de alegria com pessoas que também são de sua família.

O primeiro aponta o contexto histórico da constituição familiar, ou seja, como as famílias eram constituídas e sua evolução até os dias atuais. Com base no entendimento de autores como: Madaleno (2018), Dias (2016), Lôbo (2011), Carvalho (2019) e outros, foram explorados os tipos de família existentes e suas peculiaridades.

O segundo capítulo, aborda a evolução do conceito de pátrio poder familiar, quando o homem era detentor de poderes superiores com relação aos filhos, bem como análise aos diversos tipos de família existentes no ordenamento jurídico atual.

O terceiro e último capítulo, construído com base no conceito de Alienação Parental, bem como a importância de regulamentação da prática de alienar uma criança ou adolescente a não conviver com um dos seus genitores ou familiares, bem como as consequências jurídicas de quem pratica, isto é, para aquele que a todo custo tenta fazer com que a criança/adolescente tenha uma visão negativa do outro genitor.

A fim de explorar a questão central, qual seja a de compreender as formas que a alienação parental surge e sobre os seus dilemas, o que deve prevalecer dentro de uma família é a capacidade de contribuir para que as crianças e adolescentes cresçam de forma saudável, sendo que este conceito de saúde ultrapassa a física, mas principalmente a psicológica, que não devem ser atingidas por conflitos de adultos.

MARCO TEÓRICO

No Brasil, a Alienação Parental é criminalizada desde o ano de 2010, conforme a lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010 e objetiva prevê medidas que tendem a fornecer o acompanhamento psicológico para crianças e adolescentes que estejam sendo vítimas de disputas judiciais por seus genitores.

São muitas as formas de uma criança ou adolescente ser alvo de um dos genitores e mesmo que sem reconhecer, em primeiro momento, esteja sendo vítima da alienação, considerando que a partir do momento que um dos cônjuges ou até mesmo os avós ou os responsáveis criam uma imagem equivocada na mente da criança/adolescente, todo o relacionamento do infante com o outro genitor é prejudicado e em muitas situações, o tempo não é capaz de recuperar.

Alienar é “programar a criança para que odeie um dos genitores, sem justificativa, de modo que a própria criança ingressa na trajetória de desmoralização desse mesmo genitor” (TRINDADE, 2008, p. 102).

Quando o juiz visualiza a existência da alienação parental, tomando como exemplo uma criança ou adolescente que esteja sob a guarda da mãe e constatando que a genitora pratica alienação parental em desfavor do genitor, o juiz pode tomar diversas decisões, como ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado, a fim de tentar reestruturar a relação do filho com o genitor que não é o guardião naquele momento e permite que ambos possam conviver por mais tempo.

A alienação parental proporciona consequências e danos não apenas ao genitor alienador, com pagamento de indenização ou com distúrbios causados pela síndrome e pela dedicação efusiva de fazer campanha negativa do pai ou da mãe da criança/adolescente.

A Alienação Parental é muito mais avassaladora do que parece, não se trata de um simples conflito entre os genitores e em muitos casos os avós, a partir do momento que um dos pais patrocina uma propaganda negativa do outro genitor para o filho, momentos deixarão de acontecer na vida da criança/adolescentes.

As crianças e adolescentes que sofrem com a prática da alienação parental geralmente exibirão grande parte de sintomas durante as fases da vida, sintomas estes que poderão variar de acordo com a idade, personalidade e o tipo de vínculo que ela possuía com seus genitores. Entre os sintomas mais recorrentes estão a ansiedade, o medo e insegurança, isolamento, depressão, comportamento hostil, mal comportamento escolar, desorganização, dupla personalidade, entre outros (CUENCA, 2005).

Os danos capazes de afetar o desenvolvimento dos filhos ultrapassa todas as esferas da vida deles, ou seja, conflitos familiares contribuem diretamente para a construção de traumas e faz com que as crianças e adolescentes conheçam determinado genitor tarde demais, isto é, em muitos casos reais, cujo convívio com determinado familiar, seja ele o pai ou a mãe, ou até mesmo os avós, tios, primos e irmãos, é limitado e proibido, a vontade de reaver o contato e a tentativa de buscar uma nova chance é forte e faz com que muitos filhos busquem os pais após atingirem a maioridade.

METODOLOGIA

Para a construção do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas, de fonte primária e secundária, com utilização da metodologia qualitativa, insculpida em dados que já receberam tratamento analítico, assim como pesquisa documental.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como exposto neste trabalho monográfico, a família, além de ter especial proteção do Estado, é a principal e mais importante constituição social que toda criança e adolescente merece e precisa ter. O fato de viver em harmonia com a sua família, faz com que o ser humano evolua em todas as esferas de sua vida e a partir do momento que uma criança ou adolescente é impedido de conviver e de conhecer o outro, como pertencente a sua história, algo dentro dele deixa de crescer.

Tratar de afeto não é apenas visualizá-lo como algo inerente a toda relação familiar, certamente não se trata exclusivamente de laços sanguíneos, considerando que o ordenamento jurídico e a sociedade enxergam e aceitam outras formas e tipos de família, todavia, foi importante explorar de forma sucinta cada tipo de família, para que fosse possível compreender os ambientes responsáveis pela construção do afeto.

Crianças e adolescentes precisam conviver e dividir com a família os seus momentos mais importantes, sem ser alvo de conflitos entre os adultos, ou seja, a boa relação entre os genitores fará a diferença no crescimento e desenvolvimento dos mesmos.

O maior impacto da alienação parental é sem dúvidas na vida das crianças/adolescentes, afinal os danos atingem a ordem psicológica, tendo em vista que a partir do momento que há um impedimento ou proibição de conviver com determinada pessoa da família, principalmente quando a criança/adolescente gosta dessa pessoa, é uma violência que afeta todos os momentos da vida que esta pessoa impedida de conviver com a criança/adolescente, deixa de participar.

Importante ressaltar que a sociedade, as escolas, as famílias e o Estado são responsáveis por garantir os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e diante de casos de alienação parental, essa obrigação não é diferente.

Por fim, percebe-se que para atender o melhor interesse da criança e do adolescente é imprescindível uma postura madura e humana por parte da família, ou seja, comprometida entre os genitores para lidar com as questões afetivas existentes entre eles e sempre em prol de priorizar o desenvolvimento saudável dos filhos, certos de que a partir do momento em que uma criança e adolescente cresce em um ambiente em os pais se respeitam, moldam o próprio caráter dos filhos, sem que os mesmos herdem traumas e medos no futuro.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **As famílias de hoje**. Disponível em: <
<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=21>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 295.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 5ª. ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 10.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, Parte Geral**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2004.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA: A IMPORTÂNCIA DAS COTAS DE GÊNERO COMO UM INSTRUMENTO JURISDICIONAL DE INCLUSÃO DE MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER

Pâmela Raquel de Lima¹ (Aluna do Curso de graduação em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: pamela.lima@fvj.br), Jackeline Ribeiro e Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br)

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise acerca da participação feminina na política brasileira e a importância das cotas de gênero como um instrumento de inclusão de mulheres em espaços de poder. Como objetivo geral busca-se entender o papel das cotas em garantir o equilíbrio de gênero nas casas legislativas. Os objetivos específicos consistem em compreender o contexto político, histórico e cultural em que se principiou o processo de exclusão feminina, no cenário político brasileiro; analisar a evolução da política de cotas com ênfase no artigo 10, §3º, da Lei n.º 9.504/1997, e identificar aspectos que influenciam a participação da mulher no processo político; bem como compreender os principais aspectos socioculturais e históricos que propiciaram a inserção de mulheres na política e os fatores que, ainda, se constituem barreiras para a candidatura e a eleição de mulheres a mandatos eletivos.

Palavras-chave: Mulheres. Política. Cotas de gênero. Lei n.º 9.504/1997.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os espaços de decisão política tradicionalmente são ocupados por homens, a composição majoritária das casas legislativas apresenta-se como um traço herdado historicamente da cultura machista e patriarcal, que tem moldado as relações sociais, ao determinar a divisão sexual de papéis, e acentua o domínio masculino em espaços de decisão e poder.

A participação feminina na política brasileira e a importância das cotas de gênero como um instrumento de inclusão de mulheres em espaços de poder foi enfatizada por meio de leis que visam garantir igualdade de gênero na política. Entretanto, mesmo com os avanços legais, o Brasil continua entre os Estados com menor participação de mulheres na política.

Ao observar o engajamento feminino na política brasileira, com vistas ao efeito causado pelas cotas de gênero na seara da política, nota-se que mesmo com as ações afirmativas poucas mulheres são eleitas. O que sugere o seguinte questionamento: é possível que a lei evolua em eficácia a ponto de a participação das mulheres na composição dos quadros eleitorais como candidatas a cargos eletivos seja uma realidade equiparada à participação de candidatos homens?

Como objetivo geral busca-se compreender o papel das cotas em garantir o equilíbrio de gênero nas casas legislativas. Os objetivos específicos, consistem em compreender o contexto político, histórico e cultural em que se principiou o processo de exclusão feminina, no cenário político brasileiro; analisar a evolução da política de cotas com ênfase no artigo 10, §3º, da lei n.º 9.504/1997, e identificar aspectos que influenciam a participação da mulher no processo político; e compreender os principais aspectos socioculturais e históricos que propiciaram a inserção de mulheres na política e os fatores que, ainda, se constituem barreiras para a candidatura e a eleição de mulheres a mandatos eletivos.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é descritivo-analítica, com pesquisa do tipo bibliográfica e documental. A abordagem adotada no estudo é qualitativa, visto que a análise dos dados obtidos foca subjetivamente nos aspectos humanísticos que permeiam a temática. Para tanto vale-se do suporte teórico de obras doutrinárias, periódicos e artigos científicos especializados no assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A historicidade da participação da mulher nos movimentos sociais e sua inclusão na tomada decisões políticas, se caracterizam pela luta por direitos pelas mulheres. Luana Simões Pinheiro (2007, p. 44) pondera que o campo da política assim como os demais campos que regem a vida cotidiana é um universo social que está envolto de fatores como poder, capital e estratégias de conservação de relações de forças instituídas historicamente para distinguir os papéis e posições dos homens e mulheres na comunidade.

Júlia Menuci e Joice Nielsson (2019, p. 02 - 03), as raízes históricas que perpetuam a profunda divisão entre homens e mulheres na política não se limitam a esfera institucional, logo tem-se que a questão sub-representação feminina ascende como uma herança de uma sociedade patriarcalista que tem como marca o machismo estrutural.

Para Menuci e Nielsson (2019, p. 17 - 18), fatores como o capital político atuaria como uma forma de controle da participação feminina, ao filtrar o espaço político reservado a mulheres cujas pautas afete minimamente a lógica de poder instituída e restringe pautas progressistas, tais como igualdade e paridade de gêneros no processo legislativo.

Quanto a influência dos sistemas político-eleitorais na participação feminina na política, Clara Araújo (2009, p. 30) aponta como a relação entre cotas e os tipos de sistemas eleitorais se articulam sobre a temática da representação, e pondera que ao considerar que os sistemas eleitorais podem influenciar nas chances de acesso, é de suma importância identificar como esses sistemas interferem em cada contexto, para assim viabilizar a adoção de políticas afirmativas (ARAÚJO, 2009, p. 32).

Para Lucía Martelotte (2016, p. 92), pode-se pensar nas cotas de gênero na política como medidas afirmativas de reserva de espaços ou recursos para a promoção da eleição de mulheres, que visam sobretudo, a promoção da igualdade e da equidade, acentua ainda, que as ações afirmativas para os cargos eletivos se caracterizam como ferramentas que objetivam a correção do problema da sub-representação feminina nos parlamentos.

No ano de 1997 foi editada a Lei n.º 9.504/1997 – Lei das Eleições, que estabeleceu o percentual mínimo de candidaturas femininas nos partidos ou coligações de 30%, e as cotas de gênero passaram a valer, também, para as Assembleias Estaduais e para a Câmara dos Deputados (MENUCCI; NIELSSON, 2019, p. 9). Assim assevera, o art. 10, §3: “Art. 10. [...] § 3º. Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.” (BRASIL, 1997).

A lei acentua a questão da equidade entre gêneros na política, ao ampliar e estabelecer diretrizes para a aplicação da política de cotas. Araújo (2001, p. 245), pondera sobre as limitações existentes no novo diploma, entendendo-as como herança da legislação anterior. Nesse sentido, para sanar possíveis brechas para fraudes, o legislador insere inovações ao processo eleitoral, a cada pleito por meio de mudanças na legislação eleitoral.

CONCLUSÕES

A história da participação feminina na política é marcada por fatos relevantes no que diz respeito a esforços dos movimentos feministas na luta por uma participação efetiva da mulher, seja no direito ao voto ou a ser votada. A evolução da participação da mulher na política

ocorre gradativamente em razão de fatores socioculturais e históricos que permeiam a função da mulher enquanto indivíduo na sociedade, ao lhes delimitar papéis secundários e de pouca influência. Têm-se que, a esfera pública, em especial, o campo político, é masculino, visto que a composição das casas legislativas se dá majoritariamente por homens. Em contraponto, a participação política e a ocupação de cargos eletivos por mulheres.

Ao analisar a sub-representação feminina na política, pode-se inferir que, se comparada a população feminina que compõe o Brasil, o número de mulheres que se dispõem a concorrer a mandatos eletivos e que se elegem não é satisfatório. Ante a discussão teórica, infere-se que a baixa participação feminina se liga a vários fatores, como o baixo financiamento das candidaturas femininas. Ademais, entende-se que o afastamento das mulheres da seara política encontra ligação com a forma em que a estrutura social é construída, não atrelando a mulher a um imaginário político.

Por fim, conclui-se que as ações afirmativas enquanto elemento isolado, demonstraram-se insuficientes no que concerne à ampliação da participação feminina nas casas legislativas, de modo que não conseguiram cumprir o objetivo de equiparar o sexo feminino ao masculino na política. Ao passo que é necessária a criação de mecanismos, por meio dos quais sejam executadas ações com a finalidade de promover a consciência política e igualdade de gêneros na política.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 2, p. 23-59, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, CLARA. **Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 1, pág. 231-252, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100014>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Brasília, 30 de set. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.

MARTELOTTE, Lucía. 25 anos de aplicação de lei de cotas na América Latina. In: **Revista Internacional de Direitos Humanos**, no. 24, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/8-sur-24-por-lucia-martelotte.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2021.

MENUCCI, Júlia; NIELSSON, Joice Graciele. A Efetividade Da Lei De Cotas De Gênero E O Alargamento Da Participação Feminina Na Política Com Vistas As Eleições De 2018. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, v. 5, n. 2, p. 1-21, 2019.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política - uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2007.

ENTREGA CONSCIENTE: O QUE A LEI DISPÕE SOBRE A ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO, A IMPORTÂNCIA DO PROCEDIMENTO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O FUTURO DA SOCIEDADE

Rainara Ferreira Teixeira¹ (Aluna do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: rainarafert@gmail.com).

Orientador: (Jaks Douglas Uchôa Damasceno. E-mail: jaksdouglas@fvj.com).

RESUMO

Este estudo objetivou analisar o procedimento legal de entrega consciente para adoção e como o seu desconhecimento pode acarretar prejuízos sociais a longo prazo. Para este feito, utilizou-se pesquisas de textos bibliográficos de doutrinadores da área do Direito Civil, diplomas legais, jurisprudências e informativos do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Adoção. Direitos da criança e do adolescente. Eca. Entrega voluntária. Procedimento Legal.

INTRODUÇÃO

Este trabalho abordará a entrega voluntária e consciente de crianças em adoção, feita por parte da mãe ou da gestante que tenha despertado este interesse. A entrega legal é um direito que encontra-se respaldado no ECA. Far-se-á uma breve caminhada focada na historicidade da entrega e como esta evoluiu ao longo do tempo. Seguindo-se, descrever-se-á o procedimento presente no ordenamento jurídico vigente e suas nuances embasadas no melhor interesse dos infantes. Explanar-se-á a importância do procedimento e como a falta de atenção a ele pode ser prejudicial a sociedade. Por último, colocar-se-á que existem organizações que funcionam objetivando apoiar o conhecimento do procedimento, orientando e esclarecendo sua importância e demonstrando como o conhecimento é capaz de prevenir atos ilícitos.

MARCO TEÓRICO

Analisam-se o procedimento da entrega consciente e voluntária em adoção feita por parte da mãe ou gestante que deseje exercer o seu direito, entregando o filho para ser adotado. Descrevendo os meios pelos quais a lei permite a entrega, analisando as regras e exceções que tenham como objetivo o melhor interesse do infante.

Realiza-se o estudo da evolução histórica voltada à entrega de crianças e adolescentes, como ocorriam, os motivos pelos quais eram realizados e como estes infantes eram recepcionados após a entrega. Estudando o procedimento legal presente no ordenamento jurídico atualmente dando ênfase as matérias positivadas, comparando jurisprudência e demonstrando a prevalência do princípio do melhor interesse do infante.

Apresentam-se aqui, a importância da entrega feita de forma consciente, como o seu uso é capaz de prevenir atos ilícitos e os meios pelos quais o judiciário busca levar o conhecimento do procedimento através de programas de acompanhamento às mulheres que desejam entregar seus filhos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, bem como o uso de jurisprudências, artigos e diversos sites relacionados ao tema. Utilizou-se ainda os diplomas legais pátrios, livros, páginas institucionais e governamentais como meios de fontes para a confirmação do exposto nesta pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em 2017, a Lei nº. 13.509 denominada “lei da adoção” fazendo alterações no diploma legal incluiu o termo entrega voluntária e o conceituou como a possibilidade de uma gestante ou mãe entregar seu filho ou recém-nascido para adoção através de um procedimento assistido pela justiça da infância e da juventude.

Neste diapasão, inclui-se no ECA o artigo 19-A: “A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.”

O artigo supracitado valida a possibilidade da entrega, demonstrando ainda os passos iniciais a serem dados no procedimento, onde a gestante ao ser ouvida pela equipe interdisciplinar tem a oportunidade de ser

devidamente orientada. Contudo, esta oportunidade nem sempre existiu, a trajetória histórica da entrega para adoção demonstra que o caminho percorrido até os dias atuais foi repleto de avanços extremamente necessários na sociedade e na legislação.

Criou-se dentro da sociedade outras formas de proceder em adoção além daqueles onde a criança é entregue nas Varas da Infância e da Juventude. Estes meios são frutos dos costumes e usos que acompanharam o desenvolvimento social desde muitos anos a fio. Podendo citar como exemplo a adoção *intuitu personae* e a adoção à brasileira.

O ordenamento jurídico brasileiro, visando interromper atos de abandono de crianças e adolescentes trabalhou para garantir direitos que ajudassem mães e gestantes na entrega legal em adoção, viabilizando a efetivação dos direitos fundamentais garantidos a crianças e adolescentes que estão presentes no texto Constitucional.

O Estatuto da criança e do adolescente define os parâmetros a serem seguidos para a realização da entrega em adoção e define também todo o procedimento que deve ser sequencialmente seguido até a adoção do infante visando sempre garantir que o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente seja atendido em todas as circunstâncias.

O fato de desconhecer o amparo legal para entregar em adoção faz com que gestantes e genitoras procurem soluções diversas, e algumas vezes acabam incorrendo em atitudes ilícitas. Para Adriana Cristina Garrido, a impossibilidade criada pelo abandono, de dar a crianças e adolescentes uma vida social sadia acarreta prejuízos aos infantes. Neste sentido descreve: “Longe da vida social sadia, tais indivíduos que vivem à margem da sociedade, (...) estão longe da família, sem emprego, sem moradia, desempenham um direcionamento à delinquência, ao cometimento de pequenos delitos, bagatelas delituosas, injúrias, furtos de ocasião, mendicância e desacato à autoridade. (GARRIDO, 2016, s/p.)”

É preciso visualizar antecipadamente todas as possíveis consequências que serão geradas nos casos em que as mães ou gestantes não entregam seus filhos da forma correta para serem adotados. Como supracitado, quando estas crianças obtêm destinos diversos daqueles que teriam se tivessem sido entregues na vara da infância e da juventude a possibilidade de que estas estejam condenadas a vidas de sofrimento é imensa.

Para Alves (2019), é de suma importância que as informações sobre o direito de entrega cheguem até os interessados, a fim de garantir a vida, a integridade física, psicológica e o pleno desenvolvimento dos bebês, direitos previstos no art. 227 da Constituição Federal de 1988, que devem ser assegurados pelo Estado, pela família e pela sociedade (BRASIL, 1988).

Segundo o CNJ os programas de acompanhamento a gestantes e mães são uma opção segura tanto para elas como para os bebês e explica: “A ação oferece às mães alternativas seguras e legais para que elas possam decidir sobre suas vidas e as de seus filhos”.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. (1985). Um amor conquistado: o mito do amor materno (6º ed.) Rio de Janeiro, RJ: Vona fronteira.

BRASIL. (Constituição Federal (1988)) Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

DAMASCENO, Jaks Douglas Uchoa. A manifestação de vontade dos pais biológicos em face da Lei de Adoção e legislação afim. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO. Murillo José. Ildeara de Amorim. Estatuto da Criança e do Adolescente, interpretado e anotado. Edição comemorativa aos 30 anos de ECA. 8ª ed. Junho, 2020.

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA SOB O VIÉS DO PATRIARCADO

Estérfane da Silva Félix 60 (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: esterfanifelix@gmail.com); Orientadora: Jackeline Ribeiro e Sousa (professora Mestra do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

Em sociedades que cresceram sob o viés patriarcal, como é o caso de do Brasil, é possível enxergar uma exclusão feminina, ainda que a evolução através dos movimentos feministas, tenham garantido uma maior participação de suas militantes nos ambientes de poder político brasileiro, essa introdução tem provocado efeitos lentos ou acaba por não atingir o centro do poder para que gere uma maior participação. Dessa forma os movimentos, mantém suas bandeiras ativas em passeatas e manifestações nos dias de hoje, seja nas ruas, ou dentro das redes sociais ao mobilizar campanhas de grandes compartilhamentos, ou a expressar injustiças provocadas as mulheres dentro do sistema parlamentar; desta forma mantém ativa a luta contra o machismo e a busca por novas reformas favoráveis a inserção feminina no parlamento.

Palavras-chave: Patriarcado. Lei de Cotas. Política. Machismo.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o contexto social brasileiro, percebe-se que ainda é possível enxergar a dificuldade enfrentada pelas mulheres quando estas estão dispostas a assumir um papel de poder a frente de determinada posição. O machismo crescente na sociedade, impõe suas concepções na política, no meio social e no digital, caracterizado pela baixa representatividade feminina, e implementando aos quadros já pertencentes as mulheres o conceito de que a mulher não é dotada de determinadas perícias para o exercício da frente de poder.

O feminismo tornou-se bandeira para as mulheres que almejam adentrar na política brasileira, com raízes históricas profundas entre elas a luta pela representatividade na época da Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1987). A manifestação de insatisfação por parte da classe feminina, ao que pese na representatividade parlamentar, seria o fato de existir o espaço minimizado para tal classe minoritária, transpondo a velha política para a atualidade.

O objetivo desse estudo é analisar como o machismo crescente na sociedade tem inserido no consciente social que a abertura de espaço feminino, seria algo negativo, ou uma pequena parcela de ajuda para a causa seria suficiente. Além de perceber que a representatividade feminina através das mobilizações sociais e digitais são uma maneira de inserir o feminismo como meio de comunicação entre mulheres e a sociedade, ademais compreender de que forma a Lei de Cotas de Gênero é uma forma de inserção feminina nas casas parlamentares, e que possíveis reformas seriam necessárias para a maior inserção dessa classe.

MARCO TEÓRICO

Os escritores e escritoras, Tiburi (2018), Coelho e Volotão (2019), Costa e Araújo (2019), Juvência (2013) e Gadelha e Kerra (2019), trabalham acerca do tema que esta pesquisa deseja discorrer, a forma como o machismo adentrou na sociedade e de que forma o processo de silenciamento feminino serviu de arcabouço para invalidar a participação da mesma nos cenários políticos, e em meio sociais como representantes.

Compreende que o machismo é um assunto antigo, adotado por uma sociedade patriarcal que acredita na mulher como um ser serviçal que não tem condições de exercer um cargo ou uma atividade de liderança, ainda pressupõe que a mulher deve estar ligada ao lar, ao seu esposo e filho, não se ausentando no papel matriarcal para uma atividade independente a este conceito. Com isso, o feminismo torna-se uma ciência necessário para o estabelecimento do diálogo entre os meios sociais e as questões femininas, gerando uma ligação entre a mulher e sua feminilidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza os métodos para a investigação, os quais são: descritiva, através da coleta de dados documentais e bibliográfico, com abordagem quantitativa e qualitativa com propósito de exemplificar os contextos sociais abordados pelos objetivos para melhor interpretação; utilizando de livros, artigos científicos *online* como fontes secundárias de pesquisa.

Quanto a pesquisa documental foi analisada a proposta feita pela Deputado Vicente Candido do Partido dos Trabalhadores (2017), que pedia diante da Comissão Especial de Reforma Política uma mudança no regimento das campanhas políticas, a implementação das listas fechadas como sistema eficaz para uma maior atuação feminina na política, assim minimizando as fraudes promovidas pelos partidos e excluindo o personalismo político que afeta negativamente as campanhas eleitorais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante dessa pesquisa o trabalho pode elencar que o patriarcado ainda é bastante presente nos contextos sociais e sobre tudo na política brasileira, gerando impactos negativos na imersão de mulheres nos partidos e nas campanhas. O feminismo ao chegar no Brasil com a busca de declarar que as mulheres possuem espaços tais quais os homens, gerou a comoção de que não era essa a forma que as classes femininas deveriam se comportar. Assim exprimiu a concepção que o feminismo é algo ruim, ou uma maneira de afastar as mulheres de seus deveres reais deveres sociais, que seriam: zelar pela sua casa, marido, filhos, ser obediente ao esposo e expressar sua opinião apenas se necessário.

Com o a onda feminista essa perpetuação foi contrariada, visto que as mulheres são seres de direitos iguais aos homens, devendo assim serem respeitadas e ouvidas. Manifestações foram promovidas, passeatas para que o governo pudesse compreender o real pedido das militantes: a igualdade de direitos. Dessa forma, o governo passou a compreender que as mulheres não eram seres silenciadas, mas sujeitos de direitos.

Ainda percebe como a mídia digital foi uma forma didática e chamativa para o feminismo, expressar a suas ideias e compreensão de sociedade igualitária, de forma que as mulheres possam estar mais próximas uma das outras, assim agindo como uma grande

manifestação na *internet*. Além das vantagens promovidas pelo cenário digital, pode compreender que as ideias machistas, também são propagadas pelos veículos de *internet*, através das redes sociais o feminismo sofre constantes ataques machistas, tanto de discursos de ódio promovidos por aqueles que não desejam que a igualdade de gênero seja uma constante, quanto por meio das *fake news*.

Com a criação da Lei de Cotas, percebeu a negativa dos partidos para a que haja mulheres dentro de suas cúpulas, com a implementação da lei, a fraude promovida pelos mesmos através das “candidaturas laranjas” para burlar o cumprimento da norma. Com isso pode compreender que apenas a lei através de sua força não é suficiente, mas é preciso que haja uma reforma política dentro dos partidos, dessa forma as mulheres candidatas serem implementadas de maneira correta, ante a Constituição Federal e a Lei de Cotas de Gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à política**. Relator: Vicente Candido. Brasília, 2017. Disponível em: COMISSÃO (infogbucket.s3.amazonaws.com) . Acesso em: 25 de maio de 2021.

COELHO, Naiara; VOLOTÃO, Amanda. Não serei interrompida: o processo de silenciamento feminino no espaço político brasileiro. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 6, n. 2, p. 151-170, 2020.

COSTA, Fabricio Veiga; DE ARAÚJO, SRA Dalvaney Aparecida. **Representatividade feminina na política: a eficácia do sistema de cotas e a reforma política**. *Revista Thesis Juris*, v. 8, n. 1, p. 67-97, 2019.

GADELHA, Rejane; ROBERTA, K. E. R. R. A Pequena Política e as Fake News contra a Candidata Mulher nas Eleições Presidenciais de 2018. **Encontros com a Filosofia-ISSN 2317-6628**, n. 10, p. 21-21, 2019.

JUVÊNCIO, José Sérgio Martins. A relação entre candidaturas" laranjas" e a lei de cotas por gênero. *Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes*, v. 23, 2013.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em Comum: para todas, todes e todas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A MULHER.

Gleovânia Costa Silva (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: gleovanasilva@yahoo.com.br); Orientador: Carlos Renato Nascimento Rabelo (professor especialista do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: renato.rabelo@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo esclarecer e fazer apontamentos pertinentes sobre como ocorre a violência contra a mulher. Por meio de revisão bibliográfica, tendo como principais autores Nucci (2002), Jesus (2015) e Cunha (2018). O estudo retrata sobre como a Lei Maria da Penha é importante para garantir o cuidado com as mulheres que sofrem violência, sobretudo, doméstica, exclusivamente pelo seu gênero. A pesquisa ainda fala acerca de medidas e auxílios, através da legislação penal, prestados as mulheres que sofrem abusos. Na mesma pesquisa, ainda ressalta-se sobre como o Estado se comporta frente as denúncias que se apresentam com relação ao abuso contra mulheres.

Palavras-chave: Direito Penal. Violência de gênero. Relacionamentos abusivos.

INTRODUÇÃO

É de conhecimento de toda a população o número considerável e crescente acerca dos crimes ocasionados contra a mulher em razão especificamente do seu gênero, bem como o quanto os grupos ativistas de proteção a vida da mulher lutam em função das garantias de direitos. É importante enfatizar que a luta se torna ainda mais incisiva, com relação ao cuidado com o gênero feminino, quando no ano de 2006 surge a Lei 11.340, intitulada por lei Maria da Penha. Vale considerar que a referida leva este nome após uma cearense chamada Maria da Penha Maia Fernandes, que foi violentada por seu ex-cônjuge, e sofrer no ano de 1983 uma tentativa de assassinato, por meio de eletrocussão e afogamento, passar a buscar auxílio junto ao Estado para o cuidado não apenas consigo, mas com todas as mulheres que sofrem com o mesmo problema. Como é possível identificar, apenas dezenove anos e meio após o seu atentado, o Brasil sanciona sua primeira lei de proteção à mulher, considerada um marco histórico para a nação. Vale salientar que frente as manifestações da sociedade em busca pelo cuidado com a figura feminina, a legislação brasileira passa a voltar seu olhar para a violência sofrida em razão da condição de gênero, como ocorre com as mulheres, e assim apresenta tipificações e hediondez no caso do feminicídio. Esse cenário compreende diversos estudos sobre o Empoderamento feminino e o movimento ativista, sendo que esse cenário ganha, cada dia mais, potencialidade mundial.

MARCO TEÓRICO

O patriarcado instituído como ordem social pautado na dominação e controle dos homens sobre as mulheres já se encontrava presente desde a Roma Antiga, onde o poder estava concentrado na figura masculina, devido a seu papel na reprodução. O patriarcado possuía poder sobre os escravos, vassalos, filhos e as mulheres. É importante ressaltar que o patriarcado não se relaciona apenas ao poder do pai, mas ao poder do sexo masculino (BARBOSA, 2012). No regime patriarcal as mulheres são percebidas como seres inferiores e subordinadas aos homens, o que autoriza o controle de seus corpos e de sua sexualidade. Por muito tempo as mulheres foram consideradas como propriedade dos homens, pois desde o nascimento o pai detinha todos os poderes sobre a filha, sendo tais poderes transferidos ao seu futuro esposo. Há alguns anos atrás não era difícil encontrar uma mulher que houvesse passado por uma situação abusiva, sendo estes considerados normais, pois a figura feminina

crecencia doutrinada a aceitar qualquer posicao imposta pela sociedade da epoca, sobretudo, aos homens de suas familias (pai, irmao, esposo, avos, tios, entre outros). Segundo a jurista, Carmen Hein de Campos, antes da Lei Maria da Penha, os casos de violencia domestica eram realizados por juzados especiais criminais, responsaveis pelo julgamento de crimes considerados de menor potencial ofensivo, levando ao massivo arquivamento de processos de violencia domestica (CAMPOS, 2003, p. 155-170). Para Verardo *et al.*, (2004), perceber que esta vivendo uma situacao de violencia pode ser dificil para algumas mulheres, pois muitas acabam se enganando e fingindo que a violencia nao esta acontecendo. E importante entender que esse processo faz parte do entendimento acerca da violencia, pois as mulheres tendem a interiorizar opinioes do companheiro sobre si, o que reforca ainda mais sua baixa autoestima. Outras nao so interiorizam as opinioes do companheiro, como absorvem desejos e vontades que a ele pertence, anulando os seus. Conforme levantamento de dados da Defensoria Publica do estado do Ceara, publicado no Jornal Diario do Nordeste de 22 de janeiro de 2020, referente a dados do periodo de janeiro a novembro de 2019, cerca de 573 mulheres foram vitimas de abusos nos relacionamentos. Do total, que aceitou participar da pesquisa, 562 afirmaram ter sofrido violencia psicologica, ou seja, 98,08% das participantes investigadas. Diante disso, nota-se o quanto esse tipo de violencia ocorre de forma corriqueira dentre as mulheres e seus relacionamentos, e o quanto ela pode ser silenciosa. E importante tambem apresentar a pesquisa divulgada pela Datasenado, que faz referencia ao ano de 2017, e, mostra um aumento significativo no numero de mulheres que assumem ter sofrido algum tipo de violencia domestica. No ano de 2015, por exemplo, cerca de 18% apresentaram relatos de abusos, e, no ano de 2017 os relatos chegaram a 29%, sendo que dessas mulheres 74% nao procurou denunciar ou meios legais para se proteger (SENADO, 2017). Conforme Jesus (2015), em 1993, as Nacoes Unidas realizaram a conferencia mundial sobre Direitos Humanos, que reconheceu a violencia contra a mulher como obstaculo ao desenvolvimento a paz e aos ideias de igualdade entre os seres humanos. Considerou tambem que a violencia contra a mulher e uma violacao aos direitos humanos, e que se baseia principalmente no fato de a pessoa agredida pertencer ao sexo feminino. Maria Paula Dallari Bucci (2021) ver como Politicas Publicas o ponto de encontro entre politica e direito, responsavel pela articulacao de medidas e movimentacao da maquina publica, cujo liame e voltado a concretizacao de direitos fundamentais Gianpaolo Poggio Smanio (2013) relata que as politicas publicas sao instrumentos importantes para a concretizacao dos Direitos Fundamentais. Exigem atuacao da Administracao Publica, dos orgaos e poderes do Estado na sua consecucão. O arcabouço normativo que constitui as politicas publicas deve trazer a sua legitimacao e eficiencia. A Lei 9.099/95 veio classificando a maior parte dos crimes e contravençoes que ocorriam no ambito domestico e familiar, como sendo de menor potencial ofensivo, o que na pratica era ineficaz, pois a solucao era um simples acordo, nao havia discussões sobre a causa do problema, relaçoes de genero muito menos alguma estrategia para findar a violencia (VERAS, 2018, p.185) Calazans e Cortes (2014, apud VERAS,2018) mencionam um balanço sobre os efeitos da aplicacao da Lei 9099/95 sobre as mulheres, no qual se constatou uma enorme impunidade que favorecia os agressores. Quando eram responsabilizados, no maximo entregavam cesta basica a alguma instituicao filantropica. Compreende-se que e um Direito da vitima preitear açao penal em face de seu algoz, representada pelo Direito penal no caso propriamente dito. São pressupostos que devem ser observados por toda açao penal, isto e, para que o autor proponha uma açao e tenha o direito de pedir ao Estado que se manifeste sobre seu jus puniend, ou seja, a análise do merito da questao, torna imprescindível preencher alguns requisitos gerais e inerentes a toda açao penal (CAPEZ,2015). A renuncia a representacao significa a abdicacao do exercicio a um direito, entretanto, o legislador utiliza ainda a terminologia retratacao da representacao para referir-se ao ato da vitima de reconsiderar o pedido antes externado (ALMEIDA, 2017). A renuncia em contrapartida, como consequencia

imediate, a extinção da punibilidade, isso porque encerra-se um juízo de desinteresse da ofendida ao direito de promover o processo judicial (LIMA, 2017). Na maioria das vezes, as vítimas de violência doméstica retiram a representação oferecida contra o agressor, a fim de preservar a harmonia familiar. Tal possibilidade vem prevista na Lei Maria da Penha, e deve receber atenção especial do Ministério Público e Juiz. Ambos têm o poder de analisar se a atitude da vítima é espontânea.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado por uma vertente bibliográfica, pois fundamenta a pesquisa através de informações concebidas em livros, arquivos digitais, monografias e dissertações. A pesquisa é importante porque compreende dados relevantes de vários cenários da história, com relação a como o patriarcado trata a mulher.

CONCLUSÕES

Compreendendo o cenário apresentado, onde o cuidado do Estado junto a mulher é ainda defasado, por diversos motivos, pode-se dizer que os objetivos do estudo foram atendidos, pois, de forma geral, buscava esclarecer e fazer apontamentos pertinentes sobre como ocorre a violência contra a mulher, e ficou claro que a situação se perpetua ainda até o século XXI, sobretudo, porque as questões de patriarcado ainda são devidamente enraizadas, o que permite que a mulher sintam-se oprimida, mesmo em situações, aparentemente irrelevantes, como é o caso das situações de assédias, em tom de brincadeira em seu ambiente de trabalho. Vê-se que também os objetivos específicos foram atendidos, já que o texto apresenta as modalidades de violência contra a mulher, sendo elas representadas pela Lei nº 11.340/2006 e compreendendo os cenários de violência física, moral, psicológica e patrimonial. Viu-se ainda que, levando em consideração os objetivos específicos, o texto consegue apresentar que as denúncias que se apresentam com relação ao abuso contra mulheres são acompanhadas pelo Ministério Público, inclusive, cuidando para que essas não retirem suas denúncias, a não ser que seja na frente do juiz, visando entender se ela está sendo ameaçada e/ou coagida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciana Costa dos Santos. **Retratção na Lei Maria da Penha: A busca pela preservação da harmonia familiar.** Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-73/retratcao-na-lei-maria-da-penha-abusca-pela-preservacao-da-harmonia-familiar/>. Acesso em 10 abr. 2021.
- BARBOSA, SERGIO. **Movimento Social, militância, trabalho com homens.** In BLAY, Eva (coord) *Feminismos e Masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher.* 2013. São Paulo: Ed.Cultura Acadêmica. Pág. 247-256
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas.** Saraiva Educação SA, 2021.
- CAMPOS, Carmem Hein de. **Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminina.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- CALAZANS, Myllena. CORTES, Íaris. **O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha.** In: CAMPOS, Carmem Hein de (org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista.* Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.
- CAPEZ, Fernando; PRADO, Stela. **Código penal comentado.** 6. ed. . São Paulo: Saraiva, 2015. 766 p.
- CUNHA, Rogério Sanches. **Lei 13.871/19: Impõe ao agressor a obrigação de ressarcir os custos de serviços de saúde e dispositivos de segurança nos casos de violência contra a mulher.** Disponível em: 25 abr. 2021.

JESUS, Damásio. **Violência contra a mulher**: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006. 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 655.

SENADO. **Serviços Especializados de Atendimento à Mulher**. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contraviolencia/servicosespecializados-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em 05 mar. 2021.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **O Direito E As Políticas Públicas No Brasil**. 2013. Disponível em: <https://www.travessa.com.br/Busca.aspx?d=1&bt=O%20direito%20e%20as%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20no%20Brasil&cta=00&codtipoartigoexplosao=1>. Acesso em 10 abr. 2021.

VERAS, Érica Verícia Canuto de Oliveira. **A masculinidade no banco dos réus**: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da lei maria da penha. 2018. 356 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Cap. 5 e 6.

VERARDO, M. T. *et al.* **Estudio sobre salud de las mujeres y violencia doméstica**. 2004.

OS REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO DIREITO DE FAMÍLIA E OS CONFLITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

José Wellington Gonçalves (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: wellington.goncalves@fvj.br); Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de analisar os reflexos da pandemia de Covid-19 nas relações familiares, com enfoque nos conflitos decorrentes do isolamento social, ou seja, buscar saber como as famílias estão lidando com os efeitos do isolamento social e como o judiciário está agindo nessas novas demandas e quais as medidas estão sendo tomadas para minimizar os conflitos. Mostrar os desafios das famílias e as transformações do direito de família à luz da pandemia; descrever como o isolamento social impactou a responsabilidade parental e a convivência familiar; verificar os efeitos jurídicos do isolamento social nas relações conjugais. O trabalho inicialmente analisou o conceito de família e os novos arranjos familiares, e também a importância do estudo do direito de família para a proteção das relações jurídicas e sociais. A seguir, será abordado as transformações do direito de família nesse período de pandemia e os impactos do isolamento social no direito de convivência. Ademais, discorre-se sobre a responsabilidade dos pais em relação aos filhos, no que diz respeito à guarda e os alimentos, e sobre os cuidados com os idosos. Em seguida, define-se casamento, união estável e divórcio, e quais foram os efeitos jurídicos do isolamento social nas relações conjugais. Posteriormente, é explanado sobre os novos métodos consensuais de resolução de conflitos e a importância do diálogo para manutenção da entidade familiar. Por fim, é apresentada a pesquisa bibliográfica que serviu como base da construção da pesquisa.

Palavras-chave: Convivência familiar. Covid-19. Família. Isolamento social. Relações familiares.

INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pelo Covid-19 trouxe vários desafios para o direito de família, o cenário atual mostra que as relações familiares foram afetadas, todos fomos pegos de surpresa por uma doença silenciosa que ainda está matando milhares de pessoas pelo mundo, que nos forçou a mudanças bruscas dos hábitos sociais. A proposta desse trabalho de conclusão de curso é tentar entender como a Covid-19 afetou as relações familiares, ou seja, buscar saber como as famílias estão lidando com os efeitos do isolamento social e como o judiciário está agindo nessas novas

demandas e quais as medidas estão sendo tomadas para minimizar os conflitos. Estamos vivenciando um tempo de incertezas, que ocasionou uma sucessão de problemas, que atingiu as pessoas, a saúde pública e os setores econômicos, buscou-se observar as ações e medidas tomadas pelas famílias para manter uma convivência familiar harmoniosa. Nesse contexto pandêmico, as famílias foram as principais atingidas, por ser um instituto social, acompanha as transformações sociais e econômicas da sociedade. Todas as dificuldades enfrentadas nesse período estão sendo vivenciadas pelas famílias. Assim, é evidente que além do medo de ser contaminado pelo vírus e morrer, foram submetidas ao isolamento social que causou vários reflexos nas relações familiares. As perguntas a serem respondidas sobre a temáticas são diversas, uma vez que ainda estamos nesse período pandêmico, de tantas imprecisões que norteiam o direito de família, cabe aos juristas ter sensibilidade para propor soluções para resolver os conflitos, uma vez que existem poucos precedentes judiciais para ser servir de base. Deste modo, irei retratar nesse trabalho de conclusão de curso as inquietações das famílias geradas pela Covid-19, os reflexos nas relações familiares, discorrer sobre a responsabilidade parental no direito de convivência, os impactos do isolamento social nas relações conjugais e seus efeitos jurídicos, por fim, os meios consensuais que serão estabelecidos para fortalecer os laços de afeto.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Maluf (2018), Gonçalves (2021), Marzagão (2020), Dias (2021), Diniz (2011), Madaleno (2019), Azevedo (2019) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando os impactos da Covid-19 nas relações familiares durante o isolamento social.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho foram através da pesquisa de cunho bibliográfico e de caráter descritivo, em teses e dissertações, monografias, livros, artigos científicos, legislação vigente no país, matérias publicadas em sites, com o objetivo aprofundar os conhecimentos a respeito do tema e sua importância para o direito de família.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar os impactos da Pandemia de Covid-19 no direito de família e os conflitos nas relações familiares durante o isolamento social, os impactos nas relações conjugais, na responsabilidade parental e no direito de convivência (do idoso). O Direito de família acompanha a sua evolução, tendo como princípios: a proteção, a dignidade, a solidariedade, importante, neste período em que requer do judiciário, maior atenção. Ela é suporte emocional, que garante o direito de convivência e é fundada nas demonstrações de carinho, amor, afeto e respeito e está voltada para a busca de condições igualitárias. O direito de família é fundamental para resolução de conflitos intrafamiliares. Evidenciou-se que a crise de Covid-19 afetou o direito à convivência e as relações conjugais e parentais. Depreende-se que nesse momento de crise, é necessário usar o bom-senso na resolução de casos concretos. Por isso o judiciário procurou se adaptar para atender tais necessidades. A convivência e a responsabilidade familiar estão ligadas ao cuidado com os filhos, através da guarda; os pais são os principais responsáveis de cuidar do bem-estar, da educação, dos bens e de representar legalmente os filhos, cujo poder familiar será exercido em igualdade de condições. A suspensão da guarda nesse momento prejudica o convívio entre os pais e filhos a qual tem-se tornado unilateral neste momento pandêmico. Um direito sagrado é o alimento, tanto para os filhos, como para o cônjuge dependente, que tem seu direito provisório; estes são os desafios para o judiciário na missão de ser justo, mas sem deixar de observar o binômio necessidade/possibilidade, uma vez que as medidas em relação à prestação alimentícia devem ter o caráter de provisoriedade, momento em que a prisão civil do responsável pelo alimentando tem sido substituída pela domiciliar com o uso de tornozeleira eletrônica, tornando-se ineficaz, e pelo princípio da ponderação, o judiciário preserva os interesses dos menores. Em relação ao idoso, tem sua situação agravada pelo distanciamento que o impossibilita a convivência com os netos, o que pode ocasionar as doenças relativas. Verificou-se que ele necessita de cuidado e atenção, cabendo à família e a sociedade fazer esse papel, adotando meios a reforçar a afetividade e melhor convívio entre avós e netos, nesse período de isolamento em que o judiciário, se esforçou para garantir o cumprimento da lei em favor da pessoa idosa e de outras também vulneráveis citadas neste trabalho. Mostrou-se importância do casamento para a formação da família, o qual se concretiza a partir da celebração e tem requisitos a serem seguidos. No entanto, atualmente existe o casamento virtual, em função da pandemia. Já em relação à outra modalidade constatou-se que para ser considerado união estável deve seguir as seguintes exigências: estabilidade, durabilidade, continuidade, publicidade e que a vivência na quarentena por si só não é capaz de configurar, porém, houve

o aumento no número de divórcios, em decorrência da intensidade do convívio doméstico. Em resumo, observou-se também que o uso dos métodos consensuais de conflitos facilita que seja restabelecido o diálogo entre as partes envolvidas no litígio. Por fim, o direito foi quem mais se mexeu para garantir o exercício pleno do cidadão nos últimos meses de intenso desgaste emocional, físico e psicológico de todas as pessoas que habitam o planeta. A agenda pós-pandêmica é que vai ditar como será o “novo normal” e como as pessoas vão se portar diante das divergências, caberá ao núcleo familiar criar laços sólidos de amor, diálogo e empatia, usando de métodos conciliatórios para resolver as divergências de forma rápida e simples, sem prejuízo para as partes.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Curso de direito civil: direito de família (2ª. ed.). São Paulo: Saraiva Educação. 2019.
- DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. (14ª. ed.) rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, Direito de Família. (18ª. ed.). São Paulo: Saraiva Jur, 2021.
- MADALENO, Rolf. Manual de Direito de Família (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- NEVARES, Ana Luiza Maia. XAVIER, Luciana Pedroso. MARZAGÃO, Silvia Felipe (Coordenadoras). Coronavírus: impactos no Direito de Família e Sucessões (1ª. ed.). Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2020.

SIGNIFICADOS DO PROJETO TABULEIROS DE RUSSAS: DESAPROPRIAÇÃO, CONFLITO E MERCADO

Maria da Conceição Alves Torres (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: mconceição.torres@fvj.br); Orientador: Francisco das Chagas da Silva (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: (Francisco.silva@fvj.br).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo reconhecer e analisar a visão de mundo dos sujeitos envolvidos no processo de desapropriação do projeto de irrigação Tabuleiros de Russas: o expropriado e o produtor empresário, e conhecer sobre desapropriação conforme direito Administrativo, com foco na indenização prévia, justa e em dinheiro e entender as etapas importantes da luta do direito individual versus o direito coletivo. Desse modo compreender sobre o referido perímetro, seu crescimento econômico com base no agronegócio e na balança comercial brasileira. Conhecer os tipos de desapropriações segundo o entendimento jurídico nacional. Neste trabalho será vista a questão da desapropriação dessa área destinada à irrigação e sua importância para a exportação da fruticultura irrigada. Foi realizada pesquisa bibliográfica em fontes diferentes: livros, trabalhos acadêmicos, site institucional e revistas. Em seguida, a leitura da condição dos expropriados, sua visão de mundo e sua luta por uma indenização prévia e justa aduzida no texto da Constituição de 1988. Por um lado, a função social da propriedade e por outro, uma população que ali vivia com todas as suas limitações técnicas em contraposição a uma elevada produção agrícola a qual projeta o Nordeste para a lista das crescentes exportações. A grande indagação é: havia conflitos para o Direito resolver em relação ao procedimento desapropriatório, Em suma, este trabalho apresentará uma composição de pontos de vista em relação ao debate sobre o projeto, principalmente no período mais acirrado da luta - o da expropriação de famílias que ali viviam da agricultura precária a técnicas retrógradas, em uma área de terra muito relevante para a grande produção agrícola.

Palavras-chave: Tabuleiros de Russas. Desapropriação. Conflitos. Mercado. Comunidades.

INTRODUÇÃO

Objetivam-se explorar o tema desapropriação a partir da curiosidade a qual motiva a pesquisa que nasce da observação de todo este processo de desapropriação num espaço territorial o qual posteriormente passou a chamar-se projeto de Irrigação Tabuleiros de Russas,

em cujas terras dão-se os fundamentos para a total efetivação do projeto, localizado em 03 (três) municípios cearenses, a saber: Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova.

O objetivo principal é reconhecer e analisar a visão de mundo dos dois principais sujeitos envolvidos no processo de desapropriação do projeto de irrigação Tabuleiros de Russas: o expropriado e o produtor empresário exportador da fruticultura irrigada. Um outro o objetivo é conhecer os institutos da desapropriação, no direito administrativo. Outro é compreender as etapas as quais foram importantes para a efetivação desse processo.

Um último objetivo: compreender o direito individual em contraposição ao direito coletivo neste perímetro irrigado, seu crescimento econômico que sustenta o comércio local, regional e nacional com base maior no agronegócio o qual projeta o crescimento na balança comercial brasileira. Por um lado, o caminho a percorrer: as indenizações, a busca do direito individual e coletivos, a perspectiva de crescimento econômico e o aumento nas exportações.

Devido à necessidade em desapropriar, surgem órgãos como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS e, em específico, pode-se considerar o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará- IDACE como o segundo propulsor, cabendo, portanto, esclarecer que tal órgão regulariza terras, talvez colaborando pela identificação daquelas de interesse público e social.

O referido trabalho apresenta pesquisa bibliográfica, em: livros, trabalhos acadêmicos, revistas e site institucional, para fazer um contraponto entre as defesas e lutas dos sujeitos envolvidos neste processo em que surgem os conflitos advindos de comunidades expropriadas através de resistência.

No capítulo primeiro, percebe-se que foram surgindo necessidades da parte do poder público em desapropriar por necessidade, utilidade pública e interesse social. Neste capítulo, ver-se os conceitos, os tipos e como foi surgindo no ordenamento jurídico brasileiro. Devido a isto, o apossamento do bem particular pelo poder público torna-se possível.

Há vários tipos de desapropriação: 1. por interesse público; 2. Por interesse social, 3. Por sanções. Para todas elas há embasamento jurídico e sua força maior descrita na constituição federal. Neste mesmo capítulo encontra-se o histórico das várias constituições, contendo, leis e decretos que versam sobre propriedade, seus direitos e deveres, bem como formas de desapropriar.

Percebe-se que nos itens que seguem, há um apanhado de informações a respeito de órgãos, colaboram direta ou indiretamente para isto: IDACE – Instituto do desenvolvimento agrário no Ceará e DNOCS – Departamento Nacional de obras contra as secas. Cada um deles com seu histórico de realizações.

Já o segundo capítulo – Desapropriação - há citações das Leis, que a estabelecem tanto na constituição brasileira quanto no direito administrativo e o acréscimo de conceitos e tipos, com ênfase em algumas leis que estabelecem na atualidade essas desapropriações (o estatuto das cidades e o novo código civil de 2002) para exemplificar.

O terceiro e último capítulo, trata basicamente do Projeto de Irrigação Tabuleiros de Russas em relação ao mercado exportador da fruticultura o qual e garante que o agronegócio sustente o mercado exportador, garantindo destaque na balança comercial brasileira.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Barbosa (2008), BRASIL[Constituição] (2013), Di Pietro (2017); DOSSIÊ PERÍMETRO IRRIGADO [Tabuleiros de Russas] (2012), Furtado (2006); Revista Geografia[UFPE] (2015); ECOAGRO[consultoria] (2019); Publicações SUDENE (1985); Informativo DEGRO (2019); Meireles (2016), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais e principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando a importância da desapropriação par o projeto de irrigação Tabuleiros de Russas.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho foram através da pesquisa de cunho bibliográfico e de caráter descritivo em fontes diferentes: livros, trabalhos acadêmicos, site institucional e revistas e legislação vigente no país, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos a respeito do tema desapropriação e sua importância para o Projeto de Irrigação Tabuleiros de Russas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho utilizou renomados autores, assim como foram feitas consultas em sites e utilizadas outras monografias, revistas confiáveis, pesquisas institucionais, que tinham alguma relação com o tema ou propriamente com o Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas. Inicialmente foi apresentado o histórico da desapropriação no ordenamento jurídico.

Compreende-se que a desapropriação no país é fruto de uma releitura a despeito dos latifúndios advindos do período colonial. Ademais, tem-se um quadro de seu início a partir do ordenamento jurídico, considerando como repleto de oscilações, porém, deixando-se prevalecer a plenitude do direito à propriedade.

Percebe-se que apesar de existirem órgãos para gerenciar a desapropriação e o desenvolvimento agrário, há ainda um enraizamento de oligarquias; para os mais humildes, seria agregar valores a terra, ainda que por fatores sentimentais. Para os mais estudados seria dar função social à propriedade.

Notara-se uma inquietação que não poderia ser considerada como relações conflitantes entre expropriados e o órgão que desapropriou, mas uma necessidade de luta coletiva e autodescobertas na disputa desigual entre os sujeitos. Um somatório de percepções tornara-se aprendizagens; as desapropriações surgem por necessidade do poder público, representado pelo órgão expropriatório, pelo empresário produtor e pelo agronegócio, vistos como ameaça às expectativas dos expropriados.

Denota-se então que os benefícios do projeto implantado se tornavam invisíveis aos olhos dos expropriados. Quanto aos empresários, delimita-se que havia uma satisfação em transformar a chamada 'região do atraso', em um forte peso na balança comercial brasileira através da fruticultura irrigada.

Conclui-se que leis e decretos foram acionados para melhor e completo entendimento entre as partes. A própria carta Magna, é remédio para a dissolução do ânimo das partes. Promover a paz, ou bem-estar social era o desejo e a função da desapropriação.

Em suma, a alternativa é encontrar soluções para os problemas que ainda restam. A conclusão mais geral faz-nos compreender que a desapropriação traz benefícios para grupos mais restritos. Porém, mudou a face da vida na região jaguaribana. Desapropriar se faz necessário pelo bem coletivo. Para isso, quando faltaram as leis, as jurisprudências fizeram ação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gilmar, da desapropriação por interesse social - o caminho para reforma agrária. Gilmar barbosa-2008, VII,73f.enc.30cm Monografia: Fundação Universidade Federal de Rondônia-Campus decoração, 2008 bibliografia: f 71-73.I-t BOLETIM DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA-Frederico;

BRASIL. [Constituição de 1988]. Constituição da República federativa do Brasil: texto constitucional prolongado em 5 de outubro de 1988,39ed. Brasília: câmara dos deputados, edição Câmara, 2013;

CALDART, Roseli Salete,- educação, trabalho e exclusão social na América Latina, sem são sobre a educação, trabalho e lutas sociais. Rio de janeiro, dezembro de 1989, e; pedagogia do movimento sem Terra, universidade federal do Rio Grande do Sul, 1999-Petrópolis, vozes, janeiro de 2000. cavada Barcelas, kaechel, Paulo Gonzaga, João Andrade, e Vitor Celine; 2007;

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito administrativo Maria Sylvia Zanella. Di Pietro-30. Ed Rev. Atual.e amplo.-forense,2017;

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella direito administrativo/Maria Sylvia Zanella di Pietro: _28.ed_ São Paulo: atlas, 2015;

DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS E FEM PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIROS DE RUSSAS (CE): Wordpress.com-publicado em 2012; acesso em 12 do 11 de 2019 às 21:10;

FURTADO, Lucas Rocha curso de direito administrativo- VILLA, Marco Antônio. Vida e morte do sertão. São Paulo; ética, 2000. trativo/Lucas Rocha Furtado e fem 9ª edição revista e atualizada e em Belo Horizonte; fórum, 2016; histórica

A Origem Histórica do órgão Estadual de Terra do Ceará; De Araújo, Romualdo Candóia em:

<https://ww.idace.gov.br> publicado em 20 de setembro de 2011_14:35; acesso em 04/11/2019 às 21:35;

Informativo DEAGRO - Fiesp

https://www.fiesp.com.br/saframundial_informativoDEAGRO, setembro de 2019_publicado em 11 de outubro de 2019. E, acesso em 17 de novembro de 2019 às 10:06;

ECOAGRO – empresa de consultoria

https://ecoagro.org.br_agronegócio no Brasil. Acesso em 18 de novembro de 2019 às 11:06;

MEIRELES, Henri Lopes direito administrativo brasileiro, hely Lopes Meirelles, José Manuel Burle filho-42.ed./atual até a emenda constitucional de 90,1 de 15 do nove de 2015. Em São Paulo: Malheiros, 2016;

POMPONET, André caminhos para o oeste: perspectivas para infraestrutura de transportes na Bahia-Bahia análise e dados: retrospectivas 2017 e perspectiva. Salvador, V. 17.n.3.p.1067-1076, out/dez.2007;

REVISTA GEOGRAFIA – Projeto de Pós-graduação em geografia da UFPE

Revista de geografia (UFPE) V.32, N°2,2015 aceito em 10 do sete de 2015; acesso em: 17 do 11 de 2019, às 19:30;

Catálogo de Publicações Editadas pela SUDENE- a problemática e a política da terra e a água no Nordeste. Recife: SUDENE, 1985. (Série projeto nordeste, 7);
[http\\www.revistappr.com.br](http://www.revistappr.com.br)

REPARAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO PATERNO-FILIAL

Natália Valente da Silva (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail:natalia.valente@fvj.br); Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail:jaksdouglas@fvj.br)

RESUMO

O foco do presente trabalho é discorrer acerca do abandono afetivo configurado como ato ilícito. Dessa forma, sendo capaz de ser alvo de reparação. O ordenamento jurídico por meio da legislação vigente e pelos princípios norteadores do Direito, asseguram a crianças e adolescentes, garantias fundamentais que são necessárias para o seu desenvolvimento e para sua proteção. A família é considerada a base da sociedade e o afeto, um valor essencial e relevante para a atual construção de família. Sob essa perspectiva, a omissão voluntária e a negligência dos genitores em relação a sua prole, são consideradas uma afronta as garantias fundamentais da criança. Baseando na premissa estabelecida pela legislação de que a convivência familiar e o cuidado empregado aos filhos são deveres, tais encargos não podem ser considerados facultativos, são obrigações que não são passíveis de omissão. A omissão voluntária e a negligência paterna se propagam na vida do infante de forma a lhe causar dor e mazelas, que podem ocasionar distúrbios psicológicos, refletindo nas suas interações sociais quando adulto, fora do âmbito familiar. Sob essa ótica, o abandono afetivo é uma afronta a essas garantias e pode ser considerado ato ilícito, possuindo os pressupostos que configuram como ilícito, pode ser alvo de reparação. A reparação se insere nessa situação específica, como uma medida de viés compensatório a vítima e educativo para a sociedade, no sentido de que demonstra que o abandono afetivo, embora seja recorrente na atualidade, não deveria ser banalizado.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Afeto. Família. Monetização do afeto. Responsabilidade Civil.

INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico tutela e protege os objetos importantes para a sociedade e para o indivíduo. Nesse sentido, a família e as nuances que a envolvem, se tornam o centro no Direito de Família. Com as mudanças na construção da família e o reconhecimento da afetividade como laço principal do núcleo familiar, o afeto também passou a ser reconhecido como elemento essencial na educação das crianças e adolescentes.

A família é o primeiro vínculo que o indivíduo tem, as interações e os aprendizados que decorrem das relações familiares, influenciam diretamente no desenvolvimento do infante, é por meio do núcleo familiar que será adquirido valores morais, éticos e que influenciarão futuramente nas interações sociais.

A criança e o adolescente, em virtude da sua vulnerabilidade, são dependentes totalmente ou parcialmente dos seus genitores. Para um desenvolvimento sadio é necessário um conjunto de fatores que propiciam a evolução do menor. A Constituição Federal, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente preceituam as normas que os pais e familiares precisam desempenhar e guardam os direitos e garantias fundamentais inerentes às crianças e adolescentes.

Mesmo não sendo descrito expressamente sobre o afeto, as normas constitucionais estipulam os cuidados e os deveres que os genitores devem ter em relação à sua prole, bem como regula a obrigatoriedade de ambos os pais exercerem as suas funções.

A desobrigação de cuidados ao filho por vontade própria, demonstra uma quebra das normas que são impetradas na Constituição Federal e nas legislações pertinentes às crianças e adolescentes.

O exercício do poder familiar, está ligada não só às obrigações materiais e de sustento físico, mas à atenção e zelo que uma criança necessita. Apesar da normatização de cuidados e deveres que os pais devem ter, não há nenhuma estipulação legislativa, referente à responsabilidade civil, quando o pai ou a mãe decide se ausentar sem justificativa da educação e cuidado da sua prole. Dessa forma, o afeto se torna o próprio bem jurídico tutelado para ser alvo de reparação no abandono afetivo, quando estiverem elencados os pressupostos da responsabilidade civil.

Embora já exista decisões favoráveis nos casos de abandono afetivo, a comunidade jurídica ainda tem divergências acerca do cabimento da ação, sob a justificativa de que não há como exigir reparação no caso de abandono afetivo, pois não há como cobrar amor ou afeto.

A reparação por abandono afetivo não tem a finalidade de comprar o afeto e o cuidado dos genitores, que visto de uma visão sensível e humana, não deveria ser cobrado judicialmente, pois é um sentimento que deveria ser natural. Também não há como impor valor em uma ausência e o afeto, nenhum cálculo poderia quantificar essa privação.

Nesse sentido, a reparação tem o intuito de compensação pelo dano sofrido à vítima, porém, também tem finalidade educativa. Demonstrar à sociedade que a educação e o zelo que deve ser empregado ao filho não é facultativa e a ausência injustificada da educação dos filhos, configura ato ilícito. Dessa forma, visando prevenir o abandono injustificado de menores. O presente trabalho acadêmico busca através da legislação vigente e à luz de posicionamentos doutrinários de juristas relevantes como Maria Berenice Dias, Pablo Stolze, Giselda Hironaka, entre outros, estabelecer como possível a ação de reparação por abandono afetivo, debatendo as divergências acerca do tema e enfatizando o afeto como valor essencial na educação e conseqüentemente na educação de crianças e adolescentes.

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica se baseou em juristas relevantes, tais como: Dias (2021), Diniz (2018), Fernandes (2015), Gonçalves e Lenza (2020), Venosa (2017), Gagliano e Filho (2021), Hironaka (2006) e Nascimento (2017), de modo a embasar e enriquecer o presente trabalho acadêmico.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi feita através da legislação (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil), artigos publicados em revistas jurídicas, doutrinas, artigos em sites jurídicos. Assim como a pesquisa documental, foi desenvolvida através de estudo do Recurso Especial 7574113 do Superior Tribunal de Justiça.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A possibilidade de reparação por abandono afetivo, é um tema conturbado, pois ainda existem divergências entre os doutrinadores e na jurisprudência. Porém, a partir das mudanças sofridas na construção da família e a ênfase do afeto como o principal elo norteador das relações familiares, é possível atribuir a importância do afeto também na educação da criança e do adolescente. Dessa forma, a ausência dos genitores configurada como negligência, traz danos não só para o desenvolvimento do indivíduo, mas no sentido social.

A finalidade da reparação por abandono afetivo, além de compensar os danos causados à vítima, tem função preventiva. A relevância que isso tem para a sociedade, é de

demonstrar que não é possível escolher se ausentar da vida de um filho, embora esse comportamento já esteja tão presente, que acaba sendo despercebido e até mesmo banalizado. Existe uma ideia pré-estabelecida de que o sustento pecuniário é o suficiente, quando na verdade, é um dos requisitos básicos para uma formação saudável. O desenvolvimento saudável de uma criança e adolescente se atribui a um conjunto de fatores, dentre os quais, uma convivência sadia com os familiares, aprendizado por meio de diálogo, mas também, pelo exemplo adquirido no seio familiar, acesso à educação, um lar seguro em que ela tenha liberdade para se desenvolver física, psíquica e emocionalmente.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14ª edição revista, atualizada e ampliada -. Salvador: Editora Juspodivm, 2021. p.144 e 410.

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil: responsabilidade civil**. Caxias do Sul, RS: Editora Educs, 2013, p.130 e 136.

NASCIMENTO, Suzana Amorim do. **A responsabilidade civil dos pais pelo abandono afetivo dos filhos: as mudanças no direito contemporâneo e a contradição entre o dinheiro e o afeto**. Revista Fórum de Direito Civil – RFDC, Belo Horizonte, ano 6, n. 15, maio/ago. 2017.

FARIAS, C. C. D.; ROSENVALD, N. **Novo tratado de responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019, p.503 e 516-518.

A CULTURA DO PATRIARCADO E A CULPABILIZAÇÃO DAS MULHERES VITIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: ANÁLISE HISTÓRICA E MIDIÁTICA

Bruna Roberta Oliveira Rocha (Aluna do Curso de graduação em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: bruna.rocha@fvj.br), Jackeline Ribeiro e Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br)

RESUMO

A discussão principal deste trabalho acadêmico trata da influência da mídia sobre a sociedade, em destaque sobre o judiciário com ênfase na repercussão sobre o veredicto correto. Sendo pautada a história da origem na mídia no Brasil até a atualidade. Ressalta o conflito entre o direito de imprensa e o princípio jurídico da presunção da inocência e o pré-conceito e a presente que ocorre. Consta um breve estudo da obra literária o conto da aia de Margaret Atwood, extraindo trechos do livro e relacionando com o machismo e patriarcado passado e presente na nossa sociedade. Faz-se uma relação entre a obra literária e a realidade de algumas mulheres em determinadas culturas pelo mundo. O segundo capítulo objetiva discutir sobre o machismo impetrado na sociedade que leva a culpabilização da mulher vítima de violência sexual.

Palavras-chave: Mídia. Influência. culpabilização.

INTRODUÇÃO

Essa monografia se divide em três tópicos, o primeiro traz como objetivo discutir sobre o machismo impetrado na sociedade que leva a culpabilização da mulher vítima de violência sexual. Consta-se que, em uma sociedade em presente progresso, têm-se retrocessos enraizados ainda quanto à liberdade feminina, como na forma de culpar a mulher diante do crime de estupro por questões de comportamentos, vestes, entre outros, que as pessoas atrelam a uma suposta facilidade demonstrada pela própria mulher.

No que concerne à citada culpabilização da vítima, esta é um dos objetos principais do estudo, na premissa de tentar demonstrar de onde ela surgiu e quais suas consequências no tratamento da vítima. Busca-se formas de defini-la e detalhar como é executada pela sociedade de forma geral, inclusive pessoas que deveriam ser livres de tal pensamento como profissionais do direito.

A culpabilização pautada nada mais é que o ato de desvalorizar, desacreditar na vítima de violência sexual, considerando-a responsável pelo acontecido. A revitimização está ligada diretamente para o motivo em que muitas mulheres desistem da denúncia. Ficam com receio de serem desacreditadas por todos e serem abandonadas pela justiça.

É possível notar que cada vez mais a mídia e a imprensa vêm sendo responsáveis por influenciar decisões e julgamentos judiciais eles detêm do poder de criar comoção pública que faz com que determinado caso ganhe grande repercussão, esse estudo se dá pela tentativa de uma melhor compreensão e análise da influência causada pela imprensa e pela mídia aos casos judiciais que muitas vezes corrompem as decisões do juiz. A pergunta problema é como a mídia pode combater a culpabilização das mulheres vítimas de violência sexual e o patriarcado e ainda exercer a liberdade de imprensa sem ofender os direitos constitucionais do acusado?

O objetivo geral é analisar como a mídia pode influenciar tanto na culpabilização quanto no judiciário. Buscar-se-á perante este estudo verificar de que forma as políticas públicas podem vir a minimizar a culpabilização das mulheres vítimas de violência sexual, criar um meio que a mídia possa se expressar sem ferir os direitos fundamentais e analisar a relação existente entre o comportamento machista e a culpabilização da mulher vítima de violência sexual. A

metodologia seguida para a elaboração deste projeto idealiza a revisão bibliográfica e documental, com o intuito de descrever e examinar os aspectos presente no tema em estudo. Buscando assim, compreender o papel e o poder da mídia

METODOLOGIA

A metodologia adotada é descritivo-analítica, com pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem adotada é qualitativa, usou-se de suporte teórico de obras doutrinárias, periódicos e artigos científicos especializados no assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de culpabilização guarda relação com o termo “revitimização”. Segundo Ana Lucia da Costa (2018), a revitimização, se dá, por exemplo, quando “vítimas de abuso sexual, são obrigados a reviver a violência, em função do próprio sistema judiciário e da persecução penal” (COSTA, 2018, ONLINE). Ademais, cita-se, também, em casos de crimes contra mulheres, os questionamentos usualmente formulados, tais como a roupa da vítima, o nível de ingestão de bebidas alcoólica, a conduta social – ou seja, perguntas que sugerem a culpa da vítima pela violência sofrida. O estudo da revitimização exige, também, a análise contextual de suas causas: a sociedade e a cultura do patriarcado e o machismo.

As relações de gênero são compreendidas a partir da construção social do masculino e do feminino, e a violência de gênero se produz e se reproduz nas relações antagônicas de poder, a partir da herança do patriarcado, legitimando a dominação do homem, afirmando a superioridade masculina e reforçando a inferioridade das mulheres, conferindo a violência como algo natural.

Analisando os últimos casos que tiveram coberturas jornalistas reforçam estereótipos e culpabilizam a mulher, abordando o crime de forma sensacionalista, desrespeitando vítimas e seus familiares, gerando assim uma manipulação com a opinião pública gerando pré-conceito sobre a imagem da mulher levando assim a ser realizada a culpabilização em massa sobre a vítima

O papel que a mídia exerce diante do judiciário, a sua influência positiva quando ao pedido de justiça e celeridade processual e o lado negativo que leva a culpabilização. O desafio consiste em estabelecer a conexão entre as duas questões de maneira que exista apenas o lado positivo dessa união.

Garantia política de todo cidadão defende que o estado de inocência só pode ser afastado diante de prova plena do ilícito, e desde que respeitado o devido processo legal. A regra de julgamento apenas permite a condenação caso não reste dúvidas acerca da autoria do crime. A regra de tratamento impõe que o réu deve ser tratado como inocente durante todo o processo, só podendo ser tratado como culpado, após o transitado em julgado de sentença penal condenatória.

Na esfera penal a mídia exerce um importante papel, observando que auxilia a atividade de investigação do estado. Entretanto, quando é veiculada por meio dela ocorrências policiais, é comum a vinculação de nomes, imagens, etc. levando a um pré-julgamento e ainda a uma sentença ao acusado mesmo antes do fim do processo legal.

Segundo Dalmo de Abreu Dallari (1980, p. 61) é indispensável a correta atuação da mídia, pois o acusado ou suspeito “é um indivíduo na plenitude de seus direitos.” E completa “mesmo se preso preventivamente, tiver confesso seu crime, ele, ainda, é juridicamente inocente, e como tal deve ser respeitado pela imprensa.” Ou seja, o jornalismo investigativo deve abordar com cautela matéria desse tipo.

A mídia é capaz de influenciar no judiciário é algo já incorporado pelas pessoas, ou seja, algo já comum no meio social, tem-se a consciência que uma notícia, quando veiculada repetidas vezes, obviamente atingindo um maior número de receptores, esses que já possuem uma bagagem cultural e “pré-conceitos”, poderá gerar um clamor social e, conseqüentemente, modular a opinião pública.

CONCLUSÕES

Com base no estudo realizado foi possível notar-se que a mídia contribuiu muito para a circulação necessária de informações, criando assim o seu espaço, pois nas pesquisas realizadas ficou claro que em diversas épocas houve algum tipo de repressão sobre a mídia, principalmente pelo medo do seu grande potencial influenciador e político. Essa repressão variou de tempos em tempos, e vale mencionar que ocorreu não somente no Brasil, mas no mundo todo.

O presente trabalho tem o desígnio demonstrar que quando a mídia, em seu conceito geral, faz matérias de clamor público e publicam matérias de forma equivocada com o exclusivo intuito de ganhar maior visibilidade a conseqüente venda do seu produto, por muitas vezes ocorre a violação de dispositivos constitucionais que são base para o julgamento criminal justo.

O patriarcado e a culpabilização da mídia fazem-se relação em uma análise da obra literária: o conto da aia. Verifica-se que a mídia possui diversos meios para influenciar a sociedade. A obra de Margaret Atwood traz a sua própria concepção das definições de patriarcado e culpabilização e como elas podem levar a perda de direitos graduais

Concluo enfatizando que a culpabilização das mulheres vítimas de violência sexual é algo que traz erro a imagem da vítima e não deve ser disseminado para tala mídia é um importante meio de comunicação que usada de forma correta pode auxiliar na luta contra o fim do patriarcado impetrado na sociedade.

REFERÊNCIAS

ATWOOD, Margaret. O Conto da Aia. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

VERDÉLIO, Andreia. Machismo leva à culpabilização da vítima de violência sexual, diz especialista. SET, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-09/machismo-leva-culpabilizacao-da-vitima-de-violencia-sexual-diz>. Acesso em: 20.mar.2021

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Renascer do direito**. São Paulo: Saraiva, 1980. p. 61.

GONÇALVEZ, Marina. **A assustadora semelhança de "The handmaid's tale" com a realidade de mulheres no Irã, Nigéria e Arábia Saudita** disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/mundo/noticia/2018/07/assustadora-semelhanca-de-handmaids-tale-com-realidade-de-mulheres-no-ira-nigeria-e-arabia-saudita.html>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PRECEDENTES JUDICIAIS: FORMAÇÃO E RELEVÂNCIA

Marcus Rafael Carvalho de Oliveira60 (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, E-mail: rafaelcaeh100@gmail.com), Orientador: Alfredo Narciso da Costa Neto (Professor de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Mestre. Advogado. E-mail: alfredonarcisoadv@yahoo.com.br)

RESUMO

O presente estudo objetiva ofertar subsídios para toda e qualquer pessoa, em especial os estudantes de direito, que se interesse pelo tema: precedentes judiciais tomando por base as orientações do Novo Código de Processo Civil e de forma norteadora no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Essa delimitação se faz necessária pelo fato de o Código antigo também tratar de forma sucinta o tema. Outro ponto importante a ser tratado diz respeito aos sistemas: *common law* e *civil law*. A primeira, foco maior do nosso estudo, trata da importância dos casos concretos na formação dos precedentes. Diferente do *civil law*, mais ligado à legislação escrita. Tomando por base o referencial teórico defendido por Dhorkin, ou seja, A compreensão do Direito pela ótica da Hermenêutica filosófica. Faz necessário decorrer sobre alguns dispositivos importantes do CPC/15, como por exemplo o artigo 927, assim como as suas ideias implícitas, dessa forma indo além do que um simples artigo. Trazendo ideias importantes para o trabalho como: *distinguish* e do *overruling*. O *distinguish* consiste no afastamento da aplicação dos precedentes de acordo com o caso concreto. Já o *overruling* traz a ideia da superação do precedente em relação ao novo caso.

Palavras-chave: *Civil law*. Código de Processo Civil. *Common law*. Precedentes. Superior Tribunal de Justiça.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco aprofundar os precedentes judiciais presentes no Código de Processo Civil de 2015, e que se impõem como preceitos delimitadores à atuação do Superior Tribunal de Justiça. O estudo destaca conceitos importantes para o entendimento da formação dos precedentes, como recursos representativos de controvérsias, recursos repetitivos, incidentes de assunção de competência. É notória a importância e a aplicabilidade do precedente no novo diploma processual, sendo necessário fazer com que o assunto seja abordado de forma vasta para que o seu objetivo seja alcançado, assim como os benefícios anunciados pela sua prática. É imprescindível falar, nesse momento, de duas concepções do direito: *common law* e *civil law*. Apesar do Brasil predominar o *civil law*, principalmente por influência do direito português, vem admitindo o uso e a importância da outra vertente. Porém nenhum sistema mencionado defende o fim das leis escritas como forma de garantia da segurança jurídica. A instituição do novo Código de Processo Civil, aprovado sob a Lei 13105 de 16 de março de 2015, expressa no Art. 927, que os juízes e tribunais observarão as decisões e enunciados de súmulas vinculantes, assim como enunciados e das sumulas em matérias constitucionais do STF e STJ. Por fim, se dará importância às orientações dos órgãos especiais dos tribunais vinculados. É possível verificar-se várias tentativas de estabilização do Direito, assim como de racionalização das atividades jurisdicionais. De forma introdutória, foi realizado um apanhado de ideias e conceitos sobre o assunto em estudo, buscando conciliar essa irretratável evolução jurídica a uma evolução cultural.

MARCO TEÓRICO

O enriquecimento do sistema jurídico em relação aos precedentes se dá no sentido de que essa decisão possa no futuro servir de orientação. Não se trata de uma interpretação subjetiva, mas de uma decisão sobre um caso concreto, seja uma sentença ou um acórdão, dependendo do

significado hermenêutico, essa mesma interpretação servirá de subsídio para casos posteriores. Entende-se por precedente uma decisão judicial, mas não se trata de qualquer decisão. Essa decisão precisa trazer acréscimo de sentido e exercer função de mediação entre texto e realidade (LOPES FILHO, 2020, p. 300). Dessa forma, pode-se dizer que nem toda decisão seja um precedente, nem mesmo que essa decisão seja importante no futuro o direito. Observa-se, nessa missão, o uso da hermenêutica para facilitar a mediação entre lei e realidade social. Faz-se necessário mencionar a diferença entre precedente e caso julgado. Segundo Lopes Filho (2020, p. 302), “o último não traz um ganho hermenêutico, pois tem como intenção resolver controvérsias entre as partes, apenas. Já o precedente, tem um ganho hermenêutico porque após solucionar uma controvérsia, terá uso prolongado”. Pode-se falar em desenvolver 15 um padrão de decisão, visto que o caso é importante. E possivelmente, já se observa a interposição de casos semelhantes em lapso de tempo. Nesse contexto, revela o norte-americano Ronald Dworkin (1999, p. 113) que “o voto de qualquer juiz é, em si, uma peça filosófica do direito, mesmo quando a filosofia está oculta e o argumento visível é denominado por citações e listas de fatos. A doutrina é a parte da jurisdição, o prologo silencioso de qualquer veredito”. A tradição jurídica, conforme convencionou-se acima, do *common law* – direito comum – pressupõe -se como um direito tipicamente costumeiro, construído no âmbito dos tribunais, a partir das relações sociais. Assim, leva-se em conta e privilegia todo o histórico do desenvolvimento social, o qual vem se moldando ao longo dos anos (BORGES DO VALE, p. 34). Essa tradição iniciou-se na Inglaterra, logo se espalhando pelos países de língua inglesa. Conforme Vale (2019, p. 34), é possível inferir que o marco de consolidação se deu após a conquista da Normandia. O direito inicialmente foi influenciado pelo jusnaturalista racionalista. Em seguida, pelo positivismo exegético. Verifica-se a aproximação dessas teorias com a produção legislativa. Assim, tem-se por base a Filosofia inglesa. O realismo jurídico não se aproximou da Filosofia, alegando que não se fazia importante para resolver os problemas do positivismo. Para o realismo, o Direito é aquilo que os tribunais decidem. Hart se aproxima da filosofia da consciência, usando como princípio da sua teoria a sociologia descritiva. Para o positivismo hartiano, o uso das palavras deve servir de base para o estudo jurídico. A Hermenêutica filosófica adequa-se mais a esse processo, ao passo que afasta o subjetivismo. Entende-se que se impossível o legislador se antecipar a toda e qualquer situação. Porém, prescreve que o julgador tenha autonomia para avaliar as situações práticas para chegar a um direito efetivo, obtendo uma segurança jurídica, ou seja, o juiz ao aplicar a lei não se sujeita às decisões dos tribunais.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa tomou-se como método a revisão bibliográfica. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 131), a finalidade da pesquisa científica de caráter bibliográfico “não é apenas um relatório ou uma descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos”. Concebe-se, portanto, que a pesquisa bibliográfica transcende ao caráter puramente exemplificatório, no qual são destacados conceitos desenvolvidos pelos teóricos que convergem 12 ou divergem dentro do campo da cientificidade. Ela aporta no caráter interpretativo, aspecto que necessita da inferência do pesquisador para fundamentar sua concepção a respeito do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível destacar aspectos importantes de precedentes judiciais, contidos no ordenamento jurídico do país, observando os impactos que os mesmos propiciam para a formação do pensamento e do comportamento jurídico e toda a relevância para a ajustamento de conduta pessoal e social. Evidenciou-se, inicialmente que há uma razoabilidade temporal na composição dos processos, mas não atende ainda as necessidades do mundo contemporâneo, pois ao longo da história a justiça acumulou uma demanda superior à sua capacidade interventiva. Esse aspecto acaba por favorecer que o trâmite regular das demandas judiciais ocorra de forma lenta, implicando na celeridade da justiça, pois o lapso temporal entre a petição inicial e o trânsito tramitado em julgado consome um espaço temporal imenso, desgastando o direito e o sentimento de justiça pela sociedade. É certo que, a justiça se consolida por meio do direito como matriz fundamental para a promoção da justiça, estruturada em procedimentos que dê celeridade ao trâmite temporal sem perder a qualidade da prestação jurisdicional. É notório que o tempo no cenário da justiça pode definir sua utilidade social, ou seja, se a justiça, por meio de suas instituições, apresenta a sociedade uma resposta rápida ao fato concreto, expressa a todos uma compreensão de que o bem sobrepõe ao mal, contudo, quando ocorre o contrário e, a morosidade principia no próprio andamento dos procedimentos processuais mais simples, contraindo obstáculos e dificuldades para a conclusão do problema, culmina por comprometer a credibilidade das garantias processuais e do próprio fazer da justiça. Outro aspecto observado no desenvolvimento deste trabalho consistiu na compreensão que o acesso à ordem jurídica justa diz que as decisões oriundas do judiciário devem ir em encontro a igualdade de tratamento dos litigantes, bem que sejam previsíveis, seguras e efetivas, buscando a concretização dos direitos fundamentais, nesse caso específico, obedecendo a razoável duração do processo. Buscando e apresentando soluções com base em parâmetro justificável e seguro. Conclui-se, portanto, destacar que na atual prática forense, ainda se vislumbra situações em que o juízo de piso se manifesta em sentido contrário ao que vaticinou, por exemplo, O superior Tribunal de Justiça, em sede de decisão não vinculante, de tal sorte que a interposição de recursos, com vistas a levar a matéria à apreciação da Corte cidadã, a fim de que prevaleça o já pacificado entendimento do STJ. Nesse sentido, verifica-se que todo os passos após a sentença do juiz de primeiro grau poderiam ter sido evitados, pois a decisão poderia ter sido decidida em função do entendimento já consolidada.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Samuel Miranda. **O direito fundamental à razoável duração do processo**. Brasília: Brasília jurídica, 2006.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Poderes instrutórios do Juiz**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DWORKIN, Ronald. **O império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

LOPES FILHO, Juraci Mourão. **Os precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro**. Salvador: JusPodivm, 2020.

VALE, Luís Manoel Borges do. **Precedentes vinculantes no processo civil brasileiro e a razoável duração do processo**. 1.ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2019.

FEMINICÍDIO: CIRCUNSTÂNCIA QUALIFICADORA DO HOMICÍDIO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Francisca Fabiana Leandro Lopes¹ (Aluna do Curso de graduação em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: fabiana.lobes@fvj.br), Jackeline Ribeiro e Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo geral analisar os casos de feminicídio no Brasil, destacando a inserção do Feminicídio, feita pela Lei 13.104/2015 e suas motivações. Assim, este estudo tem por objetivo específico analisar a violência contra a mulher com enfoque na tipificação do feminicídio. O método utilizado, constituiu-se em um levantamento de fontes teóricas e documentais, esta temática embasa a seguinte questão de partida: O direito penal pode ser instrumento no combate à violência de gênero? O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, foi abordado a origem da violência e mecanismos de proteção como a criação da lei Maria da Penha, e lei do feminicídio. No segundo, analisou-se a violência doméstica como a tipificação do feminicídio e dados do mapa da violência 2015. Por fim, o terceiro discorre - se acerca da violência intrafamiliar em decorrência da pandemia, e políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica.

Palavras-Chave: Feminicídio. Qualificadora. Lei 11.340/2006. Violência Doméstica.

INTRODUÇÃO

Durante séculos a mulher foi vítima da opressão, fruto do sistema patriarcal que molda a sociedade. Esse fator tornou o processo de emancipação da mulher numa tarefa árdua, as mais diversas formas de violência contra as mulheres são as manifestações das desigualdades, construídas historicamente, que ainda se encontram presentes em um contexto social, cultural e econômico que perdurou durante séculos até alcançar o status que possui hoje.

Os movimentos que buscam condições igualitárias para mulheres há anos atuam e tomam forma e força, através dos mais diversos meios de comunicação. Entretanto, apesar da ampla divulgação e das conquistas legais que visam a proteção da mulher, muito há que se fazer para que a violência contra a mulher saia da invisibilidade. A Constituição Federal de 1988 possibilitou a criação e ampliação de medidas de enfrentamento aos direitos das mulheres.

Com a evolução da sociedade e os altos índices de morte de mulheres houve a necessidade de o Estado tratar com maior rigidez tais crimes, portanto, além da lei Maria da Penha a Lei nº 13.104/2015 de 09 de março lei do feminicídio, alterou o art. 121 do Código Penal trazendo uma inovação para o crime de feminicídio com a alteração, foi introduzido uma nova seção qualificadora dos homicídios, o que torna a pena maior definindo-o como uma qualificadora do homicídio doloso, de competência do Tribunal do Júri expressamente rotulado no rol de crimes hediondos.

Diante desta situação emblemática exposta, o presente estudo busca analisar o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio no sistema penal brasileiro e como o direito penal pode ser instrumento no combate à violência de gênero. Esta temática embasa a seguinte questão de partida: O direito penal pode ser instrumento no combate à violência de gênero?

Este presente estudo tem como objetivo geral analisar os casos de feminicídio no Brasil, destacando a inserção legislativa do Feminicídio, feita pela Lei 13.104 de 2015 e as motivações que levam ao feminicídio em uma perspectiva histórica e social, busca-se analisar maneiras de enfrentamento e prevenção .

Assim, o objetivo específico deste estudo é analisar a violência contra a mulher com enfoque na tipificação do feminicídio como qualificadora do homicídio, com base na Lei nº13.104/2015, e à tipificação da qualificadora do feminicídio no rol dos crimes hediondos. E identificar o aumento de morte de mulheres vítimas de feminicídio e Interpretar de forma sistemática os tipos de violência de acordo com o artigo 5º da lei Maria da Penha que configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero.

METODOLOGIA

O método utilizado para tanto, é descritivo analítico constituiu-se em levantamento de fontes teóricas e documentais no universo de registros sobre feminicídio em banco de dados secundário e produção científica nacional sobre direito penal e violência doméstica e de gênero. E a pesquisa foi em grande parte análise documentais, legislação vigente e em sites e doutrina. O estudo utilizado foi uma pesquisa qualitativa ,sendo abordado aspectos subjetivos de fenômenos e comportamentos sociais .

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Flávia Piovesan (2012, p. 73), os direitos humanos das mulheres “refletem, a todo tempo, a história de um combate, mediante processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana, como invoca, em sua complexidade e dinâmica, o movimento feminista, em sua trajetória plural .”

A violência contra a mulher tem raízes profundas que estão situadas ao longo da história sendo, portanto, visível sua desconstrução. A passos lentos, somente em 1988 houve a necessidade de a Constituição Federal inserir, em seu artigo 226, § 8º, a igualdade os direitos entre homens e mulheres, o que tornou o Estado responsável para criar mecanismos que reprimissem a violência no âmbito das relações familiares.

Na busca pelo o fortalecimento do combate à violência contra a mulher a Lei nº 13.104/2015 - lei do feminicídio - trouxe em seu texto a busca de uma luta legal pelo combate da violência doméstica, familiar e menosprezo à condição de mulher, considera-se assim que a qualificadora associada é a subjetiva, pois no feminicídio a qualidade do crime é o sexo feminino.

Para Rogério Sanches, (2018, p. 65) se a conduta do agente é movida pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher, aí sim temos feminicídio. No entanto, é importante observar que a lei 13.104/2015, que introduziu o feminicídio como uma das qualificadoras do crime de homicídio, alterou o Código Penal brasileiro, punindo de forma mais rigorosa os agressores que cometerem o homicídio em função da condição do sexo do gênero.

Ao tipificar esse delito, para o crime de feminicídio e classificá-lo como crime hediondo, esperava-se que houvesse uma mudança radical na redução da sua prática. Contudo, ainda temos dados alarmantes é essa invisibilidade que mata. Nesse contexto, há uma necessidade de maior proteção à mulher a partir de uma análise dos instrumentos do Direito Penal fundado em um tratamento punitivo mais severo no que se refere aos crimes de violência contra a mulher.

CONCLUSÕES

Nesse sentido, conclui-se que o Brasil continua a ser um país violento para as mulheres, analisa-se a violência doméstica e familiar, sexual, psicológica, moral, altas taxas de homicídios de mulheres por condição de gênero tipificados como feminicídio. Demonstra-se a necessidade de uma ação mais incisiva da esfera governamental no

enfrentamento da questão da violência contra a mulher no atual contexto, advindo de uma cultura com profundas raízes históricas e disseminada na sociedade.

No entanto, mudanças continuam a acontecer no sentido de reverter a trágica realidade que vivenciam as mulheres em relação a insegurança, muito tem sido feito para que as leis e políticas públicas possam ser efetivamente implementadas e mais mulheres encontrem condições para acessar direitos e encontrar justiça e as respectivas políticas públicas de enfrentamento a esse grave problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PIOVESAN, Flávia. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres*. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 70-89, 30 de maio de 2021

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres**. Pdf. Casa Civil, Brasília-DF, 2006.

Lopes, Wanessa Kelly Pinheiro. "Do Global ao Especial: **Normas Internacionais e Normas Internas de Proteção à Mulher**." *Revista Direito & Dialogicidade* 6.1 (2015): 28-44. Pdf 03/06/2021

CUNHA, R. S. **Manual de Direito Penal: Parte Especial**. 10.ed.São Paulo: Editora Jusodivm, 2018.

A VIOLÊNCIA COMEÇA ONDE TERMINA A FALA. Disponível em: <<http://osascoemfoco.com.br/2019/03/08/feminicidio/>>. Acesso 28 mar 2021.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784> Acesso em: 15, maio de 2021.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO .DOSSIÊ FEMINICÍDIO 2015.Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/#brasil-e-o-5o-no-ranking-de-homicidios-de-mulheres> Acessado em 14/06/2021

ANÁLISE DO PAPEL DO CONSELHO TUTELAR DENTRO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Antonia Rosirene Oliveira da Silva (Aluna do Curso de Direito (60) da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: antonia.rosirene@fvj.com. Orientador Alisson Assunção Silva (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e mail: alisson_assuncao@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva, principalmente, detectar as atribuições do Conselho Tutelar dentro da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes. Trata da importância de conhecer o órgão, sua previsão legal e a atuação dos conselheiros tutelares da sociedade e demais órgãos da rede de proteção. Pretende-se discorrer o tema enfatizando o nascimento do Conselho Tutelar, sua história, atribuições, mandatos dos conselheiros, perfil dos conselheiros e suas atribuições dentro do Sistema de Garantia de Direitos. No que diz respeito a fins acadêmicos, em especial dos Direitos Humanos, a relevância desse estudo é refletir sobre deficiências e estagnação do papel primordial que é atribuído ao Conselho Tutelar.

Palavras-Chave: Atribuições. Conselho Tutelar. Sistema de garantias. Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

A atenção às crianças e adolescentes no Brasil é retratada em uma história de humilhações, a vida precária em que estavam inseridas ganhavam um agravante quando eram filhas de mães solteiras e/ou muito pobres. . Acompanhando a história da evolução de direitos de crianças e adolescentes, pode -se observar que a condição econômico-financeira, o século e até a década em que viveu, a criação dada pela família, a cultura na qual está inserida e por que não dizer até a sorte ou o destino, retrata as diversas conjunturas que a infância é vivida de maneira distinta por cada criança, oferecendo a estas experiências diversificadas que definirão a contribuição de forma benéfica, ou não,

em todos os estágios de sua evolução do ser humano. A primeira lei direcionada para crianças e adolescentes em situação irregular foi criada somente em 1979, mas somente com a Constituição Federal de 1988 é que ocorreram avanços significativos na garantia dos direitos fundamentais e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990 que passa a regular o artigo 227 da Constituição Federal, tornando-se um marco das garantias dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Portanto, o Conselho Tutelar (CT) surgiu após a previsão legal no ECA. É possível observar algumas características que lhe são peculiares, podendo, desta forma, ser conceituado conforme o que dispõe o Art. 131 do ECA, como sendo um “órgão municipal, permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.” Estudar o Conselho Tutelar é importante, pois o conhecimento no tocante ao funcionamento do órgão e sua atuação dentro do SGDCA, inibe práticas ilegais dentro dos Conselhos. A análise do papel do CT dentro do Sistema em Rede proporcionará um futuro mais positivo no que diz respeito em proteger crianças e adolescentes em situação de risco em todos os âmbitos inseridos. Sua relevância social será a partir da comunicação relevante para todos que tenham interesse em saber o funcionamento do Conselho Tutelar, sua importância e atuação, assim como, esclarecer os conselheiros, e sociedade em geral, sobre o papel social que exercem; contribuindo para uma consolidação da forma de atuar e inibindo variadas formas de distorcer essa atuação, fortalecendo o trabalho dos Conselhos e positivando sua imagem dentro da sociedade brasileira.

MARCO TEÓRICO

A partir das experiências infantis sobre a visualização do papel do Conselho Tutelar, a identificação da deturpação desse papel, como pergunta norteadora da pesquisa usou - se: Quais as principais dificuldades do Conselho Tutelar dentro de uma perspectiva de resolução de conflitos e nas denúncias de violação dos direitos infanto juvenis previstos no ECA?

Os objetivos buscados, consistem em discutir a atuação do Conselho Tutelar, identificar as posturas que o levam a uma atuação não efetiva, e também os desafios a serem ultrapassados dentro do SGDA.

METODOLOGIA

Através do referencial teórico, pesquisas bibliográficas, utilização de livros, artigos científicos e leis específicas, buscou -se articular uma linha de pensamento para que se possa alinhar, compreender e efetivar um pensamento sobre a atuação do CT, onde possa haver a compreensão de proteção social e os direitos da criança e adolescentes, intuindo a compreensão da instituição democrática.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente estudo traz como resultado mostrar para os membros das comunidades que o Conselho Tutelar tem e deve ser, a ferramenta do município para proteger a infância e a juventude e não serem objetos de manipulação dos partidos políticos, muito menos, serem confundidos como um órgão inimigo, opressor e que penaliza crianças e adolescentes e substituem a responsabilidade dos pais. Buscando - se com esse estudo identificar as principais posturas que desvirtuam as atribuições dos Conselho Tutelar como forma de implementar medidas mitigadoras específicas para conseguir alcançar êxito na atuação dos Conselho frente à população infanto/ juvenil em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 03 de março de 2020.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. 14 Jul 1990. Disponível: > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm< Acesso em: 04 de abr. de 2020

_____. Resolução 139 Do Conanda, de 17 de março de 2010. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Secretaria de Direitos Humanos**, Alagoas, 17 Mar. 2010. Disponível em:>http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/legislacao/outras/2011_03_22_Resolucao-139-do-Conanda.pdf< Acesso em: 02 março 2020.

LIRA, Samira Valentim Gama et al. Articulação Entre Conselho Tutelar e o Setor Saúde no Enfrentamento a Violência Intrafamiliar. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 16, p. 821-835, ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018000200821&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Dez. 2020.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE DA (IN) APLICABILIDADE

Francisco Evanildo Pereira (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: Evanildo.pereira@fvj.br);

Orientador: **Francisco das Chagas da Silva** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: francisco.silva@fvj.br).

Co-Orientadora: **Luana Prado** (professora-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: luana.prado@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica e tem por objetivo analisar como a literatura jurídica e científica observam os princípios constitucionais e sua (in)aplicabilidade na administração pública, na gestão do Estado. A Constituição Federal, em seu artigo 37, estabelece um rol de princípios que objetiva normatizar as ações do ente público e seus gestores, com finalidade de promover o desenvolvimento social e o bem-estar da coletividade. Ao condicionar a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, evidencia a preocupação que os legisladores observaram com as práticas administrativas dos gestores públicos, na tentativa de controle administrativo e exclusão de práticas como o abuso de poder, a falta de ética, a corrupção e a inoperância da máquina pública e da inaplicabilidade da lei.

Palavras-chave: Administração pública. (in)aplicabilidade da lei. Princípios da administração. Gestão pública.

1 INTRODUÇÃO

A literatura e os fatos jurídicos têm apontado que os atos administrativos de gestores público têm contrariado os preceitos previstos pelos princípios constitucionais da “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988), contidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Desta forma, percebe-se que há desvios de condutas que culminam por tornar a gestão pública espaços de negócios com interesses próprios e pessoais, aspectos que desconstruem todo o campo legal para o qual foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Inclui-se, no campo teórico desta pesquisa, apresentar os conceitos e as finalidades para as quais foram constituídas a gestão pública, na perspectiva de elaborar algumas razões que levaram a personalização e, até mesmo, a privatização dos espaços públicos, aspectos que desencadearam os desvios de finalidades e as práticas ilícitas dentro dos órgãos públicos neste país.

Assim, é comum associar o poder público ao administrador, pois há uma compreensão do senso comum, que liga a administração pública ao chefe do executivo, fundindo a função ao espaço, pelo poder exercido, desconfigurando os preceitos normativos que regem a administração pública e todos os instrumentais de gestão submetidos ao administrador.

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica aportou autores que desenvolveram trabalhos nas áreas da administração e gestão pública, apresentando definições e conceitos como Silva (2008), Paludo (2013), Carneiro e Menicucci (2013), Mendauar (2016), Cavalcante (2017), na perspectiva de dar a conotação científica necessária a um trabalho acadêmico. O conjunto obtido do acervo bibliográfico foi imprescindível para a elaboração dos conceitos apresentando ao longo da pesquisa, bem como

promover as discussões sobre o tema pesquisado, destacando para aspectos jurídicos e científicos para a dissertação do tema em estudo.

METODOLOGIA

A trilha metodológica adotada para o desenvolvimento do presente trabalho seguiu a pesquisa bibliográfica, como forma de constituir um acervo composto por artigos, monografias, teses de dissertação, disponibilizados nas plataformas acadêmicas ou científicas, alinhado à temática da administração pública, tanto no campo teórico, como o doutrinário e jurídico. Também foi feito o levantamento da legislação que regula a administração pública, bem como estabelece normas, princípios e aporte legal para os atos administrativos, dentre as quais destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federada, a Lei nº 8.429/92, que estabelece as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública, a Lei nº 8.666/1993 (Lei das Licitações), dentre outras que impactam na regulamentação do tema no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Constituição brasileira destaca cinco princípios que sistematizam o campo da gestão na administração pública, na perspectiva de condicionar o gestor a segui-los como forma de promover na gestão dos recursos públicos a lisura e a transparência necessária no processo administrativo. Princípios são imposições ou pressupostos de um sistema que garantem a legitimidade do processo, ou seja, os princípios de gestão pública constituem os fundamentos de validade da ação administrativa (LOZANO, 2000).

A instituição desses princípios pelo legislador constitucional evidencia claramente a necessidade e a importância de se estabelecer uma gestão pública pautada no senso da justiça, do bem comum da coletividade, da moral, da ética e da eficácia, distanciando a possibilidade de prevalência do interesse privado, pessoal ou favorecimento da máquina pública em prol de grupos dominantes da política ou do setor econômico. Contudo, instituir uma administração pública que adote e obedeça aos princípios instituídos da administração pública é um grande desafio.

Evidencia-se, portanto, que os princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal do Brasil são normas que todo gestor público deve cumprir e, ao descumpri-lo, o gestor inflige a lei, cometendo um crime contra a administração pública, o que deve ser punido conforme determina as normas jurídicas, fato que, devido aos recursos legais e as manobras realizadas pela força do poder político e econômico, poucos são alcançados pela Lei (BRASIL, 1988).

No entanto, por ser um ente público e por ter como finalidade o desenvolvimento e o bem-estar da coletividade, a administração pública está alicerçada na Lei Magna do Estado brasileiro que define, ser a administração pública. De acordo como a Constituição Federal, em seu art. 37, coloca que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

O rol normativo vigente no país elenca leis que tem como finalidade alinhar a administração pública como expressa a Lei nº 9.784/99, na qual estabelece em seu Art. 2º, que “A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência” (BRASIL, 1999). A Lei nº 8.666/93, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras,

alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 1993).

Contudo, a gestão pública tem sido notícia cotidianamente por situações onde o administrador, ou o agente público, de uso do poder a ele outorgado, utilizando a máquina pública como veículo de promoção pessoal ou de seu grupo político. Essa atitude, culmina por contrariar completamente o que estabelece a lei e descaracterizando os princípios constitucionais, tornando os espaços públicos, ambiente de corrupção ou de personificação de entes políticos. Agir com probidade, defender o interesse público, estabelecer a boa-fé como prática de gestão são princípios essenciais na administração pública. Esses dispositivos devem ser aplicados de forma universal, afastando a pessoalidade, o interesse privado, o abuso do poder ou seu uso arbitrário do exercício administrativo público.

Os crimes atribuídos aos administradores, impressos na mídia, resulta em um percentual baixo em que a lei consegue alcançar e aplicar as penalidades contidas nos códigos, mas há um universo que transcende a capacidade de investigação das instituições competentes. A força política e as oligarquias do poder instituído, comandado por grupos partidários seculares, apropriam-se de espaços estratégicos e se mantêm no poder como forma de prevalecer os interesses pessoais e explorar os recursos públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, DF, 1999.

_____. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília, DF, 1992

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações)**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

CAVALCANTE, Pedro. **Gestão pública contemporânea: Do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Texto para Discussão, No. 2319, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2017.

LOZANO, José Ricardo Leal. **Gestão pública princípios gerais**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC – GOIÁS, 2000.

MEDAUAR, Odete; **Direito Administrativo moderno**. 21. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO José Emmanuel. **Direito Administrativo brasileiro**. Ed. JusPodivm – 44ª edição, revista, atualizada e aumentada, 2019.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PINTO, Alexandre Guimarães Gavião. **Os Princípios mais Relevantes do Direito Administrativo**. Revista da EMERJ, v. 11, nº 42, 2008.

SILVA, Marivane da. **Teoria da administração pública** / Marivane da Silva. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2008. – 134 p. – (Coleção educação a distância. Série livro-texto). Disponível:

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/207/Teoria%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABblica.pdf?sequence=1>. Acesso: Março, 2021.

A INTERVENÇÃO ESTATAL NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Ana Gabriela Pereira Rocha¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: ana.gabriela@fvj.br); Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno² (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O direito da família consiste em um tema de extrema relevância dentro da sociedade brasileira, principalmente, no que diz respeito ao livre planejamento familiar. Uma vez que este, é um direito fundamental e encontra-se regulamentado pela Constituição Federal, que assegura aos cidadãos de qualquer classe social a liberdade para decidir sobre seu núcleo familiar, sem intervenções. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal explorar a discussão sobre o poder do Estado de intervir nas decisões acerca da constituição do núcleo familiar. Trata-se de uma pesquisa com abordagem do problema de forma qualitativa e levantamento de dados, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, apontando que o ornamento jurídico brasileiro apresentou uma evolução sobre respeito ao direito da família, do planejamento familiar e, conseqüentemente, da liberdade e igualdade de direitos de todos os membros do núcleo familiar.

Palavras-chave: Família. Planejamento familiar. Direito Constitucional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho será guiado pelo Direito Constitucional e Familiar, no qual foi realizado um estudo acerca da intervenção estatal no planejamento familiar, buscando mostrar a importância de abordar o tema como saúde pública e direito humano, tendo em vista os alarmantes números de abortos clandestinos realizados no país, mesmo que tal ação seja considerado crime. Entretanto, ao observar a interferência do Estado e tendo em vista assuntos que envolvem direito reprodutivo, suas ramificações são uma realidade na sociedade, tornando-se conveniente aprofundar-se na problemática acerca do planejamento, constituição e regulação familiar, com uso de políticas públicas eficazes. Considerando que a falta gera impactos negativos não só ao indivíduo, mas afetam a saúde pública e a economia estatal, em decorrência do caráter subsidiário. Nos capítulos que constituem esse trabalho, serão abordados a historicidade de um dos institutos mais antigos do âmbito jurídico, a família, tratando de suas transformações, assim como os conceitos e modificações após a inserção da mulher no mercado de trabalho. Assim como, tratará sobre os princípios constitucionais que amparam o planejamento familiar e o posicionamento das religiões acerca dos métodos contraceptivos. E por fim, a responsabilização do Estado, como agente subsidiário e a importância do profissional da saúde para disseminar a informação entre a sociedade.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica, nos amparamos a priori em autores Como: Diniz (2011), Gonçalves (2012), Venosa (2013) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando a necessidade de efetivar as políticas públicas existentes, tendo em vista a importância desta para as famílias.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa duas formas de pesquisa metodológica: o bibliográfico, por meio de doutrinas, artigos, sites referentes ao tema. Da mesma maneira, que documental, através do estudo da Constituição Federal de 1988, do Código Civil de 2002, da lei nº 9.263/1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar, que demonstram a preocupação do legislador e a necessidade de do tema no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho tem o objetivo de abordar o planejamento familiar, o qual conceitua-se por ser o conjunto de ações para regular a fecundidade, com garantia de direitos iguais para composição, aumento ou contenção da prole pela mulher, homem ou o casal e encontra-se referendado na Lei Federal 9.263/96. Isto é, um direito de todo cidadão de decidir sobre quantos filhos deseja ter, em qualquer momento e com toda a assistência necessária para garantia integral à vida. Ao observar a interferência do Estado e tendo em vista assuntos que envolvem direito reprodutivo e suas ramificações, aponta-se uma realidade na sociedade. Sendo assim, torna-se conveniente aprofundar-se na problemática acerca do planejamento, constituição e regulação familiar, com uso de políticas públicas eficazes. Considerando que a falta de ações direcionadas a este tema, gera impactos negativos não só ao indivíduo, mas afetam a saúde pública e a economia estatal, em decorrência do caráter subsidiário.

O livre planejamento familiar é um direito fundamental e encontra-se regulamentado pela Constituição Federal, que assegura aos cidadãos de qualquer classe social a liberdade para decidir sobre seu núcleo familiar, sem intervenções. No entanto, as políticas públicas que tratam sobre a prevenção de gravidezes indesejadas e controle de natalidade não são efetivas, restando para a entidade estatal, como agente subsidiário, buscar soluções para essa problemática. Porém, se faz importante delimitar a linha tênue que separa os direitos da família e os limites de interferência estatal, afim de que seja respeitado o direito fundamental à liberdade prevista na CF/1988. Com isso, buscar-se-á respostas para o seguinte questionamento: Qual a importância do planejamento familiar no cotidiano das famílias? A implementação de políticas públicas efetivas sobre métodos contraceptivos é dever do Estado, como agente responsável por propiciar recursos adequados para exercício do livre direito ao planejamento familiar.

No que diz respeito aos aspectos políticos, o país passou do zero absoluto, sem a existência de políticas vigentes a respeito do tema, para um cenário político mais inclusivo e abrangente, por meio de promulgação de sua Constituição Federal. A informação adequada em planejamento familiar é de fundamental importância, pois possibilita ao cidadão a capacidade de exercer seus direitos e reconhecer quais métodos contraceptivos melhor se adequam aos seus valores, fazendo escolhas com autonomia. Dessa forma, o planejamento consiste na aplicação de estratégias sociais eficientes que sejam capazes de abranger orientações sobre métodos de prevenção, assim como saúde sexual e reprodutiva, dispondo de métodos e técnicas para o controle da fecundidade, de acordo com os valores da população ou do indivíduo.

Considerando o arcabouço teórico utilizado, verificou-se que o ornamento jurídico brasileiro apresentou uma evolução no que se refere ao direito da família, do planejamento familiar e, conseqüentemente, da liberdade e igualdade de direitos da mulher. O conceito de família saiu de um único padrão estruturado e ditado pela sociedade, e transformou-se em inúmeros modelos socialmente viáveis, devendo o Estado atuar no sentido de reduzir ineficiências e aumentar a possibilidade de atuação da mulher dentro da família.

Por fim, percebe-se que o direito da família é um cenário bastante antigo, e sua formulação atual é fruto de intensas mudanças e vários períodos de luta pela liberdade e independência dentro do lar. Para que esse processo de evolução continue em um ritmo ascendente em busca

do direito de todos, é de extrema relevância que os integrantes da família possam constituir seu núcleo familiar sem sofrer restrições impostas por meio da religião, da sociedade ou do Estado, contribuindo, portanto, para um real Estado democrático de direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996. **Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências**. Brasília, DF, disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm>. Acesso em 01 abr. 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: 5. Direito de Família**. 26ª edição. São Paulo: Saraiva 2011.

GOLÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. Vol. 6, 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. Vol. 6, 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Zigmunt Bauman, Maranhão, 2014. Vol. 4, n. 7.

DIREITO DE FAMÍLIA: AÇÕES E IMPACTOS DO DIVÓRCIO NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS

Lucianni dos Reis Gonçalves da Silva (Aluna do curso Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: lucianni.silva@fvj.br)

Jaks Douglas Uchôa Damasceno (Professor-mestre do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br)

RESUMO

O divórcio é um instrumento jurídico que viabilizou a dissolução do casamento civil, objeto esperado por um universo de casais que permaneciam casados, embora não mantivessem mais uma relação harmônica ou não tenham convivência conjugal. Ao final da década de 1970, o Congresso Nacional atendeu a um forte apelo social, aprovando a Lei nº 6.515/1977, que instituiu a Lei do Divórcio. A concepção de que a união entre o homem e a mulher segue um laço indissolúvel, construída ao longo da história pela Igreja foi determinante para consolidar a concepção de Família, como instituto social indissolúvel e o sacramento como sagrado diante aos olhos de Deus. Essa concepção ideológica consolidou a ideologia social e política do Estado brasileiro, tornando-se o principal elemento de defesa na discussão da dissolução dos vínculos civis do matrimônio. Somente com o Código Civil de 1916, foi possível inserir o desquite, como instrumento para promover a separação conjugal, embora permanecesse o vínculo civil. A separação jurídica instituída pela Lei nº 6.515/1977, foi outro instrumento instituído para dispor a separação judicial, a dissolução do casamento, ou a cessação de seus efeitos civis. O presente trabalho tomou como metodologia a pesquisa bibliográfica e objetivou compreender como o divórcio impacta na vida da família e reflete para a formação social, psicológica e moral de seus membros. A pesquisa bibliográfica consolidou o caminho metodológico adotado para a realização do presente trabalho.

Palavras Chaves: Lei do Divórcio. Desquite. Separação. Família

1. INTRODUÇÃO

A literatura destaca que essa realidade produz um cenário complexo, principalmente quando se toma como parâmetro de análise o aspecto religioso, cuja tradição é normatizada pelo aspecto da constituição familiar como instrumento de procriação e perpetuação da prole familiar, no qual é fundamentada na lei, divina e jurídica, do casamento como laços indissolúveis entre marido e mulher.

É nesse contexto que se insere o divórcio, um instrumento jurídico que possibilitou as pessoas que contraíram o matrimônio poderem propor e determinar o fim do casamento, quando a convivência cotidianamente maritalmente já não era mais possível e a compatibilidade afetiva ou conjugal no casamento não existia mais. Dessa forma, ao final da década de 1970, o Congresso Nacional atendeu a um forte apelo social, aprovando a Lei nº 6.515/1977, que instituiu a Lei do Divórcio, e possibilitou profundas mudanças sociais no Brasil, visto que o único instrumento legal utilizado para efetivar uma separação conjugal neste período era o desquite.

Dentro do campo metodológico, o desenvolvimento deste trabalho terá como método de pesquisa a revisão bibliográfica, de cunho qualitativo e com viés analítico. O estudo tem como objetivo principal analisar como a literatura jurídica, a jurisprudência e a doutrina apresenta os impactos que o divórcio provoca no cotidiano das famílias e, para alcançá-lo, foi promovido

inicialmente o levantamento de material bibliográfico de livros, teses, dissertações e artigos publicados em sites de cunho científico, revistas e estudos sobre o tema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica aportou autores que desenvolveram trabalhos sobre a temática divórcio e seus impactos no âmbito familiar, apresentando definições e conceitos como Dias (2016), Nogueira (2006), Faveri (2007), Santos (2002), Gagliano e Pamplona Filho (2013), na perspectiva de dar a conotação científica necessária a um trabalho acadêmico. O conjunto obtido do acervo bibliográfico foi imprescindível para a elaboração dos conceitos apresentando ao longo da pesquisa, bem como promover as discussões sobre o tema pesquisado, destacando para aspectos jurídicos e científicos para a dissertação do tema em estudo.

3 METODOLOGIA

A trilha metodológica adotada para o desenvolvimento do presente trabalho seguiu a pesquisa bibliográfica, como forma de constituir um acervo composto por artigos, monografias, teses de dissertação, disponibilizados nas plataformas acadêmicas ou científicas, alinhado à temática do divórcio e seus impactos no âmbito familiar, tanto no campo teórico, como jurídico. Também foi feito o levantamento da legislação que regula o divórcio, com ênfase a Lei Nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, bem como a análise, por meio da literatura de quais impactos esse instituto causa no âmbito familiar.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O divórcio é o termo legal que determina o fim de uma relação matrimonial, conforme destaca a Lei Nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, em seu artigo 2º, IV – “A Sociedade Conjugal termina [...] pelo divórcio”. A Lei é bastante clara ao estabelecer que um vínculo (o matrimônio), constituído por meio de um procedimento jurídico (o casamento civil), se pode ser dissolvido por um outro ato jurídico, o divórcio, que é uma sentença proferida por um juiz. (BRASIL, Online).

Faveri (2007, p.337), conceitua o divórcio como “(do latim *divortium*), o pressuposto é ter havido um casamento, condição para que seja dissolvido o vínculo matrimonial, ficando ambos os divorciados livres para contrair novas núpcias, se o desejarem”. Evidencia-se, portanto, que o divórcio é a dissolução definitiva do vínculo civil, contraído pelo matrimônio, não restando ao casal nenhuma relação além das responsabilidades sobre os filhos.

Desta forma, Gagliano e Pamplona Filho (2013, p. 518) coloca que o divórcio é,

Medida dissolutiva do vínculo matrimonial válido, importando, por consequência, a extinção de deveres conjugais. Trata-se, no vigente ordenamento jurídico brasileiro, de uma forma voluntária de extinção da relação conjugal, sem causa específica, decorrente de simples manifestação de vontade de um ou ambos os cônjuges, apta e permitir, por consequência, a constituição de novos vínculos matrimoniais.

Destaca-se, nesse contexto, que o divórcio é o mecanismo legal para dissolução de relacionamentos constituídos em cartório, por meio do casamento e, para que o mesmo ocorra, junto ao juiz, não requer que sejam apresentados motivos, que venham a justificar, basta o desejo de fazê-lo. Embora esse procedimento nem sempre ocorra de forma harmônica, consensual, principalmente quando envolve bens patrimoniais ou “traição”.

4.1 O divórcio dos pais: não extingue a responsabilidade para com os filhos

O divórcio deu resolutividade a muitos problemas oriundos da relação conflituosa entre marido e mulher, mas muitas dissoluções dos vínculos conjugais parecem ter se estendido aos demais integrantes da família, principalmente aos filhos. Embora a Lei estabeleça o dever de cuidar, as obrigações dos pais para com os filhos não se extinguem por conta da separação de fato.

A responsabilidade e o dever de cuidar da família, mais especificamente dos filhos, sempre recaiu sobre a figura do marido, inclusive, nos códigos e nas leis, aspecto que evidencia transcender o aspecto jurídico, aportando nos campos cultural e humano. Contudo, muitos pais, ao obterem a certidão de divorciado, parecem compreender que, suas responsabilidades com a ex-família se extinguem, gerando graves consequências para a sobrevivência dos filhos.

4.2 Divórcio na família: um futuro incerto para os filhos

A dimensão da ruptura de um relacionamento entre os pais é tão impactante para muitos filhos que chega a transcender nas duas extremidades, do medo ao alívio, como ressalta Melo e Miccione (2014, p. 2):

Para algumas crianças o divórcio foi um acontecimento terrível, pois experimentaram medo do abandono e acreditavam que um dos pais ao deixar a casa a deixariam também, elas passaram a apresentar receio de ser abandonada pelos pais. Para outras crianças significou alívio onde vivenciavam conflitos constantes e acabavam inevitavelmente ficando no meio, de modo que incumbia aos pais declarar a trégua.

Este quadro tende a se agravar quando um dos pais resolve utilizar os filhos como meio de atingir o outro, seja para resolver problemas de partilhas de bens, valores de pensão alimentícia ou tão somente quanto a guarda compartilhada. Dessa forma, uma atitude mesquinha, egoísta do cônjuge que, não exista em provocar criar uma situação de constrangimento para obter um resultado desejado, embora que seja com o próprio filho.

Contudo, como ressalta Melo e Miccione (2014), para muitas crianças essa realidade pressupõe um alívio, pois, a saída do pai do ambiente doméstico significa eliminar o foco de violência doméstica, vivenciada e presenciada pelas mesmas, nas quais acabavam por virar um ambiente de terror, pelas agressões provocadas às mães e aos próprios filhos.

4.3 Enfim divorciados: o recomeçar sob a sombra do estigma da separação

A emissão da certidão de divórcio, ou melhor, certidão de casamento com averbação do divórcio, extingue os vínculos constituídos com o casamento civil, mas, estar divorciado é um estado civil que nem sempre expressa o que a pessoa tem internalizado. São sentimentos diversos que, dependendo da realidade vivenciada no casamento, pode imprimir sentimentos de medo, dúvidas, alívio, desespero e até felicidade.

Contudo, o sentimento de perda é o que mais se mantém presente no processo que culmina com o divórcio e, este, pressupõe a um estado de luto, como destaca Araújo (2015, p. 100)

No processo de separação, há uma sintomatologia do luto que pode desenvolver-se, apresentando-se como doloroso e intenso e, em alguns casos, mesmo após um período extenso dessa desvinculação afetiva, os sentimentos de decepção e mágoa se fazem presentes, perdurando e transformando esse momento em uma circunstância traumática que promove a desestabilidade emocional. E o reestabelecimento do estado civil de solteiro.

Concebe-se, portanto, que a ruptura do relacionamento traz desgastes sociais, econômicos, mas principalmente sentimentais, nos quais expõem os indivíduos a sofrimentos profundos,

principalmente porque, os laços que os uniram foram, por um momento, de amor, de carinho, companheirismo, cumplicidade. Assim, reconhecer que tudo isso se dissolveu com uma assinatura no cartório, traz à tona o sentimento de decepção e mágoa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissolução do casamento é um tema presente historicamente na sociedade brasileira, alcançando a todos os segmentos sociais por refletir um mecanismo que deveria ser aplicado para resolver um problema de ordem de relacionamento afetivo e interpessoal entre marido e mulher, que, descobriram incompatibilidade para a permanência da coabitação. Ou seja, um acontecimento comum no campo do inter-relacionamento, pois ninguém pode ser obrigado a conviver maritalmente com quem não tem vínculos afetivos e simples como mecanismo legal, pois deveria ser analisada a forma de divisão patrimonial e a responsabilidade civil para com os filhos.

Contudo, o estado conservador enraizado na estrutura social do país e a influência da Igreja Católica na formação ideológica e política causaram entraves de a forma, na defesa da família como um instituto sagrado aos olhos do divino e, portanto, indissolúvel, pois o preceito instituído pela Cúria Romana consiste em “até que a morte os separe” e “casamento é para sempre”.

O divórcio só veio a ser efetivado no Estado brasileiro com a promulgação da lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando a dissolução do casamento e a extinção dos vínculos civis entre os casais. Por meio dele, muitos casais que se encontravam separados de fato pode manter a separação de direito, embora o mesmo ainda tenha mantido algumas situações, como o lapso temporal para a materialização do procedimento.

É salutar informar que o divórcio extingue o vínculo entre marido e mulher, mas a responsabilidade para com os filhos e incapazes são perpétuos, aspecto que significa que os pais, mesmo após a separação judicial, têm o dever de prover condições para alimento, educação, saúde, nos termos que estabelece a lei.

Conclui-se, assim, que o divórcio é um instituto importante e necessário para a resolução de situações onde a coabitação entre os casais não mais sejam possíveis e viáveis. É necessário, contudo, compreender que, tudo que envolver sentimentos, vem carregado de subjetividade, pois cada pessoa é dotada de dimensões imensuráveis de complexidade, aspecto que põe de lado a razão e, portanto, difíceis de serem resolvidos. É nessa instância que atua a justiça, a perspectiva de consolidar a lei para restabelecer o direito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Janaina Andrade Tenório. **Perda por Divórcio: Descontruindo a conjugalidade**. 4º Congresso Ibero-Americano em investigação Qualitativa / 6º Simpósio Internacional em Educação e Comunicação - investigação Qualitativa em Saúde//Investigación Cualitativa en Salud//Volume 1 – 2015.

BRASIL. **LEI Nº 6.515/1977, de 26 de dezembro de 1977, Lei do Divórcio**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm. Acesso: setembro/2020.

FÁVERI, Marlene de. **Desquite e divórcio: a polêmica e as Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa**. Caderno Espaço Feminino, v. 17, n. 01, jan. /jul. 2007.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – **Direito de Família: as famílias em perspectiva Constitucional**. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

MELO, Neiva Soares de Almeida; MICCIONE, Mariana Morais. **AS CONSEQUÊNCIAS DO DIVÓRCIO DOS PAIS SOBRE O desenvolvimento infantil: contribuição da abordagem cognitivo-comportamental.** Rev. Estação Científica - Juiz de Fora, nº 12, julho – dezembro / 2014. Disponível: http://portal.estacio.br/docs%5Crevista_estacao_cientifica/03.pdf.

VENOSA, S. S., **Direito Civil: Direito de Família** – Volume 6. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007. 459 p.

A CULTURA DO PATRIARCADO E A CULPABILIZAÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: ANÁLISE HISTÓRICA E MIDIÁTICA

Bruna Roberta Oliveira Rocha (Aluna do Curso de graduação em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: bruna.rocha@fvj.br), Jackeline Ribeiro e Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br)

RESUMO

A discussão principal deste trabalho acadêmico trata da influência da mídia sobre a sociedade, em destaque sobre o judiciário com ênfase na repercussão sobre o veredicto correto. Sendo pautada a história da origem na mídia no Brasil até a atualidade. Ressalta o conflito entre o direito de imprensa e o princípio jurídico da presunção da inocência e o pré-conceito e a presentença que ocorre. Consta um breve estudo da obra literária o conto da aia de Margaret Atwood, extraíndo trechos do livro e relacionando com o machismo e patriarcado passado e presente na nossa sociedade. Faz-se uma relação entre a obra literária e a realidade de algumas mulheres em determinadas culturas pelo mundo. O segundo capítulo objetiva discutir sobre o machismo impetrado na sociedade que leva a culpabilização da mulher vítima de violência sexual.

Palavras-chave: Mídia. Influencia. culpabilização.

INTRODUÇÃO

Essa monografia se divide em três tópicos, o primeiro traz como objetivo discutir sobre o machismo impetrado na sociedade que leva a culpabilização da mulher vítima de violência sexual. Constata-se que, em uma sociedade em presente progresso, têm-se retrocessos enraizados ainda quanto à liberdade feminina, como na forma de culpar a mulher diante do crime de estupro por questões de comportamentos, vestes, entre outros, que as pessoas atrelam a uma suposta facilidade demonstrada pela própria mulher.

No que concerne à citada culpabilização da vítima, esta é um dos objetos principais do estudo, na premissa de tentar demonstrar de onde ela surgiu e quais suas consequências no tratamento da vítima. Busca-se formas de defini-la e detalhar como é executada pela sociedade de forma geral, inclusive pessoas que deveriam ser livres de tal pensamento como profissionais do direito.

A culpabilização pautada nada mais é que o ato de desvalorizar, desacreditar na vítima de violência sexual, considerando-a responsável pelo acontecido. A revitimização está ligada diretamente para o motivo em que muitas mulheres desistem da denúncia. Ficam com receio de serem desacreditadas por todos e serem abandonadas pela justiça.

É possível notar que cada vez mais a mídia e a imprensa vêm sendo responsáveis por influenciar decisões e julgamentos judiciais eles detêm do poder de criar comoção pública que faz com que determinado caso ganhe grande repercussão, esse estudo se dá pela tentativa de uma melhor compreensão e análise da influência causada pela imprensa e pela mídia aos casos judiciais que muitas vezes corrompem as decisões do juiz. A pergunta problema é como a mídia pode combater a culpabilização das mulheres vítimas de violência sexual e o patriarcado e ainda exercer a liberdade de imprensa sem ofender os direitos constitucionais do acusado?

O objetivo geral é analisar como a mídia pode influenciar tanto na culpabilização quanto no judiciário. Buscar-se-á perante este estudo verificar de que forma as políticas públicas podem vir a minimizar a culpabilização das mulheres vítimas de violência sexual, criar um meio que a mídia possa se expressar sem ferir os direitos fundamentais e analisar a relação existente entre o comportamento machista e a culpabilização da mulher vítima de violência sexual. A metodologia seguida para a elaboração deste projeto idealiza a revisão bibliográfica e documental, com o intuito de descrever e examinar os aspectos presente no tema em estudo. Buscando assim, compreender o papel e o poder da mídia

METODOLOGIA

A metodologia adotada é descritivo-analítica, com pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem adotada é qualitativa, usou-se de suporte teórico de obras doutrinárias, periódicos e artigos científicos especializados no assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de culpabilização guarda relação com o termo “revitimização”. Segundo Ana Lucia da Costa (2018), a revitimização, se dá, por exemplo, quando “vítimas de abuso sexual, são obrigados a reviver a violência, em função do próprio sistema judiciário e da persecução penal” (COSTA, 2018, ONLINE). Ademais, cita-se, também, em casos de crimes contra mulheres, os questionamentos usualmente formulados, tais como a roupa da vítima, o nível de ingestão de bebidas alcoólica, a conduta social – ou seja, perguntas que sugerem a culpa da vítima pela violência sofrida. O estudo da revitimização exige, também, a análise contextual de suas causas: a sociedade e a cultura do patriarcado e o machismo.

As relações de gênero são compreendidas a partir da construção social do masculino e do feminino, e a violência de gênero se produz e se reproduz nas relações antagônicas de poder, a partir da herança do patriarcado, legitimando a dominação do homem, afirmando a superioridade masculina e reforçando a inferioridade das mulheres, conferindo a violência como algo natural.

Analisando os últimos casos que tiveram coberturas jornalistas reforçam estereótipos e culpabilizam a mulher, abordando o crime de forma sensacionalista, desrespeitando vítimas e seus familiares, gerando assim uma manipulação com a opinião pública gerando pré-conceito sobre a imagem da mulher levando assim a ser realizada a culpabilização em massa sobre a vítima

O papel que a mídia exerce diante do judiciário, a sua influência positiva quando ao pedido de justiça e celeridade processual e o lado negativo que leva a culpabilização. O desafio consiste em estabelecer a conexão entre as duas questões de maneira que exista apenas o lado positivo dessa união.

Garantia política de todo cidadão defende que o estado de inocência só pode ser afastado diante de prova plena do ilícito, e desde que respeitado o devido processo legal. A regra de julgamento apenas permite a condenação caso não reste dúvidas acerca da autoria do crime. A regra de tratamento impõe que o réu deve ser tratado como inocente durante todo o processo, só podendo ser tratado como culpado, após o transitado em julgado de sentença penal condenatória.

Na esfera penal a mídia exerce um importante papel, observando que auxilia a atividade de investigação do estado. Entretanto, quando é veiculada por meio dela ocorrências policiais, é comum a vinculação de nomes, imagens, etc. levando a um pré-julgamento e ainda a uma sentença ao acusado mesmo antes do fim do processo legal.

Segundo Dalmo de Abreu Dallari (1980, p. 61) é indispensável a correta atuação da mídia, pois o acusado ou suspeito “é um indivíduo na plenitude de seus direitos.” E completa “mesmo se preso preventivamente, tiver confessado seu crime, ele, ainda, é juridicamente inocente, e como tal deve ser respeitado pela imprensa.” Ou seja, o jornalismo investigativo deve abordar com cautela matéria desse tipo.

A mídia é capaz de influenciar no judiciário é algo já incorporado pelas pessoas, ou seja, algo já comum no meio social, tem-se a consciência que uma notícia, quando veiculada repetidas vezes, obviamente atingindo um maior número de receptores, esses que já possuem uma bagagem cultural e “pré-conceitos”, poderá gerar um clamor social e, conseqüentemente, modular a opinião pública.

CONCLUSÕES

Com base no estudo realizado foi possível notar-se que a mídia contribuiu muito para a circulação necessária de informações, criando assim o seu espaço, pois nas pesquisas realizadas ficou claro que em diversas épocas houve algum tipo de repressão sobre a mídia, principalmente pelo medo do seu grande potencial influenciador e político. Essa repressão variou de tempos em tempos, e vale mencionar que ocorreu não somente no Brasil, mas no mundo todo.

O presente trabalho tem o desígnio demonstrar que quando a mídia, em seu conceito geral, faz matérias de clamor público e publicam matérias de forma equivocada com o exclusivo intuito de ganhar maior visibilidade a consequente venda do seu produto, por muitas vezes ocorre a violação de dispositivos constitucionais que são base para o julgamento criminal justo.

O patriarcado e a culpabilização da mídia fazem-se relação em uma análise da obra literária: o conto da aia. Verifica-se que a mídia possui diversos meios para influenciar a sociedade. A obra de Margaret Atwood traz a sua própria concepção das definições de patriarcado e culpabilização e como elas podem levar a perda de direitos graduais

Concluo enfatizando que a culpabilização das mulheres vítimas de violência sexual é algo que traz erro a imagem da vítima e não deve ser disseminado para tala mídia é um importante meio de comunicação que usada de forma correta pode auxiliar na luta contra o fim do patriarcado impetrado na sociedade.

REFERÊNCIAS

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

VERDÉLIO, Andreia. Machismo leva à culpabilização da vítima de violência sexual, diz especialista. SET, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-09/machismo-leva-culpabilizacao-da-vitima-de-violencia-sexual-diz>. Acesso em: 20.mar.2021

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Renascer do direito**. São Paulo: Saraiva, 1980. p. 61.

GONÇALVEZ, Marina. **A assustadora semelhança de "The handmaid's tale" com a realidade de mulheres no Irã, Nigéria e Arábia Saudita** disponível em:

<https://epoca.oglobo.globo.com/mundo/noticia/2018/07/assustadora-semelhanca-de-handmaids-tale-com-realidade-de-mulheres-no-ira-nigeria-e-arabia-saudita.html>. Acesso em: 08 jun. 2021.

A RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Rodrigo Gonçalves de Freitas¹, Alisson Assunção Silva²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a necessidade da aplicação das medidas ressocializadoras para aquelas pessoas que se encontram em situação de cárcere no Brasil por meio do acesso à educação e ao trabalho. Pretende-se entender as maiores dificuldades da aplicabilidade da educação e trabalho dentro dos presídios. Como objetivo principal, busca-se enfatizar a necessidade da educação e trabalho como meios de transformação, além de aprofundar os conhecimentos na legislação vigente que trata do tema, bem como os direitos que são garantidos pela Constituição e o conceito de Dignidade da Pessoa Humana.

Palavras-chave: Prisões. Educação. Trabalho. Práticas ressocializadoras.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, debates acerca da situação do sistema carcerário brasileiro vêm sendo feitos. Isso porque a superlotação é um fator que ocasiona muitos outros problemas, com consequências que, ao serem juntadas, refletem no comportamento tanto dentro como fora dos apenados. Dentro, pode-se falar das péssimas condições de higiene, acomodação, violência, ócio e fugas; fora, têm-se a reincidência destes para o mundo do crime.

O artigo 1º da LEP declara que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. A lei garante que aquele em situação de privação de liberdade, goze de boas condições para sua integração social, porém, a realidade é outra. Assim, discute-se a importância da educação e do trabalho como uma forma de ressocialização e integração destes na sociedade e no mercado de trabalho.

Destarte, é dever e responsabilidade do Estado, promover os meios necessários para a prática da ressocialização dentro dos presídios, dando a eles a oportunidade de mudar sua realidade situacional ao completar sua pena, por meio do acesso ao conhecimento educacional e profissional.

REFERENCIAL TEORICO

A Lei de Execução Penal, ou Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, é a responsável por definir juridicamente as formas, modos e tipos de cumprimento de penas após a condenação criminal. Ela é a principal legislação brasileira que trata a respeito do tema, sendo uma das leis mais completas do mundo. Em termos normativos, a LEP possui três objetivos principais: 1. Buscar garantir o bem-estar do condenado; 2. A necessidade de classificação do indivíduo como preso e a individualização da pena; 3. Prestar a assistência necessária dentro do cárcere, enquanto estiver cumprindo a pena (BRASIL, 1984).

Ela é dividida em vários tópicos e seções, e, no quesito de assistência, no Capítulo II, no Art. 10, tem-se que ela “é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984). Ademais, ela possui seções sobre a assistência material, à saúde, jurídica, educacional, religiosa e ao egresso. Vê-se que esses tópicos são direitos do apenado e que é dever do Estado prestá-los.

A ressocialização, em seu significado, busca modificar a situação do preso por meio de acesso a educacional e meio profissional durante o período de reclusão. Isso porque a grande maioria do público carcerário não tem formações básicas educacionais nem profissionais, realidade essa que fica mais difícil ao término da pena, com oportunidades de emprego cada vez mais difíceis.

¹ Aluno do Curso de Direito da Faculdade Vale do Jaguaribe; e-mail: rodrigo.direito20161@gmail.com.

² ORIENTADOR. Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe; e-mail: alisson_assuncao@fvj.br

A Lei de Execução Penal é a responsável por tratar do sistema de ressocialização do apenado, pois, além de discorrer sobre os direitos dos presos, a esta legislação presa pelo respeito ao princípio da dignidade humana, assegurando ao apenado, o direito à saúde, educação, respeito, trabalho, remição, assistência ao egresso, etc. Assim, segundo a LEP, é direito deles viverem em um local adequado com condições dignas e ambiente propício para uma convivência harmoniosa.

Sobre sua importância, em 2018, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, durante a inauguração de uma penitenciária de segurança máxima em Brasília, disse que se o Estado não investir na ressocialização de presos, de maneira a oferecer aos presos, acesso a oportunidades de trabalho e estudo, continuará “simplesmente arrematando soldados para as facções criminosas” (RODRIGUES, 2018, p. 1).

A assistência educacional carcerária é um dever do Estado prevista nos artigos 10 e 11 da Lei de Execuções Penais – LEP, onde na Seção V, da Assistência Educacional. Para o processo de ressocialização, a educação é de extrema importância, isso porque grande parte dos presos não possui ensino fundamental básico, o que os impede de conseguir trabalho. Por meio da educação, tais indivíduos podem conseguir mudar sua realidade. Com o ensino básico agregado ao trabalho, ao término da pena, o apenado pode conseguir mais facilmente uma forma de trabalho. Assim, é fundamental que o Estado possa fornecer acesso à educação para essas pessoas.

Mirabete (2007), em seu estudo, defende que todas as pessoas possuem o direito a educação, e que esta deve ser oferecida em todas as faixas etárias do cidadão. Caso o cidadão não consiga seguir o normal para sua idade, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser ofertada. Isso porque a educação é uma forma de desenvolver de maneira mais plena e objetiva, a capacitação integral do ser humano em todos os seus aspectos: social, econômico e cultural. Ainda, o autor defende que, independente de quaisquer condições jurídicas, é importante que todas as pessoas sejam e devam ser estimuladas a aprender e a ter acesso ao conhecimento.

Sobre o trabalho, este está previsto no artigo 28ª da LEP, que declara que o “trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (BRASIL, 1984). Pela lei, todo preso é obrigado ao trabalho, de acordo com sua capacidade.

O acesso ao trabalho foi um fator transformador na vida dessas e de outras pessoas que tiveram a oportunidade de ressocializar, assim, cabe ao Estado, revisar suas práticas de reintegração social, de forma que o apenado possa gozar desses direitos estabelecidos por lei.

METODOLOGIA

Para a construção do trabalho, utilizaram-se fontes bibliográficas, como artigos, revistas, livros e a jurisprudência relacionada ao tema. Os autores principais tidos nessa pesquisa foram Mirabete (2007), Nucci (2008; 2011), Oliveira (2013) e muitos outros. Ainda, a jurisprudência vigente também foi primordial para embasar o que se é defendido.

A pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, pois objetiva proporcionar ao leitor, uma maior familiaridade com o tema, a partir de bibliografia já existente. Classifica-se ainda como abordagem quali-quantitativa, visto que há interesse tanto em trazer dados quantificáveis, como em trazer, de forma mais subjetiva, informações sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o sistema prisional brasileiro encontra-se em uma situação precária já faz muito tempo, com a superlotação e descaso do Estado para desenvolver melhorias que beneficiem tais pessoas. Essa falta de estrutura ocasiona uma série de outros problemas, como

a falta de higiene, a quebra dos direitos individuais e a dificuldade de ressocialização, por exemplo.

No que se tange à ressocialização, tem-se a Lei de Execução Penal, uma das mais completas do mundo. Na teoria é satisfatória, pois busca promover condições harmônicas para o bem-estar do preso, e objetiva a ressocialização, de forma que, de forma utópica, acredita-se que é suficiente para dar-se início à transformação dessas pessoas. Porém, na prática a realidade é outra.

O modo como o sistema carcerário brasileiro se apresenta atualmente, é incapaz de promover a ressocialização por uma gama de fatores, como a superlotação e falta de investimentos em políticas educacionais e trabalhistas. Assim de forma contrária ao seu objetivo, o que ela tem produzido realmente são cada vez mais obstáculos para resolução desses problemas.

Dessa forma, é fundamental que os presídios tenham programas que estimulem a educação e o trabalho, buscando parcerias público-privadas para promover melhores formas de ressocialização. É sabido que Estado, por si só, não é capaz de resolver a situação do sistema carcerário brasileiro, haja vista que esse problema envolve toda a sociedade. Se for esperar apenas por ações estatais, esta situação será um ciclo vicioso.

REFÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**: Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>. Acesso em: 29 mai. 2021.

MIRABETE, Julio Fabrini; FABRINI, Renato. **Execução Penal**: Comentários à Lei n° 7.210, de 11-7-1984. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, Alex. **Ministro da Segurança defende a importância da ressocialização de presos**. Agência Brasil, Brasília, 18 out. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/ministro-da-seguranca-defende-importancia-da-ressocializacao-de-presos>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CRIMES NA INTERNET, ATÉ ONDE SE ESTA SEGURO.

IGOR BARROS DAMASCENO (Aluno do curso de DIREITO DA Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: igor.damasceno@fvj.br), ADRIANO PASCARELLI AGRELLO (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: adriano.agrello@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem a ideia central de analisar a Legislação vigente, cujo tema proposto “Crimes na internet: Até onde se está seguro?”, não possui ordenamento jurídico específico para tal problemática. Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, como também de uma pesquisa referente à jurisprudência e norma do sistema jurídico brasileiro, sistematizado de forma didática, em três partes. No Capítulo 1 aborda-se o desenvolvimento histórico dos crimes virtuais e seus conceitos, expondo o caminho percorrido de tal evolução. O Capítulo 2 enfoca as espécies de crimes praticados no meio virtual, dando ênfase às modalidades comuns das condutas dos criminosos e de que forma estas são realizadas. O Capítulo 3 apresenta as Leis que tratam deste assunto, bem como alguns Projetos de Lei que tramitam para que sejam analisados e aprovados.

Palavras chaves : Internet. Crimes virtuais. Jurisprudencia. Lei Criminal.

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso aqui proposto trata de um dos problemas comuns da atualidade, são os crimes de internet, aos quais, infelizmente, muitos estão propensos. Nesse contexto, o trabalho busca demonstrar a fragilidade do ordenamento jurídico quanto ao posicionamento tanto da jurisprudência quanto das leis para tipificarem condutas criminosas em relação a tais delitos. Em se tratando da aplicabilidade da lei nos mais variados casos de crimes cometidos através da internet, percebe-se a inconsistência e fragilidade do ordenamento jurídico para julgar tais casos.

Essas infrações vêm ocorrendo com maior frequência e os criminosos, muitas vezes, ficam impunes. No Brasil, não há uma legislação específica que regule e puna essa prática criminosa. Trata-se também neste trabalho acerca das definições dos crimes na internet, sua historicidade e tipologia, ressaltando os crimes mais conhecidos, como, os crime contra honra, contra a inviolabilidade do patrimônio e contra a liberdade sexual. Adentra-se também na legislação vigente no nosso país e nos projetos de lei pertinentes a este tema tão recorrente nos dias atuais.

OBJETIVOS

No projeto ao qual nos reportarmos no decorrer do trabalho uma questão comum nos dias de hoje, que são os crimes na internet no mundo virtual ao qual estamos ligados por conta do celulares smartphones e por computadores e similares, queremos contudo colocar em pauta uma pequena solução, um aplicativo onde a pessoa possa sempre ter acesso, e saber onde se é seguro ou não, e assim imediatamente esse aplicativo juntamente com o poder judiciário virtual averiguar onde há fraude ou não.

Sabemos que seria possível, e seria muito importante atualmente onde muitas pessoas ainda caem nessas fraudes, achando serem verdadeiros, por acreditarem ser de alguma instituição de respeito, e por outras vezes tem seu dados roubados por pessoas mau intencionadas, e as vezes acabam extorquindo dinheiro da vítima ou mesmo às prejudicando moralmente perante a sociedade.

Nesse plano sabemos que já existem leis em vigor a algum tempo a respeito desses delitos, que inclusive são bastante conhecidos, mas hoje em dia só ficaram virtuais como é o caso da injúria, difamação e calúnia. Apesar desses crimes serem virtuais, cometidos no campo digital seria nada mais que uma circunstância adicional aos casos corriqueiros.

Sendo assim existe na legislação brasileira, uma lei chamada de lei Carolina Dieckmann, que foi sancionada em 2012 e alterou o código penal, criando assim penas pra esses crimes específicos cometidos no mundo digital (lei 12.737/2012), que tipifica crimes como invadir computadores, roubar senhas, violar dados de usuários e divulgar informações privadas.

CONSIDERAÇÕES FIANAIS

Assumi o desafio correr atrás de todas as informações necessárias sobre o tema, por ser polêmico e estarem em evidencia os delitos vem ganhando cada vez mais destaque, diante de escândalos de espionagem, materiais pornográficos envolvendo pessoas de fama e informações privadas de agentes governamentais.

Porem o que se fala desses crimes da Internet, pouco se conhece, de modo que no primeiro capítulo que falamos da origens internet, como o contexto histórico do surgimento ate os dias atuais, o que desencadeou a prática dos crimes, onde não se passava de inocentes brincadeiras entre os desenvolvedores e peças entre os estudantes de tecnologia.

O que deu início à uma brincadeira desencadeou uma pratica cruel muito utilizada, a título de exemplo a invasão do site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que em decisão judicial efetuou o bloqueio da redes sociais, por não contribuírem nas investigações juntamente com a policia.

Com toda certeza a internet é a maior tecnologia desenvolvida e, não possui fronteiras, permite de uma forma sofisticada o desenvolvimento de conhecimentos aprofundados sobre todas as áreas, porém a liberdade tem um custo no qual não pode ser muito agradável, que é a perda da privacidade.

Perda decorrente da falta de segurança que a rede possui para os usuários de todo o mundo, o crime cibernético não é um problema que o Brasil enfrenta de forma isolada, o mundo inteiro sofre com esses crimes, até mesmo os países de primeiro mundo, a segurança da rede é instável e tudo que é digitado nos computadores e celulares pode estar comprometido, de modo que nenhum país até hoje encontrou uma solução para este problema.

A única solução seria de forma mais abrangente, e de forma mais seria, começar a fiscalizar essas grandes empresas e o que elas fazem com os dados coletados, pra onde vão. Já esta mais que na hora da internet deixar de ser uma terra sem leis concretas, onde qualquer pode enganar e ser enganado, começar enrijecer, as leis e criar mecanismos para nossa segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, LUÍS ROBERTO. Estado, Sociedade e Direito: Diagnósticos E Propostas para o Brasil. In: XXII Conferência Nacional dos Advogados. Rio de Janeiro, 2014.

CAPEZ, Fernando Prado. Código Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2016.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. Crimes Digitais. São Paulo: Saraiva, 2011.

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: Parte Geral. Salvador: Juspodivm, 2014.

TAVARES, José de Farias. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

OS REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO DIREITO DE FAMÍLIA E OS CONFLITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

José Wellington Gonçalves (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: wellington.goncalves@fvj.br); Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de analisar os reflexos da pandemia de Covid-19 nas relações familiares, com enfoque nos conflitos decorrentes do isolamento social, ou seja, buscar saber como as famílias estão lidando com os efeitos do isolamento social e como o judiciário está agindo nessas novas demandas e quais as medidas estão sendo tomadas para minimizar os conflitos. Mostrar os desafios das famílias e as transformações do direito de família à luz da pandemia; descrever como o isolamento social impactou a responsabilidade parental e a convivência familiar; verificar os efeitos jurídicos do isolamento social nas relações conjugais. O trabalho inicialmente analisou o conceito de família e os novos arranjos familiares, e também a importância do estudo do direito de família para a proteção das relações jurídicas e sociais. A seguir, será abordado as transformações do direito de família nesse período de pandemia e os impactos do isolamento social no direito de convivência. Ademais, discorre-se sobre a responsabilidade dos pais em relação aos filhos, no que diz respeito à guarda e os alimentos, e sobre os cuidados com os idosos. Em seguida, define-se casamento, união estável e divórcio, e quais foram os efeitos jurídicos do isolamento social nas relações conjugais. Posteriormente, é explanado sobre os novos métodos consensuais de resolução de conflitos e a importância do diálogo para manutenção da entidade familiar. Por fim, é apresentada a pesquisa bibliográfica que serviu como base da construção da pesquisa.

Palavras-chave: Convivência familiar. Covid-19. Família. Isolamento social. Relações familiares.

INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pelo Covid-19 trouxe vários desafios para o direito de família, o cenário atual mostra que as relações familiares foram afetadas, todos fomos pegos de surpresa por uma doença silenciosa que ainda está matando milhares de pessoas pelo mundo, que nos forçou a mudanças bruscas dos hábitos sociais. A proposta desse trabalho de conclusão de curso é tentar entender como a Covid-19 afetou as relações familiares, ou seja, buscar saber como as famílias estão lidando com os efeitos do isolamento social e como o judiciário está agindo nessas novas demandas e quais as medidas estão sendo tomadas para minimizar os conflitos. Estamos vivenciando um tempo de incertezas, que ocasionou uma sucessão de problemas, que atingiu as pessoas, a saúde pública e os setores econômicos, buscou-se observar as ações e medidas tomadas pelas famílias para manter uma convivência familiar harmoniosa. Nesse contexto pandêmico, as famílias foram as principais atingidas, por ser um instituto social, acompanha as transformações sociais e econômicas da sociedade. Todas as dificuldades enfrentadas nesse período estão sendo vivenciadas pelas, as famílias. Assim, é evidente que além do medo de ser contaminado pelo vírus e morrer, foram submetidas ao isolamento social que causou vários reflexos nas relações familiares. As perguntas a serem respondidas sobre a temáticas são diversas, uma vez que ainda estamos nesse período pandêmico, de tantas imprecisões que norteiam o direito de família, cabe aos juristas ter sensibilidade para propor soluções para resolver os conflitos, uma vez que existem poucos precedentes judiciais para ser servir de base. Deste modo, irei retratar nesse trabalho de conclusão de curso as inquietações das famílias geradas pela Covid-19, os reflexos nas relações familiares, discorrer sobre a responsabilidade parental no direito de convivência, os impactos do isolamento social nas relações conjugais e

seus efeitos jurídicos, por fim, os meios consensuais que serão estabelecidos para fortalecer os laços de afeto.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Maluf (2018), Gonçalves (2021), Marzagão (2020), Dias (2021), Diniz (2011), Madaleno (2019), Azevedo (2019) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando os impactos da Covid-19 nas relações familiares durante o isolamento social.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho foram através da pesquisa de cunho bibliográfico e de caráter descritivo, em teses e dissertações, monografias, livros, artigos científicos, legislação vigente no país, matérias publicadas em sites, com o objetivo aprofundar os conhecimentos a respeito do tema e sua importância para o direito de família.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar os impactos da Pandemia de Covid-19 no direito de família e os conflitos nas relações familiares durante o isolamento social, os impactos nas relações conjugais, na responsabilidade parental e no direito de convivência (do idoso). O Direito de família acompanha a sua evolução, tendo como princípios: a proteção, a dignidade, a solidariedade, importante, neste período em que requer do judiciário, maior atenção. Ela é suporte emocional, que garante o direito de convivência e é fundada nas demonstrações de carinho, amor, afeto e respeito e está voltada para a busca de condições igualitárias. O direito de família é fundamental para resolução de conflitos intrafamiliares. Evidenciou-se que a crise de Covid-19 afetou o direito à convivência e as relações conjugais e parentais. Depreende-se que nesse momento de crise, é necessário usar o bom-senso na resolução de casos concretos. Por isso o judiciário procurou se adaptar para atender tais necessidades. A convivência e a responsabilidade familiar estão ligadas ao cuidado com os filhos, através da guarda; os pais são os principais responsáveis de cuidar do bem-estar, da educação, dos bens e de representar legalmente os filhos, cujo poder familiar será exercido em igualdade de condições. A suspensão da guarda nesse momento prejudica o convívio entre os pais e filhos a qual tem-se tornado unilateral neste momento pandêmico. Um direito sagrado é o alimento, tanto para os filhos, como para o cônjuge dependente, que tem seu direito provisório; estes são os desafios para o judiciário na missão de ser justo, mas sem deixar de observar o binômio necessidade/possibilidade, uma vez que as medidas em relação à prestação alimentícia devem ter o caráter de provisoriedade, momento em que a prisão civil do responsável pelo alimentando tem sido substituída pela domiciliar com o uso de tornozeleira eletrônica, tornando-se ineficaz, e pelo princípio da ponderação, o judiciário preserva os interesses dos menores. Em relação ao idoso, tem sua situação agravada pelo distanciamento que o impossibilita a convivência com os netos, o que pode ocasionar as doenças relativas. Verificou-se que ele necessita de cuidado e atenção, cabendo à família e a sociedade fazer esse papel, adotando meios a reforçar a afetividade e melhor convívio entre avós e netos, nesse período de isolamento em que o judiciário, se esforçou para garantir o cumprimento da lei em favor da pessoa idosa e de outras também vulneráveis citadas neste trabalho. Mostrou-se importância do casamento para a formação da família, o qual se concretiza a partir da celebração e tem requisitos a serem seguidos. No entanto, atualmente existe o casamento virtual, em função da pandemia. Já em relação à outra modalidade constatou-se que para ser considerado união estável deve seguir as seguintes exigências: estabilidade, durabilidade, continuidade,

publicidade e que a vivência na quarentena por si só não é capaz de a configurar, porém, houve o aumento no número de divórcios, em decorrência da intensidade do convívio doméstico. Em resumo, observou-se também que o uso dos métodos consensuais de conflitos facilita que seja restabelecido o diálogo entre as partes envolvidas no litígio. Por fim, o direito foi quem mais se mexeu para garantir o exercício pleno do cidadão nos últimos meses de intenso desgaste emocional, físico e psicológico de todas as pessoas que habitam o planeta. A agenda pós-pandêmica é que vai ditar como será o “novo normal” e como as pessoas vão se portar diante das divergências, caberá ao núcleo familiar criar laços sólidos de amor, diálogo e empatia, usando de métodos conciliatórios para resolver as divergências de forma rápida e simples, sem prejuízo para as partes.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Curso de direito civil: direito de família** (2ª. ed.). São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. (14ª. ed.) rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, Direito de Família**. (18ª. ed.). São Paulo: Saraiva Jur, 2021.
- MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família** (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- NEVARES, Ana Luiza Maia. XAVIER, Luciana Pedroso. MARZAGÃO, Silvia Felipe (Coordenadoras). **Coronavírus: impactos no Direito de Família e Sucessões** (1ª. ed.). Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2020.

PRECEDENTES JUDICIAIS: FORMAÇÃO E RELEVÂNCIA

Marcus Rafael Carvalho de Oliveira60 (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, E-mail: rafaelcaeh100@gmail.com), Orientador: Alfredo Narciso da Costa Neto (Professor de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Mestre. Advogado. E-mail: alfredonarcisoadv@yahoo.com.br)

RESUMO

O presente estudo objetiva ofertar subsídios para toda e qualquer pessoa, em especial os estudantes de direito, que se interesse pelo tema: precedentes judiciais tomando por base as orientações do Novo Código de Processo Civil e de forma norteadora no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Essa delimitação se faz necessária pelo fato de o Código antigo também tratar de forma sucinta o tema. Outro ponto importante a ser tratado diz respeito aos sistemas: *common law* e *civil law*. A primeira, foco maior do nosso estudo, trata da importância dos casos concretos na formação dos precedentes. Diferente do *civil law*, mais ligado à legislação escrita. Tomando por base o referencial teórico defendido por Dworkin, ou seja, A compreensão do Direito pela ótica da Hermenêutica filosófica. Faz necessário decorrer sobre alguns dispositivos importantes do CPC/15, como por exemplo o artigo 927, assim como as suas ideias implícitas, dessa forma indo além do que um simples artigo. Trazendo ideias importantes para o trabalho como: *distinguish* e do *overruling*. O *distinguish* consiste no afastamento da aplicação dos precedentes de acordo com o caso concreto. Já o *overruling* traz a ideia da superação do precedente em relação ao novo caso.

Palavras-chave: *Civil law*. Código de Processo Civil. *Common law*. Precedentes. Superior Tribunal de Justiça.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco aprofundar os precedentes judiciais presentes no Código de Processo Civil de 2015, e que se impõem como preceitos delimitadores à atuação do Superior Tribunal de Justiça. O estudo destaca conceitos importantes para o entendimento da formação dos precedentes, como recursos representativos de controvérsias, recursos repetitivos, incidentes de assunção de competência. É notória a importância e a aplicabilidade do precedente no novo diploma processual, sendo necessário fazer com que o assunto seja abordado de forma vasta para que o seu objetivo seja alcançado, assim como os benefícios anunciados pela sua prática. É imprescindível falar, nesse momento, de duas concepções do direito: *common law* e *civil law*. Apesar do Brasil predominar o *civil law*, principalmente por influência do direito português, vem admitindo o uso e a importância da outra vertente. Porém nenhum sistema mencionado defende o fim das leis escritas como forma de garantia da segurança jurídica. A instituição do novo Código de Processo Civil, aprovado sob a Lei 13105 de 16 de março de 2015, expressa no Art. 927, que os juízes e tribunais observarão as decisões e enunciados de súmulas vinculantes, assim como enunciados e das sumulas em matérias constitucionais do STF e STJ. Por fim, se dará importância às orientações dos órgãos especiais dos tribunais vinculados. É possível verificar-se várias tentativas de estabilização do Direito, assim como de racionalização das atividades jurisdicionais. De forma introdutória, foi realizado um apanhado de ideias e conceitos sobre o assunto em estudo, buscando conciliar essa irretratável evolução jurídica a uma evolução cultural.

MARCO TEÓRICO

O enriquecimento do sistema jurídico em relação aos precedentes se dá no sentido de que essa decisão possa no futuro servir de orientação. Não se trata de uma interpretação subjetiva, mas de uma decisão sobre um caso concreto, seja uma sentença ou um acórdão, dependendo do

significado hermenêutico, essa mesma interpretação servirá de subsídio para casos posteriores. Entende-se por precedente uma decisão judicial, mas não se trata de qualquer decisão. Essa decisão precisa trazer acréscimo de sentido e exercer função de mediação entre texto e realidade (LOPES FILHO, 2020, p. 300). Dessa forma, pode-se dizer que nem toda decisão seja um precedente, nem mesmo que essa decisão seja importante no futuro o direito. Observa-se, nessa missão, o uso da hermenêutica para facilitar a mediação entre lei e realidade social. Faz-se necessário mencionar a diferença entre precedente e caso julgado. Segundo Lopes Filho (2020, p. 302), “o último não traz um ganho hermenêutico, pois tem como intenção resolver controvérsias entre as partes, apenas. Já o precedente, tem um ganho hermenêutico porque após solucionar uma controvérsia, terá uso prolongado”. Pode-se falar em desenvolver 15 um padrão de decisão, visto que o caso é importante. E possivelmente, já se observa a interposição de casos semelhantes em lapso de tempo. Nesse contexto, revela o norte-americano Ronald Dworkin (1999, p. 113) que “o voto de qualquer juiz é, em si, uma peça filosófica do direito, mesmo quando a filosofia está oculta e o argumento visível é denominado por citações e listas de fatos. A doutrina é a parte da jurisdição, o prologo silencioso de qualquer veredito”. A tradição jurídica, conforme convencionou-se acima, do *common law* – direito comum – pressupõe -se como um direito tipicamente costumeiro, construído no âmbito dos tribunais, a partir das relações sociais. Assim, leva-se em conta e privilegia todo o histórico do desenvolvimento social, o qual vem se moldando ao longo dos anos (BORGES DO VALE, p. 34). Essa tradição iniciou-se na Inglaterra, logo se espalhando pelos países de língua inglesa. Conforme Vale (2019, p. 34), é possível inferir que o marco de consolidação se deu após a conquista da Normandia. O direito inicialmente foi influenciado pelo jusnaturalista racionalista. Em seguida, pelo positivismo exegético. Verifica-se a aproximação dessas teorias com a produção legislativa. Assim, tem-se por base a Filosofia inglesa. O realismo jurídico não se aproximou da Filosofia, alegando que não se fazia importante para resolver os problemas do positivismo. Para o realismo, o Direito é aquilo que os tribunais decidem. Hart se aproxima da filosofia da consciência, usando como princípio da sua teoria a sociologia descritiva. Para o positivismo hartiano, o uso das palavras deve servir de base para o estudo jurídico. A Hermenêutica filosófica adequa-se mais a esse processo, ao passo que afasta o subjetivismo. Entende-se que se impossível o legislador se antecipar a toda e qualquer situação. Porém, prescreve que o julgador tenha autonomia para avaliar as situações práticas para chegar a um direito efetivo, obtendo uma segurança jurídica, ou seja, o juiz ao aplicar a lei não se sujeita às decisões dos tribunais.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa tomou-se como método a revisão bibliográfica. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 131), a finalidade da pesquisa científica de caráter bibliográfico “não é apenas um relatório ou uma descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos”. Concebe-se, portanto, que a pesquisa bibliográfica transcende ao caráter puramente exemplificatório, no qual são destacados conceitos desenvolvidos pelos teóricos que convergem 12 ou divergem dentro do campo da cientificidade. Ela aporta no caráter interpretativo, aspecto que necessita da inferência do pesquisador para fundamentar sua concepção a respeito do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível destacar aspectos importantes de precedentes judiciais, contidos no ordenamento jurídico do país, observando os impactos que os mesmos propiciam para a formação do pensamento e do comportamento jurídico e toda a relevância para a ajustamento de conduta pessoal e social. Evidenciou-se, inicialmente que há uma razoabilidade temporal na composição dos processos, mas não atende ainda as necessidades do mundo contemporâneo, pois ao longo da história a justiça acumulou uma demanda superior à sua capacidade interventiva. Esse aspecto acaba por favorecer que o trâmite regular das demandas judiciais ocorra de forma lenta, implicando na celeridade da justiça, pois o lapso temporal entre a petição inicial e o trânsito tramitado em julgado consome um espaço temporal imenso, desgastando o direito e o sentimento de justiça pela sociedade. É certo que, a justiça se consolida por meio do direito como matriz fundamental para a promoção da justiça, estruturada em procedimentos que dê celeridade ao trâmite temporal sem perder a qualidade da prestação jurisdicional. É notório que o tempo no cenário da justiça pode definir sua utilidade social, ou seja, se a justiça, por meio de suas instituições, apresenta a sociedade uma resposta rápida ao fato concreto, expressa a todos uma compreensão de que o bem sobrepõe ao mal, contudo, quando ocorre o contrário e, a morosidade principia no próprio andamento dos procedimentos processuais mais simples, contraindo obstáculos e dificuldades para a conclusão do problema, culmina por comprometer a credibilidade das garantias processuais e do próprio fazer da justiça. Outro aspecto observado no desenvolvimento deste trabalho consistiu na compreensão que o acesso à ordem jurídica justa diz que as decisões oriundas do judiciário devem ir em encontro a igualdade de tratamento dos litigantes, bem que sejam previsíveis, seguras e efetivas, buscando a concretização dos direitos fundamentais, nesse caso específico, obedecendo a razoável duração do processo. Buscando e apresentando soluções com base em parâmetro justificável e seguro. Conclui-se, portanto, destacar que na atual prática forense, ainda se vislumbra situações em que o juízo de piso se manifesta em sentido contrário ao que vaticinou, por exemplo, O superior Tribunal de Justiça, em sede de decisão não vinculante, de tal sorte que a interposição de recursos, com vistas a levar a matéria à apreciação da Corte cidadã, a fim de que prevaleça o já pacificado entendimento do STJ. Nesse sentido, verifica-se que todo os passos após a sentença do juiz de primeiro grau poderiam ter sido evitados, pois a decisão poderia ter sido decidida em função do entendimento já consolidada.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Samuel Miranda. **O direito fundamental à razoável duração do processo**. Brasília: Brasília jurídica, 2006.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Poderes instrutórios do Juiz**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DWORKIN, Ronald. **O império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

LOPES FILHO, Juraci Mourão. **Os precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro**. Salvador: JusPodivm, 2020.

VALE, Luís Manoel Borges do. **Precedentes vinculantes no processo civil brasileiro e a razoável duração do processo**. 1.ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2019.

DIREITO DE FAMÍLIA: AÇÕES E IMPACTOS DO DIVÓRCIO NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS

Lucianni dos Reis Gonçalves da Silva (Aluna do curso Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: lucianni.silva@fvj.br)

Jaks Douglas Uchôa Damasceno (Professor-mestre do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br)

RESUMO

O divórcio é um instrumento jurídico que viabilizou a dissolução do casamento civil, objeto esperado por um universo de casais que permaneciam casados, embora não mantivessem mais uma relação harmônica ou não tenham convivência conjugal. Ao final da década de 1970, o Congresso Nacional atendeu a um forte apelo social, aprovando a Lei nº 6.515/1977, que instituiu a Lei do Divórcio. A concepção de que a união entre o homem e a mulher segue um laço indissolúvel, construída ao longo da história pela Igreja foi determinante para consolidar a concepção de Família, como instituto social indissolúvel e o sacramento como sagrado diante aos olhos de Deus. Essa concepção ideológica consolidou a ideologia social e política do Estado brasileiro, tornando-se o principal elemento de defesa na discussão da dissolução dos vínculos civis do matrimônio. Somente com o Código Civil de 1916, foi possível inserir o desquite, como instrumento para promover a separação conjugal, embora permanecesse o vínculo civil. A separação jurídica instituída pela Lei nº 6.515/1977, foi outro instrumento instituído para dispor a separação judicial, a dissolução do casamento, ou a cessação de seus efeitos civis. O presente trabalho tomou como metodologia a pesquisa bibliográfica e objetivou compreender como o divórcio impacta na vida da família e reflete para a formação social, psicológica e moral de seus membros. A pesquisa bibliográfica consolidou o caminho metodológico adotado para a realização do presente trabalho.

Palavras Chaves: Lei do Divórcio. Desquite. Separação. Família

1. INTRODUÇÃO

A literatura destaca que essa realidade produz um cenário complexo, principalmente quando se toma como parâmetro de análise o aspecto religioso, cuja tradição é normatizada pelo aspecto da constituição familiar como instrumento de procriação e perpetuação da prole familiar, no qual é fundamentada na lei, divina e jurídica, do casamento como laços indissolúveis entre marido e mulher.

É nesse contexto que se insere o divórcio, um instrumento jurídico que possibilitou as pessoas que contraíram o matrimônio poderem propor e determinar o fim do casamento, quando a convivência cotidianamente maritalmente já não era mais possível e a compatibilidade afetiva ou conjugal no casamento não existia mais. Dessa forma, ao final da década de 1970, o Congresso Nacional atendeu a um forte apelo social, aprovando a Lei nº 6.515/1977, que instituiu a Lei do Divórcio, e possibilitou profundas mudanças sociais no Brasil, visto que o único instrumento legal utilizado para efetivar uma separação conjugal neste período era o desquite.

Dentro do campo metodológico, o desenvolvimento deste trabalho terá como método de pesquisa a revisão bibliográfica, de cunho qualitativo e com viés analítico. O estudo tem como objetivo principal analisar como a literatura jurídica, a jurisprudência e a doutrina apresenta os impactos que o divórcio provoca no cotidiano das famílias e, para alcançá-lo, foi promovido

inicialmente o levantamento de material bibliográfico de livros, teses, dissertações e artigos publicados em sites de cunho científico, revistas e estudos sobre o tema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica aportou autores que desenvolveram trabalhos sobre a temática divórcio e seus impactos no âmbito familiar, apresentando definições e conceitos como Dias (2016), Nogueira (2006), Faveri (2007), Santos (2002), Gagliano e Pamplona Filho (2013), na perspectiva de dar a conotação científica necessária a um trabalho acadêmico. O conjunto obtido do acervo bibliográfico foi imprescindível para a elaboração dos conceitos apresentando ao longo da pesquisa, bem como promover as discussões sobre o tema pesquisado, destacando para aspectos jurídicos e científicos para a dissertação do tema em estudo.

3 METODOLOGIA

A trilha metodológica adotada para o desenvolvimento do presente trabalho seguiu a pesquisa bibliográfica, como forma de constituir um acervo composto por artigos, monografias, teses de dissertação, disponibilizados nas plataformas acadêmicas ou científicas, alinhado à temática do divórcio e seus impactos no âmbito familiar, tanto no campo teórico, como jurídico. Também foi feito o levantamento da legislação que regula o divórcio, com ênfase a Lei Nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, bem como a análise, por meio da literatura de quais impactos esse instituto causa no âmbito familiar.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O divórcio é o termo legal que determina o fim de uma relação matrimonial, conforme destaca a Lei Nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, em seu artigo 2º, IV – “A Sociedade Conjugal termina [...] pelo divórcio”. A Lei é bastante clara ao estabelecer que um vínculo (o matrimônio), constituído por meio de um procedimento jurídico (o casamento civil), se pode ser dissolvido por um outro ato jurídico, o divórcio, que é uma sentença proferida por um juiz. (BRASIL, Online).

Faveri (2007, p.337), conceitua o divórcio como “(do latim *divortium*), o pressuposto é ter havido um casamento, condição para que seja dissolvido o vínculo matrimonial, ficando ambos os divorciados livres para contrair novas núpcias, se o desejarem”. Evidencia-se, portanto, que o divórcio é a dissolução definitiva do vínculo civil, contraído pelo matrimônio, não restando ao casal nenhuma relação além das responsabilidades sobre os filhos.

Desta forma, Gagliano e Pamplona Filho (2013, p. 518) coloca que o divórcio é,

Medida dissolutiva do vínculo matrimonial válido, importando, por consequência, a extinção de deveres conjugais. Trata-se, no vigente ordenamento jurídico brasileiro, de uma forma voluntária de extinção da relação conjugal, sem causa específica, decorrente de simples manifestação de vontade de um ou ambos os cônjuges, apta e permitir, por consequência, a constituição de novos vínculos matrimoniais.

Destaca-se, nesse contexto, que o divórcio é o mecanismo legal para dissolução de relacionamentos constituídos em cartório, por meio do casamento e, para que o mesmo ocorra, junto ao juiz, não requer que sejam apresentados motivos, que venham a justificar, basta o desejo de fazê-lo. Embora esse procedimento nem sempre ocorra de forma harmônica, consensual, principalmente quando envolve bens patrimoniais ou “traição”.

4.1 O divórcio dos pais: não extingue a responsabilidade para com os filhos

O divórcio deu resolutividade a muitos problemas oriundos da relação conflituosa entre marido e mulher, mas muitas dissoluções dos vínculos conjugais parecem ter se estendido aos demais integrantes da família, principalmente aos filhos. Embora a Lei estabeleça o dever de cuidar, as obrigações dos pais para com os filhos não se extinguem por conta da separação de fato.

A responsabilidade e o dever de cuidar da família, mais especificamente dos filhos, sempre recaiu sobre a figura do marido, inclusive, nos códigos e nas leis, aspecto que evidencia transcender o aspecto jurídico, aportando nos campos cultural e humano. Contudo, muitos pais, ao obterem a certidão de divorciado, parecem compreender que, suas responsabilidades com a ex-família se extinguem, gerando graves consequências para a sobrevivência dos filhos.

4.2 Divórcio na família: um futuro incerto para os filhos

A dimensão da ruptura de um relacionamento entre os pais é tão impactante para muitos filhos que chega a transcender nas duas extremidades, do medo ao alívio, como ressalta Melo e Miccione (2014, p. 2):

Para algumas crianças o divórcio foi um acontecimento terrível, pois experimentaram medo do abandono e acreditavam que um dos pais ao deixar a casa a deixariam também, elas passaram a apresentar receio de ser abandonada pelos pais. Para outras crianças significou alívio onde vivenciavam conflitos constantes e acabavam inevitavelmente ficando no meio, de modo que incumbia aos pais declarar a trégua.

Este quadro tende a se agravar quando um dos pais resolve utilizar os filhos como meio de atingir o outro, seja para resolver problemas de partilhas de bens, valores de pensão alimentícia ou tão somente quanto a guarda compartilhada. Dessa forma, uma atitude mesquinha, egoísta do cônjuge que, não exista em provocar criar uma situação de constrangimento para obter um resultado desejado, embora que seja com o próprio filho.

Contudo, como ressalta Melo e Miccione (2014), para muitas crianças essa realidade pressupõe um alívio, pois, a saída do pai do ambiente doméstico significa eliminar o foco de violência doméstica, vivenciada e presenciada pelas mesmas, nas quais acabavam por virar um ambiente de terror, pelas agressões provocadas às mães e aos próprios filhos.

4.3 Enfim divorciados: o recomeçar sob a sombra do estigma da separação

A emissão da certidão de divórcio, ou melhor, certidão de casamento com averbação do divórcio, extingue os vínculos constituídos com o casamento civil, mas, estar divorciado é um estado civil que nem sempre expressa o que a pessoa tem internalizado. São sentimentos diversos que, dependendo da realidade vivenciada no casamento, pode imprimir sentimentos de medo, dúvidas, alívio, desespero e até felicidade.

Contudo, o sentimento de perda é o que mais se mantém presente no processo que culmina com o divórcio e, este, pressupõe a um estado de luto, como destaca Araújo (2015, p. 100)

No processo de separação, há uma sintomatologia do luto que pode desenvolver-se, apresentando-se como doloroso e intenso e, em alguns casos, mesmo após um período extenso dessa desvinculação afetiva, os sentimentos de decepção e mágoa se fazem presentes, perdurando e transformando esse momento em uma circunstância traumática que promove a desestabilidade emocional. E o reestabelecimento do estado civil de solteiro.

Concebe-se, portanto, que a ruptura do relacionamento traz desgastes sociais, econômicos, mas principalmente sentimentais, nos quais expõem os indivíduos a sofrimentos profundos,

principalmente porque, os laços que os uniram foram, por um momento, de amor, de carinho, companheirismo, cumplicidade. Assim, reconhecer que tudo isso se dissolveu com uma assinatura no cartório, traz à tona o sentimento de decepção e mágoa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissolução do casamento é um tema presente historicamente na sociedade brasileira, alcançando a todos os segmentos sociais por refletir um mecanismo que deveria ser aplicado para resolver um problema de ordem de relacionamento afetivo e interpessoal entre marido e mulher, que, descobriram incompatibilidade para a permanência da coabitação. Ou seja, um acontecimento comum no campo do inter-relacionamento, pois ninguém pode ser obrigado a conviver maritalmente com quem não tem vínculos afetivos e simples como mecanismo legal, pois deveria ser analisada a forma de divisão patrimonial e a responsabilidade civil para com os filhos.

Contudo, o estado conservador enraizado na estrutura social do país e a influência da Igreja Católica na formação ideológica e política causaram entraves de a forma, na defesa da família como um instituto sagrado aos olhos do divino e, portanto, indissolúvel, pois o preceito instituído pela Cúria Romana consiste em “até que a morte os separe” e “casamento é para sempre”.

O divórcio só veio a ser efetivado no Estado brasileiro com a promulgação da lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando a dissolução do casamento e a extinção dos vínculos civis entre os casais. Por meio dele, muitos casais que se encontravam separados de fato pode manter a separação de direito, embora o mesmo ainda tenha mantido algumas situações, como o lapso temporal para a materialização do procedimento.

É salutar informar que o divórcio extingue o vínculo entre marido e mulher, mas a responsabilidade para com os filhos e incapazes são perpétuos, aspecto que significa que os pais, mesmo após a separação judicial, têm o dever de prover condições para alimento, educação, saúde, nos termos que estabelece a lei.

Conclui-se, assim, que o divórcio é um instituto importante e necessário para a resolução de situações onde a coabitação entre os casais não mais sejam possíveis e viáveis. É necessário, contudo, compreender que, tudo que envolver sentimentos, vem carregado de subjetividade, pois cada pessoa é dotada de dimensões imensuráveis de complexidade, aspecto que põe de lado a razão e, portanto, difíceis de serem resolvidos. É nessa instância que atua a justiça, a perspectiva de consolidar a lei para restabelecer o direito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Janaina Andrade Tenório. **Perda por Divórcio: Descontruindo a conjugalidade**. 4º Congresso Ibero-Americano em investigação Qualitativa / 6º Simpósio Internacional em Educação e Comunicação - investigação Qualitativa em Saúde//Investigación Cualitativa en Salud//Volume 1 – 2015.

BRASIL. **LEI Nº 6.515/1977, de 26 de dezembro de 1977, Lei do Divórcio**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm. Acesso: setembro/2020.

FÁVERI, Marlene de. **Desquite e divórcio: a polêmica e as Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa**. Caderno Espaço Feminino, v. 17, n. 01, jan. /jul. 2007.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – **Direito de Família: as famílias em perspectiva Constitucional**. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

MELO, Neiva Soares de Almeida; MICCIONE, Mariana Morais. **AS CONSEQUÊNCIAS DO DIVÓRCIO DOS PAIS SOBRE O desenvolvimento infantil: contribuição da abordagem cognitivo-comportamental.** Rev. Estação Científica - Juiz de Fora, nº 12, julho – dezembro / 2014. Disponível: http://portal.estacio.br/docs%5Crevista_estacao_cientifica/03.pdf.

VENOSA, S. S., **Direito Civil: Direito de Família** – Volume 6. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007. 459 p.

TRABALHO INTERMITENTE: TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

Janeilson Barboza Gomes (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: janeilson1925@gmail.com); Orientador: Prof. Me. Adriano Pascarelli Agrello (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ).

Resumo

O presente trabalho dedicou-se a investigação do Tráfico de Pessoas para as modalidades de Exploração Sexual e Trabalho análogo a escravo, analisando o cenário pátrio e mundial, bem como a evolução do crime e das violações de direitos que o caracterizam, notadamente a violação à dignidade da pessoa humana. O trabalho também desenvolveu a análise das principais finalidades do tráfico de pessoas com foco no tráfico de pessoas para exploração sexual, que é uma subdivisão do tráfico de pessoas para trabalho análogo a escravo. Depois, de compreender esses tópicos, foi realizada uma pesquisa das legislações internacionais e nacionais, chegando então até ao Protocolo de Palermo, que com sua criação visou proteger e dar assistência às vítimas e também, punir os traficantes, Protocolo este que foi aderido por diversos países inclusive o Brasil. Para tanto, foi necessária a identificação do perfil geralmente encontrado de vítimas e traficantes. Em complemento, foram elencados os principais tratados internacionais e as formas de enfrentamento adotadas pelo Brasil, por meio do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. No que se refere a opções metodológicas, trata-se de pesquisa de vertente jurídico-sociológica, de tipo interpretativo, com predomínio de raciocínio dedutivos e fonte diretas, consultadas mediante adoção de procedimento de análise de conteúdo já escritos. Um dos principais motivos que chamam a atenção e motiva a prática do tráfico de pessoas é a falta de fiscalização e prevenção, que permite aos traficantes obter altos lucros, que se aproveitam da grande facilidade de deslocamento e comunicação nos dias atuais.

Palavras-chave: Tráfico de pessoas. Exploração sexual. Trabalho escravo. Vítimas e traficantes.

Introdução

O tráfico é uma atividade explorada em qualquer país do mundo, de forma doméstica, inter-regional ou transregional. O tráfico de pessoas também pode se caracterizar como internacional, quando há o tráfico de alguém de um país para outro, ou como interno, quando esse ilícito ocorre dentro de um mesmo Estado, de uma localidade para outra, que pode ser para um outro município, estado membro ou região. Assim, com o crescente número de casos de tráfico de seres humanos no mundo, esse é um tema que gera grandes discussões, especialmente no que se refere à sua conceituação e às medidas de proteção que devem ser asseguradas pelos Estados àqueles que foram objeto desse delito (MARTINS, 2015).

Visto como fenômeno criminal altamente complexo, o tráfico de seres humanos constitui um negócio muito rentável. Pessoas são exploradas de várias formas: trabalho doméstico, lavoura, na construção, na indústria. As ferramentas de manutenção dessas pessoas em situação degradante são, além da escravidão, a violência.

Assim, o tema em questão torna-se de grande relevância acadêmica, social e política, já que fere a dignidade da pessoa humana, a saúde da vítima, usurpa-lhe a possibilidade de arrependimento (pela imersão em dívidas impagáveis, troca constante de boate, árdua jornada de trabalho movida a bebida e droga), cresce de maneira absurda a cada ano e é de tão difícil reversão.

Como problema de pesquisa apresenta-se: quais os elementos facilitadores do tráfico de pessoas e exploração sexual?

Assim, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal analisar as medidas e dispositivos legais, preventivos e repressivos, que visam conter o progressivo aumento dos crimes de tráfico de pessoas para fim de exploração sexual, previstos no Código Penal. Os objetivos específicos são: Identificar a aplicação do Protocolo de Palermo no âmbito jurídico do Brasil; Realizar um estudo histórico dessa problemática, verificando como se deu o tráfico de seres humanos em outras épocas no Brasil; Introduzir o arcabouço histórico e o marco legislativo internacional sobre o tráfico humano.

Evolução histórica

O tráfico de seres humanos é uma prática antiga, iniciada no período da Antiguidade Clássica, manifesta inicialmente na Grécia, e posteriormente em Roma. A figura do tráfico, nessa época, emergia das guerras e estava vinculada a obtenção de prisioneiros para atuar em condições de escravidão (ARY, 2009).

A existência de seres humanos submetidos à servidão da Pólis era algo considerado natural na Grécia Antiga, e inclusive a prática era defendida por filósofos. Assim, narra Aristóteles (1998, p. 11 apud CASTRO, 2007 p. 19):

O tráfico de pessoas (TP) faz parte da história de nosso país. Não se trata só do tráfico negreiro, que perdurou até o século XIX, mas também de mulheres estrangeiras traficadas para a prostituição, as famosas “francesas”, que vieram para o Brasil no final do século XIX e início do século XX (ALMEIDA, 2011).

Metodologia

Caracteriza-se por um levantamento e estudo bibliográfico, que, segundo Gil, “se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto” (2012, p. 43).

Neste contexto o trabalho desenvolveu-se através de obras e artigos científicos disponibilizados na internet.

Resultados e conclusões

Importante entender e concluir que, todas as formas de tráfico humano trazem consequências graves para as vítimas, tanto psicológicas, quanto físicas, e são graves violações aos direitos humanos. Mulheres vulneráveis que recebem promessas de uma vida melhor no exterior e são enganadas pela quadrilha têm seus documentos apreendidos pelos criminosos

e, por esse motivo, a possibilidade de libertação dessas pessoas se torna ainda mais dificultosa.

Esta pesquisa não se finda aqui. Deve-se sempre estar alerta e atento as inovações no ordenamento jurídico nacional acerca dessa temática, não permitindo que o combate ao tráfico de pessoas saia do foco dos governos e população.

Referências

ARY, Thalita Carneiro. **O tráfico de pessoas em três dimensões**: evolução, globalização e a rota Brasil-Europa. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

ALMEIDA, Hugo Tiago. **Tráfico Internacional de Mulheres**: Conceituação, dados e legislação aplicável ao tema. 2011. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/tr%C3%A1fico-internacional-de-mulheres-conceitua%C3%A7%C3%A3o-dados-e-legisla%C3%A7%C3%A3o-aplic%C3%A1vel-ao-tema> Acesso em: 08/11/2020.

AUSSERER, Caroline. **O controle em nome da proteção**: análise crítica dos discursos sobre o tráfico internacional de pessoas. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2007.

BRASIL. **Decreto/lei nº. 5.017, de 12 de Março de 2004**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm . Acesso em: 23/10/2020.

BRASIL. **Decreto N° 5.948, de 26 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **II Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas**. – Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CABREIRA, Thiago Guimarães. Análise histórica do tráfico internacional de pessoas. Direito Civil. 2016. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/47729/analise-historica-do-trafico-internacional-de-pessoas> Acesso em: 23/04/2021

CARVALHO, Marcela Vasconcelos. **Tráfico de pessoas**: pesadelo que movimentava 32 bilhões de dólares por ano, 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Derecho-y-Cambio_n.55.24.pdf . Acesso em: 28/09/2020.

CASTRO, Mary Garcia. **Violações Internacionais e Violações de Direitos Humanos Hoje**. Tráfico de Pessoas: uma Abordagem Política. Uma publicação do SMM – Serviço à Mulher Marginalizada. 2007.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Tráfico de Pessoas – Lei 13.344/2016 comentada por artigos**. Salvador: Editora Juspodivm. 2017.

DELMANTO, Celso, et all. **Código Penal Comentado**. 5^a. ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: 2010, Renovar, p.118-119.

FEMINICÍDIO: CIRCUNSTÂNCIA QUALIFICADORA DO HOMICÍDIO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Francisca Fabiana Leandro Lopes¹ (Aluna do Curso de graduação em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: fabiana.lobes@fvj.br), Jackeline Ribeiro e Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo geral analisar os casos de feminicídio no Brasil, destacando a inserção do Feminicídio, feita pela Lei 13.104/2015 e suas motivações. Assim, este estudo tem por objetivo específico analisar a violência contra a mulher com enfoque na tipificação do feminicídio. O método utilizado, constituiu-se em um levantamento de fontes teóricas e documentais, esta temática embasa a seguinte questão de partida: O direito penal pode ser instrumento no combate à violência de gênero? O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, foi abordado a origem da violência e mecanismos de proteção como a criação da lei Maria da Penha, e lei do feminicídio. No segundo, analisou-se a violência doméstica como a tipificação do feminicídio e dados do mapa da violência 2015. Por fim, o terceiro discorre - se acerca da violência intrafamiliar em decorrência da pandemia, e políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica.

Palavras-Chave: Feminicídio. Qualificadora. Lei 11.340/2006. Violência Doméstica.

INTRODUÇÃO

Durante séculos a mulher foi vítima da opressão, fruto do sistema patriarcal que molda a sociedade. Esse fator tornou o processo de emancipação da mulher numa tarefa árdua, as mais diversas formas de violência contra as mulheres são as manifestações das desigualdades, construídas historicamente, que ainda se encontram presentes em um contexto social, cultural e econômico que perdurou durante séculos até alcançar o status que possui hoje.

Os movimentos que buscam condições igualitárias para mulheres há anos atuam e tomam forma e força, através dos mais diversos meios de comunicação. Entretanto, apesar da ampla divulgação e das conquistas legais que visam a proteção da mulher, muito há que se fazer para que a violência contra a mulher saia da invisibilidade. A Constituição Federal de 1988 possibilitou a criação e ampliação de medidas de enfrentamento aos direitos das mulheres.

Com a evolução da sociedade e os altos índices de morte de mulheres houve a necessidade de o Estado tratar com maior rigidez tais crimes, portanto, além da lei Maria da Penha a Lei nº 13.104/2015 de 09 de março lei do feminicídio, alterou o art. 121 do Código Penal trazendo uma inovação para o crime de feminicídio com a alteração, foi introduzido uma nova seção qualificadora dos homicídios, o que torna a pena maior definindo-o como uma qualificadora do homicídio doloso, de competência do Tribunal do Júri expressamente rotulado no rol de crimes hediondos.

Diante desta situação emblemática exposta, o presente estudo busca analisar o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio no sistema penal

brasileiro e como o direito penal pode ser instrumento no combate à violência de gênero. Esta temática embasa a seguinte questão de partida: O direito penal pode ser instrumento no combate à violência de gênero?

Este presente estudo tem como objetivo geral analisar os casos de feminicídio no Brasil, destacando a inserção legislativa do Feminicídio, feita pela Lei 13.104 de 2015 e as motivações que levam ao feminicídio em uma perspectiva histórica e social, busca-se analisar maneiras de enfrentamento e prevenção .

Assim, o objetivo específico deste estudo é analisar a violência contra a mulher com enfoque na tipificação do feminicídio como qualificadora do homicídio, com base na Lei nº13.104/2015, e à tipificação da qualificadora do feminicídio no rol dos crimes hediondos. E identificar o aumento de morte de mulheres vítimas de feminicídio e Interpretar de forma sistemática os tipos de violência de acordo com o artigo 5º da lei Maria da Penha que configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero.

METODOLOGIA

O método utilizado para tanto, é descritivo analítico constituiu-se em levantamento de fontes teóricas e documentais no universo de registros sobre feminicídio em banco de dados secundário e produção científica nacional sobre direito penal e violência doméstica e de gênero. E a pesquisa foi em grande parte análise documentais, legislação vigente e em sites e doutrina. O estudo utilizado foi uma pesquisa qualitativa, sendo abordado aspectos subjetivos de fenômenos e comportamentos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Flávia Piovesan (2012, p. 73), os direitos humanos das mulheres “refletem, a todo tempo, a história de um combate, mediante processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana, como invoca, em sua complexidade e dinâmica, o movimento feminista, em sua trajetória plural .”

A violência contra a mulher tem raízes profundas que estão situadas ao longo da história sendo, portanto, visível sua desconstrução. A passos lentos, somente em 1988 houve a necessidade de a Constituição Federal inserir, em seu artigo 226, § 8º, a igualdade os direitos entre homens e mulheres, o que tornou o Estado responsável para criar mecanismos que reprimissem a violência no âmbito das relações familiares.

Na busca pelo o fortalecimento do combate à violência contra a mulher a Lei nº 13.104/2015 - lei do feminicídio - trouxe em seu texto a busca de uma luta legal pelo combate da violência doméstica, familiar e menosprezo à condição de mulher, considera-se assim que a qualificadora associada é a subjetiva, pois no feminicídio a qualidade do crime é o sexo feminino.

Para Rogério Sanches, (2018, p. 65) se a conduta do agente é movida pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher, aí sim temos feminicídio. No entanto, é importante observar que a lei 13.104/2015, que introduziu o feminicídio como uma das qualificadoras do crime de homicídio, alterou o Código Penal brasileiro, punindo de forma mais rigorosa os agressores que cometerem o homicídio em função da condição do sexo do gênero.

Ao tipificar esse delito, para o crime de feminicídio e classificá-lo como crime hediondo, esperava-se que houvesse uma mudança radical na redução da sua prática. Contudo, ainda temos dados alarmantes é essa invisibilidade que mata. Nesse contexto, há uma necessidade de maior proteção à mulher a partir de uma análise dos

instrumentos do Direito Penal fundado em um tratamento punitivo mais severo no que se refere aos crimes de violência contra a mulher.

CONCLUSÕES

Nesse sentido, conclui-se que o Brasil continua a ser um país violento para as mulheres, analisa-se a violência doméstica e familiar, sexual, psicológica, moral, altas taxas de homicídios de mulheres por condição de gênero tipificados como feminicídio. Demonstra-se a necessidade de uma ação mais incisiva da esfera governamental no enfrentamento da questão da violência contra a mulher no atual contexto, advindo de uma cultura com profundas raízes históricas e disseminada na sociedade.

No entanto, mudanças continuam a acontecer no sentido de reverter a trágica realidade que vivenciam as mulheres em relação a insegurança, muito tem sido feito para que as leis e políticas públicas possam ser efetivamente implementadas e mais mulheres encontrem condições para acessar direitos e encontrar justiça e as respectivas políticas públicas de enfrentamento a esse grave problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PIOVESAN, Flávia. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres*. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 70-89, 30 de maio de 2021

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres**. Pdf. Casa Civil, Brasília-DF, 2006.

Lopes, Wanessa Kelly Pinheiro. "Do Global ao Especial: **Normas Internacionais e Normas Internas de Proteção à Mulher**." *Revista Direito & Dialogicidade* 6.1 (2015): 28-44. Pdf 03/06/2021

CUNHA, R. S. **Manual de Direito Penal: Parte Especial**. 10.ed.São Paulo: Editora Jusodivm, 2018.

A VIOLÊNCIA COMEÇA ONDE TERMINA A FALA. Disponível em:

<<http://osascoemfoco.com.br/2019/03/08/femicidio/>>. Acesso 28 mar 2021.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784> Acesso em: 15, maio de 2021.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO .DOSSIÊ FEMINICÍDIO 2015.Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/#brasil-e-o-5o-no-ranking-de-homicidios-de-mulheres> Acessado em 14/06/2021

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE DA (IN) APLICABILIDADE

Francisco Evanildo Pereira (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: Evanildo.pereira@fvj.br);

Orientador: **Francisco das Chagas da Silva** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: francisco.silva@fvj.br).

Co-Orientadora: **Luana Prado** (professora-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: luana.prado@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica e tem por objetivo analisar como a literatura jurídica e científica observam os princípios constitucionais e sua (in)aplicabilidade na administração pública, na gestão do Estado. A Constituição Federal, em seu artigo 37, estabelece um rol de princípios que objetiva normatizar as ações do ente público e seus gestores, com finalidade de promover o desenvolvimento social e o bem-estar da coletividade. Ao condicionar a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, evidencia a preocupação que os legisladores observaram com as práticas administrativas dos gestores públicos, na tentativa de controle administrativo e exclusão de práticas como o abuso de poder, a falta de ética, a corrupção e a inoperância da máquina pública e da inaplicabilidade da lei.

Palavras chaves: Administração pública. (in)aplicabilidade da lei. Princípios da administração. Gestão pública.

1 INTRODUÇÃO

A literatura e os fatos jurídicos têm apontados que os atos administrativos de gestores público têm contrariado os preceitos previstos pelos princípios constitucionais da “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988), contidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Desta forma, percebe-se que há desvios de condutas que culminam por tornar a gestão pública espaços de negócios com interesses próprios e pessoais, aspectos que desconstruem todo o campo legal para o qual foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Inclui-se, no campo teórico desta pesquisa, apresentar os conceitos e as finalidades para as quais foram constituídas a gestão pública, na perspectiva de elaborar algumas razões que levaram a personalização e, até mesmo, a privatização dos espaços públicos, aspectos que desencadearam os desvios de finalidades e as práticas ilícitas dentro dos órgãos públicos neste país.

Assim, é comum associar o poder público ao administrador, pois há uma compreensão do senso comum, que liga a administração pública ao chefe do executivo, fundindo a função ao espaço, pelo poder exercido, desconfigurando os preceitos normativos que regem a administração pública e todos os instrumentais de gestão submetidos ao administrador.

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica aportou autores que desenvolveram trabalhos nas áreas da administração e gestão pública, apresentando definições e conceitos como Silva (2008), Paludo (2013), Carneiro e Menicucci (2013), Mendauar (2016), Cavalcante (2017), na perspectiva de dar a conotação científica necessária a um trabalho acadêmico. O conjunto obtido do acervo bibliográfico foi imprescindível para a elaboração dos conceitos apresentando ao longo da pesquisa, bem como

promover as discussões sobre o tema pesquisado, destacando para aspectos jurídicos e científicos para a dissertação do tema em estudo.

METODOLOGIA

A trilha metodológica adotada para o desenvolvimento do presente trabalho seguiu a pesquisa bibliográfica, como forma de constituir um acervo composto por artigos, monografias, teses de dissertação, disponibilizados nas plataformas acadêmicas ou científicas, alinhado à temática da administração pública, tanto no campo teórico, como o doutrinário e jurídico. Também foi feito o levantamento da legislação que regula a administração pública, bem como estabelece normas, princípios e aporte legal para os atos administrativos, dentre as quais destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federada, a Lei nº 8.429/92, que estabelece as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública, a Lei nº 8.666/1993 (Lei das Licitações), dentre outras que impactam na regulamentação do tema no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Constituição brasileira destaca cinco princípios que sistematizam o campo da gestão na administração pública, na perspectiva de condicionar o gestor a segui-los como forma de promover na gestão dos recursos públicos a lisura e a transparência necessária no processo administrativo. Princípios são imposições ou pressupostos de um sistema que garantem a legitimidade do processo, ou seja, os princípios de gestão pública constituem os fundamentos de validade da ação administrativa (LOZANO, 2000).

A instituição desses princípios pelo legislador constitucional evidencia claramente a necessidade e a importância de se estabelecer uma gestão pública pautada no senso da justiça, do bem comum da coletividade, da moral, da ética e da eficácia, distanciando a possibilidade de prevalência do interesse privado, pessoal ou favorecimento da máquina pública em prol de grupos dominantes da política ou do setor econômico. Contudo, instituir uma administração pública que adote e obedeça aos princípios instituídos da administração pública é um grande desafio.

Evidencia-se, portanto, que os princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal do Brasil são normas que todo gestor público deve cumprir e, ao descumpri-lo, o gestor inflige a lei, cometendo um crime contra a administração pública, o que deve ser punido conforme determina as normas jurídicas, fato que, devido aos recursos legais e as manobras realizadas pela força do poder político e econômico, poucos são alcançados pela Lei (BRASIL, 1988).

No entanto, por ser um ente público e por ter como finalidade o desenvolvimento e o bem-estar da coletividade, a administração pública está alicerçada na Lei Magna do Estado brasileiro que define, ser a administração pública. De acordo como a Constituição Federal, em seu art. 37, coloca que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

O rol normativo vigente no país elenca leis que tem como finalidade alinhar a administração pública como expressa a Lei nº 9.784/99, na qual estabelece em seu Art. 2º, que “A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência” (BRASIL, 1999). A Lei nº 8.666/93, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras,

alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 1993).

Contudo, a gestão pública tem sido notícia cotidianamente por situações onde o administrador, ou o agente público, de uso do poder a ele outorgado, utilizando a máquina pública como veículo de promoção pessoal ou de seu grupo político. Essa atitude, culmina por contrariar completamente o que estabelece a lei e descaracterizando os princípios constitucionais, tornando os espaços públicos, ambiente de corrupção ou de personificação de entes políticos. Agir com probidade, defender o interesse público, estabelecer a boa-fé como prática de gestão são princípios essenciais na administração pública. Esses dispositivos devem ser aplicados de forma universal, afastando a pessoalidade, o interesse privado, o abuso do poder ou seu uso arbitrário do exercício administrativo público.

Os crimes atribuídos aos administradores, impressos na mídia, resulta em um percentual baixo em que a lei consegue alcançar e aplicar as penalidades contidas nos códigos, mas há um universo que transcende a capacidade de investigação das instituições competentes. A força política e as oligarquias do poder instituído, comandado por grupos partidários seculares, apropriam-se de espaços estratégicos e se mantêm no poder como forma de prevalecer os interesses pessoais e explorar os recursos públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, DF, 1999.

_____. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília, DF, 1992

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações)**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

CAVALCANTE, Pedro. **Gestão pública contemporânea: Do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Texto para Discussão, No. 2319, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2017.

LOZANO, José Ricardo Leal. **Gestão pública princípios gerais**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC – GOIÁS, 2000.

MEDAUAR, Odete; **Direito Administrativo moderno**. 21. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO José Emmanuel. **Direito Administrativo brasileiro**. Ed. JusPodivm – 44ª edição, revista, atualizada e aumentada, 2019.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PINTO, Alexandre Guimarães Gavião. **Os Princípios mais Relevantes do Direito Administrativo**. Revista da EMERJ, v. 11, nº 42, 2008.

SILVA, Marivane da. **Teoria da administração pública** / Marivane da Silva. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2008. – 134 p. – (Coleção educação a distância. Série livro-texto). Disponível:

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/207/Teoria%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABblica.pdf?sequence=1>. Acesso: Março, 2021.

LEI DAS FAKE NEWS: ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE LEI 2.630/2020

Daniel Silva de Souza (Aluno do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe E-mail: Daniel.direito@fvj.br),

Orientador: Professor. Me. Sandro L. B. Novais (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: Sandro.novais@fvj.br).

RESUMO

A popularidade dos meios de comunicação *online*, estão em contínuo crescimento. A facilidade e a democratização dessas ferramentas, possibilitam a difusão de diferentes ideais, enriquecendo discussões e debates fundamentais para uma democracia saudável. Todavia, a divulgação de notícias falsas e imprecisas compartilhou do mesmo crescimento, de tal modo a causar danos a milhares de pessoas e até mesmo interferir em eleições. Em resposta, o poder legislativo aprovou o projeto de Lei 2.630/2020 que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet com intenção de combater as “*Fake News*” que possam causar danos individuais, coletivos ou até mesmo à democracia. Nesse contexto, a presente pesquisa objetivou analisar as principais regulamentações, os métodos utilizados para o combate efetivo à desinformação, bem como os possíveis impactos no direito fundamental da liberdade de expressão. No trabalho científico, desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa dos materiais, comprovou-se que o atual texto do projeto de lei, apresenta indubitáveis riscos à privacidade, à segurança das informações pessoais dos usuários, bem como evidente cerceamento à liberdade de expressão.

Palavras-chave: Projeto de lei, *Fake News*, Liberdade de expressão.

1. INTRODUÇÃO

O combate às *Fake News* está no centro do debate no mundo inteiro. No período eleitoral de 2018, a dimensão de tal problema tomou visibilidade nacional. Os impactos sociais, políticos e econômicos da desinformação e disseminação criminosa de notícias inverídicas, motivaram os parlamentares a elaborar leis com objetivo suprimir a sua produção e utilização. Desse modo, as *Fake News* tornaram-se umas das pautas principais do Congresso Nacional. Consequentemente, o Senado apresentou e aprovou o projeto de lei 2.630/2020, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

O projeto de lei 2.630/2020, denominado de Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, em seu texto dispõe sobre a regulamentação de redes sociais e serviços de mensagens, com a complexa missão de combater a produção de desinformação, apresentando meios para responsabilização e geração de transparência nesses ecossistemas. Sendo assim, faz-se necessário o estudo, análise e reflexão sobre as normas apresentadas e os possíveis impactos aos direitos à privacidade e à liberdade de expressão.

Nesse contexto, a presente estudo objetiva analisar os principais mecanismos dispostos no referido projeto de lei, bem como, avaliar a efetividade de tais normas, contrastando-as com as possíveis colisões com direitos e garantias constitucionais.

Para que tal objetivo fosse alcançado, o presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, mediante análise de artigos científicos, legislação pátria vigente, *sites*, e do próprio projeto de lei 2.630/2020.

2. MARCO TEÓRICO

Em análise ao Projeto de Lei 2.630/2020 são exposta duas correntes divergentes no estudo. Uma ressalta a importância da regulamentação diante da situação atual e os efeitos positivos que poderão ser alcançados.

Segundo Abrusio et al. (2020), o dever de guarda de dados não é novo no ordenamento jurídico brasileiro, e o projeto de Lei n. 2.630/2020 inova apenas ao impor o dever da guarda específica dos metadados, relacionados ao registro de envio de reencaminhamentos em massa, sendo que estes somente podem ser acessados por ordem judicial. Mencionados autores concluem, argumentando que o artigo 10 é uma medida proporcional frente ao objetivo da lei em combater a escala industrial de produção de desinformação sem ferir, no processo, a privacidade do indivíduo.

Abordando a discussão sobre o artigo supracitado do projeto de Lei n. 2.630/2020 possibilitar a rastreabilidade e vigilância constante do usuário, Abrusio et al. (2020) expressam:

[...] O PL nº 2630 não inova ao trazer rastreabilidade de dados mas sim ao impor rastreabilidade de comportamento às plataformas de serviços de mensageria privada. Com isso, o legislador coloca as empresas digitais como protagonistas no combate às *fake news*, e mira o controle por via comportamental e não pelo conteúdo propriamente dito de forma proporcional e sem violar a privacidade dos indivíduos. (ABRUSIO et al., 2020)

Em contrapartida, há outros autores que são argumentam contra as medidas expostas no Projeto de Lei, e destacam seu artigo 10º como uma norma que poderá trazer riscos a privacidade e segurança, bem como cerceamento do direito de livre manifestação.

Para Milagre (2020), “marcar” mensagens, inserindo codificação para que, eventualmente, diante de uma ordem judicial, seja identificada a “mesma mensagem” compartilhada por mais de 5 usuários, mesmo “sem conhecerem o conteúdo” encaminhado, em um rastreamento preventivo, seria perigoso. E ainda questiona:

Como os provedores de aplicação e mensageria privada vão tecnicamente identificar “uma mesma mensagem”, enviada em massa, se eles não inspecionam o conteúdo das mensagens, por respeito à privacidade e proteção de dados? Farão por *hash* dos conteúdos (campos)? Desenvolverão uma técnica? Um risco imenso à privacidade se mentaliza (MILAGRE, 2020).

O autor demonstra que a medida trazida pelo artigo não leva em consideração o aspecto técnico que se dará, nem como ocorrerá o rastreamento de dados na sua origem, sem ferir a privacidade do usuário.

Atualmente, os serviços de mensageria possuem criptografia de ponta a ponta, um recurso de segurança que impossibilita o acesso ao conteúdo das mensagens por terceiros alheios aos dois extremos da comunicação. O que leva a argumentação de que somente serão armazenados os *metadados*, ou seja, os registros, e não o conteúdo em si, já que esse estaria protegido pelo recurso da criptografia.

Sobre tal argumentação, Milagre (2020), expressa:

A privacidade estará ameaçada mesmo que o mensageiro adote a criptografia das conversas, pois com os *metadados* gerados por usuários e armazenados pelos mensageiros (incluindo números telefônicos) em mãos erradas ou vazados, pode-se ter um dossiê completo sobre as atividades de encaminhamentos, além de outras correlações, com efeito, existem implicações e conflitos nítidos também com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018).

O autor evidencia o fato de que mesmo com recursos de segurança como a criptografia de ponta a ponta, é comum haver vazamentos de dados, exposição de mensagens privadas e invasões de dispositivos de usuários, o que expõe a vulnerabilidade dos dados enviados por todos nós. Desta forma, como está apresentado no artigo em questão, o armazenamento exigido não só não cumpriria o objetivo de acabar com *Fake News* encaminhadas nesses aplicativos, mas também representaria alto risco à privacidade e segurança digital dos usuários, posto que bancos de dados mantidos por períodos prolongados possibilitariam ainda mais o acesso criminoso a esses.

3. METODOLOGIA

Objetiva-se analisar e construir hipóteses acerca do Projeto de Lei 2630/20 utilizando de fontes de pesquisa bibliográficas, por meio de consulta livros, publicações, entrevistas, sites e artigos científicos.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O projeto de Lei 2.630/2020, a Lei de Brasileira da Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet é uma das legislações pioneiras no mundo sobre tal assunto, possuindo como objetivo regulamentar ambientes, e comportamentos *online* com fins de combate às *Fake News*.

Todavia, desde sua concepção causa controvérsias acerca de determinados comandos presentes em seu texto, bem como, amplificação da regulamentação de aplicativos de mensagens e redes sociais. O armazenamento de dados de mensagens de usuários por 3 meses, a exclusão imediata de conteúdos e a limitação ao envio de mensagens, entre outras, são algumas das medidas existentes no projeto.

Por consequência, o projeto sofre duras críticas desde sua aprovação emergencial, que se deu em meio a uma pandemia, em sessão remota e sem prévia consulta a especialistas nem à opinião pública, e ainda pelas obscuridades e arbitrariedades presentes em seu texto. Fatos que demonstram riscos de violações a direitos fundamentais dos usuários.

Mediante estudo do texto do projeto de lei objeto deste estudo, verificou-se que as normas apresentadas não consideraram os aspectos tecnológicos da regulamentação. O cancelamento de contas vinculado à linha telefônica móvel que tem contrato encerrado, por exemplo, é tipo de regramento que pode ser considerado um retrocesso que prejudicará milhares de usuários, visto que, no Brasil o cancelamento de números

telefônicos pode ocorrer pelo simples fato de o usuário não comprar créditos por determinado período de tempo.

Percebe-se, portanto, que a Lei sobrepõe, a tudo e a qualquer custo, o combate às *Fake News* sem analisar com maior profundidade e cautela as consequências práticas tanto para o usuário quanto para o ambiente das redes sociais.

Ademais, observou-se também que em alguns de seus artigos possuem obscuridades. A que se destaca é o limite imposto sobre o envio de mensagens em massa. Segundo o art. 9º, o provedor será obrigado a limitar o número de encaminhamentos de uma mesma mensagem, sendo o objetivo da norma coibir a disseminação de notícias inverídicas e criminosas. Ocorre que, o projeto de Lei não descreve como se dará tal limitação, nem como se identificará a mensagem que vem sendo disseminada reiteradamente sem ter o acesso a seu conteúdo, visto que este é protegido por criptografia.

Indo além dos aspectos tecnológicos, as normas sobre limitação de reenvio, e armazenamento de mensagens enviadas, no presente projeto de Lei, podem não ter o efeito pretendido pelo legislador, posto que, os propagadores de conteúdo ilícito podem usar de variados métodos de subversão. Cumpre frisar que tais meios já existem e alguns deles são disponibilizados para *download* na Internet gratuitamente. Estes modificam aplicações oficiais, adicionando ou removendo determinadas funções, a depender do intuito dos seus autores.

Desta forma, constata-se que tais medidas presentes na *Lege Ferenda* podem ser superadas facilmente por aqueles usuários que têm intenções de propagar conteúdos inverídicos. Logo, as disposições supracitadas não terão efeito algum sobre esse aspecto, mas sim sobre o usuário comum, que terá seus dados armazenados por 3 meses, expondo-os a possíveis vazamentos, e ainda, limitada de forma arbitrária sua liberdade de expressão. Tudo isso, proporcionado por dispositivos que podem não combater efetivamente as *Fake News*.

O Projeto 2.630/2020 segue em trâmite e merece toda a atenção e prudência no debate de seus dispositivos, visto que envolve direitos e garantias constitucionais. Desta forma, deve-se estudar e discutir, todas as medidas apresentadas e seus efeitos, e também acompanhar as possíveis mudanças no texto no decorrer do processo legislativo, a fim de aprimorar o texto visando sua plena efetividade sem reprimir a liberdade de expressão.

5. REFERÊNCIAS

ABRUSIO et al. **Vigilância em Massa ou combate à desinformação: o dilema do rastreamento.** Consultor jurídico, 04 ago. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-ago-04/direito-digital-dilema-rastreamento-pl-fake-news>. Acesso em: 12 abril 2021.

MILAGRE, José. **As nebulosidades e riscos do art. 10 do Projeto de Lei das Fake News.** Jusbrasil, 15 jul. 2020. Disponível em:

<https://josemilagre.jusbrasil.com.br/artigos/872436784/as-nebulosidades-e-riscos-do-art-10-do-projeto-de-lei-das-fake-news> Acesso em: 12 abril 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.630, de 13 maio de 2020. **Institui Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1909983. Acesso em: 20 maio 2021.

ANÁLISE DO PAPEL DO CONSELHO TUTELAR DENTRO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Antonia Rosirene Oliveira da Silva (Aluna do Curso de Direito (60) da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: antonia.rosirene@fvj.com. Orientador Alisson Assunção Silva (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e mail: alisson_assuncao@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva, principalmente, detectar as atribuições do Conselho Tutelar dentro da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes. Trata da importância de conhecer o órgão, sua previsão legal e a atuação dos conselheiros tutelares da sociedade e demais órgãos da rede de proteção. Pretende-se discorrer o tema enfatizando o nascimento do Conselho Tutelar, sua história, atribuições, mandatos dos conselheiros, perfil dos conselheiros e suas atribuições dentro do Sistema de Garantia de Direitos. No que diz respeito a fins acadêmicos, em especial dos Direitos Humanos, a relevância desse estudo é refletir sobre deficiências e estagnação do papel primordial que é atribuído ao Conselho Tutelar.

Palavras-Chave: Atribuições. Conselho Tutelar. Sistema de garantias. Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

A atenção às crianças e adolescentes no Brasil é retratada em uma história de humilhações, a vida precária em que estavam inseridas ganhavam um agravante quando eram filhas de mães solteiras e/ou muito pobres. . Acompanhando a história da evolução de direitos de crianças e adolescentes, pode -se observar que a condição econômico-financeira, o século e até a década em que viveu, a criação dada pela família, a cultura na qual está inserida e por que não dizer até a sorte ou o destino, retrata as diversas conjunturas que a infância é vivida de maneira distinta por cada criança, oferecendo a estas experiências diversificadas que definirão a contribuição de forma benéfica, ou não,

em todos os estágios de sua evolução do ser humano. A primeira lei direcionada para crianças e adolescentes em situação irregular foi criada somente em 1979, mas somente com a Constituição Federal de 1988 é que ocorreram avanços significativos na garantia dos direitos fundamentais e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990 que passa a regular o artigo 227 da Constituição Federal, tornando-se um marco das garantias dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Portanto, o Conselho Tutelar (CT) surgiu após a previsão legal no ECA. É possível observar algumas características que lhe são peculiares, podendo, desta forma, ser conceituado conforme o que dispõe o Art. 131 do ECA, como sendo um “órgão municipal, permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.” Estudar o Conselho Tutelar é importante, pois o conhecimento no tocante ao funcionamento do órgão e sua atuação dentro do SGDCA, inibe práticas ilegais dentro dos Conselhos. A análise do papel do CT dentro do Sistema em Rede proporcionará um futuro mais positivo no que diz respeito em proteger crianças e adolescentes em situação de risco em todos os âmbitos inseridos. Sua relevância social será a partir da comunicação relevante para todos que tenham interesse em saber o funcionamento do Conselho Tutelar, sua importância e atuação, assim como, esclarecer os conselheiros, e sociedade em geral, sobre o papel social que exercem; contribuindo para uma consolidação da forma de atuar e inibindo variadas formas de distorcer essa atuação, fortalecendo o trabalho dos Conselhos e positivando sua imagem dentro da sociedade brasileira.

MARCO TEÓRICO

A partir das experiências infantis sobre a visualização do papel do Conselho Tutelar, a identificação da deturpação desse papel, como pergunta norteadora da pesquisa usou - se: Quais as principais dificuldades do Conselho Tutelar dentro de uma perspectiva de resolução de conflitos e nas denúncias de violação dos direitos infanto juvenis previstos no ECA?

Os objetivos buscados, consistem em discutir a atuação do Conselho Tutelar, identificar as posturas que o levam a uma atuação não efetiva, e também os desafios a serem ultrapassados dentro do SGDA.

METODOLOGIA

Através do referencial teórico, pesquisas bibliográficas, utilização de livros, artigos científicos e leis específicas, buscou -se articular uma linha de pensamento para que se possa alinhar, compreender e efetivar um pensamento sobre a atuação do CT, onde possa haver a compreensão de proteção social e os direitos da criança e adolescentes, intuindo a compreensão da instituição democrática.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente estudo traz como resultado mostrar para os membros das comunidades que o Conselho Tutelar tem e deve ser, a ferramenta do município para proteger a infância e a juventude e não serem objetos de manipulação dos partidos políticos, muito menos, serem confundidos como um órgão inimigo, opressor e que penaliza crianças e adolescentes e substituem a responsabilidade dos pais. Buscando - se com esse estudo identificar as principais posturas que desvirtuam as atribuições dos Conselho Tutelar como forma de implementar medidas mitigadoras específicas para conseguir alcançar êxito na atuação dos Conselho frente à população infanto/ juvenil em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 03 de março de 2020.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. 14 Jul 1990. Disponível: > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm< Acesso em: 04 de abr. de 2020

_____. Resolução 139 Do Conanda, de 17 de março de 2010. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Secretaria de Direitos Humanos**, Alagoas, 17 Mar. 2010. Disponível em:>http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/legislacao/outras/2011_03_22_Resolucao-139-do-Conanda.pdf< Acesso em: 02 março 2020.

LIRA, Samira Valentim Gama et al. Articulação Entre Conselho Tutelar e o Setor Saúde no Enfrentamento a Violência Intrafamiliar. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 16, p. 821-835, ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018000200821&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Dez. 2020.

A INTERVENÇÃO ESTATAL NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Ana Gabriela Pereira Rocha¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: ana.gabriela@fvj.br); Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno² (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O direito da família consiste em um tema de extrema relevância dentro da sociedade brasileira, principalmente, no que diz respeito ao livre planejamento familiar. Uma vez que este, é um direito fundamental e encontra-se regulamentado pela Constituição Federal, que assegura aos cidadãos de qualquer classe social a liberdade para decidir sobre seu núcleo familiar, sem intervenções. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal explorar a discussão sobre o poder do Estado de intervir nas decisões acerca da constituição do núcleo familiar. Trata-se de uma pesquisa com abordagem do problema de forma qualitativa e levantamento de dados, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, apontando que o ornamento jurídico brasileiro apresentou uma evolução sobre respeito ao direito da família, do planejamento familiar e, conseqüentemente, da liberdade e igualdade de direitos de todos os membros do núcleo familiar.

Palavras-chave: Família. Planejamento familiar. Direito Constitucional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho será guiado pelo Direito Constitucional e Familiar, no qual foi realizado um estudo acerca da intervenção estatal no planejamento familiar, buscando mostrar a importância de abordar o tema como saúde pública e direito humano, tendo em vista os alarmantes números de abortos clandestinos realizados no país, mesmo que tal ação seja considerado crime. Entretanto, ao observar a interferência do Estado e tendo em vista assuntos que envolvem direito reprodutivo, suas ramificações são uma realidade na sociedade, tornando-se conveniente aprofundar-se na problemática acerca do planejamento, constituição e regulação familiar, com uso de políticas públicas eficazes. Considerando que a falta gera impactos negativos não só ao indivíduo, mas afetam a saúde pública e a economia estatal, em decorrência do caráter subsidiário. Nos capítulos que constituem esse trabalho, serão abordados a historicidade de um dos institutos mais antigos do âmbito jurídico, a família, tratando de suas transformações, assim como os conceitos e modificações após a inserção da mulher no mercado de trabalho. Assim como, tratará sobre os princípios constitucionais que amparam o planejamento familiar e o posicionamento das religiões acerca dos métodos contraceptivos. E por fim, a responsabilização do Estado, como agente subsidiário e a importância do profissional da saúde para disseminar a informação entre a sociedade.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica, nos amparamos a priori em autores Como: Diniz (2011), Gonçalves (2012), Venosa (2013) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando a necessidade de efetivar as políticas públicas existentes, tendo em vista a importância desta para as famílias.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa duas formas de pesquisa metodológica: o bibliográfico, por meio de doutrinas, artigos, sites referentes ao tema. Da mesma maneira, que documental, através do estudo da Constituição Federal de 1988, do Código Civil de 2002, da lei nº 9.263/1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar, que demonstram a preocupação do legislador e a necessidade de do tema no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho tem o objetivo de abordar o planejamento familiar, o qual conceitua-se por ser o conjunto de ações para regular a fecundidade, com garantia de direitos iguais para composição, aumento ou contenção da prole pela mulher, homem ou o casal e encontra-se referendado na Lei Federal 9.263/96. Isto é, um direito de todo cidadão de decidir sobre quantos filhos deseja ter, em qualquer momento e com toda a assistência necessária para garantia integral à vida. Ao observar a interferência do Estado e tendo em vista assuntos que envolvem direito reprodutivo e suas ramificações, aponta-se uma realidade na sociedade. Sendo assim, torna-se conveniente aprofundar-se na problemática acerca do planejamento, constituição e regulação familiar, com uso de políticas públicas eficazes. Considerando que a falta de ações direcionadas a este tema, gera impactos negativos não só ao indivíduo, mas afetam a saúde pública e a economia estatal, em decorrência do caráter subsidiário.

O livre planejamento familiar é um direito fundamental e encontra-se regulamentado pela Constituição Federal, que assegura aos cidadãos de qualquer classe social a liberdade para decidir sobre seu núcleo familiar, sem intervenções. No entanto, as políticas públicas que tratam sobre a prevenção de gravidezes indesejadas e controle de natalidade não são efetivas, restando para a entidade estatal, como agente subsidiário, buscar soluções para essa problemática. Porém, se faz importante delimitar a linha tênue que separa os direitos da família e os limites de interferência estatal, afim de que seja respeitado o direito fundamental à liberdade prevista na CF/1988. Com isso, buscar-se-á respostas para o seguinte questionamento: Qual a importância do planejamento familiar no cotidiano das famílias? A implementação de políticas públicas efetivas sobre métodos contraceptivos é dever do Estado, como agente responsável por propiciar recursos adequados para exercício do livre direito ao planejamento familiar.

No que diz respeito aos aspectos políticos, o país passou do zero absoluto, sem a existência de políticas vigentes a respeito do tema, para um cenário político mais inclusivo e abrangente, por meio de promulgação de sua Constituição Federal. A informação adequada em planejamento familiar é de fundamental importância, pois possibilita ao cidadão a capacidade de exercer seus direitos e reconhecer quais métodos contraceptivos melhor se adequam aos seus valores, fazendo escolhas com autonomia. Dessa forma, o planejamento consiste na aplicação de estratégias sociais eficientes que sejam capazes de abranger orientações sobre métodos de prevenção, assim como saúde sexual e reprodutiva, dispondo de métodos e técnicas para o controle da fecundidade, de acordo com os valores da população ou do indivíduo.

Considerando o arcabouço teórico utilizado, verificou-se que o ornamento jurídico brasileiro apresentou uma evolução no que se refere ao direito da família, do planejamento familiar e, conseqüentemente, da liberdade e igualdade de direitos da mulher. O conceito de família saiu de um único padrão estruturado e ditado pela sociedade, e transformou-se em inúmeros modelos socialmente viáveis, devendo o Estado atuar no sentido de reduzir ineficiências e aumentar a possibilidade de atuação da mulher dentro da família.

Por fim, percebe-se que o direito da família é um cenário bastante antigo, e sua formulação atual é fruto de intensas mudanças e vários períodos de luta pela liberdade e independência dentro do lar. Para que esse processo de evolução continue em um ritmo

ascendente em busca do direito de todos, é de extrema relevância que os integrantes da família possam constituir seu núcleo familiar sem sofrer restrições impostas por meio da religião, da sociedade ou do Estado, contribuindo, portanto, para um real Estado democrático de direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996. **Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências**. Brasília, DF, disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm>. Acesso em 01 abr. 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: 5. Direito de Família**. 26ª edição. São Paulo: Saraiva 2011.

GOLÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. Vol. 6, 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. Vol. 6, 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Zigmunt Bauman, Maranhão, 2014. Vol. 4, n. 7.

LEI Nº 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) E AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE SUA INEFICÁCIA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Amanda Domingos da Costa¹ (Aluna do curso de Direito da Faculdade Vale do Jaguaribe, e-mail: amandadomigos20@gmail.com), Arielle Arry Carvalho² (Professora da Faculdade Vale do Jaguaribe, e-mail: arielle.carvalho@fvj.br).

RESUMO

Esse trabalho tem a finalidade de mostrar as dificuldades encontradas na aplicação da Lei 11. 340 de 2006, popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”, criada com o objetivo principal de proteger e amparar as vítimas de violência doméstica. Junto com a criação da referida lei, foram elaboradas as medidas protetivas de urgência com caráter preventivo que, por meio de obrigações e restrições impostas ao agressor, tentam coibir a violência doméstica. Contudo, apesar da grande evolução da criação de mecanismos para proteção da mulher em situação de vulnerabilidade, ainda é preocupante o número de casos reais de vítimas de violência doméstica. Surge então, questionamentos sobre a eficácia desses mecanismos. Em vista disso, houve uma necessidade de verificar qual o papel do Estado em relação a aplicabilidade plena dessas medidas, o que os Órgãos competentes estão fazendo e o que devem fazer para efetivar a proteção integral dessas mulheres.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Medidas Protetivas. Maria da Penha. Proteção. Eficácia.

INTRODUÇÃO

Há tempos, a mulher luta por medidas efetivas que lhes assegurem direitos no seio de uma sociedade. Sabe-se que as pessoas do sexo feminino, historicamente, não eram vistas como seres dotados de direitos, mas como símbolos de submissão e fragilidade, restritas aos lares e aos afazeres domésticos, sem valor na sociedade. Com o passar dos anos, após um contexto de lutas por direitos, sobretudo, no pós Segunda-Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, baseada nos critérios da igualdade, indivisibilidade e interdependência dos povos, os Estados- membros passaram a elaborar leis que conferissem proteção e, sobretudo, igualdade entre homem e mulher.

No Brasil, o ideal de igualdade se assenta com a Constituição Federal de 1988, que adotou em seu Art. 5º, a igualdade de direitos, ao afirmar que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Todavia, apenas em 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei n. 11.340,

direcionada à proteção da mulher no país, com a finalidade de coibir, minimizar e erradicar a violência doméstica, que se faz presente, de forma significativa na sociedade brasileira. Esta lei foi criada após o país ter sido responsabilizado no âmbito internacional, por omissão, no caso Maria da Penha, quando esta sofria agressões, por parte de seu esposo, tendo ficado paraplégica, quase chegando a morte. No sentido de garantir a proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar, a Lei n. 11.340/2006 prevê medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor obedecer a regras como o afastamento do lar, proibição de aproximação da vítima e de seus familiares, pagamento de alimentos, entre outras.

Em que pese o avanço da legislação brasileira, o número de violência contra a mulher no Estado brasileiro cresce a cada dia. Segundo dados do IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), 25 mulheres brasileiras sofrem violência doméstica por minuto no país, o que surge questionamentos acerca da efetividade da Lei Maria da Penha. Em que medida, a legislação de proteção à mulher não se efetiva, de modo satisfatório na sociedade brasileira? As medidas protetivas de urgência têm sido suficientes para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica? O que o Estado tem feito para efetivar a aplicabilidade da referida legislação?

Com isso, este trabalho busca analisar a efetividade da legislação de proteção à mulher, de modo a verificar a eficácia das medidas protetivas de urgência, bem como a atuação do Estado brasileiro no sentido de coibir a violência doméstica no país.

MARCO TEÓRICO

Utilizou-se como marcos teóricos, os autores que abordam a temática da violência doméstica, dentre eles; Pedro Ruy da Fontoura, que realiza uma análise crítica e sistemática acerca da Lei Maria da Penha, Regina Bandeira, que empreende uma análise acerca das medidas protetivas de urgência, a autora Alice Biachinni, que aborda os aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero, Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, que avalia a Lei Maria da Penha em seus aspectos gerais, dentre outros.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa utilizada para elaboração do presente trabalho, assenta-se em um estudo analítico-descritivo, de natureza teórica e elaborada através da pesquisa bibliográfica, com foco em obras doutrinárias, além de artigos científicos que versam sobre o tema, disponíveis em plataformas de pesquisar, dentre elas; scielo, google acadêmicos, e documental e de natureza teórica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho procurou analisar a eficácia das medidas de proteção as vítimas de violência doméstica e mostrar que, apesar das inovações trazidas com promulgação da lei Maria da Penha, ainda há muito a se fazer para diminuir ou até erradicar a violência contra mulher. Também ficou evidenciado que mesmo após a chegada da Lei 11.340/06, os casos de violência contra a mulher continuam aumentando e conseqüentemente a taxa de homicídios, o tão conhecido feminicídio.

É notório que a grande dificuldade da Lei está na aplicabilidade, na falha da fiscalização, na falta de programas sociais de incentivo a denúncia, na escassez de equipamentos públicos de apoio a mulher e delegacias especializadas, no atendimento precário na delegacia, na falta de programas para reeducar e ressocializar os agressores.

Desse modo, no desenvolvimento desse trabalho, vimos que, apesar da violência física ser a mais conhecida, ainda existem outros quatro tipos de violência doméstica que precisam ser combatidas. A violência psicológica como vê-se no segundo capítulo, é a mais frequente, mas pelo fato de ser mais difícil o reconhecimento pela vítima, é a menos falada. Além dessas, ainda existem a violência moral, patrimonial e sexual.

De fato, é essencial que se discuta sobre as várias formas de violência doméstica e suas conseqüências, também é importante que a sociedade juntamente com o Estado crie meios de informação e conscientização, visto que, grande parte das mulheres apesar de sofrerem outras formas de violência não sabem ou não conseguem identificá-las. A violência doméstica é fruto de longo período em que se instalou o modelo patriarcal, que gerou um grave problema de desestruturação familiar. Os filhos conviviam com as agressões diárias e achavam aquilo comum, eles cresciam com esse pensamento e muitas vezes faziam o mesmo. Torna-se relevante a implementação de políticas públicas que visem reeducar o agressor. A punição e o encarceramento sozinhos não são eficazes, visto que o problema tem que ser cortado desde a raiz, desde a sua origem. Como foi mostrado, uma outra proposta para a efetivação das medidas protetivas de urgência seria a utilização de monitoramento eletrônico no agressor durante o processo, para que ele não volte mais a agredir, humilhar e caluniar a vítima.

Com isso, conclui-se que a Lei Maria da Penha ainda é o melhor mecanismo para a defesa e proteção das mulheres vítimas de violência, mas a sua aplicabilidade na sociedade ainda é ineficaz, conforme os dados explanados. Contudo, é preciso ainda que o Poder Público adote medidas necessárias, elaborando políticas voltadas ao combate a violência doméstica, bem como investir na infraestrutura dos equipamentos públicos e na capacitação de todos os profissionais que receberam a vítima em estado de vulnerabilidade. Por fim, também é necessário o investimento em palestras educativas para a desconstrução do machismo enraizado, que tratem da importância da mulher no meio social e da base para se viver em um relacionamento saudável.

REFERÊNCIAS

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise crítica e sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

BANDEIRA, Regina. **Violência doméstica: tornozeleiras garantem cumprimento de medidas protetivas**. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/violencia-domestica-tornozeleiras-garantem-cumprimento-de-medidas-protetivas/> Acesso em: 28 maio 2021.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica. Análise da Lei “Maria da Penha”, nº Lei 11.340/06**. Salvador: JusPodivm, 2007.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: O Processo Penal no Caminho da Efetividade**. São Paulo: Editora Atlas, 2015

O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA APLICABILIDADE

João Pedro de Jesus Pinheiro¹ (Aluno do Curso de Bacharel em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ e-mail: joapedroesandra23@gmail.com e joapedroadv03@gmail.com) - Alisson Assunção Silva² (Professor Esp. do Curso de Bacharel em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ e-mail: alisson_assuncao@hotmail.com)

RESUMO

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), tem como objetivo principal garantir a inclusão das pessoas portadoras de deficiências, às quais lhe são garantidos e promovidos seus direitos em condições de igualdade com a demais pessoas no exercício dos direitos, e das liberdades fundamentais visando à sua inclusão social. Desta forma, este estudo pretende analisar a natureza jurídica que fundamenta o Estatuto da Pessoa com Deficiência, bem como, a evolução histórica que redundou na garantia de direitos ao que, tradicionalmente, os direitos humanos elencaram como grupo vulnerável. A proposta de pesquisa será a qualitativa, a qual será realizada por meio de método dedutivo e por meio de estudos técnicos bibliográficos e documental. Dessa maneira, os conceitos que serão apresentados iniciarão com um aparato histórico, o estudo da evolução dos direitos humanos, os direitos e princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, tendo como base o princípio da dignidade da pessoa humana. Logo, será necessário o estudo dos efeitos pós Lei 13. 146/2015, em especial no que rege: capacidade civil da pessoa portadora de deficiência; o instituto da curatela e o instituto da tomada de decisão apoiada. Assim sendo, podemos concluir que o Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe diversos direitos e formas de inclusão social, uma vez que as pessoas portadoras de deficiências deixaram de ser consideradas totalmente incapazes perante suas ações civis, trazendo assim a sua capacidade de interagir no meio social em igualdade com as demais pessoas, promovendo, assim, a sua efetiva inclusão social.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Dignidade da Pessoa Humana. Direito Civil. Lei 13. 146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU (2008), existem cerca de 600 milhões de pessoas com deficiência no mundo, sendo que 80% vivem em países em desenvolvimento. Essa demanda está dentre as mais estigmatizadas, mais pobres e que têm os níveis mais baixos de escolaridade de todos os cidadãos mundiais, sendo caracterizado violação de direitos humanos universais.

Dessa maneira, o tema deste trabalho se justifica em apresentar a efetividade dos preceitos trazidos a partir da Lei nº 13.146/2015, bem como, a sua ascensão em direitos enquanto pessoa humana com relação a sua capacidade civil, também considerando o princípio da dignidade da pessoa humana como forma de alicerce primordial. O estudo em análise, no tocante à abordagem, é qualitativa, que tem como característica o aprofundamento no contexto estudado e a perspectiva interpretativa desses possíveis dados para a realidade. (BRASIL, 2015)

Contudo, a relevância está pautada em apresentar em que contexto está inserido o deficiente físico, levando em consideração todas as mudanças que já perpassaram até os dias atuais e a importância da aplicabilidade do seu estatuto. Assegurando-os dos seus principais direitos e a sua valorização diante da sociedade, reduzindo o preconceito que esses indivíduos ainda estão sujeitos.

O estudo objetiva descrever os principais aspectos da inclusão das pessoas portadoras de deficiências, as quais lhes são garantidos e promovidos seus direitos em condições de igualdade com as demais pessoas no exercício dos direitos e das liberdades fundamentais visando à sua inclusão social.

MARCO TEÓRICO

No que concerne, a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), foi criada a partir dos princípios trazidos pela convenção e está a proporcionar grandes mudanças nas mais diversas áreas do direito. Entretanto, é possível identificar um fator comum a todas essas mudanças: a verificação de que todas guardam relação com a busca pela efetiva inclusão de pessoas com deficiência na sociedade pela diminuição das desigualdades, e consequentemente, proporcionando o desenvolvimento nacional. (VEDOVATO; BELLINETTI; RIBEIRO, 2016, p. 229)

No primeiro capítulo, abordaremos uma breve análise a respeito da evolução histórica da deficiência física como sujeito de direitos, trazendo os principais achados e acontecimentos que marcaram esses indivíduos até os dias atuais.

No segundo capítulo, iremos analisar as pessoas com deficiência no direito internacional dos direitos humanos, trazendo o panorama internacional em que está inserido esse deficiente com ênfase nas principais convenções e declarações. Em seguida, no terceiro e último capítulo, buscaremos analisar as inovações trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, especialmente, no que rege o seu cumprimento

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi por meio de método dedutivo, cuja operacionalização se deu por meio de procedimentos técnicos baseados na doutrina, legislação e jurisprudência relacionados, inicialmente, aos direitos humanos e direitos e princípios fundamentais, passando pelo histórico de proteção jurídica à pessoa com deficiência até chegar à análise específica do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e dos institutos existentes visando à proteção civil dessas pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro capítulo tem como contribuição essencial trazer para este estudo todo o trajeto que as pessoas com deficiência percorreram, desde a antiguidade até os dias de hoje, e se identifica que esses indivíduos, naquele tempo, não eram vistos como pessoas que estavam inseridas na sociedade, fazendo com que as desigualdades e os preconceitos aumentassem cada

vez mais contra eles. Nada difere muito dos tempos atuais, mas já podemos notar significativos avanços.

Já o segundo capítulo envolveu acerca das principais leis, tratados e declarações que asseguram esses deficientes, que foi a partir daí que começaram a olhar por essas pessoas, onde identificou-se que eles tinham o direito de ocupar um determinado lugar na sociedade e assim ser visto de outra forma. É abordado também a respeito do âmbito nacional e internacional, os principais documentos que marcaram essa época.

No que diz respeito ao terceiro capítulo, é versado sobre os principais direitos dessas pessoas, algo que era muito difícil de almejar, mas na conjuntura atual, observamos que é algo mais colocado em pauta e discutido a preocupação dos órgãos e das pessoas é mais vista, e isto faz com que essa classe tenha os seus direitos colocados em prática, além de usufruírem quando precisam sem ter menos impasses como antigamente.

Outro ponto importante é o Estatuto que rege esses indivíduos que não podia deixar de trazer à tona, pois foi mais uma vitória para os deficientes, e é onde percebe-se que o intuito principal é protegê-los e trazer um tratamento e assistência igualitária, sempre com o propósito de trazer mais essas pessoas para a sociedade.

Diante disto, a pesquisa contou com aspectos importantes e informações pertinentes que vem ajudar com que tome conhecimento acerca do que diz respeito a esses portadores e o que mudou ao longo do tempo, pois muitas mudanças precisaram ser feitas para que a realidade mudasse, e assim os direitos dessas pessoas pudessem ser garantidos para, assim, ter uma melhor qualidade de vida e poderem enfrentar a sua deficiência de forma mais leve. Ainda há muito o que ser feito, mas constamos que a deficiência não é tratada como algo bizarro como nos tempos antigos.

Em suma, foi um estudo de grande valia e que irá contribuir de alguma forma futuramente fazendo com que entenda e se tenha mais interesse acerca da temática explorada, contribuindo para mais pesquisas a respeito do tema, a fim de produzir mais conhecimento para acabar com o preconceito e intolerância, pois somente através do estudo e conhecimento é que combatemos essas mazelas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 7.611/2011**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015/2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

CORREIRA, Atalá. **Estatuto da Pessoa com Deficiência traz inovações e dúvidas**. 2015.

VEDOVATO, L.R.; BELLINETTI, L.F.; RIBEIRO, L.G.G. **Eficácia de direitos fundamentais nas relações do trabalho, sociais e empresariais I**. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2016.

Serviço Social

O DESAFIO DA INTERSETORIALIDADE ENTRE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ – CE.

Deise Pereira da Costa¹ (Aluna do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: deise.costa@fvj.br), Orientadora² Fernanda Luísa Correia Cavalheiro (Professora Especialista da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: fernanda.cavalheiro@fvj.br).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, propõe a análise da intersectorialidade nas Políticas Públicas de Educação e Assistência Social. O problema da pesquisa estava pautado em saber quais os benefícios da Intersectorialidade entre a Educação e a Assistência Social para os alunos que se encontram em vulnerabilidade social. Procuramos esclarecer melhor o que é intersectorialidade. Vimos que é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. A escolha da temática abordada se deu em decorrência de uma experiência pessoal e por ser funcionária de uma escola, observando a necessidade de ações intersectoriais em assuntos que fugiam da capacidade setorial de resolutividade, em decorrência do atendimento fragmentado nas estruturas setorializadas. O objetivo nesse estudo centrou-se em analisar sobre os modos postos em prática da intersectorialidade entre as políticas da educação e assistência social no município de Icapuí-Ce. Trata-se de um estudo fundamentado na pesquisa qualitativa, com entrevista semiestruturada realizada com profissionais da Política de Educação e Assistência Social. Os resultados indicam que a intersectorialidade entre as políticas públicas está em construção e se faz necessária no sentido de uma ação conjunta que contribua para o isolamento dos saberes, sendo fundamental no que tange a garantia de direitos. Os sujeitos de pesquisa apontam que a concretização da intersectorialidade ainda é desafiadora, visto que, existem ainda muitas limitações para que a prática da intersectorialidade seja realmente efetivada.

Palavras-chave: Intersectorialidade. Assistência Social. Educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de monografia analisa os desafios da implantação e implementação da política de intersectorialidade entre as Políticas Públicas de Educação e Assistência Social no Município de Icapuí – Ce.

O objetivo foi analisar sobre os modos postos em prática para a implantação e implementação da intersectorialidade nas Políticas Públicas de Educação e Assistência Social, abordando os desafios para a efetivação da intersectorialidade no referido município. A escolha da temática se deu em decorrência de trabalhar em uma escola e estagiar na Assistência Social, especificamente no Centro de Referência de Assistência Social – Cras, onde tive a oportunidade de observar as necessidades de cada instituição.

Explica-se a análise e o estudo da ação de intersectorialidade entre as políticas públicas de Educação e Assistência Social, pela sua extrema importância na atualidade, seja para a própria academia, para os profissionais envolvidos em tal temática e principalmente para a sociedade, enquanto componente fundamental no sucesso da aplicação de uma política pública, no entanto não efetivada em sua totalidade.

MARCO TEÓRICO

Considerando a importância do tema a respeito da trajetória histórica das políticas públicas no Brasil e como estas tornam-se grandes instrumentos de garantia ao bem-estar social, percebe-se que no Estado Democrático de Direito, a garantia dos direitos fundamentais e sociais estão cada vez sendo mais perseguida, pois estes se complementam, visto que a falta de um, conseqüentemente influencia na garantia de outro. Nesse sentido como o objetivo do Estado é garantir a efetivação da paz e bem-estar social, então pode-se inferir que não se trata somente de um direito elencado na Constituição Federal, mas primordialmente um dever do Estado de criar políticas públicas capazes de efetivar a garantia desses direitos de forma plena e satisfatória.

A Política Pública de Educação no Brasil passou, ao longo da história do país, por avanços e recuos, em relação a como a educação foi compreendida e expressada, inclusive em Constituições Federais. Este processo resultou do embate entre grupos que ocupavam postos do governo e grupos que defendiam a educação como direito social e se manifestavam por meio de movimentos sociais exercendo pressão por mudanças.

Depois de tantas lutas e conquistas, pode-se afirmar que hoje se tem como papel fundamental do setor educacional, o acesso ao conhecimento, para que as pessoas possam ter possibilidades e autonomia de participar efetivamente das políticas e continuarem assim a lutar por igualdade de direitos, pode-se dizer então, que atualmente a educação, em termos de Brasil, pode ser tratada como uma política social que deve ter como compromisso fundamental a garantia dos direitos do cidadão. (SANTOS, 2016, p. 1-2).

A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora

A nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB foi a Lei 4.024, promulgada em 1961.

O surgimento da Assistência Social enquanto política de governo no Brasil, ocorreu na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Inicialmente, as bases ideológicas do Serviço Social estavam relacionadas com os interesses da classe trabalhadora e suas necessidades. Mas também com os interesses das classes dominantes, de cunho moral e religioso, onde a doutrina social era direcionada ao trabalhador e sua família, num contexto que visava uma perspectiva de ajuste e enquadramento social.

Com a Constituição de 1988 a Assistência Social passou a ser reconhecida como Política Pública integrante do Tripé da seguridade social, ao lado das políticas de saúde e previdência social. A assistência social é uma política de seguridade social não contributiva, de responsabilidade do Estado, que visa garantir aos indivíduos, às famílias e aos grupos sociais a sobrevivência, a acolhida e o convívio familiar e comunitário, por meio de programas, projetos, serviços e benefícios de proteção social, hierarquizados em proteção básica e proteção especial.

A intersectorialidade das políticas públicas passou a ser uma dimensão valorizada à medida que não se observava a eficiência, a efetividade e a eficácia esperadas na implementação das políticas setoriais, primordialmente no que se refere ao atendimento das demandas da população e aos recursos disponibilizados para a execução das mesmas.

Deste modo, a intersetorialidade passou a ser um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil.

Segundo os autores Cavalcanti, Batista e Silva (2013 p. 1-2) conceituam a Intersetorialidade, como a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social.

É imprescindível o desenvolvimento de um olhar e de um fazer intersetoriais, em que os vários atores e setores dialoguem, tendo como norte as necessidades da população e a perspectiva de desenvolvimento de políticas públicas duradouras.

METODOLOGIA

Com base nos objetivos propostos, a base empírica e a análise da pesquisa foram de natureza qualitativa, trata o estudo por um viés bibliográfico e de campo. A pesquisa bibliográfica traz informações retiradas de livros, artigos, monografias que foram utilizadas para a construção das análises a partir do tema escolhido. O percurso metodológico da pesquisa de campo estabeleceu-se a partir de etapa única para coleta de dados: levantamento de percepções de representantes da educação e assistência social, por meio de entrevista semiestruturada (questionário).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Por meio das entrevistas realizadas, foi possível verificar as percepções de profissionais da educação e da assistência social, sobre o que vem ser a intersetorialidade. As entrevistadas entendem que é de suma importância a atuação intersetorial, pois acreditam que se tem um melhor resultado comparando a atuação isolada. Acreditam que a intersetorialidade é uma troca de saberes, articulações, objetivos comuns, atendimentos ofertados pelas políticas públicas.

A análise de dados da pesquisa ressaltou a importância da comunicação e do planejamento, na ótica da construção da intersetorialidade. Constatamos um olhar para além de uma atuação isolada, o que na contemporaneidade, se torna tema de discussão e reflexão nas instituições de ensino e nas equipes de trabalho.

Chegamos à conclusão que a intersetorialidade se faz necessária entre as políticas públicas, devendo ser construída e fortalecida enquanto um processo coletivo, principalmente com a população, rompendo o isolamento dos setores, no pensamento de uma ação conjunta, articulada e compartilhada, visando assim atender às necessidades encontradas em cada realidade. Sobretudo, dos espaços marginalizados, considerados vulneráveis, mas ainda não concretizada.

Embora seja ainda um desafio, as políticas públicas de educação e assistência social, estão caminhando com ganhos e avanços, devagar mais contínuo, para a construção e fortalecimento da intersetorialidade. O intuito é trabalhar em conjunto, uma vez que os usuários são os mesmos, sendo fundamental o diálogo entre as políticas, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população, através da garantia dos seus direitos enquanto cidadãos.

Concluímos que essa pesquisa não encerra a discussão ou debate sobre a intersetorialidade, mas pode servir de motivação e base a outros pesquisadores, como também colaboração e expectativa na construção da prática intersetorial, contribuindo

para a superação do isolamento dos saberes e para o diálogo entre as políticas públicas, sobretudo, as políticas de Educação e Assistência Social, tão essenciais na construção da cidadania humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso: 03 abr. 2021.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; BATISTA, Kátia Gerlânia Soares; SILVA, Leandro Roque da. A estratégia da intersetorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB. **Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Famílias**. Porto Alegre, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010465782013000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CUSTÓDIO, André Viana; SILVA, Cícero Ricardo Cavalcante da. **A intersetorialidade nas políticas sociais públicas**. Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14264/2708>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SANTOS, Eliane Ferreira dos. **O DESAFIO DA INTERSETORIALIDADE ENTRE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: Escola Vila Esperança, CRAS Espaço Esperança e Grupo Primavera** – Campinas/SP. Disponível em: https://unisal.br/wpcontent/uploads/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Eliane-Ferreira-dos-Santos.pdf. Acesso em: 14/10/2020.